



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Mauricio Mulinari

Greves de massas e aristocracia operária: elementos para a construção dos caminhos da
revolução brasileira

Florianópolis
2022

Mauricio Mulinari

**Greves de massas e aristocracia operária: elementos para a construção dos caminhos da
revolução brasileira**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do título de mestre em Serviço
Social

Orientador: Prof. Dr. Jaime Hillesheim

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Mulinari, Mauricio

Greves de massas e aristocracia operária : elementos
para a construção dos caminhos da revolução brasileira /
Mauricio Mulinari ; orientador, Jaime Hillesheim, 2022.
349 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Greves de massas. 3. Aristocracia
operária. 4. Revolução social. 5. Marxismo. I. Hillesheim,
Jaime. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

Mauricio Mulinari

Greves de massas e aristocracia operária: elementos para a construção dos caminhos da revolução brasileira

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa., Dra. Angélica Lovatto
Universidade Estadual Paulista

Prof., Dr. Ricardo Lara
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof., Dr. Sergio Lessa
Universidade Federal de Alagoas

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof., Dr. Jaime Hillesheim
Orientador

Florianópolis, 2022.

Os trabalhadores brasileiros não podem estar felizes nas condições em que vivem. Àqueles que cultivam o ódio contra os exploradores e que não se deixam reduzir ao nível das bestas de carga, dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

A escrita, apesar de ato aparentemente solitário, é impregnada de conteúdo social. Sem as referências pessoais, políticas e teóricas que construímos em nossa trajetória, seria impossível escrever algo diferente da enfadonha vivência cotidiana na sociedade da alienação. Por isso mesmo, aqui agradeço àqueles que contribuíram para que este trabalho pudesse ser escrito na primeira pessoa do plural: por *nós*.

Primeiramente, à Virgínia, meu grande amor, a quem conheci quando, admirado, presenciei sua firmeza ao falar diante de uma assembleia de greve estudantil. Sem ela, que me acompanha diariamente nos últimos anos, dividindo os cafés da manhã em que discutimos desde as tarefas domésticas até os dramas do mundo capitalista, este trabalho não ganharia forma. Obrigado pelo carinho e incentivo, te amo.

Agradeço aos revolucionários que me antecederam, que além de dedicarem sua vida à compreensão e transformação do mundo, trataram de generosamente nos deixar uma obra teórica como legado. Sem seu desprendimento e atividade, este trabalho não existiria.

À minha mãe Beth, obrigado por me transmitir o inconformismo diante das injustiças deste mundo do trabalho alienado, isso sem nunca deixar de alimentar um profundo amor pela beleza. Aos meus irmãos, Guilherme e Julia, com quem divido as gargalhadas e as marcas do passado, fica o agradecimento pelas conversas, pela dedicação e pelo profundo amor que nos une. Quando estou junto dos três, uma família que não funciona bem como família, tenho a certeza da possibilidade de outra forma de relação humana.

Agradeço ao meu orientador Jaime, atento e dedicado interlocutor, que leu, sugeriu e auxiliou decisivamente na elaboração desta dissertação. À minha camarada Angélica, obrigado pela permanente interação teórica e política dos últimos tempos, suas leituras e releituras foram fundamentais para a feitura deste trabalho de pesquisa. Ao meu camarada Vicente, que sempre esteve disposto a ler e travar importantes debates que se corporificaram neste texto, também fica meu agradecimento. À camarada Cyntia, agradeço pela leitura das primeiras páginas deste trabalho, a sua confiança perante minha escrita foi passo importante para que ela pudesse adquirir a empolgação necessária para ganhar vida no papel.

Aos meus camaradas mais próximos de militância, Daniel, Flavia, Victor Hugo, Giba, Marcus e Matheus, com os quais ombreei as principais batalhas dos últimos anos e que tenho como amigos pessoais, também deixo meu sincero agradecimento. Vocês e mais um grande conjunto de militantes ajudam a fortalecer a minha confiança na capacidade do empreendimento revolucionário associativo do proletariado.

Agradeço também à Francisco Alano, um “companheiro quase camarada”, com quem aprendi enormemente. Em seu nome, estendo a admiração que nutro aos poucos dirigentes sindicais que não foram cooptados pela conciliação de classes, capitulando diante do conformismo da aristocracia operária.

Aos amigos distantes, Lucas e Luís Felipe, que mesmo ausentes deixam o calor de sua presença comigo, fica um agradecimento acompanhado de saudade.

A todos os demais que contribuíram das mais diferentes formas em minha trajetória pessoal, política e teórica, mas que por falta de palavras estão ausentes nominalmente deste agradecimento, tenham em vista que também fazem parte desta dissertação. Produto final de um período considerável de trabalho, ela traz consigo uma síntese possível do acúmulo pretérito da minha atividade. Em cada palavra, linha e parágrafo é possível identificar todos aqueles que contribuíram para que este *nós* pudesse se efetivar.

Aos trabalhadores, enquanto classe, agradeço o dever histórico. Em meio ao movimento operário, em busca de sua poesia do futuro, tenho a certeza de estar sempre presente.

Todos
que marchais pelas ruas
e deteis as máquinas e as fábricas,
todos
desejosos de chegar a nossa festa
com as costas marcadas pelo trabalho,
saí a 1º de maio,
o primeiro dos dias.
Recebê-lo-emos, camaradas,
com a voz entrecortada de canções.
Primavera,
derretei a neve.
Eu sou operário,
este dia é meu.
Eu sou camponês,
este dia é meu.

Todos,
estendidos nas trincheiras
esperando a morte infinita,
todos
os que num carro blindado
atiram contra seus irmãos,
escutai:
Hoje é 1º de maio.
Partamos ao encontro
do primeiro de nossos dias,
enlaçando as mãos proletárias.
Calai vossos morteiros!
Silêncio, metralhadoras!
Eu sou marinheiro,
este dia é meu.
Eu sou soldado,
este dia é meu.

Todos
das casas,
das praças,
das ruas,
encolhidos pelo gelo invernal,
todos
torturados de fome,
das estepes,
dos bosques,
dos campos,
saí neste dia 1º de maio!
Glória à gente fecunda!
Desabrochai, primavera!
Verdes campos cantai!
Soai sirenes e apitos!
Eu sou de ferro,
este dia é meu.
Eu sou a terra,
este dia é meu!

(MAIAKOVSKY, 1967)

E nós bradamos: *A revolução está morta! – Viva a revolução!*

(MARX, 2012)

RESUMO

Este trabalho de pesquisa trata das greves de massas através da perspectiva teórica de Marx e Engels, apontando seu aspecto progressivo na história moderna por conta de sua vinculação ao tema da revolução social e, ao mesmo tempo, seus limites impostos pelos mecanismos constitutivos da sociedade burguesa. Para além disso, o trabalho trata da aristocracia operária, sendo esta uma força social alinhada com o capital, que nasce historicamente do interior do próprio proletariado. Nesta oposição dialética entre greves de massas e aristocracia operária, condicionada pelas leis da acumulação capitalista em sua fase imperialista, encontra-se um elemento fundamental das lutas de classes desde a metade do século XIX, tendo especial peso no século XX e adentrando sob novas formas no século XXI. Diante disso, o trabalho avançou na compreensão desta dialética no interior da particularidade social brasileira, desdobrando a forma como esses elementos se desenvolveram nos ciclos de greves de massas do país. Com isso, apresentamos a forma como a aristocracia operária interveio nas greves de massas do período 2008-2018 no Brasil, sendo este último o portador de um conteúdo revolucionário que não pôde ganhar forma revolucionária.

Palavras-chave: Greves de massas. Aristocracia operária. Revolução social. Marxismo.

ABSTRACT

This study deals with mass strikes from the theoretical perspective of Marx and Engels, showing their progressive aspect in modern history due to their connection with the theme of social revolution and, at the same time, their limitations imposed by the constitutive mechanisms of bourgeois society. Moreover, this study deals with the labor aristocracy, a social force aligned with capital, which historically emerged from the proletariat itself. In this dialectical opposition between mass strikes and the labor aristocracy, conditioned by the laws of capitalist accumulation in its imperialist phase, lies a fundamental element of class struggles since the mid-nineteenth century that has carried particular weight in the twentieth century and is taking on new forms in the twenty-first. Against this background, this study has advanced the understanding of this dialectic within Brazilian social peculiarities, unfolding the way these elements have developed in the country's mass strike cycles. In this way, we present how the labor aristocracy intervened in the mass strikes of the 2008-2018 period in Brazil, the latter being the bearer of a revolutionary content that could not acquire a revolutionary form.

Keywords: Mass strikes. Labor aristocracy. Social revolution. Marxism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Greves ocorridas no estado do Rio de Janeiro (1890-1930).....	187
Tabela 2 – Ocorrência de greves no estado de São Paulo (1888 -1940).....	187
Tabela 3 – Evolução do movimento grevista no Brasil (1947-1954).....	198
Tabela 4 – Greves no Brasil entre 1983 e 1989.....	240
Tabela 5 – Greves no Brasil entre 1990 e 1996.....	258
Tabela 6 – Greves no Brasil entre 1997 e 2007.....	282
Tabela 7 – Greves no Brasil entre 2008 e 2018.....	305
Tabela 8 – Caráter das Greves no Brasil entre 2008 e 2018.....	306
Tabela 9 – Total de horas paradas nas Greves no Brasil entre 2008 e 2018.....	307
Tabela 10 – Greves por setor da iniciativa privada no Brasil entre 2008 e 2018.....	308
Tabela 11 – Greves por ramos no interior do setor de serviços privados entre 2008 e 2018.....	309
Tabela 12 – Número e Participação das Greves por Regiões do Brasil.....	310

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de greves no Brasil entre 1983 e 2020.....	21
Gráfico 2 – Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – variação mensal (%).....	283

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT Acordo Coletivo de Trabalho
ADAV Associação Geral dos Trabalhadores Alemães
ANL Aliança Nacional Libertadora
Anamos Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical
AI-5 Ato Institucional nº 5
BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRF Brasil Foods
CAIs Complexo Agroindustriais
CCT Convenção Coletiva de Trabalho
CEBs Conselhos Eclesiais de Base
CGT Comando Geral dos Trabalhadores
CLT Consolidação das Leis Trabalhistas
CDP Comitê de Defesa Proletária
CIOSL Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres
COMLURB Companhia Municipal de Limpeza Urbana
CONCLAT Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
CSN Companhia Siderúrgica Nacional
CUT Central Única dos Trabalhadores
DIEESE Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Embrapa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA Estados Unidos da América
FAT Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIESP Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI Fundo Monetário Internacional
FHC Fernando Henrique Cardoso
FSE Fundo Social de Emergência
Funcex Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
Funpresp Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
II PND 2º Plano Nacional de Desenvolvimento

INPC Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPS Instituto Nacional de Previdência Social
ONG Organização Não Governamental
ONU Organização das Nações Unidas
PAC Programa de Aceleração do Crescimento
PAEG Plano de Ação Econômica do Governo
PCB Partido Comunista Brasileiro
PDT Partido Democrático Trabalhista
PIB Produto Interno Bruto
PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND Plano Nacional de Desestatização
PPP Parceria Público-Privada
PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSD Partido Social Democrático
PSI Programa de Sustentação do Investimento
PT Partido dos Trabalhadores
PTB Partido Trabalhista Brasileiro
PUI Pacto de Unidade Intersindical
SAG-DIEESE Sistema de Acompanhamento de Greves do DIEESE
SAS-DIEESE Sistema de Acompanhamento Salarial do DIEESE
SEPE Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação
SDAP Partido Social-Democrata dos Trabalhadores
SPD Partido Social-Democrata Alemão
Sumoc Superintendência da Moeda e do Crédito
TIC Tecnologias de Informação e Comunicação
TJLP Taxa de Juros de Longo Prazo
TST Tribunal Superior do Trabalho
UGT União Geral dos Trabalhadores
URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
URV Unidade Real de Valor

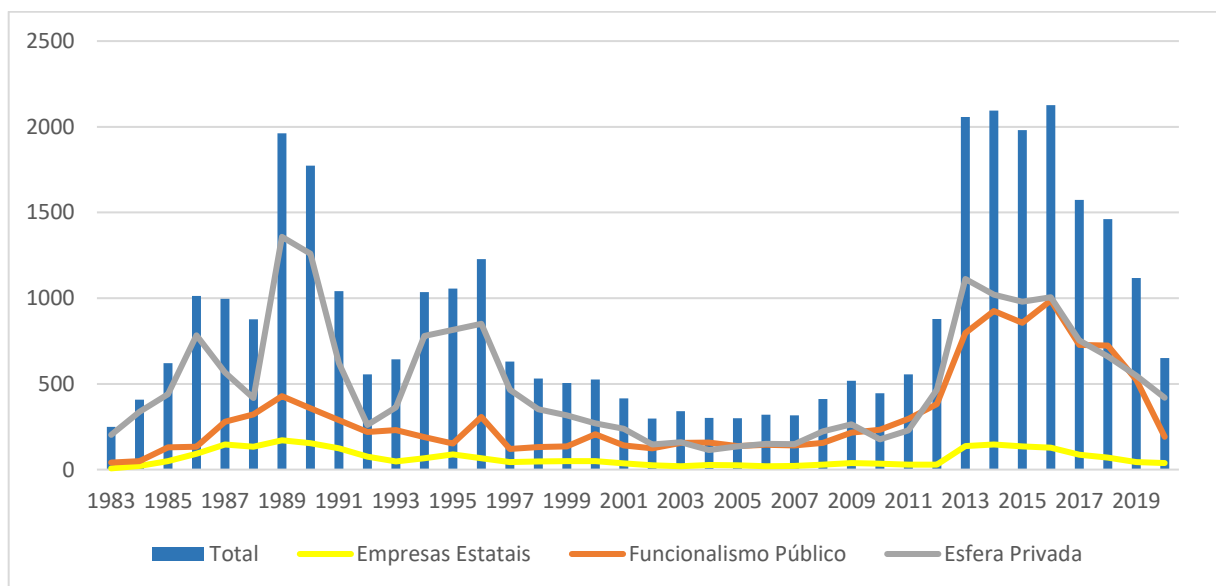
SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 GERMINAL	33
2.1 HISTÓRIA, TRABALHO E LUTAS DE CLASSES.....	36
2.2 GREVES: EXPRESSÃO CENTRAL DAS LUTAS DE CLASSES.....	50
2.3 VANGUARDA POLÍTICA NO DESENVOLVIMENTO DAS GREVES E DO MOVIMENTO OPERÁRIO.....	58
2.4 REVOLUÇÃO SOCIAL: SUPERAÇÃO DO ESTADO E DA ARISTOCRACIA OPERÁRIA	75
3 TACÃO DE FERRO E RUGIDOS DAS FERAS DO ABISMO	86
3.1 ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: MONOPÓLIOS E CAPITAL FINANCEIRO	90
3.2 ORIGEM DOS SUPERLUCROS.....	103
3.3 ERA DE REFORMAS E CAPITALISMO DE ESTADO.....	115
3.4 ARISTOCRACIA OPERÁRIA E POLÍTICA.....	129
3.5 GREVES DE MASSAS E REVOLUÇÃO	139
4 BANANAS E CADÁVERES	157
4.1 PAÍSES DEPENDENTES: PARTE CONSTITUTIVA DO IMPERIALISMO.....	161
4.2 UMA ARISTOCRACIA OPERÁRIA NO BRASIL?	176
4.3 PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES: O FRÁGIL NASCIMENTO DAS GREVES DE MASSAS	182
4.4 LUTA PELO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA AUTÔNOMO: AS ILUSÕES REFORMISTAS DAS GREVES DE MASSAS.....	197
4.5 CAMADAS MÉDIAS URBANAS E DITADURA: A CONSTRUÇÃO DE UMA VANGUARDA POLÍTICA ESTERILIZADA.....	216
5 O CONTEÚDO VAI ALÉM DA FRASE	224
5.1 CRISE DA DITADURA E GREVES DE MASSAS (1978-1996).....	227
5.2 DEMOCRACIA BURGUESA NA FORMA.....	246
5.3 DITADURA DO CAPITAL NO CONTEÚDO.....	256
5.4 MAIS-VALIA RELATIVA E ARISTOCRACIA OPERÁRIA BRASILEIRA	271
5.5 ESPECIALIZAÇÃO EXPORTADORA E SUBIMPERIALISMO: AUGÉ DA ARISTOCRACIA OPERÁRIA	283
5.6 RESSURGIMENTO DAS GREVES DE MASSAS (2008-2018) E PAPEL DA ARISTOCRACIA OPERÁRIA	297
6 CONCLUSÃO	325
REFERÊNCIAS	336

1 INTRODUÇÃO

Depois de mais de uma década de baixa mobilização política da classe trabalhadora brasileira, o ano de 2008 marcou uma inflexão, como pode ser observado através do levantamento realizado pelo Sistema de Acompanhamento de Greves do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (SAG-DIEESE). Se entre 1997 e 2007 o país verificou uma média anual de aproximadamente 400 greves ao ano, a partir de 2008 começa a haver um crescimento regular no número de greves, atingindo seu ponto de ampla retomada dos elevados patamares grevistas a partir de 2012. Passou-se assim a se registrar anos de intensa atividade grevista, como as 900 greves de 2012; em torno de 2 mil greves ao ano entre 2013 e 2016; e valores próximos a 1,5 mil greves tanto em 2017 quanto em 2018.

Gráfico 1 – Número de greves no Brasil entre 1983 e 2020



Fonte: SAG-DIEESE

Se comparamos estes números aos anos de intensa mobilização da classe operária brasileira durante a década de 1980 e o início dos anos 1990 – processo considerado fundamental para a derrubada da ditadura militar (1964-1985) –, as greves inauguradas especialmente a partir de 2012 tornam-se imediatamente um enorme objeto de interesse. Não por acaso, a conjuntura política nacional inaugurada em 2008 e que se estendeu até 2018, tal qual aquela do período da dita democratização da sociedade brasileira, também foi caracterizada por significativa agitação social e transformações políticas. Nesse sentido, a

última década foi profícua em manifestações massivas de rua¹, ampliação do arcabouço jurídico-repressivo do Estado², processos eleitorais altamente polarizados como os de 2014 e 2018, aprovação de várias reformas contrárias aos trabalhadores a partir de 2015³, derrubada de uma presidenta da república em 2016, realização de uma grande greve geral em 2017⁴ e, em 2018, a eleição de um novo Presidente da República defensor das torturas realizadas pela ditadura e abertamente contrário aos direitos conquistados historicamente pela luta dos trabalhadores.

Assim, observando o elevado crescimento das greves que antecederam e atravessaram todo esse contraditório período de transformações, partimos da hipótese inicial, ainda em 2018 quando do início dessa pesquisa, de que estaríamos atravessando um ciclo de *greves de massas* no Brasil. Baseados nesta categoria desenvolvida por Rosa Luxemburgo ao tratar da Revolução Russa de 1905, assumimos a sua compreensão de que as *greves de massas* devem ser entendidas não como uma ação única, mas como um período de luta de classes que se estende por vários anos, às vezes por décadas, no qual os elementos econômicos e políticos se entrelaçam, abrindo-se uma conjuntura de radicais mudanças e impondo o debate sobre as formas organizativas que tomarão a direção política deste processo (LUXEMBURGO, 1974). Em suma, em seu vínculo ainda mais orgânico com o tema da *revolução*, assumimos a premissa exposta pela autora na constatação de que “[a greve de massas] é a pulsação viva da revolução e ao mesmo tempo o seu motor mais poderoso. [...] é o próprio movimento da massa proletária, é a força de manifestação das massas proletárias no desenrolar da revolução” (Ibid., p. 53).

¹ Tal qual as manifestações de rua de 2013, conhecidas como “Jornadas de Junho”, as quais tiveram composição social ampla e heterogênea, mas que contaram em seu núcleo duro e vanguarda mais aguerrida com “estudantes que trabalham e trabalhadores que estudam” (SAMPAIO JÚNIOR, 2013, p. 58), repudiando as péssimas condições de vida nas grandes cidades, reivindicando melhorias no sistema público de atendimento à população e criticando o uso imenso de recursos do Estado para as obras voltadas à realização da Copa do Mundo – era comum, por exemplo, a reivindicação de uma saúde e educação “padrão FIFA”. Estes foram protestos de massas, com ampla participação da juventude e que, em nossa avaliação, a despeito dos resultados colhidos em seu desenvolvimento ulterior, só podem ser entendidos como parte do período histórico que se abriu a partir de 2008 e de que trataremos no decorrer desse trabalho.

² Como resposta às grandes manifestações de junho de 2013, para além de um conjunto de promessas de melhorias sociais que não se realizaram, o governo da então presidenta Dilma Rousseff aprovou a Lei 12.850/2013, intitulada Lei de Combate às Organizações Criminosas, que passou a permitir o uso da “colaboração premiada” e da “captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos” como meios de obtenção de prova. Ironicamente, tal lei contribuiria para a deflagração posterior da Operação Lava-Jato, que seria fundamental como peça de desgaste político que conduziria ao impeachment da própria Dilma em 2016 (SILVA, 2021).

³ Exemplos disso foram os cortes orçamentários de 2015, as novas formas de desvinculação das receitas da união e a limitação constitucional dos gastos públicos (EC 93/16), a aprovação da reforma trabalhista e sindical (PLC 38/18), as privatizações, a reforma do ensino médio, a reforma da previdência (EC 103/19), entre outras.

⁴ Em torno de 40 milhões de trabalhadores de todo o país participaram de um dia de greve em 28 de abril de 2017, impondo elevados prejuízos aos capitalistas e acabando por contribuir para a derrota da tentativa de reforma previdenciária do então presidente Michel Temer (GREVE..., 2017; REFORMA..., 2017).

Diante disso, convencemo-nos ser necessário empreender um estudo sistemático sobre a forma como a tradição marxista revolucionária compreendeu as greves no interior das lutas de classes. Nessa tarefa, encontramos posições que atribuíram um papel central às greves no desenvolvimento da luta e organização do proletariado. A título de exemplo deste aspecto que desenvolveremos de forma mais detalhada no decorrer do trabalho de pesquisa que ora apresentamos, Engels, ao formular sobre as lutas de classes na Inglaterra, tratou a frequência das greves como “[...] o melhor indicador do ponto a que chegou, na Inglaterra, a guerra social” (ENGELS, 2010, p. 258). Já Lenin, por sua vez, tratou as greves como um processo que “[...] infunde vigorosamente nos operários a ideia do socialismo: a ideia da luta de toda a classe operária por sua emancipação do jugo do capital” (LENIN, 1979b, p. 41).

Assim, com base nas profundas transformações do período 2008-2018 e nessa importância atribuída pela tradição marxista às greves – seja como pulsação viva da revolução e seu motor mais poderoso, como indicador do ponto a que chegou a guerra social em um país ou, finalmente, como forma de infusão do socialismo na consciência operária –, tornou-se para nós surpreendente, em primeiro lugar, a forma como este tema esteve ausente das análises sobre a conjuntura brasileira elaboradas nos últimos anos por diversos intelectuais intitulados marxistas e também por lideranças políticas representantes do chamado “campo da esquerda”. No mesmo diapasão desta forma de conceber as greves e dando sequência aos desdobramentos deste trabalho de pesquisa inicial, avaliamos como uma decorrência necessária de nossa primeira hipótese a construção de uma segunda hipótese: a de que este período de *greves de massas* era a forma de expressão de um *conteúdo revolucionário*.

Tal segunda hipótese, por seu turno, aparentemente se opunha com o movimento geral regressivo da conjuntura brasileira deste período recente. Entretanto, o aprofundamento do estudo sobre a própria forma como Marx compreendeu os processos revolucionários tratou de dirimir tal suposta oposição. Para o autor, as revoluções – estes abalos sociais de que as greves são produto e ao mesmo tempo motor – não são necessariamente processos progressivos. A depender de qual classe social e de qual programa político conquistarem o poder em um determinado momento revolucionário, o processo pode tanto assumir um movimento progressivo quanto regressivo, acabando, por vezes, sendo finalizado por aquilo que nominou como *apoteose da espada* contra o movimento operário (MARX, 1978b; 2011; 2012a).

Diante disso, a segunda hipótese nos conduziu para o estudo de alguns destes processos revolucionários, mantendo como fio condutor da análise o seu vínculo com as *greves de massas*. Nesse percurso, surgiu-nos a necessidade de caracterizar o próprio proletariado como portador

desse caráter progressivo das revoluções modernas, restando à burguesia – até o final do século XVIII ainda uma classe revolucionária – ser apenas mais uma força da reação após os acontecimentos da Primavera dos Povos de 1848. Com isso, acabamos por nos atentar para o conteúdo dessa oposição histórica consolidada definitivamente após 1848, que só pode ganhar seu sentido mais preciso na base do novo terreno da produção inaugurado pela sociedade burguesa: o modo de produção capitalista. Assim, diante das determinações dessa forma histórica de produzir a existência social é que pudemos entender o proletariado como força progressiva da humanidade em oposição à burguesia como nova força da reação.

Se fizéssemos percurso investigativo diferente, partindo apenas da mera observação de uma realidade concreta que se apresenta já com algum grau de elaboração sob a forma de estatística sobre o número surpreendente de greves no Brasil na última década, tal estatística, por si mesma, apenas nos revelaria que as greves cresceram, nada além disso. Mesmo que os dados se apresentem como uma elaboração humana a partir de uma totalidade realmente existente – as greves no Brasil –, eles ainda são apenas a expressão de uma realidade caótica, carente de determinações. Assim, avançando mais nestes dados, relacionando-os com outras informações desta totalidade caótica, poderíamos associar estes números de greves com elementos como o nível salarial, a taxa de desemprego, a inflação, etc., compondo um quadro analítico explicativo que de fato organizaria tal totalidade. Porém, se nos limitássemos a este procedimento, o que é corriqueiro nos estudos sobre as greves no Brasil, ainda estaríamos restritos à perspectiva da economia burguesa, a qual, nos termos de Marx:

[...] terminam por descobrir, por meio da análise, certo número de relações gerais abstratas que são determinantes [...]. Estes elementos isolados, uma vez mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples, tal como trabalho, divisão do trabalho, necessidades, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. (MARX, 1978a, p. 116).

Por conta disso, a nossa perspectiva não se resume a estabelecer relações entre variáveis econômicas, fazendo das greves apenas mais um elemento do sistema econômico da totalidade burguesa contemporânea. Adotando a concepção de Marx e Engels, foi preciso que mediássemos tal totalidade caótica pelas categorias elaboradas pelo pensamento, organizando a matéria através do processo de abstração categorial e, a partir disso, reelaborando esta concretude antes caótica como concreto pensado. Tal é o método expresso por Marx na *Introdução à Crítica da Economia Política*, na qual afirma que:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro

método [o da economia burguesa], a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo [a crítica da economia política], as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso é que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo; enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto *não é senão a maneira de proceder do pensamento* para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é *de modo nenhum* o processo de gênese do próprio concreto. (MARX, 1978a, p. 116-117, grifo do autor)

Por conta disso, nos imbuímos da tarefa de buscar nas elaborações de Marx e Engels as categorias fundamentais para realizar este procedimento de *elevar-se do abstrato ao concreto* em relação ao nosso objeto investigado: a grande expansão recente das greves no Brasil. Partimos, assim, da essencialidade da categoria *trabalho alienado* para compreender a própria existência das greves como protesto de uma humanidade desumanizada, ou seja, uma das expressões das lutas de classes como motor da história. Diante dessa essencialidade, por sua vez, encontramos no desdobramento da categoria trabalho alienado a categoria *modo de produção*, que passa a ser o elemento que subordina a reprodução social enquanto uma *totalidade orgânica*⁵. Por fim, compreendemos que as greves só existem como a forma fundamental do protesto dos trabalhadores mediante determinada forma específica deste modo de produção: a *forma capitalista*, esta que tem no *trabalho assalariado* sua determinação fundamental.

Assim, no terreno da produção capitalista que determina e possibilita a existência das greves, o trabalho alienado assume uma dualidade em sua expressão concreta. Apresenta-se sob a forma tanto de salário (trabalho pago) quanto da mais-valia (trabalho não pago), sendo esta oposição o fundamento das lutas de classes modernas. Como fruto de um longo processo histórico, confrontam-se em lados opostos os proprietários privados dos meios de produção – com seus rendimentos baseados no lucro, no juro e na renda da terra – e os proprietários privados apenas de sua capacidade de trabalho – precisando do salário como renda necessária

⁵ “O resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo, são idênticos, mas que todos eles são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção se expande tanto a si mesma, na determinação antitética da produção, como se alastra aos demais momentos. O processo começa sempre de novo a partir dela. [...] Uma forma determinada da produção determina, pois, formas determinadas do consumo, da distribuição, da troca, assim como relações determinadas destes diferentes fatores entre si. A produção, sem dúvida, em sua forma unilateral, é também determinada por outros momentos; por exemplo, quando o mercado, isto é, a esfera da troca, se estende, a produção ganha extensão e divide-se mais profundamente. Se a distribuição sofre uma modificação, modifica-se também a produção; com a concentração do capital, ocorre uma distribuição diferente da população na cidade e no campo, etc. Enfim, as necessidades do consumo determinam a produção. Uma reciprocidade de ação ocorre entre os diferentes momentos. Este é o caso para qualquer todo orgânico” (MARX, 1978a, p. 115-116).

para reproduzir a própria existência. De um lado, os detentores do trabalho morto, representantes dos fantasmas do passado. De outro, o trabalho vivo, carente de realização, portador da poesia que nasce do futuro.

Nessa oposição, em que cada parte quer valorizar ao máximo sua propriedade, emerge a antinomia capitalista, direito privado contra direito privado. A sanha constitutiva da sociedade capitalista buscando extrair o máximo de mais-valia possível sob a forma inicial de lucro industrial – a ser dividida posteriormente entre as outras frações do capital – defronta-se com os operários que através das suas greves e das suas associações buscam proteger seus salários ou, a depender da conjuntura, ampliá-los.

Tal oposição essencial condiciona a vida dos indivíduos determinados que são parte ativa do processo de produção da realidade social. Nos termos de Marx e Engels, os quais aprofundaremos no decorrer do trabalho de pesquisa:

A estrutura social e o Estado provêm constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas desses indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas sim tal como *realmente* são, quer dizer, tal como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentemente de seu arbítrio. (MARX; ENGELS, 2007, p. 93, grifo dos autores)

Assim, o que coloca em movimento o proletariado são os termos da vida *realmente* existente, e não qualquer forma de imaginação sobre o cotidiano. Se os operários se movem ao mercado em busca do salário, também cruzam os braços em negativa ao trabalho quando este salário não é capaz de nem ao menos garantir os “assuntos da barriga”. Diante disso, se a existência do salário é determinante para a existência tanto do trabalhador quanto do capitalista (que só existe mediante a apropriação individual da parte que não é paga do trabalho), as leis que determinam o processo de reprodução do capital condicionam os momentos em que o salário atende as necessidades de ambas as classes e os momentos em que nenhuma delas pode se reproduzir sem explicitar a oposição diante da outra.

Por isso, foi fundamental investigarmos a dinâmica do sistema de trabalho assalariado no interior do próprio processo global de reprodução do capital. Este que foi tratado exaustivamente por Marx nos três livros de investigação sobre *O Capital* (2006; 2005; 2008b), tem como característica essencial a dinâmica da acumulação incessante de capital em formato de espiral ascendente, em que a mais-valia é constantemente reinvestida de forma produtiva e, diante disso, vai ampliando a abrangência que a relação capitalista assume enquanto totalidade orgânica que determina a vida *realmente* existente no mundo moderno. Entretanto, tal movimento não se dá sem percalços, mas sim atravessado pela contradição permanente entre o

amplo desenvolvimento das forças produtivas e o caráter mesquinho da forma privada da produção e apropriação do produto dessas forças.

Assim, quando ocorre o auge do processo de acumulação de capital, de forma derivada também surge o auge da compra de novo capital variável, ou seja, amplia-se a procura pela mercadoria força de trabalho no mercado e, portanto, faz prosperar as condições para a deflagração de greves em busca de melhoria dos salários. Logo na sequência, no entanto, as contradições acumuladas na fase de auge da acumulação engendram a crise de superprodução de capital, produzindo a elevação do exército industrial de reserva e permitindo a depreciação do preço do capital variável, fato que, de início, não faz retroceder as greves, mas sim ampliar a sua radicalidade em defesa das condições salariais anteriormente existentes.

De qualquer maneira, percebemos neste movimento molecular das paralisações operárias, condicionado pela dinâmica do capital que afeta em conjunto milhares ou até mesmo milhões de operários, o potencial e o limite das greves de massas. Ao mesmo tempo que surgem da antinomia capitalista, podem ser desmobilizadas pelos mecanismos do próprio capital: a concorrência entre os trabalhadores no mercado, a substituição de operários por máquinas que faz ampliar esta concorrência e, quando necessário, o uso do aparato jurídico e repressivo do Estado. Por isso mesmo, superar tal forma de dominação de classe não exige apenas o movimento que emerge da *classe em si* em seu processo direto de vida por meio de sua luta econômica, mas também a organização cada vez mais ampla dos trabalhadores, fazendo-os finalmente tomar consciência de sua função no processo de produção e podendo avançar de forma revolucionária no sentido da *classe para si*.

Atravessando o estudo deste processo contraditório entre a dinâmica da acumulação de capital e as greves, percebemos que já nas últimas décadas do século XIX, Marx e Engels passaram a apreender um novo elemento desmobilizador da luta do proletariado em seu devir histórico revolucionário. Diante da possibilidade aberta pelo desenvolvimento da produção capitalista por meio da mais-valia relativa – baseada no barateamento das mercadorias que reproduzem a subsistência do proletariado – surge no interior do próprio proletariado outro limite ao seu desenvolvimento no sentido da emancipação humana: a *aristocracia operária*. Diante da mais-valia relativa, parcela da classe trabalhadora, fundamentalmente aquela inserida no interior do capital monopolista – setores que auferem superlucros no processo de equalização da taxa de lucro através do mercado (MARX, 2008b; LENIN, 1985) –, passa a experimentar uma vigorosa *era de reformas*, passando a viver de modo significativamente mais aprazível que o restante do proletariado, ou seja, aristocratizando-se.

Tal fenômeno da aristocracia operária, por sua vez, ganhou largas proporções durante o início do século XX, passando a ser objeto de atenção de Lenin. Contrapondo-se ao fortalecimento das tendências reformistas do movimento operário europeu, que substituíam progressivamente o horizonte da emancipação humana pelos limites da *cidadania política* no interior do Estado, o revolucionário russo tratou de compreender o alargamento da aristocracia operária como um produto do *Imperialismo, a fase superior do capitalismo* (1985). Munidos de tal concepção, passamos a partir daí a nos debruçar sobre o estudo desta fase, encontrando nos seus pilares – o capital monopolista, o capital financeiro e a partilha do mundo entre as potências imperialistas – os fundamentos explicativos para a força conquistada por essas tendências reformistas que emergiam da aristocracia operária.

De tal maneira, compreendendo que o processo de desenvolvimento de relações plenamente capitalistas no Brasil só ocorreu já em meio a esta fase, assumimos a teoria marxista da dependência, especialmente na formulação de Ruy Mauro Marini, como forma de compreender esse processo de objetivação do capitalismo em um país de origem colonial. Assim, o formato de integração da economia latino-americana ao mercado mundial – primeiro como colônia exportadora e depois como economia dependente – trouxe peculiaridades ao nosso processo de desenvolvimento. Desta forma, mantendo-se dentro do marco analítico do ciclo do capital operando em escala global, Marini afirmará que a realidade latino-americana e brasileira “[...] não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas” (MARINI, 2005, p. 138). A isso, por sua vez, corresponderia o seu caráter de economia complementar dentro da divisão internacional do trabalho, já em sua fase de subsunção à dinâmica imperialista.

Desta forma, para Marini:

[...] as funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa [...]. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse o caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista [...]. (Ibid., p. 144)

Portanto, partindo dessa afirmação que atribui corretamente um caráter complementar da região latino-americana no interior da produção capitalista global, Marini associou a devida importância dos países periféricos como parte constitutiva do processo de desenvolvimento da mais-valia relativa nos países centrais. Entretanto, como contrapartida, diante da nova fase

imperialista, à posição coadjuvante da América Latina correspondeu o subdesenvolvimento das suas forças produtivas e, por sua vez, um processo de exploração baseado apenas em uma “maior exploração da força de trabalho”⁶. Tal constatação, por seu turno, seria traduzida na sequência pelo autor como *superexploração da força de trabalho*, sendo definida pela articulação entre a ampliação da jornada de trabalho; o aumento da intensidade do trabalho; e a transformação do fundo de consumo da classe trabalhadora, dentro de certos limites, em fundo de acumulação de capital.

Diante dessa constatação que, com as devidas ponderações que apresentaremos no decorrer do trabalho, consideramos acertada, impôs-se ao nosso estudo a compreensão sobre a possibilidade ou impossibilidade do desenvolvimento de uma aristocracia operária no Brasil, um país dependente, porém que, segundo o próprio Marini, já na década de 1970 alcançou a etapa dos monopólios industriais, registrando uma *composição orgânica do capital intermediária* e, até mesmo, uma posição *subimperialista* no mercado mundial (MARINI, 2014).

Assim, perante tais aspectos teóricos e do acompanhamento militante da conjuntura vivida na última década, elaboramos nossa terceira hipótese de trabalho: a de que uma *aristocracia operária* brasileira esteve ativamente presente nas greves de massas do período recente (2008-2018), cumprindo um papel essencialmente desmobilizador da luta operária e contribuindo para que as greves de massas não pudessem criar suas mediações políticas e organizativas para expressarem de forma adequada o conteúdo revolucionário do período. Diante desta hipótese, passamos a investigar a relação entre o desenvolvimento capitalista dependente brasileiro e as lutas operárias por que o país passou, chegando à conclusão de que o processo de formação da aristocracia operária no Brasil passou por três fases históricas.

Na primeira fase, ela existiu apenas enquanto um conjunto de sementes plantadas entre a segunda metade da década de 1950 e o final dos anos 1980, carecendo ainda do desenvolvimento capitalista baseado na mais-valia relativa e, portanto, fazendo-se presente apenas em forma embrionária. Tanto foi assim que, justamente no momento de início da maturidade deste embrionário desenvolvimento, a hiperinflação da década de 1980 impediu completamente que estas sementes germinassem, fazendo com que, tal como expresso pelo então líder sindical de apelido Lula, a “barriga dos operários colasse” e as greves de massas se

⁶ No decorrer do trabalho estabeleceremos uma crítica a ideia de uma “maior exploração da força de trabalho” como contraposta à mais-valia relativa, em especial na subseção 4.1. Tal forma de expor o problema oculta que a mais-valia relativa é, também ela, uma forma de ampliar a exploração da força de trabalho.

impusessem como necessidade à vanguarda operária brasileira. Já na segunda fase, durante a década de 1990, ocorreu a consolidação da aristocracia operária brasileira, sendo esta beneficiada pela articulação entre a vitória das tendências reformistas no interior do movimento operário e os efeitos da chamada reestruturação produtiva e da abertura comercial da economia no rebaixamento dos preços das mercadorias de consumo da classe trabalhadora, fatores que finalmente permitiram a exploração da força de trabalho por meio da mais-valia relativa. Por fim, a terceira fase da aristocracia operária foi a de seu auge vivido entre a primeira década do século XXI até o momento de deflagração das greves de massas em 2008. Nesta fase, sendo a economia dependente brasileira menos perdedora nas relações internacionais, propiciou-se um significativo desenvolvimento da acumulação de capital, fator que levou a aristocracia operária a participar diretamente de tal processo, seja como sócia minoritária do capital ou como administradora privilegiada do comitê de negócios da burguesia: o Estado.

Assim, desenvolvemos durante todo o trabalho de pesquisa os elementos para sustentar essas três hipóteses centrais do nosso texto: a de que o Brasil atravessou um ciclo de *greves de massas* entre 2008 e 2018, que estas greves foram a forma de expressão de um processo com *conteúdo revolucionário* e que, por fim, esse conteúdo se defrontou com a existência e ação de uma *aristocracia operária* consolidada nacionalmente.

Nesse sentido, a seção que sucede essa introdução, sob a influência do romance de Émile Zola, foi nominada *Germinal*, tratando do processo de germinação das greves em três dimensões. Primeiramente, em uma dimensão objetiva, analisamos o movimento da vanguarda operária condicionada pela sua existência como *classe em si*, sendo as greves o principal método das lutas de classes oriunda do contraditório desenvolvimento da produção capitalista. Na segunda dimensão, demonstramos como através do conflito grevista entendido como necessidade, o proletariado passa a compreender que a sua única força para fazer frente a outra classe que lhe faz oposição no processo de produção é a sua própria organização enquanto classe, passando a existir também enquanto *classe para si*. Por fim, tratamos do *germinal* em uma dimensão política e teórica: a da vanguarda política que disputa no interior das organizações da classe o sentido do futuro de suas lutas. Tal dimensão se fez presente do início ao fim da seção, já que temos na compreensão materialista da história desenvolvida por Marx e Engels sobre o fenômeno das greves o elemento norteador de todo o debate.

Já na terceira seção, intitulada *Tacão de ferro e rugidos das feras do abismo* em homenagem à perspicácia do romancista Jack London, tratamos especificamente da oposição surgida em meio à fase imperialista do desenvolvimento capitalista entre aristocracia operária

e greves de massas. Desta forma, analisamos em detalhes o imperialismo, vinculando-o com a dinâmica do processo de acumulação de capital em escala mundial, que atinge a fase dos monopólios e do capital financeiro, transformando o tema da concorrência como algo afeito à disputa das poderosas nações imperialistas pelo domínio das matérias-primas e da mais-valia produzida internacionalmente. Sob esta base, estabelecemos o processo objetivo e subjetivo de conformação e alargamento da aristocracia operária nestes países dominantes, elementos que só puderam ocorrer com base na derrota do movimento operário revolucionário por meio da violência e posterior *execução testamentária* de parcela de suas pautas imediatas, configurando a famosa *era de reformas* do capitalismo. Finalizamos a seção apresentando a contradição do processo capitalista de produção agora sob as bases do capital monopolista do imperialismo, que engendra as *greves de massas*. Procuramos, assim, compreender as determinações de tal processo, assim como a sua vinculação com o tema da *revolução social*.

Na seção subsequente, *Bananas e cadáveres*, iniciamos a investigação sobre a forma com que estas contradições desenvolvidas nas seções anteriores se expressaram no decorrer da história brasileira. Empréstimo o título de uma passagem do clássico da literatura latino-americana *Cem anos de solidão* de Gabriel García Márquez, demonstramos como os primeiros momentos da transição de uma economia colonial para uma economia capitalista dependente, ao mesmo tempo que desenvolveu no Brasil todas as contradições fundamentais expressadas pelas greves de massas, ao não poder contar com o processo de exploração por meio da mais-valia relativa e com a apropriação de superlucros no mercado mundial, fez da *apoteose da espada* a forma preponderante de relação entre a dominação burguesa e o movimento operário. Por isso mesmo, o desenvolvimento das relações capitalistas no país, ao mesmo tempo que racionalizou o enfileiramento de bananas para exportação, também tratou de, racionalmente, enfileirar cadáveres. Por fim, nessa seção apresentamos como deste processo violento de racionalização capitalista foram plantadas as sementes da aristocracia operária brasileira, tanto em sua dimensão objetiva quanto subjetiva.

Ao final, na última seção do trabalho, iniciamos nos apropriando da dialética entre conteúdo e forma, tal como desenvolvida de maneira profundamente literária por Marx. Começamos a seção empréstimo do autor a afirmação de que na revolução proletária, necessariamente, *O conteúdo vai além das frases*, sendo necessário à vanguarda operária revolucionária forjar sua *poesia do futuro* no interior das próprias lutas de classes e não por empréstimo dos espíritos do passado que assombram aqueles que vivem. Assim, buscamos analisar como nos dois últimos ciclos de greves de massas no Brasil, que já apresentamos

graficamente logo no início desta introdução, desdobrou-se essa dialética entre conteúdo e forma. Do terceiro ciclo de greves de massas (1978-1996) buscamos apresentar as contradições que lhe deram movimento, a criação das mediações políticas e organizativas do proletariado e a constituição derradeira da aristocracia operária brasileira. Já no interregno entre a derrota destas greves de massas e o seu ressurgimento a partir de 2008, demonstramos como se forjou o auge da aristocracia operária, condicionada pela expansão dos preços das mercadorias exportáveis que deram fôlego à economia dependente em sua fase de especialização exportadora. Com isso, na plenitude de suas forças, a aristocracia operária atuou decisivamente quando da emergência do quarto ciclo de greves de massas (2008-2018), sempre no sentido de não permitir que o conteúdo revolucionário pudesse ganhar forma adequada, acabando por condicionar o caráter regressivo da revolução brasileira nesta última década.

Para construir estas seções, por sua vez, empreendemos uma pesquisa de abordagem majoritariamente qualitativa, ainda que também esteja presente o levantamento e análise de dados quantitativos de fontes secundárias. Desta forma, desenvolvemos o trabalho em grande medida com base na produção teórica da tradição marxista sobre nosso principal objeto de estudo: as greves de massas. Para além disso, a pesquisa pressupôs uma apropriação prévia das categorias apreendidas por Marx nos três livros d'*O Capital*, assim como a consulta de várias referências sobre o processo histórico de desenvolvimento capitalista do Brasil e também das lutas do movimento operário, em especial o brasileiro. Para além disso, outras temáticas secundárias ao desenvolvimento do trabalho também passaram por apropriação bibliográfica, compondo assim o universo categorial utilizado.

Desta maneira, acreditamos ter contribuído com a linha de pesquisa “Questão social, trabalho e emancipação humana”, da qual fazemos parte no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Tendo em vista que a “[...] linha de pesquisa tem como objetivo principal desenvolver investigações a partir da compreensão da ‘questão social’ e suas expressões na sociedade capitalista [...], [considerando-a] como resultante das contradições existentes na relação capital/trabalho, prioritariamente no que condiz ao conflito de classes”, acreditamos que o trabalho que empreendemos auxilia na melhor compreensão da “questão social” tanto na história pregressa quanto no Brasil contemporâneo.

2 GERMINAL

Então, Estêvão pôs-se a ler o cartaz. Era um aviso da Companhia aos mineiros de todas as minas. Avisava-os de que [...] tomava a resolução de aplicar um novo sistema de pagamento para o corte da hulha. [...] O preço do vagão de carvão cortado seria necessariamente diminuído, numa proporção de cinquenta a quarenta cêntimos, segundo a natureza e a distância do corte. E um cálculo bastante obscuro tentava provar que aquela diminuição de dez cêntimos ficaria de fato compensada com o preço do madeiramento. [...]

Estêvão acabou a sua leitura [...]. Tremia-lhe a voz; e quando acabou, todos prosseguiram a olhar fito para o cartaz. O velho mineiro e o rapaz pareciam esperar mais alguma coisa; depois, foram-se, com os ombros caídos.

– Mil raios! – Murmurou o Maheu.

E ele e o companheiro tinham-se sentado, meditabundos, cabisbaixos, enquanto o desfile continuava por diante do papel amarelo; refletiam. Aquilo era uma perfeita ironia! [...] aquela baixa de salário disfarçada! Fazia economia, no bolso dos seus mineiros.

– Com trezentos milheiros de milheiros! – repetia o Maheu, endireitando a cabeça. – Somos uns idiotas se aceitarmos tal coisa.

Mas o postigo estava livre, aproximou-se para receber. [...]

O caixa pagou.

– Perdão, senhor! – balbuciou o Maheu, tremendo. – Está bem certo que não se engana?

Olhava para aquele pouco dinheiro, sem pegá-lo por um tremor que o alcançava até o coração. Decerto esperava por uma fêria má, mas nunca tão pouco, ou ele tinha calculado mal. Em entregando os seus quinhões ao Zacarias, ao Estêvão, e ao outro camarada que tinha substituído o Chaval, sobravam-lhe quando muito cinquenta francos para ele, para o pai, para Catarina e para o Jeanlin. [...]

Como Maheu resolvesse enfim pegar o dinheiro, com a mão trêmula, o empregado reteve-o:

– Espere, tenho aqui o seu nome marcado. Troussaint Maheu, não é? O senhor secretário-geral deseja falar-lhe. Entre, que ele está só.

Fora de si, o operário achou-se num gabinete [...]. E escutou durante cinco minutos o secretário-geral, um sujeito alto e descorado que lhe falava por cima dos papéis, sem se erguer. Mas o zumbido dos ouvidos não o deixava ouvir. Compreendeu mais ou menos que se tratava do seu pai [...]. Em seguida, pareceu-lhe que a voz do secretário se tornava mais dura. Era uma repreensão, acusavam-no de se meter em política, houve uma alusão ao seu hóspede e à Caixa de Providência; afinal, aconselhavam-no a não se comprometer naquelas loucuras, a ele, que era um dos melhores operários da mina. O Maheu quis protestar, não pôde pronunciar senão palavras sem nexos, sem sentido, torceu o boné entre os seus dedos febricitantes e depois retirou-se, gaguejando:

– Certamente, senhor secretário-geral... Prometo ao senhor secretário-geral...

Aqui fora, tendo encontrado Estêvão, que o esperava, explodiu:

– Sou uma besta, eu devia-lhe ter respondido! Ficar sem pão, e ainda por cima de cara alegre! Sim, contra ti é que ele está, disse-me que o cortiço estava com ar revoltado. E que fazer, meu Deus? Curvar o lombo e agradecer. Ele tem razão, é o mais cauteloso.

O Maheu calou-se, ralado ao mesmo tempo de raiva e de temor. Estêvão meditava com ar sombrio. Atravessavam de novo os grupos, que tomavam a rua. A exasperação de povo pacato, um murmúrio ululante de trovoada, sem

violência de gestos, terrível. Algumas cabeças que sabiam calcular tinham feito a conta, e os dois cêntimos, ganhos pela Companhia nos revestimentos, circulavam, exaltavam os crânios mais duros. Mas sobretudo a raiva daquela fêria miserável, a revolta da fome, contra a falta de trabalho e contra as multas. Pouco havia já que comer, não se duvida; mas agora, que será deles, se ainda por cima abaixavam os salários? Nas tavernas, a raiva não podia ser contida, explodia, a cólera secava a tal ponto as goelas, que o pouco dinheiro recebido quedava nos balcões.

De Montsou até o cortiço Estevão e Maheu não trocaram uma palavra. Quando este último voltou, a mulher, que estava sozinha com os pequenos, notou logo que ele não tinha feito as compras.

– Sempre és bem-mandado! – disse ela. – E o meu café? E o meu açúcar? E a minha carne? Olha, não ficarias desgraçado por um bocado de vitela...

Ele, tomado de uma comoção que reprimia, não dava resposta. Depois, aquele rosto rude de homem calejado no trabalho das minas, houve uma palpitação de desespero, e lágrimas como punhos lhe rebentaram dos olhos, caindo em chuva. Sentara-se numa cadeira e chorava como uma criança, arremessando os cinquenta francos para cima da mesa.

– Toma! – balbuciou ele. – Aí está o que eu trago... É o trabalho de todos nós. A mulher olhou para Estevão, viu-o mudo e consternado. Então pôs-se a chorar também. [...]

E do cortiço inteiro, em breve se levantou o mesmo clamor de miséria. [...]

E as ideias semeadas por Estevão cresciam, recrudesciam naquele grito de revolta. Era a impaciência perante a cidade de ouro prometida, a pressa de terem seu quinhão de felicidade, além daquele horizonte de misérias, fechado como um túmulo. Ia muito aumentada a injustiça; acabavam por exigir o seu direito, uma vez que lhe arrebatavam o pão da boca. As mulheres, principalmente, o que queriam era entrar de assalto e sem se fazerem esperar naquela cidade ideal do progresso, onde deixaria de haver miseráveis. [...]

À noite, no Rasseneur, ficou assente a greve. O Rasseneur já não combatia, o Suvarine aceitava-a a título de primeiro ensaio. Com uma frase, Estevão resumiu a situação: *Se a Companhia quer greve, terá greve.* (ZOLA, 2014, p. 190-195)

Explode a greve de mineiros no romance *Germinal*, de Émile Zola. Na tradição do naturalismo literário, a greve, da qual se desdobra a cena, não é apenas contexto, mas sim a grande personagem principal. Não por acaso, o nome da obra é *Germinal*. A greve e o movimento operário são representados como a germinação da nova sociedade, com seus embriões de órgãos de poder de classe orientados para a revolução política de alma social (MARX, 2010a).

Greve que conta com o seu elemento objetivo, material: a crise capitalista que impõe à Companhia a redução de custos para preservar seu capital. Na sociedade em que a força de trabalho é capital variável, reduzir custos se converte em queda salarial dos trabalhadores, miséria e fome que se multiplicam. Todos os operários e suas famílias são afetados enquanto vendedores da sua força de trabalho. Sua única mercadoria é depreciada no mercado. Duas

forças unitárias e contrárias se chocam, cada uma possuindo sua dinâmica interna, opondo-se uma à outra como condição da própria existência. Desta maneira, abre-se “[...] uma antinomia, direito contra direito, ambos baseados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais e opostos, decide a força” (MARX, 2006, p. 273). A força dos mineiros, a greve, é a força do proletariado.

Maheu se move em direção à greve para defender a reprodução de si e de sua família. Junto com ele, todo o cortiço compartilha dos mesmos interesses, todos vivendo por intermédio do assalariamento e subordinados ao mesmo capital. Ali está a expressão da típica *vanguarda operária*, composta de homens e mulheres simples, porém, respeitados entre seus iguais pelo seu compromisso e seriedade com o trabalho. A luta é apenas pela reprodução da própria força de trabalho, buscando receber um salário suficiente para comprar o café, o açúcar e a carne. Triste sina do operário preso na posição de *classe em si*: lutar e, às vezes, morrer – tal como Maheu ao final do livro – para poder, no mínimo, viver como objeto da exploração do capital.

Greve que também tem seu elemento subjetivo, político e organizativo. Estêvão, que começa o livro como um “espectro que ronda a Europa” (MARX; ENGELS, 2010), ganha a forma de agitador político. Estabelece contato com a Associação Internacional dos Trabalhadores e com a literatura revolucionária, organiza a Caixa de Providência e passa a semear ideias emancipadoras no cortiço onde vivem os mineiros. Tal como Maheu, Estêvão também é respeitado pelos operários, mas tem um respeito de outro tipo, que emerge da sua elevação intelectual diante da brutalidade da vida cotidiana dos operários. Intelectualidade que não é mesquinha e escolástica, mas sim colocada em compromisso revolucionário, a serviço da independência de classe. Assim, é reconhecido como *vanguarda política*, sempre se defrontando com a disputa entre as diferentes tendências do movimento operário: o reformismo na figura de Rasseneur, o dono da taverna, e o anarquismo representado por Souvarine, o refugiado político.

No encontro de Maheu e Estêvão, e no respeito mútuo que estabelecem, ocorre o encontro da *vanguarda operária* com a *vanguarda política*, ou seja, a *classe em si*, que já existe para o capital, começa a criar as condições políticas para se transformar em *classe para si*. Nos termos de Marx:

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, [...] essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política. (MARX, 2009, p. 190)

Ao final, a greve dos mineiros, isolada, é derrotada. Não sem deixar a experiência que emerge das lutas de classes: as sementes que haveriam de germinar. Estêvão, dirigindo-se para Paris, carrega consigo a História. No caminho, observa que seus camaradas trabalhadores se multiplicaram. Na esteira do incessante e contraditório desenvolvimento capitalista, a *classe em si* se amplia.

Por toda a parte as sementes inchavam, abrigavam-se, gretavam o chão, ardentes de uma necessidade de calor e de luz. Escorria um transbordar de seiva com vozes sussurrantes; o murmúrio dos germes expandia-se num longo beijo. E mais e mais – cada vez mais distintamente – os camaradas cavavam. Sob os raios inflamados do astro-rei, por aquela manhã de juventude, era daquele rumor que a campina estava grávida. Surgiam homens; um exército negro, vingador, que germinava lentamente nos alqueives, nascendo para as colheitas do século, e cuja germinação não tardaria a fazer rebentar a terra. (ZOLA, 2014, p. 528)

O calor que favorece a germinação das sementes que não tardarão em rebentar a terra, por sua vez, são as próprias lutas de classes, que têm nas greves seu ponto central. As greves, que emergem justamente do movimento contraditório do capital, se na aparência são o “mero” ato de cruzar os braços e parar de trabalhar, na essência são momentos fundamentais de ampliação de consciência da classe trabalhadora. A classe, cuja força de trabalho é objeto da exploração capitalista, deixa de trabalhar para a classe proprietária e passa a trabalhar para si mesma. Assim, mesmo quando a greve fica restrita aos aspectos econômicos corporativos imediatos, ela não é apenas isso. Na prática, pela vivência coletiva dos trabalhadores em confronto direto com o capital e o Estado, a greve trata de desvelar embrionariamente os pressupostos do socialismo: a emancipação dos trabalhadores e da sociedade (PINTO, 1962).

Neste quadro histórico das greves que buscaremos avançar nesta seção do trabalho. Tratando-se de uma seção germinal, buscaremos apreender a forma como Marx e Engels, os fundadores da concepção materialista da história, compreenderam as classes e as lutas de classes na sociedade capitalista desenvolvida. A partir disso, detalharemos a maneira com que os autores apresentaram as greves enquanto elemento central dessas lutas de classes. Por fim, para não alimentar qualquer romantismo sobre as greves, demonstraremos a forma como os autores apontaram seus limites nos marcos do sistema de trabalho assalariado – e de sua institucionalização no Estado –, portanto, a clareza da necessidade do encadeamento das greves com a revolução política com alma social.

2.1 HISTÓRIA, TRABALHO E LUTAS DE CLASSES

“A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2010, p. 40). Assim inicia o primeiro capítulo do *Manifesto do Partido Comunista*, com uma afirmação que, a despeito de ser curta, guarda consigo uma enorme síntese histórica. Nela, Marx e Engels apresentaram politicamente sua concepção materialista da história, na qual o trabalho aparece enquanto substância da riqueza produzida socialmente. Como já elaborado n’*A Ideologia Alemã* (2007), o mundo sensível, este que rodeia a todos os homens com seus limites e possibilidades determinadas, é:

[...] o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram a ordem social de acordo com as necessidades alteradas. (MARX; ENGELS, 2007, p. 30)

Portanto, este mundo sensível de que Marx trata no início do *Manifesto do Partido Comunista* já se apresenta diante dos homens dividido em classes sociais, de antemão à existência dos indivíduos e de sua pretensa autonomia da vontade. Herdam o mundo em que vivem tal como é, produto de séculos e séculos da atividade de gerações que lhes antecederam, cada qual com sua forma particular de intercâmbio material e organização social, e não como o idealizam. Que se reforce, a herança não é passada por deus ou por qualquer outra entidade metafísica, mas sim pela atividade dos próprios homens associados, que, ao transformarem a natureza por meio do seu processo de trabalho, produzem um produto, passível de ser entregue como herança àqueles lhe sucedem. Portanto, a maneira como determinada forma particular de intercâmbio e organização se desenvolve, chegando ao ponto de transitar para outra forma particular de intercâmbio e organização, só pode se desdobrar por meio da história e na própria história, constituindo, com isso, a História⁷.

Por isso, se a história desse desenvolvimento que perpassa as gerações que se sucedem só existe por meio da atividade humana, o pressuposto intransponível para sua existência é a de que os próprios homens existam, “vivam para poder ‘fazer história’” (Ibid., p. 33). E para existir, primeiramente é preciso produzir os meios da própria existência através da sua atividade laboriosa, por meio do trabalho que satisfaz suas necessidades⁸. Assim, se o trabalho é a

⁷ “Conhecemos uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser examinada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. Os dois lados não podem, no entanto, ser separados; enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente” (MARX; ENGELS, 2007, p. 86-87).

⁸ “O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos” (MARX; ENGELS, 2007, p. 33).

mediação intransponível para a própria existência da história humana, é preciso considerá-lo, antes de tudo, à parte de qualquer estrutura social, ou seja, o trabalho em suas determinações essenciais. Neste sentido é que Marx inicia a exposição sobre o trabalho n’*O Capital* (2006) afirmando que:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços, pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve suas potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sob a forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 2006, p. 211-212)

Desta forma, duas determinações do processo de trabalho, independentemente da forma social sob a qual este aparece, já se apresentam. Em primeiro lugar, o intercâmbio dialético entre o homem e a natureza, em que o primeiro manipula as forças da natureza – incluindo aí sua própria natureza corpórea – em busca de um efeito útil, adequado a atender suas necessidades. Ao fazer isso, modifica tanto a natureza quanto a si mesmo, desenvolvendo naquela as suas potencialidades antes adormecidas e submetendo-as ao domínio humano. Com isso, engendra-se o segundo pressuposto da história humana: o de que os homens, ao trabalharem e transformarem a natureza para atender suas necessidades de existência (comida, bebida, moradia, vestimentas, etc.), acabam por criar, constantemente, novas necessidades não mais apenas “naturais”, mas também e principalmente históricas⁹.

Na sequência, aparece a segunda determinação do processo de trabalho: a prévia ideação do resultado do trabalho na mente humana, ou seja, a capacidade de planejamento. Esta segunda determinação, por sua vez, é a que imprime forma exclusivamente humana ao trabalho, ultrapassando sua determinação instintiva e plasmando conteúdo social ao processo de trabalho.

⁹ “O segundo ponto é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico” (Ibid., p. 33).

Isso pelo fato de que, diante desta segunda determinação, não ser mais indiferente o objetivo buscado pela humanidade através trabalho. Assim, torna-se completamente distinta, por exemplo, a forma social de organização do trabalho em que a produção de mandioca está orientada para saciar a necessidade de alimentação de uma tribo primitiva de outra forma social em que ela é produzida e processada em um sistema agroindustrial e vendida em larga escala como mercadoria, tendo como objetivo saciar não a fome, mas sim a necessidade de valorização do valor da sociedade capitalista.

Por fim, se ao trabalho compete garantir a produção e reprodução ininterrupta da vida e, ao mesmo tempo, a produção e reprodução de determinadas necessidades históricas, um terceiro pressuposto da história humana é a própria existência das gerações que se sucedem, que herdaram a história pregressa e lançam as bases para a futura. A terceira condição para que a humanidade exista enquanto gênero humano que avança e cria unidade à história é, portanto, que ela se reproduza, que crie outros homens, garanta a reprodução material destes, para que sejam condicionados e determinados a carregar os fantasmas do passado como uma maldição que assombra os vivos, pagando um tributo aos mortos para dar sequência ao legado histórico vivo da humanidade¹⁰.

Estes três pressupostos da história humana – a produção ininterruptamente da vida, a criação de necessidades históricas e a reprodução do próprio gênero humano –, por sua vez, coexistem desde o momento em que os primeiros homens passaram a fazer a história¹¹. Engendram, como um todo orgânico, um determinado modo de produção da vida, que é, ao mesmo tempo, tanto natural – já que a própria natureza dos homens é fazer sua história – quanto social, pressupondo a cooperação de vários indivíduos. Diante disso:

Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou uma determinada fase social – modo de cooperação que é, ele próprio, uma “força produtiva” [...]. Mostra-se, portanto, desde o princípio, uma conexão materialista dos homens entre si, conexão que depende das necessidades e do modo de produção e que é tão antiga quanto os próprios homens – uma conexão que assume sempre novas formas e que apresenta, assim, uma “história”, sem que precise existir qualquer absurdo político ou religioso que também mantenha os homens unidos. (MARX; ENGELS, 2007, p. 34)

¹⁰ “A terceira condição que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que renovam diariamente a sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar – a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a família. Essa família, que no início constitui a única relação social, torna-se mais tarde, quando as necessidades aumentadas criam novas relações sociais e o crescimento da população gera novas necessidades, uma relação secundária [...] e deve, portanto, ser tratada e desenvolvida segundo os dados empíricos e não segundo o ‘conceito de família’ [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 33-34).

¹¹ “[...] esses três aspectos da atividade social não devem ser considerados como três estágios distintos, mas sim apenas como três aspectos ou, [...] como três ‘momentos’ que coexistem desde os primórdios da história e desde os primeiros homens, e que ainda hoje se fazem valer na história” (Ibid., p. 34).

Nesse sentido, por quais mecanismos a história da humanidade se humanizando através do trabalho, que aparenta ser tão harmoniosa em seu processo de desenvolvimento quando a vislumbramos em seus pressupostos mais elementares, ganha os contornos políticos de um conflito ou, no mesmo sentido, de uma luta, a luta de classes, tal como desenvolvido no *Manifesto do Partido Comunista*? De um lado, a opulência de poucos proprietários privados, de outro, uma massa proletária que, quanto mais trabalha, mais empobrece; que quanto mais desenvolve as forças produtivas, mais está em contradição com esta força que enquanto classe desenvolveu, mas que lhe aparece como poder externo que o subjuga (MARX; ENGELS, 2010b).

Para entender tal contradição, portanto, é necessário avançar para além dos pressupostos e determinações gerais tanto da história quanto do processo de trabalho. É preciso, fundamentalmente, compreender a forma particular que os elementos componentes do processo de trabalho, este que é base da história, se apresentam na sociedade atravessada pelas lutas entre as classes. Em primeiro lugar, decompondo o processo de trabalho, encontramos entre seus elementos constitutivos: “1) uma atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho” (MARX, 2006, p. 212). Se em relação ao próprio trabalho já apreendemos as suas determinações fundamentais anteriormente – intercâmbio dialético entre homem e natureza e prévia ideação – e nelas não encontramos nenhuma característica que condicionasse a existência da sociedade dividida em classes, torna-se decisivo avançar, tal qual Marx (2006), para o estudo dos outros dois elementos que compõem o processo de trabalho.

Em relação à matéria a que se aplica o trabalho, ou seja, o objeto de trabalho, o homem se defronta, primeiramente, com a terra (compreendendo-a em seu sentido ampliado, como aquilo de que a natureza dispõe originalmente à humanidade) como “objeto universal do trabalho” (Ibid., p. 212) e, no caso deste objeto já ser produto de trabalho anterior, como matéria-prima. Já o meio de trabalho é aquela coisa ou complexo de coisas inseridas entre o trabalhador e o objeto de trabalho, servindo para conduzir a atividade humana sobre este objeto. Assim, um boi, quando abatido e transformado em carne para consumo humano, é um objeto de trabalho, sendo que o mesmo boi, se utilizado para puxar um arado, torna-se meio de trabalho, algo que ocorre com todas as coisas de que o homem dispõe diante de si, passíveis de serem transformadas através do seu processo de trabalho, sejam elas naturais ou produto do trabalho pretérito.

Assim, no processo de trabalho se confrontam esses três componentes, sendo que a atividade humana subordina os objetos e meios de trabalho a um determinado fim, previamente idealizado em sua mente. O processo, portanto, extingue-se quando o produto anteriormente idealizado ganha forma, aparece de fato enquanto produto passível de ser utilizado. Assim, tal qual dito por Marx, “O que se manifestava em movimento, do lado do trabalhador, se revela agora qualidade fixa, na forma de ser, do lado do produto. Ele teceu, e o produto é tecido” (MARX, 2006, p. 215). Desta forma, “Observando-se todo o processo do ponto de vista do resultado, do produto, evidencia-se que o meio e objeto de trabalho são meios de produção e o trabalho é trabalho produtivo” (Ibid., p. 215). Por fim, tomando como pressuposto um processo de trabalho já atravessado pela história, em que a humanidade já se desenvolveu ao ponto de transformar grande parte dos meios de produção (objetos e meios de trabalho) e dos meios de subsistência (necessários para manter os homens que trabalham vivos) em produtos da atividade humana pretérita, temos três seres que inexoravelmente habitam o processo humano de produção quando pensado em sua totalidade: o trabalhador produtivo; os meios de produção; e o produto do trabalho.

Tendo em vista, por sua vez, que todo processo de produção humano para além de em parte natural é, crescentemente, social, só é possível pensar a humanidade enquanto uma relação social oposta à dos indivíduos isolados, pressupondo, portanto, a cooperação de vários indivíduos, que compartilham entre si as condições, o modo e a finalidade do processo de produção (MARX; ENGELS, 2007). Diante disso, Marx e Engels definem que:

[...] um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou uma determinada fase social e que, portanto, a “história da humanidade” deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas. [...] Mostra-se, portanto, uma conexão materialista dos homens entre si, conexão que depende das necessidades e do modo de produção e que é tão antiga quanto os próprios homens – uma conexão que assume sempre novas formas e que apresenta, assim, uma “história”, sem que precise existir qualquer absurdo político ou religioso que também mantenha os homens unidos. (MARX; ENGELS, 2007, p. 34)

Assim, destarte, se o trabalho dos homens é, inexoravelmente, em qualquer que seja a sociedade, a substância desta sociedade, a forma como os homens trabalham, o modo de produção, modifica-se na história, condicionado que está pelo grau do desenvolvimento das forças produtivas. Por conta disso, a história das lutas de classes, que aparece na formulação política de Marx e Engels no seu famoso manifesto, só adquire sentido quando compreendida como uma forma histórica particular de produção da existência social em que a objetivação do trabalho (seu produto) deixou de existir como posse coletiva da sociabilidade que lhe produziu,

passando a assumir a forma de propriedade privada de indivíduos. Desta forma, o trabalho que antes era processo de efetivação do trabalhador, quando este se reconhecia no seu produto, torna-se trabalho alienado, princípio de desefetivação do trabalhador no mundo das coisas que, apropriadas privadamente e como poder externo e hostil ao trabalhador, passam a lhe dominar e desumanizar aparecendo como mercadorias – objetos de troca mercantil (MARX, 2006; 2010).

Por isso mesmo, a crítica radical ao existente empreendida por Marx, tal como colocada nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (2010b), não parte de indivíduos abstratamente idealizados, com base em uma abstração do real sem concretude histórica. Parte, isso sim, da própria realidade concreta em que estava inserido, o modo de produção capitalista, no qual o desenvolvimento da produção humana é marcado pela larga e crescente oposição entre a riqueza social (a valorização do mundo das coisas, das mercadorias) e a pobreza do trabalhador (a desvalorização do mundo dos homens). Além disso, como não era um empirista que estabelece a experiência sensível como única forma de apreensão do real, Marx parte também de pressupostos elaborados pela economia política nacional, ou seja, de todo o acúmulo científico da própria burguesia elaborado na sua consolidação enquanto classe dominante. Assim, nos termos do autor:

Partimos dos pressupostos da economia nacional. Aceitamos sua linguagem e suas leis. Supusemos a propriedade privada, a separação de trabalho, capital e terra, igualmente do salário, lucro de capital e renda da terra, da mesma forma que a divisão do trabalho, a concorrência, o conceito de valor de troca etc. A partir da própria economia nacional, com suas próprias palavras, constatamos que o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência (*Macht*) e à grandeza (*Grösse*) da sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos, portanto a mais tremenda restauração do monopólio, que no fim a diferença entre o capitalista e o rentista fundiário (*Grundrentner*) desaparece, assim como entre o agricultor e o trabalhador da manufatura, e que, no final das contas, toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos *proprietários* e dos *trabalhadores* sem propriedade.

A economia nacional parte do fato dado e acabado da propriedade privada. Não nos explica o mesmo. (MARX, 2010b, p. 79, grifo do autor)

Com isso, Marx trabalha perante uma realidade que já pressupõe, prática e teoricamente, a existência da propriedade privada como princípio da sociedade moderna. E, diante desse pressuposto histórico, seus desdobramentos objetivos na separação entre trabalho, capital e terra (e seus rendimentos associados: salário, lucro e renda); na divisão social do trabalho (produção para outrem e não para si mesmo); na concorrência entre os produtores no mercado (cada qual querendo ampliar ao máximo o seu rendimento); no valor de troca; e, enfim, em todas as categorias já apreendidas anteriormente pela economia nacional burguesa.

Assim, o trabalho do autor, que vai ocupar a centralidade da sua atividade intelectual, será o de profanar estas categorias, rompendo com o véu “natural” que a economia nacional lhes atribuía e desvelando assim:

[...] a interconexão essencial entre a propriedade privada, a ganância, a separação de trabalho, capital e propriedade da terra, de troca e concorrência, de valor e desvalorização do homem, de monopólio e concorrência etc., de todo o estranhamento¹² (*Entfremdung*) com o sistema do *dinheiro* (MARX, 2010b, p. 80, grifo do autor)

Se para a economia política nacional a propriedade privada aparecia como fato dado e acabado, intransponível, em Marx ela será um mero produto histórico, atravessado pelos pressupostos da atividade humana sensível, tendo o trabalho como fundamento da sua produção. De categorias naturais, passam a ser categorias históricas, portanto, datadas e passíveis de serem superadas historicamente. A própria categoria propriedade – uma condição da produção, já que aqueles que produzem precisam se apropriar da produção – passa a ser desdobrada em perspectiva histórica, o que fica claro quando o alemão faz a crítica às concepções dos economistas (Smith e Ricardo) afirmando que:

Toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior e por meio de uma determinada forma de sociedade. Nesse sentido, é tautologia dizer que a propriedade (apropriação) é uma condição da produção. Mas é ridículo saltar daí a uma forma determinada da propriedade, a propriedade privada, por exemplo, (o que, além disso, pressupõe uma forma antagônica, a não-propriedade, como condição). A história nos mostra, ao contrário, a propriedade comum (entre os índios, os eslavos, os antigos celtas etc., por exemplo), como a forma primitiva, forma que, todavia, desempenhou durante muito tempo um importante papel, sob o aspecto da propriedade comunal (MARX, 2008c, p. 243).

Do mesmo modo, Marx adverte sobre a necessidade de localizar as categorias na história, haja vista que são “determinações de existência”:

Quando se estuda a marcha das categorias econômicas e em geral qualquer ciência social histórica, sempre convém recordar que o sujeito - a sociedade burguesa moderna, nesse caso - se encontra determinado na mentalidade tanto quanto na realidade, e que as categorias, portanto, exprimem formas de vida, determinações de existência, e amiúde somente aspectos isolados dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a [Economia Política] não aparece também como ciência senão unicamente a partir do momento em que trata dela como tal (MARX, 2008c, p. 265).

Com isso, em meio a esse processo de dessacralização das categorias, a propriedade privada surge não mais como natural, mas como síntese de um processo histórico. Sendo ele,

¹² Apesar da tradução adotada pela edição da Boitempo dos *Manuscritos Econômicos Filosóficos* (MARX, 2010b) utilizar o termo *estranhamento* em substituição ao clássico termo *alienação*, tal qual utilizado em outras traduções anteriores, continuaremos utilizando a terminologia original, que na avaliação de Lessa (2011), da qual compartilhamos, é mais adequada para expressar o momento negativo do processo de exteriorização dos homens através do trabalho engendrado pela existência da propriedade privada. Portanto, a partir daqui, sempre que citarmos a edição de 2010 da Boitempo, substituiremos entre colchetes o termo *estranhamento* pelo de *alienação*.

por sua vez, a forma particular da objetivação do trabalho humano na sociedade de classes: o trabalho alienado. Desta maneira, se o objeto produzido no processo de trabalho aparece como mercadoria, alienada do trabalhador que lhe produziu, quanto maior é a capacidade de produzir objetos, “[...] o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão” (MARX, 2010b, p. 80). E, se já estamos diante de uma sociedade que produz como mercadorias os meios de produção e os meios de subsistência do trabalhador, este é despojado inclusive dos meios de vida e de trabalho, que se apresentam como um imenso poder hostil e de imposição externa ao trabalhador. Nos termos de Marx:

“[...] o trabalhador se torna, portanto, um servo do seu objeto. Primeiro, porque ele recebe um *objeto de trabalho*, isto é, recebe *trabalho*; e, segundo, porque recebe *meios de subsistência*. Portanto, para que possa existir, em primeiro lugar, como trabalhador e, em segundo lugar, como *sujeito físico*. O auge desta servidão é que somente como *trabalhador* ele pode se manter como *sujeito físico* e apenas como *sujeito físico* ele é trabalhador” (MARX, 2010b, p. 82, grifo do autor).

Assim, se os meios de produção e os meios de subsistência já são mercadorias, alienados do trabalhador, não apenas o produto do trabalho passa a lhe ser oposto, mas também o próprio processo de trabalho. Desta forma, se a exteriorização do produto é uma necessidade inerente ao processo de produção, em que o sujeito que trabalha é efetivamente distinto do que é produzido – a diferença daquele que tece do que é tecido –, a forma como o *sujeito físico* só consegue se transformar em *trabalhador* e o trabalhador em *sujeito físico* quando lhe são disponibilizados por um terceiro os meios de produção e os meios de subsistência, faz com que o próprio processo de trabalho agora lhe apareça como alienado. O trabalho deixa de ser um ato pleno de sentido através da realização de uma carência e passa a ser apenas um meio forçoso para que consiga garantir a satisfação de necessidades que, de antemão, existem fora dele. Quando no trabalho, por sua vez, o trabalhador não pertence a si mesmo, mas sim a um outro. Perde-se a si mesmo, entrega-se de forma não voluntária a um outro que comanda externamente o processo de trabalho (MARX, 2010b). Desta maneira, não é de se admirar a brutalização a que o trabalhador é submetido, sendo que, nos termos de Marx:

Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como ser livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos etc., e em suas funções humanas só se sente como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal. Comer, beber e procriar etc., são também, é verdade, funções genuinamente humanas. Porém na abstração que as separa da esfera restante da atividade humana, e faz delas finalidades últimas e exclusivas, são funções animais. (MARX, 2010b, p. 83)

Por fim, se o homem se faz homem somente através do trabalho – entendido como um ser genérico, universal, produtor e produto da sua história –, tal processo de alienação do homem em relação ao processo de trabalho aliena-o inclusive desta sua particularidade que lhe torna parte distinta no interior do mundo natural. Alienado do seu processo de mediação com a natureza, deixa de se reconhecer na natureza. Alienado do seu processo histórico de transformação do mundo natural, deixa de se reconhecer na história. Sem natureza e sem história, torna-se mesquinho, sendo a sua atividade genérica – o trabalho – apenas o meio para a sua existência individual. Portanto, a vida genérica do homem é rebaixada a uma vida individual, e sob a ocorrência imediata de todas estas formas de alienação, ocorre a alienação do homem pelo próprio homem, em que os indivíduos se consideram, mutuamente, apenas enquanto veículos para reprodução de si mesmos como proprietários privados. Não veem em suas relações sociais o intercâmbio consigo mesmos, com seu produto, com seu processo vital e com o próprio gênero humano. Veem apenas um *outro* homem, estranho e oposto, em concorrência consigo mesmo. “Na relação do trabalho [alienado] cada homem considera, portanto, o outro segundo o critério e a relação na qual ele mesmo se encontra como trabalhador” (Ibid., p. 86).

Assim, a partir dessas formas particulares das determinações do trabalho alienado, Marx faz uma pergunta fundamental para compreendermos as lutas de classes:

Se o produto do trabalho me é [alienado], se ele defronta-se comigo como poder [alienado], a quem pertence então?
 Se minha própria atividade não me pertence, é uma atividade [alienada], forçada, a quem ela pertence, então?
 A *outro* ser que não eu.
 Quem é este ser?
 Os *deuses*? Evidentemente nas primeiras épocas a produção principal, como por exemplo a construção de templos etc., no Egito, na Índia, no México, aparece tanto a serviço dos deuses, como também o produto pertence a eles. Sozinhos, porém, os deuses nunca foram os senhores do trabalho. Tampouco a *natureza*. [...]
 O ser *estranho* ao qual pertence o trabalho e o produto do trabalho, para o qual o trabalho está a serviço e para a fruição do qual está o produto do trabalho, só pode ser o *homem* mesmo.
 Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder estranho que está diante dele, então isto só é possível pelo fato de o produto do trabalho pertencer a um *outro homem fora do trabalhador*. Se sua atividade lhe é martírio, então ela tem de ser *fruição* para um outro e alegria de viver para o outro. Não os deuses, não a natureza, apenas o homem mesmo pode ser este poder estranho sobre o homem.
 (MARX, 2010b, p. 86, grifo do autor)

Portanto, da contradição entre o trabalho como atividade essencial que humaniza o homem na história e a sua particularidade de trabalho alienado que o desumaniza, aparece a síntese da propriedade privada como aquilo que unifica dois polos opostos e associados. Por

um lado, o desenvolvimento das forças produtivas e a libertação do homem na história. De outro, a forma particular deste desenvolvimento sob as relações sociais baseadas na propriedade privada, expressão e produtora da alienação. Oposição, por sua vez, que também aparece na própria divisão entre as classes: de um lado, proprietários privados da própria força de trabalho, trabalhadores que alienam sua capacidade de trabalho no mercado; de outro, proprietários privados dos meios de produção, em sua forma burguesa: capitalistas.

E aqui retornamos à frase do *Manifesto do Partido Comunista* que abriu nossa discussão. Se a história é a história das lutas de classes, o que define estas classes é justamente a posição que ocupam no modo de produção da riqueza, se são *homens fora do trabalhador* ou *trabalhadores*. “Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada” (MARX; ENGELS, 2010b, p. 40). Em última medida, as próprias classes ainda são a expressão do trabalho alienado, a forma particular, historicamente determinada, com que a propriedade privada dos meios de produção é distribuída.

Como colocado por Marx na *Introdução à crítica da economia política*:

[...] as relações e os modos de distribuição aparecem apenas como o inverso dos agentes de produção. Um indivíduo que participe na produção por meio do trabalho assalariado, participa na repartição dos produtos, resultado da produção, na forma do salário. A articulação da distribuição é inteiramente determinada pela articulação da produção. A própria distribuição é um produto da produção, não só no que diz respeito ao objeto, podendo apenas ser distribuído o resultado da produção, mas também no que diz respeito à forma, pois o modo preciso de participação na produção determina as formas particulares da distribuição, isto é, determina de que forma o produtor participará na distribuição. (MARX, 1978a, p. 112)

Na sequência desse argumento, adverte que a distribuição, antes de ser distribuição dos produtos do trabalho, é distribuição dos instrumentos e dos meios de produção, o que acaba por determiná-la. Nos próprios termos de Marx:

[...] antes de ser distribuição de produtos é: 1º - a distribuição dos instrumentos de produção; 2º - o que é uma nova determinação da mesma relação - a distribuição dos membros da sociedade nos diferentes gêneros de produção (subordinação dos indivíduos sob relações determinadas de produção). A distribuição dos produtos é manifestamente um resultado dessa distribuição que se encontra incluída no próprio processo de produção e determina a organização da produção. Considerar a produção deixando de lado essa distribuição que encerra é, evidentemente, abstração vazia, enquanto que, ao contrário, a distribuição dos produtos deriva por si mesmo daquela distribuição que originariamente constituía um momento da produção (MARX, 2008c, p. 253).

Por isso mesmo, diante da dinâmica da reprodução ampliada do modo de produção capitalista (MARX, 2006), esta forma particular de produção de mercadorias que amplia

incessantemente a oposição entre proprietários privados dos meios de produção e proprietários privados da própria força de trabalho, a sociedade burguesa moderna, “[...] caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado” (MARX; ENGELS, 2010, p. 41).

Entretanto, esta oposição das classes sociais – burgueses e proletários – que já está dada na própria relação de produção e distribuição, ou seja, já existe enquanto *classe em si*, precisará da atividade histórica das próprias classes enquanto tal para ganhar contornos políticos. Não esqueçamos que a propriedade privada que emerge do trabalho alienado faz também dos trabalhadores proprietários individuais da própria força de trabalho, concorrentes entre si, que não se reconhecem imediatamente enquanto partes de uma classe social. Mesmo que já existam enquanto *classe em si* pela unidade de sua condição objetiva de trabalhadores assalariados submetidos ao jugo do capital, podem também se reconhecer apenas enquanto concorrentes no mercado de força de trabalho.

A contradição é patente, já que, de um lado, a classe trabalhadora é composta por *indivíduos* que vendem a própria força de trabalho enquanto mercadoria no mercado, remunerada *individualmente* sob a forma salário; de outro, pela identidade das condições dessa venda e da vida a ela associada, da qual emerge uma *potencial comunidade de interesses* entre estes *indivíduos* trabalhadores. Por isso, ao compartilharem condições objetivas unitárias na sua inserção enquanto *classe em si*, podem criar *associações permanentes em defesa do seu próprio interesse*. A classe, desta forma, não se organiza enquanto classe por “altivez de valores individuais”, tal qual a solidariedade, a nobreza ou a superioridade moral em relação aos exploradores, como pensam os idealistas. O que promove a unificação dos trabalhadores é a sua compreensão racional de um determinado interesse objetivo unitário: melhorar as condições de assalariamento através da superação da concorrência entre os próprios trabalhadores. E para isso, nada mais profícuo que o processo histórico de desenvolvimento capitalista industrial, no qual, segundo as palavras de Marx e Engels:

[...] com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica; comprime-se em massas cada vez maiores, sua força cresce e ele adquire maior consciência dela. Os interesses e as condições de existência dos proletários se igualam cada vez mais à medida que a máquina extingue toda a diferença de trabalho e quase por toda parte reduz o salário a um nível igualmente baixo. Em virtude da concorrência crescente dos burgueses entre si e devido às crises comerciais que disso resultam, os salários se tornam cada vez mais instáveis; o aperfeiçoamento constante e cada vez mais rápido das máquinas torna a condição de vida do operário cada vez mais precária; os choques individuais entre o operário singular e o burguês singular tomam cada vez mais o caráter de confrontos entre duas classes. Os operários

começam a formar coalisões contra os burgueses e atuam em comum na defesa de seus salários; chegam a fundar associações permanentes a fim de se precaver de insurreições eventuais. Aqui e ali a luta irrompe em motim.

De tempos em tempos os operários triunfam, mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a *união cada vez mais ampla dos trabalhadores*. (MARX; ENGELS, 2010, p 47-48, grifo nosso)

Neste quadro histórico de desenvolvimento do conflito entre as classes sociais na sociedade moderna, os autores identificaram o aspecto essencial que fincaria as bases para a emancipação humana em contraposição à propriedade privada: a *associação permanente dos trabalhadores* e a *união cada vez mais ampla dos trabalhadores*. Neste sentido, o trabalho associado é intrínseco à emancipação social defendida por Marx, pois somente numa sociedade emancipada é que se põe a possibilidade de a humanidade desenvolver ao máximo a *união cada vez mais ampla dos trabalhadores*, livre do domínio dos *homens fora do trabalho*. Portanto, nesta união cada vez mais ampla de trabalhadores está o ponto central do tema da emancipação, elemento que só pode se desenvolver por sobre a contradição básica da *classe em si*.

Os indivíduos trabalhadores, no confronto histórico com a classe proprietária, que lhe fornece mesquinha oposição quando aqueles saem em busca de melhoria de sua condição individual de assalariamento, reconhecem-se enquanto classe e abandonam a aparência de indivíduos. Que fique claro, não há aqui uma soberania do indivíduo como “ator da ação política”. O indivíduo de que tratamos só existe mediante sua posição de classe, subsumido de antemão, antes mesmo de se perceber enquanto indivíduo, à uma classe em oposição à outra classe. Este conflito, por sua vez, não é cultural ou moral – apesar de também guardar sua dimensão cultural e moral. O conflito é a expressão política do antagonismo que existe na base do próprio processo de criação da realidade sensível: o trabalho alienado. Portanto, o conflito entre as classes se autonomiza dos indivíduos, torna-se a “história de todas as sociedades”, a “história das lutas de classes”. Tal como colocado por Marx e Engels:

[...] a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela. (MARX; ENGELS, 2007, p. 63)

A superação desta subsunção que se impõe com a força de uma lei social, portanto, só pode se dar pela própria abolição das classes, esta expressão objetiva e intransponível do trabalho alienado. E, neste caso, como em qualquer outro, também a abolição das classes não é obra do acaso ou da vontade individual, mas obra das próprias classes em luta. No entanto, não de qualquer classe, mas sim, apenas e somente, a classe que, com base no desenvolvimento das forças produtivas do próprio modo de produção capitalista em sua fase da grande indústria

moderna (MARX, 2006), encontra-se desprovida de qualquer propriedade dos meios de produção e subsistência e em contradição incontornável com a propriedade privada da imensa riqueza social que ela mesma produziu. Portanto, obra do proletariado, que já não tem “[...] nenhum interesse particular de classe a impor à classe dominante” (MARX; ENGELS, 2007, p. 64).

Assim, não se trata apenas da *classe em si*, esta que se movimenta em luta por seu interesse imediato, buscando impedir perdas e impor melhorias ao sistema de trabalho assalariado vigente. Mas da *classe* que, diante do seu movimento, dá um salto de qualidade enquanto *classe para si* ao compreender que o limite da própria reivindicação salarial se dá na existência da *classe antagônica*, a *burguesia*, sendo a própria existência do sistema de trabalho assalariado, com a concorrência entre os indivíduos trabalhadores, o principal meio de dissuadir o movimento da *classe em si* ao fragmentá-la. Com isso, no acúmulo desse movimento, a classe já não luta apenas para que este *outro* que compra sua força de trabalho pague um melhor preço à sua mercadoria no mercado. Passa a compreender, até mesmo instintivamente, a necessidade de destruir este *outro* que lhe impede o acesso à riqueza social que eles mesmos produziram e, ao liquidar a classe que lhe opõe, eliminar todas as instituições que lhe dão sustentação histórica – a propriedade privada e suas formas de rendimento (salário, lucro e renda da terra), o Estado, a ideologia dominante, etc.

Criam-se, com isso, as bases para a superação da propriedade privada, apenas e somente a associação da classe despossuída da propriedade dos meios de produção e, portanto, desinteressada na existência das classes sociais ao confrontar-se com a classe dos proprietários. Assim, por meio da ascensão das lutas de classes, o proletariado vai adquirindo historicamente a consciência de si. No desenvolvimento da contradição elementar da *classe em si*, por meio da luta que ganha forma política na associação, o proletariado vai se transformando em *classe para si*. Portanto, consciência de classe e organização política do proletariado andam de mãos dadas, não havendo qualquer possibilidade de o proletariado superar sua condição material de indivíduo assalariado senão por meio do desenvolvimento do conflito que cria a necessidade da sua organização enquanto classe.

Diante disso, compreendemos a razão essencial, baseada no trabalho alienado e na propriedade privada, para a afirmação de que a “história das sociedades é a história da luta de classes”. Resta agora detalhar melhor a própria apreensão de Marx e Engels sobre o movimento grevista, a forma concreta com que o conflito de classes ganha forma e centralidade na sociedade moderna.

2.2 GREVES: EXPRESSÃO CENTRAL DAS LUTAS DE CLASSES

O debate sobre o sentido das greves, a forma característica do movimento do proletariado em defesa de seu salário e de suas condições de vida, desde cedo esteve presente na obra de Marx e Engels. Já nos primeiros escritos dos autores, na década de 40 do século XIX, a luta econômica do movimento operário ganhava relevo no debate. Isso não se dava, obviamente, em função de uma vontade dos analistas, mas sim, e primordialmente, pelo desenvolvimento das relações capitalistas de produção e a criação de um robusto proletariado, especialmente na Inglaterra, país onde primeiro se desenvolveu o modo de produção capitalista.

Tal fato ocorre na esteira da industrialização e urbanização da sociedade, em que após um longo processo histórico de expropriação dos produtores diretos da riqueza dos seus meios de produção e subsistência – iniciado ainda no século XIV –, a chamada acumulação primitiva (MARX; 2006) terá como fruto a força de trabalho “livre”. Esta nova mercadoria disponível no mercado, onde os próprios indivíduos trabalhadores alienam sua capacidade de trabalho para uso dos capitalistas, cria a peça chave, essencial, da modernidade burguesa.

Assim, já era objeto de Engels, muito precocemente no estudo d’*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (2010), a formação deste proletariado. No prefácio da obra, colocaria que “[...] a situação da classe operária é a base real e o ponto de partida de todos os movimentos sociais de nosso tempo porque ela é, simultaneamente, a expressão máxima e a mais visível de nossa miséria social” (ENGELS, 2010, p. 41). Diante disso, seu estudo não seria desinteressado e diletante, já que, na sua concepção:

O conhecimento das condições de vida do proletariado é, pois, imprescindível para, de um lado, fundamentar com solidez as teorias socialistas e, de outro, embasar os juízos sobre sua legitimidade e, enfim, para liquidar com todos os sonhos e fantasias *pró e contra*. (ENGELS, 2010, p. 41, grifo do autor)

Nos seus estudos, Engels buscava entender o desenvolvimento capitalista como o produtor do proletariado enquanto sua principal obra histórica. Neste processo, o maquinismo – iniciado com força no século XVIII – passou a ser o pilar do desenvolvimento das forças produtivas. Puxado pelo desenvolvimento da indústria têxtil, aumentava também a produção de máquinas e a introdução dos sistemas fabris, assim como a exigência de ampliação da demanda por recursos minerais, tais como o carvão, o ferro, o estanho e o cobre, concentrando grandes contingentes operários em vários setores produtivos. Também os transportes, com o barco a

vapor e as ferrovias, era revolucionado, encurtando distâncias antes intransponíveis. Por fim, paralelamente, este maquinismo também avançou sobre a agricultura, ampliando a separação dos camponeses do seu meio de produção: a terra (Ibid.).

Engels apontava que todos estes processos materiais tinham permitido o surgimento de uma enorme massa de operários que se concentrou nas recém-inauguradas grandes cidades industriais. A região do Lancashire, próxima ao norte da Inglaterra, foi o primeiro condado a ser revolucionado completamente como centro dessa indústria: “[...] transformando esse pântano sombrio e mal cultivado numa região animada e laboriosa: decuplicou, em oitenta anos, sua população, e fez brotar do solo, como por um passe de mágica, cidades gigantescas [...]” (Ibid., p. 51). Nas décadas e séculos posteriores, tais redutos se multiplicariam, assim como continuam se multiplicando com velocidade ainda maior e por todos os cantos do mundo nos dias de hoje.

Neste movimento histórico, o artesanato têxtil rural e urbano era superado pela imensa capacidade produtiva industrial. A vida cotidiana da população, antes regida pelos ritmos naturais e intelectualmente apáticos dos tecelões-agricultores, foi sendo substituída pela classe emergente dos exclusivamente tecelões, sem qualquer propriedade dos meios de produção e correndo atrás do emprego urbano em busca de um salário para sobreviver. Como resultado, Engels constatava já em 1845:

A vitória do trabalho mecânico sobre o trabalho manual e toda a sua história recente nos revela como os trabalhadores manuais foram sucessivamente deslocados de suas posições pelas máquinas. As consequências disso foram, por um lado, uma rápida redução dos preços de todas as mercadorias manufaturadas, o florescimento do comércio e da indústria, a conquista de quase todos os mercados estrangeiros não protegidos, o crescimento veloz dos capitais e da riqueza nacional; por outro lado, o crescimento ainda mais rápido do proletariado, da destruição de toda a propriedade e de toda a segurança de trabalho para a classe operária, a degradação moral, as agitações políticas e todos os fatos que tanto repugnam aos ingleses proprietários [...]. (ENGELS, 2010, p. 50, grifo do autor)

Assim, se por um lado a revolução industrial propiciou uma expansão da riqueza nacional sem precedentes, teve como principal produto a criação de massas proletárias urbanas empobrecidas e sujeitas à degradação moral e à agitação política. Nessas novas cidades, multidões se aglomeravam e se cruzavam nos deslocamentos entre suas casas e seus trabalhos, ainda como se não tivessem nada em comum umas com as outras. Comandava o isolamento de cada um no terreno do seu mesquinho interesse pessoal. A desagregação social, instituída pelo assalariamento, explicitava a guerra social de todos contra todos. Os homens só se

consideravam reciprocamente como objetos de uso e exploração, com todo o ônus dessa guerra social pesando sobre os mais pobres (Ibid.).

Se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia. (Ibid., p. 69)

As condições de vida desse novo sujeito histórico nascente eram ainda mais degradantes do que as dos antigos escravos e servos dos modos de produção pré-capitalistas. Os escravos ao menos tinham sua miserável existência assegurada graças ao interesse de seu senhor em preservar sua propriedade privada. Já os servos, minimamente dispunham de um pedaço de terra para garantir a própria subsistência. Enquanto isso, para o proletariado moderno, o abandono diante de si mesmo era a tônica, precisando, desesperadamente e por “vontade própria”, buscar algum capitalista que lhe explorasse e lhe pagasse um mísero salário. Assim, em uma situação de profunda insegurança social e degradação moral, apenas a rebelião contra a burguesia, em meio ao turbilhão da vida moderna, lhe permitia assegurar minimamente sua humanidade (Ibid.).

Estava formado o proletariado como *classe em si* em seu primeiro “habitat” histórico: a Inglaterra. Trabalhadores assalariados e empobrecidos no centro do processo vertiginoso de produção da riqueza material; gozando de condições de vida unitárias como não proprietários; defrontando-se com o poder organizado e hostil da burguesia que visava reduzir ainda mais seus salários; e saindo à luta e associando-se, comandados por um profundo sentimento de ódio contra seus opressores comuns. Aliás, “[...] esse ódio, essa ira, é [...] a demonstração factual de que os operários sentem a desumanidade de sua situação, de que eles não se deixarão reduzir ao nível de bestas de carga e de que um dia se libertarão do jugo da burguesia” (Ibid., p. 157).

Diante dessa situação degradante, Engels dedicara toda uma seção de seu livro aos movimentos operários, buscando dar resposta à conclusão óbvia de que “[...] os operários ingleses não podem estar felizes nas condições em que vivem” (ENGELS, 2010, p. 247). Tal revolta dos operários, segundo o autor, não se canalizaria imediatamente como um movimento operário de fato. Passaria, antes disso, por fases de revolta, em um claro processo de desdobramento das contradições que abarcam a *classe em si*. Primeiramente, o crime e sua forma individual, brutal e estéril, no qual a miséria prevalecia sobre o respeito à propriedade privada. Contra essa forma da revolta, reagia todo o poder organizado da sociedade, assim como a própria opinião pública entre os operários. Depois disso, a rebelião contra a introdução das

máquinas, justamente nos primeiros momentos do desenvolvimento do maquinismo. Mais uma vez, revoltas isoladas e dirigidas à apenas um aspecto parcial e aparente do processo capitalista, que também seriam atropeladas diante da marcha histórica da introdução das máquinas, do desenvolvimento das forças produtivas.

Por fim, diante da impossibilidade do crime e da destruição das máquinas como solução, foi necessário desenvolver uma nova forma de oposição. Para isso, foi importante o reconhecimento no âmbito legal do conflito já objetivamente existente entre capital e trabalho. Assim, com a lei aprovada em 1824 pelo parlamento inglês, estavam abolidas as disposições anteriores que impediam o proletariado de se associar livremente. Lei aprovada como resposta, apenas e somente, ao que Marx chamou de “atitude ameaçadora do proletariado” (MARX, 2006, p. 854). Tais associações, obviamente, não foram criadas pela lei, mas já existiam anteriormente enquanto sociedades secretas. Organizavam, inclusive, greves gerais que ameaçavam a burguesia. Porém, seus resultados eram pouco significativos, com a clandestinidade e a impossibilidade de expor abertamente suas posições impedindo o seu ulterior desenvolvimento.

Garantido o direito à liberdade de associação, a multiplicação dessas sociedades ocorreria rapidamente por toda a Inglaterra. As *trade-unions* – formas organizativas que precederam aos sindicatos – tornar-se-iam poderosas no país. Seus objetivos eram aqueles do interesse dos indivíduos trabalhadores subsumidos à classe social: negociar salários coletivamente com os capitalistas, como uma só força de classe e não enquanto indivíduos, colocando freios nos despudorados lucros patronais. Também eram portadoras de outras pautas associadas ao tema salarial, como a manutenção do nível de procura de trabalho, a ajuda financeira aos operários desempregados, a regulação do trabalho infantil e das mulheres, entre outras várias questões. Elegiam presidente e secretário, que passavam a receber remuneração para desempenhar as atividades da própria associação, além da eleição de um comitê responsável pelo recolhimento e pela gestão dos recursos dos trabalhadores associados. A força passou a ser tamanha que ramos inteiros da indústria conseguiram se organizar em uma mesma associação, criando um poder que atemorizava a burguesia do mundo todo. Em alguns casos, em conjunturas particulares de agitação geral de forte intensidade, essas associações conseguiram adquirir até mesmo caráter nacional, reunindo sob sua organização uma imensa legião de operários (ENGELS, 2010).

E aqui, nessa dialética entre os interesses dos indivíduos trabalhadores subsumidos à classe social, na dinâmica da associação dos trabalhadores, as greves aparecem com

centralidade. São elas o principal método de ação que o movimento operário irá desenvolver. Não um método escolhido, como se estivessem diante de uma prateleira de supermercado em que escolhem entre um método e outro, tal como propõe o liberalismo. Mas sim um método que se impõe pelas próprias condições históricas objetivas da vida do proletariado.

Há que se destacar que nos escritos de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Engels (2010) identifica o operariado não só como desdobramento do processo de industrialização e urbanização capitalista, como produto do modo de produção que se consolida e cuja base é a exploração da força de trabalho, mas a concebe como sujeito social, como força coletiva capaz de dirigir o processo político da sociedade. Mais, para ele, a greve emerge como uma forma de protesto reivindicando a humanidade dos trabalhadores perdida diante do processo de exploração capitalista baseado no trabalho alienado.

A greve, durante seu período de duração, na maioria das vezes, traz prejuízos ao capitalista. Em algumas questões de menor magnitude, geralmente são até mesmo vitoriosas em suas reivindicações. Entretanto, quando se trata de uma questão de “vida ou morte” para o capitalista, que vê ameaçada a sua propriedade privada diante da paralisia da produção, este tem à sua disposição diferentes formas de reagir. Primeiro, através da possibilidade sempre presente, diante das leis do mercado, de demitir os grevistas e contratar novos trabalhadores disponíveis. Segundo, também dentro das leis da compra e venda, pode adquirir e tornar-se proprietário de nova maquinaria, aumentando a produtividade do trabalho e diminuindo a necessidade de trabalhadores. Por fim, quando necessário for, tem também o apoio sempre presente da lei burguesa consolidada no Estado e na sua polícia, com o deliberado uso da repressão contra os trabalhadores.

Marx, inclusive, na questão fundamental do uso da maquinaria pelos capitalistas, apropria-se destas formulações originais de Engels e as desenvolve n’*O Capital*. Segundo ele:

A máquina não é apenas o concorrente todo-poderoso, sempre pronto a tornar “supérfluo” o assalariado. O capital, aberta e tendenciosamente, proclama-o o poder inimigo do trabalhador, manejando-a em função desse atributo. Ela se torna a arma mais poderosa para reprimir as revoltas periódicas e as greves dos trabalhadores contra a autocracia do capital. [...] Poder-se-ia escrever toda uma história das invenções a partir de 1830 com o propósito de suprir o capital com as armas contra as revoltas dos trabalhadores. (MARX, 2006, p. 497)

Neste sentido, Engels (2010) constata que as associações eram incapazes de combater os principais condicionantes do próprio mercado de compra e venda de força de trabalho. As greves, desta forma, em sua maioria terminariam mal para os trabalhadores. Nas palavras do autor:

[...] as associações são impotentes diante das causas mais importantes que condicionam o mercado de trabalho. E quando estas esfaimam os operários, a greve se perde: pouco a pouco os operários aceitam trabalho sob quaisquer condições e, mesmo que o número deles seja pequeno, isso basta para anular a força da associação [...]. Os fundos da associação logo se esgotam, dado o grande número de operários que recorrem a ele; os merceeiros não tardam a negar crédito, que inicialmente concediam altos juros – e a necessidade obriga os operários a retornar ao jugo da burguesia. Os industriais, forçados pela oposição dos operários, são levados a evitar reduções salariais desnecessárias, mas os operários, por seu turno, consideram toda e qualquer diminuição dos salários, mesmo que determinada pelas condições econômicas, uma piora de sua situação que deve ser evitada de qualquer modo – por isso, a maior parte das greves termina mal para os operários. (ENGELS, 2010, p. 252)

E, na sequência, diante desta constatação que parece oprimir o militante socialista mais romântico, Engels questiona:

[...] por que os operários entram em greve, dada a evidente ineficácia de sua ação? Simplesmente porque *devem* protestar contra a redução do salário e mesmo contra a necessidade de uma tal redução; devem expressar claramente que, como homens, não podem adaptar-se às circunstâncias, mas, ao contrário, as circunstâncias devem adaptar-se a *eles*, os homens – porque sua omissão equivaleria à aceitação dessas condições de vida, ao reconhecimento do direito da burguesia explorá-los durante os períodos de prosperidade e deixá-los morrer de fome nos períodos desfavoráveis. [...] o protesto concreto dos ingleses tem sua eficácia: mantém em certos limites a avidez da burguesia e estimula a oposição dos operários contra a onipotência social e política da classe proprietária, ao mesmo tempo em que leva os trabalhadores a compreender que, para destruir o poder da burguesia, é preciso algo mais que associações operárias e greves. (Ibid., p. 253, grifo do autor)

Portanto, as greves e as associações cumprem dois papéis decisivos no movimento de emancipação do proletariado. Por um lado, regulam a exploração dentro de certos limites, o que permite ao trabalhador guardar alguma condição mínima de humanidade longe da brutalização do processo de exploração. Assim, preserva a reprodução da mercadoria força de trabalho, essa de propriedade individual do trabalhador. Por outro lado, na luta de classes desdobrada sobre o conflito imediato que emerge do trabalho alienado, desvela o limite objetivo da realização dos seus interesses no interior da sociedade burguesa. Limite este que, por sua vez, não está mais representado em abstrações metafísicas – tal qual a condenação do cristão a sofrer como o Cristo pregado na cruz –, mas sim na concretude intolerável da oposição que a burguesia, o seu sistema econômico concorrencial e o seu Estado opõem aos trabalhadores enquanto classe em movimento. Reforça assim, no conflito grevista, o seu saudável e benéfico ódio de classe.

Diante disso, se as greves não são uma *escolha* da classe, mas sim um *dever* diante das condições objetivas da vida cotidiana do proletariado inglês analisado por Engels, a sua “[...] enorme frequência [...] é o melhor indicador do ponto a que chegou, na Inglaterra, a guerra social” (ENGELS, 2010, p. 258, grifo nosso). Assim, uma conclusão do autor deve ser

ressaltada para que tenhamos a real dimensão das greves enquanto fenômeno social de interesse desse trabalho:

Essas greves são em geral pequenas escaramuças de *vanguarda*, às vezes, combates mais importantes; não solucionam nada definitivamente, mas são a prova mais segura de que se aproxima do confronto decisivo entre o proletariado e a burguesia. Elas são a *escola de guerra* na qual os operários se preparam para a grande batalha, agora inevitável; são os pronunciamentos das distintas categorias de operários, consagrando sua adesão ao grande movimento proletário. (Ibid., p. 258, grifo nosso)

Portanto, para Engels e também para as bases das conclusões que chegaremos futuramente neste trabalho, as greves são fundamentais não apenas por elas mesmas, pelo fato de expressarem esse movimento da classe em luta, especialmente da sua *vanguarda operária*. São fundamentais pois indicam o próprio limite da luta travada exclusivamente no âmbito da ação econômica da classe, no âmbito da *classe em si*. Indicam, também em seus desfechos trágicos, tal qual a greve do romance *Germinal*, que é impossível realizar de maneira duradoura mesmo os interesses imediatos do proletariado no âmbito do domínio do trabalho alienado e da propriedade privada. Assim, as greves apontam de forma prática, enquanto experiência sensível do proletariado, o seu devir histórico que a princípio lhes parece abstrato.

O proletariado compreende que não basta apenas a associação e as greves pelo interesse da classe, é necessário liquidar com a oposição que objetivamente se desvela no conflito: a burguesia, o mercado e o Estado. As greves são a *escola de guerra*, fundamental para preparar a classe para a guerra em si: a necessidade de superar o modo de produção capitalista enquanto totalidade histórica, ou seja, a revolução social. Aliás, as greves são a melhor escola de guerra disponível para a classe: desenvolvem a coragem dos grevistas contra seu opressor, que revela a extensão da sua mesquinha e violência, e ampliam os vínculos de camaradagem entre os trabalhadores que se unem nas trincheiras desta escola. Enfim,

[...] não é pouca coisa para um operário, que conhece a miséria por experiência, ir voluntariamente ao seu encontro, com a mulher e os filhos, e suportar a fome e privações por dias e meses e permanecer, apesar de tudo, irreduzível e inabalável. (ENGELS, 2010, p. 259)

Neste sentido de fortalecer a coragem da classe trabalhadora em sua “escola de guerra”, aparece também na obra de Engels o papel decisivo da vanguarda política e da teoria, em suma, da construção da *consciência de si* da classe. O autor afirmaria o papel central da definição clara dos objetivos na luta, postulando que “[...] quando o povo está diante de um *objetivo bem determinado*, dá provas de grande coragem” (Ibid., p. 261, grifo nosso). Na esteira dessa avaliação sobre o papel da formulação, o autor destacaria a greve operária inglesa derrotada de 1842, na qual “[...] em parte os operários foram compelidos a ela pela burguesia e em parte

porque os próprios operários não tinham a consciência clara de seus objetivos nem estavam suficientemente unidos em relação a eles” (Ibid., p. 260). Diante disso, abre-se o debate em torno da própria *vanguarda política*, da necessidade de formulação e disputa por *objetivos bem determinados*.

Longe de fetichizar essa vanguarda política, atribuindo-a um papel de criadora do movimento operário e das greves, é preciso encontrar a real medida de sua influência sobre o movimento operário. Para isso, é fundamental compreendermos a forma como, para Marx e Engels, as greves surgem na história sem precisar de nenhuma autorização da vanguarda política. São fruto do próprio desenvolvimento da sociedade capitalista, com sua oposição entre as classes – burgueses e proletários – no seio da produção da riqueza social. Um protesto que nasce da defesa da humanidade dos trabalhadores contra uma sociedade que os desumaniza, mas que, reduzido a si mesmo, não pode alterar definitivamente as causas que o criaram: a burguesia, o mercado e o Estado.

Pode, isso sim, amenizar os efeitos da exploração e incutir no proletariado uma experiência prática organizativa fundamental, que ocorre no próprio seio da produção da riqueza e que rompe com a dinâmica concorrencial dos indivíduos trabalhadores, desenvolvendo-os no sentido de se reconhecerem enquanto uma classe independente da burguesia. Reiterando o que já apontamos, este desenvolvimento do proletariado tem nas greves a sua escola de guerra. Quando estas avançam e se multiplicam em determinadas conjunturas de um país, tornam-se o principal indicador do grau em que chegou o acirramento das lutas de classes.

Entretanto, como também compreendemos, por si mesmas, elas ainda não são a guerra social. Aliás, desdobrando-se de forma restrita sobre as condições capitalistas de produção, elas contribuem para avançar a organização da classe, mas ainda não apontam claramente o objetivo final da classe. Aqui, o debate sobre a direção desse processo de desenvolvimento da luta de classes ganha papel determinante. Se, por um lado, as greves nascem da necessidade de resposta da classe, longe de serem uma escolha, o desenvolvimento e resultado do conflito encontra na capacidade política de suas vanguardas um fator importante. A vanguarda política, que vai assumindo a direção das organizações da classe, fundindo-se com a classe em luta, pode tanto auxiliar no amadurecimento das contradições que levam a classe ao seu dever, quanto pode retardar este desenvolvimento e, até mesmo, contribuir para que seja abortado.

Diante desta contradição entre a potência e o limite das greves, portanto, é necessário avançar na investigação sobre a maneira como Marx e Engels compreenderam o papel não apenas da vanguarda operária, mas também da vanguarda política em sua relação com as greves.

2.3 VANGUARDA POLÍTICA NO DESENVOLVIMENTO DAS GREVES E DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Marx e Engels não foram autores escolásticos, fechados em um monastério lendo e discutindo os mistérios da fé. Desde muito cedo, aproveitaram-se das liberdades individuais que emergiram da sociedade burguesa e levaram-nas até o limite, adotando precocemente uma atividade política revolucionária. Assim, buscaram ativamente influenciar em todas as polêmicas públicas que envolviam aspectos centrais da compreensão e do desenvolvimento do movimento operário em seu devir histórico. Marx, por exemplo, a partir de 1844, passa a manter um contato muito próximo com o movimento dos trabalhadores, em uma conjuntura de efervescência política em Paris. Segundo Netto (2020), essa participação junto às organizações operárias faz ele perceber que a história faria dos trabalhadores os protagonistas do processo de emancipação humana.

Entretanto, Marx e Engels não têm uma obra específica onde apontam esquematicamente sua apreensão sobre a vanguarda política. Não precisaram, no entanto, de uma esquematização para atuarem, eles próprios, enquanto vanguarda política. Diante disso, buscaremos encontrar a forma como ambos incidiram em algumas polêmicas públicas que travaram – com Arnold Ruge na Alemanha, com Proudhon na França e com o sindicalismo na Inglaterra –, encontrando nelas, dentro das suas condições históricas determinadas, a relação entre sua própria posição de vanguarda teórico-política e o desenvolvimento das greves e do movimento operário.

Em primeiro lugar, em meio às várias polêmicas com os filósofos alemães, encontramos no embate entre Marx e Arnold Ruge, de 1844, um importante exemplar do combate de Marx à uma concepção de vanguarda política que mirasse apenas o poder político. Segundo Löwy (2010a), o conflito entre os dois alemães, até então parceiros na edição dos Anais Franco-Alemães¹³, deu-se sobre a diferente apreciação em torno do levante dos tecelões da Silésia –

¹³ Chegado a Paris em 1844, Marx, em parceria com Ruge, decide lançar um jornal para influenciar com suas ideias políticas o movimento revolucionário europeu, em particular o alemão. Assim surge os Anais Franco-Alemães, que, no entanto, contou com poucas edições e terminou em pouco tempo, tanto pelas dificuldades de

província oriental da Prússia –, a primeira revolta operária da história alemã moderna, direcionada contra a diminuição dos salários e que foi esmagada pelo exército prussiano.

Ruge acabaria por ver no isolamento da revolta dos tecelões, e na sua ulterior derrota, o produto da ausência de uma “alma política” no movimento. O isolamento se dava, na sua avaliação, no apartamento da classe social em relação ao sistema estatal e ao governo. Ou seja, à revolta do operariado silesiano, Ruge atribuiria o sentido de uma falta de vocação para formular a revolta dos operários em formato político, direcionada contra o Estado autocrático e travando oposição política ao rei da Prússia – o representante máximo deste Estado – exigindo uma melhor administração das mazelas sociais.

Já para Marx, em sua resposta à Ruge no artigo *Glosas Críticas ao Artigo “O rei da Prússia e a reforma social’ De um prussiano”* (2010a), o sentido da revolta era exatamente o oposto. O isolamento dos tecelões não era fruto da ausência de “alma política”, mas sim, em primeira medida, do próprio isolamento do proletariado na Alemanha, onde ainda não havia se desenvolvido radicalmente a oposição entre burgueses e proletários, tal qual o ocorrido há pelo menos um século na Inglaterra como fruto do elevado desenvolvimento das relações capitalistas de produção. A revolta, mesmo que parcial e derrotada, segundo Marx, era prenhe de “alma social”. O proletariado não voltava sua energia de luta diretamente contra o rei, como político, mas sim contra a burguesia, sua exploradora direta. A oposição política ao rei, e seu regime autocrático, por sua vez, nas condições alemãs só poderia ser o liberalismo: a afirmação dos direitos individuais e da cidadania, ou seja, o reconhecimento dos indivíduos no âmbito da comunidade imaginária do Estado, tal como defendido por Ruge.

Diante disso, a ausência de “alma política” do proletariado era fruto não de um atraso. Pelo contrário, a “alma social” dos tecelões, que se manifestava em sua revolta contra a burguesia em nome dos salários, representava o devir histórico deste proletariado – que aparecia justamente na rebelião operária que ganhava a forma embrionária de uma greve. Este devir, por sua vez, já estava posto historicamente, sendo apreendido no estágio mais avançado do desenvolvimento capitalista, encontrado principalmente na Inglaterra – tanto empírica quanto cientificamente, isso através da economia política nacional. Ali, a *classe em si* criava os embriões para sua transformação em *classe para si*, apontando o caráter totalizante – ou universalizante – da contradição entre as classes engendrada na sociedade capitalista. À

distribuição do material na Alemanha quanto pelas divergências políticas entre os dois autores que capitaneavam o projeto (NETTO, 2020).

vanguarda teórico-política, portanto, não caberia rebaixar seu horizonte analítico ao limite nacional burguês estatal, afirmando os princípios liberais em combate a um Estado prussiano ainda vinculado às instituições da Idade Média¹⁴. Caberia, isso sim, a vinculação da vanguarda política com o devir histórico do proletariado, que já se apresentava firmemente na cena histórica.

Assim, Marx colocava abertamente neste conflito com Ruge – na forma de negação das ideias do seu adversário – uma primeira dimensão da sua compreensão da vanguarda política do proletariado. Mesmo na ausência do desenvolvimento do proletariado na Alemanha, o sentido da vanguarda política não seria o de formular suas reivindicações no âmbito da cidadania. Não se tratava de conquistar um novo tipo de Estado, fortalecido como representante e administrador dos interesses da comunidade¹⁵, enfim, pensar dentro dos limites da política¹⁶. Desta forma, com base nessa posição contrária ao limite da política, combateu fortemente o desdobramento prático que derivava desse princípio político: a *vontade*. Afirmava, em defesa da concepção teórica materialista que já estava desenvolvendo em parceria com Engels, que tal princípio político era incapaz de desvendar a real fonte das mazelas sociais: as *leis* do desenvolvimento capitalista. O Estado e seus sujeitos de direito, portanto, seriam apenas a afirmação da propriedade privada – o fato econômico que emerge do trabalho alienado – em sua forma jurídica e política. Portanto, esta disputa no âmbito da vanguarda política alemã se dava justamente em torno do sentido estratégico da revolta parcial da vanguarda operária da Silésia. Justamente, naquilo que nos interessa neste texto, o sentido de um movimento que tinha todas as características das greves e das associações proletárias em sua oposição com a burguesia e no seu devir histórico – mesmo que ainda embrionariamente, como no caso alemão. À vanguarda política caberia, portanto, buscar seu vínculo de ação e formulação não com as

¹⁴ Como diria Marx, mais tarde n’*O Capital* (2006), “é fácil ser liberal a custa da Idade Média”.

¹⁵ Algo que aparecia muito fortemente nas ilusões de Ruge de que um Estado político moderno, aos moldes da Inglaterra, poderia enfrentar o tema do pauperismo com maior eficiência administrativa que o Rei da Prússia e suas instituições político-estatais medievais. Já para Marx, analisando justamente o tema do pauperismo na Inglaterra, o *país político* e, ao mesmo tempo, o *país do pauperismo*, demonstrava o fracasso das medidas administrativas e beneficentes adotadas pelo Estado como modo de combater o pauperismo, tratando-o como resultado e faceta orgânica do próprio processo de modernização capitalista, tal qual ficaria mais bem elaborado posteriormente n’*O Capital* (2006) quando do tratamento do tema da *superpopulação excedente*. Diante disso, a própria Inglaterra, através de sua economia política nacional, assumiria o pauperismo não mais como problema, mas sim como uma *instituição nacional*, que surgia das falhas dos próprios indivíduos, impossível de ser solucionada e até mesmo benéfica para o desenvolvimento capitalista. Diante disso, ao Estado não caberia mais sufocar e erradicar o pauperismo, mas sim discipliná-lo, não deixando que saísse do controle, mas, ao mesmo tempo, perpetuando-o como maneira adequada de ameaçar os operários a aceitarem salários condizentes com o ritmo e as necessidades da acumulação de capital (MARX, 2010a).

¹⁶ “O entendimento político é entendimento político justamente porque pensa dentro dos limites da política” (Ibid., p. 40, grifo do autor).

demandas imediatas em sua forma político-jurídica, mas sim com as demandas imediatas que ganhavam forma de revolta contra a burguesia por conta de sua essência histórica revolucionária, portanto, não sua “alma política”, mas sim sua “alma social”.

A comunidade – ou a sociedade civil –, aliás, não tinha seu fim no Estado, tal como os ideólogos alemães, desde Hegel, insistiam em formular. A comunidade se dava no seio da produção da realidade sensível, ou seja, tal como visto anteriormente, no desenvolvimento da atividade laborativa dos seres humanos e das suas formas de intercâmbio associadas. Aliás, o aspecto parcial da revolta que se desdobra sobre a base da produção desta realidade – justamente o caso dos tecelões da Silésia – teria alcance de significado histórico infinitamente maior do que qualquer revolta política destituída desta base. Assim sendo, nas palavras do próprio Marx:

Essa comunidade, da qual o seu próprio trabalho o separa, é a vida mesma, a vida física e espiritual, a moralidade humana, a atividade humana, o usufruto humano, a condição humana. A condição humana é a verdadeira comunidade dos humanos. O funesto isolamento em relação à essa condição é incomparavelmente mais abrangente, mais insuportável, mais terrível e mais contraditório do que o isolamento em relação à comunidade política; na mesma proporção, a eliminação desse isolamento e até mesmo uma relação parcial a ele, uma revolta contra ele, tem um alcance infinitamente maior, assim como o ser humano é infinitamente maior do que o cidadão e a vida humana é infinitamente maior do que a vida política. Em consequência, por mais parcial que seja, a revolta industrial comporta uma alma universal e, por mais universal que seja, a revolta política abriga, sob sua forma mais colossal, um espírito mesquinho. (MARX, 2010a, p. 50, grifo do autor)

Portanto, Marx reivindicaria justamente aquele ódio de classes que emerge do próprio trabalho alienado, identificado por Engels (2010) como princípio mobilizador da revolta grevista que se organizava em associações operárias. Diante da brutalidade do isolamento do seu trabalho alienado, que se corporifica na burguesia enquanto classe que se apropria daquilo que o trabalhador alienou, emerge o protesto pela reapropriação da humanidade do proletariado. Assim sendo, se a vanguarda comunista continuaria orientada a derrubar o poder político constituído, tal qual também a burguesia havia feito anteriormente, sua alma já não era política como a alma burguesa de outrora. O ato político revolucionário, aqui, ao ter base operária, seria acompanhado de sua “alma social”, de seu devir na destruição da própria propriedade privada, das classes sociais e do Estado. Tal qual Marx:

[...] sem revolução o *socialismo* não poderá se concretizar. Ele necessita desse ato *político*, já que necessita recorrer à *destruição* e à *dissolução*. Porém, quando tem início a sua *atividade organizadora*, quando se manifesta o seu *próprio fim*, quando se manifesta a sua *alma*, o *socialismo* se desfaz do seu invólucro *político*. (MARX, 2010a, p. 52, grifo do autor)

Quase em paralelo da polêmica com Ruge e no mesmo bojo de uma disputa teórica pelo sentido que a vanguarda política extraía das lutas da classe operária, Marx, em 1847, investiu

sua polêmica contra Proudhon no clássico panfleto *Miséria da Filosofia* (2009). Segundo Netto (2009), o socialista francês, de larga influência no movimento operário daquele país – que também se desenvolvia aceleradamente na esteira do desenvolvimento capitalista francês – havia transitado, entre 1838 e 1846, de uma posição “revolucionária utópica” para uma posição “utópica-reformista”. Diante de uma análise histórica-social frágil, que compusera a obra de Proudhon desde seu início, o francês acabaria por incorrer em uma teoria econômica falsa, justamente quando tenta se aventurar no estudo da economia política para buscar a melhor compreensão da luta econômica da classe operária.

Naquilo que nos interessa desta polêmica para o desenvolvimento do estudo sobre a posição de Marx e Engels sobre as greves, o ponto central de radical crítica de Marx à Proudhon se dava na interpretação errônea que o francês tinha da própria sociedade. Para o francês, ela se constituiria na oposição entre indivíduos produtores e indivíduos consumidores e não na oposição entre as classes sociais, divididas no próprio seio da produção da riqueza. Diante disso, Proudhon compreendia o sistema de oposições da economia como um conflito entre produtores e consumidores. O valor das mercadorias, portanto, não se constituiria na própria relação de produção, com suas leis imanentes, mas sim na relação externa à produção, dada no mercado, entre a oferta e a demanda. Em substituição das *leis* da produção, o francês elevaria o “*livre arbitrio*” dos indivíduos mediado pelo mercado como o pilar da sua “ciência”.

Assim, o objetivo último da ciência e da política seria encontrar o *ponto ideal* entre a expansão da produção (abundância) para a superação de uma suposta escassez – esta que estaria na base da elevação dos preços que geraria a pobreza dos consumidores. Ponto ideal, por sua vez, construído de forma exterior às próprias leis imanentes do desenvolvimento da economia capitalista, portanto, novamente, de caráter estritamente político – tal como em Ruge. Entretanto, o recuo do francês seria maior ainda do que o do alemão, já que a política aqui não era nem ao menos em defesa da revolução democrática, mas sim, utópico-reformista. Assim, Marx não hesitaria em ironizar o “sr. Proudhon”, classificando-o como um “doutrinário pequeno burguês” e afirmando que sua obra não seria “[...] apenas um tratado de economia política, um livro comum: [mas sim] uma Bíblia” (MARX, 2009, p. 43).

Diante desta equivocada compreensão da sociedade, Proudhon, em seu delírio bíblico de pregador, acabava por “interditar” as greves e as associações operárias. Tratava-as, ambas, como elementos prejudiciais ao “*justo equilíbrio*” que surgiria da relação entre oferta e demanda. O único resultado das greves vitoriosas, para ele, seria a própria elevação dos preços, já que se elevaria o custo da produção sem ampliação da abundância. Segundo o próprio

Proudhon (1846, p. 110-111, apud MARX, 2009, p. 183), “[...] é impossível, afirmo-o, que as greves seguidas de uma elevação de salários não conduzam a um *encarecimento geral*: isso é tão certo quanto dois e dois são quatro”.

Diante disso e dos pressupostos de sua crítica da economia política que já se desenvolvia, Marx rebateria imediatamente com a assertiva de que:

[...] uma elevação geral dos salários produziria uma redução geral dos lucros e o preço corrente das mercadorias não sofreria nenhuma alteração.

[...] A elevação e a baixa do lucro e dos salários exprimem a proporção na qual os capitalistas e os trabalhadores participam do produto de uma jornada de trabalho. (MARX, 2009, p. 183)

Este embate, no entanto, foi apenas o primeiro capítulo do combate com Proudhon. Essa tentativa de inviabilizar as greves apareceria novamente, duas décadas depois, no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores. Marx, mesmo sabendo dos limites evidentes das greves tratados anteriormente, atuou decididamente no seio da Internacional para, teórica e praticamente, fortalece-las como método de luta do proletariado. Segundo Marcello Musto, Marx cumpriu o papel de “alma política” do Conselho Geral da Associação, desde a elaboração de grande parte dos textos preparatórios para o Congresso de fundação em 1866 até sua cisão em 1872. Em uma associação heterogênea, composta por sindicalistas ingleses, mutualistas (ou cooperativistas) franceses, democratas de todos os tipos e apenas um pequeno grupo de comunistas liderados por Marx, o alemão teve a capacidade de dar uma “finalidade clara à Internacional” (MUSTO, 2014, p. 23).

Diante disso, não foi pequeno o esforço de Marx para transformar a Internacional em uma ferramenta para fortalecimento do desenvolvimento das greves e dos sindicatos. Já no congresso fundacional de Genebra em 1866, aliou-se aos sindicalistas ingleses para combater os mutualistas franceses, influenciados por Proudhon. Nesse sentido, mesmo não participando presencialmente do congresso, Marx formulou resoluções e subsídios ao debate a serem defendidos por seus apoiadores, combatendo diretamente as cooperativas nos moldes franceses ao afirmar que “[...] o sistema cooperativo jamais transformará a sociedade capitalista (MARX, 2014b, p. 105). Na sequência, na mesma resolução por ele formulada, buscou reconhecer a importância das lutas sindicais que já ocorriam pelas questões de salário e de tempo de trabalho. Tratou-as não só como legítimas, mas como necessárias. Segundo a resolução escrita por Marx:

Ela [a luta sindical] não pode ser dispensada enquanto durar o atual sistema de produção. Pelo contrário, ela tem de ser generalizada pela formação e articulação de sindicatos em todos os países. No entanto, sem que eles mesmos percebessem, os sindicatos formaram *centros organizadores* da classe trabalhadora, tal como as municipalidades e comunas medievais o fizeram para a classe média [burguesia nos termos ingleses de então]. Se os sindicatos são necessários para as guerras de guerrilha

entre capital e trabalho, eles são ainda mais importantes como *agências organizadas para a superação do próprio sistema do trabalho assalariado e do domínio do capital*. (Ibid., p. 106, grifo do autor)

Assim, mais uma vez era reforçado o papel dos sindicatos e de seu principal método de luta, as greves, como *centros organizadores* da classe trabalhadora em sua luta emancipatória. A comparação com as municipalidades e comunas medievais, por sua vez, não era gratuita. Foi justamente por ali que a burguesia se organizou e tomou consciência da sua força e do seu sentido histórico enquanto classe para derrotar os nobres feudais em suas revoluções. Já o mutualismo de Proudhon, por sua vez, também afirmava o tema da organização, entretanto, esta ocorria por fora do conflito central da acumulação de capital, mantendo a propriedade privada e o mercado como pressupostos incontornáveis. Portanto, era fundamental para Marx definir claramente, sobretudo do ponto de vista teórico, qual era o *centro estratégico* do combate entre as classes: a esfera da produção da riqueza. Centro da luta que, no seu desenvolvimento, de fato poderia fortalecer a classe trabalhadora no sentido do seu devir histórico, revolucionário e emancipatório.

Vencida esta primeira batalha no âmbito da fundação da Internacional, justamente neste sentido de fortalecimento do principal método de luta do proletariado, a Associação cumpriu papel fundamental no combate à uma das formas do capital enfrentar as greves: a importação de mão de obra estrangeira quando de uma explosão grevista em algum país. Segundo as palavras do próprio Marx, quando de uma entrevista em 1871 ao jornal *The World*, de Londres:

A greve é um dos meios de que o movimento de emancipação mais frequentemente se utiliza. Antes, quando eclodia uma greve num país, era anulada com a importação de mão-de-obra estrangeira. A Internacional praticamente pôs fim a esses procedimentos. (MARX, 2008a, p. 95)

Assim, nos diferentes embates no interior da vanguarda política, Marx e Engels lutaram para eliminar o caráter idealista da apreensão em torno das revoltas operárias, sendo a greve a principal delas. A vanguarda, atravessada pelo princípio liberal da política – e do Estado –, acabava por atribuir à própria vontade o motor do desenvolvimento das lutas de classes. Já para Marx e Engels, estava muito claro que o movimento das greves e associações de trabalhadores era fruto dos próprios antagonismos inerentes às leis capitalistas do desenvolvimento, indiferentes a qualquer vontade subjetiva e, portanto, constituindo-se em um “[...] *fato econômico*, assumindo dia a dia mais consistência, [que] não podem tardar em se tornarem um *fato legal*” (MARX, 2009, p. 187, grifo nosso). Sua disputa com Proudhon, dessa maneira, deu-se no nível prático de fortalecer o desenvolvimento deste fato econômico, combatendo a

concepção errônea do francês que não seria capaz de impedir o surgimento e desenvolvimento das greves e associações, mas sim de dificultá-lo mediante a grande influência do autor sobre o movimento operário europeu, especialmente o francês. Para além disso, a disputa também se deu no nível das conclusões políticas reformistas de Proudhon, um reformismo alheio inclusive aos interesses imediatos do proletariado.

Por fim, não apenas nos embates contra Ruge e Proudhon foi que Marx e Engels combateram a política reformista. Se, nos debates de fundação da Internacional, aliaram-se com o sindicalismo inglês para afirmar a arena da produção como o centro da luta política, logo em seguida, trataram de travar luta contra o horizonte legalista que começava a se instituir nas próprias lutas sindicais. Antes de compreender este terceiro embate que aqui nos interessa, no entanto, é preciso uma pequena digressão para a uma compreensão mais precisa da forma como Marx e Engels compreendiam o momento histórico do movimento operário desenvolvido, no qual ocorria a sua transformação¹⁷ de *fato econômico* (greves e associações) em *fato legal*.

Ainda no âmbito da luta objetiva, travada sob os ditames da sociedade burguesa, os operários, mesmo que não respeitem a lei e recorrentemente se rebelem contra ela, são obrigados a reconhecerem a lei burguesa como real, isso diante do poder efetivo que ela exerce sobre eles através do Estado. Por conta disso, o reconhecimento de algo que de fato existe faz com que, ao se desenvolver, o movimento operário saia também em defesa de mudanças na própria lei, que possam lhe favorecer. Em suma, tal qual colocado por Engels:

Uma vez que os operários não respeitam a lei, mas apenas reconhecem sua força enquanto eles mesmos não dispõem da força para mudá-la, é mais que natural que avancem propostas para modificá-la, é mais que natural que, no lugar da lei burguesa, queiram instaurar uma lei proletária. (ENGELS, 2010, p. 261-262)

Diante disso, Marx e Engels nunca se opuseram a esse processo de transformação da classe operária de *fato econômico* em *fato legal*. Tal posição seria justamente uma regressão idealista, acreditando que a vanguarda política pudesse incidir de tal maneira em um fato oriundo da própria dinâmica histórica da luta de classes. A transformação de pautas econômicas que estavam presentes nas greves e associações – tal qual a redução da jornada de trabalho, a luta por melhores salários e a regulação do trabalho de mulheres e crianças – em pautas legais,

¹⁷ *Transformação* aqui entendida não como abandono de sua posição como fato econômico, *classe em si*. Isso seria uma regressão aos limites da política, concepção que havia sido combatido por Marx no embate com os idealistas alemães. Essa *transformação* se dá no processo *dialético* da incorporação de uma nova dinâmica ao movimento operário, fruto justamente do movimento histórico anterior. Essa nova dinâmica legal se une ao primeiro momento econômico. Assim, preservam-se parte das dimensões anteriores; modificam-se algumas destas dimensões e; acrescentam-se novas determinações históricas ao processo.

direcionadas ao seu reconhecimento no âmbito das leis do Estado, era fruto do próprio desenvolvimento da luta de classes ainda nos marcos do modo de produção capitalista. Portanto, não há, na perspectiva dos autores, uma sobrevalorização rasteira de uma suposta “autonomia” ou “purismo” da luta econômica em oposição às armadilhas da perigosa luta legal. O que existe, como vimos anteriormente, é a compreensão da subordinação da política ao devir histórico do proletariado (sua alma social): a destruição da burguesia, do mercado e do Estado.

Tanto foi assim que, na mesma resolução de combate aos mutualistas no congresso de fundação da Internacional em 1866 em Genebra, Marx, por meio do informe que fora defendido por seus aliados e que deu origem a referida resolução, afirmaria a importância deste movimento dos sindicatos em direção à política, criticando-os pelo fato de que, até aquele momento, terem se mantido “[...] demasiadamente distantes dos movimentos sociais e políticos em geral” e valorizando a “[...] participação no recente movimento político” no caso da Inglaterra. Sempre, no entanto, alertando que deveriam “aprender a agir deliberadamente como centros organizadores da classe operária no interesse mais amplo de sua *emancipação total*” (MARX, 2014b, p. 106-107).

Neste movimento de luta político-legal da classe, onde se buscava instaurar uma “lei proletária” (ENGELS, 2010, p. 262) e que originalmente se deu na Inglaterra, a luta do proletariado assume um “caráter eminentemente político”, tendo no surgimento do *cartismo*¹⁸ uma “forma condensada de oposição à burguesia” (ENGELS, 2010, p. 262). No *cartismo*, essa forma eminentemente política de oposição à burguesia, o proletariado passava a superar o caráter de guerrilha de suas greves. Esta primeira forma de partido com elementos operários, representava politicamente e em escala nacional os interesses imediatos do proletariado – essencialmente as leis trabalhistas de regulamentação da jornada de trabalho e dos salários. Por mais que não se apresentasse como um partido exclusivamente operário, abarcando outras

¹⁸ O *cartismo* surgiu em 1838 na Inglaterra como a primeira organização política operária do país, assim chamado por basear-se na *Carta ao Povo*, lançada naquele mesmo ano. Como antecedente, teve atrás de si todas as lutas do movimento operário inglês desde o início do século XVIII, que já vinha pressionando pelo reconhecimento legal de diversas pautas dos trabalhadores, como o salário mínimo e a regulação e diminuição da jornada de trabalho. Nascido com base na experiência da imprensa popular, sua iniciativa original partiu de um grupo de artesãos londrinos que, ainda em 1836, fundaram a *London Working's Men Association*, que já no ano seguinte conquistaria apoio nacional a proposta de redigir e enviar uma petição ao Parlamento pela reforma política. Assim, a *Carta ao Povo* seria escrita pelo radical William Lovett, sendo precedida pela tática de coletar assinaturas em seu apoio no interior das oficinas, das fábricas e em reuniões públicas. A composição do movimento político era heterogênea, tendo desde os líderes radicais como William Lovett, em Londres, e Thomas Attwood, em Birmingham; conservadores como Richard Oastler; e socialistas jacobinos como Julian Harney e James Bronterre O'Brien. Em escala histórica, o *cartismo* representou a ultrapassagem da etapa de organização do movimento político dos operários por meio de “sociedades secretas” em direção a sociedades operárias de massa (COGGIOLA, 2010).

frações da população – especialmente a pequena burguesia radical¹⁹ –, abraçava em seu programa as reivindicações trabalhistas no âmbito legal. Que fique destacado, o *movimento político cartista*, em sua origem, estava impregnado de “alma social”, era uma oposição em forma política contra a burguesia. Isso ocorria, justamente, pelo fato das lutas grevistas e das *trade-unions* anteriores terem tornado a realidade da vida do proletariado algo incontornável, mesmo para o exercício do poder burguês. O *programa cartista*, por sua vez, era impregnado de uma “[...] *questão de garfo e faca*, [no qual] a *Carta* significa[va] habitação decente, comida e bebida boas, condições de vida dignas e jornada de trabalho reduzidas” (STEPHENS²⁰, apud., ENGELS, 2010, p. 266, grifo do autor). Assim, o *cartismo* passou a ser o *instrumento fundamental de generalização das lutas grevistas parciais e esparsas*, um elemento *catalisador, organizador e centralizador* decisivo no desenvolvimento do movimento operário²¹.

Tal como explicado por Engels (2010), no centro da agitação política do período de surgimento do *cartismo* estava uma unidade conjuntural entre o interesse do proletariado e o interesse da burguesia liberal. Por um lado, era do interesse do proletariado os movimentos contra a nova lei dos pobres²² e pela lei que limitava a jornada de trabalho em dez horas. Neste

¹⁹ Naquele momento, a própria pequena burguesia se encontrava radicalizada, desiludida com as reformas favoráveis ao grande capital e com a crise de seus negócios nos anos anteriores (ENGELS, 2010).

²⁰ Stephens foi um pastor metodista, liderança dos cartistas, que dirigiu aos trabalhadores de Manchester, em discurso em praça pública, as palavras aqui citadas (Ibid.).

²¹ “Com base no programa democrático, o cartismo organizou manifestações de massas, e até uma greve geral em 1842, que abarcou mais de 50 mil operários, e que inaugurou a prática dos “piquetes móveis”, depois mundialmente difundida. A ação dos cartistas foi eficiente, eles conseguiram mudanças efetivas, tais como a primeira lei de proteção ao trabalho infantil (1833), a lei de imprensa (1836), a reforma do Código Penal (1837), a regulamentação do trabalho feminino infantil, a lei de supressão dos direitos sobre os cereais (esta, em aliança com os liberais e a burguesia industrial), a lei permitindo as associações políticas.

Em 1847, a última onda de atividade cartista conquistou a jornada de trabalho de 10 horas: a primeira grande vitória “sindical” da classe operária foi, portanto, produto de um movimento claramente político” (COGGIOLA, 2010, p. 19).

²² A lei dos pobres (*Poor Laws*) existia na Inglaterra desde o século XVI, orientada para dar uma suplementação para a população pobre através das paróquias locais. A lei, por sua vez, era de interesse dos proprietários de terras, que, durante as entre safras, não precisavam sustentar os trabalhadores que trabalhavam em suas terras. Com o desenvolvimento industrial, aumentou sobremaneira o conflito pelo direcionamento do excedente econômico concentrado no Estado, sendo que a nova classe burguesa em plena ascensão reivindicava maior parcela dos recursos estatais e, ao mesmo tempo, queria o fim da lei dos pobres, que acabava por limitar o rebaixamento dos salários. Diante disso, em meio aos crescentes custos da suplementação salarial aos pobres, muito em função da explosão do pauperismo derivado do desenvolvimento urbano-industrial do país, em 1834, sob forte influência do debate econômico que passou a associar à pobreza às tendências de alguns indivíduos à vadiagem, foi aprovada a nova lei dos pobres (*Poor Law Amendment Act*). Com ela, abolia-se a suplementação salarial, colocando em seu lugar as casas de trabalho (*workhouses*), para onde os desempregados eram levados compulsoriamente e obrigados a trabalhar em jornadas de trabalho extenuantes de até 14 horas diárias. Ao acabar com qualquer elemento regulador do valor da força de trabalho através do esvaziamento da política de assistência da época, a medida significou a instauração de um mercado de força de trabalho plenamente “livre”, representando uma vitória da burguesia industrial contra a aristocracia fundiária (Ibid.).

sentido, e animadas por estas reivindicações nacionais, sublevações operárias desde 1839 explodiram por todo o país. Já pelo lado da burguesia liberal, era de total interesse a revogação das Leis dos Cereais (*Corn Laws*). Estas leis, aprovadas desde 1815, visavam proteger os grandes proprietários fundiários, limitando ou até mesmo proibindo a importação de cereais. Com isso, acabavam por elevar os preços desses produtos, encarecendo o valor da força de trabalho – o que ensejava o conflito grevista – e sequestrando parte da riqueza nacional, em formato de renda, que se direcionava para os proprietários de terras – riqueza que poderia ser destinada ao próprio processo de acumulação de capital industrial.

Quando estourou a crise capitalista de 1842, a agitação política se intensificou. Tanto o proletariado quanto a burguesia industrial inglesa saíram a participar ativamente de protestos públicos. A *Liga contra a Lei dos Cereais* – criada pelos industriais em 1838 – assume posição violenta e radical nestes protestos. Contribuía também para a radicalização da Liga a presença do partido conservador no poder, representante dos interesses dos grandes proprietários de terra. Da parte do proletariado, os mais atingidos pelos efeitos da crise, a mobilização também se intensificou e radicalizou, com ampliação do número de greves. Neste sentido, burguesia industrial e proletariado, representados pelos seus respectivos partidos – a *Liga contra a Lei dos Cereais* e o *Cartismo* – assinaram em conjunto uma petição que reivindicava, ao mesmo tempo, a abolição das leis contra a importação de cereais e a efetivação dos seis pontos expressos pela *Carta*.

No ponto culminante deste processo de agitação, visando pressionar o governo e o parlamento a abolir as Leis dos Cereais, não foram os operários, mas sim a burguesia que convocou uma greve geral. “Sem dúvidas que isso provocaria uma sublevação, mas a burguesia, em segurança na retaguarda, poderia esperar o desfecho sem se comprometer inteiramente com ele” (ENGELS, 2010, p. 265). Os operários saíram a luta, porém, *dirigidos* pela burguesia, que não se opôs à greve. Já, em paralelo às movimentações, no seio do proletariado organizado no *cartismo* se estabeleceu uma divisão. Por um lado, alguns queriam a efetivação da *Carta* na integralidade, outros, considerando prematura essa reivindicação, contentavam-se apenas com a retomada dos níveis salariais anteriores à crise de 1842 – salário que havia sido rebaixado pelos mecanismos capitalistas da ampliação da concorrência entre os trabalhadores por meio da ampliação do maquinismo e do desemprego.

Assim, o avanço da sublevação do proletariado, porém, sem clareza de seus objetivos políticos, conduzido pela burguesia e dividido em seu interior, ao final do processo a derrota se estabeleceu e o movimento se dissipou. Antes disso, no entanto, a burguesia não se moveu para

consolidar em ações a aliança firmada em petição. Também antes do fim do embate, também tal como apreendido por Engels, a burguesia compreendeu que *os operários, em marcha insurrecional, abandonavam o limite legal da sua reivindicação*. Tornavam-se, assim, uma força perigosa, que tendia, com o avanço da mobilização grevista e associativa, a agir com independência diante da própria burguesia – incluindo contra os próprios *cartistas*, “[...] que pouco contribuíram para a sublevação, que diante dela procuraram tão somente o que a burguesia também procurava, isto é, aproveitar a ocasião [...]” (ENGELS, 2010, p. 267). Não tardou, portanto, para a burguesia liberal se aliar aos proprietários de terra e combater decididamente o avanço proletário. De agitadores de massas, os liberais recuaram para uma posição eminentemente legalista, colocando-se ao lado do governo conservador na dura repressão policial contra os trabalhadores e, também, contra as próprias lideranças *cartistas*. Ao final, o novo aliado político conquistado pela burguesia garantiu a derrubada das Leis dos Cereais. Já ao proletariado, restou o gosto amargo do ferro e da pólvora da polícia, além da saudável desilusão diante da aliança com a burguesia²³.

Consideramos importante ressaltar dois aspectos da descrição e das conclusões de Engels e Marx sobre este ciclo de ascensão das lutas de classes. No sentido que nos interessa nesse ponto de nosso trabalho, em primeiro lugar, este ciclo de ascensão das lutas de classes demonstraria a dialética entre o movimento legal e a sublevação proletária. Na luta pelo reconhecimento legal dos pontos da *Carta* – o partido político expresso em formato de programa de *garfo e faca* (ou “alma social”) – os trabalhadores superaram o caráter de guerrilhas esparsas de suas greves. O fortalecimento anterior da classe como *fato econômico*, através das greves e das associações, levou-a a transformar-se em *fato legal*, contribuindo assim para a superação do caráter de guerrilha da luta e para o fortalecimento do proletariado. Em momento de crise econômica e cisão no interior das classes dominantes, puderam ampliar quantitativamente seu grau de agitação, promovendo um salto qualitativo no interior do movimento. Diante de uma conjuntura específica, uma luta política legal de “alma social” permitiu ao proletariado unificar nacionalmente sua pauta de luta, atingindo o patamar da *greve geral*, portanto, no limiar da *sublevação*. Assim, Engels apresentava muito nitidamente, já em 1845, aspectos que viria, junto com Marx, desenvolver posteriormente sobre a necessidade histórica do partido político – com seu programa baseado nas lutas reais e não em uma aspiração

²³ No Capítulo VIII d’*O Capital* (2006), quando desenvolve sua análise sobre a jornada de trabalho, ao abordar a luta pela jornada normal de trabalho, a limitação do tempo de trabalho por força de lei e a legislação fabril de 1833 a 1864, Marx faz uma síntese desse momento de agitação política.

abstrata de cidadania. Também destacamos a associação feita pelo autor entre a greve geral – aquela que de fato unifica o proletariado do país como um todo – com a sublevação, elemento decisivo para o desenvolvimento de qualquer processo revolucionário.

Em segundo lugar, Engels atribuiu grande importância ao fato de que a experiência frustrada vivida pelo proletariado, de aliança com a burguesia, promoveria a separação definitiva entre as duas classes no âmbito da sua representação política. O próprio *cartismo* se dividiria em 1842 em duas frações em oposição radical entre si. Os elementos burgueses radicais, logo após a violenta sublevação derrotada, tratariam de tentar apagar a referência à *Carta* nos estatutos da *Associação Cartista*, sob a desculpa de que tais reivindicações de “*garfo e faca*” conduziam ao desfecho violento e revolucionário. Os operários cartistas, por sua vez, não aceitaram tal tentativa de alteração de sua história, conquistando maioria na assembleia que deliberou por tal posição, após a retirada da minoria burguesa. Assim, o autor explicitava sua posição:

Desde então, o cartismo tornou-se um movimento puramente operário, depurado de todos os elementos burgueses. [...]

[...] A causa da livre concorrência trouxe tanto ônus aos operários que passou a ser objeto de seu profundo ódio; seus defensores, os burgueses, são seus inimigos declarados. [...]

[...] Em 1838, somente para uma parte dos cartistas era verdade a *questão de faca e garfo* enunciada pelo pastor Stephens; em 1845, tornou-se a verdade para todos – entre os cartistas, já não existe mais um só homem que seja apenas político. Mas se seu socialismo é ainda pouco desenvolvido, [...] se em geral a maior parte de suas proposições práticas (proteção aos operários etc.) são aparentemente reacionárias, elas, de um lado, por uma necessidade imanente, conduzirão ou à capitulação perante a concorrência, reproduzindo a situação existente, ou à sua eliminação; de outro lado, a atual condição ambígua do cartismo, a cisão que o diferenciou do partido puramente político, exige que se desenvolvam agora as suas *características específicas*, que residem em sua natureza social. A aproximação ao socialismo será inevitável, sobretudo se a próxima crise, que se seguirá à atual fase favorável à indústria e ao comércio e que ocorrerá, no mais tardar, em 1847 (mas possivelmente já a partir do ano vindouro), superando todas as precedentes em termos de violência e intensidade, sobretudo, dizíamos, se a próxima crise, com a miséria que implicará, compelir os operários a priorizar as soluções sociais para além das políticas. Os operários acabarão por conquistar a *Carta*. (ENGELS, 2010, p. 268-269, grifo do autor)

Assim, diante do próprio movimento de luta do proletariado, na avaliação de Engels a classe *necessariamente* se afastaria da burguesia e se aproximaria de sua vanguarda política revolucionária, os socialistas. Nesse encontro, “[...] a fusão do socialismo com o cartismo, [...] a classe operária será realmente senhora da Inglaterra” (ENGELS, 2010, p. 271). Nesse sentido, seria necessário à vanguarda socialista atuar em duas dimensões. Primeiramente, combater a

“gentileza e o pacifismo” dos socialistas ingleses, fortemente influenciados por Robert Owen²⁴ e afeitos a reduzir a luta à “persuasão da opinião pública”, com base em “princípios abstratos” e em um impotente “lamento” contra a degradação moral da classe proprietária, impassível diante do sofrimento do proletariado. Por outro lado, o combate se daria em afirmar teórica e politicamente, tal como vimos anteriormente, a impossibilidade da resolução das reivindicações proletárias no âmbito da sociedade burguesa, diante da manutenção do próprio sistema de trabalho assalariado – a forma que individualiza o trabalhador como proprietário privado da sua própria força de trabalho. Neste sentido, escreveriam no Manifesto do Partido Comunista:

Na prática, os comunistas constituem a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais; teoricamente, têm sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, do curso e dos fins gerais do movimento proletário. (MARX; ENGELS, 2010b, p. 31-32)

Entretanto, o próprio Engels criticaria algumas de suas posições tomadas no livro de 1845 sobre *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Não em relação a posição de ambos no Manifesto do Partido Comunista sobre o papel histórico dos comunistas, essa se manteria na íntegra até o final de suas vidas. Mas, especificamente em relação à firme convicção que Engels alimentava na sua obra de juventude em torno da impossibilidade de o proletariado conquistar as reivindicações da *Carta* dentro da ordem do capital, o autor atribuiu, em um prefácio de 1892 ao próprio livro, o caráter de “profecia juvenil”, “alimentada pelo seu ‘entusiasmo revolucionário’ daquela época. Segundo ele, neste prefácio já do final do século XIX, a revolução francesa ocorrida em 1848 – que teve como desdobramento a Primavera dos Povos²⁵ –, tratou de salvar a burguesia inglesa:

²⁴ Robert Owen figurou como um dos mais influentes defensores do chamado socialismo utópico. No início do século XIX defendeu teoricamente a necessidade de uma reorganização da produção e implantou em sua fábrica, em New Lanark, um “programa de bem-estar” aos trabalhadores (encurtamento da jornada de trabalho, criação de fundos de saúde e de aposentadoria, construção de moradia para os operários, não admissão do trabalho de crianças menores de 10 anos, proibição do uso de álcool, etc.), além de desenvolver ações no âmbito da “filantropia educacional” e estimular e fundar o que chamou de aldeias de unidade e cooperação (cooperativas de trabalhadores) (COGGIOLA, 2010). Em algumas notas de *O Capital* (2006), Marx faz referência às ideias de Owen, criticando-as pelas limitações em virtude de expressarem experimentos isolados, sem potencial de transformações amplas e profundas.

²⁵ Segundo Eric Hobsbawm (2015), a Revolução de 1848, também conhecida como Primavera dos Povos, teve como centro detonador a proclamação da república na França em fevereiro do mesmo ano. Na sequência, como rastilho de pólvora a revolução se espalhou e, em poucas semanas, derrubou governos de uma ampla área da Europa. Não restrita aos países capitalistas desenvolvidos, foi a primeira revolução de extensão global, alcançando, por exemplo, o Brasil com a insurreição de 1848 em Pernambuco e, poucos anos depois, a remota Colômbia. Se foi ampla em seus impactos, por outro lado, foi ao mesmo tempo a menos bem-sucedida, sendo que após seis meses de sua explosão, a derrota revolucionária já era previsível. Ao final, depois de 18 meses, todos os regimes que derrubara, com exceção de um, foram restaurados. Revoluções sociais que tiveram como origem e motor os trabalhadores pobres, assustaram os moderados liberais, que se de antemão estavam no interior do movimento revolucionário, rapidamente retrocederam, firmando aliança com os velhos regimes e abandonando os trabalhadores para serem massacrados isolados nas barricadas. Por fim, deixou claro aos regimes restaurados que

As declarações socialistas dos operários franceses vitoriosos apavoraram a pequena burguesia e desorganizaram o movimento operário inglês, que operava dentro de limites mais estreitos [...]. No exato momento em que deveria desenvolver todas as suas forças, o cartismo passou por uma crise interna. (ENGELS, 2010, p. 352)

Resgatando artigo escrito também por ele mesmo em 1885, Engels continuaria em seu prefácio a extrair o significado mais amplo da aliança vitoriosa da burguesia liberal inglesa com os proprietários fundiários em torno da contenda sobre as Leis dos Cereais:

O livre-cambismo determinou a transformação de toda a política financeira e comercial, interna e externa, da Inglaterra, adequadas aos interesses dos capitalistas industriais, a classe que agora se impunha à nação. [...] Tudo se subordinou a um único objetivo, que se revestia da máxima importância para os capitalistas industriais: baratear todas as matérias-primas e, em particular, todos os meios de subsistência para a classe operária; diminuir o custo das matérias-primas e manter baixos, se não fosse possível reduzi-los ainda mais, os *salários*. A Inglaterra deveria converter-se em *fábrica do mundo* e todos os países deveriam tornar-se para a Inglaterra o que a Irlanda já era: mercados para seus produtos industriais, fontes de matérias-primas e de gêneros alimentícios. (Ibid., p. 352, grifo do autor)

Ou seja, a ausência de elementos ainda não desenvolvidos da teoria de Marx sobre *O Capital*, tal qual a discussão sobre a *mais-valia relativa* (2006) e o nivelamento da *taxa de lucro médio* e o *superlucro* (2008b), custaram equívocos teóricos ao jovem Engels de 1845, que se converteriam, por sua vez, em falsas conclusões políticas. Também veremos, no desenvolvimento ulterior deste trabalho, a continuidade teórica deste ponto aberto por Marx e Engels em torno do papel das relações de intercâmbio capitalista entre países industriais avançados e sua periferia – que se consolidaria na teoria do *Imperialismo*. Entretanto, por hora, deixemos isso de lado e acompanhemos o desenvolvimento do mesmo raciocínio anterior de Engels, sobre as implicações de tal vitória do livre-cambismo inglês sobre a independência política do proletariado. Para ele:

O cartismo agonizava e a renovada prosperidade industrial, natural e quase óbvia depois do exaurimento da crise de 1847, foi atribuída exclusivamente ao livre-cambismo. Em consequência desses dois fatos, a classe operária converteu-se, politicamente, em apêndice do *grande partido liberal*, o partido dirigido pelos industriais. Uma vez conquistada essa posição de vantagem, tratava de perpetuá-la. A violenta oposição feita pelos cartistas não ao livre-cambismo, mas à sua conversão no único problema nacional vital fez com que os industriais compreendessem, cada dia melhor, que, sozinha e com a oposição da classe operária, a burguesia jamais conseguiria estabelecer seu pleno domínio político e social sobre a nação. Assim, paulatinamente, mudaram as relações entre as duas classes. A legislação sobre as fábricas, antes um espantinho para os industriais, passou a ser implementada e, mais, estendida, em maior ou menor medida, a todos os ramos industriais. Os sindicatos (*trade-unions*), até pouco antes considerados uma invenção do diabo, foram reconhecidos e até mimados pelos industriais como instituições plenamente legítimas e como um meio eficaz para difundir entre os operários doutrinas econômicas saudáveis. [...] E a *Carta ao Povo*, outrora tão temida, converte-se hoje na substância

a “ordem social” estava em ameaça, fazendo inaugurar uma era de reformas em parte favoráveis a parcela dos trabalhadores, um processo que, por sua vez, analisaremos na próxima seção do trabalho.

do programa político dos mesmos industriais que tanto a combateram. (ENGELS, 2010, p. 352-353, grifo do autor)

Ou seja, a vitória econômica do livre-cambismo inglês – sua capacidade de baratear relativamente o valor da força de trabalho, mantendo ou até expandindo os lucros industriais sem necessariamente piorar as condições objetivas de vida do proletariado – custaram a própria independência política do proletariado. A ideia anteriormente equivocada de Engels, de que haveria uma impossibilidade de a burguesia absorver ao menos parte das demandas operárias imediatas, o que conduziria o cartismo, *necessariamente*, aos braços dos socialistas, se dissolveram diante do desenvolvimento da própria realidade posterior aos acontecimentos de 1848. Os sindicatos, não necessariamente, por si mesmos, se mantiveram como inimigos do capital. As próprias greves incorporaram um novo limite – para além dos já mencionados – justamente no âmbito da sua representação política, espaço primordial de atuação da vanguarda política.

Este novo limite derivava de que, do interior deste processo histórico, surgiu um novo e perigosíssimo inimigo do proletariado quando do desenvolvimento de seu devir revolucionário. Inimigo que não opera mais do outro lado da trincheira das lutas de classes, mas que faz parte do próprio proletariado: a *aristocracia operária*. Seguindo a argumentação de Engels:

E a situação da classe operária, nesse período? Ocorreram melhorias temporárias, mesmo para a sua grande massa. Tais melhorias, porém, acabaram por ser reduzidas ao nível anterior em consequência do afluxo da grande massa de operários provenientes da reserva de desempregados, da incessante expulsão de operários com a introdução de nova maquinaria e da imigração dos trabalhadores agrícolas, também eles expulsos pela utilização de máquinas.

Somente em dois setores protegidos da classe operária verificamos a existência de melhorias permanentes. O primeiro é o dos operários fabris. A fixação da jornada de trabalho relativamente racional permitiu-lhes restaurar sua força física e conferiu-lhes uma superioridade moral, estimulada por sua concentração nos locais de trabalho. [...] Em segundo lugar, o dos grandes sindicatos (*trade unions*). Trata-se das organizações daqueles ramos de produção em que se empregam exclusiva ou predominantemente *homens adultos*. Até hoje, sua força organizada não foi vulnerabilizada pela concorrência com o trabalho feminino e infantil nem pela utilização de máquinas. [...] Constituem uma aristocracia operária na classe operária – conquistaram uma posição relativamente cômoda e consideram-na definitiva. São os operários-modelo [...], são pessoas tratáveis, gentis para com qualquer capitalista razoável e mesmo para o conjunto da classe capitalista. (Ibid., p. 354, grifo do autor)

Portanto, ocorreu um processo de diferenciação no interior da própria classe. Processo baseado na capacidade de alguns setores do proletariado, justamente aqueles historicamente associados à vanguarda operária, de maior potencial grevista, de adquirir melhorias mais ou menos permanentes em sua condição de assalariamento. Em contrapartida ao ódio de classes

constitutivo do proletariado em meio à relação de exploração, passou a emergir um processo de *aburguesamento* político desse setor da classe. Transformavam-se em pessoas *tratáveis* e *gentis* diante dos *capitalistas* ou do *sistema capitalista* que se apresentassem como *razoáveis*.

Tal aristocracia, no entanto, apesar de acrescentar um novo nível de dificuldade histórica, não seria capaz de conter o avanço do desenvolvimento da oposição entre proletários e burgueses, a história das lutas de classes. O próprio Engels, no mesmo texto, deixaria afirmado que, “[...] no que diz respeito da grande massa dos operários, o estado de miséria e insegurança é hoje tão grave quanto antes, senão mais grave” (ENGELS, 2010, p. 354). Para esta massa, continuariam ocorrendo todos os processos materiais anteriormente desenvolvidos. Também para os novos setores da classe operária inglesa, os trabalhadores não qualificados – filhos legítimos da grande indústria moderna e da transformação do homem em apêndice da máquina (MARX, 2006) – estava em curso o seu processo de organização. Mesmo assumindo a mesma velha forma de organização, “[...] seu espírito é um terreno virgem, inteiramente livre dos ‘respeitáveis’ e tradicionais preconceitos burgueses que confundem a mente dos representantes do velho ‘*trade-unionism*’” (ENGELS, 2010, p. 357).

Engels também não deixaria de alertar os aristocratas operários, em sua posição de *conforto*, que sua situação não era eterna. A própria dinâmica da acumulação capitalista, com suas inexoráveis crises de superprodução, seria o “tendão de Aquiles” dessa suposta estabilidade da produção capitalista inglesa. Tal como colocado pelo autor:

A verdade é esta: enquanto perdurou o monopólio industrial da Inglaterra, a classe operária, em alguma medida, beneficiou-se desse monopólio. É certo que tais benefícios se distribuíram, entre a classe operária, de maneira muito desigual: a parcela maior ficou com a minoria privilegiada, embora também algo tocasse, de vez em quando, à grande massa dos operários. Eis o que explica por que, desde o fim do owenismo, o socialismo desapareceu na Inglaterra. Com a crise do monopólio, porém, a classe operária inglesa perderá suas vantagens. Toda a classe – inclusive a minoria privilegiada e dirigente – encontrar-se-á, um dia, no mesmo nível dos operários dos demais países. Eis por que, na Inglaterra, o socialismo ressurgirá. (Ibid., p. 356)

Dessa forma, mesmo com esse novo limite colocado à luta sindical e às greves, em seu âmbito econômico da *classe em si* que é reconhecida como *fato legal* pelo próprio Estado burguês, Engels e Marx nunca abandonaram as determinações centrais da sua concepção materialista da história. Continuaram compreendendo que, apenas o desenvolvimento do conflito de classes, com as greves se mantendo como método elementar de ação, poderia levar à emancipação humana. Neste importante prefácio de Engels não há nenhuma refutação contra as determinações elementares do conflito de classe, nenhuma “revisão” contrária à formulação da “revolução política de alma social” do proletariado como seu devir histórico.

A luta legal da classe e a necessidade da vanguarda política, por sua vez, também não foi refutada. O que Engels buscou criticar foi, justamente, os limites evidentes dessa luta, que passava a ocupar a centralidade da mente reformista das direções do movimento operário europeu, dominadas pela aristocracia operária. Diante disso, para encerrar esta segunda seção, que busca tratar da integralidade da concepção de Marx e Engels sobre as greves, é indispensável que avancemos um pouco mais no debate em torno do combate entre o devir histórico revolucionário do proletariado e as armadilhas oportunistas que emergem do reformismo fruto da aristocracia operária.

2.4 REVOLUÇÃO SOCIAL: SUPERAÇÃO DO ESTADO E DA ARISTOCRACIA OPERÁRIA

Como vimos anteriormente, um novo limite no interior do movimento operário e das greves acabou por se desenvolver a partir da segunda metade do século XIX: a *aristocracia operária*. Esta nova força social seria a base objetiva para o desenvolvimento das tendências oportunistas e reformistas de setores da vanguarda política do proletariado, em particular no interior dos partidos e sindicatos. Abandonava-se progressivamente a estratégia revolucionária em nome de uma suposta transição pacífica para o socialismo por meio da redução da tática de luta aos limites parlamentares e legais, ou seja, estatais. Isso, por sua vez, em detrimento do acúmulo de forças no interior das lutas de classes, da organização dos operários, da construção da ditadura do proletariado como via de transição ao comunismo e, portanto, subordinando tanto a luta sindical quanto a luta política e legal a esse horizonte histórico revolucionário.

Foi no seio do Partido Social Democrata Alemão que ocorreram os primeiros e principais embates abertos entre a tendência oportunista e o marxismo. Já na sua fundação, o embrião de tal conflito estava colocado. Segundo Löwy (2012b), o partido surgiu em 1875 com base na fusão entre dois partidos operários alemães pré-existentes: a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (ADAV), fundada em 1863 por Ferdinand Lassalle (falecido também em 1863) e o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores (SDAP), fundado em 1869 por Wilhelm Liebknecht, Wilhelm Bracke e August Bebel, dirigentes muito próximos de Marx e Engels. O programa do congresso de fusão das duas organizações, realizado em Gotha, privilegiava as teses de Lassalle, o que provocou severas críticas tanto de Marx quanto de Engels, direcionadas aos dirigentes da SDAP.

Marx encaminhou a Bracke, por meio de uma carta, sua *Crítica do Programa de Gotha* (2012b). Texto de forte oposição ao programa do congresso, que já circulava publicamente antes mesmo da realização do mesmo, apontava o grau de contrariedade de Marx ao afirmar que “[...] depois da realização do congresso de coalizão, Engels e eu publicaremos uma curta nota, esclarecendo que nos distanciamos totalmente desse programa de princípios e não temos nada a ver com ele” (2012b, p. 20). A contrariedade, por sua vez, não se dava em relação a fusão e criação do Partido Social Democrata Alemão, pelo contrário. Tanto Marx quanto Engels eram favoráveis ao processo, considerando um importante passo na centralização partidária do proletariado alemão. A posição de ambos se dava em contrariedade era ao retrocesso de promover uma fusão sobre as bases de um programa que, no essencial, concedia em seu texto à teoria social de Lassalle – um dos primeiros representantes do oportunismo reformista, algo que já aparecia nas suas negociações secretas com o governo de Bismarck em torno das reformas sociais. Nas palavras precisas de Marx sobre o processo:

Cada passo do movimento real é mais importante do que uma dúzia de programas. Se, portanto, não se podia – e as circunstâncias do momento não o permitiam – ir *além* do Programa de Eisenach [programa da SDAP], então era melhor ter firmado um acordo para a ação contra o inimigo comum. Mas, ao se conceber programas de princípios (em vez de postergar isso até que tal programa possa ser preparado por uma longa atividade comum), o que se faz é fornecer ao mundo as balizas que servirão para medir o avanço do movimento do partido. (MARX, 2012b, p. 20-21, grifo do autor)

Para além de enriquecer a compreensão de nossa subseção anterior, que tratou sobre a relação da vanguarda política com o movimento operário – novamente reforçando o papel fundamental da elaboração teórica programática no sentido de “fornecer as balizas que servirão para medir o avanço do movimento do partido” – as palavras de Marx reforçam a completa contrariedade de princípios com os lassalianos. Naquilo que nos interessa neste trabalho, dois seriam os pontos atacados por Marx. O primeiro deles diz respeito às confusões e fraseologias sobre a “distribuição justa do fruto do trabalho” e sobre a sociedade pensada abstratamente, sem a referência inequívoca à divisão das classes sociais. Tais posições dúbias rebaixavam a luta política dos trabalhadores, reduzindo-a ao âmbito da distribuição do produto social e retirando-a do terreno do próprio modo de produção – onde se desdobram as greves e a organização sindical²⁶.

²⁶ Engels em carta a August Bebel, diante da mesma polêmica, criticaria o fato do programa não fazer nenhuma referência sobre a importância capital da organização sindical dos trabalhadores, reservando a este tema um espaço na própria organização do partido. Nas palavras do autor, “[...] esse é um ponto absolutamente essencial, pois se trata propriamente da organização de classe do proletariado no seio da qual ele luta suas batalhas diárias contra o capital, na qual ele se instrui e que hoje não pode mais ser esmagada, nem mesmo pela mais terrível reação” (ENGELS, 2012, p. 55)

Em segundo lugar, tem-se a crítica de Marx à concepção contida no programa em torno de um *socialismo estatal*. Esse era justamente o projeto representado pela aliança de Lassalle com Bismarck: a união da aristocracia operária com o Estado prussiano para levar em frente reformas sociais. Estas, por sua vez, tratadas em si mesmas, de forma fragmentária e desarticulada com o devir histórico do proletariado, esvaziavam o horizonte revolucionário em nome da adequação de parcela da classe aos limites legais do direito burguês. Engels, referindo-se a esse processo vivido nos países capitalistas desenvolvidos, utilizaria recorrentemente em seus últimos anos de vida uma precisa expressão atribuída a Marx para sintetizar tal movimento do Estado nos países de maior desenvolvimento capitalista. Segundo ele, os mesmos Estados que esmagaram as revoluções proletárias – tanto os processos de 1848 quanto a Comuna de Paris de 1871 – seriam agora os “*executores testamentários*” (ENGELS, 2010, p. 353) de parte das reivindicações dos trabalhadores. Em paralelo ao tronco repressor do Estado, portanto, expandia-se seu “braço social”, sendo este, inexoravelmente, uma resposta restauradora da ordem do capital diante da pressão revolucionária do movimento operário.

Na própria análise d’*As lutas de classes na França* (2012a), Marx apontou para a forma como a revolução francesa de 1848 consolidou uma “república rodeada de instituições sociais”. O processo guardou idêntico conteúdo, apesar de formato distinto, do ocorrido na Inglaterra e analisado por Engels como surgimento da aristocracia operária. O que na Inglaterra teve formato de disputa parlamentar em torno do livre-cambismo, na França ganhou forma revolucionária na derrubada do reinado de Luís Filipe – representante político da aristocracia financeira²⁷ – pelas mãos da burguesia industrial republicana em aliança com o proletariado. Ainda sob as ilusões da aliança com a burguesia, os operários marcharam em direção ao *Hôtel de Ville*, a sede do poder. Bradavam não pela derrubada da sociedade baseada no sistema de trabalho assalariado, mas sim pela “organização do trabalho” e, mais concretamente, pela “criação de um ministério próprio do trabalho”.

Vencida a batalha contra a monarquia e, após isso, decretada a república de fevereiro por meio do sufrágio universal, no qual a maioria proletária se fez sentir, restaria aos representantes políticos do proletariado ocupar o Palácio de Luxemburgo, designado como local para as reuniões da comissão especial nomeada pelo novo governo para “descobrir os

²⁷ No sentido dado por Marx à aristocracia financeira da França pré-revolucionária de 1848, a categoria não se refere em medida nenhuma ao debate sobre o capital financeiro, tal qual realizado por Lenin décadas depois. Na próxima seção, nos aprofundaremos neste debate sobre o capital financeiro, tratando-o no interior dos debates sobre o imperialismo.

meios de melhoramento das classes trabalhadoras”. Mesmo que sob uma imposição da classe operária em luta contra parcela das classes proprietárias, fazendo valer sua “alma social”, não deixaria de ser trágico o fato de que enquanto a “porção burguesa manteve o poder real do Estado e as rédeas da administração exclusivamente em suas mãos, [...] *ao lado* dos ministérios das finanças, do comércio, dos serviços públicos, *ao lado* do banco e da bolsa, levantou-se uma *sinagoga socialista*” (MARX, 2012a, p. 46). Assim, Marx apresentaria sua crítica à ilusão da ocupação de posições pelos trabalhadores no interior do Estado e também aos limites nacionais de qualquer revolução:

Organização do trabalho! Sim, mas o trabalho assalariado é a organização burguesa já existente do trabalho. Sem ela, não há capital, não há burguesia, não há sociedade burguesa. Um *ministério próprio do trabalho!* Sim, mas os ministérios das finanças, do comércio e dos serviços públicos já não são os ministérios burgueses do trabalho? E, posto ao lado destes, um ministério do trabalho *proletário* só poderia ser um ministério da impotência, um ministério dos desejos piedosos, uma comissão do Luxemburgo. Assim como os trabalhadores acreditavam poder se emancipar paralelamente à burguesia, eles acreditavam que podiam realizar a revolução proletária à parte das demais nações burguesas confinados dentro das paredes nacionais da França. (Ibid., p. 46, grifo do autor)

Portanto, já na análise do processo político da revolução de 1848, ficaria clara a posição de Marx contrária a qualquer coalizão com a burguesia orquestrada nos limites do interior do Estado nacional. Marx não repudiaria a erupção do sufrágio universal e as conquistas impostas pelo proletariado, vendo nelas o produto da necessidade histórica da nova classe dominante, a burguesia, incorporar interesses sociais mais amplos no âmbito do Estado para legitimar seu próprio domínio em substituição aos limites estreitos do domínio do *antigo regime*. Entretanto, sempre compreendeu que tal expansão das conquistas sociais e do sufrágio só se deram pelo desenvolvimento do proletariado como a principal classe produtora da realidade social e de sua luta política de alma emancipatória.

Em relação ao Estado, maior clareza ainda se revelaria na análise de Marx sobre a Comuna de Paris de 1871. No texto *A guerra civil na França* (2011), elaborado em formato de mensagem do Conselho Geral da Internacional logo após o desfecho trágico da Comuna de Paris de 1871, o autor colocou o tema da revolução e do poder político no centro do debate. Ao captar o real sentido histórico da Comuna, reforçou a sua compreensão materialista dos processos históricos e a posição comunista no seio da Internacional. Naquele momento, o contexto que dava fundo aos embates da AIT era o choque da posição comunista sobre o tema do poder e do Estado com as posições anarquistas de Bakunin, contrário a qualquer forma de

exercício do poder político centralizado, mesmo que fosse pelas mãos do proletariado (MUSTO, 2014).

Para Bakunin, expressando em 1872 a posição dos anarquistas que ganhava peso considerável no interior da Internacional desde 1869, quando da sua aceitação nas fileiras da organização:

Pensamos que a política do proletariado deve ser uma política revolucionária, voltada direta e unicamente à destruição dos Estados. [...] Tampouco podemos conceber como seja possível falar de liberdade do proletariado ou de emancipação real das massas no interior e por intermédio do Estado. Estado significa domínio, e todo domínio envolve a subjugação das massas e, por conseguinte, sua exploração por uma mesma minoria dominante. Não aceitamos, mesmo no processo de transição revolucionária, quaisquer formas de assembleias constituintes, governos provinciais ou das assim chamadas ditaduras revolucionárias, pois estamos convencidos de que a revolução só é sincera, honesta e real nas mãos das massas e que, ao se concentrar nas mãos de uns poucos indivíduos governantes, ela se converte inevitavelmente em reação. (BAKUNIN, 1872, p. 236-237, *apud*. Musto, 2014, p. 72)

Tal posição de Bakunin era uma resposta direta – e confusa – aos movimentos capitaneados por Marx e Engels no interior da Internacional, especialmente após os acontecimentos da Comuna de Paris em 1871. A tensão entre as duas forças, no entanto, já existia desde a entrada de Bakunin e seu grupo na AIT em 1869, quando de forma oportunista²⁸ aceitaram o conteúdo da *Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores* escrita por Marx – ainda em 1864 – que afirmava categoricamente que, após o período de desenvolvimento do movimento operário desde as derrotas de 1848:

Conquistar o poder político tornou-se, portanto, o grande dever das classes trabalhadoras. Elas parecem ter compreendido isso, pois, na Inglaterra, na Alemanha, na Itália e na França ocorreram simultâneos restabelecimentos, e esforços concomitantes estão sendo atualmente realizados para a organização política do partido operário. (MARX, 2014a, p. 98)

Por isso mesmo, a análise da Comuna de Paris realizada por Marx é decisiva para a precisa compreensão da posição do autor sobre o poder e sobre o Estado, já que é a análise concreta de uma situação concreta em que, pela primeira vez, o proletariado conquista de fato do poder político.

Em primeiro lugar, é preciso ter claro que, diferentemente do que insinuava Bakunin, nunca houve uma defesa do Estado por parte de Marx. Algo diferente, no entanto, é a questão da conquista e centralização do poder político. Na análise sobre a Comuna, o autor apresentou sua posição de que o poder do Estado francês, que sucumbiu diante do exército de Bismarck

²⁸ Engels seria inclusive o responsável por comandar a expulsão de Bakunin e seu grupo da Internacional no Congresso de 1871 em Haia, acusados de esconderem seus reais interesses e seus estatutos internos quando da entrada na Associação (MUSTO, 2014).

em meio à guerra franco-prussiana, havia se dissolvido, sendo ocupado pela Comuna como forma do poder operário. Isso ocorreu diante da derrota francesa na guerra e da capitulação do Imperador Luís Bonaparte, que fora aprisionado pelos prussianos em Sedan – local da sua derrota militar – e, sob o signo da derrota, anunciou a rendição da França e o armistício, mediante a assunção por parte dos franceses de elevadas dívidas de guerra (MARX, 2011).

Diante dessa capitulação e da dissolução do poder de Estado francês em nome do exército prussiano, a Guarda Nacional parisiense, formada majoritariamente por operários armados, não aceitou a rendição de Luís Bonaparte. Decretou assim, em 4 de setembro de 1870, a República em Paris, derrubando o 2º Império. Como afirmado por Marx, a “[...] Paris armada era a revolução armada”, e uma “[...] vitória de Paris sobre o agressor prussiano teria sido uma vitória dos operários franceses sobre o capitalista francês e seus parasitas estatais” (Ibid., p. 35).

Inicia-se, a partir disso, toda a urdidura da burguesia francesa em conluio com Bismark para retomar o poder conquistado pelos operários de Paris. Reparem que, de início, nos acontecimentos práticos da revolução em Paris, não há a dissolução de toda forma poder – este concebido de forma abstrata, tal qual sonha o romantismo anarquista. O que ocorre é a afirmação de um novo poder, que já existia embrionariamente em paralelo ao Estado burguês – os operários parisienses armados – e se impôs diante dos acontecimentos da guerra franco-prussiana que levaram à falência o Estado comandado por Luís Bonaparte. Diante disso, estabelece-se uma dualidade de poderes: de um lado, a Paris republicana, operária, revolucionária e armada; de outro, a aliança entre a burguesia francesa derrotada, organizada politicamente na Assembleia de “rurais” – composta majoritariamente pelos partidos monárquicos dos legitimistas e orleanistas – e o exército prussiano – força militar vitoriosa, que ocupava um terço do território francês e mantinha a capital isolada (Ibid.). Revolução e contrarrevolução, portanto, mediam forças de forma aberta. Dois poderes opostos, onde um só poderia existir mediante a destruição do outro, ou seja, a oposição entre proletariado e burguesia, alojada na própria ossatura da sociedade de classes, ganhava forma pura saltando de qualidade ao transitar de seu momento econômico e político para seu momento militar.

Assim, diante da dualidade de poderes que atingia seu momento militar, qual seria a forma de organização dos operários de Paris? Marx responderia tal questão apontando não para modelos abstratos, mas sim para a realidade concreta da própria Comuna, criada em 18 de março de 1871, como resposta defensiva à tentativa por parte da burguesia de desarmar Paris e, portanto, desarmar a revolução para poder derrotá-la. Assim, diante das necessidades da guerra civil, a Comuna não abole a sua organização centralizada. Justamente pelo contrário, afirma-a,

sem, no entanto, que esse poder centralizado passasse pela posse da velha máquina do Estado anteriormente constituído. Esta máquina, por óbvio, continuará a serviço da contrarrevolução, era o órgão de ataque da burguesia contra os operários de Paris. Por isso mesmo, diante do início da agressão da contrarrevolução, “[...] o primeiro decreto da Comuna ordenava a supressão do exército permanente e sua substituição pelo povo armado” (MARX, 2011, p. 56). O armamento do povo, a forma mais poderosa e revolucionária da guerra (CLAUSEWITZ, 2014), se impôs como necessidade das leis do conflito de classes levado até os limites, longe das idealizações e próximo da ação dos homens reais.

Também a Comuna não aboliu a divisão do trabalho no seu interior, adotando o sonho romântico e utópico da igualdade imediata das massas propagado pelos anarquistas. A sua primeira forma de funcionamento, a mais elementar e base para o seu desenvolvimento ulterior, foi justamente emprestada da estrutura organizativa da Guarda Nacional parisiense. Ou seja, uma organização já existente na realidade concreta e não inventada pelo constructo ideal da cabeça de algum pretencioso artífice. Diante dessa base anterior, passou a ser preenchida por conselheiros municipais, eleitos em sufrágio universal e responsáveis por mandatos revogáveis a qualquer momento. Causando ojeriza e pavor ao republicanismo liberal e parlamentar, “A Comuna devia ser não um corpo parlamentar, mas um órgão de trabalho, Executivo e Legislativo ao mesmo tempo” (MARX, 2011, p. 57). Estabelecia-se, assim, mediante essas formas políticas, um Comitê Central de 20 delegados, escolhidos nas fileiras dos operários da Guarda Nacional e com ampla autoridade para o exercício do poder centralizado. A polícia, por sua vez, após o expurgo das forças leais ao Estado, deixou de ser um agente subordinado ao poder Executivo, subordinando-se inteiramente à Comuna. Assim também ocorreria com os demais funcionários da administração pública, sendo que os salários desses seriam todos limitados aos salários dos operários (Ibid.).

Também se avançou para quebrar o sustentáculo espiritual do poder de Estado, por meio da expropriação das terras da igreja e pela abertura das instituições de ensino para toda a população. Já o outro pilar do poder inquisitorial estatal, a justiça, foi completamente privada de qualquer ilusão de independência, algo que apenas mascara sua subserviência aos poderosos. Juízes e magistrados passaram a ser também submetidos ao sufrágio, o que obviamente causa, até hoje, horror aos epítetos liberais da autonomia dos poderes. Por fim, e não menos importante, a Comuna expropriou os expropriadores, visando garantir o abastecimento de Paris. Em lugar da anarquia da produção e da distribuição operadas pelos proprietários privados por

meio do mercado, emergia a planificação da economia, regida por um plano centralizado a ser executado pelos órgãos administrativos do novo poder (MARX, 2011).

Enfim, nada de magnífico ou de épico, como sonha o idealismo pequeno burguês. Também nenhuma *sinagoga socialista*, como aquela de 1848. Apenas a resolução dos problemas práticos com base no acúmulo histórico da luta de classes, por meio da superação dos três elementos que anteriormente se apresentavam como os limites ao desenvolvimento dos interesses imediatos do proletariado: a propriedade privada, o mercado e o Estado. Portanto, a Comuna se apresentou na história como o salto de qualidade necessário ao desenvolvimento da luta do movimento operário, travada no seio da produção – com suas greves, sindicatos e partidos – e que atinge o momento da conquista do poder político e da submissão da classe adversário por meio da violência – a guerra civil e a ditadura do proletariado. De forma límpida, a revolução de alma social se apresentava em 1871 em sua primeira experiência histórica vitoriosa. Nas palavras de Marx, calcadas em um profundo realismo:

A classe trabalhadora não esperava milagres da Comuna. Os trabalhadores não têm nenhuma utopia já pronta para introduzir *par décret du peuple* [por decreto do povo]. Sabem que, para atingir sua própria emancipação, e com ela essa forma superior de vida para a qual a sociedade atual, por seu próprio desenvolvimento econômico, tende irresistivelmente, terão de passar por longas lutas, por uma série de processos históricos que transformarão as circunstâncias e os homens. Eles não têm nenhum ideal a realizar, mas sim querem libertar os elementos da nova sociedade dos quais a velha e agonizante sociedade burguesa está grávida. Em plena consciência de sua missão histórica e com a heroica resolução de atuar de acordo com ela, a classe trabalhadora pode sorrir para as rudes invectivas desses lacaios com pena e tinteiro e do didático patronato de doutrinadores burgueses bem intencionados, a verter suas ignorantes platitudes e extravagâncias sectárias em tom oracular de infalibilidade científica.

Quando a Comuna de Paris assumiu em suas mãos o controle da revolução; quando, pela primeira vez na história, os simples operários ousaram infringir o privilégio estatal de seus “superiores naturais” e, sob circunstâncias de inédita dificuldade, realizaram seu trabalho de modo modesto, consciente e eficaz, por salários dos quais o mais alto mal chegava a uma quinta parte do valor que, de acordo com uma alta autoridade científica, é o mínimo exigido pra um secretário de um conselho escolar metropolitano – então o velho mundo contorceu-se em convulsões de raiva ante a visão da bandeira vermelha, símbolo da República do Trabalho, tremulando sobre o Hôtel de Ville. (Ibid., p. 60-61, grifo do autor)

Já pela parte das críticas de Marx às decisões do Comitê Central da Comuna, que de fato influenciaram negativamente o desenrolar dos acontecimentos, o autor apontou como decisivas a hesitação diante da expropriação do Banco da França e as ilusões pacifistas diante da guerra civil, que impediram a Guarda Nacional de avançar militarmente sobre Versalhes, a sede do poder da Assembleia dos “rurais”. Assim feito, as tropas prussianas de Bismarck, em aliança com a burguesia francesa, reuniriam as condições para lavar em sangue os comunardos.

Assim feito, na análise da Comuna de Paris, Marx deixou nítida a sua posição sobre a revolução social e a destruição do Estado. Ao contrário da suposta crítica anarquista, em nenhum momento é possível encontrar uma defesa de uma via revolucionária limitada ao Estado. Entretanto, de nenhuma maneira isso significaria o desprezo sobre o tema da conquista e centralização do poder político e do exercício da ditadura do proletariado. Nenhuma classe entrega o seu domínio histórico pacificamente, portanto, as leis inerentes à guerra civil também eram decisivas no desenvolvimento da própria organização do proletariado no momento que as condições assim permitissem.

Por sua vez, o desenvolvimento do proletariado anterior ao momento da guerra civil, em suas greves, associações e partidos, se daria ainda nos limites da ordem burguesa. A luta pelo reconhecimento dos interesses do proletariado – redução da jornada de trabalho e outros direitos trabalhistas – no interior da legalidade estatal, como vimos anteriormente, eram decisivos para o acúmulo de forças da classe em seu processo de organização. O acúmulo de forças, entretanto, não se dá na forma jurídica do direito trabalhista, na *sinagoga socialista* que emerge em paralelo ao centro do poder, mas sim no movimento da classe e na sua organização, elementos que instruem o proletariado, diante do confronto com o limite objetivo da sociedade do capital, para o exercício da ditadura do proletariado. Desta forma, não se trata de uma recusa às lutas legais, mas sim a utilização oportuna de seus caminhos extrapolando permanentemente seus limites.

Por isso mesmo, após todo esse esforço político e intelectual de décadas, combatendo todo tipo de crítica oportunista e confusa do anarquismo que se opunha à organização partidária do proletariado, não é de se admirar a radical oposição de Marx ao programa de Gotha. Os socialistas, próximos a ele e Engels, cediam sua posição contrária ao Estado em nome do *socialismo estatal* de Lassalle, justamente à aliança da aristocracia operária com o *executor testamentário* da Comuna de Paris: Bismarck.

Tal crítica de Marx acabou por não ser publicada em 1875. Engels e Marx avaliaram por silenciar diante da constatação da importância em si mesma da unificação. Mesmo que o texto do programa fosse melhorado, em alguma medida no sentido das críticas feitas, no geral, pouco foi modificado e se manteve o espírito de capitulação dos socialistas diante dos lassallianos. Em carta de Engels a Bracke, após a realização do congresso, seria exposto o motivo do silêncio:

Por sorte, o programa acabou melhor do que merecia. Os trabalhadores, assim como os burgueses e pequeno-burgueses, leem nele o que deveria estar escrito e não o que está lá, e a nenhum lado ocorre pesquisar abertamente o real significado de qualquer

uma daquelas maravilhosas frases. Isso nos possibilitou silenciar sobre esse programa. (ENGELS, 2012, p. 61)

O texto só foi publicado em 1891, já após a morte de Marx. Engels, que já então travava uma luta aberta contra o *socialismo jurídico*²⁹, um mero desdobramento do *socialismo estatal*, recomendaria a Kautsky a publicação na revista editada por ele da *Crítica ao programa de Gotha*. Visava abrir um combate para destruir a lenda que se estabeleceu em torno de Lassalle. Segundo ele, em correspondência enviada à Kautsky, “[...] o julgamento impiedoso de Marx sobre Lassalle agirá por si só e dará coragem a outros” (Ibid., p. 69). Como pano de fundo de todo esse combate, Engels, já no final de sua vida e gozando de significativa influência no interior do movimento socialista, extraía as conclusões políticas em torno do processo de substituição do marxismo – produto legítimo do proletariado – pelo oportunismo reformista. Este se fortalecia diante do desenvolvimento da aliança entre a aristocracia operária e os *executores testamentários* das revoluções socialistas, que encontrava sua síntese no fortalecimento dos burocratas.

O aspecto central da vanguarda política continuava sendo de dupla dimensão e incontornável na realização do salto de qualidade na passagem da *classe em si* em direção à *classe para si*. Por um lado, ser intransigente na crítica contra as formas idealistas de apreensão e condução da atividade política, formas que acreditam ser a vanguarda política o elemento que, por meio de sua vontade, cria as condições objetivas. Essas condições continuam a ser determinadas por leis objetivas, nunca pelo subjetivismo idealista de suas vanguardas. O próprio surgimento da aristocracia operária e seus preconceitos burgueses jurídico-legais no âmbito das direções proletárias só teria ampliação de suas forças no interior das relações materiais de produção³⁰. Estas apareceram tanto na vitória do livre-cambismo inglês, com seus impactos na divisão internacional do trabalho e no barateamento das mercadorias direcionadas ao consumo da classe trabalhadora inglesa, mas também e de forma totalizante nos processos levados a frente pelos *executores testamentários* das revoluções sociais ocorridas na França.

Também, nesse mesmo sentido, a consciência de si da classe não seria atributo individual, fruto de algum processo pedagógico fora do âmbito da produção da riqueza. A consciência de classe é produto do desenvolvimento das próprias lutas de classes, que encontra

²⁹ No pequeno e importante texto *O socialismo jurídico* (2012) escrito em 1887 em formato de polêmica com o jurista e professor Anton Menger, Engels e Kautsky desvendariam que a origem da concepção jurídica de mundo burguesa não era nada mais que a secularização da visão teológica do mundo feudal. O texto era uma resposta diante de uma ofensiva da ala direitista do Partido Social Democrata Alemão contra o marxismo, sendo que aquela ala visava justamente privilegiar a luta democrática no interior do parlamento e a via pacífica para o socialismo.

³⁰ O que veremos na seção seguinte na discussão sobre a aristocracia operária e o imperialismo.

nas suas formas organizativas (greves, sindicatos e partidos políticos) estágios indispensáveis de elaboração dessa consciência. Por outro lado, se o combate ao idealismo no seio da vanguarda política serve para eliminar a sobrevalorização subjetivista da vanguarda, o contrário, utilizar desta crítica para eliminar o papel da vanguarda política, seria uma deturpação das posições teóricas e da própria atividade prático-política de Marx e Engels. Como vimos, foi no seio do combate às mais variadas posições no interior da vanguarda política que os autores atuaram, utilizando-se decididamente da arma da crítica.

Sua compreensão da história teve a clareza de apreender que, se a classe faz a história segundo suas próprias condições, o amadurecimento da luta faz com que as decisões tomadas pela vanguarda política constituída possam tanto auxiliar quanto atravancar – ou até mesmo regredir – o desenvolvimento da contradição entre capital e trabalho. Ter a compreensão precisa de que a superação das mazelas sociais vividas pelo proletariado só pode ocorrer mediante a superação da propriedade privada, do mercado e do Estado, foram contribuições teóricas decisivas para a condução política das revoluções vitoriosas do século seguinte à morte de Marx e Engels.

Por sua vez, as greves continuaram e continuam sendo, até hoje, aquilo que foi apreendido pelos autores: um método central do proletariado em meio as lutas de classes. Se, pela sua própria natureza, apresentam um claro limite ao não superar o sistema de trabalho assalariado, sendo ainda uma luta travada no interior da sociedade burguesa, também se apresentam, dialeticamente, como uma revolta prática contra todos os elementos dessa sociedade. Quando as greves se acumulam em um período histórico, por sua vez, consolidam-se como o principal indicador do ponto em que chegou a oposição entre burguesia e proletariado. Ponto esse que denota a própria maturidade ou imaturidade da guerra social. Portanto, apontam uma das medidas mais precisas em que as vanguardas políticas revolucionárias encontram para atuarem, confrontando-se, decididamente, com as concepções da aristocracia operária, sobre as quais nos deteremos na sequência do trabalho.

3 TACÃO DE FERRO E RUGIDOS DAS FERAS DO ABISMO

Foi nos últimos dias de janeiro de 1913 que a mudança de atitude da oligarquia em relação aos sindicatos favorecidos tornou-se pública. Os jornais publicavam informações sobre um aumento de salários e uma diminuição da jornada de trabalho sem precedentes para os empregados ferroviários, trabalhadores da indústria do ferro e do aço, engenheiros e maquinistas. Mas as verdadeiras razões não foram reveladas. Os oligarcas não permitiriam isso. Na verdade, os salários tinham subido muito mais, e os privilégios também. Era tudo secreto, mas os segredos acabam sendo descobertos. [...]

Foi apenas o desenvolvimento lógico daquilo que no século XIX era conhecido como participação nos lucros. No sistema industrial daquela época, tentou-se praticar a divisão de lucros. Isto é, os capitalistas almejavam acalmar os trabalhadores fazendo com que se interessassem financeiramente pelo negócio em que trabalhavam. Mas a divisão de lucros, como sistema, era ridícula e impossível. Poderia dar certo apenas em casos isolados no meio de um sistema de disputa industrial; pois se todo o trabalho e todo o capital dividirem os lucros, as condições a serem alcançadas serão as mesmas que as anteriores, ou seja, de quando não havia divisão de lucros.

Dessa forma, da ideia impraticável da divisão dos lucros surgiu a ideia prática de participação nos lucros. [...]

Logo que o segredo da deserção dos sindicatos favorecidos veio a público, começaram a surgir rumores no mundo operário. Em seguida, esses sindicatos se retiraram das organizações internacionais e romperam com os seus afiliados. O resultado foi confusão e violência. Os membros dos sindicatos favorecidos foram tachados de traidores; nas tavernas e nos bordéis, nas ruas e no trabalho e, de fato, em todos os lugares, eles eram agredidos pelos companheiros aos quais tinham abandonado de forma tão traiçoeira.

Houve muita pancadaria e ocorreram muitas mortes. Nenhum membro dos sindicatos favorecidos estava seguro. Eles andavam em bandos quando iam trabalhar ou quando voltavam do trabalho. Andavam sempre no meio da rua. Nas calçadas, estavam sujeitos a terem o crânio partido por tijolos ou paralelepípedos lançados das janelas ou dos telhados. Tinham autorização para andarem armados, e as autoridades lhes prestavam auxílio de todas as formas. Os perseguidores desses privilegiados acabavam sendo condenados a vários anos de prisão, onde recebiam os mais severos tratos; e a nenhum homem, a nenhum membro dos outros sindicatos era permitido andar armado. A violação dessa lei era considerada uma grave contravenção e punida de acordo.

Os trabalhadores ultrajados continuaram a se vingar dos traidores. Automaticamente formou-se uma linhagem nas castas. Os filhos dos traidores eram perseguidos pelos filhos dos trabalhadores que haviam sido traídos, até que se tornou impossível àqueles brincarem nas ruas ou comparecerem às escolas públicas. Além disso, as esposas e famílias dos traidores eram ignoradas, e se a venda da esquina fornecesse provisões para elas, era boicotada.

O resultado disso foi que, pressionados por todos os lados, os traidores e suas famílias acabaram se isolando. Por acreditarem que era impossível residir em segurança no meio do proletariado traído, mudaram-se para locais habitados apenas por eles mesmos. Para isso, receberam a ajuda dos oligarcas. Boas moradias, modernas e com saneamento, rodeadas de vastos campos e divididas por parques e áreas de recreação foram construídas para eles. Seus filhos frequentavam escolas exclusivas, especializadas em aprendizado manual e ciências aplicadas. Assim, como era inevitável desde o começo, desse isolamento surgiu uma casta. Os membros dos sindicatos favorecidos tornaram-se a aristocracia operária. Eram separados do resto dos operários. Viviam melhor, vestiam-se melhor, alimentavam-se melhor e eram mais bem tratados. Participavam dos lucros das empresas com entusiasmo.

Enquanto isso, o resto da classe operária era tratado com mais austeridade ainda. Muitos dos pequenos privilégios que tinha foi-lhe retirado, enquanto seu salário e seu padrão de vida diminuía constantemente. Suas escolas públicas decaíam na mesma

proporção. O aumento do número de jovens e de crianças que não sabia ler nem escrever era assustador.

A tomada do mercado mundial pelos Estados Unidos quebrava o resto do mundo. Instituições e governos faliam ou se transformavam em toda parte. A Alemanha, a Itália, a Austrália e a Nova Zelândia estavam empenhadas na formação de comunidades cooperativas. O Império Britânico estava começando a deixar de funcionar. As mãos da Inglaterra estavam cheias do excedente. Na Índia, a revolta foi completa. O clamor da Ásia era “A Ásia para os asiáticos!” E por trás desse grito estava o Japão, sempre instigando e ajudando as raças amarela e negra contra a branca. E enquanto o Japão sonhava com um império continental e lutava para realizar esse sonho, reprimia sua própria revolução operária. [...] O Japão dominou o Oriente e tomou para si a porção asiática do mercado mundial, com exceção da Índia.

A Inglaterra conseguiu esmagar sua revolução operária e assegurar a Índia, embora tenha se exaurido com isso. Além do mais, ela viu-se obrigada a deixar que suas grandes colônias lhe escapassem ao controle. Foi assim que os socialistas conseguiram transformar a Austrália e a Nova Zelândia em comunidades cooperativas. E foi pela mesma razão que o Canadá separou-se de sua pátria-mãe. Mas o Canadá esmagou sua revolução socialista com a ajuda do Tação de Ferro. Ao mesmo tempo, o Tação de Ferro ajudou o México e Cuba a porem um fim em suas revoltas internas. O resultado disso foi que o Tação de Ferro arraigou-se com firmeza no Novo Mundo. Tornou-se uma massa política compacta na América Setentrional, dominando desde o canal do Panamá até o oceano Ártico.

E a Inglaterra, ao sacrifício de suas grandes colônias, conseguiu manter apenas a Índia. Mas isso foi apenas temporário. A luta contra o Japão e o resto da Ásia pela Índia tinha sido apenas retardada. A Inglaterra logo perderia a Índia, e por trás desse acontecimento aproximava-se a luta entre a Ásia unida e o resto do mundo. E enquanto todo o mundo se envolvia no conflito, nós dos Estados Unidos não estávamos sossegados nem pacíficos. A traição dos grandes sindicatos serviu para evitar uma revolta operária, mas a violência se generalizou. [...] E no meio de tudo isso, com uma serenidade e uma certeza terríveis, continuava a aumentar o vulto daquele monstro das eras, a oligarquia. Com mãos de ferro e com tação de ferro, controlou os milhões que se agitavam, da confusão trouxe a ordem, do próprio caos forjou suas fundações e sua estrutura. (LONDON, 2011, p. 129-131)

Já em 1908, antes mesmo dos estudos e publicações sobre o imperialismo, Jack London, escritor e militante socialista estadunidense, anteviu em seu romance *Tação de Ferro* (2011) as profundas implicações promovidas pela expansão do sistema capitalista em escala mundial. Na aliança entre a oligarquia financeira e a aristocracia operária – aquela já identificada embrionariamente por Marx e Engels –, London encontrara as raízes da traição ao movimento operário revolucionário pelo oportunismo reformista, que trataria de ocupar papel de destaque na história das lutas de classes do século XX e do início do século XXI.

Mais do que isso, inspirado pelos acontecimentos da revolução russa de 1905 – o “ensaio geral” da revolução vitoriosa de 1917 – o socialista estadunidense encontrou os elementos fundamentais para desvelar o papel cumprido pelas violentas e desesperadas contrarrevoluções. “Com mãos de ferro e com o *tacão de ferro*”, o capital encontrou formas de se antepor aos processos revolucionários que se desenvolviam em todo o mundo. Impossível não se admirar com a capacidade de London vislumbrar, com décadas de antecedência, o papel decisivo das guerras mundiais imperialistas e das ditaduras de segurança nacional latino-americanas, por

exemplo, para a dominação capitalista global, ameaçada que estava pelas revoluções socialistas vitoriosas – estas que tanto inspiraram gerações após gerações de revolucionários em todo o mundo.

Diante disso, a organização imperialista do mundo passou a ser uma necessidade da manutenção do modo de produção capitalista. A forma dessa dominação, por sua vez, encontrou o *capitalismo de Estado* como a síntese daquilo que Marx tratou, e que vimos na seção anterior, como os *executores testamentários* do movimento operário revolucionário derrotado momentaneamente pelo *tacão de ferro*. Tal fato, por sua vez, também não fugiu aos olhos atentos de Jack London, que na continuidade de seu romance apontou os desdobramentos da vitória e do desenvolvimento da aliança entre a oligarquia financeira e a aristocracia operária:

Durante o longo período em que permanecemos no refúgio, mantivemo-nos informados de tudo o que se passava pelo mundo, e pudemos compreender melhor a força do nosso inimigo, a oligarquia. Devido às enormes mudanças que estavam ocorrendo na sociedade, as novas instituições passaram a adquirir uma forma mais definida, tomando a feição e os atributos da permanência. Os oligarcas conseguiram criar uma máquina governamental que funcionava, apesar de vasta e intrincada — e isso a despeito de todos os nossos esforços contrários.

Foi uma surpresa para muitos revolucionários. Eles não acreditavam que isso seria possível. Todavia, o trabalho continuava a ser feito em todo o país. Pessoas se exauriam nos campos e nas minas — não passavam de escravas. Mas em relação às indústrias capitais, tudo prosperava. Os membros das grandes castas operárias estavam contentes e trabalhavam com satisfação. Pela primeira vez na vida, conheciam a paz industrial. Não tinham de se preocupar com períodos de queda na produção, com greves, piquetes e com as determinações sindicais. Viviam em casas mais confortáveis e em cidades sublimes — sublimes se comparadas aos lugares imundos e guetos no qual viviam antes. Alimentavam-se melhor, trabalhavam menos, tinham um período de férias maior, o salário era bom, e passaram a ter interesses e prazeres mais variados. E com os seus irmãos menos afortunados, os trabalhadores desfavorecidos, o povo sem vontade do abismo, eles não se importavam. Uma época de egoísmo começava a surgir para a humanidade. (LONDON, 2011, p. 160)

Tanto foi assim que Trotsky, ao falar sobre o livro de London, afirmou em texto publicado no *New International* em abril de 1945, que:

[...] o romancista de 31 anos de idade enxergou muito mais claro e mais longe do que todos os líderes socialdemocratas daquela época juntos. Mas não estamos falando apenas dos reformistas: pode-se dizer com segurança que em 1907 nenhum dos marxistas revolucionários, nem mesmo Lenin e Rosa Luxemburgo, imaginaram de maneira tão completa a ameaçadora perspectiva da aliança entre o capital financeiro e a aristocracia trabalhista. (TROTSKY, 2011, p. 189)

Assim, se terminamos a seção anterior demonstrando como as greves, mesmo diante de todos os seus limites, continuariam a ser o método central do desenvolvimento das lutas de classes na sociedade moderna, nesta seção, será fundamental também entender o novo terreno social criado pelo imperialismo. Nessa fase superior do capitalismo, se desdobram os preparativos e os momentos decisivos do embate entre revolução e contrarrevolução em escala

internacional. Nesse novo cenário, as greves assumem, de tempos em tempos, um caráter de massas e, com isso, levam a guerra social a pontos culminantes, rompendo com a aparente apatia dos períodos anteriores de ilusória estabilidade da dominação capitalista.

Diante disso, justamente na emergência das crises do capital, “Tudo que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo que era sagrado é profanado e os homens são finalmente obrigados a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com outros homens” (MARX; ENGELS, 2010b, p. 43). Nos termos de London, novamente a sociedade precisa se confrontar com o “rugido das feras do abismo”, essa massa de trabalhadores que continua submetida a todos os ditames da exploração da força de trabalho. Do abismo social, continuamente produzido pela oposição entre os detentores da riqueza e os despossuídos de qualquer propriedade, nascem as forças revolucionárias que recolocam a revolução social na ordem do dia. Porém, novamente, e sempre, sob a ameaça do *tacão de ferro*, que se expande e ganha em sofisticação diante do próprio avanço imperialista.

Nesse sentido, investigaremos na seção atual a forma como o marxismo compreendeu essa nova fase do capitalismo, aprofundando o debate sobre o *imperialismo* e o *capitalismo de Estado*. De início, é preciso resgatar alguns aspectos importantes do que vimos ao final da seção anterior, quando das discussões sobre o desenvolvimento da aristocracia operária na Inglaterra, o primeiro país a atingir um patamar de desenvolvimento capitalista avançado. Nos debruçamos, por conta disso, sobre a maneira como Engels vinculou este fato a vitória política do livre-cambismo: o domínio das fontes mundiais de matérias-primas e a importação de mercadorias que permitiram a manutenção dos baixos salários dos trabalhadores ingleses, ou até mesmo a sua redução, e que deram condição para que a Inglaterra pudesse se consolidar como a primeira *fábrica do mundo*. Nas próprias palavras de Engels (2010), citadas anteriormente, “[...] enquanto perdurou o monopólio industrial da Inglaterra, a classe operária, em alguma medida, beneficiou-se desse monopólio” (Ibid., p. 356).

Se, de início, esse monopólio se consolidou na Inglaterra, logo na sequência, um reduzido grupo de países atingiu o mesmo patamar dos monopólios industriais, chegando ao ponto de promover uma completa subordinação e divisão do mundo orientado pelos seus interesses. Diante desse novo mundo, consolidado na virada do século XIX para o século XX, Lenin acabou por desenvolver sua teoria sobre o *imperialismo*. Com base nas tendências já identificadas por Engels, mas também em uma apreensão do conteúdo contido nos três livros d’*O Capital* de Marx e em um profundo debate que se desenvolvia sobre o tema naquele

período, o teórico e revolucionário russo escreveria em 1916 sua famosa brochura *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (1985) – texto publicado apenas em 1917.

Já no prefácio de seu livro, deixava claro que buscava compreender a “natureza econômica do imperialismo” (LENIN, 1985, p. 8), estabelecendo na nova configuração dos Estados capitalistas avançados e na partilha do restante do mundo entre eles a base objetiva da formação da aristocracia operária. Nas palavras do próprio autor, em meio ao mesmo prefácio:

Compreende-se que este *gigantesco superlucro* (porque obtido além do lucro extorquido pelos capitalistas aos operários do ‘seu’ país) permitia corromper os chefes operários e a camada superior da aristocracia operária. E os capitalistas dos países “avançados” a corrompem efetivamente: corrompem-na por mil processos, diretos e indiretos, abertos e camuflados.

Esta camada de operários aburguesados, ou da “aristocracia operária”, inteiramente pequeno-burgueses pelo seu modo de vida, pelos seus salários, por toda a sua concepção de mundo, é o principal apoio da II Internacional e, nos nossos dias, o principal apoio social (não militar) da burguesia. [...]

Sem se compreender a origem econômica deste fenômeno, sem se medir a sua importância política e social, é impossível avançar um passo que seja na realização das tarefas práticas do movimento comunista e da revolução social do futuro. (LENIN, 1985, p. 13-14, grifo nosso).

Tal posição de Lenin, como visto, era colocada em meio aos confrontos derradeiros no interior da II Internacional, na defasa da posição revolucionária contra a posição reformista e oportunista. Portanto, buscar a *natureza econômica* do imperialismo e, através dela, investigar a origem do *gigantesco superlucro* auferido no mercado internacional como sendo a base objetiva da amplitude que assumiu a *aristocracia operária* e suas concepções *reformistas* e *oportunistas*, coloca-se como o principal desafio para compreendermos o novo patamar das lutas de classes. Assim, prepararemos o espaço para avançarmos na investigação da real medida das *greves de massas* no mundo contemporâneo.

3.1 ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: MONOPÓLIOS E CAPITAL FINANCEIRO

De início, fundamental é adquirirmos a compreensão exata do pilar central para a consolidação do *imperialismo* como *fase superior do capitalismo*: os monopólios que levam ao capital financeiro. Começamos, então, pelos monopólios, estes que já eram, embrionariamente, identificados por Engels como o início de uma nova fase do capital e foram tratados por Lenin logo na abertura de seu livro:

O enorme desenvolvimento da indústria, e o processo de concentração extremamente rápido da produção, em empresas cada vez mais importantes, constituem uma das características mais marcantes do capitalismo. [...]

Além disso, a concentração da produção é muito mais intensa do que a da mão-de-obra, sendo o trabalho nas grandes empresas muito mais produtivo. [...]

Dezenas de milhares de grandes empresas são tudo; milhões de pequenas não são nada. [...]
 [...] a concentração, atingindo um certo grau do seu desenvolvimento, conduz, por ela própria, permita-se a expressão, diretamente ao monopólio. [...] Esta transformação da concorrência em monopólio é um dos fenômenos mais importantes – senão o mais importante – da economia do capitalismo moderno. (LENIN, 1985, p. 16-18)

Portanto, o *enorme desenvolvimento da indústria e o processo de concentração da produção* conduzem ao monopólio. Diante disso, é preciso partir do fato de que, em uma sociedade de relações capitalistas de produção, o determinante no desenvolvimento da indústria – que culmina na fase da *grande indústria moderna* – é assegurar as condições para a vitalidade do processo de *acumulação de capital*. No caso da Inglaterra, aquele prioritariamente investigado por Marx e Engels como a *primeira fábrica do mundo*, esse processo se completou já ao final da primeira metade do século XIX, quando chegada ao fim a *Revolução Industrial*. Assim, partimos da constatação de que o ritmo acelerado da acumulação de capital e o desenvolvimento do sistema fabril é a base histórica para a existência dos monopólios industriais.

Na esteira do desenvolvimento deste processo histórico foi que Lenin demarcou as fases de transição da economia capitalista baseada na livre concorrência para a era dos monopólios, portanto, do imperialismo:

- 1) Anos 1860-1880: ponto culminante do desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não são mais do que embriões dificilmente perceptíveis;
- 2) Após a crise de 1873: período de grande desenvolvimento dos cartéis; no entanto, eles ainda aparecem apenas a título excepcional. Carecem ainda de estabilidade. Têm ainda um caráter transitório;
- 3) Expansão do fim do séc. XIX e crise de 1900-1903: os cartéis tornam-se uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo se transformou em imperialismo. (Ibid., p. 22)

Na terceira fase, de pleno desenvolvimento do imperialismo, garantiu-se aos países que originalmente completaram sua transição a capacidade de subordinar todo o globo terrestre ao seu domínio. Por isso, a investigação do imperialismo, essa fase superior do capitalismo, só pode ser levada a frente mediante a compreensão dos condicionantes materiais dessa transição de uma economia capitalista concorrencial, baseada em uma baixa concentração da propriedade privada, para uma economia capitalista dominada pelos monopólios.

Diante disso, antes de chegarmos nessas três fases caracterizadas por Lenin, é fundamental analisarmos as profundas transformações anteriores que tiveram de ser produzidas no interior da produção da riqueza social para que esta fosse plenamente subordinada à sua forma de produção capitalista. Iniciemos, portanto, pelos fundamentos do próprio processo de

produção capitalista que precisaram ser desenvolvidos antes de se alcançar a sua etapa imperialista. Nesse sentido, Marx expunha que:

Todo o caráter da produção capitalista é determinado pelo imperativo de aumentar o valor-capital adiantado, de produzir, portanto, antes de tudo, a maior quantidade possível de mais-valia; em seguida, pelo imperativo de produzir capital, ou seja, de transformar mais-valia em capital. A acumulação ou produção em escala ampliada se revela meio de produzir mais-valia em quantidade cada vez maior e de enriquecer o capitalista, que vê no enriquecimento seu objetivo pessoal [...]. O aumento contínuo de seu capital torna-se condição para conservá-lo. (MARX, 2005, p. 89-90)

Com isso, o ciclo permanente de reprodução das relações capitalistas de produção pressupõe a unidade indissociável de dois momentos opostos e complementares: de um lado, a produção da mais-valia e, de outro lado, a circulação (distribuição e consumo) dessa mais-valia produzida na forma de reinvestimento produtivo – transformação da mais-valia em novo capital.

Para que ocorra o processo de produção de mais-valia, por sua vez, é necessário que a própria força de trabalho apareça disponível no mercado como mercadoria, passível de ser vendida. O trabalhador “livre”, proprietário da própria força de trabalho, aliena sua mercadoria no mercado, vendendo-a tal como qualquer outra mercadoria pelo seu valor – o salário necessário para que ele compre os bens de subsistência para sua reprodução enquanto trabalhador. O capitalista, proprietário privado do capital-dinheiro, compra a mercadoria força de trabalho, dispondo, a seu bel prazer, do seu valor de uso: criar um novo valor. Com isso, sob o tempo correspondente a jornada de trabalho, onde os trabalhadores trabalham sob comando do capitalista, estes produzem novo valor sob a forma de novas mercadorias, vendidas no mercado pelo próprio capitalista. Parte da jornada de trabalho é remunerada para reproduzir o valor da força de trabalho, representada pelo salário. O restante, aquilo que excede esse tempo socialmente necessário para garantir que a mercadoria força de trabalho continue existindo, é o tempo de trabalho excedente, que, por não ser pago, existe sob a forma de mais-valia. Tal como exposto por Marx:

O valor da força de trabalho e o valor que ela cria no processo de trabalho são, portanto, duas magnitudes distintas. O capitalista tinha em vista essa diferença de valor quando comprou a força de trabalho. [...] o decisivo foi o valor-de-uso específico da força de trabalho, o qual consiste em ser ela fonte de valor, e de mais valor que o que tem. Este é o serviço específico que o capitalista dela espera. E ele procede, no caso, de acordo com as leis eternas da troca de mercadorias. Na realidade, o vendedor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza o seu valor-de-troca e aliena o seu valor-de-uso. [...] O possuidor do dinheiro pagou o valor diário da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, o uso dela durante o dia, o trabalho de uma jornada inteira. A manutenção quotidiana da força de trabalho custa apenas meia jornada [exemplo usado por Marx na exposição do assunto], apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar, uma jornada inteira, e o valor que sua utilização cria

num dia é o dobro do próprio valor-de-troca. Isto é uma grande felicidade para o comprador, sem constituir injustiça para o vendedor. (MARX, 2006, p. 227)

Assim, sob o princípio liberal da justiça entre proprietários privados individuais e da igualdade perante a troca de equivalentes, ocorre o processo de produção capitalista. Entretanto, produzir mais-valia, pressuposto do processo capitalista de produção, ainda não significa transformar a mais-valia produzida em novo capital, portanto, acumular capital. Para completar o processo de acumulação de capital é preciso que essas mercadorias depositárias de valor e de mais-valia se realizem no mercado e retornem ao processo de produção. Avançamos, assim, para o momento decisivo desse retorno, em que o capitalista, proprietário privado da mais-valia produzida, realiza o capital-mercadoria na esfera da circulação, troca-o por dinheiro – dinheiro agora em quantidade superior ao montante investido originalmente – e, após essa metamorfose da mercadoria em dinheiro, define, também na esfera da circulação, se irá consumir a mais-valia de forma produtiva ou improdutiva.

Para compreender tal processo é preciso, de antemão, recorrer a diferenciação feita por Marx entre reprodução simples e reprodução ampliada do capital. Partimos, portanto, da própria categoria *reprodução*, algo inerente a qualquer forma social do processo de produção (seja ela capitalista ou não):

Qualquer que seja a forma social do processo de produção, tem este de ser contínuo ou de percorrer, periódica e ininterruptamente, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir nem de produzir. Por isso, todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é, ao mesmo tempo, processo de reprodução.

As condições da produção são simultaneamente as da reprodução. Nenhuma sociedade pode produzir continuamente, isto é, reproduzir, sem converter, de maneira constante, parte de seus produtos em meios de produção ou elementos da produção nova. [...]

Se a produção tem a forma capitalista, também a terá a reprodução. No modo capitalista de produção, o processo de trabalho é apenas um meio de criar valor; analogamente, a reprodução é apenas um meio de reproduzir o valor antecipado como capital, isto é, como valor que se expande. (MARX, 2006, p. 661)

Portanto, a reprodução do capital exige, de forma contínua, periódica e ininterrupta, que o valor total criado no processo de produção, após ser realizado no processo de circulação, retorne novamente ao processo de produção, no mínimo, na quantidade necessária para reproduzir de forma simples o capital constante (meios de produção) e o capital variável (força de trabalho) adiantados. Já a forma de consumo da mais-valia, o valor que excede o adiantamento inicial, não interfere na reprodução simples do capital, sendo fundamental, isso sim, para a reprodução ampliada – ou, dito de outra forma, para a acumulação de capital.

Se o capital só existe mediante a exploração da força de trabalho no processo de produção (produção de mais-valia), a medida da reprodução desse processo também é definida pela forma como os capitalistas consomem a mais-valia. Assim, podem consumir a mais-valia de forma improdutiva, comprando bens de consumo pessoal – desde mercadorias básicas para sua reprodução individual (alimento, roupas, etc.), mas, especialmente, bens suntuários, tais como iates, carros de luxo, obras de arte, vinhos, etc. ou serviços, como jardinagem, segurança privada, festas, etc. – ou de forma produtiva, ampliando o capital constante e o capital variável que entrarão em um novo ciclo de produção, passando a produzir mais-valia de forma ampliada. Assim, de qualquer maneira, para haver acumulação de capital, “[...] em condições normais, parte da mais-valia tem de ser consumida como renda e parte tem de ser capitalizada [...]” (MARX, 2005, p. 90).

Com isso, completa-se a transformação da mais-valia em capital. De um ponto de vista concreto, não passa de reprodução do capital em escala que cresce progressivamente. O círculo em que se move a reprodução simples muda, então, sua forma e transforma-se, segundo a expressão de Sismondi, em espiral. (MARX, 2006, p. 679)

Assim, quanto maior for o reinvestimento da mais-valia criada no processo de produção e menor o dispêndio improdutivo enquanto renda, mais dinâmico é o próprio processo de acumulação de capital, ou, utilizando da expressão de Sismondi recuperada por Marx, mais amplo é o movimento dessa espiral crescente. O ritmo da acumulação, portanto, ocorre no âmbito do consumo da mais-valia na esfera da circulação e é de responsabilidade das próprias classes proprietárias que vivem desse trabalho excedente não pago.

De outra parte, quanto maior for a massa de mais-valia produzida, mais espaço o capitalista tem para arbitrar entre seu consumo produtivo e improdutivo. Ao expandir a mais-valia o capitalista pode, ao mesmo tempo, ampliar seu consumo improdutivo sem comprometer seu consumo produtivo, ou até mesmo expandi-lo. Assim sendo, também é determinante para o ritmo da acumulação de capital a massa de mais-valia produzida, essa que é definida justamente na esfera da produção. Expandir a mais-valia, ou seja, ampliar a exploração da força de trabalho, também é fundamental para dilatar a espiral crescente da acumulação de capital.

Para isso, a princípio, o capitalista se utiliza de dois recursos: a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa. Na primeira forma, mais simples e diretamente compreensível, o mecanismo gira em torno da duração da jornada de trabalho. Quanto maior a jornada, mantidos os salários, maior é a mais-valia. Tal procedimento é a base da própria existência do modo de produção capitalista, sendo amplamente difundido, especialmente, nos primeiros passos do

desenvolvimento dessa forma histórica de produção. Entretanto, como visto na seção anterior, o movimento operário passou a se organizar e, através das greves, impôs derrotas ao capital por meio do estabelecimento de limites legais à expansão das jornadas de trabalho³¹.

Já a segunda maneira de ampliar a mais-valia é a forma relativa. Nela, mantida a jornada de trabalho, ou até mesmo reduzida, o que ocorre é um barateamento das mercadorias que compõem o consumo da classe trabalhadora, portanto, uma queda do valor da força de trabalho. Com isso, o capitalista se apropria de uma maior parcela do valor produzido, já que, relativamente, o trabalhador passa a reproduzir a própria existência sob a forma assalariada mediante menor tempo de trabalho socialmente necessário. A mais-valia relativa, portanto, tem relação direta com o desenvolvimento técnico da produção capitalista, com o aumento da produtividade do trabalho. Processo que, ao expandir a capacidade de produção de mercadorias sem ampliar o seu valor global – mais valores de uso sob a forma de mercadorias são produzidos com o mesmo consumo produtivo de capital variável –, fazem com que o preço unitário das mercadorias caia.

Nas palavras do próprio Marx sobre essas duas formas absoluta e relativa de produzir mais-valia:

A produção da mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor da sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais-valia relativa. Esta pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção de mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais. *A produção da mais-valia relativa pressupõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus métodos, meios e condições, surge e se desenvolve, de início, na base da subordinação formal do trabalho ao capital. No curso desse desenvolvimento, essa subordinação formal é substituída pela subordinação real do trabalho ao capital.* (MARX, 2006, p. 578-579, grifo nosso)

Diante dessa compreensão do papel cumprido pelo rebaixamento do valor das mercadorias que compõem os bens-salários, abre-se o espaço para a compreensão de um

³¹ Tal questão é muito importante de ser apreendida, já que a regulação da jornada de trabalho, de maneira alguma, foi fruto de qualquer forma de “generosidade” ou “conquista civilizatória” do capital. Tal regulação só ocorreu sob imposição do movimento operário, diante do seu processo histórico de organização e amadurecimento político. Tal como colocado por Marx, a dinâmica do capital é a própria expressão da desumanização das relações humanas, da irracionalidade do valor que se valoriza ($D - M - D'$) e que dá contornos à barbárie da modernidade. Isso é fundamental, já que, em momentos de desarticulação do movimento operário, o capital pode muito bem retomar o processo de ampliação das jornadas de trabalho e de extração de mais-valia absoluta, tal qual parece ser uma das tônicas do mundo capitalista na contemporaneidade.

terceiro mecanismo que também opera no sentido de ampliar a espiral ascendente da acumulação de capital. Com o barateamento das mercadorias que compõem o valor do capital variável, torna-se possível que, para manter a mesma reprodução simples do capital, seja necessário o reinvestimento de parcela menor do valor-mercadoria realizado no mercado. Com isso, uma depreciação do valor do capital variável faria com que, imediatamente, uma parcela do valor necessário para a reprodução simples do capital fosse “liberado” como valor adicional disponível para a acumulação de capital.

Tal mecanismo de liberação de valor para a acumulação de capital, por sua vez, não é exclusivo ao que tange o capital variável. Também o capital constante é afetado pela mesma dinâmica. Caso for reduzido o valor das mercadorias que compõem o capital constante necessário para a reprodução simples do capital – máquinas e equipamentos, materiais acessórios, matérias-primas etc. –, também é liberado valor para a acumulação de capital.

Portanto, tendo em vista os condicionantes do processo de acumulação de capital, finalmente é possível compreender a real dimensão histórica da vitória política do livre-cambismo inglês, àquela de que Engels tratou como pressuposto para o surgimento da *aristocracia operária*. Seu sentido essencial, que estava em disputa justamente no limiar da consolidação definitiva de um modo de produção capitalista plenamente desenvolvido, foi o de garantir a vitória da burguesia industrial contra os proprietários de terras. Em sua tarefa histórica de garantir o dinamismo da produção e capitalização da mais-valia, realizada enquanto unidade de produção e circulação no processo de acumulação de capital, a burguesia firmava as bases para subordinar toda a sociedade aos seus interesses.

Tal unidade entre industrialismo e livre-cambismo na via inglesa clássica foi fundamental para a transição àquilo que Marx denominou como *modo de produção especificamente capitalista* e, com ele, a *subordinação real do trabalho ao capital*. Por um lado, ao acabar com as *Leis dos Cereais* e baratear o preço das mercadorias consumidas pela classe trabalhadora, a burguesia inglesa intensificou a extração da mais-valia relativa, contornando os limites impostos à mais-valia absoluta pelo movimento operário que se desenvolvia. Por outro lado, ao atacar as barreiras ao livre comércio que ainda vigoravam no mercado mundial, barateava o fornecimento das matérias-primas necessárias para a expansão do ritmo da acumulação. Assim, dessa forma, a burguesia inglesa garantiu as condições para completar o processo da *Revolução Industrial*, que tem sua essência na introdução do *sistema fabril* baseado na *grande indústria moderna*.

Por essa via de transição cumpriram-se duas tarefas incontornáveis para solidificar as bases do desenvolvimento das forças produtivas sob a forma eminentemente capitalista. Primeiramente, eliminaram-se os resquícios da propriedade privada estamental da terra, abrindo o espaço para a transformação definitiva da terra em mercadoria e para o avanço acelerado da industrialização do campo – mediante o emprego de métodos racionais de produção agrícola³². Nas palavras de Marx:

[...] a forma da propriedade fundiária que o sistema capitalista no início encontra não lhe corresponde. Só ele mesmo cria essa forma, subordinando a agricultura ao capital, e assim a propriedade fundiária feudal, a propriedade de clãs ou a pequena propriedade camponesa combinada com as terras de uso comum se convertem na forma econômica adequada a esse modo de produção, não importando quão diversas sejam suas formas jurídicas. [...] A propriedade fundiária adquire assim sua forma puramente econômica, despindo-se de todos os anteriores ornamentos e vínculos políticos e sociais, em suma, de todos aqueles tradicionais ingredientes, denunciados pelos próprios capitalistas industriais e por seus porta-vozes teóricos, na ardorosa luta que travaram contra a propriedade fundiária, como excrecência inútil e absurda. [...] São grandes méritos do capitalista de produção o ter racionalizado a agricultura, capacitando-a pela primeira vez para ser explorada em escala social [...]. (MARX, 2008b, p. 826-827)

Assim, no campo, submetia-se a produção individual, antes pulverizada e desconectada entre si, à escala social e aos critérios científicos. Em segundo lugar, de forma conexa e orgânica ao processo do campo, nas cidades era completada a mesma subsunção da produção individual à escala social. Processo que ocorria, por sua vez, através da transição do período artesanal e manufatureiro³³ para o período da grande indústria moderna – baseado na invenção da máquina-ferramenta e nos sistemas fabris que lhe acompanharam³⁴.

Para que isso acontecesse em larga escala, retornamos à vitória do livre-cambismo. Essa passagem da fase manufatureira e artesanal do capital para a *grande indústria moderna*, com a

³² Tal processo histórico já havia tido início desde, no mínimo, o século XVI. A própria existência da renda da terra, sob a forma monetária e já capitalista, foi uma vitória histórica do capital contra o campo. Faltava-lhe, por fim, limitar essa renda ao máximo. Com isso, o fim das *Leis dos Cereais* aparece como o marco final e decisivo que garante a subsunção da agricultura ao capital.

³³ Períodos que já produzem sob a dinâmica capitalista, porém, por ainda não terem uma base técnica propriamente capitalista, são ainda baseados na *subsunção formal do trabalho ao capital*.

³⁴ A criação da máquina-ferramenta, substituindo a mão humana que era o princípio produtivo do artesanato e da manufatura, permitiu a operação com várias ferramentas (meios de trabalho) ao mesmo tempo sobre o objeto de trabalho. Ela foi o fato fundante para o desenvolvimento do sistema fabril: a articulação científica e regular entre um sistema de máquinas-ferramentas aplicadas no processo direto de produção, uma força motriz centralizada e os sistemas de transmissão de energia. Nas palavras do próprio Marx:

“Foi [...] a criação das máquinas-ferramenta que tornou necessária uma revolução na máquina a vapor. Quando o homem passa a atuar apenas como força motriz numa máquina-ferramenta, em vez de atuar com a ferramenta sobre o objeto de trabalho, podem tomar seu lugar o vento, a água, o vapor, etc., e torna-se acidental o emprego da força muscular humana como força motriz. [...]

O aumento do tamanho da máquina-ferramenta e do número dos instrumentos com que opera ao mesmo tempo exige um motor mais possante, que, para vencer a própria resistência, precisa de uma força motriz superior à força humana. Além disso, a força humana é um instrumento muito imperfeito para produzir um movimento uniforme e contínuo”. (MARX, 2006, p. 431-432)

subordinação real do trabalho ao capital, só foi possível pela existência de grandes disponibilidades de mais-valia para ser reinvestida produtivamente na industrialização pesada, essa que era exigida pelo sistema fabril em desenvolvimento. Isso porque não bastava apenas produzir com máquinas, era necessário produzir máquinas, ou seja, desenvolver fábricas produtoras de máquinas, fator que impulsionava com ainda mais vigor a expansão industrial³⁵. Iniciada essa nova fase da produção capitalista, em que o capital subordina todos os setores produtivos às suas necessidades de expansão permanente, criam-se as condições iniciais do imperialismo, entendido como *fase superior do capitalismo* nos termos tratados por Lenin.

Superior em duas medidas. Primeiro, pelo fato de que a consolidação dos monopólios industriais tem como resultado “[...] um imenso progresso na socialização da produção [...], particularmente, no domínio dos aperfeiçoamentos e inovações técnicas” (LENIN, 1985, p. 25). Ou seja, ocorre a subordinação da produção à escala social da grande indústria moderna – no campo e na cidade – em contraposição à anterior escala individual e pulverizada e, com isso, o capital cumpre a integralidade da sua função histórica no desenvolvimento revolucionário das forças produtivas, mesmo que ainda comprimido às relações sociais de produção capitalistas. Tal como colocado por Marx e Engels ainda no *Manifesto do Partido Comunista*:

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. [...]

A burguesia, em seu domínio de classe de apenas um século, criou forças produtivas mais numerosas e colossais do que todas as gerações passadas em seu conjunto. A subjugação das forças da natureza, as máquinas, a aplicação da química na indústria e na agricultura, a navegação a vapor, as estradas de ferro, o telegrafo elétrico, a exploração de continentes inteiros, a canalização dos rios, populações inteiras brotando da terra como por encanto – que século anterior teria suspeitado que semelhantes forças produtivas estivessem adormecidas no seio do trabalho social? (MARX; ENGELS, 2010b, p. 43-44)

Como segunda medida dessa fase superior, temos aquilo que conecta o modo de produção capitalista com sua superação histórica mediante a socialização integral dessa produção: o comunismo. Se a base da produção, seu conteúdo, é cada vez mais social, operando em integração produtiva e critérios científicos crescentemente em escala mundial, a forma da produção e da apropriação continuam limitadas pelo entulho histórico da existência da

³⁵ “A indústria moderna teve então de apoderar-se de seu instrumento característico de produção, a própria máquina, e de produzir máquinas com máquinas. Só assim criou ela sua base técnica adequada e ergueu-se sobre seus próprios pés”. (MARX, 2006, p. 441)

propriedade privada. Portanto, aquilo que existe como força de libertação do gênero humano aparece apenas sob a forma da ampliação do domínio privado do poder social por meio dos monopólios. Nos termos de Lenin:

O capitalismo, chegado à sua fase imperialista, conduz à beira da socialização integral da produção; [...]

A produção torna-se social³⁶ mas a apropriação continua privada. Os meios de produção sociais permanecem propriedade privada de um pequeno número de indivíduos. O quadro geral da livre concorrência, que se reconhece nominalmente, subsiste e o jugo exercido por um punhado de monopolistas sobre a restante população torna-se cem vezes mais pesado, mais sensível, mais intolerável. (LENIN, 1985, p. 25)

Portanto, o modo de produção capitalista leva o desenvolvimento das forças produtivas ao limiar da transição para o socialismo³⁷, restando à *revolução política de alma social* completar a tarefa histórica para a efetiva emancipação humana através da eliminação da propriedade privada³⁸.

³⁶ É preciso apenas corrigir, tal qual faz Carcanholo (2021), a expressão utilizada por Lenin de que “a produção torna-se social”. A produção sob as bases do modo de produção capitalista continua sob a forma privada, tal qual a apropriação desta produção. O que muda, de fato, é o conteúdo dessa produção, a sua base técnica, esta sim agora social, baseada no trabalho social e, portanto, em contradição completa com a estreiteza da forma de produção e apropriação privadas capitalista – origem das próprias crises capitalistas de superprodução de capital. Mesmo que em Lenin esse equívoco pontual, de caráter linguístico e não de conteúdo, não cause nenhum impacto na totalidade da sua exposição – logo na sentença seguinte o autor já reforça a ideia correta ao dizer que “os meios de produção social permanecem propriedade privada” –, causou desvios em parte de autores marxistas que vieram na sequência, que de tanto repetir acriticamente a famosa sentença original, acabaram por acreditar que a transição socialista abrange medidas apenas de socialização da apropriação da riqueza, sem tocar na propriedade privada dos meios de produção.

³⁷ Engels também abordará originalmente esta nova fase do capitalismo monopolista em nota de rodapé do terceiro volume d’*O Capital: o processo global de produção capitalista* (2008b) – obra póstuma de Marx, em parte escrito por Engels com base em manuscritos deixados pelo autor principal. Captando a transformação que já estava em curso no modo de produção capitalista e antecipando as conclusões de Lenin, afirmou que, após 1865, “[...] aguçou-se consideravelmente a concorrência no mercado mundial em virtude do desenvolvimento rápido da indústria em todos os países civilizados, em particular na América e na Alemanha. Hoje, impõe-se cada vez mais à consciência dos capitalistas a circunstância de que as forças produtivas modernas, em crescimento veloz e gigantesco, ultrapassam cada dia mais o domínio das leis capitalistas relativas à troca de mercadorias, dentro das quais deveriam mover-se. Isto se evidencia sobretudo em dois sintomas. Primeiro, na nova mania generalizada de barreiras aduaneiras, que se distingue do protecionismo antigo especialmente porque protege, em regra, justamente os artigos exportáveis. Segundo, nos cartéis (trustes) formados pelos fabricantes de ramos inteiros de produção, para regular a produção e em consequência os preços e lucros. É claro que esses experimentos só são exequíveis em atmosfera econômica relativamente favorável. A primeira tempestade os derrubará e provará que, embora se imponha regular a produção, por certo não cabe à classe capitalista executar essa tarefa. Até lá, esses cartéis só têm mesmo a incumbência de cuidar de que os pequenos, com mais rapidez que antes, sejam deglutidos pelos grandes (ENGELS *apud* MARX, 2008b, p. 160).

³⁸ “O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa.

Mas a moderna propriedade burguesa é a última e mais perfeita expressão do modo de produção e apropriação baseado nos antagonismos de classes, na exploração de uns pelos outros.

Nesse sentido, os comunistas podem resumir sua teoria numa única expressão: supressão da propriedade privada”. (MARX; ENGELS, 2010b, p. 52)

Para que essa enorme força social centralizada se desenvolvesse, fundamental também foi o papel das grandes concentrações de capital-dinheiro. Capital-dinheiro e não apenas dinheiro, já que, tal qual desenvolvido por Marx, o “[...] dinheiro que é apenas dinheiro se distingue do dinheiro que é capital, através da diferença na forma da circulação” (MARX, 2006, p. 177). Assim, da mesma forma que a mais-valia só passa a ser capitalizada quando inserida no processo de expansão em espiral do capital, também o dinheiro passa a ser capital-dinheiro quando está subordinado ao processo de acumulação de capital. Portanto,

[...] o valor-capital, na condição de dinheiro, só pode desempenhar as funções de dinheiro, e mais nenhuma outra. O que faz delas funções de capital é o papel definitivo que possuem no movimento do capital e, por consequência, a conexão que liga o estádio em que elas aparecem com os outros estádios do capital. (MARX, 2005, p. 42)

Dessa forma, não é o dinheiro que produz o capital – apesar da existência dele ser seu pressuposto histórico³⁹. O capital só é produzido onde as relações sociais de produção já aparecem de antemão baseadas na separação entre os proprietários capitalistas dos meios de produção os proprietários da própria força de trabalho, os trabalhadores apartados até mesmo dos meios de subsistência. Assim, mediante ambas essas separações, que já existem no âmbito da distribuição da propriedade privada, o dinheiro cumpre o papel de propiciar, por meio de uma relação de compra e venda no mercado, a união disso que a história separou.

Trata-se de compra e venda, de relação monetária, mas de uma compra e venda que tem por pressupostos o comprador como capitalista e o vendedor como assalariado, e essa relação se estabelece quando as condições para a materialização da força de trabalho, os meios de subsistência e os meios de produção, estão separados do detentor da força de trabalho, como propriedade alheia.

[...] A relação de capital apenas surge durante o processo de produção porque ela já existe no ato da circulação, nas condições econômicas fundamentalmente diversas em que se defrontam comprador e vendedor, em sua relação de classe. Não é o dinheiro que, por sua natureza, estabelece essa relação; é antes a existência dessa relação que pode transmutar uma simples função monetária numa função de capital. (MARX, 2005, p. 45)

Assim sendo, o capital-dinheiro só existe perante a qualidade de ser capital produtivo em potencial. Para além da sua função de equivalente geral das trocas, adquire assim um novo valor de uso: funcionar como capital, como condição para a produção de mais-valia. Com isso, nas palavras de Marx, “[...] nessa qualidade de capital potencial, de meio de produzir lucro,

³⁹ “A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. A produção de mercadorias e o comércio, forma desenvolvida da circulação de mercadorias, constituem condições históricas que dão origem ao capital. O comércio e o mercado mundiais inauguram no século XVI a moderna história do capital. [...] Historicamente, em suas origens, é sob a forma de dinheiro que o capital se confronta com a propriedade imobiliária; como fortuna em dinheiro, capital do comerciante ou do usuário”. (MARX, 2006, p. 177)

torna-se mercadoria, mas mercadoria de gênero peculiar. Vale dizer – o capital como capital se torna mercadoria” (MARX, 2008b, p. 454)

Dessa maneira, os bancos, os principais proprietários da mercadoria capital-dinheiro, ganham nova função nessa nova fase dos monopólios. Diante da própria magnitude ciclópica da acumulação de capital na sua etapa da grande indústria moderna, a disponibilidade de enormes somas de capital-dinheiro torna-se, ao mesmo tempo, um produto e uma necessidade da produção capitalista em escala social. Com isso, nessa fase superior do capitalismo, formam-se não apenas os monopólios industriais, mas também os monopólios bancários, proprietários de somas imensas de capital na forma monetária, que provocam alterações qualitativas na forma de manifestação da propriedade privada do capital.

À medida que os lucros aumentam e os bancos se concentram em um pequeno número de estabelecimentos, estes deixam de ser modestos intermediários para se tornarem monopólios todo-poderosos, dispondo da quase-totalidade do capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e dos pequenos empresários, assim como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um dado país ou de toda uma série de países. Esta transformação de uma massa de modestos intermediários em um punhado de monopolistas constitui um dos processos essenciais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista. (LENIN, 1985, p. 30)

Diante dessa enorme concentração, os bancos não se limitam mais a ser “meros” prestamistas de capital-dinheiro para que o capitalista industrial opere com este capital de forma produtiva. O próprio banco passa a adquirir participação na propriedade do capital produtivo, operando uma fusão entre a propriedade dos monopólios bancários e a propriedade dos monopólios industriais. Cria-se, assim, o *capital financeiro*⁴⁰, quando “[...] os capitalistas dispersos acabam por constituir apenas um único capitalista coletivo” (LENIN, 1985, p. 35). Nessa nova relação estabelecida entre a indústria e os bancos, amplia-se sobremaneira o domínio dos monopólios. Recorrendo, mais uma vez, à obra clássica de Lenin:

[...] se o banco reúne, nas suas mãos, enormes capitais, se a escrituração das contas correntes de uma empresa permite ao banco – e tal é o que sucede – conhecer, com cada vez mais amplitude e precisão, a situação econômica do cliente, daí resulta uma dependência, cada vez mais completa, do capitalista industrial em relação “ao banco”. Ao mesmo tempo desenvolve-se, por assim dizer, a união pessoal dos bancos e das grandes empresas industriais e comerciais, a fusão de uns com os outros, pela compra de ações, pela entrada dos diretores dos bancos nos conselhos fiscais (ou de administração) das empresas industriais e comerciais e vice-versa. (Ibid., p. 40)

Tal processo de fusão da propriedade de distintos capitalistas individuais, por sua vez, não é diferente, em seus fundamentos, daquilo que Marx tratou por *centralização de capital*.

⁴⁰ “Concentração da produção tendo como consequência os monopólios; fusão, ou interpenetração dos bancos com a indústria, eis a história da formação do capital financeiro e o conteúdo desta noção”. (LENIN, 1985, p. 46)

Se a *concentração de capital* é o produto do processo visto acima de acumulação nos moldes do reinvestimento da mais-valia – no qual ocorre a ampliação do tamanho e do número de capitalistas, assim como a concorrência entre eles; a *centralização* constitui apenas a mudança do formato da propriedade privada, onde os capitalistas mais poderosos absorvem, por meio de fusões e aquisições, os capitais já formados pelo próprio processo de *concentração* anterior. Portanto, o *capital financeiro* é produto de um altíssimo grau historicamente constituído tanto da *concentração* quanto, especialmente, da *centralização de capital*⁴¹.

Para além disso, Marx associaria a organização das sociedades anônimas – as enormes empresas de propriedade pulverizada entre acionistas – como um ponto auge da centralização de capital. Diante desse ponto auge, as sociedades anônimas trataram de aumentar de forma grandiosa a capacidade de adiantamento do capital-dinheiro, propiciando saltos ainda mais fabulosos no ciclo em espiral ascendente da acumulação de capital. Nas palavras do autor:

É evidente que a acumulação, o aumento progressivo do capital pela reprodução, que passa da forma circular para a de espiral, é processo bastante lento, comparado com a centralização, que precisa apenas alterar o agrupamento quantitativo das partes integrantes do capital social. O mundo estaria sem estradas de ferro, se tivesse de esperar que a acumulação capacitasse alguns capitalistas isolados para a construção de uma ferrovia. A centralização, entretanto, por meio da organização das sociedades anônimas, cria num instante as condições para uma tarefa dessa ordem. (MARX, 2006, p. 731)

Desta maneira, *o capital financeiro, tendo por base as sociedades anônimas, dentro da concepção de Lenin, em nenhum momento aparece como uma oposição ao capital industrial*. O capital financeiro é, ao mesmo tempo, produto e impulsionador do desenvolvimento acelerado do capital industrial. Quando o processo da acumulação de capital atinge a etapa da grande indústria moderna e a consolidação dos monopólios que lhe acompanham, o capital financeiro aparece como a forma mais adequada de adiantamento de capital-dinheiro para essa

⁴¹ “Com a acumulação de capital crescem, em maior ou menor proporção, o número de capitalistas. [...] A acumulação e a concentração que a acompanha estão dispersas em muitos pontos, e, além disso, o aumento dos capitais em funcionamento é estorvado pela formação de novos e pela fragmentação de capitais existentes. Por isso, a acumulação aparece, de um lado, através da concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho e, do outro, através da repulsão recíproca de muitos capitalistas individuais.

Essa dispersão do capital social em muitos capitais individuais ou a repulsão entre seus fragmentos é contrariada pela força de atração existente entre eles. Não se trata mais da concentração simples dos meios de produção e de comando sobre o trabalho, a qual significa acumulação. O que temos agora é a concentração dos capitais já formados, a supressão e sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes. Este processo se distingue do anterior porque pressupõe apenas alteração na repartição dos capitais que já existem e estão funcionando; seu campo de ação não está, portanto, limitado pelo acréscimo absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. O capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Esta é a centralização propriamente dita, que não se confunde com a acumulação e a concentração”. (MARX, 2006, p. 729)

nova base técnica revolucionária da produção capitalista, portanto, impulsiona com ainda mais vigor o processo de acumulação de capital.

Transformam-se os proprietários do capital financeiro, desta forma, em verdadeira oligarquia financeira – pequena parcela de capitalistas de um país que carregam em suas mãos o *tacão de ferro*⁴². Unem-se de forma pessoal não apenas entre si, mas também com o governo de seus países, imbricando-se em uma rede de dominação econômica e política que atravessa toda a sociedade⁴³. E à determinada parcela dos trabalhadores, a *aristocracia operária*, oferecem pequenas benesses com base nos *superlucros* conquistados por sua posição monopolista, além de uma participação menor na administração dos grandes negócios capitalistas. Diante disso, tendo por base os pilares da fase imperialista e avançando em nosso estudo sobre essa aliança entre oligarquia financeira e aristocracia operária, seguiremos na investigação da origem dos *superlucros*, estes que se configuram na real particularidade do imperialismo e na base econômica que dá sustentação à essa poderosa aliança.

3.2 ORIGEM DOS SUPERLUCROS

Mais-valia e lucro, apesar de serem frutos do mesmo processo de produção baseado na exploração da força de trabalho, são expressões distintas do processo global de reprodução do capital. Ao capitalista individual é completamente obscuro o tema da mais-valia. Para ele, o que realmente interessa, aquilo que realmente move suas ações, é apenas e somente o lucro que individualmente “conquista” no mercado. Para obter lucro, por sua vez, aparentemente existe uma única necessidade: vender as mercadorias a preço superior ao que custaram para serem

⁴² Totalmente distinta da aristocracia financeira francesa, representada pelo rei Luís Filipe, de que trata Marx no seu texto sobre a Revolução Francesa de 1848 (2012a). Naquele sentido do texto, a aristocracia financeira aparecia como força oposta ao capital industrial, em conluio com uma parte da aristocracia proprietária de terras, uma nobreza detentora de parcela da riqueza que era direcionada para o consumo suntuário improdutivo ou para a realização de empréstimos que parasitavam o reinvestimento produtivo da acumulação de capital. Para além disso, através da dívida estatal e do déficit público, fomentavam a dinâmica da especulação por meio de títulos que ampliavam seu enriquecimento às custas das demais classes da nação. Tanto foi assim que, em um primeiro momento, a burguesia liberal cumpriu um papel revolucionário na derrubada do rei, mesmo que recuasse logo na sequência diante da ameaça do proletariado. Deste recuo, a burguesia europeia re fez sua aliança com a aristocracia financeira, mas agora sob novas bases, transformando, sob diferentes processos históricos nacionais, o dinheiro concentrado pela nobreza em capital-dinheiro. Não por acaso, diversas famílias de nobres das casas mais poderosas da Europa acabaram por se transformar em famílias de banqueiros detentores do capital financeiro, em um evidente processo de subsunção das finanças ao capital, mediada pela revolução política burguesa.

⁴³ “O monopólio, logo que tenha se constituído e reúna milhões, penetra forçosamente em *todos* os domínios da vida social, independentemente do regime político e de todas as outras ‘contingências’. [...] uma vez estabelecida a dominação da plutocracia nem ‘mesmo a mais ampla liberdade política poderá evitar que nos transformemos num povo de homens privados de liberdade’”. (LENIN, 1985, p. 56-57)

produzidas. Portanto, ao capitalista, não interessa desvendar que a mais-valia surge apenas da parte variável do capital adiantado, justamente do trabalho excedente não pago aos trabalhadores. Para ele, que comprou tanto capital variável quanto capital constante no mercado, ambos reduzidos a sua forma monetária e que somados constituem o *preço de custo*, interessa apenas que, ao final do processo de produção, possa vender suas mercadorias a preço superior ao *preço de custo*, auferindo, assim, um lucro⁴⁴.

Da mesma maneira que o salário mascara o trabalho não pago, já que o trabalhador é remunerado apenas pelo valor da sua força de trabalho enquanto acredita estar sendo pago pela totalidade do seu trabalho⁴⁵, o lucro oculta a mais-valia, fazendo o capitalista acreditar que o valor excedente nasce da totalidade do seu capital adiantado e não apenas de parte dele: o capital variável. Salário e lucro compõem, assim, uma unidade indissociável na produção da ideologia capitalista dominante, em que ambos aparecem de forma invertida e dissimulada na consciência dos indivíduos que compõem as principais classes sociais⁴⁶.

Tal dissimulação do processo essencial de produção capitalista, no entanto, não tem efeitos apenas do ponto de vista ideal no interior da consciência das classes. Se, tal como vimos seção anterior, enquanto trabalhadores assalariados os indivíduos trabalhadores concorrem entre si, os capitalistas individuais, em busca do maior lucro possível, também concorrem entre si. No processo de reprodução total do capital social, quando as mercadorias produzidas no interior da esfera da produção avançam para a esfera da circulação, o capitalista acaba por estabelecer relações econômicas com outros capitais⁴⁷. Ao capitalista embrenhado na circulação, regido pela necessidade de auferir o máximo lucro possível, já deixou de tomar o centro da sua atenção a exploração da força de trabalho, sendo que esta já foi resolvida

⁴⁴ “Para o capitalista fica então patente que esse acréscimo de valor provém dos processos produtivos empreendidos com o capital, derivando, portanto, do próprio capital; pois existe depois do processo de produção e não existia antes. Quanto ao capital despendido na produção, a mais-valia parece originar-se, de maneira uniforme, dos diversos elementos do valor dele, consistentes em meios de produção e trabalho, pois esses elementos entram igualmente na formação do preço de custo”. (MARX, 2008b, p. 50)

⁴⁵ “À forma aparente, ‘valor e preço do trabalho’ ou ‘salário’, em contraste com a relação essencial que ela dissimula, o valor e o preço da força de trabalho, podemos aplicar o que é válido para todas as formas aparentes e seu fundo oculto. As primeiras aparecem direta e espontaneamente como formas correntes do pensamento; o segundo só é descoberto pela ciência”. (MARX, 2006, p. 622)

⁴⁶ “Por aparecer, num polo, o preço da força de trabalho na forma transmutada de salário, aparece a mais-valia, no polo oposto, sob a forma transmutada de lucro”. (MARX, 2008b, p. 51)

⁴⁷ “A produção da mais-valia e a do valor em geral assumem no processo de circulação [...] novas qualificações; o capital percorre o ciclo de suas metamorfoses, saindo por fim de sua vida orgânica interna e estabelecendo relações de vida externas, em que se confrontam, não capital e trabalho, mas, de um lado, os capitais e, do outro, os indivíduos na posição apenas de vendedores e compradores; entrecruzam-se os caminhos do tempo de circulação e do tempo de trabalho e ambos igualmente parecem determinar a mais-valia; a forma inicial em que se defrontam capital e trabalho assalariado é disfarçada pela intromissão de relações independentes dela na aparência [...]” (Ibid., p. 62)

anteriormente. Seu interesse agora se volta para os efeitos da concorrência com outros capitais, que definirão a forma e a magnitude da apropriação individual de uma parcela do excedente socialmente produzido. Nos termos de Marx:

O excedente do valor da mercadoria sobre o preço de custo, embora se origine diretamente do processo de produção, só se realiza no processo de circulação, e a aparência de provir do processo de circulação se robustece porque, efetivamente, em meio à concorrência, no mercado real, depende das condições deste a possibilidade de realizar-se e o grau em que se realiza em dinheiro esse excedente. [...] ao vender-se a mercadoria acima ou abaixo do valor, a mais-valia apenas se reparte de maneira diferente. [...] No processo efetivo de circulação, [...] sincronizam-se com elas a concorrência existente, a compra e venda das mercadorias acima ou abaixo do valor, de modo que a mais-valia que os capitalistas, individualmente, realizam depende tanto do logro recíproco como da exploração direta do trabalho. (MARX, 2008b, p. 61)

Desta maneira, Marx expõe, objetivamente, a condição real do processo de reprodução do capital, a unidade entre produção e circulação das mercadorias. Nela, o capitalista individual não se apropria exatamente do valor que levou ao mercado, mas sim apenas de uma parcela da soma da totalidade do valor produzido pelo processo social de produção capitalista. Com isso, está configurada a possibilidade objetiva de uma apropriação individual de mais-valia superior ou inferior àquela que foi produzida no interior do processo de exploração comandado por determinado capitalista individual. Também está colocada a possibilidade de que frações do capital individual, que não produzem diretamente o valor e a mais-valia, apropriem-se dela por meio das relações de mercado – sendo essa a base do debate de Marx no Livro 3 d’*O Capital* (2008b) sobre as distintas formas de apropriação da mais-valia que não mediante a exploração direta dos trabalhadores: o capital mercantil, o capital produtor de juros e a renda da terra.

Assim, diante dessa particularidade do processo de reprodução do capital – a distinta forma e magnitude da apropriação da mais-valia social pelos diversos capitais individuais – é que Lenin elaborará sua teoria do imperialismo no que tange a constituição da *aristocracia operária* enquanto um robusto fenômeno social. Segundo o que vimos anteriormente, a base do alargamento dessa aristocracia é a existência de um “gigantesco superlucro (porque obtido além do lucro extorquido pelos capitalistas aos operários do ‘seu’ país)” (LENIN, 1985, p. 13). Ou seja, Lenin realiza, em nossa avaliação, uma síntese da unidade entre produção e circulação de capital no mercado mundial, analisando concretamente a etapa superior do desenvolvimento capitalista – o imperialismo – iniciada a partir dos anos de 1860 e plenamente desenvolvida no início do século XX.

A particularidade do período, como vimos anteriormente, foi a constituição dos monopólios industriais, isso tendo por base a *grande indústria moderna*. Nesta nova etapa

capitalista, que tem como base técnica de produção o maquinismo, o processo de acumulação de capital já não mais ocorre guardando as antigas proporções do reinvestimento da mais-valia em capital constante e em capital variável. Nessa fase, “a concentração da produção é muito mais intensa do que a da mão-de-obra, sendo o trabalho nas grandes empresas muito mais produtivo” (LENIN, 1985, p. 16). Para além disso, a centralização promovida pelo capital financeiro capacita o capital para a realização de enormes investimentos produtivos, ampliando ainda mais a participação relativa do capital constante⁴⁸. Ou seja, diante do crescimento exponencial do uso das máquinas no processo de produção, com o desenvolvimento das forças produtivas por ela provocadas, duas modificações ocorreram na relação entre os dois componentes do capital produtivo – o capital constante e o capital variável.

Primeiramente, a grande indústria moderna é um dos fatores que está na base do processo que já analisamos de redução do valor da força de trabalho por meio da mais-valia relativa. Com isso, ao baratear as mercadorias que compõem os bens-salário, para determinados setores do proletariado, geralmente os posicionados no interior dos setores dominados pelo capital monopolista, libera-se uma parcela de seus salários para que além dos itens básicos de sobrevivência, possam adquirir mercadorias que fazem parte do consumo suntuário, adquirindo um padrão de vida que os leva ao aburguesamento.

Em segundo lugar, a própria proporção do capital constante, em função do desenvolvimento das forças produtivas, cresce em relação ao capital variável. De um lado, diante do enorme aumento de produtividade do processo de produção alterado pelo uso da máquina, passa-se a produzir mais valores de uso com menos força de trabalho, ou seja, a máquina substitui os braços humanos⁴⁹. De outro lado e de maneira correlata com a menor necessidade de trabalhadores, a própria introdução da máquina no processo de produção faz crescer o montante do capital constante necessário. A máquina, pelo aumento de produtividade gerado, passa a “demandar” um consumo exponencialmente maior de matérias-primas, que

⁴⁸ “Aumentando e acelerando os efeitos da acumulação, a centralização amplia e acelera, ao mesmo tempo, as transformações na composição técnica do capital, as quais aumentam a parte constante à custa da parte variável, reduzindo assim a procura relativa de trabalho”. (MARX, 2006, p 731)

⁴⁹ “Investindo uma parte do capital em maquinaria aperfeiçoada, haverá uma redução na progressiva demanda de trabalho” (RICARDO, 2018, p. 266)

“A auto-expansão do capital através da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói. [...] O trabalhador é posto para fora do mercado como o papel-moeda retirado da circulação”. (MARX, 2006, p. 491)

crecem de forma muito mais rápida que o consumo de força de trabalho⁵⁰. Diante disso, pelo fato do capital monopolista necessitar de um número menor de trabalhadores relativamente ao montante total do seu capital, ou seja, diminuir relativamente o valor-capital adiantado na compra de capital variável, também se torna menos oneroso do ponto de vista do investimento total do capitalista sustentar essa parcela aristocrática de operários.

Portanto, esse processo de acumulação de capital em espiral crescente que atinge a fase do capital financeiro amplia enormemente a participação do capital constante em relação ao capital variável. Isso influencia de forma significativa naquilo que Marx tratou como *composição do capital* dos diferentes capitais individuais e na influência dessas diferenças na formação do *lucro médio*. A *composição do capital*, nos termos do autor, trata-se da “[...] relação entre seu componente ativo e o passivo, entre a parte variável e a constante” (MARX, 2008b, p. 194). Ela, por sua vez, é determinada por duas relações. Primeiro, pela relação técnica, sendo que perante determinado nível de produtividade, “[...] determinado número de trabalhadores corresponde a quantidade certa de meios de produção e, por isso, determinada quantidade de trabalho vivo, a quantidade certa de trabalho já materializado nos meios de produção” (Ibid, p 194). Relação essa que, por ser técnica, varia entre os diferentes ramos de produção e também no interior das distintas etapas de produção em um mesmo ramo, dependendo, eminentemente, do caráter concreto do trabalho realizado.

A segunda relação, a composição *orgânica* do capital, é a que realmente nos interessa quando tratamos de investigar o modo de produção capitalista em escala social. Ela é orgânica pois é mensurada segundo o valor, que já é a unidade entre a composição técnica e os preços dos componentes do capital produtivo. Sua importância aparece quando analisamos os impactos das diferentes composições orgânicas do capital em diferentes ramos industriais, especialmente no que tange as implicações na apropriação individual – definida pela *taxa de lucro* – da mais-valia socialmente produzida.

Diante desta disparidade de composições orgânicas do capital e tendo em vista que, para o capital individual quando calcula seu preço de custo, é indiferente o quanto investe em capital variável e capital constante, é possível que um mesmo montante de capital-dinheiro adiantado seja distribuído de forma distinta a depender do ramo de produção em que seja aplicado. Desta forma, capitais produzindo com um mesmo *preço de custo* podem variar significativamente em

⁵⁰ “A acumulação do capital, vista de início como uma ampliação puramente quantitativa, realiza-se, conforme vimos, com contínua mudança qualitativa de sua composição, ocorrendo constante acréscimo de sua parte constante à custa de sua parte variável” (Ibid., p. 732).

suas composições orgânicas, modificando a magnitude de mais-valia produzida individualmente em cada ramo. Com isso, um capital de composição orgânica inferior, ou seja, mais intensivo em capital variável do que em capital constante, mantida a mesma taxa de exploração da força de trabalho, gerará uma magnitude superior de mais-valia do que um capital de composição orgânica superior, mais intensivo em capital constante do que em capital variável.

Aparentemente, pelo fato do capital de composição orgânica superior gerar um montante de mais-valia inferior, poderia se concluir que o processo de desenvolvimento do maquinismo (elevação da composição orgânica) seria totalmente irracional, já que minaria as próprias bases do lucro: a mais-valia. Entretanto, como vimos anteriormente, quando consideramos o processo de reprodução do capital em sua unidade de produção e circulação, o montante de mais-valia produzido por cada capital não é idêntico ao apropriado. Segundo Marx:

Os capitalistas dos diferentes ramos, ao venderem as mercadorias, recobram os valores capitais consumidos para produzi-las, mas a mais-valia (ou lucro) que colhem não é gerada no próprio ramo com a respectiva produção de mercadorias, e sem a que cabe a cada parte alíquota do capital global, numa repartição uniforme da mais-valia (ou lucro) global produzida, em dado espaço de tempo, pelo capital global da sociedade em todos os ramos. (MARX, 2008b, p. 211)

Considerando um mercado regular de significativo desenvolvimento do modo de produção capitalista, fruto de vários processos sucessivos de reprodução do capital, onde o fluxo de capital de um ramo para outro é consideravelmente livre e os capitais se deslocam permanentemente em busca da maior taxa de lucro, a repartição da mais-valia entre os ramos tende a se uniformizar em uma taxa de lucro média⁵¹. Com isso, as mercadorias de cada ramo são vendidas não por seu *valor de produção*, mas sim pelo *preço de produção*, que consiste na

⁵¹ “As taxas diferentes de lucros, por força da concorrência, igualam-se numa taxa geral de lucro, que é a média de todas elas. O lucro que, de acordo com essa taxa geral de lucro, corresponde a capital de grandeza dada, qualquer que seja a composição orgânica, chama-se de lucro médio”. (MARX, 2008b, p. 211)
 “[...] na teoria, supõe-se que as leis do modo de produção capitalista operam plenamente. O que existe na realidade é aproximação, que é tanto maior quanto mais se desenvolve o modo de produção capitalista e quanto mais se eliminam as contaminações e as misturas com as sobrevivências de condições econômicas antigas”. (Ibid., p. 231)
 Com isso, na boa teoria, a realidade se aproxima do conceito. Quanto mais avança o desenvolvimento do modo de produção capitalista em escala internacional – e as últimas décadas, ditas de “globalização”, foram proficuas em demonstrar tal processo na prática –, mais se impõe uma tendência a equalização da taxa de lucro. Isso não significa, no entanto, que adentramos na abstração vazia de uma plena igualdade das taxas de lucro mundialmente estabelecidas. A tendência a equalização da taxa de lucro se impõe apenas por meio da permanente disparidade de taxas de lucro, esta criada e recriada, permanentemente, pelo movimento incessante do capital em busca da maior taxa de lucro possível.

soma do *preço de custo* e do *lucro médio*, e que Marx trabalhará hipoteticamente como se este fosse igual ao *preço de mercado*⁵².

Assim, mediante a equalização da taxa de lucro, em que cada capital de mesma magnitude aplica sobre o preço de custo uma taxa de lucro média, o que ocorre é que o capital de maior composição orgânica se apropria de uma mais-valia superior àquela que produziu individualmente. Isso ocorre, na prática, pela capacidade das composições superiores, mediante maior desenvolvimento técnico, produzirem número superior de unidades de mercadoria com menor valor unitário, podendo vender suas mercadorias por preço de mercado superior ao valor de produção, apropriando-se, com isso, sob a forma dinheiro, de mais valor do que produziram. Nesse caso, o *capital de composição orgânica superior* realiza, por esta via, uma *mais-valia extraordinária*, ou, em outro termo também utilizado por Marx, um *superlucro*⁵³.

Portanto, a busca pelo superlucro é o motivador do desenvolvimento das forças produtivas em meio às relações sociais de produção capitalistas – estas ainda enclausuradas pela propriedade individual dos meios de produção⁵⁴. Se o capital, considerado como força social, atua sobre os ditames do lucro médio, em que a totalidade da classe capitalista explora a totalidade da classe trabalhadora, os capitais considerados individualmente, em meio a concorrência entre si, buscam o superlucro, sendo este o real balizador prático das decisões individuais dos capitalistas no que tange a totalidade dos seus negócios.

Do exposto, infere-se que todo capitalista individual, assim como o conjunto dos capitalistas de todo ramo particular de produção, participa da exploração da totalidade da classe trabalhadora pela totalidade do capital e do grau dessa exploração, não só por solidariedade geral de classe, mas também por interesse econômico direto, pois, supondo-se dadas todas as demais condições, inclusive o valor da totalidade do capital

⁵² Marx trabalhará teoricamente n’*O Capital* com três graus de determinações quando o tema são os preços: o *valor de produção*, o *preço de produção* e o *preço de mercado*. O valor de produção é aquele baseado no valor e na mais-valia produzida no interior de cada ramo, ou seja, ainda limitado aos critérios restritos da produção das mercadorias. O preço de produção é aquele já regido pelo processo de reprodução, unidade de produção e circulação, em que ao preço de custo de cada ramo (soma de capital constante e capital variável) é acrescido o lucro médio. Já o terceiro, o preço de mercado, aquele que realmente é praticado no cotidiano, para além das duas determinações anteriores, sobre ele influi as oscilações permanentes e até mesmo diárias da oferta e da demanda – influenciadas por inúmeros fatores incapazes de serem capturados por uma teoria geral. Ao tratar da equalização das taxas de lucro, buscando apreender as tendências gerais do movimento do capital, Marx abstrairá as oscilações diárias da oferta e demanda do cotidiano, trabalhando com o pressuposto de que o preço de produção é igual ao preço de mercado.

⁵³ “Quando a oferta de mercadorias ao valor médio, isto é, ao valor da massa situada entre aqueles dois extremos, satisfaz a procura corrente, realizam-se as mercadorias, de valor individual abaixo do valor de mercado, mais-valia extra ou superlucro, enquanto as de valor individual acima do valor de mercado não podem realizar parte da mais-valia nelas contidas”. (MARX, 2008b, p. 235)

⁵⁴ Diferentemente do que ocorreria em uma sociedade comunista, regida pela planificação econômica e não mais pela disputa do lucro no mercado. Diante da supressão da propriedade privada dos meios de produção, o desenvolvimento técnico seria voltado para o atendimento das necessidades humanas, e não para as necessidades de valorização do capital.

constante adiantado, a taxa média de lucro depende do grau de exploração da totalidade do trabalho pela totalidade do capital.

O lucro médio coincide com a mais-valia média produzida para cada 100 de capital e, com referência à mais-valia, tem evidência imediata o que acabamos de expor. Além do lucro médio, cabe considerar apenas o valor do capital adiantado como um dos elementos determinantes da taxa de lucro. Na realidade, o interesse particular que um capitalista, ou o capital de determinado ramo, tem na exploração dos trabalhadores que ocupa diretamente, está limitado à possibilidade de obter um lucro extraordinário acima do lucro médio, seja fazendo os operários trabalharem em excesso, ou reduzindo os salários abaixo da média, ou ainda aumentando excepcionalmente a produtividade do trabalho empregado. (MARX, 2008b, p. 255)

Dentro desses termos de Marx, considerando que estamos falando de um momento histórico em que a classe operária dos países capitalistas desenvolvidos, mediante sua organização, tratou de impor limites ao trabalho em excesso e à redução dos salários abaixo da média⁵⁵, o excepcional aumento da produtividade do trabalho é o que sustenta esses superlucros. Diante disso, justamente os setores mais avançados da produção de capital, aqueles diretamente vinculados ao elevado grau de composição orgânica, são os que se apropriam, para além dos lucros oriundos da mais-valia diretamente extraída, dos superlucros advindos da mais-valia extraordinária conquistada pela composição orgânica superior.

Tal fundamento do processo de concorrência capitalista se mantém inalterado na fase imperialista do capitalismo, entretanto, sofre uma modificação em sua forma de manifestação. Diante do domínio do capital financeiro, como vimos, os monopólios fortalecem-se sobremaneira no interior dos países de modo de produção capitalista avançado. Tais monopólios avançam para praticamente todos os ramos importantes da acumulação de capital. Chega-se ao patamar em que pouquíssimas empresas em formato de sociedades anônimas acabam por dominar todo um ramo de produção, ou, até mesmo, vários ramos. Com isso, pelo seu próprio número reduzido, ampliou-se enormemente a capacidade de se estabelecerem acordos entre essas empresas monopolistas no interior de cada nação imperialista. Diante disso, a economia capitalista, que na fase anterior ao imperialismo operava, sobretudo, em moldes concorrenciais entre capitais individuais, assume a forma de concorrência entre gigantescos cartéis de monopólios associados.

Neste sentido é que Lenin apontará uma transição do modo de produção capitalista que atingiu o ponto culminante do desenvolvimento da concorrência (1860-1880) para a fase imperialista, dominada pelos monopólios. Tal constatação de Lenin, aparentemente, estabelece

⁵⁵ Tal processo se modifica em sua forma a partir da década de 1970 do século XX, quando ocorrem mudanças significativas no processo de acumulação de capital em escala global e na forma de organização do proletariado. Trataremos mais detidamente dessa nova dinâmica capitalista na quinta seção deste trabalho.

uma contradição com o princípio da concorrência como fundamento da economia de mercado capitalista, a base do próprio lucro médio e, por extensão, do superlucro. Esta aparente contradição se revela, inclusive, no interior do livro de Lenin, sendo que em citações que já utilizamos anteriormente neste trabalho, em determinado momento o autor afirma que “[...] esta transformação da concorrência em monopólio é um dos fenômenos mais importantes – senão o mais importante – da economia do capitalismo moderno” (LENIN, 1985, p. 16-18). Porém, logo na sequência, a transformação da concorrência em monopólio ganha um sentido mais exato quando o autor afirma que “[...] o quadro geral da livre concorrência, que se reconhece nominalmente, subsiste e o jugo exercido por um punhado de monopolistas sobre a restante população torna-se cem vezes mais pesado, mais sensível, mais intolerável” (LENIN, 1985, p. 25).

Portanto, não se trata do fim da concorrência e da consolidação de monopólios globais que suprimem a disputa entre os capitais individuais e entre as potências imperialistas. Lenin nunca abdicou de compreender a relação exata entre as leis gerais do movimento do capital e sua forma de manifestação concreta e particular – histórica e espacialmente determinadas. O que ocorre, para ele, é uma *trustificação* das economias nacionais, em que a oligarquia financeira de cada país imperialista dita as regras no interior de sua nação, fortalece a dominação sobre a classe trabalhadora do país e intensifica a concorrência em escala internacional. Ou seja, uma plena aliança entre capital financeiro e Estado-nação, ambos dominados e administrados pelos plutocratas que ocupam hora os conselhos de administração dos monopólios e hora os gabinetes dos Ministérios de Estado.

Por isso mesmo é que Bukharin, em seu importante livro sobre *A economia mundial e o imperialismo* (1988)⁵⁶, apontaria para a criação de *trustes capitalistas nacionais*, em que a “[...] economia do país transforma-se em gigantesco truste combinado, cujos acionistas são os grupos financeiros e o Estado” (BUKHARIN, 1988, p. 110-111). Assim sendo, a concorrência continua a ser a base da economia capitalista, porém, agora travada, majoritariamente, entre os poderosos *trustes capitalistas nacionais*. Estes trustes surgem nos países de economia nacional de maior composição orgânica, aqueles que atingiram antecipadamente a fase dos monopólios da grande indústria moderna e que, com isso, estão capacitados para conquistar superlucros no mercado

⁵⁶ Livro esse prefaciado por Lenin, o qual atribuiu que o “valor científico da obra de Bukharin reside, particularmente, em que examina os fatos essenciais da economia mundial no tocante ao imperialismo, considerado em seu conjunto como um estágio determinado do desenvolvimento do capitalismo, em seu mais alto nível de desenvolvimento” (LENIN, 1988, p. 10).

mundial. A concorrência, por conta disso, não diminui em intensidade. De forma oposta, o que se verifica é a sua intensificação em escala global, atingindo o máximo de seu desenvolvimento na competição entre os *trustes capitalistas nacionais* no mercado mundial, ganhando a forma de imperialismo (BUKHARIN, 1988).

Fica ainda mais evidente que, ao país de economia nacional de maior composição orgânica e que se apropria do superlucro mediante a concorrência internacional, o livre-cambismo, inicialmente, é a doutrina econômica mais adequada para sua burguesia. Quanto mais livre a concorrência no mercado mundial, maior a capacidade deste país se apropriar de grande parte da mais-valia produzida em outros países e direcioná-la seja para a reprodução ampliada do capital, para a expansão do consumo improdutivo das classes proprietárias ou, até mesmo, para o alargamento da aristocracia operária⁵⁷. Assim, é nítido o importante papel que o livre-cambismo⁵⁸ teve durante todo o período que a Inglaterra deteve o monopólio industrial mundial, ou seja, durante todo o período que a *Revolução Industrial*, a consolidação da *grande indústria moderna* e a aristocracia operária foram processos que se limitaram às fronteiras nacionais inglesas.

Entretanto, na ampliação da concorrência em busca do superlucro, durante o quarto final do século XIX, outros países de desenvolvimento capitalista atrasado também atingiram a etapa dos monopólios, passando a rivalizar com a Inglaterra. Para que isso ocorresse, dois processos ocorreram em simultaneidade. De um lado, a grande crise e a depressão capitalista da década de 1870 cumpriu a tarefa que Engels já havia anunciado de enfraquecer o monopólio inglês enquanto “fábrica do mundo”. De outro lado, outras potências capitalistas em ascensão, porém ainda sem concluir a etapa do desenvolvimento dos *sistemas fabris*, utilizaram de uma forte política protecionista visando conter a evasão da mais-valia extraída da exploração da força de trabalho no interior do seu próprio país.

Assim, outros países capitalistas – cada um perante a particularidade de seu processo histórico de afirmação do domínio político da burguesia nacional – alcançaram a etapa superior

⁵⁷ No geral, o que ocorreu nesse período foi justamente, mediante o elevado montante de mais-valia extraordinária, a expansão conjunta desses três destinos possíveis do superlucro: aumento da acumulação de capital; ampliação do consumo improdutivo da mais-valia e desenvolvimento da aristocracia operária.

⁵⁸ Lembremos que a doutrina liberal, mesmo em seu momento auge, nunca foi algo destituído de contradições. No que tange as próprias colônias inglesas na América, na África e na Ásia, a Inglaterra nunca hesitou em rasgar a doutrina do livre-cambismo e afirmar o mais rígido controle das relações comerciais e políticas. Tanto foi assim que a Revolução Americana (1776), que culminou com a declaração de Independência dos Estados Unidos, só ocorreu mediante uma guerra travada e vencida pelas treze colônias industrializadas da América em combate contra o rígido controle britânico.

do capitalismo, consolidando a fase imperialista como aquela de concorrência global entre as potências de elevada composição orgânica do capital. Nos termos de Lenin:

A Inglaterra, uma vez tornada capitalista, e tendo adotado o livre-câmbio, por volta dos meados do séc. XIX, pretendeu desempenhar o papel de “oficina do mundo inteiro”, de fornecedora de artigos manufaturados de todos os países que deviam, em troca, abastecê-la de matérias-primas. Porém, a Inglaterra, a partir do último quartel deste século, começou a perder este monopólio. Outros países, que se haviam defendido graças a direitos alfandegários “protetores” tornaram-se, por seu turno, Estados capitalistas independentes. No limiar do séc. XX, assistiu-se à constituição de outro gênero de monopólios: primeiro, associações monopolistas em todos os países de capitalismo evoluído; em seguida, a situação de monopólio em alguns países ricos, onde a acumulação de capitais atingia enormes proporções. (LENIN, 1985, p. 60)

Portanto, os Estados que se tornaram independentes politicamente e atingiram a posição de potências imperialistas, precisaram cumprir a tarefa histórica intransponível de reinvestir produtivamente o máximo da mais-valia produzida no processo de acumulação de capital, atingindo as bases monopolistas para dar o salto no sentido do capital financeiro. Para tal tarefa histórica de uma burguesia atrasada, por sua vez, era preciso combater os preceitos da doutrina livre-cambista clássica, que, ao beneficiar a Inglaterra com os superlucros apropriados no mercado externo, comprimia a disponibilidade de mais-valia para estes países retardatários. Diante disso, a doutrina nacionalista protecionista foi a arma utilizada com vistas a direcionar a mais-valia para a promoção interna do reinvestimento produtivo, garantindo assim a vitalidade da reprodução do capital em escala ampliada. Neste sentido, foi fundamental o protecionismo em defesa tanto da retenção do excedente quanto da proteção do mercado interno contra a invasão de produtos industrializados vindos da Inglaterra.

Assim, sobre as bases do conflito entre o livre-cambismo e o protecionismo, duas faces indissociáveis de diferentes fases de desenvolvimento de distintas estreitezas nacionais burguesas em concorrência pela apropriação dos superlucros, afirmou-se o amálgama de ambos no *imperialismo*. Trustes capitalistas nacionais competindo ardorosamente no mercado mundial, construindo sua própria aristocracia operária nacional e justificando internamente sua política sob a forma do *chauvinismo*, que, como veremos na sequência do nosso trabalho de pesquisa, alcançará sua afirmação mais bem-acabada no *social-chauvinismo* que tanto encantou e continua encantando o *oportunismo reformista*. Tal como apresentado por Lenin:

“Os elevados lucros que os capitalistas de um entre muitos outros ramos da indústria de um entre muitos outros países, etc. ..., obtêm do monopólio, dão-lhes a possibilidade econômica de corromperem certas camadas de operários e até, momentaneamente, uma minoria operária bastante importante, atraindo-a para a causa da burguesia que pertence ao respectivo ramo industrial ou à nação considerada e jogando-a umas contra as outras. E o antagonismo cada vez maior que as nações imperialistas revelam perante as ocupações de partilha do mundo reforça esta tendência. Assim nasce a ligação entre imperialismo e o oportunismo, ligação que se

manifestou mais cedo e com maior relevo na Inglaterra do que em outros países pelo fato de as características imperialistas próprias do desenvolvimento terem aí surgido muito mais cedo e com maior relevo que nos restantes países”. (LENIN, 1985, p.124-125)

Com isso, diante dessa concorrência imperialista, tanto o livre-cambismo quanto o protecionismo, ambos em seu formato original, são subsumidos àquilo que Bukharin tratou como “protecionismo superior”, este que seria apenas a “[...] fórmula estatal da política econômica dos cartéis”, em que os “[...] direitos alfandegários modernos são direitos de cartéis, um meio para que adquiram lucro suplementar” (BUKHARIN, 1988, p. 68).

Com isso, diante da consolidação desta disputa regida pela fase dos monopólios em forma de capital financeiro, concentram-se em um punhado de poucos países o elevado desenvolvimento da composição orgânica do capital e a capacidade de drenar superlucros mundialmente. Não apenas isso. O capitalismo, levado à sua fase superior, é capaz de concentrar volumes imensos de capital sob a forma de capital-dinheiro, subordinando diversos capitais produtivos à mesma propriedade acionária dominada por oligarcas financeiros das nações desenvolvidas. Chega-se nesse ponto a promover a separação entre propriedade do capital e sua utilização produtiva. Nessa fase, as potências imperialistas acumularam tanto capital que este, na constante busca pela autovalorização, extrapola as fronteiras nacionais. Inaugura-se assim a fase da exportação de capitais, que vai muito além dos empréstimos internacionais e da exportação de mercadorias industriais. Os países imperialistas, concentrando a propriedade do capital financeiro, parasitam o mundo inteiro onde o capital produtivo expande seus tentáculos⁵⁹.

O imperialismo, ou o domínio do capital financeiro, é aquela fase superior do capitalismo na qual esta separação [entre propriedade do capital e sua utilização na produção] atinge largas proporções. A supremacia do capital financeiro sobre todas as outras formas de capital significa a hegemonia dos que vivem dos rendimentos e do oligarca financeiro; significa uma situação privilegiada de um pequeno número de Estados financeiramente “poderosos” em relação a todos os outros. (LENIN, 1985, p. 58)

Em síntese, ao analisarmos o imperialismo em seus condicionantes mais elementares, compreendemos mais concretamente o processo histórico categorial que deu as bases para o advento do superlucro, este que garante o fortalecimento da aristocracia operária como

⁵⁹ Trataremos mais especificamente sobre a exportação de capitais, em especial no que tange a constituição da periferia capitalista, onde se encontra o Brasil, na seção seguinte. Também trataremos com maior detalhe sobre as formas concretas de existência e transferência desse superlucro auferido no mercado mundial. Não abandonando a sua base na diferença entre as composições orgânicas das economias nacionais, a separação entre propriedade do capital e sua utilização na produção produzirá novas formas de manifestação da transferência de valor para além do mecanismo dos preços.

adversária do movimento operário revolucionário e de suas greves. Entretanto, ainda nos resta investigar o ponto central de nosso interesse neste trabalho: a forma concreta com que esse superlucro foi utilizado para garantir, no interior dos países imperialistas, aquilo que Jack London tratou como uma “época de egoísmo” por parte dos aristocratas operários. Investigaremos, portanto, o *social-chauvinismo* imperialista, que emergiu sob os pilares de uma “era de reformas” e da formação de um *capitalismo de Estado*.

3.3 ERA DE REFORMAS E CAPITALISMO DE ESTADO

Como vimos anteriormente, o ritmo da reprodução ampliada do capital tem como determinação tanto o processo de produção da mais-valia quanto o seu reinvestimento produtivo. Portanto, para os países que chegaram à etapa imperialista de maneira tardia, garantir que a mais-valia produzida internamente não fosse transferida para os países de maior composição orgânica do capital foi um passo decisivo no sentido da dinamização do processo de acumulação de capital no seu interior. Diante dessa nova fase da concorrência interimperialista, reorganizou-se o próprio modo de produção capitalista em escala mundial, ultrapassando a sua fase liberal e adentrando definitivamente na etapa do domínio direto dos Estados por parte dos trustes capitalistas nacionais. Nas palavras resumidas de Bukharin:

O desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo mundial deu um salto gigantesco no decorrer das últimas décadas. [...] A grande produção saiu vitoriosa em toda parte, agrupando os “magnatas do capital” numa férrea organização que estendeu seu domínio à totalidade da vida econômica. Uma oligarquia financeira instalou-se no poder e dirige a produção, entrelaçada num feixe único, por meio dos bancos. Esse processo de organização da produção partiu de baixo para consolidar-se nos marcos dos Estados modernos, transformados em intérpretes fiéis dos interesses do capital financeiro. Cada uma das “economias nacionais” desenvolvidas, no sentido capitalista da palavra, transformou-se em uma espécie de truste capitalista nacional de Estado. Por outro lado, o processo de organização das partes economicamente avançadas da economia mundial se faz acompanhar do agravamento extremo da sua concorrência recíproca. [...] Esses grupos vão buscar seu último argumento na força e na potência da organização do Estado – e, em primeiro plano, em sua frota e em seus exércitos. Um poderoso Estado militar é, na luta entre as potências, o trunfo derradeiro. Assim, a capacidade de combate no mercado mundial depende da força e da coesão da nação, de seus recursos financeiros e militares. (BUKHARIN, 1988, p. 99)

Assim, na disputa internacional, nada mais importante do que a organização e a coesão interna de cada nação imperialista, garantindo assim a expansão dos tentáculos dos trustes nacionais pelo mundo. Nessa nova fase dos monopólios, onde a máquina e não mais a mão humana passou a ditar o ritmo de produção, era imposta uma nova necessidade ao regime fabril:

produzir incessantemente, sem paralisações⁶⁰. Diante de enormes volumes de capital constante, que não são nada mais que a forma de existência do trabalho morto na sociedade capitalista, quando o trabalho vivo cruzava os braços e parava de funcionar, grandes prejuízos eram impostos aos proprietários capitalistas. Com isso, as greves⁶¹ e o movimento operário tornaram-se inimigos ainda mais perigosos dos capitalistas, já que desestabilizam a coesão interna nacional, colocando às claras a fissura da luta entre classes antagônicas, superando na prática o chauvinismo da unidade nacional imperialista.

Sobretudo nos países capitalistas atrasados, essa situação era ainda mais aguda. Neles, a organização operária avançava aos saltos, tanto ao criar de forma abrupta um imenso proletariado vinculado aos sistemas fabris recém instaurados quanto ao dotá-lo, desde muito cedo, das concepções políticas e teóricas avançadas – portanto, marxistas – conquistadas pelo movimento operário durante o século XIX. Nestes países, portanto, a lei de expansão do desenvolvimento capitalista se dava de forma *desigual e combinada*. Tal como sintetizado por Trotsky em seu clássico livro sobre *A história da Revolução Russa*:

As leis da História nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de *lei do desenvolvimento combinado*, que significa aproximação das diversas etapas, combinações das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha. (TROTSKY, 1967a, p. 25, grifo do autor)

Assim, fica claro que Trotsky sistematizava uma compreensão de *desenvolvimento desigual e combinado* que avançava para muito além do caso russo. O tema, já desenvolvido anteriormente por Lenin em seu profundo estudo sobre o *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (1982) e reforçado na brochura sobre o *Imperialismo*⁶², demonstrava a preocupação desses autores em compreender o processo de implantação do modo de produção capitalista em

⁶⁰ “A máquina-ferramenta combinada, que consiste num sistema coordenado de várias espécies isoladas ou agrupadas de máquinas-ferramenta, é tanto mais perfeita quanto mais contínuo é o processo em toda a sua extensão, isto é, quanto menos for interrompido o trânsito da matéria-prima da primeira à última etapa e quanto mais o mecanismo elimina a interferência humana, levando a matéria-prima de uma fase até a outra”. (MARX, 2006, p. 437)

⁶¹ Na sequência do trabalho trataremos em maiores detalhes sobre as greves de massas e seu papel tanto destabilizador da ordem burguesa quanto construtor da superação revolucionária desta ordem.

⁶² “O aumento das trocas, tanto nacionais como, sobretudo, internacionais, é um traço distintivo, característico do capitalismo. O desenvolvimento desigual, e por saltos, das diferentes indústrias e dos diferentes países é inevitável em regime capitalista” (LENIN, 1985, p. 60)

absolutamente todos “[...] os países chamados à civilização⁶³ em segunda, terceira ou décima linha”. Não se tratava mais do desenvolvimento clássico originário do modo de produção capitalista, mas sim do desenvolvimento capitalista condicionado pela existência prévia de países monopolistas de capitalismo avançado. Esta existência, por sua vez, oferecia às classes dominantes locais tanto a vantagem de já dispor do acúmulo tecnológico da produção capitalista sob a fase da grande indústria moderna quanto, ao mesmo tempo, a desvantagem da concorrência internacional pela apropriação do superlucro e a ameaça do movimento operário revolucionário.

Os trustes capitalistas nacionais em formação nos países atrasados, portanto, encontravam-se pressionados por vários lados. Contra o inimigo externo, era preciso travar a batalha pelo controle da mais-valia produzida internamente, bloqueando o mecanismo de evasão do superlucro. Nesse mesmo front externo, também era necessário assegurar a regularidade no fornecimento de matérias-primas e de alimentos para o consumo da classe trabalhadora, ambos auxiliando na transição para processos produtivos baseados na mais-valia relativa. Já no front interno, era fundamental disciplinar uma classe operária que germinava por todos os lados, acompanhando o próprio desenvolvimento das relações capitalistas de produção. Uma classe operária que, por sua vez, ao já ter alcançado internacionalmente um grau de maturidade teórica e política elevado, tendia a não aceitar as ilusões em torno de alianças com a burguesia em combate com a aristocracia proprietária de terras.

A própria intensificação ampla e geral do uso da maquinaria na produção também foi um condicionante objetivo para o ainda maior amadurecimento do movimento operário no sentido do seu dever histórico revolucionário. Como já havia sido colocado por Marx, se no início da sua introdução o trabalhador passa a reconhecer a configuração material do capital, a máquina, como seu inimigo⁶⁴, depois, com tempo e experiência, passou a entender a ineficácia da luta contra a máquina em si e tratou de voltar sua revolta contra o modo de aplicação da

⁶³ Civilização aqui entendida como a implantação dos critérios sociais de produção, que se deu em nossa história sob a forma de desenvolvimento capitalista através da superação da produção fragmentada, desarticulada e regida por critérios individuais, tal qual vimos anteriormente.

⁶⁴ No início do período da grande indústria moderna, justamente nas primeiras décadas, surgiu o ludismo (“os destruidores de máquinas”). Em 1811 estourou o movimento que foi a primeira manifestação política da classe operária que superou a revolta espontânea e local, ganhando dimensão e articulação nacional. Os ludistas – que não foi um movimento somente inglês, mas se verificou em outras regiões como a Bélgica, a Renânia, a Suíça e a Silésia – só foram derrotados por meio de forte repressão por parte do Estado, mas também, declinaram em importância a partir da segunda metade do século XIX quando foram superados pelo surgimento das *trade-unions*. (COGGIOLLA, 2010)

máquina, condicionada pela forma social capitalista⁶⁵. Dialecticamente, ao mesmo tempo em que a máquina lançava contingentes gigantescos de trabalhadores na condição de população supérflua para a auto-expansão do capital, aumentando enormemente o pauperismo nos países onde ela era introduzida⁶⁶, davam-se passos decisivos no sentido da emancipação da classe trabalhadora do capital, ou seja, da revolução social.

Ao perigo latente à dominação burguesa, o próprio Estado como instrumento de dominação⁶⁷ precisou ampliar suas funções. Diante das ondas revolucionárias sucessivas que se alternavam entre longos períodos de estabilidade burguesa e curtos períodos de crise e intensificação das lutas de classes⁶⁸, os trabalhadores impuseram, na prática, elementos de seu horizonte revolucionário. Já na análise sobre a derrota do proletariado francês em sua experiência revolucionária e republicana entre 1848 e 1851, em seu clássico texto sobre *O 18 brumário de Luís Bonaparte* (1978b), Marx analisaria que quando das derrotas das revoluções operárias, essas impunham ao capital que ampliasse a centralização do poder do Estado como forma de garantir a manutenção intocada da propriedade privada burguesa. Naquele processo específico, Marx apontaria que o fracasso histórico do regime parlamentar burguês em conter o protesto popular em meio à proclamação da *república social* fez com que a burguesia se despidesse da sua aparência republicana e oferecesse ao mundo o espetáculo da “apoteose da espada”, reprimindo “todos os movimentos da sociedade através do poder do Estado” (MARX,

⁶⁵ “A luta entre capital e trabalho remonta à própria origem do capital. Ressoa durante todo o período manufatureiro. Mas só a partir da introdução da máquina passa o trabalhador a combater o próprio instrumental de trabalho, a configuração material do capital. Revolta-se contra essa forma determinada dos meios de produção, vendo nela o fundamento material do modo capitalista de produção. [...]”

Era mister tempo e experiência para o trabalhador aprender a distinguir a maquinaria de sua aplicação capitalista e atacar não os meios materiais de produção, mas a forma social em que são explorados”. (MARX, 2006, p. 488-489)

⁶⁶ “A auto-expansão do capital através da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói. [...] O trabalhador é posto para fora do mercado como o papel-moeda retirado da circulação. A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em supérflua, não mais imediatamente necessária à auto-expansão do capital, segue uma das pontas de um dilema inarredável: ou sucumbe na luta desigual dos velhos ofícios e das antigas manufaturas contra a produção mecanizada, ou inunda todos os ramos industriais mais acessíveis, abarrotando o mercado de trabalho e fazendo o preço da força de trabalho cair abaixo do seu valor”. (MARX, 2006, p. 491)

⁶⁷ “O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis”. (LENIN, 2010, p. 27)

⁶⁸ “A tática do proletariado deve levar em conta, em cada grau do desenvolvimento, a cada instante, esta dialética objetivamente inevitável da história humana; de um lado, utilizando as épocas de estagnação política, ou da chamada evolução ‘pacífica’, que marcha a passos de tartaruga, para desenvolver a consciência, a força e a capacidade combativa da classe avançada; de outro, canalizando todo esse trabalho de utilização para a ‘meta final’ do movimento dessa classe, capacitando-a a resolver na prática as grandes tarefas quando chegarem os grandes dias ‘em quem se condensam vinte anos’. (LENIN, 1979a, p. 9-10)

1978b, p. 394). Já estava em curso, portanto, desde a metade do século XIX, o desenvolvimento do poderoso tacão de ferro.

Em paralelo à espada, também a centralização do poder do Estado envolveu uma ampliação das funções do Poder Executivo. Para isso, a burguesia aperfeiçoou de maneira contínua a máquina estatal, com sua “imensa organização burocrática e militar”, um “tremendo corpo de parasitas que envolve como uma teia o corpo da sociedade” e “cuja tarefa está dividida e centralizada como em uma fábrica” (Ibid., p. 395). Assim, em meio a esse processo de aperfeiçoamento do Estado moderno que avançou durante todo o século XIX, o novo soberano⁶⁹ que se levantou como opositor aos processos revolucionários em marcha, incorporaria sob suas funções tanto as ilusões proletárias em torno da *organização do trabalho* quanto os clamados filisteus das burguesias atrasadas pela transformação da indústria em reguladora da sociedade⁷⁰.

O Estado passou a ser intermediário direto desse processo, indispensável para a manutenção das reivindicações operárias nos limites da propriedade privada burguesa. Transformou-se, inclusive, no espaço primordial de cooptação da pequena burguesia perdedora diante da concorrência agressiva da nova fase dos monopólios que foi se instaurando. Para operar as crescentes e novas funções estatais em sua tarefa de proteger a classe proprietária da classe operária em ascensão revolucionária, desenvolve-se ainda mais, permanentemente, tanto a burocracia quanto o exército. Como muito bem compreendido por Lenin:

A burocracia e o exército permanente são “parasitas” da sociedade burguesa, parasitas engendrados pelos antagonismos internos que esfacelam essa sociedade, parasitas que tapam os poros da vida. [...]

Esse aparelho burocrático e militar se desenvolve, se aperfeiçoa e se consolida através das numerosas revoluções burguesas de que a Europa tem sido teatro desde a queda do feudalismo. É precisamente a pequena burguesia que se deixa atrair pela grande burguesia e subordina-se a ela, graças ao aparelho que dá às camadas superiores do campesinato, dos pequenos artesãos, dos comerciantes, etc., empregos relativamente cômodos, tranquilos e honoríficos, cujos titulares se elevam acima do povo. (LENIN, 2010, p. 50)

⁶⁹ “O ‘soberano’ de hoje já é o capital financeiro, particularmente móvel e flexível, cujos fios se emaranham tanto no interior de cada país como no plano internacional, que é anônimo e não tem vínculo direto com a produção, que se concentra com uma facilidade extraordinária – e que já é extremamente concentrado, visto que algumas centenas de multimilionários e de milionários detêm positivamente, em suas mãos, a sorte atual do mundo inteiro”. (LENIN, 1988, p. 11)

⁷⁰ Ao criticar Friedrich List, economista alemão influente na defesa do protecionismo, Marx seria enfático ao afirmar que “o desejo da burguesia pretende, no fundo, levar o sistema fabril a ser tão florescente como na Inglaterra, e a tornar a indústria reguladora da sociedade – isto é, produzir a desorganização da sociedade – ele de provar que só procura a harmonia da produção social e que só se preocupa com a organização da sociedade. Quanto ao comércio externo, restringe-o por meio de barreiras alfandegárias, enquanto que a agricultura, segundo afirma, atingirá rapidamente a sua prosperidade máxima, graças a manufatura. A organização da sociedade resume-se pois nas fábricas. Elas são as organizações da sociedade, e o regime de concorrência que elas instauram é a mais bela confederação da sociedade. A organização da sociedade, criada pelo sistema fabril, é a *verdadeira organização de sociedade*”. (MARX, [198-?], p. 30)

Ao alcançar definitivamente a fase imperialista, as funções desse Estado moderno apenas se ampliam e aperfeiçoam, mostrando “[...] a extraordinária consolidação da ‘máquina governamental’, o inaudito crescimento do seu aparelho administrativo e militar, ao mesmo tempo que se multiplicam as repressões contra o proletariado” (Ibid. p. 53). Por sua vez, esse aperfeiçoamento da máquina governamental, a cada novo ciclo revolucionário, seria expresso pelo estabelecimento de sucessivas *eras de reformas*. Estas trataram de incorporar, sob os limites da forma jurídico-estatal, algumas das reivindicações históricas do proletariado. Entretanto, como não poderia deixar de ser quando se trata de algo desdobrado no interior do Estado, a essência era justamente proteger a própria existência da sociedade de classes, protegendo em última medida a propriedade privada – tanto dos meios de produção e subsistência, quanto da própria força de trabalho.

Ao tratar da ascensão do desenvolvimento capitalista e das lutas de classes na Rússia do início do século XX, Lenin sintetizou da seguinte maneira essa era de reformas:

Estamos atravessando, sem dúvida, uma era de reformas, por estranho que pareçam estas palavras aplicadas à Rússia atual. [...] tentativas de reforma no terreno das relações político-sociais mais delicadas, em torno das quais é mais aguda a luta. O proletariado, que desperta para uma vida consciente de classe, vem atuando já há bastante tempo como inimigo verdadeiro, principal, como o único inimigo inconciliável de nossa autocracia policial. E com um inimigo assim, como classe social de vanguarda, não é possível lutar apenas com violência, ainda que a mais impiedosa, a mais organizada e ainda que abarque todos os aspectos da vida social. Tal inimigo obriga a contar-se com ele e a fazer concessões, sempre insinceras, sempre incompletas, amiúde totalmente falsas e aparentes, comumente acompanhadas de uma série de armadilhas mais ou menos sutilmente encobertas, mas, apesar disso, concessões e reformas que inauguram uma nova era. Não são, é claro, reformas que representam a linha descendente do desenvolvimento político, quando passou a crise, amainou a tempestade e os que ficaram donos da situação empreendem a realização de seu programa ou (também acontece assim) a aplicação do programa legado por seus adversários. (LENIN, 1979d, p. 59)

Portanto, na concepção de Lenin, no interior das lutas de classes em expansão, essa nova *era de reformas* apresentava dois momentos distintos de um mesmo fenômeno. De um lado, o momento considerado como de desenvolvimento político ascendente do proletariado, que impunha, através das suas greves e da sua organização, a necessidade de o Estado incorporar parte das demandas operárias – o que era justamente o caso de 1903 quando da escrita deste texto. De outro lado, o momento de desenvolvimento político descendente do proletariado, posterior à vitória contrarrevolucionária da burguesia, sempre por meio da intensificação da repressão do Estado, mas também exigindo a efetivação de reformas que incorporassem demandas operárias.

Nestes termos é que podemos compreender o papel dos Estados modernos como *executores testamentários* – utilizando o termo de Marx – das reivindicações históricas do movimento operário e suas greves. Diante da ascensão do movimento operário revolucionário e das reiteradas experiências reais de quase perda do poder político da burguesia para o proletariado, apenas as funções repressivas do Estado – o exercício da violência aberta de classe – tornaram-se insuficientes para defender a sociedade capitalista. Era necessário dotar de realidade objetiva o clamado pela “organização do trabalho”, associado às até então impotentes “sinagogas socialistas” inauguradas em 1848 em meio à revolução republicana francesa, de que tratamos anteriormente.

Justamente por aí elucidamos o processo de criação e desenvolvimento de uma casta no seio do movimento operário, dotada de boas moradias, com acesso à recreação, boas escolas exclusivas para seus filhos e um conjunto de melhores condições de vida em comparação com o restante do proletariado, tal como muito bem capturado por Jack London. Tal processo, que teve um caráter aparentemente político, por sua vez, só pode ser compreendido sobre a base objetiva da destinação de parcela da mais-valia conquistada pelos monopólios para a sustentação dessa enorme burocracia estatal e para as melhorias objetivas da vida da aristocracia operária.

Estas melhorias, por sua vez, foram garantidas por fenômenos múltiplos e variados a depender de cada país imperialista e de cada período histórico. Destacam-se, em termos gerais, o estabelecimento dos direitos trabalhistas e sociais; a institucionalização de parcela do movimento sindical no interior do Estado, atribuindo-lhes funções “sociais”, como saúde, recreação, educação, etc.; os aumentos salariais acima da média do restante do proletariado e; mais tardiamente, a própria participação minoritária na propriedade das empresas monopolistas⁷¹. Todos estes fenômenos podem ser considerados como aumento de rendimentos (diretamente por meio do salário ou indiretamente através de apropriação de parcela da mais-valia), que permitiram a compra de mercadorias suntuárias, aquisição de serviços e aumento do tempo “livre” fora da jornada de trabalho, reproduzindo assim, em alguma medida, o padrão de vida da burguesia. Portanto, neste quadro, amplia-se e fortalece-se a dominação burguesa dos países imperialistas, aqueles que concentram os monopólios e se apropriam dos gigantescos

⁷¹ Majoritariamente, os setores da aristocracia operária localizavam-se vinculados ao capital monopolista, justamente onde as greves – as “escaramuças de *vanguarda*” tal como elaborado por Engels – mais se desenvolvem e onde tem um caráter mais perigoso para a dominação burguesa, questões que desenvolveremos na sequência. No caso brasileiro, nas seções 4 e 5 analisaremos com maiores detalhes as formas concretas de manifestação da aristocracia operária, tanto em seu processo embrionário de surgimento quanto em sua fase desenvolvida.

superlucros no mercado mundial, conquistando, assim, maior margem objetiva para essas “concessões”.

Também é nesse sentido que podemos compreender boa parte do debate sobre o Estado e a hegemonia na obra do marxista italiano Antonio Gramsci, tão equivocadamente referenciado por autores de concepção oportunista com um defensor do aperfeiçoamento do Estado. Gramsci, aliás, seria beneficiado historicamente diante da aceleração do processo de *execução testamentária* que a vitória da Revolução Russa de 1917 provocaria no restante do mundo capitalista. Diante do sucesso incontestável da planificação econômica soviética em sua tarefa de, em meio à *transição socialista*⁷², desenvolver as forças produtivas em um país amplamente atrasado e, ao mesmo tempo, garantir conquistas materiais universais aos trabalhadores, o imperialismo se encontrou amplamente ameaçado.

Essa ameaça, no entanto, não se daria apenas no sentido daquilo que já ocorria na concorrência interimperialista, em que países capitalistas realizavam sua transição à fase dos sistemas fabris e quebravam o monopólio original dos países de maior desenvolvimento. Tal desenvolvimento soviético, ao menos no início de seu processo, não se daria sob a forma imperialista dos *trustes capitalistas nacionais* que passavam a dominar a máquina estatal, tal qual o padrão anterior de submissão do desenvolvimento das forças produtivas ao domínio da propriedade privada burguesa. O que conferiu a vitalidade inicial da Revolução Russa foi justamente o contrário. Não se aprimorou a máquina estatal, mas sim, por meio do poder dos *Soviets*, seguindo os moldes já experimentados, mesmo que brevemente, na própria *Comuna de Paris*, modificou-se radicalmente a forma do exercício do poder político através da ditadura do proletariado⁷³.

⁷² Importante demarcar que o processo vivido inicialmente pela Rússia e depois pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foi apenas uma transição socialista e, em nenhum momento, a superação da sociedade capitalista através do comunismo. Por não ultrapassar os limites nacionais, por sua vez, mesmo o processo de transição regrediu, culminando com a plena restauração capitalista.

⁷³ Lenin afirmaria antes da revolução que “[...] só é marxista aquele que estende o reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da ditadura do proletariado” (LENIN, 2010, p. 54). Já logo após o triunfo dos Sovietes na revolução de outubro, Lenin, como presidente do Conselho de Comissários do Povo, promulgaria as seguintes palavras em carta à população russa:

“Camaradas trabalhadores! Lembrem-se que agora *vocês próprios* dirigem o Estado. Ninguém os ajudará, se vocês mesmos não se unirem e não tomarem em suas mãos *todos os assuntos* do Estado. *Seus Sovietes* desde já são órgãos com plenos poderes do poder de Estado, órgãos que decidem.

Reúnam-se em torno dos seus Sovietes; fortaleçam-nos. Mãos à obra; comecem desde baixo, sem esperar ninguém. Implantem a mais rigorosa ordem revolucionária, reprimam implacavelmente as ações anárquicas dos bêbados, arruaceiros, oficiais kadetes contrarrevolucionários, kornovilistas e semelhantes.

Estabeleçam o mais rigoroso controle sobre a produção e o registro de produtos. Prendam e entreguem aos tribunais revolucionários todos os que se atrevam a prejudicar a causa do povo, [...] à grande causa da paz, à causa da entrega da terra aos camponeses, ao controle operário sobre a produção e distribuição dos produtos.

Diante desse novo inimigo que se desenvolveu, Gramsci apontaria que o Estado moderno passou a ser o fiador, com ainda mais vigor, de uma *economia programática*. Em nossa interpretação, o marxista italiano estaria atuando sobre as mesmas bases da concepção de Lenin sobre o *imperialismo*, sem nenhuma distinção a não ser pela nomenclatura e pela fase mais avançada do imperialismo – em que os países imperialistas estavam em combate não apenas entre si, mas também, e principalmente, com toda uma parcela do mundo que vivia uma transição socialista em pleno curso.

Um dos textos fundamentais para revelar a importância da concepção de uma *economia programática* na obra de Gramsci é *Americanismo e Fordismo* (1968). Esse é um de seus textos mais bem elaborados – no sentido de contar com uma exposição em forma acabada e não fragmentária –, no qual o autor desenvolve muitas das suas concepções sobre esta forma de organização social e o papel do Estado moderno na adequação das relações sociais de produção ao novo nível do desenvolvimento das forças produtivas: o pleno domínio do maquinismo sobre a produção da riqueza material, porém, agora precisando incorporar aspectos parciais da planificação soviética e, até mesmo, da própria elaboração teórica marxista⁷⁴.

O italiano, logo no início deste texto, deixa claro qual o objetivo de sua obra:

Uma série de problemas que devem ser examinados sob este título geral e um pouco convencional de “Americanismo e Fordismo”, depois de se ter levado em conta o fato fundamental de que as suas soluções são necessariamente formuladas e tentadas nas condições contraditórias da sociedade moderna, o que determina complicações, posições absurdas, crises econômicas e morais de tendência muitas vezes catastróficas, etc.

Camaradas operários, soldados e camponeses, todos os trabalhadores! Depositam *todo* o poder nas mãos de *seus* Sovietes. [...] Pouco a pouco, com o acordo e com a aprovação da maioria dos camponeses, conforme a experiência *prática* deles e dos operários, marcharemos com passo firme e tenazmente em direção à vitória do socialismo, vitória que será confirmada pelos operários de vanguarda dos países mais civilizados e que dará uma paz duradoura aos povos e os libertará de toda opressão e de toda exploração”. (LENIN, 2017b, p. 293)

⁷⁴ Gramsci elaboraria uma importante reflexão sobre a necessidade de os intelectuais burgueses incorporarem em sua construção teórica aspectos daquilo que o italiano chamou de *filosofia da práxis* – que efetivamente é apenas outra denominação para o marxismo. Em sua avaliação, Marx iniciou “[...] intelectualmente uma idade histórica que provavelmente demorará séculos, isto é, até o desaparecimento da sociedade política e o advento da sociedade regulada” (GRAMSCI, 1995a, p. 94). Isso ocorreria pelo fato de que a concepção materialista da história inaugurada por Marx e Engels ser não apenas um sistema teórico formal, mas “um momento da cultura moderna” (Ibid, p. 100), apreendendo aspectos incontornáveis para qualquer compreensão minimamente eficaz do funcionamento da sociedade burguesa. Com isso, mesmo os intelectuais burgueses, em alguma medida, consciente ou inconscientemente através da incorporação de elementos do senso comum da época, acabaram por ser influenciados pela obra de Marx. No caso da influência de Lenin, tal processo também ocorreu, mas de forma diferente. Especialmente pela sua capacidade teórico-política de dirigir o partido bolchevique e, por meio dele, o processo revolucionário vitorioso da Rússia, Lenin seria um continuador prático da obra de Marx. Enquanto Marx promoveu a “passagem da utopia à ciência”, Lenin tratou de ser o representante da passagem da “ciência à ação” (Ibid, p. 93), expressando, ambas, duas fases unitárias e distintas desse desenvolvimento histórico do marxismo: “ciência-ação, que são simultaneamente homogêneas e heterogêneas” (Ibid, p. 94). Diante disso, o mundo imperialista necessitou incorporar elementos destas duas fases após a vitória de 1917, elevando a um novo patamar essa *era de reformas* de que estamos tratando.

No geral, pode-se dizer que o americanismo e o fordismo derivam da necessidade imane de organizar uma *economia programática* e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que assinalam exatamente a passagem do velho *individualismo econômico* para a *economia programática*. (GRAMSCI, 1968, p. 375-376. grifo nosso)

Destaca-se nessa citação o fato de que Gramsci ambienta o tema do “americanismo e fordismo” na passagem “do velho individualismo econômico para a economia programática”. Desta maneira, reforçamos que, em nossa avaliação, o italiano estaria apenas tratando do imperialismo, especialmente nos termos desenvolvidos por Lenin, mas sob outro ângulo de análise⁷⁵. O tema avaliado em todo o restante da obra será o papel do Estado e das novas entidades da sociedade civil na racionalização da produção e do trabalho no interior da sociedade ocidental – entendida como aquela dos países de modo de produção capitalista plenamente desenvolvidos. Neste estudo em específico, seu foco seria verificar as diferenças entre este processo desdobrado nos Estados Unidos no início do século XX (já despontando como o imperialismo mais avançado de sua época) e o ocorrido na Europa (em meio à ultrapassagem produtiva realizada pela burguesia alemã sobre as burguesias inglesas e francesas e ao processo ultra tardio de unificação e industrialização italiana).

Diante dessa análise, o autor destacaria a forma como, no caso europeu, nas revoluções do século XIX foram restaurados sedimentos do poder político das classes parasitas não associadas ao mundo do trabalho, ou seja, camadas sociais não diretamente relacionadas ao processo da grande indústria moderna. Fato este que não havia acontecido no “Novo Mundo”, com um Estado, de forma quase que “pura”, plenamente subordinado à racionalidade do processo de acumulação de capital⁷⁶. Assim:

⁷⁵ Consideramos, inclusive, que a análise gramsciana se empobrece por conta desse abandono de uma categoria histórico-teórica que já havia se consolidado no interior da tradição do pensamento marxista. Tal guinada – que ocorre também com outras categorias teóricas –, em nossa leitura não se justifica do ponto de vista da organicidade categorial do pensamento de Gramsci. Diante delas, abriu-se efetivamente a possibilidade para a criação de uma escola de pensamento gramsciano que abandonou a tradição marxista revolucionária em nome de “estudos da cultura”, estes sem qualquer vínculo com a base objetiva da crítica da economia política realizada por Marx, portanto, a base científica da própria possibilidade da transição socialista e do comunismo. Com isso, para determinados autores gramscianos, relegou-se ao italiano, de forma injusta, porém não destituída de elementos razoáveis para essa interpretação, a posição de um autor em defesa da luta pela hegemonia no interior do aparelho estatal, jogando-o no colo do reformismo oportunista que clama pelo aperfeiçoamento do Estado e não por sua destruição revolucionária.

⁷⁶ Aqui, mais uma vez, Gramsci não estará partindo de uma base original. Desenvolve seu debate do “Americanismo e fordismo” sobre as bases emprestadas da caracterização teórica de Lenin sobre a diferença entre o caminho de desenvolvimento capitalista de tipo norte-americano e o caminho de tipo prussiano (LENIN, 1980, p. 30). No primeiro, “[...] não existem domínios latifundiários ou são liquidados pela revolução”, ocorrendo a “[...] transformação do camponês patriarcal em granjeiro burguês”. Já o segundo, “[...] a exploração feudal do latifundiário transforma-se lentamente numa exploração burguesa-junker, condenando os camponeses a decênios inteiros da mais dolorosa expropriação e do mais doloroso jugo”, sendo que, com isso, “[...] o conteúdo fundamental da evolução é a transformação do feudalismo em sistema usurário e em exploração capitalista das

O americanismo, na sua forma mais acabada, exige uma condição preliminar, [...] “uma composição demográfica racional” e consiste no fato de que não existem classes numerosas sem uma função essencial no mundo da produção, isto é, classes totalmente parasitárias. A “tradição”, a “civilização europeia”, ao contrário, caracteriza-se pela existência de tais classes, criadas pela “riqueza” e a “complexidade” da história passada, que deixou um punhado de sedimentações passivas através dos fenômenos de saturação e fossilização do pessoal estatal e dos intelectuais, do clero e da propriedade agrícola, do comércio de rapina e do exército inicialmente profissional, depois de conscritos, mais ainda profissional na sua oficialidade. Pode-se inclusive dizer que quanto mais vetusta é a história de um país, tanto mais numerosas e gravosas são estas sedimentações de massas de mandriões e inúteis, que vivem do “patrimônio” dos “avós”, destes pensionistas da história econômica. (GRAMSCI, 1968, p. 377)

Ou seja, aqui se revela como o tema da hegemonia nunca esteve dissociado da forma de organização da produção. À burguesia europeia, pressionada pelo poderoso avanço revolucionário do movimento operário a partir de 1848, não restou mais a possibilidade de eliminar esses sedimentos de “pensionistas da história econômica”. Como vimos anteriormente, tiveram de ser absorvidos no interior do aparelho de Estado, isso como condição para a realização de alianças com estes setores em contraposição ao movimento operário, garantindo a evolução para as condições de produção plenamente capitalistas, onde a hegemonia seria ditada pelo capital financeiro. Tanto é assim que Gramsci afirmaria que um dos “problemas importantes ou interessantes no essencial” para seu texto seria a “[...] substituição da atual camada plutocrática por um novo mecanismo de acumulação e distribuição do capital financeiro baseado diretamente na produção industrial” (Ibid., p. 376). Do interior deste debate é que emerge a famosa frase do italiano de que “[...] a hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia” (Ibid., p. 381-382).

Assim, nessa análise concreta do americanismo e do fordismo, a forma particular de consolidação do imperialismo estadunidense, Gramsci articula a hegemonia em seus dois momentos orgânicos: o da repressão e o da persuasão. De um lado, a profunda violência utilizada contra o movimento sindical daquele país levada à frente no início do século XX, inclusive através do uso deliberado de forças paraestatais, tal qual a máfia⁷⁷. De outro, a constituição da aristocracia operária estadunidense, com seus elevados salários e graus

terras dos feudais-latifundiários-junkers”. Diante desses dois caminhos, presentes ambos como tendência no desenvolvimento da Rússia após as reformas agrárias de 1850, Lenin apontaria que a primeira forma de transição, revolucionária, caso tivesse sido vitoriosa, promoveria um “[...] desenvolvimento do capitalismo e das forças produtivas [...] mais amplos e mais rápidos”, portanto, um raciocínio completamente alinhado ao desenvolvido por Gramsci.

⁷⁷ O cineasta Sergio Leone, em seu clássico filme *Era uma vez na América* (1984), demonstra de forma extremamente competente este processo que esteve na base da consolidação do imperialismo nos Estados Unidos.

acentuados de propaganda ideológica e política baseando toda a vida nacional em torno da produção – o famoso *american way of life*. Como base de sustentação para isso, por sua vez, “uma formidável acumulação de capitais”, favorecida pela não existência das sedimentações parasitárias existentes no “Velho Mundo”, o que facilitou a “[...] redução da função econômica representada pelos transportes e pelo comércio a uma real atividade subalterna da produção”. (Ibid., p. 381)

Em síntese, seria o imperialismo estadunidense, e não os imperialismos europeus, o mais capacitado para enfrentar o inimigo soviético. Com uma disponibilidade de mais-valia maior e também com um Estado mais eficiente do ponto de vista da hegemonia do capital financeiro, coube aos Estados Unidos apresentar a nova referência imperialista de enfrentamento à ascensão do movimento operário, dando um novo salto no processo de *execução testamentária* por meio de uma maior intervenção do Estado, especialmente nos assuntos econômicos.

Ao ocidente, capitaneado pelo imperialismo estadunidense, caberia incorporar ao seu sistema econômico uma ainda maior regulação do individualismo econômico liberal que vigorava até então, garantindo a passagem para o que Gramsci tratou como uma *economia programática*. Economia programática essa que, em nossa avaliação, só ganha sentido ao se apresentar como um desenvolvimento concreto do processo de *execução testamentária* que já estava em curso desde 1848. Por isso mesmo, tendo em vista esse desenvolvimento histórico posterior à Revolução Russa de 1917, foi necessário incorporar não apenas as pautas mais imediatas do movimento operário, mas também, e decisivamente, alguns elementos da extremamente bem-sucedida planificação econômica soviética, aquela que retirou a União Soviética das relações pré-capitalistas e transformou-a, em pouco tempo, em potência econômica e militar.

Tal situação ocorreu no mundo ocidental com ainda mais vigor especialmente após a profunda dissolução social trazida pela grande depressão de 1929. Segundo a perspectiva de Gramsci na análise sobre o *Americanismo e fordismo* (1968), a gigantesca crise capitalista do período se originou da contradição entre a propriedade privada do capital sob a forma de sociedades por ações – as sociedades anônimas originalmente trabalhadas por Marx e, posteriormente, por Lenin e Bukharin na configuração do imperialismo – com as necessidades de ampliar o investimento no aparelho produtivo. De maneira mais simples, os proprietários privados da mais-valia, no formato de poupanças individuais, diante da crise capitalista e da

retração da taxa de lucro⁷⁸, escolhiam por entesourar sua riqueza, privando o capital produtivo do reinvestimento e paralisando o processo de acumulação de capital – sendo este o núcleo essencial de uma depressão econômica com suas expressões fenomênicas como as falências de empresas, o desemprego, a queda dos salários e a elevação aguda da pobreza.

A saída foi o Estado capitalista, durante as décadas posteriores a crise de 1929, incorporar elementos de planificação econômica e abandonar definitivamente todos os resquícios do famoso *laissez faire* associado ao liberalismo clássico – o individualismo econômico, tal como apontado por Gramsci. Foram assim estatizadas essas poupanças individuais através do sistema da dívida pública, em que o Estado centralizou e passou a garantir em última instância todo o sistema de crédito nacional. Através disso, era assegurado um retorno mínimo aos proprietários das poupanças individuais através de rendimentos financeiros ancorados na dívida pública. De outro lado, o Estado direcionava essa montanha de recursos centralizados para os setores estratégicos da acumulação de capital, organizando assim a produção e a troca das mercadorias⁷⁹. Em resumo, as perdas industriais foram nacionalizadas e todo o sistema de poupanças (seja a mais-valia ou também a massa dos fundos salariais) foi direcionado para o aparelho produtivo através de um conjunto de reformas que ocorreram em bloco em todos os países de capitalismo desenvolvido da época.

Gramsci explicaria tal movimento da seguinte maneira:

Pode-se dizer que a massa dos poupadores deseja [em função da crise] romper todas as ligações diretas com o conjunto do sistema capitalista privado, mas não nega a sua confiança ao Estado: quer participar da atividade econômica, mas através do Estado, desde que este garanta um interesse módico mas seguro. Assim, o Estado é investido de uma função de primeiro plano no sistema capitalista, na qualidade de empresa (*holding* estatal) que concentra a poupança a ser colocada à disposição da indústria e da atividade privada, como investidor a médio e longo prazo. [...] Assim, o Estado é levado necessariamente a intervir para controlar a aplicação dos investimentos que forneceu, fato que nos leva a compreender, pelo menos, um aspecto das discussões teóricas sobre o regime corporativo. Mas apenas o controle puro não é suficiente. Efetivamente, não se trata só de conservar o aparelho produtivo existente num determinado momento; trata-se de reorganizá-lo para desenvolvê-lo paralelamente ao aumento da população e das necessidades coletivas. (GRAMSCI, 1968, p. 408-409)

⁷⁸ No decorrer do trabalho veremos mais detalhadamente a dinâmica das crises capitalistas e seus efeitos no agravamento das contradições da sociedade burguesa e na deflagração das greves de massas.

⁷⁹ Aqui entram a criação das Caixas Econômicas, dos Institutos de Crédito, das caixas de aposentadoria e outras formas estatais de direcionamento do excedente econômico. Muitas delas passaram inclusive a ser operacionalizadas pelo novo sindicalismo de tipo oficial que era criado em várias partes do mundo ocidental, inclusive no Brasil com o sindicalismo de tipo varguista criado em 1942. A função era óbvia: absorver parcela das reivindicações do movimento operário sem, no entanto, questionar a estrutura da propriedade privada. Transformava-se assim as próprias instâncias de organização dos trabalhadores em órgãos do Estado, orientados basicamente para o disciplinamento da força de trabalho e para o auxílio na centralização do sistema de crédito nacional – incluindo o fundo de consumo da classe trabalhadora, administrados por esses sindicatos, como sócios menores do capitalismo de Estado.

Orgânico a tal momento histórico esteve a influente formulação teórica do economista inglês John Maynard Keynes, elaborada justamente na década de 1930 em mais uma valorosa e ordinária defesa da sociedade capitalista. Nas palavras do autor:

Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda espécie que permitam o Estado cooperar com a iniciativa privada. Mas, fora disso, não se vê nenhuma razão evidente que justifique um Socialismo de Estado abrangendo a maior parte da vida econômica da nação. Não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração dos seus detentores, terá realizado o que lhe compete. Ademais, as medidas necessárias de socialização podem ser introduzidas gradualmente sem afetar as tradições generalizadas da sociedade. (KEYNES, 1985, p. 256)

Ou seja, era fundamental enfrentar o desemprego e as ameaças que ele trazia para a dominação burguesa em meio à sua crise. O inimigo de Keynes não era nem ao menos camuflado. Era preciso dar uma solução alternativa ao que o inglês chamou de *Socialismo de Estado*, mantendo a propriedade privada dos meios de produção intocada. Nas palavras do autor, representando muito bem os interesses da oligarquia financeira que ele associava à “burguesia ilustrada”:

Os regimes autoritários contemporâneos parecem resolver o problema do desemprego à custa da eficiência e da liberdade. É certo que o mundo não tolerará por muito mais tempo o desemprego que, à parte curtos intervalos de excitação, é uma consequência – e na minha opinião uma consequência inevitável – do capitalismo individualista do nosso tempo. (Ibid., p. 258)

Assim, não estava em curso qualquer mudança em relação ao domínio dos *trustes capitalistas nacionais* no interior das nações imperialistas. O que se desenvolvia era apenas a culminância desse processo e sua plena transformação em *capitalismo de Estado*, tema necessariamente atrelado ao imperialismo. Gramsci (1968), no mesmo sentido de Lenin ao falar do imperialismo como fase superior do capitalismo, ressaltava o aspecto progressista desse movimento que consolidava uma *racionalização integral* da economia, sempre no sentido da socialização da produção da riqueza, ainda que necessitando sua libertação definitiva da propriedade privada.

Aí estariam, inclusive, as bases das tendências corporativas do pensamento social, no qual a exaltação do Estado como um organizador de todos os aspectos da vida cotidiana seria a tônica. Em suma, reiterando o que já tratamos anteriormente, não vemos absolutamente nenhuma contradição essencial na abordagem de Gramsci em relação a organização dos *trustes capitalistas nacionais* e do *capitalismo de Estado* em meio a fase imperialista do capitalismo, tal como tratado por Lenin. Uma *era de reformas* promovidas pelos *executores testamentários*

do movimento operário que apenas foi ganhando em abrangência e profundidade com o passar das décadas do século XX. Nada diferente do desenvolvimento do tacho de ferro como a alternativa final da burguesia contra o proletariado.

Aliás, em nada essencialmente diferente, a não ser em seu grau de desenvolvimento histórico ulterior, da concepção clássica de Marx e Engels sobre o Estado moderno, muito bem sintetizada na seguinte passagem:

A essa propriedade privada moderna corresponde o Estado moderno, que, comprado progressivamente pelos proprietários privados por meio dos impostos, cai plenamente sob o domínio destes pelo sistema da dívida pública, e cuja existência, tal como se manifesta na alta e na baixa dos papéis estatais na bolsa, tornou-se inteiramente dependente do crédito comercial que lhe é concedido pelos proprietários privados, os burgueses. A burguesia, por ser uma *classe*, não mais um *estamento*, é forçada a organizar-se nacionalmente, e não mais localmente, e a dar a seu interesse médio uma forma geral. Por meio da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado se tornou uma existência particular ao lado e fora da sociedade civil; mas esse Estado não é nada mais que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior quanto no interior, para a garantia recíproca da sua propriedade e de seus interesses. A autonomia do Estado tem lugar atualmente apenas naqueles países onde os estamentos não se desenvolveram completamente até se tornarem classes, onde os estamentos já eliminados nos países mais avançados ainda exercem algum papel e onde existe uma mistura; daí que, nesses países, nenhuma parcela da população pode chegar à dominação sobre as outras. Este é especialmente o caso da Alemanha [isso ainda em 1845]. O exemplo mais bem acabado do Estado moderno é a América do Norte. (MARX; ENGELS, 2007, p. 75)

Assim compreendemos os fundamentos que sustentam a dominação burguesa em sua fase imperialista. Repressão e persuasão são dosadas como duas faces da mesma moeda do capitalismo de Estado. Entretanto, desvendamos também que o recurso à persuasão não tem base na vontade do governante de ocasião, tal como sustenta a vulgaridade corrente no âmbito do idealismo. Depende, necessariamente, é do pleno vigor do desenvolvimento capitalista com base na mais-valia relativa e da magnitude da mais-valia disponível para tal tarefa, sendo esta a base material intransponível da constituição da aristocracia operária. Entretanto, para não haver qualquer tipo de mecanicismo economicista na compreensão deste fenômeno, é necessário que finalmente avancemos para o caráter político e contraditório do processo, o qual avaliaremos a partir das greves de massas e da disputa política no interior da vanguarda política do proletariado por seu sentido estratégico.

3.4 ARISTOCRACIA OPERÁRIA E POLÍTICA

Para melhor caracterização da aristocracia operária, precisamos efetivar uma síntese sobre nossa discussão travada até aqui. Vimos que a aristocracia operária nos países

imperialistas surge e se reproduz pela confluência de vários processos históricos. Em primeiro lugar, o próprio *desenvolvimento eminentemente capitalista* baseado na exploração da força de trabalho por meio da *mais-valia relativa*, com a conseqüente *elevação da composição orgânica do capital* e com o desenvolvimento ulterior da *fase imperialista – o domínio dos monopólios* que se transformam em *capital financeiro*. Com isso, reduziu-se o valor da força de trabalho sem que isso necessariamente comprometesse as condições de vida dos operários, expandiu-se a mais-valia e a acumulação de capital e auferiram-se *superlucros* proporcionais à magnitude da expansão do mercado mundial, garantindo as condições materiais para a criação de uma robusta parcela operária aristocrática no interior da massa do proletariado.

Em segundo lugar e ocorrendo de forma orgânica ao primeiro processo, tal necessidade de criação da aristocracia operária não ocorre como fruto da “cabeça brilhante” de algum reformador social, mas sim da *síntese das lutas de classes* em uma fase em que o *movimento operário* vai assumindo de forma progressiva a *centralidade destas lutas*. Essa centralidade, por sua vez, desenvolve-se na exata medida em que a organização operária vai adquirindo uma *consciência revolucionária* – sendo o próprio marxismo enquanto ciência do proletariado e a formação dos partidos políticos operários um estágio de avanço deste processo. Portanto, apenas como *reação a este movimento histórico progressivo* dirigido pela classe operária organizada é que o Estado, este órgão de dominação de classe, passa a exercer o papel de *executor testamentário* das pautas da luta operária, buscando reduzi-las à *organização do trabalho* sob os ditames da manutenção da propriedade privada.

Este processo geral, no entanto, tem particularidades que se apresentam na abrangência e na forma que a aristocracia operária se constituiu nos distintos países imperialistas. Também no interior destes países, não foram todos os setores da classe operária que se tornaram aristocráticos, ocorrendo justamente o oposto. Por mais que, a cada processo de avanço da revolução social em escala mundial, fosse, por necessidade da reação, ampliada as camadas aristocráticas, a sua essência é a de ser apenas uma parte do proletariado, nunca a sua totalidade. Desta maneira, a parte do proletariado que foi transformada em aristocracia foi justamente a parcela mais bem organizada e capacitada para impor perdas ao capital, ou seja, sua vanguarda operária. Esta, por sua vez, esteve e continua a estar vinculada ao trabalho produtivo de valor e mais-valia no interior dos monopólios, ocupando, via de regra, a fronteira tecnológica da acumulação capitalista. Ou seja, os setores de maior produtividade do trabalho que, por sua composição orgânica do capital superior, apropriam-se da mais-valia produzida por outros

setores de menor composição, tanto externos ao país quanto internos⁸⁰. Setores em que, por estarem na fronteira avançada do desenvolvimento das forças produtivas, ainda não havia se formado um exército industrial de reserva e, portanto, nos quais as greves assumiam um caráter catastrófico para o processo de acumulação de capital.

Não por acaso, na época em que Engels escreveu sobre a aristocracia operária em 1885, ele associou a sua existência aos operários fabris qualificados e aos operários organizados nos grandes sindicatos, em contraposição a massa de operários simples, não aristocratas, recentemente e massivamente criados pela grande indústria moderna. Já em Lenin, por sua vez, beneficiado pelo desenvolvimento maior do imperialismo, a aristocracia operária ganha contornos mais bem definidos. Ao compreender a regressão que a criação de uma aristocracia no interior da classe operária representaria para o movimento revolucionário russo, travou enorme combate contra a transformação da vanguarda operária em aristocracia. Tanto foi assim que, em meio a disputa pela direção dos sindicatos de São Peterburgo em 1913, em oposição aos *liquidacionistas*⁸¹, Lenin afirmou que:

Sabe-se que os metalúrgicos são os operários mais desenvolvidos e avançados, não apenas em Peterburgo, mas em toda a Rússia, e não só na Rússia, mas em todo o mundo.

Ninguém pode negar – e os *próprios* liquidacionistas o reconheceram no dia em que se realizou a assembleia dos metalúrgicos – que esses constituem a *vanguarda* (o destacamento de choque) de todo o proletariado da Rússia. [...]

É evidente que a vontade dos operários conscientes e avançados se manifestou claramente. Os operários não querem ouvir falar de liquidacionismo. (LENIN, 1979g, p. 152, grifo do autor)

Desta forma, Lenin aprofunda a compreensão sobre a formação da aristocracia operária apreendendo, no calor do combate, a dimensão política constituinte do fenômeno. Diante de uma era de reformas, fortaleciam-se as tendências oportunistas no interior do movimento operário, que buscavam desviar as históricas conquistas do proletariado de seu fluxo revolucionário, enclausurando sua energia nos limites da ordem erigida sobre a propriedade privada, o mercado e o Estado. Com isso, é perceptível que a disputa entre uma concepção revolucionária e a formação de uma aristocracia operária, que apontam para sentidos

⁸⁰ No interior de cada país o mecanismo de formação do lucro médio – por meio da transferência de mais-valia dos setores de menor composição orgânica do capital para os de maior composição orgânica – é até mesmo mais eficiente do que no mercado mundial, onde os Estados imperialistas operam no sentido de limitar, sempre de forma insuficiente, o livre fluxo de capital.

⁸¹ Tendência política que operava no interior do Partido Social Democrata Russo, que defendia o fim das atividades clandestinas do partido e atuava em contrariedade à agitação grevista, querendo subordinar a luta operária unicamente ao reformismo legalista que começava a avançar na *era de reformas* inaugurada no país no início do século XX.

antagônicos do devir histórico do proletariado, é um processo que opera sobre uma mesma base: *a vanguarda operária em sua relação com a vanguarda política*.

Ou seja, nos setores vinculados à fronteira do desenvolvimento capitalista, que constituem o *destacamento de choque* do proletariado contra a dominação burguesa, desdobra-se uma empedernida luta política pelo sentido estratégico que conduz as suas ações práticas⁸². Se é completamente racional que o Estado burguês busque a cooptação destes setores da classe operária por meio de reformas, levadas a frente unicamente com o sentido de assegurar a permanência da irracionalidade do capital, também é racional que as forças revolucionárias, organizadas em partido político, orientem sua atividade no sentido de elevar a vanguarda operária à consciência de sua tarefa histórica emancipadora. Desta forma, os momentos de “legalização da classe operária”, ou seja, de transformação do movimento operário de *fato econômico* em *fato legal*, configuram uma espécie de forma embrionária da aristocracia operária⁸³, que pode *vir a ser* como pode *vir a não ser*, isso a depender do vetor de forças que se torna hegemônico na direção do movimento operário em expansão.

⁸² “A estratégia é a utilização do recontro para atingir a finalidade da guerra. [...] O próprio recontro deve ser estudado sob o ângulo dos seus resultados possíveis assim como das forças morais e intelectuais que utiliza. A estratégia é a utilização do recontro para atingir a finalidade da guerra. Ela tem pois de fixar a finalidade para o conjunto do ato de guerra que corresponda ao objetivo da guerra” (CLAUSEWITZ, 2014, p. 171).

⁸³ Isso não significa uma negativa idealista e romântica à luta legal da classe operária, tal como vimos na primeira seção ao tratarmos da maneira como Marx e Engels analisaram o *cartismo* inglês. Quando a classe se transforma em *fato legal*, ou seja, assume formato jurídico-estatal, isso só se dá como produto da sobreposição orgânica entre avanço revolucionário e reação restauradora, nunca como expressão unilateral de apenas um destes momentos das lutas de classes.

Diante disso, mesmo Lenin, em paralelo ao seu combate ao economismo e ao oportunismo reformista, nunca abdicou da luta legal da classe. Um caso exemplar é o seu posicionamento em 1912, em meio ao debate promovido na Duma – o parlamento da Rússia czarista – sobre a criação do seguro operário por meio do Estado. Neste debate, Lenin elaborou e trabalhou para aprovar como Resolução da VI Conferência de Toda a Rússia do Partido Operário Social-Democrata Russo (LENIN, 1979i) a defesa, por parte dos parlamentares do partido na Duma, de um projeto de seguro universal e integral para a totalidade da classe trabalhadora assalariada russa, sendo totalmente custeado pelos patrões e pelo Estado e administrado de forma independente por organizações territoriais compostas exclusivamente pelos segurados. Entretanto, a proposta que se apresentaria como vitoriosa seria a de interesse da reação: um seguro operário restrito abrangendo apenas uma pequena parte do proletariado, com subsídios miseráveis e submetendo as novas instituições de seguros ao controle do Estado e dos patrões. Diante disso, a resolução indicou a realização de ampla campanha de agitação pública em contrariedade à proposta da Duma, ligando esta campanha a denúncia das ilusões burguesas difundidas pelos social-reformistas e o reforço das tarefas e palavras de ordem revolucionárias, apontando a necessidade de nova ascensão revolucionária do movimento operário para garantir a proposta de seguro operário do Partido. Por fim, a resolução definia que, caso derrotada também a campanha de agitação contra o projeto da reação e este entrasse em vigor, era necessário que os militantes do partido utilizassem “[...] as novas formas orgânicas estabelecidas [...] para realizar também nessas células orgânicas enérgica propaganda das ideias social-democratas”, visando “[...] converter essa lei, idealizada com o objetivo de subjugar e oprimir ainda mais o proletariado, em instrumento de desenvolvimento de sua consciência de classe, de fortalecimento de sua organização e de intensificação de sua luta pela plena liberdade política e pelo socialismo” (Ibid., p. 136).

Este foi o foco do clássico livro de Lenin: *Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento* (2015). A polêmica travada contra as concepções oportunistas, que pregavam um “culto à espontaneidade” do movimento operário, exigiu de Lenin a crítica a toda tentativa de reduzir a luta operária a unilateralidade da sua imediatividade econômica, reforçando o papel indispensável não só da luta política, mas também, e fundamentalmente, da luta teórica no interior da vanguarda política do proletariado. Neste quadro é que surgiu a famosa frase do revolucionário russo, em que afirmava que:

Sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário. Nunca será demasiado insistir nessa ideia, numa época em que a propaganda em voga do oportunismo vem acompanhada de uma atração pelas formas mais estreitas da atividade prática. (LENIN, 2015, p. 71)

Reforçava assim a importância decisiva da conexão da vanguarda política revolucionária com a vanguarda operária, atuando no sentido de realizar oposição às tendências que tentavam conduzir essa vanguarda operária no caminho da sua aristocratização. Diante disso, combateu também as concepções românticas que queriam atribuir uma essencialidade revolucionária ao movimento operário fechado em si mesmo. Recuperou, assim, o importante papel das vanguardas políticas, compostas por intelectuais que não necessariamente fazem parte do proletariado, como elementos essenciais do desenvolvimento da consciência da classe operária. Nesse sentido, segundo os termos do autor:

Já afirmamos que os operários *nem sequer podiam ter* consciência social-democrata. Esta só podia ser introduzida de fora. A história de todos os países comprova que a classe operária, valendo-se exclusivamente de suas próprias forças, só é capaz de elaborar uma consciência *trade-unionista*, ou seja, uma convicção de que é preciso reunir-se em sindicatos, lutar contra os patrões, cobrar do governo a promulgação de umas e outras leis necessárias aos operários etc. Já a doutrina do socialismo nasceu das teorias filosóficas, históricas e econômicas formuladas por representantes instruídos das classes proprietárias, por intelectuais. Os próprios fundadores do socialismo científico moderno, Marx e Engels, pela sua situação social, pertenciam à intelectualidade burguesa. Do mesmo modo, na Rússia, a doutrina teórica social-democrata surgiu de uma forma completamente independente do avanço espontâneo do movimento operário; emergiu como consequência natural e inevitável do desenvolvimento do pensamento entre os intelectuais revolucionários socialistas. (Ibid., p. 79-80, grifo do autor)

Era justamente por este motivo, em contrariedade ao imediatismo e a unilateralidade do cotidiano desprovido de teoria, que a luta travada por Lenin também tinha como teatro de operações as discussões que ocorriam no interior da II Internacional. Mesmo que Lenin atuasse imediatamente no interior de um país atrasado como a Rússia, desenvolviam-se ali todas as contradições imanentes ao modo de produção capitalista na fase imperialista. Por isso mesmo que, na brochura sobre o *Imperialismo*, ele definia a corrente *liquidacionista* como uma

“variedade russa do *oportunismo*” (LENIN, 1985, p 107). Tendência esta que já se manifestava originariamente em torno do democratismo parlamentarista que cresceu na Inglaterra, em que se registrava uma nítida “[...] diferença entre a *camada superior* dos operários e a *camada inferior proletária propriamente dita*” e, neste quadro, o “[...] direito de voto [...] *está ainda suficientemente limitado ao fim de excluir dele a camada inferior proletária propriamente dita*” (Ibid., grifo do autor).

Entretanto, com a chegada da guerra imperialista, o oportunismo reformista assumiu mais nitidamente a forma de *social-chauvinismo* – ou *social-imperialismo*. Tratando dos chefes do Partido Social-Democrata Alemão (SPD), considerados por Lenin como a manifestação mais nítida do oportunismo na fase imperialista, ele afirmou que estes seriam a expressão da “ideologia imperialista que penetra também na classe operária”, “socialistas verbais e [...] imperialistas de fato”, constituindo-se como uma tendência burguesa para tentar embelezar e anuviar a dominação imperialista sobre o proletariado, o amálgama necessário para legitimar no interior da nação a expansão imperialista externa (Ibid., p. 108).

Neste mesmo sentido, lutando no interior do monstro alemão e de forma muito precoce – ainda em 1898 –, Rosa Luxemburgo escreveu seu clássico *Reforma ou revolução?* (2015). Afirmava, já no seu prefácio, que o título do livro era uma afronta a tentativa da ala *oportunist* do SPD – representada naquele momento por Bernstein – de cindir a dimensão da luta por reformas do seu sentido estratégico da luta pela revolução social. Asseverava, primeiro, que existia “[...] para a social-democracia um laço indissolúvel entre as reformas sociais e a revolução, sendo a luta pelas reformas o meio, mas a revolução social o fim” (LUXEMBURGO, 2015, p. 17). Assim, “[...] o dilema ‘reforma ou revolução?’, tal como põe Bernstein, equivale para a social-democracia à questão: ‘Ser ou não ser’” (Ibid., p. 18). Ou seja, o “dilema hamletiano” colocado pelo oportunismo reformista não se reduzia à adoção “[...] de tal ou qual método de luta, do emprego de tal ou qual tática, mas da própria existência do movimento socialista” (Ibid., p. 18), equivalendo, “[...] no fundo, a questão da reforma ou revolução, da finalidade e do movimento, não é senão a questão do caráter pequeno-burguês ou proletário do movimento operário” (Ibid., p. 19).

Na polêmica travada por Rosa, o método oportunista consistia em esvaziar o SPD da concepção materialista da história, apreendida e desenvolvida por Marx e Engels, negando a dinâmica contraditória e competitiva que está na base do modo de produção capitalista e substituindo-a pela idealização em torno da capacidade de o capitalismo avançar indefinidamente no sentido do controle social representado pela *era de reformas*. Com isso, na

fantasia oportunista, por um lado, desapareceriam as crises como a expressão da oposição indissolúvel entre o caráter cada vez mais social da produção e os limites estreitos da propriedade privada. Por outro lado, supostamente, a maioria da população – representada tanto pelas classes médias em expansão quanto pelo proletariado que tinha sua situação econômica e política melhorada pela atividade sindical – também deixava de ter interesse na revolução, amoldando-se às reformas.

Com isso, a extensão das formas democráticas da vida política, que espelhava e se desenvolvia no mesmo sentido da evolução do Estado em direção à sociedade – o capitalismo de Estado –, ganhava no parlamentarismo moderno a sua expressão mais adequada aos interesses capitalistas – representados pelas sociedades por ações. Por isso, Rosa denunciou o caráter oportunista dos membros do SPD que se encantavam pelo aumento da participação do partido no parlamento e estreitavam a luta política do proletariado ao seu matiz meramente parlamentar. Não entendiam a natureza de classe do regime democrático parlamentar, desprezando o fato de que ele só se desenvolvia enquanto expressão da democracia formal na exata medida em que não se apresentava enquanto instrumento dos interesses da maioria da população. Assim, Rosa afirmou que:

[...] são as instituições democráticas, nessa sociedade, pela forma e pelo conteúdo, simples instrumentos dos interesses da classe dominante. É o que se manifesta de modo tangível no fato de serem as próprias formas democráticas sacrificadas pela burguesia e por sua representação de Estado, do momento em que a democracia tenda a negar o seu caráter de classe e a transformar-se em instrumento dos verdadeiros interesses do povo. Eis porque a ideia da conquista de uma maioria parlamentar aparece como cálculo que está inteiramente dentro do espírito de liberalismo burguês, pois, preocupa-se unicamente com o aspecto formal da democracia, sem ter em conta absolutamente o seu conteúdo real. (LUXEMBURGO, 2015, p. 59)

Diante disso, ao contrário da “[...] luta sindical e parlamentar como meios de dirigir e educar pouco a pouco o proletariado, tendo em vista a conquista do poder” (Ibid., p. 61), a concepção *revisionista*⁸⁴ apresentava a conquista do poder político como algo inútil e impossível, orientando a luta parlamentar e sindical exclusivamente em torno das melhorias imediatas no interior da ordem burguesa, elevando tal prática a uma suposta socialização já em curso em meio ao capitalismo (Ibid.). Assim,

A grande importância da luta sindical e da luta política reside em que elas socializam o *conhecimento*, a consciência do proletariado, organizam-no como classe. Considerando-as como meio de socialização direta da economia capitalista, perdem elas não só o efeito que se lhes atribui, mas também sua outra significação, isto é, cessam elas de ser um meio de preparação da classe operária para a conquista do poder. (Ibid., p. 63, grifo da autora)

⁸⁴ Revisionista por rever os fundamentos da apreensão materialista da história e da crítica à sociedade capitalista realizadas por Marx e Engels.

Portanto, mais uma vez, não é nem de longe possível confundir as posições de Rosa com uma exaltação do movimento da classe em suas lutas concretas em detrimento do seu objetivo final revolucionário. A grande questão é dotar o movimento, seja ele no campo da legalidade ou no momento da medição de forças revolucionária⁸⁵, do seu sentido de *necessidade histórica*, tal qual apreendido pelos autores germinais: Marx e Engels. Diante disso, é nas *condições econômicas* da própria sociedade capitalista que Rosa buscava os pontos de apoio para a realização do socialismo, e não nos ideais românticos e cândidos – ou melhor, *social-imperialistas* – que clamavam pelo progressivo controle social, garantido em sua extensão e profundidade pela apropriação dos superlucros no mercado mundial.

Por isso mesmo, se é certo que o fenômeno da aristocracia operária envolve necessariamente a dimensão objetiva de que tratamos anteriormente – tanto no âmbito da reprodução do capital prioritariamente por meio da mais-valia relativa em sua fase imperialista, mediada pelos superlucros, quanto na esfera do Estado em sua *era de reformas* –, a unidade com sua dimensão subjetiva, portanto política, é outra faceta indissociável quando da apreensão desta categoria histórica. Portanto, se a organização da classe operária em sindicatos e partidos representou um avanço histórico indiscutível no sentido da preparação da classe para a conquista do poder político, a disputa pela direção dessas entidades, dotando-as de caráter revolucionário ou pequeno-burguês, assume importância decisiva.

Foi nessa direção que Lenin, escrevendo em 1920 o texto *Esquerdismo, doença infantil do comunismo* (1989) como polêmica no interior da III Internacional, combateu os “esquerdistas” alemães que respondiam de forma negativa à pergunta de se “os revolucionários devem atuar nos sindicatos reacionários?”. A pergunta emergia da constatação de que:

Os sindicatos representaram um progresso gigantesco da classe operária nos primeiros tempos do desenvolvimento do capitalismo, visto que significavam a passagem da dispersão e da impotência dos operários *aos rudimentos* da união de classe. Quando começou a desenvolver-se a forma *superior* de união de classe dos proletários, o *partido revolucionário do proletariado* (que não será merecedor desse nome enquanto não souber ligar os líderes à classe e às massas num todo único e indissolúvel), os sindicatos começaram a manifestar inevitavelmente *certos* aspectos reacionários, certa estreiteza grupal, certa tendência para o apoliticismo, certo espírito de rotina, etc. O desenvolvimento do proletariado, porém, não se realizou, nem podia realizar-se, em nenhum país de outra maneira senão por intermédio dos sindicatos e de sua ação conjunta com o partido da classe operária. A conquista do Poder político pelo proletariado representa um progresso gigantesco deste, considerado como classe, e o

⁸⁵ “[...] a reforma legal e a revolução não são métodos diferentes de desenvolvimento histórico, que se pode escolher à vontade no refatório da história, como se escolhe entre salsichas frias ou quentes, e sim *fatores* diferentes no desenvolvimento da sociedade de classe, condicionados um ao outro e que se completam, ainda que se excluindo reciprocamente, como, por exemplo o polo Norte e o polo Sul, a burguesia e o proletariado” (LUXEMBURGO, 2015, p. 100-101).

partido deve dedicar-se mais, de modo novo e não apenas pelos processos antigos, para educar os sindicatos, dirigi-los, sem esquecer, ao mesmo tempo, que estes serão durante muito tempo uma “escola de comunismo” necessária, uma escola preparatória dos proletários para a realização da sua ditadura, a associação indispensável dos operários para a passagem gradual da direção de toda a economia do país inicialmente para as mãos da classe operária (e não de profissões isoladas) e, depois, para as mãos de todos os trabalhadores. (LENIN, 1989, p. 50-51, grifo do autor)

Assim, diante do partido como organização *superior* do proletariado, aquele que coloca o tema da conquista do poder como horizonte estratégico das suas ações, os sindicatos, por serem órgãos de defesa da propriedade privada dos trabalhadores – a força de trabalho –, permanecem enclausurados nos limites da reprodução da sociedade capitalista. Desta forma, ao permanecerem limitados à defesa da força de trabalho como propriedade privada, que, como vimos, de fato passou a ter algum grau de valorização em parcelas muito específicas do proletariado, desenvolveu-se um evidente caráter reacionário no interior da luta eminentemente sindical. Por isso mesmo que Lenin, analisando a força da aristocracia operária no Ocidente em comparação com a atrasada Rússia, afirmou que:

Os mencheviques do Ocidente “entrancheiraram-se” muito mais firmemente nos sindicatos, e lá surgiu uma camada muito mais forte do que em nosso país da “aristocracia operária” *profissional, mesquinha, egoísta, desalmada, ávida, pequeno-burguesa, de espírito imperialista, subornada e corrompida pelo imperialismo* (Ibid., p. 52, grifo do autor)

Diante disso, ao contrário de renunciar à ação política no interior dos sindicatos dominados pela aristocracia operária, Lenin dirigia aos revolucionários um clamado por uma luta implacável para desmoralizar e desalojar dos sindicatos os seus chefes incorrigíveis em suas concepções oportunistas e social-chauvinistas (Ibid.). Neste quadro, também em 1920, Lenin escreveu uma proposta de resolução aprovada no II Congresso da III Internacional, sob o título *O movimento sindical, os comitês de fábrica e de usinas* (2008), tratando novamente da necessidade de atuação dos revolucionários no interior dos sindicatos reacionários e, ademais, apresentando o que considerava ser a forma dessa atuação. Com isso, explanou sobre o papel que a preparação para a guerra imperialista teve em reforçar a tendência social-chauvinista de conduzir “o esforço revolucionário do proletariado no interesse da burguesia” (LENIN, 2008, p. 123), consolidando um formato corporativo de sindicatos, em que:

[...] apenas os operários especializados mais bem pagos pelos patrões, agindo apenas nos mais estreitos limites corporativos, acorrentados por um aparelho burocrático, completamente estranhos às massas enganadas por seus líderes oportunistas, os sindicatos não só traíram a causa da revolução social, mas também a da luta pela melhoria das condições de vida dos operários que haviam organizado. Eles abandonaram o terreno da luta profissional contra os patrões e a substituíram por um programa de negociações amigáveis com os capitalistas. (Ibid., p. 123-124)

Entretanto, o auge da fase imperialista, consolidada nas guerras, produziria contradições no interior do modo de produção capitalista que desestabilizaram o elevado grau de domínio burocrático da aristocracia operária alojada nos sindicatos. No centro de tal processo, a antinomia própria às leis da troca de mercadorias: de um lado, o direito do capitalista de explorar a força de trabalho, de outro, o direito do trabalhador de garantir a reprodução da sua própria existência enquanto força de trabalho. Mais uma vez, tal como expôs Marx, entre direitos iguais e opostos, decide a força. Em meio à completa desestabilização econômica promovida pela guerra⁸⁶, “[...] o aumento dos salários de uma categoria qualquer de operários, obtido ao custo de uma luta econômica obstinada, amanhã estará reduzido a zero pela alta do custo de vida” (LENIN, 2008, p. 124).

Assim, diante do aumento do custo de vida, a barriga ganha o centro do impulso das lutas de classes. As massas operárias, “feras do abismo” até então ausentes e coniventes com a aristocratização de suas mediações políticas e organizativas, são movidas pela necessidade da luta econômica para assegurar seus salários, rugindo em direção aos sindicatos⁸⁷. Estes, até então mortos e dilapidados pela burocracia sindical eivada de oportunismo, ganham novamente vida. A forma dessa vida: assembleias multitudinárias e greves de massas. O trabalho vivo e associado reúne-se contra a dominação no interior da fábrica. Resta aos detentores da propriedade privada dos meios de produção se defrontarem com sua dura realidade: detém apenas trabalho morto em suas mãos. Sem o elemento vivo, sua propriedade define, a economia capitalista se desorganiza. A força da aliança entre o capital financeiro e os aristocratas operários é abalada. A luta entre o caráter revolucionário ou pequeno-burguês do movimento operário assume nova dimensão, salta em qualidade. E neste novo cenário das lutas de classes, qualitativamente novo mesmo que unitário com o passado, as greves de massas vão cavando fundo no abismo social, instaurando uma situação revolucionária. O putrefato regime

⁸⁶ “As consequências econômicas da guerra, a desorganização completa do sistema econômico do mundo inteiro, a carestia desenfreada, a exploração mais intensa do trabalho infantil e feminino, a questão da habitação, que vão progressivamente de mal a pior, tudo isso coloca as massas proletárias no caminho da luta contra o capitalismo” (LENIN, 2008, p. 124).

⁸⁷ “Para se assegurar do sucesso da luta econômica, as amplas massas operárias, que estavam até agora fora dos sindicatos, passam a correr a eles. Constata-se em todos os países capitalistas um crescimento prodigioso dos sindicatos, que não representam mais apenas a organização dos elementos avançados do proletariado, mas a de toda a massa. Uma vez nos sindicatos, as massas procuram fazer deles a sua arma de combate. O antagonismo das classes, tornando-se cada vez mais agudo, força os sindicatos a organizarem greves cuja repercussão se faz sentir em todo o mundo capitalista, interrompendo o processo da produção e da troca capitalista. Aumentando suas exigências à medida que aumenta o custo de vida e que elas mesmas se esgotam, as massas operárias destroem todo o cálculo capitalistas que representa o fundamento de uma economia organizada” (Ibid., p. 124).

político burguês vigente e seus aliados aristocratas operários, com seu espírito chauvinista, já não asseguram mais qualquer unidade nacional, abre-se a antessala da revolução social.

3.5 GREVES DE MASSAS E REVOLUÇÃO

O custo de vida sintetiza, basicamente, as necessidades elementares para a reprodução da força de trabalho. O indivíduo trabalhador, proprietário da sua própria força de trabalho alienável no mercado enquanto mercadoria, encontra-se, de antemão, subsumido à sua posição no interior das relações entre as classes sociais. Portanto, só existe, age e pensa enquanto indivíduo mediante a necessidade histórica de reproduzir sua posição de classe: assegurar a melhor condição possível de venda da sua capacidade de trabalho. Por isso mesmo, na sociedade capitalista moderna, em que vigora a subsunção real do trabalho ao capital, é o próprio trabalhador que sai em busca do “emprego”, não havendo, via de regra, necessidade de formas diretamente compulsórias de trabalho⁸⁸. A consciência imediata do trabalhador individual é condicionada, cotidianamente, pelo custo de vida, algo que determina, com a força e a brutalidade de uma lei férrea, suas aspirações subjetivas.

Portanto, o primeiro nível de consciência da classe operária é determinado e vinculado, indissociavelmente, com a estrutura social que emerge do modo de produção e distribuição da riqueza. Tal como expresso por Marx e Engels em combate com o idealismo alemão:

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a *linguagem da vida real*. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanação direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os *homens reais, ativos*, tal como são *condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde*, até chegar as suas formações mais desenvolvidas. A consciência [*Bewusstsein*] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [*bewusste Sein*], e o ser dos homens é seu próprio processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma, como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico. (MARX; ENGELS, 2017, p. 93-94, grifo nosso)

⁸⁸ Mesmo os milhões de desempregados do mundo contemporâneo que não encontram emprego na esfera da produção, da circulação ou nos serviços pessoais são obrigados a encontrar formas de monetizar sua atividade. Diante da completa vigência das relações mercantis, em que absolutamente tudo – até mesmo aquilo que não é produto do trabalho, como a honestidade, a humilhação, a honra, o sexo, e até a morte – encontra seu denominador final no dinheiro, a elevação do desemprego, sem que seja acompanhado por vitórias revolucionárias do proletariado, tem levado a sociedade atual ao auge da sua degradação moral.

Assim, aos *homens reais, ativos*, só é possível pensar a *linguagem da vida real*. Nessa vida real em meio a sociedade capitalista moderna, *condicionada por um determinado desenvolvimento das forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde*, o dinheiro aparece como necessidade para fazer frente ao *custo de vida*. Portanto, o valor equivalente à venda da força de trabalho, o *salário*, longe de ser apenas um fato econômico pensado em sentido vulgar, é o próprio quadro que determina a consciência imediata da classe trabalhadora. Logo, é a relação entre salário e custo de vida que condiciona, em um nível muito elementar e intransponível, tanto os momentos de conformação da classe trabalhadora à ordem burguesa – a base do fenômeno da aristocracia operária –, quanto os momentos de contestação e luta aberta contra esta ordem. Assim, nesta aparente simples relação, que guarda o segredo da sociedade capitalista – a mais-valia –, a oposição latente e sempre presente do proletariado contra o capital pode ganhar a forma de oposição ativa: as greves como momento de luta pela defesa ou melhoria dos salários e das condições de trabalho.

Com isso não queremos afirmar que a greve, enquanto fenômeno isolado, é necessariamente condicionada pela relação entre custo de vida e salário. A greve, quando observada isoladamente, envolvendo uma empresa ou uma determinada categoria profissional, pode ter motivos variados e multifacetados que, muitas vezes, encantam e servem de objeto do pensamento fragmentário das ciências sociais burguesas. Entretanto, o fenômeno das greves de massas, que mobiliza, em um curto período de tempo, milhares, ou até mesmo milhões de operários de um país, afetando direta e indiretamente todas as demais parcelas da população, não pode ter qualquer relação com aspectos fragmentários, mas apenas e somente com os condicionantes gerais da *linguagem da vida real*: o *salário* e o *custo de vida*.

É neste quadro que Rosa Luxemburgo escreveu, em 1907, o livro *Greve de massas, partido e sindicatos* (1974). Nele, a revolucionária alemã analisará a revolução russa de 1905, processo que, em suas palavras, “[...] permitiu, pela primeira vez na história da luta de classes, a grandiosa realização da greve de massas, e mesmo [...] da greve geral, inaugurando assim uma nova época na evolução do movimento operário” (LUXEMBURGO, 1974, p. 11). Com isso, Rosa vinculou organicamente o tema da greve de massas com a luta política do proletariado e a revolução social, combatendo, ao mesmo tempo, tanto o reformismo oportunista, tal como vimos anteriormente, quanto o anarquismo⁸⁹.

⁸⁹ Rosa recupera o embate de Marx e Engels contra o anarquismo que tinha em Bakunin seu principal representante. Realizando um combate teórico contra essa vertente, conhecida como anarco-sindicalista, o foco principal da crítica do livro é sobre a forma como a concepção de Bakunin rebaixava e idealizava a greve de massas,

Seu ponto central na análise da greve de massas foi buscar as determinações de “[...] um fenômeno histórico resultante, num certo momento, de uma situação social a partir de uma necessidade histórica” (LUXEMBURGO, 1974, p. 18). A apreensão correta dessa *necessidade histórica* que define uma *situação social*, por sua vez, não é fruto de “[...] especulações abstratas sobre possibilidade ou impossibilidade, sobre utilidade ou perigo da greve”, mas sim, oriunda do “[...] estudo dos fatores e da situação social que provocaram a greve na atual fase da luta de classes”. Com isso, Rosa se orientará pelo “[...] *exame objetivo* das origens da greve de massas” (Ibid., p. 18), procurando, “[...] antes de tudo, ter a sua história diante dos olhos” (Ibid., p. 23). Logo, a autora será mais uma a reivindicar o método da análise concreta da situação concreta, debruçando-se sobre as particularidades da forma de objetivação da produção capitalista na Rússia e compreendendo, portanto, as contradições dessa formação histórico-espacial e as necessidades que dali emergiram e levaram à greve de massas no país.

O fenômeno da greve de massas, sua lei do movimento apreendida em seu desenvolvimento histórico, longe de ser um esquema rígido que se desdobra de forma linear, é uma síntese viva que expressa a relação entre as forças políticas e sociais da revolução. Nessa relação, diferentemente do esquematismo vazio, o que se impõe é um movimento dinâmico e atravessado por momentos de bruscas transformações, por fases de aparente passividade que se transformam explosivamente em seu oposto e pela confluência e entrecruzamento de diversos métodos de luta. Nos termos da autora:

A greve de massas tal como nos é apresentada pela revolução russa, é um fenômeno tão móvel que reflete em si todas as fases da luta política e econômica, todos os estágios e todos os momentos da revolução. O seu campo de aplicação, a sua força de ação, os fatores do seu desencadear, transformam-se continuamente. De súbito, abrem-se novas perspectivas à revolução no momento em que esta parecia atravessar um impasse. Ela recusa-se a atuar no momento em que se pensa poder contar seguramente com ela. Ora a vaga de movimento invade todo o Império, ora brota do solo como uma fonte viva, ora se perde na terra. Greves econômicas e políticas, greves

especialmente no seu momento de greve geral, ao acreditar que dali, sem a mediação necessária da luta política – portanto, do partido e da conquista do poder –, emergiria a insurreição que transporia, imediatamente, todas as formas de dominação – incluindo nisso a própria ditadura do proletariado, sistematicamente defendida por Rosa Luxemburgo. Nas palavras da autora:

“Com efeito, pela concepção anarquista das coisas, a especulação sobre a ‘grande transformação’, sobre a revolução social, não é mais do que um aspecto exterior e não essencial; o essencial é o modo abstrato e anti-histórico de considerar a greve de massas, assim como todas as condições da luta proletária. O anarquista antevê somente duas condições materiais preliminares nas suas especulações ‘revolucionárias’: em primeiro lugar, ‘o espaço etéreo’, e em seguida a boa vontade e a coragem de salvar a humanidade do vale de lágrimas capitalista em que hoje geme. [...] Neste mesmo ‘espaço abstrato’ nasceu recentemente a ideia, saída da especulação teórica, de que a luta sindical é a única e real ‘ação direta de massas’ e, por conseguinte, a única luta revolucionária – refrão último dos ‘sindicalistas’ franceses e italianos, como se sabe. A infelicidade para o anarquista surgiu, quando os métodos improvisados de luta no ‘espaço etéreo’ se revelaram sempre como puras utopias, além de que na maior parte do tempo, recusando-se a contar com a triste e desprezada realidade, deixavam insensivelmente de ser teorias revolucionárias, para se tornarem auxiliares práticos da reação” (LUXEMBURGO, 1974, p. 15-16).

de massa e greves parciais, greves demonstrativas ou de combate, greves gerais abrangendo setores particulares ou cidades inteiras, lutas reivindicativas pacíficas ou batalhas de rua, combates de barricadas – todas estas formas de luta se cruzam ou se tocam, se interpenetram ou desaguam umas nas outras: é um mar de fenômenos eternamente novos e flutuantes. *A greve de massas é tão somente a forma adquirida pela luta revolucionária* e qualquer deslocamento na relação das forças em ação, no desenvolvimento do Partido e na divisão das classes, na posição da contra-revolução, influem imediatamente sobre a ação da greve por inúmeros meios invisíveis e incontroláveis. Entretanto, a própria ação da greve de massas não para um só instante. Adquire somente outras formas, modifica a sua extensão, os seus efeitos. *Ela é a pulsação viva da revolução e ao mesmo tempo o seu motor mais poderoso.* Em resumo: a greve de massa, de acordo com o modelo que dela nos oferece a revolução russa, não é um meio engenhoso inventado para reforçar o efeito da luta proletária, *é o próprio movimento da massa proletária, é a força de manifestação das massas proletárias no desenrolar da revolução.* (LUXEMBURGO, 1974, p. 52-53, grifo nosso)

Diante dessa *pulsação viva da revolução* que, ao mesmo tempo, é o seu *motor mais poderoso*, Rosa definirá a greve de massas não como um fato isolado, mas sim como um período das lutas de classes que se estende por vários anos, às vezes por décadas, no qual os elementos econômicos e políticos se entrelaçam, abrindo-se uma conjuntura de radicais transformações e impondo o debate sobre as novas e velhas formas de organização das forças em movimento. Estas formas organizativas, por sua parte, vão sendo destruídas, criadas e recriadas de acordo com a forma que os combates vão assumindo.

Dentro deste quadro, Rosa apreenderá a medida da conexão entre a vanguarda política e a greve de massas – movimento que emerge da vanguarda operária. Diferentemente da tentativa vã e idealista de tentar prever ou promover tecnicamente o período revolucionário,

[...] a social-democracia é chamada, no período revolucionário, a tomar a sua direção política. A tarefa mais importante de “direção” no período de greve de massas, consiste em dar a palavra de ordem da luta, em orientá-la, em dirigir a tática da luta política de tal modo que em cada fase e em cada instante do combate, seja realizada e posta em ação a totalidade do poder do proletariado, já comprometido e lançado na batalha, e que este poder se exprima pela posição do Partido na luta. (Ibid., p. 64)

Apesar de outras divergências com Lenin⁹⁰, a concepção da função dirigente do partido social-democrata perante o movimento operário no período de greve de massas seria compartilhada por ambos. Nos termos do revolucionário russo:

⁹⁰ O texto de Rosa direcionaria uma crítica à algumas concepções de Lenin condensadas no livro *Que fazer?* (2015), tal como vimos brevemente na subseção anterior. No centro dessa crítica estaria uma “sobrevalorização ou falsa apreciação do papel organizativo do proletariado na luta de classe”, relacionando-a “a uma subvalorização da massa proletária desorganizada e da sua maturidade política” (LUXEMBURGO, 1974, p. 78). Tal posição de Rosa foi reivindicada por determinadas tendências que emergiram no Brasil durante a transição democrática da década de 1970 e 1980, que, de forma bastante oportunista e falsificadora, buscaram apresentar a autora como uma defensora do *movimentismo* – algo que vai frontalmente em contrariedade ao seu combate com Bernstein no livro *Reforma ou revolução?* (2015). Se analisassem com seriedade, compreenderiam que a divergência com Lenin se restringiu ao âmbito da medida do papel da vanguarda política, nunca em torno de uma posição anti-vanguarda. Sem intenção de ser exaustivo nessa questão secundária, consideramos acertada a análise de Georg Lukács (2012)

Assim, pois, persuadimo-nos de que o erro fundamental da “nova tendência” no seio da social-democracia russa consiste em render culto à espontaneidade, em não compreender que a espontaneidade das massas exige de nós, social-democratas, uma elevada consciência. Quanto mais poderoso é o ascenso espontâneo das massas, quanto mais amplo se tornar o movimento, incomparavelmente maior é a rapidez com que aumenta a necessidade de uma elevada consciência, tanto no trabalho teórico da social-democracia quanto no político e no de organização. (LENIN, 2015, p. 105)

De outro lado, ao contrário da vulgaridade que tenta associar a Lenin uma negativa de qualquer papel espontâneo nas lutas de classes, o autor, ainda em texto de 1899, intitulado *Sobre as greves* (1979), soube atribuir um enorme peso à toda e qualquer greve. Nas palavras do autor:

Toda greve infunde vigorosamente nos operários a ideia do socialismo: a ideia da luta de toda a classe operária por sua emancipação do jugo do capital. É muito frequente que, antes de uma grande greve, os operários de uma fábrica, uma indústria ou uma cidade qualquer não conheçam sequer o socialismo, nem pensem nele, mas que depois da greve difundam-se entre eles, cada vez mais, os círculos e as associações e seja maior o número dos operários que se tornam socialistas.

[...]

Por sua vez, o governo compreende muito bem que as greves abrem os olhos dos operários, razão por que tanto as teme e se esforça a todo o custo para sufoca-las o mais rápido possível. Um Ministro do Interior alemão, que ficou famoso por suas ferozes perseguições contra os socialistas e os operários conscientes, declarou em uma ocasião, não sem motivo, perante os representantes do povo: “Por trás de cada greve flora a hidra da revolução”. Durante cada greve cresce e desenvolve-se nos operários a consciência de que o governo é seu inimigo e de que a classe operária deve preparar-se para lutar contra ele pelos direitos do povo.

Assim, as greves ensinam os operários a unirem-se, as greves fazem-nos ver que somente unidos podem aguentar a luta contra os capitalistas, as greves ensinam os operários a pensarem na luta de toda a classe operária contra toda a classe patronal e contra o governo autocrático e policial. Exatamente por isso, *os socialistas chamam as greves de “escola de guerra”*, escola em que os operários aprendem a desfechar a guerra contra seus inimigos, pela emancipação de todo o povo e de todos os trabalhadores do jugo dos funcionários e do jugo do capital. (LENIN, 1979b, p. 41-42, grifo nosso)

Buscando em Engels essa grande valorização da importância das greves como *escola de guerra*, Lenin avança logo na sequência e conclui que “[...] a ‘escola de guerra’ ainda não é a própria guerra” (Ibid., p. 42). Contrariando a supervalorização desmedida das greves e a tendência de alguns operários de tentarem estreitar o movimento apenas ao seu método grevista, afirmou a necessidade dos socialistas e dos operários conscientes construir o partido operário revolucionário. Este seria a forma necessária para que tanto o acúmulo das lutas travadas nas greves não se perdesse em momentos de reação do Estado quanto para atribuir aos operários a

sobre a polêmica entre Rosa e Lenin. Do ponto de vista do autor, com o qual concordamos, o que houve foi um apego desmedido de Rosa a uma concepção de liderança política restrita a “um ressaibo meramente teórico ou propagandístico” (LUKÁCS, 2012, p. 535), que não alcançava “[...] a questão política em termos de organização: que descobrisse aqueles *aspectos da organização* que capacitassem o partido do proletariado à liderança política” (Ibid., p. 528). Tal ressaibo, por sua vez, não era encontrado em Lenin, um teórico que dedicou toda sua trajetória a pensar as questões políticas sempre em termos de organização política.

consciência precisa da sua situação objetiva de vida – função exercida pelo marxismo, a única concepção capaz de formular a pauta operária da maneira mais bem-acabada, ampliando as vitórias e minimizando as derrotas das greves deflagradas e, por fim, estabelecendo nitidamente a conquista do poder político como objetivo necessário para o avanço do proletariado (Ibid.).

Desta forma, se é verdade que a greve de massas, em si mesma, não é a própria revolução, ainda assim é na relação entre greve de massas e processo revolucionário que devemos buscar os determinantes de um período revolucionário. Ao demonstrar que a situação de determinado país se tornou intolerável para um enorme número de operários, que assim assumem o movimento e os riscos das greves como uma *necessidade*, denota-se a que grau atingiu o conflito entre as classes sociais. Sendo mais preciso, a greve de massas é a forma como o processo revolucionário se explicita e se fortalece antes de reunir as condições para, de fato, apresentar-se como revolução. Ou seja, o conteúdo revolucionário, já presente em determinado período histórico, enquanto ainda não reuniu as condições para se corporificar na revolução em si, assume a forma da greve de massas.

Nos termos de Rosa Luxemburgo, por exemplo, seria a greve de massas a *forma adquirida pela luta revolucionária*. Assim, sua formulação não consistiu em atribuir às greves a origem da revolução, mas, no sentido inverso:

[...] é a revolução que cria por si só as condições sociais permitindo uma passagem imediata da luta econômica à luta política, e vice-versa, que se traduz pela greve de massas. O esquema vulgar só compreende a relação entre greve e revolução nos combates sangrentos a que conduzem as greves de massas; mas, um exame mais profundo dos acontecimentos russos obriga-nos a detectar uma relação inversa: na realidade, não é a greve de massas que produz a revolução, mas é a revolução que produz a greve de massas. (LUXEMBURGO, 1974, p. 60-61)

Assim, somente no desenvolvimento desta forma – as greves –, a depender da capacidade da classe operária avançar no seu processo de organização e auto representação – sindicatos independentes e partido revolucionário – é que o conteúdo revolucionário pode ganhar forma revolucionária. Caso tal mudança de qualidade não ocorra em meio ao acúmulo quantitativo das greves, a tendência é que o processo entre em refluxo, abrindo espaço tanto para a restauração da ordem vigente ou, a depender da profundidade das contradições do período, engendrando formas abertamente contrarrevolucionárias de repressão ao movimento operário.

Não por acaso, Lenin, em um luminoso artigo escrito em 1913 e intitulado *A vida ensina* (1979e), seguindo novamente os passos de Engels, afirmaria serem as greves “[...] o melhor

barômetro de toda a luta popular de libertação na Rússia” (LENIN, 1979e, p. 137). Realizando o famoso exercício da “análise concreta da situação concreta”, o autor afirmaria que:

Tanto os anos de ascensão quanto os anos da contra-revolução, demonstraram com meridiana clareza que a classe operária marcha à *frente de todas* as forças libertadoras e que, por isso, a sorte do movimento operário se entrelaça do modo mais estreito com a sorte do movimento social russo em geral.

Tomem a curva do *movimento grevista* dos operários nos últimos oito anos e experimentem fazer outra curva que reflita o crescimento e o declínio de todo o movimento russo de libertação desses mesmos anos. Ambas as linhas coincidirão inteiramente. Entre todo o movimento de libertação no seu conjunto, de um lado, e o movimento operário, de outro, existe a mais estreita e indissolúvel conexão. (LENIN, 1979e, p. 137, grifo do autor)

Por isso mesmo, também as greves unicamente econômicas que se inserem em um ciclo de expansão do movimento grevista, tal qual as dos operários têxteis de São Petersburgo que inauguraram o período de greve de massas na Rússia em 1896, para Rosa Luxemburgo, “[...] já cont[inham] em germe todos os princípios elementares das greves posteriores” (LUXEMBURGO, 1974, p. 24). A grande greve que paralisou mais de 40 mil operários das fiações da cidade, representava “uma perfeita revolução em miniatura” (Ibid., p. 24-25), em que os operários se revoltaram contra as condições intoleráveis de trabalho. O estopim do processo, no entanto, foi o fato de que, por conta da coroação do czar Nicolau II, os donos das empresas, movidos pelo sentimento patriótico, resolveram impor três dias de férias forçadas aos operários, recusando-lhes o pagamento de salários. Diante disso, eclodiu a greve que paralisou a principal cidade operária da Rússia, tendo como pauta o pagamento dos dias de coroação do czar; a redução da jornada de trabalho para 10 horas; e o aumento dos salários (Ibid., p. 24).

Se o modo que o movimento foi desencadeado foi fortuito, diante de condições particulares que certamente não poderiam ter sido previstas com grande antecedência, a espontaneidade do movimento ganhou contornos mais definidos em seu desenvolvimento ulterior, tendo nítida influência da propaganda conduzida pela social-democracia durante os anos que antecederam 1896. No decorrer da greve, portanto, os propagandistas da social-democracia permaneceram na cabeça do movimento, dirigindo-o e orientando seu desdobramento no sentido de uma viva agitação revolucionária (Ibid.). Assim, nas palavras de Rosa,

[...] se as greves pareciam limitar-se exteriormente a uma reivindicação puramente econômica visando salários, a atitude do governo, bem como a agitação socialista, transformaram-se num acontecimento político de primeira ordem. Por fim, a greve foi esmagada, os operários sofreram uma “derrota”. Contudo, a partir de janeiro do ano seguinte (1897), os operários têxteis de S. Petersburgo iniciaram uma greve geral, obtendo desta vez um enorme sucesso: a instauração do dia de trabalho de 11 h. e meia, em toda a Rússia. Resultado mais importante ainda: após a primeira greve geral de 1896 que foi feita sem qualquer organização operária e sem caixa de greve, iniciou-

se pouco a pouco na Rússia propriamente dita uma intensa luta sindical que em breve se estendeu de S. Petersburgo ao resto do país, abrindo novas perspectivas à propaganda e à organização da social-democracia. Assim, um trabalho invisível e subterrâneo preparava, sob o aparente silêncio sepulcral dos anos que se seguiram, a revolução proletária. (Ibid., p. 25)

Desta forma, ano após ano e se espalhando por todas as regiões urbano-industriais do país, o desenvolvimento do ciclo de greve de massas, iniciado em 1896, vai multiplicando no calor da luta operária todos os germes que já estavam presentes no momento inicial do ciclo. Em meio ao turbilhão das lutas de classes, o caráter econômico espontâneo, imediato e parcial das greves vai ganhando formas mais bem-acabadas em torno de uma pauta nacionalmente unificada – aquilo que Engels, por exemplo, valorizava no cartismo inglês: o *programa de faca e garfo*. A influência dirigente da social-democracia, por sua vez, vai amadurecendo, ampliando em organicidade com o movimento operário e derrotando, batalha após batalha, os limites estreitos do *oportunismo*. Por fim, o caráter político das greves vai se impondo no confronto sistemático entre a direção social-democrata e a repressão czarista, que não deixa também de adotar práticas de cooptação – a *execução testamentária*.

No desenrolar do período de greves de massas, por sua vez, contribuiu de maneira decisiva para um salto de qualidade no seu desenvolvimento a emergência da grande crise industrial e comercial russa de 1902, que precedeu a guerra russo-japonesa. Com ela, aumentou a agressividade do czarismo em reprimir as movimentações do proletariado e, somado ao enorme surto de desemprego, ampliou-se o descontentamento da massa operária. Neste cenário e perante o fortalecimento histórico anterior da social-democracia, também cresceu a presença dos inflamados discursos sobre o socialismo e a liberdade política contra a autocracia, além da distribuição da literatura revolucionária, acolhidos com entusiasmo extraordinário pelos operários (LUXEMBURGO, 1974).

Sem objetivar abranger toda a complexidade do assunto, aqui cabem algumas considerações sobre a relação entre a crise capitalista e a greve de massas. Em primeiro lugar, ao contrário da ideia comum de que as crises são fenômenos externos à acumulação de capital, Marx (2008b) desvendou sua plena organicidade ao movimento da forma capitalista de produção e reprodução. Como visto anteriormente, a natureza do processo de acumulação de capital é o aumento progressivo do capital constante em relação ao capital variável, o que expressa o aumento da produtividade social do trabalho, denotando uma economia cada vez mais regida por critérios sociais de produção. Tendo em vista, por sua vez, que a taxa de lucro

é mensurada pela relação entre a mais-valia e a integralidade do capital adiantado pelos capitalistas, Marx asseverou que:

[...] esse aumento progressivo do capital constante em relação ao capital variável deve, necessariamente, ter por consequência *queda gradual na taxa geral de lucro*, desde que não varie a taxa de mais-valia ou o grau de exploração do trabalho pelo capital. [...] Esse gradual decréscimo relativo que o capital variável experimenta, confrontado com o constante e, portanto, com todo o capital, identifica-se com a ascensão progressiva da composição orgânica do capital social médio. É apenas outra maneira de expressar-se o desenvolvimento progressivo da produtividade social do trabalho. (MARX, 2008b, p. 282, grifo do autor)

Portanto, ao contrário do sonho em torno de uma estabilidade permanente da aliança entre a aristocracia operária e a oligarquia financeira, baseada nos superlucros do imperialismo, quanto mais avança a composição orgânica do capital mais tende a cair a taxa geral de lucro, engendrando as condições para a emergência das *crises capitalistas*. Novamente nos apropriando da contribuição de Marx, é preciso demarcar o fato de que:

[...] se o motor da produção capitalista (cuja finalidade única é a valorização do capital) é a taxa de valorização do capital todo, a taxa de lucro, a diminuição dela retarda a formação de novos capitais independentes e se patenteia ameaçadora ao desenvolvimento do processo capitalista de produção, pois contribui para superpopulação, especulação, crises, capital supérfluo ao lado de população supérflua. [...] o modo de produção capitalista encontra no desenvolvimento das forças produtivas uma barreira que nada tem com a produção da riqueza em si. E essa barreira peculiar evidencia que o modo capitalista de produção, com suas limitações, possui caráter simplesmente histórico, transitório, que não é modo absoluto de produção de riqueza, entrando em conflito com o desenvolvimento ulterior dela, ao atingir certo estágio de evolução. (MARX, 2008b, p. 320)

Assim sendo, a queda tendencial da taxa de lucro engendra esses momentos de agudas crises que, por sua vez, são apenas a expressão da contradição entre a expansão das forças produtivas e a estreiteza da sua subsunção à propriedade privada. Isso revela o aspecto histórico e transitório do modo de produção capitalista, apresentando no interior do próprio movimento contraditório do capital a *necessidade* do comunismo como forma de organização efetivamente racional da produção e distribuição do produto social. Ou seja, o comunismo não é fruto de nenhuma utopia, mas sim a *necessária* adequação do atual estágio do desenvolvimento das forças produtivas – amplamente socializado – a uma nova forma de apropriação, que, por sua vez, necessita destruir a atual forma regida pela propriedade privada⁹¹ – o que Lenin apresentou como uma das características do *imperialismo* como *fase superior* do capitalismo.

⁹¹ Portanto, a grande contribuição de Marx ao escrever *O Capital* foi a da compreensão do comunismo enquanto necessidade histórica, que emerge da própria produção capitalista, portanto, das suas leis de movimento. Nos termos do autor: “O meio – desenvolvimento ilimitado das forças produtivas sociais –, em caráter permanente, conflita com o objetivo limitado, a valorização do capital existente. Por conseguinte, se o modo capitalista de produção é um meio histórico para desenvolver a força produtiva social e criar o mercado mundial apropriado, é

O que antecede a crise, portanto, é o próprio momento de auge na dinâmica da acumulação de capital, quando a tendência de queda da taxa de lucro, provocada pelo desenvolvimento capitalista, chega ao seu limite ao não ter mais capacidade de valorizar determinada magnitude de capital existente. Ou seja, de um lado, o montante do capital total acumulado aumenta em função do reinvestimento da mais-valia – tanto em capital constante quanto em capital variável, ainda que este último em proporção inferior⁹². De outro, a taxa de lucro cai a um nível que torna sem sentido ao capital social o reinvestimento produtivo da mais-valia – ou seja, deixa de haver valorização do valor –, iniciando um cenário de paralisia parcial ou total do processo de acumulação de capital. Com isso, a crise é gestada na própria expansão da acumulação capitalista, que tem como contrapartida a ampliação da demanda tanto por meios de produção quanto por força de trabalho.

De outra parte, tendo a taxa de lucro tendência de diminuição, empurram-se os capitais menores, incapazes de continuar concorrendo nas novas condições, para a sua incorporação aos capitais maiores, configurando um reforço ao processo de centralização do capital e de amplificação dos monopólios⁹³. Com isso, reforça-se mais uma vez a elevação da composição orgânica do capital, com ampliação do montante do capital acumulado – portanto, da demanda por força de trabalho e meios de produção – e com ainda mais pressão pela redução tendencial da taxa de lucro.

Assim, o período que antecede a crise, de superacumulação de capital, é caracterizado não pela superprodução de mercadorias isoladas, mas sim pela superprodução de capital, abarcando todas as suas expressões – capital-dinheiro, capital-mercadoria e capital-produtivo

ele ao mesmo tempo a contradição permanente entre essa tarefa histórica e as relações sociais de produção que lhe correspondem” (MARX, 2008b, p. 329).

Assim, Marx superou teoricamente as concepções românticas anteriores, que tratavam o comunismo como uma utopia futura. Diante disso, nos tempos atuais, após a contribuição teórica realizada por Marx, ainda tratar o comunismo como uma utopia, constitui-se apenas na expressão de uma grande regressão teórica promovida pelas derrotas históricas do movimento operário.

⁹² “Mas, se o progresso da acumulação reduz a magnitude relativa da parte variável do capital, não exclui, com isso, o aumento de sua magnitude absoluta” (MARX, 2006, p. 727).

⁹³ “Com a queda da taxa de lucro, aumenta o mínimo de capital que tem de estar nas mãos de cada capitalista para o emprego produtivo de trabalho; o mínimo exigido para se explorar o trabalho em geral e ainda para que o tempo de trabalho aplicado seja o necessário para a produção das mercadorias, não ultrapassando a média do tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las. Ao mesmo tempo, aumenta a concentração, pois, além de certos limites, capital grande com pequena taxa de lucro acumula-se mais rapidamente que capital pequeno com taxa elevada. A certo nível, essa concentração crescente de capital, por sua vez, acarreta nova queda da taxa de lucro. A massa dos pequenos capitais dispersos é assim empurrada para as peripécias da especulação, das manobras fraudulentas com crédito e ações, das crises. A chamada plethora de capital é sempre e essencialmente a de capitais cujo montante não compensa a queda da taxa de lucro – e assim vão constantemente se formando os novos viveiros do capital – ou a plethora que, sob a forma de crédito, põe esses capitais, incapazes de ação autônoma, à disposição dos condutores dos grandes negócios” (MARX, 2008b, p. 329-330).

(força de trabalho e meios de produção). Nos termos de Marx, “[...] superprodução de capital, não de mercadorias isoladas – embora a superprodução de capital implique sempre superprodução de mercadorias –, nada mais significa que superacumulação de capital” (MARX, 2008b, p. 330). Tendo em vista esse quadro, Marx pergunta a si mesmo e, na sequência, elabora a resposta:

Quando seria absoluta a superprodução de capital? Trata-se aqui de superprodução que não concerne a este ou àquele ou a alguns ramos importantes da produção, mas que seria absoluta em sua amplitude, abrangendo todos os domínios da produção. Haveria superprodução absoluta de capital quando o capital adicional, para o objetivo da produção capitalista, fosse equivalente a zero. O objetivo da produção capitalista é a valorização do capital, isto é, apropriar-se de trabalho excedente, produzir mais-valia, lucro. Se o capital, em relação à população trabalhadora, tivesse crescido em proporção tal que não se pudesse ampliar o tempo absoluto de trabalho que essa população fornece, nem distender o tempo relativo de trabalho excedente (e isto não seria possível com procura intensa de trabalho, havendo tendência para elevação dos salários); se o capital, depois de acrescido, continuasse a produzir a mesma massa de mais-valia ou até menor, haveria então superprodução absoluta de capital, isto é, o capital acrescido $C + \Delta C$ não produziria mais lucro ou mesmo menos lucro que o capital C antes de ser aumentado em ΔC . Nos dois casos haveria queda forte e brusca na taxa geral de lucro, por mudar a composição do capital; essa mudança decorreria não do desenvolvimento da força produtiva, e sim da elevação do valor monetário do capital variável (em virtude da alta dos salários) e do correspondente decréscimo na proporção do trabalho excedente com o trabalho necessário. (MARX, 2008b, p. 330)

Logo, na concepção de Marx sobre a deflagração da crise capitalista, encontra-se no centro o tema do valor monetário do capital variável, ou seja, os salários. Com salários em alta, todo o mecanismo da crise, gestado pela lei tendencial de queda da taxa de lucro, é deflagrado. Justamente aqui é evidente a vinculação do período de greve de massas com a deflagração da crise. O período de superacumulação que antecede a crise é caracterizado por uma grande farra dos negócios, estimulando todo tipo de especulações e impulsionando elevações dos preços, inclusive daqueles que incidem sobre o custo de vida do proletariado. Tendo o custo de vida pressionado e, ao mesmo tempo, vendo a demanda pela força de trabalho ser ampliada no mercado – inclusive com queda dos níveis de desemprego –, a *linguagem da vida real* empurra a classe para a antinomia das greves por melhores condições de trabalho e remuneração, sendo esta a forma concreta de expressão da lei abstrata de elevação do valor monetário do capital variável.

Independentemente da maturidade do elemento político, portanto, a antinomia típica da sociedade capitalista, em meio a gestação da sua crise, acaba por impulsionar o desenvolvimento do movimento operário, que parte para a ofensiva contra o capital – ainda que esta ofensiva possa se limitar aos contornos da sociedade capitalista: a valorização da força de trabalho enquanto mercadoria, propriedade privada do trabalhador. O reformismo oportunista,

nesse quadro e diante da fraqueza das tendências revolucionárias, tende ao fortalecimento. Faz crer à classe trabalhadora, quando esta não está profundamente influenciada pelo socialismo revolucionário organizado em partido político, que as melhorias salariais são eternas. Tal processo, desta forma, tende a levar parcela da classe, especialmente aquela com maior capacidade de reivindicação – ou seja, sua vanguarda operária – à aristocratização.

Quando estoura a crise, no entanto, o capital tem em si mesmo, no seu movimento, a saída para ela. Ao contrário da ideia vulgar de que a crise cria uma situação sem saída para o capital, a crise é a própria expressão do capital forjando saídas para a tendência de redução da taxa de lucro. Justamente pelo mecanismo da paralisia da acumulação e da intensificação que isso gera na concorrência entre os capitais individuais⁹⁴, uma enorme depreciação dos preços de todos os elementos do capital aparece. O primeiro deles: a depreciação brusca do preço dos valores-capitais que se configuram na mera propriedade do capital, as chamadas crises financeiras – primeira aparência da crise de superacumulação de capital. Mas não só este preço, também desvalorizam-se o ouro e a prata, que ficam em parte ociosos nas reservas federais dos países imperialistas; parte das mercadorias que, disponíveis no mercado, tornam-se invendáveis; os elementos do capital fixo que veem diminuir a busca por sua renovação; os valores firmados em contratos perdem a capacidade de serem garantidos; e o preço da moeda, que, diante da paralisia geral, perde em certa medida sua capacidade de cumprir a função de meio de pagamento⁹⁵.

⁹⁴ “De qualquer modo, parte do antigo capital teria de ficar ociosa no tocante à propriedade do capital, de funcionar e de valorizar-se como capital. Cabe à luta da concorrência definir qual seria essa parte” (MARX, 2008b, p. 332).

⁹⁵ De acordo com Marx, “[...] restabelecer-se-ia o equilíbrio, pondo-se na ociosidade e mesmo destruindo-se capital, em maior ou menor amplitude. Isto atingiria parte da substância material do capital: parte dos meios de produção, capital fixo e capital circulante, não funcionaria, não operaria como capital; paralisar-se-iam certos empreendimentos industriais iniciados. [...]

A destruição principal, e de caráter mais agudo, atingiria os *valores-capital*, o capital na medida em que configura a propriedade valor. A parte do valor-capital na forma apenas de direitos a participações futuras na mais-valia, no lucro, na realidade meros títulos de crédito sobre a produção em diversas modalidades, logo se deprecia com a queda das receitas que servem de base para determiná-la. Parte do ouro e da prata em espécie fica ociosa, não funcionando como capital. Parte das mercadorias que estão no mercado só pode efetuar o processo de circulação e de reprodução com enorme contração de preços; portanto por meio de depreciação do capital que ela representa. Do mesmo modo, depreciam-se mais ou menos os elementos do capital fixo. Acresce que relações de preços determinadas, de antemão estabelecidas, condicionam o processo de reprodução, e por isso a queda geral de preços estagna-o e desorganiza-o. Essa perturbação e essa estagnação paralisam a função de meio de pagamento, exercida pelo dinheiro, ligada ao desenvolvimento do capital e baseada sobre aquelas relações de preços pressupostas; interrompem em inúmeros pontos a cadeia das obrigações de pagamento em prazos determinados, e se agravam conseqüente desmoronamento do sistema de crédito que se desenvolve junto com o capital. Assim, redundam em crises violentas, agudas, em depreciações bruscas, brutais, em estagnação e perturbação físicas do processo de reprodução e, por conseguinte, em decréscimo real da reprodução” (Ibid., p. 333).

Por óbvio que, neste quadro de crise, outro preço que sofre forte depreciação são os salários. Com a estagnação da produção, reduz-se significativamente a demanda por força de trabalho, o que joga grande contingente do proletariado para a situação de desemprego, engrossando a superpopulação excedente e pressionando a parcela empregada a aceitar salários abaixo da média. Isso, por sua vez, implica “[...] para o capital o mesmo efeito que um aumento da mais-valia relativa ou absoluta, sem alteração do salário médio” (MARX, 2008b, p 334). De outro lado, o encarecimento da força de trabalho no momento anterior à deflagração da crise conjuntamente com a maior centralização do capital e com a queda dos preços do capital fixo, beneficiam a substituição de trabalhadores por máquinas. Reforça-se a produtividade do trabalho e, em certa medida, também se amplia a mais-valia relativa.

Este movimento derradeiro e decisivo de rebaixamento do valor monetário da força de trabalho, por sua vez, configura o ponto final do ciclo percorrido pelo capital. A unidade entre depreciação dos preços dos elementos do capital e ampliação da taxa e da massa de mais-valia – portanto, da taxa e massa de lucro – recupera a capacidade de valorização do valor, dotando novamente de sentido a produção capitalista e retomando o processo de acumulação de capital. Recuperam-se as perdas da crise e, via de regra, expande-se para novas bases superiores as contradições capitalistas que engendrarão novos períodos de superacumulação e crise⁹⁶.

Neste sentido é que Lenin, logo após o final da 1ª Guerra Mundial e diante da grande crise capitalista e da aguda concorrência inter-imperialista que ela gerava, escreveu um *Relatório sobre a situação internacional e as tarefas fundamentais da Internacional Comunista* (2017c) para ser apresentado ao II Congresso da organização. Se era certo que a crise, em seu processo de depreciação dos preços, desorganizava a totalidade da economia capitalista global, tornando a situação das massas insuportável e preparando o terreno para a revolução mundial, também era verdade que não existem situações sem saída para a dominação burguesa. No seu documento, de forma extremamente arguta, Lenin afirmaria que:

Camaradas! Chegamos agora à questão da crise revolucionária como base da nossa ação revolucionária. E aqui é preciso, antes de mais nada, assinalar dois erros muito difundidos. Por um lado, os economistas burgueses pintam a crise como um simples “desassossego”, segundo elegantes expressões dos ingleses. Por outro lado, os revolucionários procuram por vezes demonstrar que a crise não tem absolutamente qualquer saída. Isto é um erro. Não existem situações absolutamente sem saída. A burguesia comporta-se como uma fera insolente que perdeu a cabeça, faz disparate atrás de disparate, agudizando a situação e acelerando a sua perda. Tudo isto é assim. Mas não se pode “demonstrar” que não há absolutamente alguma possibilidade de que adormeça uma certa minoria de explorados

⁹⁶ “Assim, ter-se-ia percorrido todo o ciclo. Parte do capital, que se depreciara por paralisar-se a função, recuperaria seu valor antigo. Demais, com as condições de produção e mercado ampliados, com produtividade acrescida, voltaria a repetir-se o mesmo círculo vicioso” (MARX, 2008b, p. 334).

com determinadas concessões, de que esmague um movimento ou insurreição de uma determinada parte de oprimidos e explorados. Tentar “demonstrar” antecipadamente a ausência “absoluta” de saída seria pedantismo vão ou jogo de conceitos e palavras. Nessa questão e em outras parecidas, só a prática pode ser a verdadeira “demonstração”. O regime burguês atravessa em todo o mundo uma grandíssima crise revolucionária. Agora é preciso “demonstrar” com prática dos partidos revolucionários que eles têm suficiente consciência, organização, ligação com as massas exploradas, decisão e habilidade para aproveitar essa crise para uma revolução com êxito, para uma revolução vitoriosa. (LENIN, 2017c, p. 473-474)

Diante disso, ao invés da mera crença nas situações sem saída, o trabalho dos revolucionários seria o de intensificar o combate contra o oportunismo no interior do movimento operário, este que agora perdia credibilidade perante a massa operária, justamente por esta última estar em meio ao processo de depreciação do preço da sua força de trabalho. Entretanto, a crise, por si mesma, não garante que essa desmoralização da aristocracia operária se transforme em sua derradeira superação, especialmente nos países imperialistas, onde os superlucros no mercado mundial, em meio a uma dinâmica de ainda maior centralização do capital no interior de sua crise, transbordam em volumes gigantescos⁹⁷. Ou seja, em meio ao momento de grande desestabilização da dominação burguesa, que intensifica a antinomia entre capital e trabalho e leva à frente de forma mais intensa o período de greve de massas, torna-se ainda mais necessário “[...] levar a cabo uma preparação verdadeiramente revolucionária do partido e da classe para a ditadura do proletariado” (Ibid., p. 475).

Nesta transição da dinâmica do ciclo de greves de massas, de sua fase orgânica ao período de superacumulação de capital para sua fase subsequente de crise, novamente o elemento econômico, espontâneo, e o elemento político e teórico se entrelaçam, promovendo um salto de qualidade no ciclo grevista. As greves deixam de ser ofensivas, beneficiadas que estavam pelo *frisson* econômico que antecede a crise, e passam a ser defensivas, ganhando um caráter ainda mais forte de *necessidade* e mirando minimizar os efeitos da crise na depreciação do preço do salário. Com isso, o caráter político passa a ser preponderante, já que, caso as greves sejam conduzidas pelas ilusões econômicas reformistas, o movimento operário tende à

⁹⁷ Nesta esteira, o autor afirma que “[...] os países avançados criaram e continuam criando a sua cultura com a possibilidade de viver às custas de bilhões de pessoas oprimidas; porque os capitalistas desses países recebem muito mais do que poderiam receber como lucros da pilhagem dos operários do seu país.

[...]

É compreensível que dessa bela soma se podem atirar 500 milhões, pelo menos, como esmola aos dirigentes operários, à aristocracia operária, como subornos de toda espécie. E tudo se reduz precisamente a suborno. Isso se faz de mil formas diferentes: elevando a cultura nos maiores centros, criando estabelecimentos de ensino, criando milhares de lugarzinhos para os chefes das cooperativas, para os chefes das *trade-unions* e chefes parlamentares. Mais isso se faz onde quer que existam as relações capitalistas civilizadas contemporâneas. E esses bilhões de superlucros são a base econômica em que se apoia o oportunismo no movimento operário” (LENIN, 2017c, p. 478).

desmoralização diante de um cenário de prováveis derrotas econômicas⁹⁸, fato que, por sua vez, abala significativamente o “elemento moral”, o mais importante em qualquer guerra. Nos termos de Rosa Luxemburgo:

O resultado mais precioso, porque permanente neste brusco fluxo e refluxo da revolução é de ordem espiritual: o crescimento intermitente do proletariado no plano intelectual e cultural é uma garantia absoluta do seu irresistível progresso futuro, tanto na luta econômica, quanto na luta política. (LUXEMBURGO, 1974, p. 42)

Abalada a moral das massas e não constituída uma sólida direção revolucionária, as bruscas mudanças de opinião que caracterizam as massas trabalhadoras em momentos de *linguagem da vida real* tão aguda tendem a reforçar o conservadorismo político das massas e dar força à reação. Isso porque, tal como colocado muito acertadamente por Trotsky já no prefácio do seu clássico *A História da Revolução Russa* (1967a), as massas se movem em meio ao período revolucionário não por qualquer progressismo inato em sua consciência, mas justamente pelo oposto: um enorme sentido de conservantismo, de defesa das suas condições salariais e de vida que se deterioram e se tornam cada vez mais insuportáveis. Isso leva a um período de bruscas mudanças de opinião e do humor das massas, que não conseguem mais adequar o estágio anterior da consciência ao novo patamar das condições objetivas.

Apenas o centro dirigente do processo conta com um programa político, que só existe como tal, por sua vez, se confirmado pelos acontecimentos e referendado pelas massas proletárias. Assim, a luta entre as forças dirigentes, com programas conflitantes, condensa o período de ascensão da luta revolucionária. Neste período, enquanto a crise não se resolve, há um impulso sempre crescente das massas à esquerda, desde que ele não se choque contra obstáculos materiais intransponíveis, se quebre e abra espaço para a consolidação das forças da reação. Nos termos de Trotsky:

O processo político essencial de uma revolução está precisamente no fato de que a classe toma consciência dos problemas apresentados pela crise social e de que, ainda, as massas se orientam, ativamente, segundo o método das aproximações sucessivas. As diversas etapas do processo revolucionário, consolidadas pela substituição de alguns partidos por outros mais extremistas, traduzem o impulso sempre crescente das massas para a esquerda, até que este impulso se quebra de encontro aos obstáculos materiais. Começa então a reação: desencantos em certos meios da classe revolucionária, multiplicação do número dos indiferentes e, em seguida, consolidação das forças contra-revolucionárias. (TROTSKY, 1967a, p. 16)

⁹⁸ “As associações gremiais e as greves não podem ajudar quando esta ‘mercadoria’ não é procurada em virtude da crise, não podem modificar as condições que convertem a força de trabalho numa mercadoria e condenam as massas trabalhadoras às mais duras privações e ao desemprego” (LENIN, 1979c, p. 45)

Neste sentido, todo o acúmulo de um período de greves de massas é condicionado pela transformação ou não das greves econômicas em greves eminentemente políticas. Políticas não em um sentido de oposição ao econômico, como vimos anteriormente, mas sim nos termos de que passam a ser solidamente influenciadas por um partido político dirigente, que dá forma política mais bem-acabada à unidade entre economia e política, ou, em outros termos, entre reforma e revolução. Este partido deve reunir anteriormente as condições para assumir a dianteira do processo grevista justamente no momento em que o oportunismo reformista se enfraquece: a emergência da crise capitalista. Ao invés da tentativa vã de conciliar o inconciliável, o partido operário revolucionário conduz as contradições da sociedade capitalista até seu limite.

Nesse quadro foi deflagrada a revolução de 1905, o *ensaio geral* da revolução vitoriosa de 1917. O período de greve de massas iniciado em 1896, a forma de manifestação do conteúdo revolucionário, atingiu tal grau de maturação que o movimento operário efetivou um salto de qualidade em seu interior, ganhando uma forma eminentemente revolucionária a partir de 22 de janeiro de 1905. Uma imensa sublevação tomou conta da Rússia, convocada inicialmente em formato de greve geral pelas organizações social-democratas. Se durante os dez anos anteriores a média anual de trabalhadores envolvidos nas greves eram de 43 mil pessoas, apenas em janeiro de 1905 o número de grevistas atingiu 440 mil. Tais dados, apresentados por Lenin em um informe *Sobre a Revolução de 1905* (1979h), levaram o autor a asseverar que:

A revolução russa é, na história mundial, a *primeira* grande revolução – e sem dúvidas não será a última – e que a greve política de massas desempenhou um papel extraordinário. Pode-se inclusive afirmar que não é possível compreender os acontecimentos da revolução russa e a sucessão de suas formas políticas, se não se estuda a *essência* desses acontecimentos e dessa sucessão de formas através da *estatística das greves*. (LENIN, 1979h, p. 160, grifo do autor)

Na enorme superioridade das greves na Rússia em comparação com o restante da Europa, portanto, é que Lenin apreendeu a situação revolucionária do país. Esta situação, em suas palavras quando d' *A comemoração do Primeiro de Maio pelo proletariado revolucionário* em 1913, “[...] somente demonstra a existência de condições *especiais* na Rússia atual, a existência de uma situação revolucionária, a gestação de uma crise revolucionária iminente” (LENIN, 1979f, p. 143). Situação revolucionária que se expressava pelas greves, mas que tinha seus condicionantes: o grau insuportável da opressão sobre a esmagadora maioria da população, não só os operários, mas também os camponeses que compunham o maior contingente russo; uma crise política de largas proporções que dificultava enormemente a dominação por parte das

classes dominantes⁹⁹; crise política essa que, por sua vez, afetava as bases da estrutura estatal de exercício do poder – promovendo, inclusive, fissuras no aparelho repressivo, que viriam se consolidar nos sovietes de soldados; e, por fim, a existência de uma vanguarda operária organizada e revolucionária, portanto, solidamente centralizada por um partido político (LENIN, 1979f, p. 143-145).

Diante disso, mesmo que a revolução de 1905 – o *ensaio geral* –, por insuficiência política e organizativa do proletariado russo tivesse sido derrotada no decorrer do ano, banhada em sangue pela repressão czarista e acabando por se fragmentar em uma miríade de lutas econômicas, deixaria como legado uma base fundamental para o desenvolvimento futuro que conduziria à vitória de 1917. Primeiramente, um conjunto de vitórias econômicas, que elevaram o nível material da *classe em si* e forjaram um forte vínculo do proletariado com seus sindicatos – tanto os já existentes quanto os recentemente criados. De outro lado, uma enorme conquista “espiritual” dos trabalhadores, que encontrou guarida no fortalecimento e amadurecimento do partido revolucionário, para além da constituição de comitês operários que passaram a funcionar, embrionariamente, como órgãos de poder paralelo ao Estado – os sovietes (LUXEMBURGO, 1974).

Em 1906, no entanto, diante da convocação da Duma Federal no ano anterior – o parlamento russo, a farsa constitucionalista necessária para prorrogar a dominação do czarismo – e mediante a exaustão política e perda de força conjuntural das greves, “[...] a ação cede lugar à palavra e o proletariado reentra na sombra por algum tempo, consagrando-se à luta sindical e ao trabalho de organização ainda com mais ardor” (Ibid., p. 51). Entretanto, os parlamentares liberais não fazem mais do que falar, e falar, e falar. Todos os condicionantes do período revolucionário e conquistas do proletariado permanecem, aguardando uma nova vaga de expansão da greve de massas para se manifestarem.

Nesta conjuntura momentaneamente desfavorável, o proletariado soube preservar suas posições estratégicas. Mesmo em meio à exaustão de suas forças que se arrastou em greves fragmentadas entre 1906 e 1908, assim como em meio a fase mais dura da contrarrevolução (1908-1911), preservou suas conquistas históricas. Assim, quando beneficiado pelo novo aquecimento da vida industrial a partir de 1910, novamente a antinomia entre capital e trabalho

⁹⁹ “A opressão apenas, por grande que seja, nem sempre origina uma situação revolucionária em um país. Para que a revolução deflagre não basta somente que *os de baixo não queiram* continuar vivendo como antes. É necessário, além disso, que *os de cima não possam* continuar administrando e governando como até então” (LENIN, 1979f, p. 144, grifo do autor).

colocou os operários em marcha (TROTSKY, 1967a). Uma nova ofensiva revolucionária se abre, com as greves funcionando como um “[...] aríete, que a nação, ao despertar, dirigia contra a fortaleza do absolutismo” (Ibid., p. 48).

A situação seria levada novamente até o limite, mas agora mediante um maior grau de organização política do proletariado. O resultado se expressou na vitoriosa revolução de 1917, da qual aqui não trataremos. O fundamental é que, mesmo diante do imperialismo e da aristocracia operária, as contradições objetivas, próprias da sociedade capitalista, produziram a situação revolucionária russa que se manifestou nas distintas fases do período de greves de massas. Quando essas, por sua vez, aos trancos, com momentos de avanço e também de retrocesso, encontraram o elemento subjetivo capacitado para o combate contra as ilusões burguesas: sua vanguarda política organizada em partido revolucionário, trataram de colocar abaixo a dominação do capital, abrindo uma nova fase para as lutas de classes travadas internacionalmente.

Assim, já em meio a esta fase é que o Brasil adentrou no turbilhão dos acontecimentos da modernidade capitalista. País de origem colonial de inserção dependente na divisão internacional do trabalho já sob domínio da fase imperialista, também passará a registrar todos os elementos de que tratamos nesta seção. E é sobre a particularidade brasileira, que em nada escapa às leis gerais da acumulação de capital e das lutas de classes, que nos dedicaremos nas seções finais que agora se abrem.

4 BANANAS E CADÁVERES

Fernanda regressou a Macondo num trem protegido por guardas armados. Durante a viagem percebeu a tensão dos passageiros, o aparato militar nos povoados da linha e o ar rarefeito pela certeza de que alguma coisa de grave ia acontecer, mas careceu de informação enquanto não chegou a Macondo e lhe contaram que José Arcadio Segundo estava incitando à greve os trabalhadores da companhia bananeira. “Era só o que faltava”, resmungou Fernanda. “Um anarquista na família”. A greve estourou duas semanas depois e não teve as conseqüências dramáticas que se temiam. Os operários aspiravam a que não os obrigassem a cortar e embarcar banana aos domingos, e o pedido pareceu tão justo que até o Padre Antonio Isabel intercedeu em seu favor, porque o achou de acordo com a Lei de Deus. O triunfo da ação, assim como de outras que se promoveram nos meses seguintes, tirou do anonimato o descolorido José Arcadio Segundo, de quem se costumava dizer que só tinha servido para encher o povoado de putas francesas. Com a mesma decisão impulsiva com que vendeu seus galos de briga para fundar uma empresa de navegação desatinada, renunciou ao cargo de capataz de grupo da companhia bananeira e tomou o partido dos trabalhadores. Muito em breve foi apontado como agente de uma conspiração internacional contra a ordem pública. Uma noite, no meio de uma semana obscurificada por boatos sombrios, escapou por milagre de quatro tiros de revólver que lhe foram endereçados por um desconhecido, quando saía de uma reunião secreta. Foi tão tensa a atmosfera dos meses seguintes que até Úrsula a percebeu no seu refúgio de trevas e teve a impressão de estar vivendo de novo os tempos incertos em que seu filho Aureliano carregava no bolso as pílulas homeopáticas da subversão. Tentou falar com José Arcadio Segundo para fazê-lo conhecer esse precedente, mas Aureliano Segundo informou-a de que desde a noite do atentado ignorava-se o seu paradeiro.

— Igual a Aureliano — exclamou Úrsula. — É como se o mundo estivesse dando voltas.

[...]

O novo Aureliano tinha completado um ano quando a tensão pública estourou sem nenhum aviso. José Arcadio Segundo e outros dirigentes sindicais que tinham permanecido até então na clandestinidade apareceram intempestivamente num fim de semana e promoveram manifestações nos povoados da zona bananeira. A polícia se conformou com manter a ordem, apenas. Mas na noite de segunda-feira, os dirigentes foram tirados das suas casas e mandados com grilhões de cinco quilos nos pés para a prisão da capital da província. Entre eles levaram José Arcadio Segundo e Lorenzo Gavilán, um coronel da revolução mexicana, exilado em Macondo, que dizia ter sido testemunha do heroísmo do seu compadre Artemio Cruz. Entretanto, em menos de três meses já estavam em liberdade, porque o Governo e a companhia bananeira não conseguiram entrar em acordo sobre quem deveria alimentá-los na prisão. A revolta dos trabalhadores se baseava desta vez na insalubridade das vivendas, na farsa dos serviços médicos e na iniquidade das condições de trabalho. Afirmavam, além disso, que não eram pagos com dinheiro de verdade, e sim com vales que só serviam para comprar presunto de Virgínia nos armazéns da companhia. José Arcadio Segundo foi preso porque revelou que o sistema dos vales era um recurso da companhia para financiar os seus navios fruteiros que, se não fosse pelo comércio dos armazéns, teriam que voltar vazios de Nova Orleans até os portos de embarque da banana. As outras acusações eram do domínio público. Os médicos da companhia não examinavam os doentes; apenas os punham em fila indiana diante dos ambulatórios, e uma enfermeira lhes colocava na língua uma pílula da cor da pedra-lipes — tivessem impaludismo, blenorragia ou prisão de ventre. [...] Os operários da companhia estavam amontoados em barracos miseráveis. Os engenheiros, em vez de construir latrinas, traziam para os acampamentos, no Natal, um reservado portátil para cada cinquenta pessoas e faziam demonstrações públicas de como utilizá-los para que durassem mais. [...] Quando os trabalhadores redigiram uma lista de pedidos unânime, muito tempo se passou sem que pudessem notificar oficialmente a companhia bananeira. [...] Cansados daquele delírio hermenêutico, os trabalhadores repudiaram

as autoridades de Macondo e subiram com as suas queixas aos tribunais supremos. Foi lá que os ilusionistas do direito demonstraram que as reclamações careciam de toda validade, simplesmente porque a companhia bananeira não tinha, nem tinha tido nunca nem teria jamais, trabalhadores a seu serviço, mas sim que os recrutava ocasionalmente e em caráter temporário. De modo que se dissolveu a patranha do presunto de Virgínia, das pílulas milagrosas e dos reservados natalinos, e se estabeleceu por sentença do tribunal, e se proclamou em decretos solenes, a inexistência dos trabalhadores.

A grande greve estourou. Os cultivos ficaram pelo meio, a fruta apodreceu no pé e os trens de cento e vinte vagões ficaram parados nos desvios. Os operários ociosos atulhavam as aldeias. A Rua dos Turcos reverberou num sábado de muitos dias e no salão de bilhar do Hotel de Jacob foi preciso organizar turnos de vinte e quatro horas. Lá estava José Arcadio Segundo, no dia em que se anunciou que o exército tinha sido encarregado de restabelecer a ordem pública. [...]

A lei marcial facultava ao exército assumir funções de árbitro da controvérsia, mas não se fez nenhuma tentativa de conciliação. Imediatamente após se exibirem em Macondo, os soldados puseram de lado os fuzis, cortaram e embarcaram as bananas e movimentaram os trens. Os trabalhadores, que até então se haviam conformado com esperar, atiraram-se ao mato sem mais armas que os seus facões de trabalho, e começaram a sabotar a sabotagem. Incendiaram fazendas e armazéns, destruíram os trilhos para impedir o trânsito dos trens, que começavam a abrir caminho a fogo de metralhadora, e cortaram os fios do telégrafo e do telefone. Os canais de irrigação tingiram-se de sangue. O Sr. Brown, que estava vivo no galinheiro eletrificado, foi tirado de Macondo com a sua família e as de Outros compatriotas seus, e conduzido para território seguro sob a proteção do exército. A situação ameaçava evoluir para uma guerra civil desigual e sangrenta quando as autoridades fizeram um apelo aos trabalhadores para que se concentrassem em Macondo. O apelo anunciava que o chefe civil e militar da província chegaria na sexta-feira seguinte, disposto a interceder no conflito.

José Arcadio Segundo estava entre a multidão que se concentrou na estação desde a manhã de sexta-feira. [...] Não se sentia bem e moldava uma massa salitrosa no céu da boca desde que notou que o exército tinha colocado ninhos de metralhadoras em volta da praça e que a cidade cercada da companhia bananeira estava protegida por peças de artilharia. Até as doze, esperando um trem que não chegava, mais de três mil pessoas, entre trabalhadores, mulheres e crianças, tinham atulhado o espaço descoberto em frente da estação e se apertavam nas ruas adjacentes, que o exército fechara com filas de metralhadoras. [...]

Lido o decreto, no meio de uma ensurdecidora vaia protesto, um capitão substituiu o tenente no teto da estação e, com o megafone de vitrola, fez sinal de que queria falar. A multidão voltou a fazer silêncio.

— Senhoras e senhores, disse o capitão com uma voz baixa, lenta, um pouco cansada — têm cinco minutos para se retirar.

A vaia e os gritos repetidos afogaram o toque de que anunciou o princípio do prazo. Ninguém se mexeu.

— Já passaram os cinco minutos — disse o capitão no mesmo tom. — Mais um minuto e atiramos.

[...] Embriagado pela tensão, pela maravilhosa profundidade do silêncio e, além disso, convencido de que nada faria se mover aquela multidão pasmada pela fascinação da morte, José Arcadio Segundo se ergueu acima das cabeças que tinha pela frente, e, pela primeira vez em sua vida, levantou a voz.

— Cornos! — gritou. — Podem levar de presente o minuto que falta.

Ao fim do seu grito aconteceu uma coisa que não lhe produziu espanto, mas uma espécie de alucinação. O capitão deu a ordem de fogo e quatorze ninhos de metralhadoras responderam imediatamente. Mas tudo parecia uma farsa. Era como se as metralhadoras estivessem carregadas com fogos de artifício, porque se escutava o seu resfolegante matraquear e se viam as suas cusparadas incandescentes, mas não se percebia a mais leve reação, nem uma voz, nem sequer um suspiro entre a multidão compacta que parecia petrificada por uma invulnerabilidade instantânea. De repente,

de um lado da estação, um grito de morte quebrou o encantamento: “Aaaai, minha mãe”. Uma força sísmica, uma respiração vulcânica, um rugido de cataclismo arreventaram no centro da multidão com uma descomunal potência expansiva. [...] Quando José Arcadio Segundo acordou, estava de peito para cima nas trevas. Percebeu que ia num trem interminável e silencioso, e que tinha o cabelo empastado pelo sangue seco e que lhe doíam todos os ossos. Sentiu um sono insuportável. Disposto a dormir muitas horas, a salvo do terror e do horror, acomodou-se do lado que lhe doía menos e só então descobriu que estava deitado sobre os mortos. Não havia um espaço livre no vagão, exceto o corredor central. Deviam ter passado várias horas do massacre, porque os cadáveres tinham a mesma temperatura do gesso no outono e a sua mesma consistência de espuma petrificada, e os que os tinham colocado no vagão tiveram tempo de arrumá-los na ordem e no sentido em que se transportavam os cachos de banana. Tentando fugir do pesadelo, José Arcadio Segundo arrastou-se de um vagão a outro, na direção em que avançava o trem, e, nos relâmpagos que surgiram por entre as esquadrias de madeira ao passar pelos povoados adormecidos, via os mortos homens, os mortos mulheres, os mortos crianças, que iam talvez ser atirados ao mar como as bananas refugadas. [...]

Depois da meia-noite caiu um aguaceiro torrencial. Jose Arcadio Segundo ignorava onde tinha saltado mas sabia que caminhando em sentido contrário ao do trem chegaria a Macondo. Ao fim de mais de três horas de marcha, ensoado até os ossos, com uma dor de cabeça terrível, divisou as primeiras casas à luz do amanhecer. Atraído pelo cheiro do café, entrou numa cozinha onde uma mulher com uma criança no colo estava inclinada sobre o fogão.

— Bom dia — disse exausto. — Sou José Arcadio Segundo Buendía.

Pronunciou o nome completo, letra por letra, para se convencer de que estava vivo. Fez bem porque a mulher tinha pensado que era uma assombração, ao ver na porta a figura esquelética, sombria, com a cabeça e a roupa sujas de sangue e tocada pela solenidade da morte. Conhecia-o. Trouxe uma manta para que se cobrisse enquanto secava a roupa no fogão, esquentou água para que lavasse a ferida, que era apenas um arranhão na pele, e lhe deu uma fralda limpa para que vendasse a cabeça. Em seguida, serviu-lhe uma xícara de café, sem açúcar como lhe haviam dito que tomavam os Buendía, e estendeu a roupa perto do fogo.

José Arcadio Segundo não falou enquanto não terminou de tomar o café.

— Deviam ser uns três mil — murmurou.

— O quê?

— Os mortos — esclareceu ele. — Deviam ser todos os que estavam na estação.

A mulher mediu-o com um olhar de pena. “Aqui não houve mortos”, disse. “Desde a época do seu tio, o coronel, que não acontece nada em Macondo”. (MÁRQUEZ, 2014, 165-171)

Tal qual afirma um famoso ditado mexicano, “que azar o da América Latina, estar tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos”. Aqui, como em toda a periferia capitalista, o imperialismo se consolidou de forma particular, guardando muito da violência típica do tacão de ferro e pouco da mais-valia relativa e dos superlucros, que algum grau de cooptação econômica puderam criar para parcelas do proletariado das potências imperialistas. Diante disso, ao contrário da tão celebrada estabilidade democrática e das belas palavras parlamentares que tanto encantaram o reformismo oportunista, nos países latino-americanos a *apoteose da espada* foi a tônica durante nossos *cem anos de solidão*.

Após séculos de dominação colonial, baseada no genocídio e no trabalho compulsório, aqui foi construída uma economia organizada para enfileirar cachos de bananas em vagões de

trem, tudo em direção aos mercados dos países centrais. Não só bananas, obviamente, mas qualquer mercadoria que garantisse os fabulosos lucros do sistema colonial. Assim, é sobre essa base produtiva que a América Latina transitou da submissão às potências mercantis ibéricas para as garras do imperialismo. Quando da inauguração da nova fase do mercado mundial, portanto, transformaram-se de países coloniais em países dependentes, mudando a forma, mas não o conteúdo da dominação. Passamos então a ser escravos dos interesses do capital financeiro, que não tardou em travar sólida aliança com as elites locais e seu braço estatal, com suas leis e suas metralhadoras.

Para que esta aliança ocorresse definitivamente, por sua vez, foi necessária a emergência do proletariado ao centro da ação política. Mesmo que sob a forma dependente, receptora de capitais estrangeiros, a América Latina adentrou no mundo do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, criando em seu seio a oposição cada vez mais central entre proletários e capitalistas. Assim, as revoltas oligárquicas pelas libertações nacionais ficaram em um passado longo, transformando-se apenas na amargura e prostração do “libertador” coronel Aureliano Buendía. Este, de cima do seu cavalo, imponente com seu sabre, viu a oposição entre liberais e conservadores ser pactuada por meio do deslumbrante desfile da modernidade capitalista, montada nas metralhadoras importadas diretamente das potências imperialistas. Desenvolvimento desigual e aos saltos, esta é a sina daqueles que entraram amplamente atrasados na farra da exploração da classe trabalhadora em escala internacional.

Às elites nacionais restou apenas andar de joelhos, subordinadas, de maneira interessada, ao imperialismo. Assim, garantiram seus altíssimos lucros, tendo no parceiro dominante do Norte o aliado imprescindível para domar e enquadrar internamente o proletariado. A ruptura com essa dominação externa não lhe interessou e não lhe interessa, podendo apenas ser levada à frente no bojo da revolução proletária. Nesta necessidade que emerge da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas sociais e o caráter privado da produção e apropriação da riqueza, apenas a classe trabalhadora, organizada em sindicatos e em partido político revolucionário, pode cumprir alguma função. Não por acaso, nos pontos auge do desenvolvimento dessa força revolucionária, as bananas enfileiradas nos vagões de trem foram substituídas pelos corpos dos operários, também meticulosamente enfileirados. As ditaduras de segurança nacional não vieram como mera herança do passado arcaico, mas sim como filhas da modernidade, que racionaliza a produção e distribuição, seja de bananas ou de cadáveres. Assim,

Choveu durante quatro anos, onze meses e dois dias. Houve épocas de chuvisco em que todo mundo pôs a sua roupa de domingo e compôs uma cara de convalescente para festejar a estiagem, mas logo se acostumaram a interpretar as pausas como anúncios de recrudescimento. O céu desmoronou-se em tempestades de estrupício e o Norte mandava furacões que destelhavam as casas, derrubavam as paredes e arrancavam pela raiz os últimos talos das plantações. (MÁRQUEZ, 2014, p. 175)

A chuva banhou nossa solidão com o sangue da tragédia que emergiu da crença nas alianças do proletariado com a burguesia. Sangue este que, vindo na forma de tempestade que chega do Norte, trouxe ao solo a erosão e o empobrecimento de sua fertilidade. Logo, ao final da chuva, as sementes que dali germinaram não foram as da revolução, mas a da farsa de uma democracia burguesa alinhada a uma aristocracia operária em um país dependente. Com isso, avaliar nossos *100 anos de solidão*, caracterizando os antecedentes que criaram tal tipo de solo – a ser explorado na última seção do trabalho de pesquisa – será o fundamental neste momento.

Por isso, discutiremos inicialmente a particularidade da inserção latino-americana, e especialmente brasileira, no mercado mundial. Buscaremos compreender a dependência e a superexploração da força de trabalho como as características centrais dessa posição dominada no interior do imperialismo. Na sequência, discutiremos a forma concreta da objetivação do modo de produção capitalista no Brasil, avaliando como os diferentes momentos do desenvolvimento das forças produtivas nacionais se articularam com as lutas de classes, fundamentalmente através da avaliação dos períodos de greves de massas. Nesse esforço, debateremos a forma como foram sendo gestados os embriões de uma aristocracia operária como pilar da dominação burguesa no país, preparando o terreno para o debate final de nosso trabalho, quando, finalmente, analisaremos a contemporaneidade da aristocracia operária e das greves de massas.

4.1 PAÍSES DEPENDENTES: PARTE CONSTITUTIVA DO IMPERIALISMO

A consolidação do imperialismo como fase superior do capitalismo alterou o formato do mercado mundial. Uma grande transformação, quantitativa e qualitativa, ocorreu nas relações de intercâmbio material, abarcando, por sua vez, a totalidade do globo. Do ponto de vista quantitativo, os sistemas fabris desenvolvidos nos países imperialistas promoveram uma expansão exponencial tanto na exportação de mercadorias industrializadas quanto na demanda por matérias-primas, muitas delas produzidas fora dos seus territórios. Portanto, um enorme incremento dos fluxos comerciais internacionais é característica fundamental do imperialismo. De outro lado, com o enorme acúmulo de capitais centralizados nos monopólios imperiais e as

vantajosas oportunidades de lucro que se abriram na produção de matérias-primas, a exportação de capitais passou a ocupar papel de destaque nesta nova organização do mercado mundial.

Logo, tanto o aumento do intercâmbio de mercadorias quanto a exportação de capitais foram e são a tônica do imperialismo, ambos se desenvolvendo durante o século XIX e alcançando patamares prodigiosos a partir do início do século XX. Com isso, ambos estes processos, especialmente a exportação de capitais, passam a influir decisivamente na modificação revolucionária das relações de produção dos países da periferia mundial, acelerando e progredindo, de forma desigual e aos saltos, o desenvolvimento de relações eminentemente capitalistas por todo o mundo (LENIN, 1985).

Neste quadro histórico é que devemos compreender a particularidade do desenvolvimento capitalista na América Latina, concentrando-nos, com maiores detalhes por ser o objeto do nosso trabalho daqui em diante, no processo brasileiro. Antes mesmo da consolidação da grande indústria moderna no centro capitalista, o barateamento das matérias-primas e das mercadorias consumidas pela força de trabalho foram aspectos essenciais para o processo de acumulação de capital que, em seu desenvolvimento ulterior, transformou-se em capital financeiro e deu base à fase imperialista, conforme já assinalamos na seção precedente desse trabalho. Dessa forma, o desenvolvimento do imperialismo pressupôs a existência anterior do mercado mundial como espaço de intercâmbio. Enfim, levando o argumento à essência da questão, o modo de produção capitalista necessitou do desenvolvimento anterior do mercado mundial para sua consolidação¹⁰⁰.

Diante disso, o sistema colonial¹⁰¹ – forma que parte significativa do mercado mundial assumiu no período anterior à consolidação do modo de produção eminentemente capitalista nos países avançados – foi a base da formação econômico-social brasileira. Em um país tropical, a instalação de feitorias comerciais em seu território teve como *sentido geral* o atendimento dos

¹⁰⁰ Já nas discussões sobre o papel cumprido pelo dinheiro na sociedade mercantil, anterior a própria transformação do dinheiro em capital e da força de trabalho em mercadoria – fundamento do modo de produção capitalista –, Marx asseverava que “[...] só no mercado mundial adquire plenamente o dinheiro o caráter de mercadoria cujo corpo é simultaneamente a encarnação social imediata do trabalho humano abstrato; sua maneira de existir torna-se adequada a seu conceito” (MARX, 2006, p. 169).

¹⁰¹ A discussão do sistema colonial não é o objeto do nosso trabalho, que visa discutir a greve de massas como fruto das relações de produção especificamente capitalistas. Apenas de passagem, portanto, utilizaremos principalmente da formulação de Caio Prado Júnior (2000; 2008) sobre o período colonial, a qual acreditamos ser a síntese mais avançada sobre o *sentido* da colonização. Entretanto, outras interpretações sobre o período, algumas complementares e outras contraditórias às posições de Caio Prado, também estão disponíveis, tais quais a de Agustín Cueva (1983), Andre Gunder Frank (1980), Celso Furtado (1982), Darcy Ribeiro (2006), Eric Williams (2009), Fernando Novais (1993), Florestan Fernandes (2004), Jacob Gorender (2016) e Sergio Bagú (1949).

interesses imediatos da expansão do capital mercantil europeu. Nas palavras de Caio Prado Júnior:

[...] a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial [...], destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará tanto os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. [...] E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra de que precisa: indígenas e negros importados. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 20, grifo do autor)

Dessa forma, as colônias tropicais, ao serem integradas ao mercado mundial pelas mãos do capital mercantil europeu, foram parte constitutiva do processo de acumulação primitiva do capital em escala mundial (CUEVA, 1983). Foram, assim, um dos pilares do processo de consolidação da reprodução ampliada das relações capitalistas de produção, que primeiro se desenvolveram no centro do sistema. Neste sentido, desde antes da fase dos monopólios industriais, o sistema colonial, ao intensificar as trocas internacionais e garantir aos países centrais o influxo necessário de produtos primários e de meios de pagamento (ouro e prata), foi decisivo para permitir a especialização manufatureira dos países centrais. Especialização esta que, por sua vez, ampliou significativamente a capacidade de extração da mais-valia sobre a classe operária, preparando as bases para o salto subsequente em direção aos sistemas fabris. Em síntese, nas palavras do próprio Marx, “[...] no período manufatureiro, a divisão do trabalho na sociedade desenvolveu-se muito com a ampliação do mercado mundial e com o sistema colonial, que figuram entre as condições de existência gerais desse período” (MARX, 2006, p. 408-409).

Cumprindo essa função dentro do sistema colonial, a herança deixada pelo período para o Brasil foi a de mais de três séculos de estagnação no desenvolvimento das forças produtivas. A síntese registrada ao final do período colonial foi a de um país especializado na produção de poucas mercadorias voltadas para atender as necessidades do centro europeu, tendo seu modo de produção baseado em relações de trabalho escravistas de baixíssima produtividade, para além de um medíocre desenvolvimento do mercado interno¹⁰². Em conformidade com as análises de Cueva, podemos dizer que

¹⁰² Tanto a terra quanto a força de trabalho, os principais meios de produção no sistema colonial, não eram livres no sentido apreendido por Marx (2006). Assim sendo, as poucas mercadorias produzidas no interior das colônias, baseadas no modelo do latifúndio monocultor, vinculavam-se exclusivamente com o mercado externo. Por sua vez, a reprodução da população no interior do país – majoritariamente a força de trabalho escravizada importada da África – era garantida parcamente por uma medíocre agricultura de subsistência, o que se somava à violência

[...] a estrutura econômico-social herdada do período colonial se caracterizou por um baixíssimo nível de desenvolvimento das forças produtivas e por relações sociais de produção baseadas na escravatura e na servidão, fato que constituiu um *handicap* – para dizer o mínimo – para o desenvolvimento posterior de nossas sociedades. (CUEVA, 1983, p. 26, grifo do autor)

Produziu-se, assim, uma enorme desvantagem histórica para as economias latino-americanas no mercado mundial, isso do ponto de vista da concorrência entre as nações. Com isso, ao iniciar o século XIX, a formação econômica e social brasileira não apresentava qualquer embrião do que poderia ser tratado como uma indústria relevante (PRADO JÚNIOR, 2008). Em outros termos, inexistia qualquer processo significativo de acumulação de capital no interior do país¹⁰³, sendo esta a base objetiva sobre a qual o Brasil será envolto no processo de ascensão da grande indústria moderna nos países centrais.

Neste novo capítulo da história mundial, transformaram-se as relações sociais de produção nos países avançados, sendo que o capital mercantil – e com ele todo o sistema colonial – passou a ser subordinado às determinações do ciclo do capital industrial – o processo de acumulação de capital de que tratamos na seção anterior. Logo, necessitando atender o ritmo crescente da produção ditado pelas máquinas no centro, ampliou-se exponencialmente a demanda internacional por alimentos e, especialmente, por matérias-primas¹⁰⁴. Assim, era gerado um impulso em direção ao aumento da produtividade na produção realizada no território

inerente ao processo de exploração e àquela impetrada contra a insurgência dos negros cativos que, em poucos anos, destruiu a força de trabalho. Assim, essa precisava ser renovada e ampliada pelo lucrativo tráfico negreiro, que passava a ser o principal negócio do sistema colonial (PRADO JÚNIOR, 2008; WILLIAMS, 2009).

¹⁰³ Por mais que o Brasil fizesse parte do sistema colonial e, pelas mãos do capital mercantil, contribuísse com o processo de acumulação primitiva que se desenvolvia no centro industrial, isso não fazia com que se consolidassem no interior do país relações capitalistas de produção plenamente desenvolvidas. Acumular capital envolve a existência prévia de relações capitalistas, em que os bens de consumo da classe trabalhadora são transformados em capital variável e os meios de produção em capital constante. Diante disso, mediante a compra da força de trabalho e dos meios de produção no mercado é possível a produção da mais-valia, que, após ser vendida também no mercado, pode ser reinvestida tanto em capital constante quanto em capital variável por meio do processo de acumulação. Em uma sociedade como a colonial, baseada no trabalho compulsório e na propriedade estamental da terra, ou seja, em relações de produção ainda não capitalistas, o excedente produzido, por mais que assumisse a forma de mercadoria por estar desde o início orientado ao mercado mundial, apenas transformava-se em capital-mercadoria quando do seu contato com os países onde já existiam relações de produção capitalistas previamente instauradas, justamente o centro manufatureiro.

¹⁰⁴ “Na medida em que se desenvolve a produtividade do trabalho, o valor da matéria-prima vai se tornando componente cada vez maior do valor do produto mercadoria, pois entra nele por inteiro, e, além disso, vão constantemente diminuindo cada parte alíquota do produto total a porção que repõe o desgaste da maquinaria e a porção que representa o novo trabalho adicionado. Em virtude dessa queda, aumenta proporcionalmente a outra parte do valor constituída pela matéria-prima, desde que não se interrompa esse crescimento por decréscimo correspondente no valor da matéria-prima, em virtude do aumento da produtividade do trabalho empregado na produção dela” (MARX, 2008b, p. 147).

dos países periféricos, tendo início um longo e lento processo de transição que daria fim ao pacto colonial¹⁰⁵.

O progresso do intercâmbio exterior brasileiro será muito grande durante todo o período posterior a abertura dos portos¹⁰⁶, especialmente a partir da segunda metade do século XIX. Com esta ampla expansão do mercado externo, significativas modificações, ainda que embrionárias, começaram a ser produzidas nos países subordinados. Como tratado por Ruy Mauro Marini (2005), mesmo que as relações de produção na periferia inicialmente sofressem poucas mudanças¹⁰⁷, ao modificar-se radicalmente a base da produção no centro capitalista – alterando a função do capital mercantil –, rearticulou-se toda a forma de inserção dos países latino-americanos ao mercado mundial. Consolidava-se, assim, uma nova estrutura definida por meio de uma “[...] divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região” (MARINI, 2005, p. 141).

Desta maneira, apenas nesta nova organização do mercado mundial, ou, nos termos de Marini, na nova divisão internacional do trabalho, é possível se falar em uma relação de *dependência* dos países latino-americanos. Esta, por sua vez,

[...] entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (Ibid., p. 141).

Assim, na formulação de Marini, as modificações posteriores no modo de produção dos países subordinados, agora independentes politicamente, serão determinadas pelas necessidades do processo de reprodução do capital nos países avançados. Estas necessidades, no entanto, não são mais constituídas pura e simplesmente de forma exógena, por meio de relações exclusivamente coercitivas e impositivas, tal qual ocorria no período colonial. A vinculação do desenvolvimento capitalista da periferia ao centro imperialista será realizada de forma orgânica, baseada na importação de capitais já anteriormente acumulados.

¹⁰⁵ “A indústria capitalista toma logo tamanho vulto que ofusca o capitalismo comercial e assume cada vez mais o domínio da economia europeia. Resultará daí o declínio do antigo sistema colonial representado pelo pacto que é uma expressão perfeita do capitalismo comercial” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 124).

¹⁰⁶ Em 1807, acossado pela invasão napoleônica em Portugal, o regente Dom João é obrigado, sob proteção dos seus aliados ingleses, a deslocar a sede da monarquia portuguesa para o Rio de Janeiro. O Brasil, assim feito, passa a ser o centro do decadente Império português. Como contrapartida à proteção da Inglaterra, o regente, logo ao pisar em terras brasileiras, assina o decreto que abre os portos da colônia ao comércio livre. Com isso, a Inglaterra passa a ser a maior beneficiada do crescente fluxo de comércio brasileiro (Ibid.).

¹⁰⁷ Para a embrionária indústria brasileira, já debilitada pelos séculos de dominação colonial e incapaz de competir com a invasão dos produtos manufaturados da Inglaterra, a situação até mesmo regrediu na primeira metade do século XIX (Ibid., p 134-135).

Portanto, quando do desenvolvimento de relações capitalistas de produção na periferia, o espaço para o desenvolvimento autóctone da burguesia nacional já estará ocupado pela enorme capacidade de o capital financeiro centralizado nos países imperialistas ampliar seus tentáculos sobre a totalidade do mundo. Desta forma, com o capital financeiro estrangeiro se entranhando no desenvolvimento das relações capitalistas na periferia, a teia complexa das relações de dependência passa a ser muito mais intrincada e sólida do que a linha direta do domínio colonial. Logo, altera-se qualitativamente o papel das classes dominantes dos países periféricos, que passam a ser incorporadas de forma associada ao capital financeiro, não mais guardando nenhuma capacidade de efetivar uma independência econômica e política perante o imperialismo – tal qual fizeram as burguesias estadunidense e alemã em relação a burguesia inglesa, por exemplo.

Neste diapasão, a formulação de Marini sobre a *dependência* latino-americana empresta seu sentido original do debate realizado por Lenin na brochura sobre *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. Como vimos na seção anterior, o autor russo é quem elabora sobre os desdobramentos da separação entre a propriedade do capital e a função produtiva do capital, algo propiciado pela emergência do capital financeiro. Com base nisso, Lenin apontou para a “[...] situação privilegiada de um pequeno número de Estados financeiramente ‘poderosos’ em relação a todos os outros” (LENIN, 1985, p. 58), sendo que, naquele momento (dados de 1910), Inglaterra, Estados Unidos, França e Alemanha centralizavam 80% do capital financeiro mundial. Diante disso:

Quase todo o restante do mundo é, de uma forma ou de outra, devedor e contribuinte destes países, que são os quatro pilares do capital financeiro mundial, *verdadeiramente banqueiros internacionais*.

Importa, particularmente, examinar o papel que a exportação de capitais desempenha na expansão da *rede internacional de dependências e relações com o capital financeiro* (Ibid., p. 59, grifo nosso).

Ressaltamos, desta forma, a organicidade da teoria marxista da dependência, de que Marini foi o principal expoente, com a teoria do imperialismo, que teve em Lenin o seu mais destacado formulador. Não é por acaso que Marini irá apontar para o salto das exportações brasileiras a partir da segunda metade do século XIX, promovido pela demanda da grande indústria moderna nos países centrais, associando-o à correlata importação de dívidas. Como colocado por ele, “[...] a partir do momento em que o comércio exterior começa a gerar saldos positivos, o papel da dívida externa passa a ser o de transferir para a metrópole parte do excedente na América Latina” (MARINI, 2005, p. 140). Em suma, embrionariamente, antes mesmo do processo posterior de desenvolvimento de relações eminentemente capitalistas no

Brasil e, inclusive, dando base a ele, o país já começava a organizar sua economia em uma *rede internacional de dependências e relações com o capital financeiro*, centralizado, por sua vez, nos países imperialistas – os *banqueiros internacionais*.

Em outra passagem do texto de Lenin aparece ainda mais nitidamente a vinculação do tema da *dependência* com a *teoria do imperialismo*. Isso, justamente, quando ele aponta a forma como o imperialismo, na luta encarniçada e decisiva pelo domínio das fontes mundiais de matérias-primas, promove a partilha da integralidade do globo terrestre entre um punhado de poucas potências industriais¹⁰⁸. Assim, no interior desta nova partilha do mundo, o capital financeiro e a política internacional a ele associada estabelecem uma nova hierarquia entre as nações, não reduzida mais, apenas, na oposição entre possuidores de colônias e países colonizados. Entre esses dois polos, que continuavam existindo no novo mercado mundial, criam-se diversas formas *transitórias* de dependência. Nas palavras de Lenin:

Desde o momento em que, na época do imperialismo capitalista, se põe a questão da política colonial, deve notar-se que o capital financeiro e a política internacional que com ele se conforma e que se reduz à luta pela partilha econômica e política do mundo entre as grandes potências, criam entre os Estados diversas formas *transitórias* de dependência. Esta época não se caracteriza apenas pelos dois principais grupos de países: possuidores de colônias e colonizados mas ainda por variadas formas de países dependentes que, gozando nominalmente de independência política, na realidade, estão presos nas redes de uma dependência financeira e diplomática (LENIN, 1985, p. 84, grifo do autor).

Portanto, faz todo o sentido, como continuador da perspectiva teórica de Lenin, a afirmação de Marini em torno da necessidade de reorganização permanente da dependência, criando e recriando formas *transitórias* adequadas à assegurar o conteúdo essencial da relação de dominação: a partilha do mundo para garantir o fornecimento das matérias-primas para a vigorosa acumulação de capital nos países dominantes¹⁰⁹. Outro ponto importante para a

¹⁰⁸ “O que caracteriza particularmente o capitalismo atual é o domínio dos grupos monopolistas constituídos por grandes empresários. Estes monopólios tornam-se sólidos sobretudo quando reúnem apenas em suas mãos *todas* as fontes de matérias-primas e nós vimos com que ardor os grupos monopolistas internacionais dirigem os seus esforços no sentido de arrancarem ao adversário toda a possibilidade de concorrência, de se apoderarem, por exemplo, das jazidas de ferro ou de petróleo, etc. [...]”

Quanto mais o capitalismo se desenvolve, mais se faz sentir a falta de matérias-primas, mais dura se torna a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas no mundo inteiro e mais brutal é a luta pela posse de colônias. [...]

O capital financeiro não se interessa apenas pelas fontes de matérias-primas já conhecidas. Ele interessa-se igualmente pelas fontes possíveis; [...] o capital financeiro tem geralmente tendência para controlar o maior número possível de terras sejam elas quais forem e estejam elas onde estiverem e sejam quais forem os meios, esperando descobrir aí fontes de matérias-primas e receando ficar para trás na encarniçada luta pela partilha das últimas parcelas ainda não partilhadas ou pela ‘nova partilha’ das parcelas já partilhadas” (LENIN, 1985, p. 81-83)

¹⁰⁹ Esta posição, por sua vez, é muito diferente daquelas defendidas pelas teorias em torno da “financeirização”. Nelas passa a ser totalmente desconstituído o papel determinante da produção e distribuição da riqueza material, atribuindo-se peso desmedido e autonomia absoluta à dinâmica unilateral da propriedade privada capitalista e suas formas. Já no debate do imperialismo, temas como a elevada composição orgânica do capital produtivo e a

compreensão adequada da formulação de Marini é a de que só é possível romper com a situação de dependência mediante “[...] a supressão das relações de produção nela envolvida” (MARINI, 2005), ou seja, mediante a supressão do próprio imperialismo enquanto totalidade histórica e não apenas a ruptura com o vínculo unilateral da nação com o centro imperialista – tal como se ainda estivéssemos na etapa colonial do nosso desenvolvimento.

Por fim, corroborando esse novo caráter da dominação imperialista, dentre essas gradações de dependência que se afirmam nos diferentes países que compõem o sistema imperialista, Lenin utilizou o exemplo da Argentina – extrapolando-o como forma típica da dependência na América do Sul. Apresentou, assim, uma nação que, não sendo semicolonial, mas politicamente independente, vinculava-se organicamente à dependência do capital financeiro inglês investido produtivamente em seu território. Com isso, assegurava-se uma sólida teia de relações financeiras entre a burguesia argentina e os interesses do imperialismo da Inglaterra, criando “[...] os meios dirigentes de toda a vida econômica e política [daquele] país” (LENIN, 1985, p. 84).

Esta dependência da importação do capital acumulado nos países imperialistas, por sua vez, trará uma característica marcante no momento em que passam a se instaurar relações capitalistas de produção na América Latina: a transferência de parcela expressiva da mais-valia produzida na periferia para o centro em função de outros mecanismos para além da desigualdade das composições orgânicas do capital. Se esta desigualdade, tal como vimos na seção anterior, faz com que os capitais de composição orgânica superior se apropriem de um superlucro oriundo da mais-valia produzida pelos capitais de composição orgânica inferior, no caso da América Latina, a transferência da mais-valia produzida no seu interior é multiplicada. Para além deste primeiro mecanismo, que é constitutivo de países de desenvolvimento capitalista tardio e menor composição orgânica do capital – tal quais os latino-americanos¹¹⁰ –, adiciona-se a transferência de mais-valia derivada da propriedade do capital financeiro.

materialidade do intercâmbio entre os países, que envolve a partilha do mundo entre as potências imperialistas, são a base determinante, essencial e intransponível que dá sentido às considerações sobre o capital financeiro e as finanças a ele associadas.

¹¹⁰ Ao tratar do “segredo” do intercâmbio desigual no seu ensaio sobre a *Dialética da Dependência* (2005), Marini, em nossa avaliação, comete um equívoco teórico quando propõe uma diferenciação entre duas formas de transferência de valor: a que ocorre entre diferentes composições orgânicas do capital no interior de um mesmo ramo de produção e a que se desdobra entre ramos distintos de produção (manufatureiro *versus* produção de matérias-primas). Segundo ele, no primeiro caso, a transferência de valor ocorre respeitando as leis da concorrência, em que o capital de maior composição orgânica se apropria da mais-valia extraordinária, tal como vimos anteriormente. Já no segundo, haveria uma “violação” das leis da concorrência, em que, nas palavras do autor, “[...] o mero fato de que umas [nações produtoras de manufaturas] produzam bens que as outras [nações produtoras de matérias-primas] não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras

Esta transferência derivada da propriedade do capital financeiro, por sua vez, passa a ser a forma mais determinante de transferência de mais-valia na medida em que avança a industrialização periférica. Nela, o capital em função nos países latino-americanos teve, em grande medida, propriedade de origem nos países imperialistas. Assim, tendo que remunerar a propriedade do capital estrangeiro, reforça-se, por vários mecanismos, a sistemática carência interna de capitais disponíveis para o reinvestimento produtivo. Essa ocorre tanto no formato original das dívidas – que já eram presentes no século XIX –, mas também sob outras formas que vão sendo engendradas e ganhando protagonismo como consequência do próprio desenvolvimento de relações de produção eminentemente capitalistas pela via da importação de capitais¹¹¹.

Por conta disso, uma característica determinante dos países dependentes é a não apropriação de um superlucro no mercado mundial¹¹², sendo, pelo contrário, duplamente perdedores. Desta forma, de antemão e em termos muito gerais, ficaria inviabilizada uma robusta camada de aristocratas operários no interior desses países, sendo esta uma exclusividade das nações imperialistas. A situação da classe operária latino-americana seria, inclusive, radicalmente oposta a isso. Na formulação de Marini (2005), diante de uma burguesia interna de desenvolvimento tardio, associada ao imperialismo e estruturalmente incapaz e

iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preço superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade” (MARINI, 2005, p. 152). Entretanto, também no primeiro caso, de dito “respeito às leis da concorrência”, a economia de maior composição orgânica vende suas mercadorias com preços superiores ao seu valor, sendo essa a base da existência da mais-valia extraordinária (ou superlucro), tal como muito bem demarcado por Marx (2008b) e exposto anteriormente neste trabalho. Se, na forma, os processos são diferentes, discordamos da existência de um conteúdo também distinto, tal como sugerido por Marini. Entretanto, não acreditamos que tal equívoco comprometa a essência da questão: a existência da transferência de mais-valia como relação constitutiva entre centro e periferia.

¹¹¹ Entre elas, podemos listar a transferência de lucros e dividendos para as matrizes das empresas multinacionais; o pagamento de royalties por uso de tecnologia estrangeira; o aluguel de máquinas e equipamentos; o pagamento de fretes para o transporte de mercadorias; as desvalorizações cambiais nos países periféricos, artificialmente promovidas pela política monetária dos países centrais; a elevação dos juros internacionais; e tantas outras formas quanto possam surgir tendo em vista o desenvolvimento capitalista – tal qual o recente formato de transferência de parte do valor produzido nacionalmente para os países centrais por meio de tarifas pagas em aplicativos no formato da Uber.

¹¹² A única exceção a essas formas de transferência de mais-valia se daria no caso da renda da terra. Nela, países periféricos abundantes em terras férteis, jazidas de minérios e petróleo, além de outros recursos naturais, em momentos de expansão da demanda mundial por matérias-primas, se apropriariam de uma parcela da mais-valia criada externamente por meio da renda da terra. Este processo, inclusive, ocorreu no Brasil especialmente entre 2005 e 2012, o qual veremos em detalhes na última seção do trabalho. Entretanto, mesmo nesse caso, quanto mais avança a industrialização da atividade agrícola e mineral – uso de máquinas, biogenética, agrotóxicos, etc. –, mais ela se torna dependente do capital financeiro estrangeiro, fazendo com que pouco dessa renda da terra permaneça retida nos países periféricos. No caso brasileiro, piora ainda mais a situação a recente ofensiva para a aprovação de lei que permite a compra de parcelas do território nacional pelo capital estrangeiro (Projeto de Lei 2.963/2019 em tramitação na Câmara dos Deputados, mas já aprovado no Senado)

desinteressada em imprimir oposição à transferência de mais-valia por meio de medidas protecionistas, impõe-se um mecanismo de compensação a esta perda. Tal mecanismo de compensação é a *superexploração* da força de trabalho, definida por Marini como a articulação entre a ampliação da jornada de trabalho; o aumento da intensidade do trabalho; e a redução do consumo dos operários para além do seu limite normal, ou seja, a transformação do fundo de consumo da classe trabalhadora, dentro de certos limites, em fundo de acumulação de capital¹¹³.

Se o primeiro mecanismo – ampliação da jornada de trabalho – é a forma clássica da mais-valia absoluta, o segundo e terceiro mecanismos – aumento da intensidade do trabalho e redução do consumo operário para além do limite normal – são formas de extração da mais-valia que, se nas economias centrais fazem parte da mais-valia relativa, nas economias dependentes não estão associadas a tal processo. No caso da intensidade, na discussão realizada por Marx n’*O capital* (2006), o autor associa o tema ao uso das máquinas na produção e também à reação do movimento operário aos efeitos desse processo na exploração. Em suas palavras:

O prolongamento desmedido da jornada de trabalho, produzido pela maquinaria nas mãos do capital, ao fim de certo tempo provoca [...] uma reação da sociedade, que, ameaçada nas suas raízes vitais, estabelece uma jornada normal de trabalho, legalmente limitada. Em consequência dessa limitação, assume decisiva importância [...] a intensificação do trabalho. (MARX, 2006, p. 467)

Portanto, no caso clássico registrado nos países de desenvolvimento capitalista avançado, a intensificação do trabalho apareceu como uma resposta à oposição organizada da classe operária ao processo de exploração e uma decorrência do desenvolvimento técnico da produção. Já nos países dependentes, segundo Marini, a intensificação do trabalho é recurso lançado na produção sem que isso seja uma contrapartida ao desenvolvimento técnico, ou seja, representa apenas a ampliação do desgaste físico e mental da força de trabalho, com nítidos efeitos no elevado grau de degradação das sucessivas gerações da classe trabalhadora.

Já a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, o terceiro mecanismo da superexploração, é uma forma de reduzir o tempo de trabalho necessário aumentando assim o tempo de trabalho excedente, sem que isso se configure em mais-valia relativa. Aqui, mais uma vez, a distinção se faz em relação ao processo ocorrido nos países desenvolvidos. Novamente, tal como analisado por Marx ao tratar da mais-valia relativa, ao avançar o desenvolvimento técnico da produção de mercadorias voltadas ao consumo da classe trabalhadora, caía o preço

¹¹³ Na sequência, particularizaremos e desdobraremos no interior do desenvolvimento histórico brasileiro tal constatação, encontrando, em nossa avaliação, uma medida mais exata para a discussão sobre a constituição de uma aristocracia operária no Brasil, buscando ir além de afirmações genéricas sobre a impossibilidade de sua existência por conta da dependência e da superexploração da força de trabalho.

individual desses bens-salário, com o valor da própria força de trabalho sendo reduzido em decorrência. Com isso, foi possível reduzir o tempo de trabalho necessário e ampliar o tempo de trabalho excedente, crescendo a taxa de mais-valia relativa sem que isso representasse depreciação do padrão de consumo do proletariado. No caso dos países dependentes, sem o rebaixamento do preço individual dos bens-salário¹¹⁴, a redução do tempo de trabalho pago aparece apenas como uma remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, o que configura, mais uma vez, um mecanismo que, no conteúdo, tem o mesmo sentido da mais-valia relativa, mas que, na forma, expressa um processo distinto: a superexploração da força de trabalho.

Esses três mecanismos de exploração articulados, por sua vez, configuram a essência da superexploração: a negação das condições necessárias para repor o desgaste da força de trabalho, implicando uma maneira de ampliar a taxa de mais-valia mediante, unicamente, o maior desgaste da mercadoria força de trabalho (MARINI, 2005, p. 154-157). Em síntese, nas palavras do autor:

[...] os três mecanismos identificados [...] configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam. De fato, mais do que na indústria fabril, na qual um aumento do trabalho implica pelo menos um maior gasto de matérias-primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento do trabalho sobre os elementos do capital constante são muito menos sensíveis [...]. Entende-se que, nessas circunstâncias, a atividade produtiva baseia-se sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição-valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro (Ibid., p. 156).

Assim, a existência da superexploração condicionaria determinado padrão de desenvolvimento da periferia capitalista latino-americana. Enquanto nos países imperialistas o eixo da acumulação se deslocou da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa – forma de ampliar a exploração da força de trabalho sem necessariamente desgastar fisicamente a classe trabalhadora –, o desenvolvimento da produção nos países dependentes seguirá baseado apenas em uma maior exploração da força de trabalho (Ibid.), residindo aí a essência da fórmula do “*desenvolvimento do subdesenvolvimento*” (Ibid., p. 141).

Aqui cabe, no entanto, uma consideração crítica ao uso da expressão “maior exploração da força de trabalho”, tal como feito por Marini em seu ensaio *Dialética da dependência* (2005)

¹¹⁴ Algo que só começou a ser resolvido no caso brasileiro a partir da década de 1970, mas que efetivamente se completou apenas na década de 1990, tal como defenderemos na seção final deste trabalho de pesquisa.

– e não reproduzido em outros textos. A mais-valia relativa, ao aumentar o tempo de trabalho excedente em relação ao necessário, também é uma forma de ampliar a exploração da força de trabalho. Para Marx (2006), a taxa de exploração em nenhum momento ganha uma conotação moral, sendo simplesmente a relação entre tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente. Assim, quanto maior o segundo em relação ao primeiro, maior a taxa de exploração da força de trabalho. A remuneração abaixo do valor da força de trabalho contribui, obviamente, para diminuir o tempo de trabalho necessário e aumentar o excedente, ainda que sem recurso à mais-valia relativa. Entretanto, não necessariamente constitui uma “maior exploração da força de trabalho” em comparação com o processo de mais-valia relativa, já que este, ao alterar a relação entre tempo necessário e excedente, também aumenta o grau de exploração da força de trabalho. Queremos afirmar com isso que, tanto no centro quanto na periferia, o aumento da exploração da força de trabalho é a norma, mesmo que variem as formas com que isso ocorre.

Diante dessa particularidade na forma da exploração, poderia ser questionado o motivo da classe operária destes países dependentes “aceitarem” a superexploração. Como visto na primeira seção deste trabalho, as contradições engendradas pelo desenvolvimento capitalista deflagram a antinomia entre lucro e salários, que culmina nas greves e na organização dos operários, algo que, certamente, fez parte da história das lutas de classes nos países dependentes, com especial vigor no Brasil. Como resolver, portanto, essa aparente “passividade” do proletariado na periferia capitalista ao aceitar a superexploração? Marini resolverá essa questão recorrendo à história, afirmando em texto sobre *O ciclo do capital na economia dependente* (2012) que o processo de reivindicação e organização da classe operária nos países periféricos seria obstaculizado tanto pela ação estatal extraeconômica – a repressão no formato da *apoteose da espada* – quanto, principalmente, pela produção e reprodução de um enorme exército industrial de reserva.

Nos estudos d’*O Capital*, Marx caracterizou o exército industrial de reserva como uma massa de operários excedentes às necessidades do ciclo do capital que, por estarem fora da produção, mas disponíveis para ela, geram pressão sobre os setores ativos da força de trabalho para que estes aceitem piores condições de trabalho e remuneração. Com isso, em certa medida, é contido o ímpeto de luta do proletariado e, de outro lado, garantido a regularidade do ciclo da acumulação de capital. O autor busca a gênese desta população excedente no próprio processo de acumulação, que, por seu turno, tem como base a elevação da composição orgânica do capital, ou seja, a redução relativa do capital variável – força de trabalho – em relação ao capital constante. Diante disso:

[...] a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente. (MARX, 2006, p. 733).

De forma diferente é formada essa superpopulação relativa nos países de origem colonial, especialmente aqueles com as características próximas do Brasil. Neles, a superpopulação relativa tem sua gênese em processos históricos que antecedem a acumulação de capital propriamente dita. Desta forma, quando se inicia o desenvolvimento de relações eminentemente capitalistas no Brasil, o capital encontrará, de antemão, um excedente populacional que pressionará, desde o início, os salários para baixo. De outro lado, a transferência de mais-valia fará com que o processo de acumulação de capital ocorra de forma truncada. Logo, nos períodos de expansão industrial, o ritmo de absorção do proletariado no exército ativo também é menor. Com isso, durante o ciclo da acumulação de capital em sua relação com as greves – tal como vimos ao final da seção anterior – no momento de expansão da atividade industrial, a demanda por força de trabalho tende a ser menor e, em contrapartida, nos momentos de crise, a amplitude de expansão do exército de reserva é maior. Portanto, esse exército industrial de reserva estruturalmente elevado e a dinâmica da acumulação de capital nos países dependentes aparecem como os principais pilares históricos da *superexploração da força de trabalho*, tal como apresentada por Marini.

No Brasil, portanto, o processo de transição do sistema colonial para a condição dependente e o desenvolvimento das forças produtivas a ele associado estão na gênese da acumulação de capital truncada e da magnitude gigantesca do exército industrial de reserva – que perdura até os dias de hoje enquanto uma determinação decisiva da nossa economia¹¹⁵. Tal transição, por sua vez, ocorreu sob a égide dos fazendeiros do café, vinculados ao mercado externo em expansão no século XIX e representantes do último ciclo econômico do sistema colonial já em transição para a economia dependente¹¹⁶. Diante do seu vínculo ao impulso criado pelos países industriais avançados em busca de matérias-primas, atravessarão a profunda crise

¹¹⁵ Segundo competente estudo categorial e empírico realizado por Vicente Loeblein Heinen (2021), a taxa de participação da superpopulação relativa em relação ao total de trabalhadores no Brasil era de elevados 43,5% em 2014, mesmo no auge do chamado “pleno emprego” no país. Com os efeitos da profunda crise capitalista inaugurada após esse ano e das medidas estatais que promoveram o aumento do desemprego, em 2020 essa taxa saltou para 52,7%, representando um contingente de mais de 57 milhões de trabalhadores no exército industrial de reserva.

¹¹⁶ “O café deu origem, cronologicamente, à última das três grandes aristocracias do país; depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores, os fazendeiros de café se tornam a elite social brasileira” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 167)

do sistema de trabalho escravo¹¹⁷ em busca de uma solução que garantisse a transição definitiva para a dependência – com algum grau de incorporação de ganhos de produtividade ao trabalho – sem perderem o controle econômico, social e político da nação¹¹⁸. Dessa forma, se a abolição da escravatura se impunha como uma necessidade histórica, o poder das elites latifundiárias brasileiras fez com que ela só ocorresse de fato em 1888, sendo o Brasil o último país da América a realizar tal feito¹¹⁹.

Entretanto, muito antes da abolição da escravatura, o Império Brasileiro aprovou a Lei de Terras de 1850, que estabeleceu critérios eminentemente capitalistas em relação a terra. Aboliu-se definitivamente o regime da posse – que vigorou em paralelo ao regime das sesmarias desde o início da colonização, sendo a base da agricultura de subsistência realizada na imensidade do território nacional –, substituindo-o pelo princípio mercantil da compra e venda da terra. Assim, transformaram-se absolutamente todas as glebas do país que não contavam com título de propriedade, as chamadas “terras devolutas”, em propriedades do Estado, que só poderiam ser ocupadas por meio da compra. Com isso, foi estabelecido, definitivamente, o critério do poder econômico como o pilar da dominação do solo, centralizando no Estado a função jurídica e repressiva de garantir tal forma de propriedade¹²⁰.

¹¹⁷ A crise oriunda da baixa produtividade do trabalho escravo ficará ainda mais aguda após o fim definitivo do tráfico negreiro em 1851. Perante a impossibilidade de livre renovação da força de trabalho rapidamente desgastada, aliada ao praticamente inexistente crescimento vegetativo dos escravos – ambas situações oriundas das condições brutais de trabalho sob a escravidão –, o fim do tráfico constituiu o início da decadência definitiva do regime servil (PRADO JÚNIOR, 2008)

¹¹⁸ “A posição escravista reforçar-se-á aliás depois da Independência, com a ascensão ao poder e à direção política do novo Estado, da classe diretamente interessada na conservação do regime: os proprietários rurais que se tornam sob o Império a força política e socialmente dominadora” (Ibid., p. 143).

¹¹⁹ Não nos deteremos no longo e intrincado processo de abolição da escravatura no Brasil. Apenas destacamos que tal processo ocorre em meio à uma larga crise do regime de trabalho compulsório no país, que unifica em sua dinâmica aspectos que abarcam desde a pressão da Inglaterra contra o tráfico negreiro; a baixíssima produtividade de tal regime de trabalho e o encarecimento dos custos de renovação da força de trabalho mediante o bloqueio definitivo da importação de escravos (PRADO JÚNIOR, 2008); a ascensão em toda a América de movimentos de libertação da escravidão, alguns até de caráter revolucionário como a Revolução Haitiana de 1804 (JAMES, 2010); a influência desses movimentos no desenvolvimento de um espírito antiescravista no Brasil (PRADO JÚNIOR, 2008) e; por último, mas não menos importante, as permanentes e crescentes revoltas de escravos que, mesmo que débeis quando comparadas a outros processos americanos, causavam terror à classe dominante local (PRADO JÚNIOR, 2008) e começavam a se articular com o movimento operário que embrionariamente se desenvolvia nos centros urbanos a partir da metade do século XIX (MATTOS, 2009).

¹²⁰ Não por acaso, após a aprovação da Lei de Terras de 1850, tem início um conjunto bastante significativo de rebeliões populares regionais em defesa da posse originária da terra e em combate ao processo de espoliação iniciado pela modernização das relações de produção no Brasil, acentuada com a entrada do capital financeiro ao final do século XIX e início do século XX. Como exemplo disso podemos apontar a Guerra de Canudos (1896-1897) e a Guerra do Contestado (1912-1916), legítimas expressões das lutas de classes em uma sociedade em transição das relações de produção do mundo colonial para as novas relações constitutivas do ciclo do capital na economia dependente.

A partir dali, inaugurou-se tanto o processo de expropriação continuada de indígenas, quilombolas e pequenas famílias de posseiros quanto, de outro lado, as bases de organização das lucrativas empresas de colonização, especializadas na migração em massa de imigrantes europeus. Para além disso, mas não menos importante, foi completamente bloqueado o acesso à terra aos escravos libertos – a grande maioria da população –, condenando-os, inexoravelmente, a abandonar as senzalas e engrossar as favelas urbanas. Desta forma, garantiu-se uma das características essenciais do perfil de desenvolvimento capitalista brasileiro que se prolonga até hoje: o contínuo processo de expansão da fronteira agrícola sob o formato do latifúndio monocultor exportador¹²¹, incorporado progressivamente à fase da grande indústria moderna sob o comando do imperialismo.

Com isso, registramos algumas características originais que determinam a economia capitalista dependente no Brasil e na América Latina: a debilidade industrial herdada pelo período colonial e a vinculação subordinada e orgânica ao imperialismo quando do desenvolvimento das forças produtivas; a dupla transferência de mais-valia para as potências imperialistas e, portanto, a não absorção de superlucros no mercado mundial; a existência de uma enorme superpopulação relativa, base genética da superexploração da força de trabalho; o não rebaixamento do preço das mercadorias que compõem os bens-salário e não avanço para um desenvolvimento capitalista baseado na mais-valia relativa; e, por fim, a unidade entre manutenção do latifúndio de exportação e desenvolvimento capitalista¹²². Assim, recuperando o debate das seções anteriores, sintetizamos algumas características gerais da dependência que, aparentemente, seriam fatores terminantemente contrários à existência de uma aristocracia operária no Brasil. Entretanto, ao analisarmos concretamente a história brasileira, saindo do nível das leis gerais do desenvolvimento e avançando para o nível da forma de particularização dessas leis em determinada realidade, é notório que o movimento operário assumiu grande vigor em diversos momentos históricos do século XX. Para além disso, também uma *era de reformas* foi aqui inaugurada a partir, principalmente, da década de 1930.

¹²¹ Latifúndio exportador que, por sua vinculação desde sempre com o mercado externo em dinamismo crescente, será o polo em torno do qual girará o início do processo de industrialização da economia brasileira, tal como veremos mais detalhadamente na sequência.

¹²² Neste sentido, em sua transição posterior para a fase da grande indústria moderna, o Brasil se aproximaria muito mais de uma transição de tipo prussiano do que de uma transição revolucionária, tal como elaborado por Lenin. Ainda assim, mesmo diante dessa aproximação, a transição brasileira guarda particularidades da sua herança colonial e da situação dependente, questões que impedem uma associação pura e simples deste processo com a via prussiana.

Assim, consideramos ser preciso recuperar uma ideia central em Lenin, também compartilhada por Marini: a de que existem graus distintos de dependência entre as nações. Estes graus variam tanto na comparação entre os diferentes países quanto nos distintos períodos históricos dentro de um mesmo país. A característica essencial da dependência, por sua vez, se mantém: a vinculação orgânica do ciclo do capital na economia dependente ao capital financeiro estrangeiro, com a perda de mais-valia que lhe é constitutiva, e a superexploração da força de trabalho. Portanto, analisando concretamente o Brasil, a investigação precisa avançar para a forma particular com que se desenvolveram as relações capitalistas de produção no país em sua articulação com as lutas de classes, encontrando a real medida da dependência da economia brasileira e a possibilidade ou impossibilidade de uma aristocracia operária no interior do país.

4.2 UMA ARISTOCRACIA OPERÁRIA NO BRASIL?

Nas seções anteriores buscamos compreender o surgimento da aristocracia operária como mais uma força social que impõe barreira ao avanço do devir revolucionário do proletariado. Este fenômeno se soma ao papel cumprido pela propriedade privada dos meios de produção – fruto do trabalho alienado –, pelo mercado e concorrência entre os trabalhadores individuais e pelo Estado, formando um quarteto orgânico que opera no sentido de fragmentar os operários e enfraquecê-los perante seu inimigo de classes: o capital. Considerando tal perspectiva, entendemos que não existe superação da ordem capitalista caso não houver a superação, em conjunto, de todos esses quatro pilares da dominação burguesa. Em não se efetivando esta superação, o que a sociabilidade burguesa pode oferecer é, a depender da conjuntura histórico-espacial, a incorporação parcial de determinadas demandas da classe trabalhadora, nunca universalizadas e tampouco perenes, contribuindo para o fortalecimento das ilusões oferecidas pelas concepções reformistas.

No entanto, se a existência do mercado, da propriedade privada e do Estado são pressupostos do desenvolvimento capitalista em todo e qualquer país, a aristocracia operária só emerge como um fenômeno particular, condicionada por alguns fatores históricos. Entre esses fatores, também recuperando brevemente nosso debate anterior, no *âmbito objetivo* é importante sublinhar a necessidade de um *desenvolvimento eminentemente capitalista*, baseado na *mais-valia relativa* e na correlata *elevação da composição orgânica do capital* que, em seu desenvolvimento ulterior, transforma-se em *imperialismo*. Assim, nos países imperialistas, ao

se reduzir o valor da força de trabalho e, ao mesmo tempo, apropriar-se de *superlucros* no mercado mundial, criaram-se as condições para que parte dos enormes montantes de mais-valia fossem repassados para comprar as parcelas da classe operária que se transformaram em aristocracia.

Já do *ponto de vista subjetivo*, a aristocracia operária surge como resposta conservadora à *ascensão das lutas de classes* de um período, em que o continuado desenvolvimento capitalista lança o *movimento operário*, progressivamente, ao *centro dessas lutas*. Com isso, na exata medida em que a *vanguarda do movimento operário* vai assumindo *consciência revolucionária* – isso na *síntese entre suas lutas concretas e o avanço político-teórico*, em que o *marxismo* é peça fundamental e indispensável –, o Estado assume sua função essencial na *restauração da ordem burguesa*. Inaugura-se, assim, uma *era de reformas* mediante o processo de *execução testamentária* das pautas operárias, buscando reduzi-las ao mero clamado por uma *organização do trabalho*, que, por óbvio, preserve intocados os demais pressupostos da dominação burguesa.

Nesse processo, em que uma parcela do proletariado de fato passa a verificar ganhos materiais, desenvolvem-se e fortalecem-se as *tendências oportunistas e reformistas* que atuam no interior da vanguarda operária. Estas se aliam às forças da manutenção da ordem e tentam reduzir a luta operária ao horizonte do Estado, sendo que, caso vitoriosas, completam o processo de metamorfose da vanguarda em aristocracia, compondo o quadro da totalidade de pressupostos necessários para o surgimento e desenvolvimento da aristocracia operária.

Assim, acreditamos que a aristocracia operária só pode existir mediante a integração orgânica de todos esses processos, sendo fruto da indissociável articulação do âmbito objetivo e subjetivo do fenômeno. Entretanto, nosso objetivo nessa seção e na próxima é analisar o tema não mais apenas em seus condicionantes gerais, mas na sua expressão em uma particularidade histórica determinada: a história do movimento operário no Brasil e sua relação com o processo de acumulação de capital em uma economia dependente. Com isso, para além do já desenvolvido anteriormente, é preciso adicionar algumas novas determinações ao fenômeno, especialmente aquelas que se referem ao espaço e ao tempo.

Neste sentido, Gramsci (1968) contribuiu para captar as determinações da aristocracia operária ao analisá-la no espaço e no tempo. Ao tratar dos altos salários pagos aos trabalhadores do modelo de produção fordista nos Estados Unidos, apreendeu-os como uma “forma transitória de retribuição”, associada ao momento inicial de instalação dos novos setores produtivos que, pela própria natureza de vanguarda tecnológica, ainda não dispõem de um exército excedente

de trabalhadores disponíveis. Em seguida, compreendendo a lei geral do desenvolvimento capitalista como um processo que, por meio da concorrência e da equalização da taxa de lucro (MARX, 2008b), tende a generalizar as técnicas produtivas mais avançadas, apontou que, nesse movimento, não se generalizava apenas a tecnologia associada aos sistemas fabris mas também a oferta de trabalhadores adequados aos novos processos produtivos. Diante da necessidade de criar um exército industrial de reserva funcional à acumulação, o próprio sistema educacional era subsumido ao capital, direcionando parte da mais-valia para a formação e ampliação da oferta de força de trabalho qualificada¹²³.

Com isso,

[...] logo que os novos métodos de trabalho e de produção se generalizem e difundirem, logo que o tipo de operário for criado universalmente e o aparelho de produção material se aperfeiçoar mais ainda, o *turnover* excessivo será automaticamente limitado pelo desemprego em larga escala, e os altos salários desaparecerão. [...] aos lucros de monopólio correspondem os salários de monopólio. Mas o monopólio será, necessariamente, primeiro limitado e, em seguida, destruído pela difusão dos novos métodos tanto dentro dos Estados Unidos como fora [...] e desse modo desaparecerão os lucros elevados, e também os altos salários. (GRAMSCI, 1968, p. 405)

A destruição dos monopólios, no sentido discutido por Gramsci, não apresenta uma concepção oposta a discussão do imperialismo como era dos monopólios. A questão aqui se refere ao monopólio técnico da produção, a forma do trabalho concreto, que difere do capital financeiro, a forma do trabalho abstrato. As tecnologias de fronteira, de fato, tendem a ser generalizadas, inclusive alcançando países atrasados em que antes não eram empregadas. Corroborando a tese da “forma transitória de retribuição”, os operários estadunidenses vinculados ao setor automobilístico, com seus salários elevados, viram sua situação efetivamente se deteriorar já a partir da década de 1960 e, principalmente, dos anos 1980 em diante¹²⁴.

Desde os anos 50, de um lado, avançou a concorrência promovida pelo desenvolvimento tecnológico na produção automobilística por empresas europeias e, especialmente, asiáticas. De outro lado, as próprias multinacionais estadunidenses deslocaram suas plantas industriais para outros países, como, por exemplo, o Brasil. Desta maneira, ocorria o fim da quase que exclusividade dos operários estadunidenses na relação com a avançada produção de veículos,

¹²³ Com isso, a expansão e retração dos sistemas educacionais nacionais, assim como as mudanças de conteúdo curricular e de métodos de ensino, sempre estão buscando atender as exigências de generalização de determinado padrão físico e moral de reprodução da força de trabalho, vinculado à necessária unidade entre trabalho concreto e trabalho abstrato.

¹²⁴ Veremos os condicionantes desse processo, tratado na literatura como transição do padrão de produção taylorista-fordista para o padrão toyotista – ou de acumulação flexível – na seção seguinte.

criando-se um exército industrial de reserva cada vez mais globalizado que, por sua própria existência, pressionou pelo fim da elevada remuneração que constituíam o “sonho americano” de sua aristocracia operária.

Entretanto, ao mesmo tempo que os países imperialistas veem superada uma fase tecnológica anterior, são eles que reúnem as condições produtivas e financeiras para criar novas fronteiras para a valorização do capital. Em síntese, do velho monopólio tecnológico tende a nascer o novo monopólio e, se os operários das indústrias do complexo automobilístico do *Manufacturing Belt* perdem seu papel de vanguarda e enferrujam¹²⁵, são logo substituídos pelos modernos operários do complexo aeroespacial e de tecnologias de informação e comunicação (TIC) do *Silicon Valley*¹²⁶.

Já no caso da periferia do sistema, a situação guarda similaridades e diferenças em relação a esta “forma transitória de retribuição”, tal como definida por Gramsci. Do ponto de vista das diferenças, fica mais do que evidente que a dependência e o subdesenvolvimento relativo das forças produtivas impõem uma incapacidade flagrante de um país como o Brasil liderar o progresso tecnológico global. Com isso, mesmo quando por meio de importação de tecnologia, ou seja, aos saltos, o país incorpora a fase industrial de fronteira do sistema, isso só ocorre na etapa descendente do monopólio tecnológico dos países imperialistas, ou seja, no momento da generalização tecnológica promovida pela dinâmica da concorrência capitalista.

Segundo Marini (2005; 2014), o surto industrializante mais importante da América Latina, registrado logo após o final da 2ª Guerra Mundial, ocorrerá justamente mediante a incorporação de fases tecnológicas atrasadas ou em vias de serem superadas pelos países centrais – por meio da importação de equipamentos e maquinário já obsoletos ou em processo de obsolescência. Isso se dá justamente no momento em que os países centrais passam a dominar a integralidade do padrão tecnológico de ponta, em que constroem as fábricas ciclópicas onde as máquinas produzem novas máquinas. Assim, aumenta-se enormemente a

¹²⁵ Conhecido em tradução para o português como “Cinturão das Manufaturas”, a região dos Estados Unidos que abrange os estados do nordeste, dos Grandes Lagos e do meio-oeste estadunidense concentrou grande parte do complexo industrial automobilístico. Ironicamente, após a decadência acentuada dos anos 1970 em diante, a região passou a ser conhecida como *Rust Belt*, ou seja, “Cinturão da Ferrugem”.

¹²⁶ Localizado na Califórnia, na costa oeste dos Estados Unidos, o “Vale do Silício” concentra desde os anos 1970 o complexo industrial de alta tecnologia do país, integrando de forma ativa as universidades da região com o investimento estatal – ancorado no desenvolvimento de tecnologia militar de ponta – e as empresas privadas. O silício, que dá título ao vale, foi a principal matéria-prima utilizada na produção dos microprocessadores, a célula base de toda a revolução tecnológica vinculada à microeletrônica.

produtividade dessa produção, sendo que a exportação de máquinas e equipamentos para todo o globo se torna um lucrativo negócio¹²⁷.

Desta maneira, quando da chegada dessa fronteira tecnológica ao país, também é criada uma vanguarda operária vinculada a esse setor. Nesse caso, diante da pouca oferta de força de trabalho inicialmente disponível para lidar com as novas máquinas e equipamentos, as tendências que levam à “forma transitória de retribuição” também são registradas nos países dependentes. Entretanto, o tempo da transitoriedade e o montante da retribuição são, por evidente, muito menores que o dos países centrais. De um lado, da perspectiva do mercado mundial, as tecnologias incorporadas pela periferia ou já são defasadas ou estão em vias de serem superadas, o que implica em uma posição de segundo escalão desses operários quando pensada a totalidade da produção mundial. De outro lado, os sistemas e métodos educacionais orientados para a produção de um exército industrial de reserva também já foram anteriormente desenvolvidos nos países centrais, podendo ser rapidamente exportados para os países periféricos por meio dos capitais vinculados ao setor educacional e cultural – configurando o que comumente se associa ao tema do “imperialismo cultural”.

Por conta desta característica, as transições tecnológicas nos países latino-americanos tendem a ser processos muito mais agudos e rápidos, sem que necessariamente haja tempo para uma vanguarda operária acumular forças, criando a necessidade de o Estado inaugurar um processo robusto de *execução testamentária* e buscar a cooptação desses operários por meio da sua transformação em aristocracia. Desta maneira, não é de admirar como o *tacão de ferro* nos países dependentes veio acompanhado de uma brutalidade ainda maior e sem formas significativas de “compensação”. Também não é destituído de sentido, por sua vez, a maneira como a balança entre repressão e cooptação, típica da dominação burguesa, tendeu sempre a pender de forma mais significativa para a *apoteose da espada* nesses países.

Assim, com base nessas características relativas a uma definição mais precisa dos condicionantes para a existência ou não de uma aristocracia operária, podemos avançar concretamente para a análise do caso brasileiro, *o país dependente que mais avançou no desenvolvimento das forças produtivas durante o século XX*. Neste sentido, Marini, escrevendo

¹²⁷ “Isto fez com que, por um lado, os tipos de equipamentos produzidos, sempre mais sofisticados, devessem ser aplicados em atividades industriais mais elaboradas nos países periféricos, existindo interesse, por parte dos países centrais, de impulsionar ali o processo de industrialização. Por outro lado, na medida em que o ritmo do progresso técnico reduziu, nos países centrais, o prazo de reposição do capital fixo – que passou de uma média de oito anos para quatro anos –, surgiu a necessidade de exportar para a periferia os equipamentos e máquinas que se tornavam obsoletos e ainda não tinham sido totalmente amortizados” (MARINI, 2014, p. 59).

texto intitulado *El movimiento obrero brasileño* (1986), nos apresenta uma base importante para a discussão das transformações ocorridas no Brasil em relação à sua vanguarda operária.

Nas palavras do autor:

É o fato de que o país se industrializa que o converte [o movimento operário] em um verdadeiro proletariado industrial, do mesmo modo que as causas pelas quais ocorrem a industrialização criam constantemente novos setores de trabalhadores e propicia mudanças bruscas na liderança do movimento, ocupado primeiro pelos operários gráficos e têxteis, logo pelos operários das empresas estatais e paraestatais e, finalmente, pelos trabalhadores das novas indústrias dos anos sessenta e setenta, em especial a automobilística. Este processo vem acompanhado por uma elevação do nível de instrução de seus contingentes e pela substituição de um padrão de crescimento baseado no recrutamento de mão de obra rural por outro que implica dar prioridade a incorporação de membros com uma cultura urbana e industrial, particularmente nos ramos em que se acentua o progresso técnico.

Paralelamente a este processo, a partir dos anos sessenta, se assiste a transformação da mão de obra semi-assalariada do campo em um autêntico proletariado, cada vez mais urbano [...]. (MARINI, 1986, p. 21, tradução nossa¹²⁸).

Desta forma, em meados dos anos 1980, quando da escrita deste artigo, Marini identificou dois decisivos processos relacionados à vanguarda operária que ocorreram de forma paralela durante o século XX no Brasil. Em primeiro lugar, a alternância histórica entre os setores do proletariado que ocuparam a posição de vanguarda das lutas de classes no país, sendo estes: os operários gráficos e têxteis; os operários das empresas estatais e paraestatais e; os operários metalúrgicos, vinculados especialmente às fábricas do complexo da indústria automobilística. Em segundo lugar, um processo continuado e progressivo de alteração qualitativa do perfil dos novos contingentes operários. Se, no início, a força de trabalho que compôs a vanguarda operária era oriunda do meio rural, diante da urbanização crescente do país, o recrutamento passa a ser progressivamente realizado nas próprias cidades, com base em um proletariado de cultura urbana e industrial¹²⁹.

O primeiro processo, por sua vez, tem suas fases históricas definidas pelas causas particulares da industrialização brasileira em cada período de seu desenvolvimento, com

¹²⁸ “*Es el hecho de que el país se industrializa lo que lo convierte en un verdadero proletariado industrial, del mismo modo que el cauce por lo cual corre la industrialización crea constantemente nuevos sectores de trabajadores y propicia cambios bruscos en el liderazgo del movimiento, ocupado primero por los obreros gráficos y textiles, luego por los obreros de las empresas estatales y paraestatales y finalmente por los trabajadores de las nuevas industrias de los años sesenta y setenta, en especial la automovilística. Este proceso viene acompañado por una elevación del nivel de instrucción de sus efectivos y por la substitución de un padrón de crecimiento basado en el reclutamiento de mano de obra rural, por otro, que implica dar prioridad a la incorporación de miembros con una cultura urbana e industrial, particularmente en los ramos en los que se acentúa el progreso técnico.*

Paralelamente a este proceso, a partir de los años sesenta se assiste a la transformación de la mano de obra semiasalariada del campo en auténtico proletariado, cada vez más urbano [...]”.

¹²⁹ Algo que ficará muito evidente no ciclo recente de greves de massas (2008-2018) e que trataremos ao final da próxima seção.

distintos graus de dependência. Já o segundo, tem relação direta com a marcha inexorável do avanço das forças produtivas que, mesmo em um país dependente, vai eliminando formas de produção não capitalistas e consolidando a plena subordinação do trabalho ao capital – incluindo a importante criação de uma agricultura de base capitalista. Em suma, o desenvolvimento no sentido de construção de uma totalidade histórica sustentada sobre a base da oposição entre burguesia e proletariado, tal qual apreendida por Marx e Engels.

Assim, diante desses dois processos e nos referenciando no debate realizado na seção anterior, é necessário avaliar, em cada um desses ciclos da vanguarda operária brasileira, a forma como se deu a mediação entre desenvolvimento capitalista, greves de massas e consolidação ou não de uma aristocracia operária como um pilar da dominação burguesa. Para isso, nos apropriaremos da periodização histórica de Marini em *Subdesenvolvimento e revolução* (2014), que define os três momentos da industrialização brasileira como: o de *substituição de importações* (1914-1945); o de *luta pelo desenvolvimento capitalista autônomo* (1945-1964) e; o de *desenvolvimento capitalista integrado ao imperialismo* (1964-1985)¹³⁰. A estes períodos, por sua vez, relacionam-se, respectivamente, as vanguardas operárias dos trabalhadores têxteis e gráficos; dos trabalhadores das empresas estatais e paraestatais e; dos metalúrgicos. Com isso, nesta seção, trataremos em detalhes dos dois primeiros períodos e apenas apresentaremos o terceiro em seus embriões, desenvolvendo-o, em sua articulação com o período contemporâneo das greves de massas e com a derradeira constituição de uma aristocracia operária no Brasil, na seção final do nosso trabalho.

4.3 PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES: O FRÁGIL NASCIMENTO DAS GREVES DE MASSAS

O processo de industrialização brasileiro, desde seu início, assumiu o formato da substituição de importações. Este período inicial, no entanto, não vigorou na totalidade da América Latina. Na caracterização de Vânia Bambirra, em seu estudo sobre *O capitalismo dependente latino-americano* (2013), apenas Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia corresponderiam ao que a autora caracterizou como “*países com início antigo de*

¹³⁰ As datas utilizadas são demarcações didáticas e simplificadoras, sendo que os processos de desenvolvimento de cada uma das fases e de transição de uma para a outra foram muito mais complexos, fluidos e contraditórios. Assim, características da industrialização do período anterior permanecem no período posterior, mesmo que subordinadas a outro polo dominante. O mesmo ocorrendo com aos setores que compõem a vanguarda operária, que quando da transição de uma fase industrial a outra, não deixam de ter importância no período subsequente.

industrialização” (BAMBIRRA, 2013, p. 58). Tal fato, por sua vez, não é secundário, já que a entrada vigorosa do capital financeiro no sistema produtivo latino-americano e, com ele, o reforço da dependência, só ocorreria a partir do final da 2ª Guerra Mundial, já sob comando dos Estados Unidos. Antes disso, a industrialização destes países, cada um à sua maneira, contou com relativa autonomia em relação ao capital financeiro dos países imperialistas, que estavam voltados, fundamentalmente, para a exportação de capitais em direção a outras regiões do mundo.

Segundo a importante tese de Sergio Silva, *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil* (1976)¹³¹, o processo de industrialização brasileiro tem início no final do século XIX, ganhando força a partir das primeiras décadas do século XX. Esteve vinculado ao dinâmico setor cafeeiro exportador que, por sua vez, realizava seu ciclo de acumulação no mercado externo e já estava baseado no emprego de algum grau de mecanização e no uso de força de trabalho assalariada – majoritariamente de imigrantes europeus. Com o dinamismo gerado pela crescente exportação de matérias-primas, aliado às possibilidades de avanços das forças produtivas garantidas, aos saltos, pela importação de produtos industrializados – especialmente máquinas e equipamentos –, a formação de um mercado livre de força de trabalho em torno do

¹³¹ A tese de Sergio Silva, elaborada com riqueza de detalhes e fontes historiográficas, contrapôs a concepção usual de que a indústria brasileira se desenvolveu com base em pequenos empreendimentos apartados do setor agrário exportador. Tal como demonstra Mathias Luce (2018), a tese de Sergio Silva é quase que idêntica às concepções apresentadas pela teoria marxista da dependência, especialmente por Marini, sobre o início e desenvolvimento da industrialização no Brasil. Para Marini, a cooperação antagônica entre o setor agrário-exportador e o setor industrial era central na compreensão das contradições que culminaram no “governo de compromisso” representado por Vargas em seu primeiro mandato entre 1930 e 1945. Esta concepção é correlata, em seus fundamentos, a levantada por Silva em torno da unidade de contrários entre excedente cafeeiro e processo de industrialização. Segundo o autor, “[...] as relações entre comércio exterior e a economia cafeeira, de um lado, e a indústria nascente, de outro, implicam, ao mesmo tempo, a unidade e a contradição. A unidade está no fato de que o desenvolvimento capitalista baseado na expansão cafeeira provoca o nascimento e um certo desenvolvimento da indústria; a contradição, nos limites impostos ao desenvolvimento da indústria pela própria posição dominante da economia cafeeira na acumulação de capital” (SILVA, 1976, p. 103). Tal contradição apareceria em momentos de crise mundial do capital e de queda do preço do café, implicando em uma política cambial, alfandegária e fiscal que, ao favorecer a burguesia cafeeira em crise, prejudicava a burguesia industrial.

Por fim, o desenvolvimento desta unidade de contrários em favor da industrialização, tal como ocorreu a partir de 1930, não levou nem à ruptura com a subordinação do Brasil ao mercado mundial organizado pelo imperialismo nem ao divórcio definitivo com o setor agroexportador. A demanda crescente por meios de produção, direcionada aos países imperialistas, faria com que Sergio Silva concluísse seu estudo afirmando acertadamente que “[...] é o próprio capital industrial que exprime de forma mais completa as características das formas de desenvolvimento já presentes no capital cafeeiro e que determinam efeitos reduzidos da acumulação ao nível do modo de produção” (Ibid., p. 115). Com isso, também aqui, a tese de Silva se aproxima das posições apresentadas em formato de ensaios por Marini, em que o desenvolvimento de relações de produção capitalistas na América Latina não rompe com a dependência e com o subdesenvolvimento das forças produtivas, mas apenas os reforça sob a forma de plena integração ao imperialismo.

setor cafeeiro acabou por gerar possibilidades para o investimento produtivo na atividade industrial substitutiva de importações¹³².

Parte importante do capital-dinheiro inicial disponível para os empreendimentos industriais, por sua vez, era originário do excedente cafeeiro, que esteve na base do surgimento dos primeiros bancos do país¹³³. Já o capital financeiro imperialista, particularmente o inglês, foi pouco relevante no processo originário de industrialização do Brasil. No final do século XIX e início do século XX, ele se concentrou quase que exclusivamente na construção de ferrovias para escoamento do café até os portos, setor onde nem ao menos detinha exclusividade, competindo com o capital cafeeiro que também era ali aplicado (SILVA, 1976). Com isso, o grau de dependência da economia brasileira em seu inicial processo de industrialização não era ainda tão acentuado tal como viria a ser após 1955. Assim, a existência de um desenvolvimento industrial inicial relativamente autônomo em relação ao imperialismo deu base para todo o desdobramento posterior do conflito entre as classes sociais no Brasil, que só seria resolvido em 1964.

Antes disso, a deflagração da Guerra Mundial imperialista de 1914 foi marco importante deste processo original de industrialização da economia brasileira. Ao gerar paralização e encarecimento da importação de manufaturas, a guerra reforçou o processo de substituição de importações e, com ela, a constituição de um menor nível de dependência da economia nacional ao imperialismo. Na esteira do desenvolvimento fabril, a burguesia industrial passou a se fortalecer, criando a base social, ainda que embrionária, das profundas alterações na economia brasileira que ocorreriam a partir da década de 1930.

¹³² Na origem dessa burguesia industrial estarão, em um primeiro momento, os imigrantes europeus. Não os imigrantes que chegaram para trabalhar nas fazendas, mas sim uma pequena parcela de “imigrantes burgueses”, que aportaram no país como representantes comerciais do capital industrial dos países centrais, interessados em importar mercadorias manufaturadas para o Brasil. Por isso mesmo, foi sobre a base das casas de importação que serão criadas as primeiras indústrias do país – grandes indústrias, por sua vez, contando a sua maioria com 100 ou mais funcionários. Nas palavras de Silva “[...]a situação privilegiada do importador durante esse período implica particularmente a possibilidade de dispor de capitais relativamente importantes, seja aplicando os lucros de seus próprios negócios, seja recorrendo ao crédito dos bancos estrangeiros com os quais ele mantém relações comerciais. Graças ao controle do grande capital comercial, o importador estará muitas vezes na origem das empresas industriais que se constituem a partir de 1880” (SILVA, 1976, p, 95).

¹³³ “Desde o começo, os principais líderes da marcha pioneira não se limitaram a organizar e dirigir as plantações de café. Eles eram também compradores da produção do conjunto de proprietários de terra. Eles exerciam as funções de um banco, financiando o estabelecimento de novas plantações ou a modernização de seu equipamento, emprestando aos fazendeiros em dificuldade. [...]”

À medida que a economia se desenvolve, o papel das casas de exportação, centralizando a compra de toda a produção, cresce. A importância dos capitais aplicados nessa esfera da economia está ligada ao nascimento dos primeiros bancos brasileiros. As operações comerciais explicam o nascimento e o desenvolvimento dos bancos” (Ibid., p. 59).

Como contraparte ao processo de aceleração da industrialização, o custo da dinâmica substitutiva de importações foi, em grande parte, pago pela população urbana brasileira, especialmente os trabalhadores. Na medida em que não estamos falando de um desenvolvimento harmônico, mas atravessado por contradições, o congelamento das importações de produtos manufaturados era substituído por produtos de produção interna, fabricados pela indústria nativa com menor nível de produtividade. Segundo Pinheiro (apud MATTOS, 2009), enquanto os salários cresceram 58% na cidade de São Paulo entre 1914 e 1921, o custo de vida se ampliou em 67%. Logo, o desenvolvimento de relações capitalistas de produção no Brasil não deixaria de trazer consigo as contradições típicas deste modo de produção por intermédio da elevação do custo de vida¹³⁴.

Tal elevação do custo de vida em meio a um país em evidente processo de proletarização promoveu, em nossa avaliação, o primeiro ciclo de greve de massas do Brasil, que se estendeu de 1917 até 1935. O proletariado, tendo à frente sua vanguarda operária vinculada ao setor têxtil e gráfico¹³⁵ saiu à luta em reivindicação pela *linguagem da vida real*. Mesmo em um país ainda

¹³⁴ Desta forma, também aqui não há qualquer espaço para a exaltação ufanista do processo de industrialização como algo favorável aos trabalhadores, tão típica ao chauvinismo. Sob o domínio da propriedade privada, mais ou menos industrialização não promove qualquer alívio à exploração dos trabalhadores, mesmo que possa, em certa medida, reduzir a profundidade do abismo social em um país às custas da ampliação da exploração da classe trabalhadora do restante do mundo. Portanto, o debate do desenvolvimento das forças produtivas que desconsidera a discussão central sobre a forma de apropriação dessas forças, em nada se assemelha à concepção do socialismo científico, tal qual desenvolvida por Marx e Engels.

¹³⁵ Os trabalhadores gráficos já compunham a vanguarda operária brasileira desde a segunda metade do século XIX. Com a maior independência política do Brasil, desenvolvia-se toda uma camada de funcionários públicos letrados e melhor remunerados em algumas cidades do país, criando a necessidade da instalação de tipografias para a edição dos jornais, livros e revistas de restrita circulação. Estas tipografias, por sua vez, necessitavam de trabalhadores qualificados, ao menos alfabetizados, o que era uma raridade em um país que nem ao menos tinha abolido a escravidão. Diante disso, os tipógrafos apresentavam considerável capacidade de organização e reivindicação, sendo os responsáveis, desde 1858 – quando da sua primeira greve registrada –, por grande parte das atividades políticas de vanguarda no período que precedeu a intensificação da substituição de importações. Sua atividade política, por sua vez, não estava pautada apenas pelas reivindicações imediatas da categoria, mas também por posicionamentos que defendiam o fim da “exploração do homem pelo homem”. Foi com base nos gráficos que se fundaram os primeiros jornais operários e as associações de ajuda mútua, sendo eles a principal categoria de suporte e direção das lutas de classes – inclusive com participação na luta abolicionista, sendo que, em 1880, os tipógrafos do Rio de Janeiro fundaram o Clube Abolicionista Gutemberg, que chegou a comprar cartas de alforria e instituir escolas noturnas e gratuitas para ex-escravizados. Para além dos gráficos, por óbvio, outros setores de trabalhadores se formaram em torno do desenvolvimento das atividades urbanas e participaram da agitação política do período, sendo que, entre eles, podemos destacar os padeiros, os trabalhadores dos armazéns, os ferreiros e os portuários. Também em relação ao vínculo das lutas operárias com o processo de abolição da escravidão, dentro destes setores de menor exigência de qualificação, era normal que as greves contassem com a participação tanto de trabalhadores assalariados quanto de ex-escravizados e escravizados – mesmo que em menor número, já que os trabalhadores escravizados urbanos estavam vinculados, majoritariamente, ao setor de serviços domésticos, portanto, de escassa capacidade organizativa. Também não é desprezível o papel que a adoção do trabalho assalariado teve nas fazendas de café, onde também passaram a ser registrados um número significativo de greves após 1888 (MATTOS, 2009; SILVA, 1976). De qualquer maneira, na perspectiva que adotamos neste trabalho, mesmo que tenham existido lutas operárias no período anterior à intensificação da substituição de

majoritariamente rural, foi notória a entrada da classe operária ao centro da cena urbana, esta que já constituía o teatro principal da vida política nacional.

Não queremos com isso afirmar que antes de 1917 não haviam greves e organizações de caráter sindical no Brasil. Desde meados do século XIX, no mínimo, greves esparsas faziam parte do quadro nacional. Quase que todas elas, por sua vez, sob forte influência do anarco-sindicalismo trazido pelos imigrantes europeus, tinham caráter eminentemente economicista. As condições de trabalho e vida de uma classe trabalhadora em formação já eram miseráveis e o custo de vida, diante de uma agricultura organizada unicamente sobre o monocultivo exportador, era estruturalmente elevado. Diante disso, no ritmo da expansão da industrialização e do assalariamento, é natural que a antinomia entre capital e trabalho se impusesse. Com isso, na esteira das greves da Velha República, foi organizado o I Congresso Operário Brasileiro em 1906 e, como desdobramento dele, criada a Confederação Operária Brasileira em 1908, representando cinquenta associações operárias e editando o jornal *A Voz do Trabalhador* (ANTUNES, 1988; MATTOS, 2009; REZENDE, 1990).

Entretanto, com o salto na industrialização promovida pela deflagração da guerra mundial, será a partir de 1917 que o país registrará não mais apenas greves esparsas e desarticuladas, mas um ciclo de greves de massas que, por sua vez, mobilizará número expressivo de trabalhadores. Fundamental para isso seria o desenvolvimento de centros urbanos com grande número de operários industriais, sendo São Paulo e Rio de Janeiro os principais representantes deste processo¹³⁶. Com isso, a vida de milhares de operários nas cidades, expressando o fim de qualquer vínculo com as atividades de subsistência do mundo rural e a plena submissão da força de trabalho ao mercado, tornava decisivo o peso da elevação do custo de vida – que cresceu significativamente no início da década de 1910. Não por acaso, deflagrou-se o primeiro ciclo de greves de massas do Brasil a partir de 1917¹³⁷, tal como indicam as tabelas abaixo:

importações, ele foi marcado por um grande raquitismo industrial, o que não permitiu que a classe operária assumisse o centro da luta política nacional e que as greves ganhassem a característica da greve de massas.

¹³⁶ O número de operários industriais em São Paulo saltou de 24.186 em 1907 para 83.998 em 1920 e 148.376 em 1929. No Rio de Janeiro, por sua vez, o montante de operários cresceu, nos mesmos anos, de 34.850 para 56.517 e 93.525 (SILVA, 1976).

¹³⁷ A virada do ano de 1916 para 1917 foi de forte expansão dos preços que compunham a vida urbana. O trigo era inexistente no mercado, os calçados dobraram de preço e, como consequência de uma estrutura produtiva precária, os comerciantes se utilizavam do método de esconder mercadorias para promover especulação com os gêneros de primeira necessidade. Diante disso, as mercadorias chegaram a custar 160 vezes mais em 1917 que no ano anterior (REZENDE, 1990).

Tabela 1 – Greves ocorridas no estado do Rio de Janeiro (1890-1930)

Ano	Número	Ano	Número	Ano	Número
1890	6	1904	5	1918	29
1891	7	1905	8	1919	22
1892	3	1906	3	1920	26
1893	1	1907	8	1921	4
1894	-	1908	6	1922	2
1895	-	1909	14	1923	1
1896	2	1910	3	1924	3
1897	-	1911	8	1925	3
1898	5	1912	14	1926	3
1899	8	1913	5	1927	9
1900	10	1914	2	1928	24
1901	5	1915	7	1929	20
1902	4	1916	3	1930	11
1903	39	1917	13		

Fonte: MATTOS (*apud* MATTOS, 2009, p. 53)

Tabela 2 – Ocorrência de greves no estado de São Paulo (1888 -1940)

Anos	Capital	Interior	Total do Estado
1888-1900	12	12	24
1901-1914	81	38	119
1915-1929	75	41	116
1930-1940	59	31	90

Fonte: MOREIRA (*apud* MATTOS, 2009, p. 53)

Adotando maior precisão, já a partir do início do século XX era possível identificar uma aceleração no número de greves, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo. Entretanto, de 1917 até 1920, ao menos no Rio de Janeiro – até então o centro da vida política –, é que notamos uma concentração bastante significativa de greves, sendo que, após um período de retração, retomariam sua força a partir de 1928. De outro lado, é notório que o estado de São Paulo, especialmente a sua capital, ao assumir a liderança no número de operários industriais a partir da década de 1920, também passa a ser o centro do movimento grevista, com número de greves bastante expressivo.

Por isso mesmo, é justamente em São Paulo que teremos a paradigmática greve geral de 1917. Em junho daquele ano, cerca de 2 mil operários têxteis do Cotonífero Crespi entraram em greve em busca de aumento salarial de 20% e em contrariedade ao prolongamento do trabalho noturno. Na sequência, a greve se alastrou por outras fábricas da cidade, ganhando a característica de greve geral, envolvendo outras categorias profissionais e mobilizando cerca de

20 mil trabalhadores durante 30 dias. A direção política da greve geral era do Comitê de Defesa Proletária (CDP), formado durante a greve e composto basicamente pelos anarco-sindicalistas. O CDP, por sua vez, elaborou uma extensa pauta unitária, que envolvia questões econômicas e, também, questões políticas¹³⁸. A greve só terminou mediante várias conquistas dos operários da cidade, destacando-se o aumento salarial de 20%, a primeira legislação que regulou o trabalho feminino e infantil, a redução da jornada de trabalho, a libertação das lideranças presas e a liberdade de organização, para além do estabelecimento por parte do governo de feiras livres buscando reduzir o problema da carestia. Por fim, seu exemplo se estendeu para os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco, onde também já existiam operários, trazendo a chamada “questão social” definitivamente para o centro do debate nacional (OLIVEIRA, 2020; MOREIRA, 2005; FONTES, 1988; SILVA JR., 1996).

Logo na sequência, em 1919, não apenas uma, mas várias greves gerais ocorreram. Sob forte influência da Revolução Russa, novamente foram mobilizados milhares de operários em praticamente todos os centros urbanos brasileiros¹³⁹. Essas greves, por sua vez, contaram com um caráter muito mais bem organizado do que o de dois anos antes. Como resultado deste processo, no entanto, poucas conquistas foram registradas, inaugurando-se um forte período de repressão e criminalização da chamada “questão social”. Diante da desarticulação do movimento operário anterior, provocada pela repressão, os anos da década de 1920 seriam marcados por uma grande disputa de direção da vanguarda política do movimento operário, com a contínua perda de força dos anarquistas e o crescimento em importância dos comunistas (REZENDE, 1990).

Foi nesse contexto que Astrojildo Pereira, jornalista, operário gráfico e um importante dirigente até então anarquista, declararia ao final do ciclo de greves de 1917-1920 que as greves “[...] puseram a nu a incapacidade teórica, política e orgânica do anarquismo para resolver os

¹³⁸ A pauta era constituída por: 1) libertação de todos os presos que se encontram detidos por motivo da greve; 2) nenhum trabalhador será demitido por ter participado do movimento; 3) liberdade de associação; 4) proibição ao trabalho para menores de 14 anos; 5) abolição da presença feminina e de menores de 18 anos nos turnos da noite; 6) garantia da estabilidade no emprego; 7) jornada de trabalho de oito horas, com acréscimo de 50% nas horas extras e semana inglesa; 8) aumento salarial de 35% nos salários menores e de 25% nos mais elevados; 9) pagamento dos salários de 15 em 15 dias; 10) barateamento dos gêneros de primeira necessidade; 11) requisição, se necessário, de alimentos, tirando-os das mãos de especuladores; 12) medidas de controle para acabar com a adulteração dos alimentos básicos; 13) diminuição de 30% dos aluguéis das moradias mais pobres (DIAS, 1962 *apud* OLIVEIRA, 2020, p. 93).

¹³⁹ A título de exemplo, registramos a greve dos operários da Empresa Garcia com sede em Blumenau/SC, cidade considerada à época um promissor polo do setor têxtil. Ainda que seus resultados tenham sido negativos do ponto de vista do atendimento das reivindicações e até mesmo da perseguição sofrida pelos grevistas – que culminou, inclusive, na deportação de alguns deles –, tal fato evidencia o espraiamento das greves de massas pelo país (SIMÃO, 1996).

problemas de direção de um movimento revolucionário de envergadura histórica” (*apud* ANTUNES, 1988, p. 62). Diante disso, seria ele em conjunto com outros ex-anarquistas que fundariam em 1922 o Partido Comunista Brasileiro (PCB), dando um importante passo para o fim da histórica hegemonia anarquista. Tal disputa foi bastante significativa já que, mesmo diante da grande combatividade assumida pelos grevistas neste período, o perfil do movimento operário ainda não podia ser apreendido como revolucionário. Segundo Ricardo Antunes (1988), apesar de a greve geral ter sido utilizada como instrumento privilegiado de luta e ter o conflito intrafabril como centro através da ação direta, a forte influência anarquista inviabilizava tal salto de qualidade. Em suas palavras:

A predominância de uma pauta predominantemente economicista explicava-se pela hegemonia anarquista e anarco-sindicalista no seio da classe trabalhadora. Esta orientação ideológica negligenciava o momento explicitamente político de luta pelo poder estatal, e ao fazer isso, drenava todo seu potencial numa luta imediata e não direcionada para a efetiva superação do capitalismo. Mais ainda, o movimento operário anarquista, desconsiderava, ou, mais ainda, não admitia na sua doutrina a criação da organização político-partidária das classes subalternas e, decorrentemente, além de isolar-se do cenário político, não permitia a formação de um bloco hegemônico de classes subalternas, pois não buscava, concretamente, a necessária política de aliança com os demais setores dominados, especialmente o campesinato. (ANTUNES, 1988, p. 64)

Deste ponto de vista, o qual consideramos acertado, as manifestações operárias desprezavam completamente as dissidências oligárquicas e os conflitos entre burguesia industrial e oligarquia agrária. Conflitos estes que se desenvolviam largamente desde o início do século XX e se agravavam justamente no período de ascensão das greves de massas. Portanto, sob a hegemonia anarquista, o aspecto político da dominação, ou seja, o tema da conquista do poder, não era colocado no horizonte do movimento operário ao menos até a década de 1920.

Com o PCB, no entanto, o tema da conquista do poder foi posto pela primeira vez ao proletariado¹⁴⁰. Tal fato se somou ao desenvolvimento, também na década de 1920, de uma tendência reformista no movimento operário, favorecida que estava por uma nova postura do Estado. Percebendo a ineficácia da simples repressão na contenção das greves, fato que gerava prejuízos aos negócios, o governo da época passou a adotar postura mais negociadora. O Estado brasileiro iniciava sua entrada na *era de reformas* que discutimos na seção anterior, isso visando estabilizar o processo de acumulação do setor oligárquico que era o detentor exclusivo do poder

¹⁴⁰ Antes de 1922 já havia sido fundado em 1890 o Partido Operário, construído por imigrantes alemães vinculados à II Internacional. Este tinha caráter socialista e reformista, porém, inserido em um país em que as reformas ainda não existiam, nunca teve qualquer influência significativa perante a classe trabalhadora, não conseguindo suplantar a forte hegemonia anarquista (MATTOS, 2009).

político, abarcando ao menos os trabalhadores vinculados ao ciclo exportador do café – especialmente ferroviários e portuários¹⁴¹. Já para os trabalhadores vinculados diretamente ao capital industrial, diante da exclusão da burguesia urbana do núcleo do poder de Estado, a regra continuava a ser apenas a repressão, fato que acabava por incentivar a explosão recorrente de greves nesses setores (ANTUNES, 1988).

Assim, diante do descenso gradativo da influência anarco-sindicalista no Brasil, crescia a influência comunista. Mesmo que ainda muito incipiente, com uma notória debilidade nas formulações teóricas sobre a realidade brasileira¹⁴² e muito longe de apresentar capacidade de dirigir as massas operárias, tal crescimento despertava a preocupação da elite política brasileira – que acompanhava atônita e assustada os desdobramentos ocorridos na Rússia. De outro lado, a emergência do movimento tenentista¹⁴³ e a grande crise capitalista de 1929 levaram o Estado oligárquico da República Velha ao seu momento terminal (ANTUNES, 1988).

¹⁴¹ Fato emblemático nesse sentido foi a conquista da primeira legislação previdenciária brasileira. Com base em uma grande greve dos ferroviários em 1922, foi aprovado o decreto presidencial que ficou conhecido como “Lei” Eloy Chaves. Criava-se, assim, a Caixa de Aposentadoria e Pensão dos ferroviários e era estabelecido, através dela, a estabilidade de emprego após 10 anos de serviços prestados. Portanto, já desde aqui, os primeiros passos para uma era de reformas se inauguravam também no Brasil.

¹⁴² O PCB basearia suas teses na concepção de que o Brasil era um país de origem feudal ou semifeudal. Com isso, apostaria na revolução democrático-burguesa como estratégia da revolução brasileira, buscando intensamente a aliança com os setores da burguesia industrial na ilusão de que estes comporiam um bloco anti-imperialista. Tal formulação acabou por permitir o desenvolvimento de tendências reformistas em seu interior, que também se somaria no conjunto de insuficiências políticas e teóricas da vanguarda operária brasileira (ANTUNES, 1988; MARINI, 2014).

¹⁴³ Na esteira do processo de profissionalização das Forças Armadas, o período da República Velha foi profícuo em revoltas militares. Desde a Guerra do Paraguai (1864-1870), quando o Brasil encontrou enormes dificuldades diante da pouca organização e qualificação dos seus soldados e do raquítico desenvolvimento técnico dos armamentos utilizados, iniciou-se um longo período de profissionalização das forças armadas brasileiras e de construção de uma forte ideologia industrialista no interior de setores militares – exemplo disso são as várias escolas militares de engenharia que surgiram no período. Em meio a tal processo, que expandia os contingentes profissionais de oficiais e praças – principalmente sargentos e marinheiros – em meio a uma sociedade de parco desenvolvimento das forças produtivas e com elevado custo de vida, é natural que as reivindicações de caráter corporativo dos militares ganhassem peso. Em especial entre os praças, recrutados nas camadas populares, a insatisfação era enorme, ganhando em vários momentos o caráter de revolta política ou corporativa, tal qual a Revolta da Chibata em 1910, a Revolta dos Sargentos em 1915 e 1916 e as revoltas dos tenentes nos anos 1920. A resposta a tais manifestações até o final da década de 1920, tal qual ocorria em relação ao movimento operário, era baseada em muita violência e repressão, o que gerava, em muitos casos, a criação de uma perigosa aproximação entre trabalhadores e militares de baixa patente – exemplo elucidativo dessa questão foi a realocação da antiga Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, para o distante e isolado bairro do Realengo, que tinha como objetivo o afastamento dos cadetes das influências políticas e ideológicas do movimento operário. Tal quadro se desenvolve ao ponto de construir um movimento tenentista na década de 1920, que teve na emblemática Coluna Prestes/Miguel Costa (1924-1927) e na participação direta nos acontecimentos de 1930 o seu auge. Por fim, a maior liderança do movimento tenentista, Luís Carlos Prestes, filiar-se ao PCB em 1934 e seria o presidente da Aliança Nacional Libertadora (ANL) no ano seguinte, despertando enorme temor no interior de todas as frações da classe dominante (CUNHA, 2018).

Estourava assim a “Revolução de 1930” que, apesar do nome, nunca chegou a ser de fato uma revolução. Tratou-se, na interpretação de Antunes (1988)¹⁴⁴, de uma espécie de “reformismo pelo alto”, excluindo o proletariado e as demais classes subalternas do poder e tendo um forte elemento conciliador e desmobilizador da luta operária. Sem dúvida, no entanto, ela foi um momento decisivo no processo de modernização e expansão das relações de produção capitalistas no país, em que a brecha no interior da classe dominante permitiu a constituição de uma força social formada por componentes das elites oligárquicas contrárias à oligarquia paulista e também das camadas médias urbanas – com grande participação do tenentismo.

Assim, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, ao ter que resolver o problema de realização da produção nacional que não encontrava mercado externo por conta das guerras e da crise, colocava-se no centro do projeto do Estado brasileiro a modernização dos setores agrários e a ampliação do mercado interno. Desta forma, teve início a criação das condições institucionais indispensáveis para a aceleração do processo de industrialização, amadurecendo a burguesia industrial e colocando-a como a principal beneficiária deste período histórico, peça cada vez mais relevante no interior da classe dominante. Fatores estes que fizeram Vania Bambirra (2013) tratar este processo político como uma “revolução burguesa” – isso em um sentido muito restrito e nunca equiparado ao ocorrido nas potências imperialistas¹⁴⁵.

No que se relaciona a vanguarda da classe operária, diante do processo de industrialização, as classes dominantes passaram a perceber que era fundamental algum grau de organização e regulação das relações de trabalho, algo necessário para conter as sucessivas explosões grevistas que reiteradamente paralisavam a produção e impunham prejuízos aos burgueses e elevação dos custos associados ao valor da força de trabalho. Mais uma vez, tal fato se apresentava como síntese necessária da dominação burguesa em meio à intensificação das lutas de classes, que passavam a ter as greves e o movimento operário como centro. Tanto foi assim que os anos que antecederam a Revolução de 30 – 1928 e 1929 – foram de nova expansão grevista, que, mesmo ainda preservando seu caráter economicista, passaram perigosamente a ser “contaminadas” pelo elemento político tão presente a partir da década de

¹⁴⁴ A síntese de Ricardo Antunes, por sua vez, é baseada nos estudos de Francisco Oliveira, Luiz W. Vianna e Décio Saes.

¹⁴⁵ “Embora não se possa dizer que todo esse processo tenha sido uma revolução burguesa no sentido tradicional do termo, certamente expressou um momento histórico latino-americano, no qual a burguesia industrial, impulsionada pelo vigor que lhe outorga o fato de controlar uma forma mais avançada de organização social da produção, reivindicou o controle hegemônico do poder, oferecendo um projeto próprio de desenvolvimento econômico-social. Neste sentido, e somente neste sentido, é possível caracterizar todo esse processo como uma ‘revolução burguesa’, nas condições típicas do desenvolvimento do capitalismo dependente” (BAMBIRRA, 2013, p. 81).

1920. Por isso mesmo, o centro da política estatal no âmbito da organização coletiva do trabalho foi a tentativa de eliminação da independência das entidades sindicais, buscando submetê-las ao controle do Estado (ANTUNES, 1988).

Tal tentativa de controle, por sua vez, não colheu sucesso nos primeiros anos, enfrentando forte oposição da vanguarda operária. A postura inicial dos sindicatos de maior atuação grevista, dirigidos tanto por anarquistas quanto por comunistas, foi a de não aderir ao sindicalismo de Estado, continuando a atuar em contrariedade à nova Lei Sindical de 1931¹⁴⁶. Na periodização realizada por Antunes (1988), as greves, que haviam caído em função da forte crise e do desemprego criado entre 1929 e 1931, viveram uma retomada em 1932, especialmente no período que antecedeu o levante armado comandado pela reacionária oligarquia paulista. Após a deflagração do conflito, entretanto, as greves cessaram drasticamente, sendo que 1933 foi um ano de início de retomada da atividade industrial, o que acabou por absorver a força de trabalho desempregada e arrefecer o ímpeto grevista. A retomada das greves só ocorreu em 1934, favorecidas que foram pela relativa liberalização que marcou o governo ainda provisório de Getúlio Vargas naquele ano. Por fim, o apogeu do movimento grevista ocorreu em 1935, quando as greves se generalizaram para várias categorias e, em alguns poucos casos, finalmente desenvolveram uma nítida dimensão política, favorecidas decisivamente pela criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em março do mesmo ano¹⁴⁷.

Assim, o ciclo de greves de massa inaugurado em 1917, tal como compreendemos na seção anterior, era uma forma de expressão de algo mais profundo: um período revolucionário. Sobre as bases da oposição entre o desenvolvimento das forças produtivas – promovida pelo processo de industrialização – e a forma de produção e apropriação privada dessas forças – ainda assentadas no padrão oligárquico das relações de propriedade e poder – desenvolveram-

¹⁴⁶ A Lei Sindical de 1931 criou a figura do sindicato oficial, registrado no Ministério do Trabalho e tendo seu estatuto e funcionamento definidos pelo Estado.

¹⁴⁷ A Aliança Nacional Libertadora representou um momento fundamental para a esquerda brasileira, que encerrava sua fase de estreiteza política e, ao mesmo tempo, unificava o movimento operário com a luta do restante da população. Na esteira da ascensão do nazi-fascismo na Europa, a própria III Internacional revisava suas teses, apresentando a formulação sobre a necessidade da composição de frentes em dois momentos: as frentes populares antifascistas e a frente única proletária. O fator central nesse processo da ANL foi a proposição de um programa unificado, que apresentava medidas de enfrentamento à enorme crise que assolava o país. Com isso, ela pôde se definir como uma frente única que abarcava operários, camponeses, soldados, marinheiros, estudantes, intelectuais, pequena burguesia e todos os demais setores que, na débil formulação teórica do PCB, se colocassem em contrariedade ao imperialismo. Assim, se a ANL teve o mérito de compreender a necessidade da constituição da classe operária como vanguarda política dirigente de um bloco mais amplo de forças, apresentou seu limite na própria amplitude desta frente, baseada nas ilusões em torno de setores pequeno-burgueses e burgueses supostamente anti-imperialistas. Com isso, já ao final do ano de 1935, o governo Vargas decreta sua ilegalidade, não contando com oposição significativa das massas e dando início à fase mais dura da repressão (ANTUNES, 1988).

se as contradições que se consolidaram na dinâmica das lutas de classes. Entretanto, diante de um movimento operário ainda frágil, especialmente por conta da sua pouca maturidade política e organizativa, foi a contrarrevolução que se impôs como forma de promover a reorganização da sociedade brasileira. Mantendo-se a propriedade privada intocada, era inaugurada a ditadura do Estado Novo, que promoveria a união entre o *tacão de ferro* desferido sobre o movimento operário e a *execução testamentária* de algumas de suas pautas.

Do ponto de vista das classes dominantes, os setores associados à dinâmica exportadora se mantiveram como classe dirigente, mas agora acompanhados da burguesia industrial, cada vez mais importante na estrutura econômica e social. Já o movimento operário foi finalmente enquadrado em uma nova legislação sindical e trabalhista que, se por um lado ampliava direitos individuais, de outro lado impunha um forte caráter controlador e repressivo sobre a organização coletiva dos trabalhadores enquanto classe. Desta forma, na síntese realizada por Ruy Mauro Marini:

O resultado das lutas desencadeadas por esse conflito é, por intermédio da Revolução de 1930, um compromisso – o Estado Novo de 1937, sob ditadura de Getúlio Vargas – através do qual a burguesia se estabiliza no poder, em associação aos latifundiários e aos velhos grupos comerciantes, ao mesmo tempo em que estabelece um esquema particular de relações com o proletariado. Neste esquema, o proletariado será beneficiado por toda uma série de concessões sociais (concretizadas sobretudo na legislação trabalhista do Estado Novo) e, por outro lado, será enquadrado em uma organização sindical rígida, que o subordina ao Governo, dentro de um modelo de tipo corporativista (MARINI, 2014, p. 74-75).

Assim feito, em 1943, após alguns anos de subordinação continuada da classe operária ao Estado por meio do peso da espada contrarrevolucionária, desenvolvem-se todos os mecanismos jurídico-estatais que dão substância ao Sistema Brasileiro de Relações de Trabalho, sintetizado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Este novo sistema se apresentou como “[...] um eficiente instrumento para a política de controle e repressão do movimento operário” (MARINI, 1986, p. 6, tradução nossa)¹⁴⁸ e, diante dele – ao menos até muito recentemente¹⁴⁹ – “[...] a dialética interna do movimento operário passou a ser marcada

¹⁴⁸ “[...] un eficiente instrumento para la política de control e represión del movimiento obrero [...]” (MARINI, 1986, p. 6).

¹⁴⁹ A CLT só foi substancialmente alterada pela Lei nº 13.437 de 2017, em grande medida, em contrariedade aos trabalhadores. Analisaremos este fato na próxima seção, inserindo-o como um momento marcante de derrocada quase que absoluta de todo o padrão de reprodução do capital baseado no processo de industrialização que vigorou durante essas fases da história brasileira que agora analisamos.

pela confrontação de tendências classistas com as forças que – dentro e fora dele – lutam por mantê-lo subordinado ao Estado e, através deste, à burguesia” (Ibid., p. 6, tradução nossa)¹⁵⁰.

Conforme Mattos (2009), Oliveira (2021) e Rezende (1990), vários foram os mecanismos utilizados nesse processo de controle com base no binômio repressão e persuasão (as ditas “concessões” sociais). Em primeiro lugar, uma legislação sindical que foi construída paulatinamente entre 1931 e 1943, que promoveu essa subordinação da atividade sindical ao Estado, destacando-se: a criação do sindicalismo oficial, com Carta Sindical e estatuto chancelados pelo Ministério do Trabalho, somado ao poder do Estado fiscalizar as atividades sindicais e intervir nas direções; a unicidade sindical que estabelece o monopólio do sindicato oficial único por categoria e base territorial; a nova estrutura burocrática vertical em torno das categorias (sindicatos, federações, confederações); as leis que instituíram a Justiça do Trabalho como árbitra de última instância dos conflitos trabalhistas e; por fim, mas decisivo para o funcionamento de todo esse modelo, a criação do Imposto Sindical, recolhendo via Estado uma parcela do salário anual da classe trabalhadora e repassando-o para os sindicatos oficiais.

Em outra dimensão da repressão, de caráter mais ostensiva, as greves, que anteriormente a 1930 eram tratadas como “caso de polícia”¹⁵¹, passam a ter tratamento jurídico específico. Em um primeiro momento, no início do governo Vargas, houve a tentativa de enquadrá-las nos marcos de um direito de greve regido duramente pela Justiça do Trabalho. Entretanto, diante da manutenção da luta grevista, travada ao arrepio da lei e, não poucas vezes, contra a subordinação da atividade sindical ao Estado, a ditadura aberta inaugurada em 1937 retornará à simples proibição e criminalização das greves. Já pelo lado da vanguarda política dos operários, representada naquele momento, em grande medida, pelos trabalhadores de origem europeia, a legislação tratou de limitar a sua participação nos sindicatos e impedir, deliberadamente, qualquer atividade política e ideológica ou vínculo com entidades sindicais internacionais. Com base nisso, o papel da polícia política do Estado Novo, perseguindo deliberadamente os elementos mais avançados da classe operária, não pode deixar de ser colocado no centro da análise do período.

Da parte das “concessões” sociais – a *execução testamentária* – as mudanças instituídas no período criaram, por um lado, uma nova legislação previdenciária, garantindo um mínimo

¹⁵⁰ “[...] la dialéctica interna del movimiento obrero pasó a ser marcada por la confrontación de tendencias clasistas con las fuerzas que – dentro y fuera de él – pugnan por mantenerlo subordinado ao Estado y, a través de éste, a la burguesía” (MARINI, 1986, p. 6).

¹⁵¹ A primeira referência a greves na legislação brasileira encontra-se no Código Penal de 1890, proibindo as greves ao caracterizá-las como um delito, punível com pena de prisão e multa (OLIVEIRA, 2021).

de seguridade social – aposentadorias, pensões, indenizações e atendimento médico. Para isso, houve uma generalização das caixas de aposentadoria e pensão que existiam de maneira restrita desde o início da década de 1920, transformando-as em institutos que passaram a contar com contribuição financeira do Estado e dos capitalistas, para além da parte salarial que já existia. Por outro lado, foi estabelecida uma legislação trabalhista propriamente dita, regulamentando as jornadas e condições de trabalho, as férias, os descansos semanais remunerados, os pisos salariais, etc. Todas essas melhorias, no entanto, ficaram restritas aos trabalhadores representados por entidades do sindicalismo oficial, constituindo-se em mais uma forma, para além da repressão, de enquadrar o movimento operário nos marcos da estrutura criada pelo Estado.

Com isso, podemos identificar, de fato, a sólida consolidação de uma era de reformas no Brasil, criando novas bases para a luta operária¹⁵². Essas reformas, por sua vez, nunca atingiram a totalidade da classe trabalhadora brasileira daquele período, ficando restritas aos poucos setores operários vinculados ao processo de industrialização por substituição de importações. Já a enorme massa do exército industrial de reserva – seja o localizado nas cidades (tratados por alguns como mercado informal ou como “marginais”) ou, principalmente naquele período, a massa de trabalhadores rurais ou de agricultores voltados para a subsistência – permaneceu distante de qualquer bem-estar, servindo à sua função essencial de não permitir que os ganhos da vanguarda operária pudessem superar o primado da superexploração da força de trabalho como característica da dependência.

Mesmo assim, o menor grau de dependência em um momento histórico em que o capital financeiro ainda não voltava prioritariamente seu interesse para a América Latina, permitiu à economia nacional avanços no seu processo de acumulação de capital. Com isso, também se multiplicou o proletariado, incorporado de novos contingentes advindos do mundo rural. Desses fatos, é impossível concluir pela transformação da vanguarda operária em aristocracia operária

¹⁵² Esse novo patamar legal da luta operária fez com que a hegemonia anarco-sindicalista, fortemente reprimida pelo Estado Novo, não conseguisse se recuperar nos períodos posteriores de ascensão das lutas de classes e do movimento grevista (MARINI, 1986). O romantismo idealista anarquista, combatido por Marx e Engels tal como vimos na primeira seção do trabalho, tende a substituir as condições reais da luta por ideias abstratas de autonomia, impraticáveis no contexto político que se seguiu ao Estado Novo. Diante disso, tanto o reformismo de conciliação que se desenvolveu mais marcadamente no PCB após 1943, quanto o nacionalismo burocrático do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado em 1945, passaram a ser as principais forças políticas atuando na vanguarda do movimento operário até o início da década de 1960. Isso não significa, no entanto, que tendências anarquistas desapareceram do movimento operário brasileiro. Estas continuaram a existir, porém com caráter residual. Também é importante destacar as forças políticas trotskystas que, mesmo que muito minoritárias, desde muito cedo se organizaram como sessão da Oposição Internacional de Esquerda, opondo-se ao crescente processo de estalinização e reformismo do PCB (REZENDE, 1990).

através da criação da CLT. O que ocorreu, em nossa avaliação, tem relação com a desarticulação da vanguarda anterior e sua substituição por novos contingentes proletários oriundos do campo, portanto, não qualificados e de menor nível de politização, facilitando o trabalho de absorção das novas lideranças operárias pelo Estado (MARINI, 1986). Por outro lado, e mais decisivo para a impossibilidade da constituição de uma aristocracia operária nesse primeiro período, foram os próprios limites constitutivos da industrialização de substituição de importações, tocadas em frente pelo governo de compromisso de Getúlio Vargas, que não tardaram a aparecer.

O primeiro deles foi dado justamente na política de compromisso entre a burguesia industrial e o latifúndio agroexportador. A complementariedade entre estes dois setores, diante de um desenvolvimento industrial em ritmo crescente contraposto à continuidade da crise do café no mercado externo, assumiu cada vez mais um caráter de antagonismo. Ao se desenvolverem as relações industriais capitalistas, exigia-se uma crescente disponibilidade de mais-valia para ser reinvestida no próprio processo industrial, especialmente na criação de uma base plenamente capitalista para a acumulação – as chamadas indústrias de base, como a siderurgia, a indústria do petróleo e o setor de eletrificação.

Estes eram investimentos de maior magnitude do que os exigidos inicialmente pela substituição de importações, portanto, demandavam um maior volume de capital inicial para sua execução, polarizando mais uma vez a contradição no interior das classes dominantes. Tal conflito pela destinação da mais-valia acumulada, logo, apareceria sob a forma do “[...] esforço da burguesia industrial para colocar os recursos econômicos disponíveis e o aparelho de Estado a seu serviço, rompendo, ou pelo menos transgredindo, as regras do jogo fixadas em 1937” (MARINI, 2014, p. 75).

O segundo limite do processo apareceria também como subproduto da política de compromisso: a impossibilidade de rebaixar o valor da força de trabalho através da mais-valia relativa. Diante de um latifúndio agroexportador em nada interessado em destinar suas terras e investimentos produtivos para produção de alimentos, o custo de vida elevado continuava sendo uma pressão permanente sobre os operários, impedindo qualquer processo de aburguesamento das camadas de sua vanguarda.

Assim, sobre as bases das novas contradições que se desenvolviam no interior da política de compromisso entre as diferentes classes dominantes é que se inaugura o segundo período de greve de massas no Brasil. Nele, mais uma vez, a vanguarda operária apareceria ao centro da luta política, marchando à frente dos demais setores do proletariado e das camadas populares,

pressionando mais uma vez com a força de um aríete pela transformação radical da sociedade brasileira.

4.4 LUTA PELO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA AUTÔNOMO: AS ILUSÕES REFORMISTAS DAS GREVES DE MASSAS

Após os anos de intensa contrarrevolução, um primeiro ensaio de retomada das lutas grevistas ocorreu em 1942, à revelia de qualquer proibição legal¹⁵³. Tinham como fundamento, mais uma vez, a constante elevação do custo de vida nas cidades, somada às medidas de forte arrocho salarial promovidas pelo esforço de guerra brasileiro quando da entrada do país na 2ª Guerra Mundial¹⁵⁴. Mesmo que os mecanismos de controle do movimento operário criados pelo Estado Novo tenham sido rapidamente utilizados, não conseguiram, no entanto, eliminar o germinar de uma nova ascensão do movimento operário. Diante disso, o próprio governo Vargas foi forçado a adotar medidas liberalizantes no sentido de uma maior democratização política ao final do seu primeiro governo, tal qual o reconhecimento dos partidos (até mesmo do PCB), a anistia dos presos políticos e a convocação de eleições para a Assembleia Constituinte.

Diante dessas medidas democráticas, que conferiam maior oxigênio à luta operária, os militares que haviam sido os fiadores da ditadura do Estado Novo foram os mesmos que destituíram Getúlio Vargas em 1945. Mesmo assim, em meio ao governo do General Dutra, não foi possível conter o avanço do movimento operário¹⁵⁵, sendo que o número de

¹⁵³ Diante do controle do Estado sobre as atividades sindicais, as primeiras greves do período serão realizadas quase sempre no âmbito das empresas e organizadas por comissões de fábrica, sendo levadas à frente em contrariedade às direções sindicais (MATTOS, 2009).

¹⁵⁴ Ao contrário da ilusão de uma permanente estabilidade da CLT, mesmo durante o primeiro governo Vargas, em função da guerra, foram suspensos o direito às férias, aumentado o tempo da jornada de trabalho e restringida a mobilidade da força de trabalho (Ibid.).

¹⁵⁵ Para além da pressão realizada pelo movimento operário internamente no país, a conjuntura internacional do pós-guerra tratou de abrir um novo ciclo de reformas sociais, tal como vimos anteriormente. Neste sentido, logo após o final do conflito mundial, foi realizada a Conferência Interamericana sobre os Problemas da Guerra e da Paz, que ocorreu no Castelo de Chapultepec no México em 1945, e que, entre outros assuntos, aprovou a Declaração dos Princípios Sociais da América, assinalando que “um dos objetivos essenciais da futura organização internacional é conseguir cooperação internacional na solução de problemas sociais, melhorando assim as condições materiais de existência das classes trabalhadoras de todos os países”, incluindo aí o reconhecimento do direito de greve. O Brasil, alinhado aos Estados Unidos – o país que comandava a conferência –, foi um dos signatários da Declaração, fazendo com que durante todo aquele ano fossem notórios os pronunciamentos de deputados do PCB – tal como Jorge Amado e Marighela – em defesa da efetivação de tal acordo internacional no interior do país. Com isso, diante desse novo quadro, o governo do General Dutra foi obrigado a promulgar em 1946 o Decreto-Lei 9.070/46, que assegurava legalmente a greve como um direito dos trabalhadores, independentemente da participação do sindicato em sua deflagração. Entretanto, apesar de ser menos restritivo que a lei de greves de 1940 – adotada pela ditadura do Estado Novo – a nova lei previa a manutenção do forte controle

trabalhadores filiados aos sindicatos saltou de 474.943 em 1945 para 797.691 no ano seguinte e, nas eleições de 1945, o candidato presidencial do PCB atingiu 10% dos votos, figurando na terceira colocação do pleito (MATTOS, 2009).

O fato impossível de ser contornado era, mais uma vez, a *linguagem da vida real*. Ao ser mantido o poder político dos latifundiários no Estado de compromisso liderado por Vargas, permanecia intocada a propriedade da terra e a concentração dos ganhos de produtividade agrícola nas lavouras de café vinculadas à exportação. Com isso, mediante uma oferta de alimentos extremamente rígida, a urbanização associada ao continuado processo de proletarização da população trazia aumentos significativos na demanda por alimentos. Logo, mesmo que contando com a CLT, a elevação permanente do custo de vida impedia qualquer processo de exploração da força de trabalho por meio da mais-valia relativa, algo que traria certa estabilização política à dominação burguesa. Portanto, nessas condições, a criação de uma aristocracia operária estava inviabilizada no Brasil. Diante disso, novamente como fruto da contradição elementar da sociedade capitalista, grande parte da classe operária sairia em marcha decisiva a partir de 1947, algo que se prolongaria durante longas duas décadas até 1968 e configuraria, por sua vez, um segundo período de greves de massas na história brasileira, que aparece nitidamente em sua primeira fase (1947-1954) na tabela abaixo:

Tabela 3 – Evolução do movimento grevista no Brasil (1947-1954)

Anos	Número de participantes
1947	150.000
1948	200.000 - 250.000
1949	200.000
1950	250.000
1951	360.000
1952	410.000
1953	800.000 - 1.000.000
1954	1.200.000 - 1.600.000

Fonte: REZENDE, 1990

Diante de tais condicionantes, mesmo que o PCB adotasse a diretriz internacional estalinista de aliança com as forças liberais-burguesas que haviam derrotado o nazi-fascismo, focando sua energia na tentativa de conter as greves sob a justificativa de assegurar a transição

do Estado sobre as greves, com intervenção direta das Delegacias Regionais do Trabalho sobre os conflitos e com várias condicionalidades que, se levadas à risca, praticamente inviabilizavam a execução de tal direito (BABOIN, 2020).

política para um regime constitucional, não foi possível obter sucesso em sua tática. Os próprios militantes de base do partido, sensíveis ao ímpeto que vinha da classe operária esfomeada diante do arrocho salarial e do elevado custo de vida, romperam em muitos momentos com as resoluções lançadas pela cúpula partidária. Encerrado o governo Dutra, mais um a promover um novo arrocho salarial e colher o repúdio massivo da classe operária em luta, já a partir de 1950 as greves assumiriam caráter aberto e extensivo, fazendo-se novamente presente no centro da política nacional (MATTOS, 2009).

É esse o quadro que dá contorno à segunda fase do desenvolvimento industrial brasileiro, marcado pelo protagonismo do Estado na criação dos setores da indústria de base. Já a partir do final do primeiro governo de Vargas, mas sobretudo reforçado pela nova condição política do seu segundo mandato a partir de 1950¹⁵⁶, inicia-se uma nova política mais agressiva contra os limites impostos a industrialização pelo setor agrário-exportador. A ampliação da criação de empresas estatais e paraestatais vinculadas às indústrias de base e a adoção de uma política protecionista – contando com controle cambial e aduaneiro e com a nacionalização dos recursos básicos – reconfiguraram a própria vanguarda operária do período, criando um importante setor operário diretamente empregado pelo Estado. Além disso, de forma bastante significativa para o perfil da luta política posterior, deram forte impulso ao desenvolvimento de uma ampla camada média assalariada, novamente vinculada à expansão do aparato estatal (MARINI, 1986, 2014).

Tal política, no entanto, entrava em choque aberto com a nova fase do imperialismo inaugurada com o fim da 2ª Guerra Mundial. Como principal potência vitoriosa, os Estados Unidos passaram a viver um vigoroso processo de acumulação de capital, que, por sua vez, criou as condições para uma grande intensificação da exportação de capitais e a necessidade da ampliação do domínio internacional das fontes de matéria-prima. Diante disso, a política adotada pelo imperialismo estadunidense para a América Latina foi de reforço das suas posições de domínio, exigindo o ataque aos projetos nacionalistas e industrializantes levados em frente por governos de tipo populista, tal como o de Vargas no Brasil. O aliado interno imediato do imperialismo, em um primeiro momento, foi justamente a burguesia agrária, interessada que

¹⁵⁶ Dessa vez, Vargas chegaria à presidência por meio da via eleitoral, contando com significativo apoio do proletariado urbano. Na intermediação deste apoio estava tanto o PTB, criado em em 1945 tendo seus principais quadros recrutados no interior do sindicalismo oficial, quanto o movimento “Queremista”, que desde o momento da deposição de Getúlio organizou parcelas do proletariado pelo seu retorno.

estava em retomar suas posições no mercado mundial, novamente em expansão após o fim dos conflitos militares e da crise capitalista.

De outro lado, beneficiado pelo fim das hostilidades entre PCB e PTB e a inauguração de uma aliança entre as duas forças, estruturou-se um bloco político de alianças ancorado na luta pelo desenvolvimento nacional autônomo, composto pela burguesia brasileira, os setores das classes médias urbanas assalariadas e a vanguarda organizada do proletariado. Nas palavras de Marini:

Essa aliança era possível pois, ao propor um amplo programa de expansão econômica, a burguesia abria perspectivas de emprego e de elevação do nível de vida para a classe operária e para as classes médias urbanas, criando desta maneira uma zona de interesses comuns que tendiam a expressar-se politicamente em um comportamento homogêneo. Essa tendência será acentuada pela burguesia através do manejo das direções sindicais (via Ministério do Trabalho) e com o impulso dado às ideias nacionalistas, que lhe permitiam exercer controle ideológico sobre as massas (MARINI, 2014, p. 76).

Entretanto, por conta da dependência, o sonho do reformismo nacionalista, baseado no desenvolvimento capitalista autônomo, não durou muito tempo. Do ponto de vista das classes dominantes tradicionais, vinculadas ao setor agrário-exportador, Getúlio desagradava por sua política voltada majoritariamente aos interesses industriais. Já pela parte da burguesia industrial, a carência de divisas cambiais promovida pela dependência, somada a retração industrial inaugurada em 1953 e a maior liberalização em torno da organização operária e das greves, também não faziam com que o setor apoiasse solidamente o presidente. Por parte do proletariado, o aprofundamento das contradições da sociedade brasileira, especialmente as que se refletiam na inflação¹⁵⁷, fizeram com que a vanguarda operária – principalmente proletários vinculados ao setor estatal e paraestatal, como petroleiros, mineiros, portuários e ferroviários, mas também os trabalhadores têxteis representantes do período anterior – tivesse um protagonismo político inédito na história brasileira até ali.

Um ponto marcante nessa nova fase de ascensão das greves foi a “Greve dos 300 mil”, ocorrida em São Paulo em 1953. Deflagrada inicialmente pelos operários têxteis, a greve contou com participação de várias categorias profissionais durante 29 dias de duração, expandindo-se também para outras cidades industriais. A pauta, por sua vez, girava em torno do aumento salarial de 60% e da adoção de medidas de redução do custo de vida. Do ponto de vista

¹⁵⁷ A inflação anual no Brasil foi de 40% em 1952, 19,1% em 1955, 52,1% em 1959 e 79% em 1963. Com isso, o significativo crescimento econômico do período não impactava em nenhuma redução das desigualdades sociais, sendo que em 1960, os 70% brasileiros mais pobres detinham apenas 20% da renda nacional, contra os 40% abocanhados pelos 6% mais ricos (MATTOS, 2009; OLIVEIRA, 2020).

organizativo, foi criado o Comitê Intersindical de Greve, órgão que, pouco tempo depois, transformou-se na organização nacional Pacto de Unidade Intersindical (PUI)¹⁵⁸ – entidade exterior à estrutura sindical oficial, que se constituiu como o principal centro organizador do movimento operário na década de 1950. A greve se encerrou com uma vitória dos trabalhadores, que tiveram parte de sua pauta econômica acatada.

Entretanto, para além da vitória econômica imediata, o principal impacto da greve foi político: a substituição do então Ministro do Trabalho, Segadas Viana, do Partido Social Democrático (PSD) – liberal ligado aos interesses agrário-exportadores – por João Goulart, do PTB. O novo ministro, na tentativa de estreitar os laços do governo com os trabalhadores, teve como primeira medida o reajuste de 100% nos salários urbanos. Depois disso, logo na sequência, em maio de 1954, Vargas anunciaria o reajuste de mesmo valor no Salário Mínimo, o que colocaria em polvorosa todos os setores das classes dominantes, que reforçaram a pressão contra o presidente.

Diante de tantos sinais contraditórios e perante a abertura de uma grande instabilidade econômica¹⁵⁹ e política, o projeto nacionalista de desenvolvimento capitalista autônomo sofreria um primeiro abalo ainda em 1954. Acossado por todos os lados, Getúlio Vargas acabou por cometer suicídio e, em suas palavras, premonitórias em relação ao próprio projeto nacional-burguês que ele mesmo representava, “sair da vida para entrar na História”¹⁶⁰ (VARGAS, 1954).

¹⁵⁸ Também com base na experiência do PUI foi criado o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (Dieese) em 1955, com o objetivo de elaborar uma pesquisa própria dos trabalhadores para calcular o custo de vida no país. Diante disso, a entidade passou a cumprir papel importante ao desmascarar, reiteradamente e em vários governos sucessivos, as manipulações realizadas pelos governos sobre o cálculo da inflação (OLIVEIRA, 2020).

¹⁵⁹ Dois limites à industrialização se faziam sentir neste momento, fatores que contribuíram para a crise que levou ao suicídio de Getúlio. Primeiramente, o fim do financiamento externo dos bancos estadunidenses por decisão do governo de Eisenhower em 1952 e, em segundo lugar, a forte queda no preço do café ocorrida em 1954. Com estes dois fatos, rareavam as divisas necessárias para a sustentação do projeto industrializante nos moldes do capitalismo dependente (MARINI, 2014).

¹⁶⁰ Apesar de não partilharmos da criação de mitos, que mais servem para turvar o estudo da história do que para desvelar suas determinações e seus processos políticos reais, os mitos também são formas de expressão da realidade, forjados na materialidade da vida cotidiana. Neste sentido, partes da Carta Testamento de Getúlio Vargas, escrita logo antes do seu suicídio em 23 de agosto de 1954, são reveladoras sobre o conteúdo do momento histórico brasileiro. Assim, destacamos um trecho bastante esclarecedor das contradições do período:

“A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruiu os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder” (VARGAS, 1954).

Após o suicídio e um breve interregno de indefinição dos rumos nacionais que se estendeu até 1955, Juscelino Kubitschek (PSD) foi eleito Presidente da República. Como vice, em uma eleição que era realizada de forma separada naquela época, foi eleito João Goulart (PTB), o herdeiro de Getúlio e representante da ala mais progressista do trabalhismo brasileiro.

Com Juscelino no governo, segundo Marini (2014), a disputa inter-burguesa começou a ser resolvida em favor de uma nova aliança contrária ao proletariado e favorável ao reforço da dependência. Diante dos limites internos ao processo de industrialização, a saída encontrada foi uma nova e intensa fase de integração do sistema produtivo brasileiro ao imperialismo. Com ela, por sua vez, tornava-se cada vez mais complexa e vigorosa a teia de relações do capital financeiro imperialista com a burguesia local e o Estado, provocando alterações na economia que iriam definir as bases do desenvolvimento ulterior das lutas de classes.

Duas medidas principais foram importantes nesse sentido. De um lado, a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) – atual Banco Central – adotou em 1955 a Instrução 113, que permitia a importação de máquinas e equipamentos estrangeiros sem necessidade de cobertura cambial. De outro lado, e ainda mais decisivo, o novo governo inaugurou um ambicioso programa de desenvolvimento baseado na intensificação dos investimentos públicos no setor básico e, principalmente, na facilitação da entrada vertiginosa do capital estrangeiro por meio das multinacionais, especialmente as indústrias automobilísticas.

Nesse quadro, os “50 anos em 5” propagandeados por Kubitschek representaram uma grande expansão os investimentos tanto em capital constante quanto em capital variável. Desta maneira, as condições de maior demanda pela força de trabalho em contraste com a permanência dos fatores que pressionavam o custo de vida nas cidades para cima, levaram à expansão dos salários por meio do crescimento do movimento grevista – algo que ficou latente por meio da intensificação do segundo ciclo de greves de massas do país. De outro lado, do ponto de vista qualitativo das relações sociais, iniciava-se a formação de um novo operariado metalúrgico de alta qualificação, vinculado ao parque produtivo das novas indústrias automobilísticas, e que modificaria o cenário das lutas de classes a partir da década de 1960 e, especialmente, da década de 1970.

No que tange a expansão do movimento operário, entre meados de 1955 e o golpe de 1964, verificamos uma das fases de maior ascensão de sua história. As greves cresceram em

número e também em radicalidade¹⁶¹, fazendo aumentar significativamente o número de sindicatos e de trabalhadores filiados aos sindicatos (MATTOS, 2009). Diante da expansão do movimento, o próprio proletariado amadurecia ao ser forjado no calor das lutas de classes. Com isso, ampliou-se a influência da classe operária no debate público, mediante a maior participação na elaboração da pauta política nacional e a constituição de organismos intersindicais exteriores e não subordinados à estrutura do sindicalismo oficial. Podemos destacar neste sentido a organização dos trabalhadores rurais, por meio das Ligas Camponesas e dos recém-criados sindicatos rurais, e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), fundado em 1962 no IV Encontro Sindical Nacional, que reuniu 3.500 delegados representando 586 entidades sindicais, tendo como “Plano de Ação Imediata” aprovado no encontro a realização de uma “campanha de esforços pelas reformas de base” (Ibid.).

Tal momento foi fundamental, já que o segundo período de greves de massas, em nossa avaliação, conseguiu realizar um salto de qualidade ao criar uma pauta nacional unificada para o movimento operário, mesmo que ainda limitada pelo horizonte nacional-reformista. Diante dessa pauta unitária, as greves posteriores ganharam conteúdo nitidamente político, questionando aspectos muito mais amplos do que apenas a condição imediata de trabalho e vida. Entrava no centro do debate a própria forma de organização da sociedade, sendo questionadas tanto as bases da propriedade da terra baseada no latifúndio, apontada como principal responsável pelo tema da carestia, quanto as remessas de lucro e dividendos operadas pelas empresas multinacionais, que eram o centro da dependência naquele período. Em suma, o conteúdo contrário ao latifúndio exportador e anti-imperialista estava abertamente colocado, mesmo que ainda não tivesse ganho caráter socialista em virtude da estratégia nacional-popular e das ilusões em torno da aliança com a burguesia nacional expressadas pelo PCB.

O que o partido não percebia era que, com a entrada das multinacionais a partir de 1955, toda uma cadeia de produção de insumos industriais era criada no interior do país, dando novo impulso ao processo de industrialização sem necessariamente tocar nas estruturas agrárias. Essa cadeia, por sua parte, forneceu enormes possibilidades de lucros para a burguesia local, que

¹⁶¹ Dentre essas greves, podemos destacar a “Greve dos 400 mil”, iniciada em São Paulo em 15 de novembro em 1957, durando 10 dias e contando com 80% de adesão dos operários paulistanos. As assembleias dos grevistas para deliberação e avaliação do desdobramento do processo, realizadas no Hipódromo da Mooca, chegaram a reunir até 50 mil trabalhadores. Com momentos de conflito com as forças da ordem que se assemelharam a rebeliões populares, a greve só terminou após muita oposição do patronato industrial, que resistiu ao máximo para ceder à conquista de parcela da pauta de reivindicação dos trabalhadores, que, mais uma vez, era focada no tema do salário e da carestia (OLIVEIRA, 2020).

abandonou paulatinamente qualquer projeto de desenvolvimento capitalista autônomo em nome do desenvolvimento associado ao imperialismo (MARINI, 2014).

Entretanto, antes que a nova fase se tornasse dominante, era necessário que as forças associadas ao imperialismo derrotassem a vanguarda operária do pré-64, que, em meio às contradições entre a impotência reformista em um país dependente e o amadurecimento do proletariado promovido pelas greves de massa, radicalizava-se e ganhava autonomia em relação ao bloco burguês-popular¹⁶² (MARINI, 1986). O último governo representante deste bloco, por sua vez, foi o próprio João Goulart (1961-1964), que chegaria a presidência em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, o presidente eleito no ano anterior. Goulart, diante da tentativa dos setores golpistas de impedir que assumisse, contou com importante apoio do movimento operário, que trabalhou ativamente tanto pela garantia de sua posse quanto em favor do plebiscito que retomava o regime presidencialista no início de 1963¹⁶³.

Entretanto, retomados os poderes presidenciais, a vacilação política típica do nacional-reformismo, sempre em busca da conciliação social, tratou de introduzir uma política amplamente contraditória. Dando sinais favoráveis aos trabalhadores, através da discussão em torno das reformas de base¹⁶⁴, ao mesmo tempo, implementou sob coordenação do Ministro do Planejamento, Celso Furtado, o Plano Trienal de Desenvolvimento – um clássico programa de ajuste fiscal ortodoxo, baseado em medidas de arrocho salarial alinhadas aos interesses do liberalismo imperialista, e que tratou de ser um fracasso econômico, social e político. A crise capitalista, em vigor desde 1962, apenas se aprofundaria, com a inflação, por sua vez, ultrapassando os 70% ao ano ao final de 1963 (MARINI, 2014; MATTOS, 2009).

¹⁶² Desde o início da década de 1960, especialmente após a vitória da Revolução Cubana, começaram a surgir novas organizações políticas revolucionárias em meio a grande polarização da luta política no Brasil. Estas tinham como ponto central de ruptura com o PCB a superação das teses em torno do caráter nacional-popular do processo revolucionário no país, apontando para a transição direta ao socialismo como caminho da revolução brasileira (MARINI, 2014).

¹⁶³ As forças golpistas não conseguiram evitar a posse de João Goulart em 1961, quando foram derrotadas pela articulação popular em defesa da legalidade, comandada por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul. Como maneira de evitar os plenos poderes de Jango, os golpistas promoveram uma mudança no regime político brasileiro, abandonando o presidencialismo e adotando o parlamentarismo. Entretanto, tal manobra durou apenas até 1963, quando as forças alinhadas ao imperialismo foram derrotadas por uma forte campanha nacional em defesa do presidente (Ibid.).

¹⁶⁴ Dentro dessas reformas, duas medidas se destacavam: a Lei de Remessas de Lucros aprovada em 1962, que visava conter a transferência de mais-valia promovida pelas multinacionais para seus países de origem, algo que truncava o reinvestimento produtivo e eram uma das facetas da crise econômica de 1962; e a Reforma Agrária anunciada em 23 de março de 1964, dias antes do golpe militar, que buscava quebrar a estrutura agrária baseada no latifúndio, permitindo a elevação da produtividade na produção de alimentos e a contenção da constante pressão inflacionária (Ibid.).

As tensões sociais chegaram a um ponto crítico, opondo fortemente as classes dominantes associadas ao imperialismo – aglutinadas em um bloco cada vez mais coeso – ao proletariado em aliança com as camadas médias urbanas e os trabalhadores rurais. O espaço para as ilusões reformistas conciliatórias encontrava seu limite. A política econômica vacilante e contraditória de João Goulart reforçou a independência crescente do movimento operário frente as ilusões conciliatórias e reformistas. Por consequência, os trabalhadores passaram a se distanciar tanto do PCB quanto do PTB, fiadores da aliança no interior do bloco burguês-popular. As massas não aceitavam mais os acordos palacianos, abrindo o espaço para o desenvolvimento de uma embrionária dualidade de poderes no interior do Brasil, que aparecia na crescente envergadura dos conflitos de classes no campo e nas cidades¹⁶⁵. Impunha-se uma saída de força e, perante a vacilação reformista e a incipiência revolucionária, esta saída assumiria, mais uma vez, um caráter contrarrevolucionário (MARINI, 2014).

Assim foi imposto o golpe de 1964, orientado pelos manuais militares dos Estados Unidos¹⁶⁶ e procedido pela instauração de um *Estado de Contra-Insurgência* (MARINI, 2018). Esta forma de conquista e direção do Estado, por sua vez, atuava sobre a base de um método de dominação burguesa construído para impedir o avanço das forças revolucionárias latino-americanas em três etapas: aniquilar os movimentos revolucionários, conquistar bases sociais e institucionalizar a dominação. Diante desse método de dominação, adotou-se como primeira etapa o terrorismo de Estado, uma forma de lidar com a vanguarda operária e política que assumia caráter revolucionário no pré-64. Esta forma de contrarrevolução levada a cabo nos

¹⁶⁵ Pelo lado da aliança entre o proletariado, trabalhadores rurais e classes médias urbanas, verificamos momentos marcantes como mais uma grande greve geral, a “Greve dos 700 mil” de 1963, que paralisou 80% da base operária de São Paulo por 5 dias; a “Greve dos 200 mil canavieiros de Pernambuco”, também de 1963, liderada pelas Ligas Camponesas e pelo recém-criado movimento sindical entre os trabalhadores rurais e; o comício de 13 de março de 1964 realizado por João Goulart na Central do Brasil, em defesa das reformas de base e reunindo cerca de 150 mil pessoas (OLIVEIRA, 2020). Já pela parte do bloco das classes dominantes, o destaque fica por conta da “marcha da família”, realizada no Rio de Janeiro e reunindo em torno de um milhão de manifestantes, demonstrando que também as forças da reação contavam com considerável apoio de massas (MARINI, 2014).

¹⁶⁶ A participação dos militares na política brasileira não é exclusividade do período anterior ou posterior a 1964. Os militares, por exemplo, cumpriram um papel importante na própria abolição da escravatura, sendo que a articulação do famoso manifesto abolicionista deu as bases para a formação do Clube Militar em 1888. Entretanto, os levantes militares do início do século XX somado à Revolução Russa de 1917, deram início a um forte processo de reorientação da doutrina militar das Forças Armadas, pautada pela construção de uma concepção profundamente anticomunista. Este processo, por sua vez, não foi homogêneo e sem contradições, acompanhando a dinâmica do desenvolvimento industrial e das lutas de classes no Brasil e chegando a assumir, em algumas frações militares, até mesmo uma faceta nacionalista e anti-imperialista. O momento derradeiro, no entanto, foi a aproximação íntima das cúpulas militares brasileiras com os estadunidenses no final da 2ª Guerra Mundial, procedida da criação da Escola Superior de Guerra em 1949 – completamente articulada com o National War College estadunidense, criado anteriormente em 1946. Por aí é que foi construída a “doutrina de segurança nacional”, que seria aplicada quando da chegada dos militares ao poder no Brasil (CUNHA, 2018; SILVA, 2018; MORAES, 2018).

países dependentes latino-americanos, por seu turno, é diferente da fascista, típica dos países imperialistas de desenvolvimento tardio – tal qual a Alemanha, a Itália e o Japão no período entre as guerras mundiais. Nas palavras de Marini:

Na fase de preparação do golpe, ou de desestabilização, se observam traços fascistas, mas estes são secundários. Através da propaganda, da intimidação verbal e até física, que pode implicar a utilização de grupos armados, a burguesia contrarrevolucionária busca desmoralizar o movimento popular e ganhar força, somando aliados e neutralizando setores. Porém, por se tratar de sociedades baseadas na superexploração do trabalho, em nenhum caso ela tem condições para reunir forças suficientes para derrotar politicamente o movimento popular, e não chega sequer à estruturação de um partido político; [...] as forças contrarrevolucionárias não chegam jamais a um claro triunfo político, mas necessitam usar a força para assumir o Estado e empregá-lo em seu benefício; o terrorismo de Estado, como método de enfrentamento ao movimento popular, se intensifica precisamente porque este movimento se encontra intacto e muitas vezes aparentemente forte no momento em que as frações contrarrevolucionárias conseguem subordinar plenamente o aparelho estatal, não havendo sofrido um processo prévio de derrotas, que no fascismo chegou a se expressar, como na Alemanha, no plano eleitoral. *Esta característica da contrarrevolução latino-americana deriva da impossibilidade em que se encontra a burguesia monopolista de atrair para o seu campo setores significativos do movimento popular.* Diferentemente do fascismo europeu, que foi capaz de arrastar amplas massas pequeno-burguesas e de abocanhar inclusive o proletariado, ganhando certo grau de apoio entre trabalhadores desempregados e até operários em atividade, a burguesia monopolista na América Latina não pode pretender reunir verdadeira força de massas, que lhe permita enfrentar politicamente, nas urnas e nas ruas, o movimento popular. Por isso, se coloca como meta o reestabelecimento das condições de funcionamento do aparato estatal, mesmo que temporariamente, para poder acioná-lo em seu proveito (MARINI, 2018, p. 6, grifo nosso).

Nos interessa destacar a forma como o autor aponta, acertadamente, para a incapacidade de o capital monopolista instalado na América Latina, naquele momento, *atrair para seu campo setores significativos do movimento popular*, logo, em nossa interpretação, criar uma significativa aristocracia operária para si. Por conta da superexploração, da ausência da mais-valia relativa e da perda de mais-valia nas relações com o mercado mundial, o Estado na América Latina não contou naquele momento com capacidade material para realizar esta tarefa. Desta forma, o uso de métodos fascistas esteve orientado para desmoralizar o movimento operário em ascensão, sem nunca adquirir a capacidade de se consolidar em um movimento de massas fascista e, por desenvolvimento ulterior, em partido fascista – partido que, no terreno político, pudesse derrotar o proletariado. Isso é importante, pois algo que muitas vezes se quer ocultar em torno do fascismo foi que ele contou com apoio de setores operários, amalgamados pelos partidos fascistas. Isso ocorria em meio a um claro processo de *execução testamentária* em que, diante da conquista de posições avançadas na dinâmica imperialista, era possível aos países fascistas apropriarem-se de superlucros no mercado mundial, destinados também à sua aristocracia operária interna.

No caso das ditaduras latino-americanas, a dominação se deu por dentro do aparato de Estado, que é tomado pelas forças contrarrevolucionárias e, não tendo capacidade de assegurar a dominação por meio de compensação material à setores da classe trabalhadora, recorre quase que exclusivamente ao uso sistemático do terror. Portanto, exaurida rapidamente a capacidade de dominação no terreno da política, ela precisa se direcionar ao campo militar – não por acaso o protagonismo recorrente das Forças Armadas latino-americanas, integradas politicamente ao imperialismo estadunidense.

Foi exatamente isso que ocorreu após 1964 no Brasil, quando a ditadura, em um primeiro momento (1964-1968) tratou de buscar desarticular as principais organizações políticas do proletariado e das classes médias urbanas, incluindo aí, até mesmo, as reformistas. Nesse sentido, aproveitou-se da legislação sindical criada na década de 1930 para intervir em 433 entidades sindicais, cassando os direitos políticos e instaurando inquéritos militares contra os principais dirigentes operários da época (MATTOS, 2009).

De outro lado, estabeleceu uma política de arrocho salarial, chamada de Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG/1964-1966), que tinha como principais medidas: a proibição e forte repressão das greves (Lei 4.330/64); o controle artificial dos índices inflacionários que serviam de base para os reajustes salariais; o fim da estabilidade de emprego após dez anos de serviço (substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS¹⁶⁷); e o desmonte do sistema previdenciário baseado nos Institutos de Aposentadoria e Pensões, substituindo-os pelo Instituto Nacional de Previdência Social – INPS (Ibid.). Com isso, reforçava-se a superexploração da força de trabalho, com peso redobrado para o assalto ao fundo salarial, rebaixando o padrão de remuneração do proletariado e orientando os recursos daí extraídos para garantir uma maior rentabilidade tanto para a grande burguesia local, avalista do golpe de 1964, quanto para o capital estrangeiro.

Para além disso, as dificuldades de reinvestimento produtivo trazidas pela transferência de mais-valia foram resolvidas com um maior reforço da dependência e da centralização do capital. Beneficiava-se, assim, o capital monopolista, local e multinacional, que já se desenvolvia nas décadas anteriores. Primeiramente, a ditadura implantou, logo nos seus primeiros anos, uma reforma tributária com significativa elevação da cobrança de impostos regressivos – que incidem sobre as camadas de renda mais baixa e privilegia as rendas elevadas.

¹⁶⁷ Os recursos do FGTS, por sua vez, foram centralizados no Banco Nacional de Habitação (BNH), que tratou de financiar grandes empreendimentos habitacionais, incentivando a formação do capital monopolista também no setor da habitação popular (ROLNIK, 2009).

Também aprovou uma reforma financeira, que buscou tanto criar amplos incentivos à entrada do capital estrangeiro quanto organizar um sistema financeiro nacional estável para a exploração capitalista de longo prazo. Este último, por seu turno, seria orientado para a centralização das poupanças individuais no Estado através da garantia de remuneração mínima aos capitais através da dívida pública, redirecionando esses recursos para o desenvolvimento do próprio capital monopolista¹⁶⁸ (AREND, 2009; TAVARES, BELLUZZO, 1998).

Desta maneira, o Estado de Contra-Insurgência brasileiro inaugurado em 1964 revelou rapidamente sua essência de classe. Se, por um lado, hipertrofiou e aperfeiçoou o corpo do poder executivo, algo característico de todo e qualquer processo contrarrevolucionário, por outro lado, constituiu a cabeça da direção do processo em dois ramos centrais de decisão no interior do Estado: o militar e o econômico. Tal cabeça, por sua vez, consistiu em uma particularidade da dominação política na economia dependente, na qual, segundo Marini:

De um lado, o *ramo militar*, constituído pelo Estado Maior das Forças Armadas, que expressa a instituição militar ao nível de tomada de decisões e que repousa sobre a estrutura vertical própria das Forças Armadas; o Conselho de Segurança Nacional, órgão deliberativo supremo, no qual se entrelaçam os representantes do ramo militar com os delegados diretos do capital; e os órgãos do serviço de inteligência, que informam, orientam e preparam o processo de tomada de decisões. De outro lado, o *ramo econômico*, representado pelos ministérios econômicos, assim como as empresas estatais de crédito, produção e serviços, cujos postos-chave se encontram ocupados por tecnocratas civis e militares. Assim, o *Conselho de Segurança Nacional é o espaço onde confluem ambos os ramos*, entrelaçando-se e formando no topo o órgão chave do Estado de contrainsurgência. (MARINI, 2018, p. 8, grifo do autor)

Assim, em síntese, “[...] o Estado de contrainsurgência é o Estado corporativo da burguesia monopolista e das Forças Armadas, independentemente da forma que assuma, isto é, independentemente do regime político vigente” (Ibid., p. 8, grifo do autor). Conformada esta fusão e ultrapassada a primeira etapa de desarticulação do movimento operário e de reformas favoráveis ao capital monopolista, já em 1967 ocorre uma relativa abertura política. Como exposto por Marini, dentro da doutrina de contrainsurgência, passada a fase de desarticulação da vanguarda revolucionária, apresentava-se a necessidade de conquistar bases sociais e institucionalizar o novo formato da dominação burguesa. De fato, em relação a vanguarda operária do pré-64, que se radicalizava e ultrapassava sua concepção reformista original, a vitória política da ditadura entre 1964 e 1967 foi bastante significativa. Entretanto, a nova vanguarda operária que surgia, vinculada à fronteira tecnológica da acumulação de capital inaugurada no Brasil desde 1955 e representada pelos metalúrgicos, teria seu primeiro

¹⁶⁸ Processo semelhante do ocorrido posteriormente à crise de 1929 na economia dos Estados Unidos, de que tratamos anteriormente, porém, sobre as bases da dependência.

experimento de medição de forças com a burguesia justamente em meio a este momento de transição.

Nesse quadro é que ocorrem as greves dos metalúrgicos de Contagem (MG)¹⁶⁹ e Osasco (SP)¹⁷⁰, ambas em 1968, compondo um momento decisivo de transição no interior da vanguarda operária brasileira¹⁷¹. Em meio a um silencioso processo de organização dos metalúrgicos pós-1964, tocado em frente por várias organizações revolucionárias clandestinas, as greves explodem e colocam em xeque a ditadura militar. Diante disso, recorre-se ainda mais intensamente ao terrorismo de Estado, que muda de qualidade mediante a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), com expansão das extradições e do uso do aparato militar para torturar e assassinar parte importante da militância política da época. A repressão, deste modo, foi brutal, tendo evidente objetivo de garantir o reforço da superexploração da força de trabalho por meio da continuidade da política de arrocho salarial (MATTOS, 2009).

Alinhada ao terrorismo de Estado, no entanto, continuou havendo a necessidade de algum grau de cooptação dessa nova vanguarda operária que saiu à luta. Logo, a saída seria buscada em um reforço ainda maior da dependência, vendido pela ideologia oficial como “milagre econômico”. Este, resguardando a sua conotação religiosa, era banhado em pecado, já que só foi possível mediante um pacto de sangue com o demônio que habita o Norte e adora o bezerro de ouro. Assim, o fato definidor do crescimento econômico gerado após 1968 foi apenas a ampliação da dependência em relação à banca internacional imperialista, recorrendo a um hiperendividamento em moeda estrangeira – especialmente perante os Estados Unidos – orientado para sustentar as elevadas taxas de acumulação da economia nacional, tendo como

¹⁶⁹ A greve dos metalúrgicos de Contagem durou 20 dias, contando com a maior adesão justamente nas fábricas do capital monopolista da cidade, e tendo como reivindicação um reajuste salarial de 25%. O sindicato sofreu forte repressão do Estado, com participação direta do então Ministro do Trabalho, coronel Jarbas Passarinho, que chegou a participar pessoalmente da assembleia da categoria ameaçando de transformar a greve em uma “fábrica de cadáveres”. Mesmo diante da intervenção na direção do sindicato, a greve foi vitoriosa, conquistando abono salarial de 10% que se estendeu a todos os trabalhadores brasileiros, quebrando a política de arrocho salarial da ditadura (OLIVEIRA, 2021).

¹⁷⁰ A greve dos metalúrgicos de Osasco foi realizada três meses após a greve de Contagem, reivindicando 35% de aumento salarial, dois anos de contrato coletivo de trabalho e reajustes salariais trimestrais. Teve característica bastante diferente da greve de Contagem. Mesmo que também se concentrasse nas maiores empresas de capital monopolista da cidade, foi realmente preparada anteriormente, com base em organizações por locais de trabalho, dirigida politicamente e realizada com ocupações de fábrica. Diante dos métodos avançados de luta, foi ainda mais fortemente reprimida do que a greve de Contagem, não se efetivando em nenhuma conquista material para os operários e sendo o fato decisivo para o AI-5 (Ibid.).

¹⁷¹ Os operários que compunham a vanguarda anterior, empregada nas empresas estatais e paraestatais e nos setores das indústrias substitutivas de importação, por sua vez, não deixaram de existir. Pelo contrário, o processo de expansão dos investimentos estatais nos setores estratégicos da indústria de base e o novo reforço aos demais setores industriais fará o número destes operários continuar se expandindo. Entretanto, perdem em centralidade para a nova vanguarda metalúrgica, algo que aparecerá nitidamente após o final da década de 1970.

ponta de lança a indústria automobilística¹⁷². A forma de o Estado operar tal estímulo ao capital monopolista, por seu turno, foi o financiamento de obras de infraestrutura e o subsídio direto ao grande capital, local e estrangeiro, isso por meio de políticas de incentivos fiscais e creditícios (AREND, 2009; TAVARES, BELLUZZO, 1998).

Paralelamente, o problema estrutural da baixa produtividade agrícola também começou a ser solucionado. Segundo Wandelely (2011), novamente por meio do Estado comandado por sua burocracia militar e tecnocrática, foi promulgado o Estatuto da Terra em 1964, estabelecendo as diretrizes do desenvolvimento rural do país. Logo na sequência, foram criadas instituições aptas para prestar assessoria técnica aos empreendimentos rurais – com destaque para a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 1973. Com isso, foram instituídos os instrumentos necessários para a implementação da Política de Desenvolvimento Rural, destinando recursos abundantes para realizar a modernização da agricultura. Estes recursos, no entanto, novamente foram direcionados para benefício dos latifundiários, visando manter inalterada a estrutura da terra e a orientação da produção agrícola tanto para a exportação quanto para o fornecimento de matérias-primas para a indústria monopolista local.

O processo trouxe os resultados esperados no âmbito da consolidação de uma nova base técnica moderna na agricultura – uso de tratores e colheitadeiras, beneficiamento genético das mudas e reprodutores, eletrificação rural, aprimoramento químico do solo, crédito rural, estímulo a comercialização e industrialização da produção, etc. Fato este que, portanto, sustentou a criação de um mercado de produtos agrícolas destinados ao consumo urbano e ao abastecimento das indústrias, sem com isso romper com os pilares da dependência. Com base nisso é que nasceram os complexos agroindustriais (CAIs) brasileiros, grandes indústrias modernas no ramo agrícola que teve o capital financeiro local como principal proprietário. Por fim, da mesma maneira que o ocorrido com os monopólios industriais tradicionais, os novos monopólios agroindustriais não rompem com “o elemento conservador agrário, expresso pela grande propriedade e pelo capital comercial das regiões mais atrasadas, [mas] associa-se a política financeira e fiscal do Estado” (DELGADO, 1985 *apud* WANDERLEY, 2011, p. 34).

Com base nesse processo de subordinação real do trabalho ao capital, de 1968 a 1976 o PIB brasileiro cresceu a uma média de 10% ao ano, atingindo seu pico de crescimento em 1974

¹⁷² Em 1973, o incremento de capital fixo no setor automobilístico chegou a 70%, ou seja, quase que dobrou o tamanho do parque industrial deste setor no Brasil em um ano (TAVARES; BELLUZZO, 1998).

(14%). O país, nesse período, foi o recordista mundial em relação às taxas de crescimento econômico (MATTOS, 2009). Diante deste fato, Marini afirmou em seu prefácio à quinta edição do livro *Subdesenvolvimento e Revolução* (2014), elaborado em 1974, que o Brasil havia atingido a etapa do *capital financeiro*, consolidando no interior da nação a *fase dos monopólios*. Assim, alcançou um maior desenvolvimento relativo na nova divisão internacional do trabalho, iniciando a modernização também dos setores que produzem bens salários e, com isso, começando a implementar processos de exploração por meio da mais-valia relativa – que passaram a se somar à superexploração da força de trabalho, mantida como elemento de coesão das várias camadas da burguesia.

Marini (2005; 2014) trata de forma bastante adequada o processo de implementação da exploração da força de trabalho também por meio da mais-valia relativa no Brasil. O primeiro passo ocorre quando, já desde 1955, registra-se a entrada vigorosa do capital estrangeiro monopolista, criando um novo setor produtivo de alta composição orgânica e elevada produtividade, orientado para a produção de bens suntuários, inicialmente automóveis e, nas décadas posteriores, também produtos eletrodomésticos e eletroeletrônicos. Este primeiro passo, no entanto, mesmo que eleve a produtividade da economia nacional, não se reverte em mais-valia relativa, já que os bens suntuários não são destinados para consumo dos operários, mas sim das camadas que compõem a esfera alta do consumo (a burguesia e alguns setores das camadas médias).

Com isso, diante da continuidade da reduzida composição orgânica e baixa produtividade no setor de bens salários (alimentos, têxteis, produção de moradias, etc.), gerava-se permanente aumento do custo de vida, o que impedia a redução do valor da força de trabalho. Ou seja, em outros termos, não era reduzido o tempo de trabalho socialmente necessário para a compra das mercadorias necessárias à reprodução física e moral da classe trabalhadora. Por conta disso, em um primeiro momento da modernização capitalista brasileira, passam a existir dois setores internos operando com base em distintas composições orgânicas, sendo que o setor do capital monopolista na produção de bens suntuários é beneficiado ao se apropriar de um superlucro extraído do setor de pequenas e médias empresas produtoras de bens salário, via de regra nacionais e de baixa composição orgânica do capital.

Entretanto, o processo acelerado de acumulação de capital e ganhos de produtividade no setor monopolista, ao mesmo tempo em que rebaixa o preço dos bens suntuários, passa a exigir a ampliação do mercado para a realização de sua crescente produção. Parte dessa ampliação do mercado se dará pela própria inserção do Brasil na exportação de produtos

industrializados, com o capital monopolista contando com fortes estímulos fiscais e creditícios para realizar tal salto ao exterior. De outra parte, também o mercado interno, contando com milhões de consumidores em um país cada vez mais urbanizado, poderia ser utilizado para essa realização, o que, por seu turno, exigiria que parte da classe trabalhadora brasileira, justamente o setor de maior remuneração, pudesse ser incorporada como consumidores de mercadorias até então consideradas de luxo.

Diante disso, para além da estruturação de um sistema de crédito para o consumo desses bens, levado a frente pela reforma financeira da ditadura, era fundamental elevar a produtividade do setor de bens salário, rebaixando seus preços e liberando parte do salário dos trabalhadores. O método, na fase imperialista do desenvolvimento aos saltos, só poderia ser a eliminação das pequenas e médias empresas, substituindo-as por monopólios produtivos dirigidos pelo capital financeiro, procedimento que terá *início na década de 1970* e só será *concluído com a reestruturação produtiva e a abertura comercial da década de 1990*¹⁷³.

Com base nesse processo, não se elimina a superexploração em nome da mais-valia relativa¹⁷⁴. A superexploração da força de trabalho permanece como característica determinante da dependência, isso mediante a extensão oceânica do seu exército industrial de reserva – que até mesmo cresce em meio a elevação da composição orgânica do capital. O que ocorre é que, sobre as bases da superexploração, a introdução continuada da mais-valia relativa que se inicia embrionariamente na década de 1970 intensifica os mecanismos de exploração, alterando a própria forma de manifestação da dependência. Esta, por sua vez, deixa de ter qualquer relação com aspectos aparentemente “arcaicos” da sua economia, modernizando-se e passando a estar totalmente subordinada em relação à propriedade do capital financeiro. Assim, ao estabelecer a grande indústria moderna e os critérios sociais de produção em todos os setores produtivos (tanto os produtores de capital constante quanto de capital variável), inicia-se a transição para uma economia capitalista plenamente desenvolvida, ainda que este processo mantenha sua característica fundamental de subdesenvolvimento relativo das forças produtivas quando comparado aos países imperialistas.

Desse modo, mediante o desenvolvimento do capital financeiro no interior do país, inclusive contando com fusões entre os monopólios industriais e financeiros, o Brasil, já na

¹⁷³ Debateremos tal conclusão do processo de plena subsunção da produção dos bens-salário aos métodos capitalistas desenvolvidos na próxima seção do trabalho.

¹⁷⁴ Incompreensão muito comum no debate econômico marxista brasileiro, efetivada por autores que associam superexploração com a preponderância da mais-valia absoluta, algo longe de ser preciso teoricamente.

década de 1970, passa a apresentar uma *composição orgânica do capital intermediária*. Fato que, por sua vez, fez o país exercer uma posição *subimperialista* no mercado mundial, deixando de apenas perder mais-valia para os países de composição orgânica superior e passando, também, a se apropriar de superlucros diante de países de composição orgânica inferior com o qual reforçou seus vínculos econômicos – especialmente na América do Sul, para onde, inclusive, passa a exportar capitais e intervir diretamente em busca do domínio de fontes de matérias-primas. Nos termos de Marini:

[...] é possível afirmar que o subimperialismo corresponde, por um lado, ao surgimento de pontos intermediários na composição orgânica do capital em escala mundial – na medida em que aumenta a integração dos sistemas de produção – e, por outro, à chegada de uma economia dependente à fase do monopólio e do capital financeiro. Neste sentido, em nossos dias, o Brasil se identifica como a mais pura expressão do subimperialismo (MARINI, 2014, p. 41).

O termo “sub”, por sua vez, é determinante para não falarmos equivocadamente em “imperialismo brasileiro”. Não estamos tratando aqui de uma fase imperialista de fato, que exigiria um grau de autonomia que a economia brasileira efetivamente não teve no passado e, atualmente, está ainda mais longe de ter. O país só alcançou essa posição intermediária mediante a associação com o imperialismo estadunidense, o fiador de última instância do golpe militar e exportador de grande parte do capital que financiou o “milagre econômico”. Assim, o papel do subimperialismo brasileiro foi o de apresentar uma alternativa da reação nacional e estrangeira ao acirramento das lutas populares na sua zona de influência mais direta na América Latina – Uruguai, Bolívia, Chile e, em menor medida, Argentina –, especialmente impulsionadas após a Revolução Cubana (Ibid.).

Portanto, mais do que apenas capitais, “o subimperialismo brasileiro [...] exporta necessariamente a superexploração e o terror” (Ibid., p. 44), ou seja, a forma de dominação necessária para realizar uma modernização capitalista em meio às condições da dependência. Com isso, ele expressa um “desenvolvimento monstruoso” do capitalismo, sendo que:

[...] chega à etapa imperialista antes de ter alcançado a transformação global da economia nacional e em uma situação de dependência crescente frente ao imperialismo internacional. *A consequência mais importante desse fato é que, ao contrário do que ocorre com as economias capitalistas centrais, o subimperialismo brasileiro não pode converter a espoliação que pretende realizar no exterior em um fator de elevação do nível de vida interno, capaz de amortecer o ímpeto da luta de classes.* Em vez disso, devido a sua necessidade de proporcionar um sobrelucro a seu sócio maior estadunidense, tem que agravar violentamente a exploração do trabalho nos marcos da economia nacional, no esforço para reduzir seus custos de produção (Ibid., p. 157, grifo nosso).

Diante disso, segundo Marini, mesmo alcançando a etapa dos monopólios e espoliando a classe operária de alguns países vizinhos, a dependência impediu a criação de condições

capazes de amortecer o ímpeto da luta de classes. Entretanto, avaliamos que aqui é preciso, mais uma vez, algum grau de ponderação ao tentar transpor mecanicamente esta afirmação categórica do autor como base para a afirmação da inexistência de uma aristocracia operária no Brasil. Se ela foi acertada do ponto de vista histórico quando foi elaborada – tendo em vista a amplitude da política de arrocho salarial e da superexploração –, a instauração de um sólido setor monopolista no Brasil não deixou de trazer uma embrionária diferenciação no interior das classes sociais. A carência de força de trabalho qualificada nos setores de ponta da acumulação de capital, aliada a maior produtividade e capacidade financeira do capital monopolista, faziam com que, mesmo diante da política geral de arrocho, existissem diferenças para maior no nível salarial dos setores monopolistas em relação aos demais setores industriais (ALVES, 1984).

Para além disso, diante da necessidade de conquistar bases sociais como parte da doutrina de contra-insurgência, a ditadura tratou de lançar em 1970 um programa de robusta expansão dos recursos financeiros destinados aos sindicatos oficiais, sob a justificativa de valorizar um “novo” modelo de atuação sindical. Nesse programa seria fortalecido, de forma bastante significativa, o caráter assistencial dos sindicatos brasileiros, sendo isso uma substituição importante à crise de saúde pública que o Brasil começou a viver após o fim dos institutos de aposentadoria e pensões (MATTOS, 2009).

No discurso de lançamento do programa, o general Médici, que ocupava a presidência da república em 1970, reunindo dirigentes sindicais no Palácio do Planalto, apresentou os pilares dessa nova etapa:

Lembre-se cada trabalhador de que o suor de sua frente não é mais apenas o sinal vivo de sua contribuição para o engrandecimento da pátria. É ainda o penhor de que ele se enobrece, a cada jornada de trabalho, como participante do produto nacional, crescendo e subindo na escala social, à medida que vai subindo e crescendo o Brasil [...] Assinarei agora [...] um decreto executivo, que se destina a valorizar a ação sindical, combinando-a com uma política previdenciária, a fim de dinamizar a assistência ao trabalhador, em todas as modalidades. Fixando diretrizes e linhas de ação, que imprimem organicidade e eficiência aos diversos setores do Ministério do Trabalho e Previdência Social, o decreto disciplinará a aplicação de recursos e meios, de que já dispomos, para proporcionar aos sindicatos uma sede condigna, com escola, ambulatório, clube esportivo e centro de reuniões para o associado e sua família (MARIZ, 1970, p. 13-14 *apud* MATTOS, 2009, p. 111-112)

O sucesso desse modelo de dominação da classe operária apareceu nos próprios índices de sindicalização, sendo que o número de sindicalizados urbanos cresceu 100% entre 1970 e 1979, algo que espelhava o próprio crescimento da população urbana¹⁷⁵. Efetivamente, longe

¹⁷⁵ A população urbana brasileira salta de 12,8 milhões em 1940 para 80,5 milhões em 1980, quase ao final da ditadura militar. Isso representou um aumento de participação do mundo urbano de 31,3% para 67,6%, respectivamente (RIBEIRO, 2006). O processo continuou avançando após esse período, sendo que de uma

de qualquer romantismo na análise do período, o sindicalismo assistencialista representou um polo de aglutinação da vanguarda operária brasileira, atuando verdadeiramente como uma extensão do Estado, por exemplo, no campo da chamada proteção social. Com isso, de um lado, os trabalhadores saídos do campo encontravam empregos, mesmo que mal remunerados, na expansão urbano-industrial promovida pelo “milagre econômico”. De outro lado, os setores de vanguarda do proletariado complementavam seus salários com os serviços assistenciais fornecidos pelos sindicatos, substitutivos do sistema público de seguridade social que, de sua parte, teve seus recursos saqueados e desviados para alimentar o capital financeiro. Por fim, mais uma vez, tal qual ocorrido durante o Estado Novo, a incorporação urbana do enorme contingente do mundo rural, desprovidos de uma trajetória grevista e com menor histórico de organização política, somado à eliminação da vanguarda anterior, tratou de facilitar o processo de regressão da consciência operária e de controle do Estado sobre o sindicalismo¹⁷⁶.

Entretanto, assumindo como corretas as considerações de caráter geral de Marini sobre o subimperialismo brasileiro, os passos ainda inaugurais e insuficientes do processo de produção baseado na mais-valia relativa – que mesmo começando a aumentar o nível da produção e o barateamento dos preços dos bens-salário, nem de longe eram capazes de fazer frente à velocidade da expansão urbano-industrial –, o raquitismo e a instabilidade da mais-valia disponível para reinvestimento produtivo realizado internamente por conta do reforço da *dependência*, somado a sua contraparte necessária na *superexploração da força de trabalho*, limitou a abrangência desse início de diferenciação no interior da classe trabalhadora no país. Acreditamos que, por conta disso, *é impossível afirmar pela existência de aristocracia operária na década de 1970*, algo que ficaria claro quando da explosão do terceiro ciclo de greve de massas da história do Brasil, inaugurado em 1978 e que se reverteria, em meio ao seu desdobramento ulterior, em uma onda de derrubada de sindicalistas alojados na estrutura sindical, alinhados diretamente ao Estado. Este terceiro ciclo de greves demonstraria a incapacidade de a ditadura levar a frente o “milagre”, sendo que a elevação do custo de vida novamente faria a vanguarda operária sair à luta.

população de 213,3 milhões (IBGE, 2021), em 2015 – último dado disponível – 84,72% dos brasileiros viviam em áreas urbanas e apenas 15,28% em áreas rurais (IBGE, 2015).

¹⁷⁶ Essas similaridades, entretanto, não permitem uma simplória equiparação entre o processo do Estado Novo e da Ditadura Militar inaugurada em 1964. Se, na aparência, ambos são similares – desde o controle estatal por meio da organização sindical até o elemento mais profundo de garantia da manutenção da propriedade privada –, o conteúdo dos períodos históricos é bastante distinto tanto no grau do desenvolvimento das forças produtivas quanto no grau de dependência ao imperialismo. Ambos, no entanto, compõem uma unidade, algo que se expressou nos limites da última experiência efetivamente reformista em seus termos clássicos ocorrida no Brasil, justamente entre 1930 e 1964.

Por outro lado, considerando o início do processo de mais-valia relativa e o subimperialismo, os *embriões* para o desenvolvimento futuro de *uma aristocracia operária nacional* foram solidamente *plantados*. Tais embriões, no entanto, não eram capazes de superar o caráter ainda restrito e raquítico do processo de produção por meio da mais-valia relativa no Brasil, sendo que já a partir da metade da década de 1970 a crise da ditadura e o fenômeno da hiperinflação prorrogariam por quase duas décadas a maturidade da aristocracia operária brasileira, que ocorreria apenas em meados da década de 1990¹⁷⁷.

Entretanto, como visto na seção anterior, a aristocracia operária não é apenas um fenômeno objetivo, sendo composto também por seu necessário componente político e ideológico: a afirmação de fortes tendências reformistas no seio das organizações do proletariado, conformistas com a ordem e em contrariedade com seu devir revolucionário. Desta forma, o Estado de Contra-Insurgência não restringiu suas ações apenas ao âmbito da vanguarda operária, mas também, de maneira bastante significativa, atuou no interior das camadas médias urbanas – estas que estavam radicalizadas no período anterior e imediatamente posterior ao golpe militar de 1964. Nesse sentido, antes de finalizarmos essa seção, precisamos avançar, ainda que brevemente, no processo de formação da consciência dessas camadas médias, que teriam importante papel dirigente na dinâmica política que se desdobrou a partir das greves de massas inauguradas ao final da década de 1970.

4.5 CAMADAS MÉDIAS URBANAS E DITADURA: A CONSTRUÇÃO DE UMA VANGUARDA POLÍTICA ESTERILIZADA

Como vimos na seção anterior ao tratar da relação entre a aristocracia operária e a política, a consciência revolucionária não é algo gerado espontaneamente no seio do movimento operário. Apesar do proletariado, na base material da produção da realidade social, estar em evidente oposição à burguesia, não há nenhuma essencialidade revolucionária, nem tampouco reformista, em sua ação imediata. Mesmo que essa ação, fruto da antinomia entre capital e trabalho, seja veículo indispensável do movimento e desenvolvimento do proletariado enquanto classe, ela tem nítidos limites ao não colocar, por si mesma, o tema da conquista revolucionária do poder político.

¹⁷⁷ A análise desse momento, por sua vez, será o foco central do nosso debate no início da próxima seção.

Portanto, a organização imediata da vanguarda operária – greves e sindicatos –, de modo algum prescinde da sua organização política. Sem isso, a triste sina do movimento operário, mesmo em seus momentos mais ativos em meio às greves de massas, se assemelha ao cansativo e rotineiro mito do *trabalho de Sísifo*. Justamente quando está no auge das suas forças, no caso de não adquirir uma nítida convicção da necessidade de conquista do poder – esta que só pode existir mediante seu vínculo orgânico com o partido político revolucionário –, será confrontado pelos mecanismos de restauração do capital: o uso das máquinas (propriedade privada dos meios de produção); a ampliação do exército industrial de reserva (concorrência entre os trabalhadores enquanto proprietários privados); as medidas jurídico-repressivas do Estado e; por fim, a cooptação de parcela do proletariado por meio da sua transformação em aristocracia operária.

No interior do partido, forma da organização política do proletariado na sociedade moderna (GRAMSCI, 1968), justamente por ser uma instância de organização mediada da luta do proletariado, emerge à função de destaque o papel dos intelectuais. Não basta mais o instinto irrefletido da luta espontânea que eclode nas fendas criadas pelas contradições entre salário e custo de vida, que afligem os operários e demais setores da classe trabalhadora no seu cotidiano. Pela sua própria constituição e função social, no partido emerge ao centro do debate a mediação deste cotidiano com o tema do devir, a relação entre a tática e a estratégia, algo que, caso queira abandonar o campo das utopias românticas, necessariamente passa pelo desenvolvimento teórico e científico. Por isso mesmo, justamente no âmbito do partido, local em que cada questão teórica é necessariamente convertida em questão prática de organização pensando o sentido da ação sobre a luta operária, o debate teórico do proletariado ganha real sentido.

Se utilizarmos da formulação de Lukács, a questão é definida da seguinte forma:

[...] a organização é a forma da mediação entre teoria e práxis. E como toda relação dialética, aqui também os membros da relação dialética tornam-se concretos e reais somente na mediação e por meio dela. Esse caráter mediador entre teoria e práxis da organização se mostra da maneira mais evidente quando a organização revela uma sensibilidade muito maior, muito mais apurada e segura para orientações divergentes entre si do que qualquer outro domínio do pensamento político e da ação. Enquanto na mera teoria as mais diferentes visões e orientações podem conviver pacificamente entre si e a oposição entre elas assumir apenas a forma de discussões que se desenrolam tranquilamente no âmbito de uma organização, sem ter de destruí-la, essas questões, quando pensadas nos termos da organização, apresentam-se como orientações rígidas e excludentes. (LUKÁCS, 2012, p. 529-530)

Assim sendo, as questões teóricas divergentes, no âmbito da organização política, passam a ganhar um sentido de combate e polêmica. Como exemplo, as polêmicas de Marx e Engels, de que tratamos na primeira seção deste trabalho, só ganham sua real dimensão quando

consideramos que eram travadas no interior das mediações políticas e organizativas do proletariado. Tanto nos debates iniciais travados no interior dos órgãos de imprensa operária de que fizeram parte quanto nas intervenções no seio da 1ª Internacional e do Partido Social-Democrata Alemão (SPD), os dois autores germinais dedicaram grande tempo e tinta para combater posições teóricas que consideravam equivocadas. Também é nesse quadro que podemos mensurar a real dimensão das polêmicas de Lenin e Rosa Luxemburgo, tratadas na segunda seção do nosso trabalho, que tiveram como espaço de mediação o SPD, o Partido Social-Democrata Russo e a II e III Internacionais.

Assim feito, não é em nada secundário o debate teórico no interior das organizações que reúnem a vanguarda política e, muito menos, quais das forças teórico-políticas em disputa passam a hegemonizar a condução dessas organizações. Nesta disputa, também sem querer ser exaustivo, os intelectuais têm função decisiva. A eles cabe a sistematização e formulação teórica dos conflitos que emergem da prática cotidiana, aglutinando em torno de si uma massa que, em contato com uma consciência crítica – portanto, teórica –, pode assumir o devir revolucionário do proletariado enquanto autoconsciência. Nos termos de Gramsci, um autor que dedicou enorme parte de sua obra a discussão do fenômeno da disputa pela hegemonia¹⁷⁸:

O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação, que, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. [...] A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. [...] Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um fato mecânico, mas um devenir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no senso de “distinção”, de “separação”, de independência apenas instintiva, e progride até à posse real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária. É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa – além do progresso político-prático – um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequadas a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos. [...] Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “por si”, sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica. (GRAMSCI, 1995b, p. 20-21)

Deste modo, os intelectuais, que tem papel central nesta etapa partidária-organizativa da luta do proletariado, só podem emergir como frutos de um setor social “especializado” na elaboração conceitual e filosófica, portanto, que dedica seu tempo de atividade para a arte da

¹⁷⁸ Que, em nossa leitura, não difere em conteúdo do conceito de direção política, tal qual elaborado por Lenin, Rosa e outros autores marxistas.

produção e da organização educacional e cultural da massa. Diante deste fato, não é de se estranhar que os quadros políticos dirigentes, preocupados com o tema da formulação teórica, emergem, via de regra, justamente das camadas médias. Em primeiro lugar, estas verificam maior tempo disponível para a elaboração teórica, justamente por estarem, mediante a divisão social do trabalho, liberadas das atividades produtivas manuais. Em segundo lugar, e não menos importante, estão inseridas profissionalmente tanto nas grandes organizações culturais, tais como o aparato educacional e as igrejas, quanto em outras organizações que atuam com o mesmo sentido político-pedagógico¹⁷⁹ (GRAMSCI, 1995b).

Diante disso, um desdobramento marcante da ditadura militar brasileira, que ocorreu em paralelo e de forma auxiliar ao processo de *embrionária* formação de uma *aristocracia operária*, foi o desenvolvimento de uma hipertrofia relativa das camadas médias urbanas assalariadas. Estas, por sua vez, foram compostas tanto por profissionais liberais vinculados ao mundo dos negócios¹⁸⁰ quanto por assalariados diretos e indiretos do Estado brasileiro – que ampliou em tamanho por conta das necessidades de garantir a dominação burguesa, seja em suas funções repressivas e de controle social ou em suas funções vinculadas ao suporte direto da acumulação de capital.

Se levarmos em conta que este também era um setor que assumiu crescentemente um caráter revolucionário no pré-64, a conquista de apoio social no interior das camadas médias urbanas também exigia uma política específica. Diante disso, algumas notas importantes sobre o processo de consciência desse setor em meio às transformações promovidas pela ditadura são fundamentais para o avanço do nosso debate sobre a aristocracia operária¹⁸¹. Para isso, consideramos importante a contribuição de José Paulo Netto no livro *Ditadura e serviço social* (2015), no qual o autor elabora sobre o papel da autocracia burguesa brasileira na construção de um “mundo da cultura” adequado à modernização capitalista representada pela fase dos monopólios. Tal processo, por sua vez, ocorria com “[...] um objetivo preciso: *controlar* a vida cultural do país” (NETTO, 2015, p. 65, grifo do autor). Nas palavras de Netto:

¹⁷⁹ Entre estas outras organizações, podemos destacar a atividade editorial (jornais, revistas, livros, produção audiovisual, etc.) e outras profissões que, indiretamente, também incorporam essa dimensão cultural e educativa, como médicos, oficiais do exército, assistentes sociais, psicólogos, artistas, advogados, juizes e tantos outros profissionais liberais vinculados às camadas médias urbanas, sejam estas assalariadas ou não.

¹⁸⁰ Especialmente setores improdutivos associados ao processo de circulação do capital, que se desenvolvem na mesma medida em que avança o processo de acumulação de capital.

¹⁸¹ A importância das camadas médias urbanas no fenômeno da aristocracia operária aparecerá mais nitidamente quando, na sequência deste trabalho de pesquisa, abordarmos o aspecto político da aristocracia em sua fase de consolidação nos anos 1990.

[...] a autocracia burguesa foi arquitetando, na curva histórica da sua emergência, consolidação e crise, um relacionamento com o “mundo da cultura” tanto mais progressivamente *positivo* (isto é: provido de conteúdos direcionados para a criação de um bloco cultural funcional ao seu projeto “modernizador”) quanto mais se estruturou o Estado próprio a ela. (NETTO, 2015, p. 65-66, grifo do autor).

Com base nisso, também segundo Netto, o Estado brasileiro atuou mediante uma política cultural que se desdobrou em duas dimensões: a repressão e a promoção e indução. Por parte da repressão, foi fundamental à ditadura atacar a intelectualidade – escritores, críticos, artistas, ensaístas, cientistas, pedagogos, etc. – que, no pré-64, propunha uma superação da *tara elitista* da cultura tradicional brasileira por uma perspectiva *nacional-popular*, vinculada ao povo brasileiro – entendido como uma totalidade dinâmica e contraditória, e não como uma abstração idealizada como suposta síntese na “nacionalidade”. Já da parte da promoção e indução, a faceta *positiva* da política cultural, o Estado tratou de incentivar tendências intelectuais assépticas ou tecnoburocratizantes, que também se faziam presentes no pré-64, especialmente vinculadas ao desenvolvimento cultural dos países imperialistas – principalmente os Estados Unidos.

Perante o fato de que “[...] a intenção e as estratégias equalizadoras nunca asseguraram a inteira administração do ‘mundo da cultura’, [já que] as colisões e contradições entre o regime autocrático e [ele] nunca foram erradicadas” (Ibid., p. 76), foi preciso uma indução dessa intelectualidade “radical” e “contestadora” para um “[...] *isolamento* em face do processo social: não podendo impedir a sua existência, tratou de assegurá-la apenas como *oposição legal de caráter puramente intelectual*” (Ibid. p. 76). A forma de realizar essa tarefa, por sua vez, foi por meio do enquadramento do sistema institucional de ensino, expandindo-o e adequando-o às necessidades do capital monopolista, com especial vigor após 1968.

Alguns fatores contribuíram para isso de maneira decisiva. No âmbito da produção, a forte demanda por profissionais qualificados para a nova fase do processo industrial, que já era presente desde meados da década de 1950, intensificou-se em meio à expansão vigorosa da acumulação de capital. Já no âmbito político, por sua vez, a juventude vinculada ao sistema educacional – futuros quadros dirigentes da sociedade brasileira – ao final da década de 1960, acompanhou e catalisou o avanço das lutas de classes, que reemergiram quando do afrouxamento da repressão em 1967 e da emergência das greves de Contagem e Osasco em 1968¹⁸². Com isso, José Paulo Netto afirmaria:

¹⁸² Marini destacou em artigo intitulado *Os movimentos estudantis na América Latina* (1970) a forma como o movimento estudantil latino-americano havia adquirido caráter *massivo* na década de 1960. Diante da crise capitalista inaugurada no início da década, os jovens vinculados ao sistema educacional tendiam a engrossar as

A resultante global serviu à consolidação do regime autocrático burguês basicamente porque, provendo o mercado de trabalho com um fluxo de qualificados e semiquualificados formais que assegurava tanto a oferta da força de trabalho necessária quanto da excedente (vale dizer: mantendo a alimentação do respectivo exército de reserva), ao mesmo tempo garantiu eficientemente *a neutralização do sistema educacional como topos de problematização e crítica societárias*. (NETTO, 2015, p. 90, grifo do autor)

Nesse processo de *neutralização*, cumpriu papel de destaque o sistema universitário nacional. Ali, Netto aponta que vigorou com mais força a perda do dinamismo crítico que havia sido a tônica no período anterior a 1964. Logo, passou a vigorar um insulamento universitário diante do restante da sociedade, em que o ensino cada vez mais adotou um caráter asséptico, afeito à racionalidade formal-burocrática, com uma clara degradação do padrão intelectual diante de uma hipertrofia do procedimento meramente reprodutivo. Tal modelo, por seu turno, servia muito bem à dependência e subalternidade científica e tecnológica aos países imperialistas, já que a regra justamente era a associação ao capital financeiro estrangeiro.

Já em relação às ciências sociais, após o expurgo dos docentes e pesquisadores vinculados com a vitalidade dos anos anteriores ao golpe, foram estimulados o desenvolvimento de centros de ensino com significativo crescimento quantitativo do corpo docente, ou seja, criava-se um novo quadro de professores “descomprometidos com o passado”. Nesses centros, por sua vez, viabilizou-se a existência de um “marxismo acadêmico”, em que vigorou “[...] um discurso teórico formalmente de esquerda, que só pagava um preço para sobreviver: não conjugar a reflexão (‘teoria’, ‘ciência’) com a intervenção prático social dela decorrente (‘ideologia’, ‘política’)” (Ibid., p. 93). Diante disso, ao contrário da ideia comum de uma ditadura que desenvolveu uma “cultura conservadora e reacionária”, ocorreu justamente o oposto, um período que promoveu a formação de uma “hegemonia cultural dos setores democráticos e progressistas” (Ibid., p. 93).

Essa hegemonia, no entanto, foi estabelecida como uma substitutiva do vínculo entre cultura socialista e operários, camponeses, soldados e marinheiros, que havia sido rompido diante do terror da ditadura sobre as organizações políticas da classe, em particular, os partidos. Contribuiu também para isso a emergência de uma “indústria cultural” que já nasce, desde o início, sob a égide do capital monopolista e da importação dos padrões culturais que se forjavam

fileiras do desemprego e da proletarização. Com isso, o movimento estudantil caminhava para uma “aliança operário-estudantil”, fazendo-o adotar “[...] uma concepção mais realista do papel do estudante na luta de classes: o de agitador, que aponta os problemas, e o de força auxiliar na organização das massas para as grandes batalhas” (MARINI, 1970, p. 724-725).

nos países imperialistas¹⁸³. Como síntese desse “mundo cultural” criado pós-1964, na entrada dos anos 1980, quando da profunda crise capitalista e das greves de massa que surgiam como antagonista da ditadura, emergiu “[...] um novo pensamento social de oposição explicitamente reclamando-se de esquerda”¹⁸⁴ (NETTO, 2015, p. 138).

Em resumo, as classes sociais no Brasil ao final da década de 1970 emergiam sobre as bases de um Estado de Contra-Insurgência, que foi extremamente bem-sucedido em sua primeira tarefa: aniquilar os movimentos revolucionários. De outro lado, em sua segunda tarefa, a conquista de bases sociais, também avançava com algum sucesso, mediante essa significativa incorporação das camadas médias urbanas ao aparelho de dominação. Restava-lhe, por fim, o processo de institucionalização da dominação, caminhando no sentido da distensão da fase mais dura da contrarrevolução e retomando as formas parlamentares, mais adequadas ao capital financeiro e suas sociedades por ações. Portanto, a essência do novo Estado engendrado por mais de uma década de ditadura, que teve seu núcleo dirigente composto pela unidade entre as forças militares e a tecnocracia burguesa, foi orientar todas as medidas econômicas, sociais e políticas do período para o desenvolvimento capitalista, levado adiante, agora, por meio da plena associação ao imperialismo.

Neste quadro, mediante um superendividamento em moeda estrangeira, o Brasil aceleraria a sua industrialização com base no capital monopolista, a hipertrofia do Estado e, conforme já assinalamos anteriormente, plantaria os embriões de uma aristocracia operária – ainda que, como veremos na sequência, pequena, regionalmente concentrada e empobrecida quando comparada à aristocracia operária dos países imperialistas. No interior deste processo, portanto, a expansão das novas classes médias urbanas, alinhada a uma política cultural e educacional ativa da ditadura, acabou por construir uma “nova esquerda” no Brasil, progressista e democrática e contrária às experiências de conquista revolucionária do poder pelo proletariado. Enfim, uma “nova esquerda” limitada ao âmbito da cidadania, a qual Marx tanto buscou destruir teoricamente.

¹⁸³ A ponta de lança desse processo seria a emergência da contracultura importada dos Estados Unidos e sua “[...] postura de absolutização reificada da subjetividade, num niilismo em que o desespero alia-se à capitulação diante das constrições que a ditadura põe a criação intelectual” (NETTO, 2015, p. 114).

¹⁸⁴ José Paulo Netto (2015), atendo-se apenas à parcela dessa nova esquerda que se apresentava com um cariz democrático radical, destaca duas características centrais em sua formulação. Primeiramente, um ressaltado irracionalismo, atravessado por uma postura antielitismo, antiautoritária e anticolonial, que, em relação ao marxismo, promovia uma inflexão intelectual decisiva ao transformar a razão em instrumento de dominação e não mais de emancipação – tal qual elaborado em Marx. Em segundo lugar, teve como alvo prioritário de sua crítica toda a tradição marxista do pré-64, que, a despeito de seus problemas no caso brasileiro, vinha avançando em formulações e posições políticas importantes quando foi aniquilada pela violência da contrarrevolução.

Em suma, politicamente se forjava as bases para uma nova força teórico-social, contrária à ditadura militar e à repressão aberta que dela emergia, mas também contrária ao marxismo. Tal como expõe Lovatto (2016), essa “nova esquerda” tratou de afirmar que o marxismo estava desacreditado não pela repressão brutal que sofreu, mas sim por ser parte do que afirmavam ser uma crise paradigmática de todo o pensamento inaugurado com o iluminismo. Em sua substituição, portanto, defendiam a emergência de uma pluralidade de sujeitos políticos que retiravam do proletariado e de seu vínculo com a produção da riqueza o centro da luta política. Ao fazer isso, acabavam por repudiar a concepção de vanguarda operária, desviando o foco da ação política para o que chamaram de “dimensão cultural” destes novos sujeitos. Assim, quando emerge a crise capitalista da década de 1970 e as greves de massas recolocam o proletariado na ofensiva contra o capital, essas tendências contrárias ao devir histórico revolucionário do proletariado atuariam decididamente no sentido de auxiliar na conformação de uma aristocracia operária no Brasil. Sendo que, sobre o processo de objetivação dessa aristocracia e as novas contradições que dela emergem trataremos na sequência.

5 O CONTEÚDO VAI ALÉM DA FRASE

Hegel observa em uma de suas obras que os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. [...]

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim com aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada. Assim, Lutero adotou a máscara do apóstolo Paulo, a Revolução de 1789-1814 vestiu-se alternadamente como a República Romana e como o Império Romano, e a Revolução de 1848 não soube fazer nada melhor do que parodiar ora 1789, ora a tradição revolucionária de 1793-1795. De maneira idêntica, o principiante que aprende um novo idioma traduz sempre as palavras deste idioma para sua língua natal; mas, só quando puder manejá-lo sem apelar para o passado e esquecer sua própria língua no emprego da nova, terá assimilado o espírito desta última e poderá produzir livremente nela.

O exame dessas conjurações de mortos da história do mundo revela de pronto uma diferença marcante. Camille Desmoulins, Danton, Robespierre, Saint-Just, Napoleão, os heróis, os partidos e as massas da velha Revolução Francesa, desempenharam a tarefa de sua época, a tarefa de libertar e instaurar a moderna sociedade *burguesa*, em trajes romanos e com frases romanas. Os primeiros reduziram a pedaços a base feudal e deceparam as cabeças feudais que sobre ela haviam crescido. Napoleão, por seu lado, criou na França as condições sem as quais não seria possível desenvolver a livre concorrência, explorar a propriedade territorial dividida e utilizar as forças produtivas industriais da nação que tinham sido libertadas; além das fronteiras da França, ele varreu por toda parte as instituições feudais, na medida em que isto era necessário para dar à sociedade burguesa da França um ambiente adequado e atual no continente europeu. Uma vez estabelecida a nova formação social, os colossos antediluvianos desapareceram [...]. Inteiramente absorpta na produção de riqueza e na concorrência pacífica, a sociedade burguesa não mais se apercebia de que fantasmas dos tempos de Roma haviam velado seu berço. Mas, por menos heroica que se mostre hoje a sociedade, foi não obstante necessário heroísmo, sacrifício, terror, guerra civil e batalhas de povos para torna-la uma realidade. E nas tradições classicamente austeras da República romana, seus gladiadores encontraram os ideais e as formas de arte, as ilusões de que necessitavam para esconderem de si próprios as limitações burguesas de conteúdo de suas lutas e manterem seu entusiasmo no alto nível da grande tragédia histórica. Do mesmo modo, em outro estágio de desenvolvimento, um século antes, Cromwell e o povo inglês haviam tomado emprestado a linguagem, as paixões e as ilusões do Velho Testamento para sua revolução burguesa. Uma vez alcançado o objetivo real, uma vez realizada a transformação burguesa da sociedade inglesa, Locke suplantou Habacuc.

A ressurreição dos mortos nessas revoluções tinha, portanto, a finalidade de glorificar as novas lutas e não a de parodiar as passadas; de engrandecer na imaginação a tarefa a cumprir, e não de fugir de sua solução na realidade; de encontrar novamente o espírito da revolução e não de fazer o seu espectro caminhar outra vez.

De 1848 a 1851 o fantasma da velha revolução anda em todos os cantos [...]. Todo um povo que pensava ter comunicado a si próprio um forte impulso para diante, por meio da revolução, se encontra de repente trasladado a uma época morta, e, para que não possa haver sombra de dúvida quanto ao retrocesso, surgem novamente as velhas datas, o velho calendário, os velhos nomes, os velhos éditos, que já se haviam tornado assunto de erudição de antiquário, e os velhos esbirros da lei que há muito pareciam desfeitos na poeira dos tempos. [...]

A revolução social do século XIX não pode tirar sua poesia do passado, e sim do futuro. Não pode iniciar sua tarefa enquanto não se despojar de toda veneração supersticiosa do passado. As revoluções anteriores tiveram que lançar mão de recordações da história antiga para se iludirem quanto ao próprio conteúdo. A fim de alcançar seu próprio conteúdo, a revolução do século XIX deve deixar que os mortos enterrem seus mortos. Antes a frase ia além do conteúdo; agora é o conteúdo que vai além da frase. (MARX, 1978b, p. 329-331)

Se nas revoluções burguesas de outrora a frase avançava para além do conteúdo, na revolução proletária o conteúdo avança antes de encontrar as frases que lhe deem forma. Assim não poderia deixar de ser, já que todo o heroísmo burguês na luta contra o velho mundo contou com uma mitologia prévia, emprestada do culto à grandiosidade dos dominadores do passado. Tanto da República quanto do Império Romano, assim como do Velho Testamento, a burguesia emprestou seus ideais de dominação, seja com base nos farsescos parlamentos democráticos, na trágica espada dos cézares ou na crença na terra prometida. Já para o proletariado, que precisa destruir toda forma de dominação e, assim, efetivar radicalmente a emancipação humana, é preciso buscar sua poesia no futuro.

Encontrar as frases revolucionárias quando na história surge um conteúdo revolucionário: eis uma tarefa inadiável e urgente em qualquer período de greves de massas. Se, tal como vimos, as greves de massa são a forma de expressão de um conteúdo revolucionário que ainda não ganhou forma revolucionária, encontrar as palavras que, fidedignamente, expressem essa nova época, constitui um dos momentos dessa busca pela poesia do futuro que nos tire da pré-história da humanidade ainda envolta no interior da sociedade de classes.

Para isso, no entanto, é preciso que nos defrontemos com os espíritos das gerações passadas que, por nos legarem a incontornável História, insistem em assombrar como pesadelo o cérebro dos vivos. Vivos que, ativos em ação e consciência, têm a tarefa de continuar o trabalho de abrir e pavimentar novas veredas na história. Não na base do mero diálogo, da impotência hamletiana em meio às intrigas palacianas, uma profusão de “palavras, palavras e palavras” (SHAKESPEARE, 2007). Os caminhos da história são abertos é por meio dos violentos golpes desferidos pelas contradições da sociedade de classes, que destroem tudo que é sólido, desmanchando-o no ar.

Terminada a etapa da maturidade burguesa, da consolidação do seu modo de produção plenamente capitalista, o heroísmo de outrora é deixado de lado. Saem de cena os heróis e os profetas, adentram ao centro do teatro da vida real os padres, os economistas, os sociólogos e tantos outros pregadores litúrgicos da imutabilidade da matéria de que é feita o social. A maturidade, quando alcançada, imediatamente é superada, transformando-se em matéria em

putrefação, tão adequada à decadência da sociedade burguesa do tempo presente. Assim, diante desta nova quadra histórica, se o ser social só pode pensar sobre o solo que pisa, a poesia do futuro não pode em absoluto ser buscada na utopia, tal qual sonha o poeta do romantismo latino-americano. Não há aqui espaço para um “não lugar”. A poesia só pode surgir é diante da necessidade de aprendizado das palavras de um novo idioma já presente no real: o novo conteúdo quando este já nasceu.

Inicialmente balbuciante, a árdua e amedrontadora tarefa de apreender o novo, não raro regride para a fácil veneração supersticiosa do passado. Diante do impulso inicial dado pela revolução, ao não encontrarmos as palavras que deem forma ao seu conteúdo, caímos novamente em épocas mortas. Seguindo nosso percurso literário, se no *germinal* das greves, Maheu – vanguarda operária em defesa de si e dos seus familiares – não encontrasse Estêvão – a vanguarda política revolucionária que lhe apresenta as palavras do devir histórico para si – o conteúdo não avançaria para ganhar forma. Nesses momentos, portanto, é que se apresenta o *tacão de ferro*, sempre à espreita para enfileirar *cadáveres*, tal como se fossem *bananas*, buscando relegar ao esquecimento a história dos proletários mortos, sem rosto e sem nome.

Por isso mesmo, a grande tarefa de nosso tempo, de profundas transformações, é na práxis da luta do cotidiano encontrar as palavras que definem esse conteúdo já em curso, sem, contudo, romantizar ou idealizar o real, mas buscando compreender suas determinações que, em relação ao nosso objeto, já aparecem nas greves de massa do período contemporâneo. Somente assim, ao nomear o conteúdo que já nasceu, a humanidade pode deixar que os mortos enterrem seus mortos, abrindo espaço para a luminosidade que se apresenta no alcançável horizonte.

Portanto, a esta tarefa de encontrar palavras para expressar um novo conteúdo que passa, inexoravelmente, pela teoria, nos dedicaremos nesta seção final do trabalho. Inicialmente, daremos continuidade ao debate sobre os determinantes do terceiro ciclo de greves de massas no Brasil e seus desdobramentos (1978-1996). Beneficiados pelo debate da seção anterior sobre os embriões de uma aristocracia operária brasileira, defenderemos a tese de que sobre as bases criadas pela ditadura militar tais embriões se desenvolveram em meio à “transição democrática”, transformando-se em peça fundamental para a estabilidade da dominação burguesa na “Nova República”.

Por fim, sobre essa base de uma aristocracia operária tardia em um país dependente discutiremos os determinantes do quarto ciclo de greves de massas brasileiro, inaugurado em 2008. Nessa mediação entre o quadro político entregue pelo período anterior e o novo léxico

que é criado pelas lutas de classes do presente, tendo as greves como fio condutor, buscaremos elementos que nos instruem na apreensão do conteúdo revolucionário que esteve em curso recentemente no Brasil. Se acreditamos que o conteúdo deste período vai muito além das frases já ditas, é hora de buscar a poesia do futuro. Somente assim, com base na análise materialista da história, poderemos finalmente superar o atual desfile de mortos-vivos da política brasileira, que insistem, desesperadamente, na veneração supersticiosa do passado.

5.1 CRISE DA DITADURA E GREVES DE MASSAS (1978-1996)

Na seção anterior do nosso trabalho de pesquisa, ao tratarmos dos embriões da aristocracia operária plantados em meio ao dito “milagre econômico” brasileiro, afirmamos que ali começaram a ser forjadas condições para o início de uma importante diferenciação no interior da classe operária. Pelas mãos do reforço da *dependência* diante da associação ao imperialismo – tanto financeira quanto produtiva –, instalou-se um sólido setor monopolista no interior da nação, de elevada composição orgânica do capital e alta produtividade, fazendo o Brasil alcançar uma posição *subimperialista* na divisão internacional do trabalho. Assim, para além do barateamento de determinadas mercadorias produzidas nos ramos de produção subsumidos pelos monopólios, a economia nacional passou a se apropriar de *superlucros* no mercado mundial, ainda que em medida reduzida e insuficiente para a superação da posição subordinada no sistema imperialista.

Diante da manutenção dessa insuficiência, tanto o hiperendividamento externo quanto a ampliação da *superexploração da força de trabalho* como medidas compensatórias da dependência continuaram a ser características marcantes do dito “milagre econômico”. Por isso mesmo, a concentração da renda no país continuou a crescer, seguindo a famosa expressão de que “primeiro o bolo precisava crescer, para depois ser dividido”, proferida pelo então Ministro da Fazenda, Delfim Netto. Neste sentido, dados reunidos em trabalho de Paul Singer (1982) sobre o período demonstram que a metade mais pobre da população brasileira naqueles anos – basicamente a população rural –, que recebia um pouco mais de 1/6 da renda total do país em 1960, passou a receber apenas 1/7 desse “bolo” em 1970. Já as massas urbanas de baixa renda, inseridas em funções periféricas dentro do aparelho produtivo, registraram queda de 27,8% na participação para 23,1%, muito em função da política de arrocho salarial em meio a uma

inflação que permaneceu elevada¹⁸⁵. De outro lado, nas camadas altas – em torno de 1 milhão de pessoas que respondiam pela elite econômica do país – o percentual da renda nacional apropriado no mesmo período saltou de 11,7% para 17,8%.

Por fim, em relação às camadas médias urbanas e ao operariado industrial vinculado ao capital monopolista, a participação na renda nacional se manteve estável, sendo que o acesso ao consumo destas camadas foi beneficiado pelo barateamento do preço dos bens suntuários e, principalmente, pela forte política de crédito ao consumidor inaugurada pela ditadura. Assim sendo, instaurava-se certo grau de diferenciação salarial, de condições de trabalho e, especialmente, de nível de consumo no interior do proletariado brasileiro (SINGER, 1982).

Diante das suas maiores exigências de qualificação profissional e dos *superlucros* ali acumulados, os trabalhadores empregados nos setores de maior composição orgânica do capital, mesmo em uma economia dependente, aferiam já no início da década de 1970 salários relativamente maiores ao do restante da classe trabalhadora nacional. Em paralelo a isso, a própria inauguração do processo de produção por meio de expressivos ganhos de produtividade, se inicialmente ficou concentrado no setor produtor de bens suntuários, começará, ainda muito embrionariamente, a transbordar seus efeitos para os setores produtores de bens-salário. Logo, pelo fato destes bens comporem o valor da força de trabalho, inaugurava-se, ainda que muito inicialmente, uma nova fase da economia brasileira em que a exploração por meio da mais-valia relativa se tornava, progressivamente, uma forma determinante da acumulação de capital no interior da nação¹⁸⁶.

Completando o quadro daquele período, a violenta repressão contrarrevolucionária à vanguarda política dos operários, o novo ciclo de incorporação da população rural ao processo urbano-industrial e o reforço dos mecanismos do sindicalismo assistencialista, hipertrofiados financeiramente pela política do governo Médici em 1970, impuseram forte derrota ao movimento operário revolucionário. Já pelo lado das crescentes camadas médias urbanas, que cresciam em tamanho e importância diante da nova fase do capital monopolista e da expansão do aparelho de Estado, promoveu-se uma esterilização do conteúdo político revolucionário de

¹⁸⁵ A inflação entre 1965, ano imediatamente posterior ao golpe militar, e 1970, ficou em média na casa de elevados 27% ao ano (GARCIA MUNHOZ, 1997).

¹⁸⁶ Relembrando, para não haver dúvidas, que a implementação da mais-valia relativa no Brasil não elimina a superexploração da força de trabalho. Esta última não é equivalente ao processo da mais-valia absoluta, mas definida pela remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, algo que continua ocorrendo até os dias de hoje e que tem como gênese permanente a criação e recriação de um imenso exército industrial de reserva. Aliás, nos termos de Marx, mesmo a mais-valia absoluta é processo intransponível e permanente da acumulação de capital, não sendo uma forma oposta da mais-valia relativa, mas sim complementar.

suas movimentações do pré-64. Estas foram substituídas por uma nova organização cultural do país, impulsionada pelo Estado e com destacado papel para a política educacional, especialmente a universitária. Criava-se com isso uma “nova esquerda”, de perfil democrático e progressista, porém avessa à perspectiva revolucionária representada pelo marxismo. Assim, ao final do período do “milagre econômico” (1973) os embriões de uma aristocracia operária brasileira foram plantados, ainda que carecendo de seu completo desenvolvimento.

Por seu turno, o Estado de Contra-Insurgência, com seu núcleo cerebral composto pela aliança entre a tecnocracia civil e os militares, cumpria as duas primeiras etapas do seu processo de dominação: a desarticulação da vanguarda revolucionária e a conquista de bases sociais de apoio para o novo regime do capital monopolista. Restava ainda, portanto, a terceira e derradeira etapa da doutrina de contra-insurgência: a institucionalização do novo formato da dominação. Com isso, após cem anos de solidão, de bananas e cadáveres, badalava na catedral do imperialismo o sino que anunciava o alvorecer da democracia burguesa no Brasil, com seu conteúdo sempre parcial e dissimulado.

Nos termos de Ruy Mauro Marini:

O ano de 1973 corresponde ao momento de plena afirmação do regime militar que – ante uma sociedade subjugada e uma economia que se gabava de taxas excepcionais de crescimento – acredita ser chegada a hora da consolidação. Assim, dispõe-se a dar início a uma relativa liberalização, destinada a assegurar a sua institucionalização. (MARINI, 1985, p. 15, tradução nossa¹⁸⁷)

Extremamente confiantes diante do seu aparente sucesso, os burocratas do Estado brasileiro – que, como qualquer burocrata, eram pouco afeitos ao pensamento dialético – não contavam apenas com as contradições imanentes ao próprio modo de produção capitalista operando em escala internacional. Justamente em meio ao auge do “milagre”, nos anos de 1972 e 1973¹⁸⁸, a conjuntura internacional, de elevadas taxas de acumulação de capital e grande liquidez financeira global – base do hiperendividamento da ditadura –, alterou-se drasticamente diante de uma grande crise. Crise esta que, originada na superacumulação de capital condicionada pela lei tendencial de queda da taxa de lucro nos países imperialistas, manifestava-se através do esgotamento do processo de generalização tecnológica do padrão

¹⁸⁷ “El año de 1973 corresponde al momento de plena afirmación del régimen militar que – ante una sociedad sometida y una economía que presumía de tasas excepcionales de crecimiento – cree llegada la hora de la consolidación. Así pues, se dispone a dar principio a una relativa liberalización, destinada a asegurar su institucionalización”.

¹⁸⁸ A taxa de investimento nos anos de 1972 e 1973 alcançou o patamar de expressivos 27% ao ano. Diante disso, a pressão gerada pela expansão da demanda de força de trabalho, especialmente nos setores vinculados a indústria de bens duráveis, forçou a ocorrência de ganhos nominais nos salários. Não por acaso, registraram-se queixas generalizadas entre a burguesia em torno da escassez de mão de obra no Brasil. (MELLO; BELLUZZO, 1998).

industrial de produção de bens de consumo duráveis; do colapso da política monetária de câmbio fixo definida no acordo de Bretton Woods ainda em 1944; e dos elevados déficits públicos dos países imperialistas, especialmente os Estados Unidos¹⁸⁹ (CARNEIRO, 2002).

Diante disso, em um primeiro momento, ainda em 1973, dois movimentos afetaram o mundo todo. Inicialmente, a desvalorização monetária do dólar promovida pelos EUA, que permitiu o aumento relativo da produtividade da economia estadunidense – medido em dólar – às custas da perda de competitividade do restante do mundo. Com isso, o imperialismo estadunidense garantia sua posição de potência global, sendo capaz de ampliar a realização do capital-mercadoria produzido internamente, financiando seus elevados déficits fiscais e reforçando as medidas necessárias para estimular o capital monopolista local. Em paralelo a isso, ocorreu o primeiro choque do petróleo, que permitiu às potências petroleiras, novamente capitaneadas pelos EUA, apropriarem-se de elevada soma de mais-valia do restante do mundo, isso mediante o encarecimento do principal insumo industrial da base produtiva global. Por fim, o governo norte-americano, orientado para conter a saída de divisas de seu território, aumentou substantivamente sua taxa de juros interna, o que, como contrapartida, encareceu o custo de obtenção de novas dívidas no mercado mundial (Ibid.).

O início da crise capitalista global, por sua vez, tratou de escancarar as debilidades das economias dependentes em todo o mundo. Mesmo a economia brasileira, com sua composição orgânica do capital intermediária, passou a sofrer os impactos do reforço da drenagem da mais-valia produzida internamente para os países imperialistas. De outro lado, ao necessitar manter

¹⁸⁹ Para além do elevado déficit público, vigorou também na economia estadunidense em sua fase anterior à crise um grande crescimento da magnitude da dívida pública. Por meio desses dois mecanismos, centralizava-se a riqueza e as rendas pulverizadas, destinando-as para alimentar a forte expansão da acumulação de capital comandada pela voraz classe capitalista estadunidense no pós-1945. Com isso, inundava-se o mercado internacional de dólares, fato que apenas foi reforçado pelos gastos com a Guerra do Vietnã (1955-1975). Grande parte dessa expansão monetária do dólar, por seu turno, era extravasada para outros países imperialistas, especialmente os europeus. Ali passaram a se instalar os próprios bancos privados estadunidenses, mirando centralizar esse elevado volume de capital-dinheiro e, ao mesmo tempo, fugir das regulações impostas pelos Estados nacionais – sendo esta a base da formação do mercado dos euro-dólares, fonte significativa do hiperendividamento da ditadura militar brasileira. Com o desenvolvimento continuado desse processo, ao se manter a paridade dólar-ouro, outros países imperialistas passavam a reivindicar a conversão monetária, fato que, a partir de determinado momento, passou a esvaziar as reservas estadunidenses de ouro armazenadas no Fort Knox. Por isso mesmo, os Estados Unidos, em 1971, decretaram unilateralmente o fim do padrão dólar-ouro, fato que, ao acabar com o câmbio fixo em nome do câmbio flutuante, daria um novo salto no sentido da plena liberalização dos capitais em escala internacional (AREND, 2009; CHESNAIS, 1996). Em síntese, o movimento expansivo do capital em escala internacional, confrontado e buscando fugir das barreiras limitantes dos Estados nacionais, encontrou uma resposta no âmbito da política do Estado norte-americano, isso em defesa da propriedade privada capitalista concentrada em seu território. Nessa dialética do imperialismo, portanto, da concorrência capitalista travada no patamar do capitalismo de Estado, criavam-se as condições, desde o início dos anos 1970, para um novo salto globalizante do capital, que encontraria sua plena maturidade nas décadas seguintes.

e, em alguma medida, ampliar a superexploração da força de trabalho, cresciam os problemas de realização do capital-mercadoria aqui produzido, reforçando a necessidade de ganhar mercados externos, que naquele momento começavam a entrar em retração – o que era muito marcado tanto no caso clássico da produção agrícola, mas também na dinâmica da indústria automobilística¹⁹⁰. Com isso, já a partir de 1971, o Brasil passou a registrar déficits comerciais que se prolongariam por toda a década. Tais déficits faziam rarear as divisas em moeda estrangeira necessárias para a continuidade do processo de importação de máquinas e equipamentos, o centro do projeto industrializante da ditadura. Como contrapartida, portanto, aumentava a dependência da inversão direta de capitais estrangeiros, assim como o reforço ao endividamento externo, forjando o quadro que explodiria definitivamente ao final da década (MARINI, 1992).

Por conta dessa nova fase inaugurada pela crise, a ditadura militar brasileira, justamente em seu momento de tentativa de institucionalização, passou a ser pressionada duplamente. Por um lado, pela própria desaceleração das taxas de acumulação internas da economia¹⁹¹ e, por outro lado, pela retomada da organização das forças sociais¹⁹². Liderada agora decisivamente pela vanguarda operária metalúrgica, a classe operária passou a apresentar oposição aberta à continuidade da ampliação da taxa de exploração por meio da política de arrocho salarial. Nos termos de Marini (1985), a classe operária brasileira, mesmo que ainda em posição defensiva, começou seu processo de reorganização já em 1973, sendo que alguns fatos importantes demarcam tal constatação.

De início, justamente em 1973 ocorre o rechaço por parte dos metalúrgicos paulistas da Volkswagen à extensão da jornada de trabalho mediante as horas extras. A reivindicação, por seu turno, estendeu-se a outros estados e ramos produtivos, sendo verificados protestos, paralisações e “operações tartaruga” em vários locais do Brasil. Já no ano seguinte (1974), mediante maior liberalização institucional, a reivindicação salarial ganhou terreno aberto

¹⁹⁰ A participação de bens manufaturados na composição das exportações brasileiras evoluiu significativamente entre 1964 e 1973, passando de 5% para 24% do total exportado (MARINI, 1990).

¹⁹¹ Mesmo que em 1972 e 1973 a taxa de investimento no Brasil se encontrasse no auge, já desde 1972 a situação começava a se inverter no setor produtor de bens duráveis, justamente aquele de composição orgânica do capital superior e maior efeitos sobre a taxa geral de acumulação da economia. Diante disso, esse declínio começava a impactar a totalidade dos demais setores já ao final de 1973 e, em 1975, a crise da economia nacional se tornava patente mediante a forte retração do investimento privado (MELLO; BELLUZZO, 1998).

¹⁹² Entre as principais forças sociais de oposição à ditadura que se reorganizavam no período podemos destacar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido opositor que obteve avanço significativo tanto nas eleições parlamentares de 1974 quanto nas de 1978; os movimentos políticos em defesa da anistia; os movimentos de combate à carestia, contando com suporte e liderança dos setores progressistas da Igreja Católica e, por fim; o próprio movimento operário, que seria o adversário mais poderoso ao poder militar (MARINI, 1990).

através de uma campanha nacional de denúncia contra a manipulação dos índices inflacionários oficiais e a favor da reposição salarial. Assim, dentro do contexto nacional e internacional da transição “lenta, gradual e segura” anunciada pelo presidente Geisel em 1974¹⁹³, a classe operária retomava, ainda que lentamente, seu protagonismo político (MARINI, 1985).

Diante de tal quadro e mirando não perder o controle do processo de institucionalização, mesmo em um cenário internacional menos dinâmico para a acumulação de capital, o governo Geisel aproveitou dessa nova expansão monetária conjuntural e do barateamento do preço das máquinas e equipamentos produzidos nos Estados Unidos para, mediante uma hipertrofia ainda maior do endividamento externo – agora a taxas de juros internacionais mais elevadas –, lançar o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Segundo Carneiro (2002), o plano, lançado em 1975, consistia em um grande programa de investimentos “[...] cujos objetivos eram transformar a estrutura produtiva e superar os desequilíbrios externos, conduzindo o Brasil a uma posição de potência intermediária no cenário internacional” (Ibid., p. 55). Ou seja, em nossa avaliação, nada mais que incrementar o processo de elevação da composição orgânica do capital na economia brasileira, mais uma vez, aos saltos, por meio da importação de máquinas e equipamentos dos países imperialistas.

Em auxílio ao plano, Carneiro (2002) também indica a adoção por parte do governo de uma política financeira complementar. Nela, o Estado brasileiro absorveu para si através das empresas estatais a enorme dívida externa das empresas representantes do capital monopolista, visando criar condições para que estas empresas, desobrigadas dos encargos com os juros das dívidas antigas, pudessem destinar maior parcela da mais-valia para o reinvestimento produtivo ou como garantia para a assunção de novas dívidas externas. De outra parte, também os juros internos foram elevados, forma encontrada para atrair capitais internacionais e poder financiar

¹⁹³ Alguns fatores internos e externos contribuíam para a tentativa de institucionalização do país nos moldes liberais-democráticos. Internamente, a eliminação completa da guerrilha rural e urbana, que em 1974 se encontrava completamente desarticulada diante do intenso terrorismo de Estado dos anos anteriores, inviabilizou qualquer perspectiva revolucionária imediata de contestação aberta e direta à ordem do capital. Somado a isso, o crescimento econômico dos últimos anos e a pressão das crescentes camadas médias por maior liberalização da sociedade, faziam com que a burguesia nativa se sentisse segura e até mesmo necessitasse de uma nova forma de dominação que, como contrapartida, abdicasse do protagonismo do tacão de ferro dos militares. Já externamente, a chegada do Brasil à etapa subimperialista do seu desenvolvimento, alinhada ao projeto de “Brasil potência”, exigia um amoldamento às formas democráticas de governo dos países imperialistas, clube ao qual a tecnocracia modernizante da ditadura militar gostaria de fazer parte. Nesse mesmo sentido, a ascensão ao governo dos Estados Unidos de James Carter, diante do rotundo fracasso da política imperialista no Vietnã, passou a priorizar a dominação externa por meio de formas mais sofisticadas de influência, abdicando do ostensivo apoio direto e indireto a intervenções militares e jogando peso em uma política externa com ênfase na defesa dos direitos humanos. Assim, tornava-se insustentável à ditadura militar brasileira a manutenção dos assassinatos e das torturas. (MARINI, 1985, 1990)

a importação em um país dependente detentor de déficits estruturais no balanço de pagamentos, estes promovidos pelos mecanismos de transferência da mais-valia para o exterior. Por fim, para contemplar os setores exportadores, prejudicados pela política de valorização cambial da moeda brasileira diante do dólar, era adotado um reforço aos subsídios fiscais e creditícios para ramos produtivos considerados estratégicos (particularmente o setor agrícola e de energia).

Alimentava-se, com todo esse pacote de estímulos, o sonho do “Brasil potência”, tão bem propagandeado pela ditadura. O ritmo de crescimento econômico, financiado pela entrada de investimento estrangeiro e pelo endividamento externo¹⁹⁴, efetivamente se acelerou, porém, quase que exclusivamente pelo reforço à exportação de produtos industrializados¹⁹⁵, voltando-se completamente de costas para o mercado interno, estrangulado diante da política de arrocho salarial em meio à alta inflação e aos juros altos. Logo, diante dessa projeção externa crescente, a ditadura tinha levado ao auge sua sensação de força e autonomia internacional. Tanto foi assim que a geopolítica do governo Geisel passou a buscar maior margem de manobra no plano das relações internacionais, minimizando o alinhamento total aos Estados Unidos ao estreitar relações também com Alemanha e Japão; adotar política independente em relação aos países do chamado Terceiro Mundo e do bloco socialista; para além de reforçar a projeção subimperialista sobre a América Latina¹⁹⁶.

Entretanto, a expansão industrial, apesar de ter ocorrido em níveis consideráveis para o período, ao enfrentar contexto internacional adverso, não alcançou o ritmo necessário para dar continuidade real ao projeto de “Brasil potência” e reverter a tendência à estagnação da economia brasileira. Também foi prejudicada pelos elevados juros internos, que estrangulavam o mercado nacional como contrapartida necessária para garantir as divisas internacionais utilizadas para cobrir a importação de máquinas e equipamentos em uma economia dependente.

¹⁹⁴ A entrada de investimentos estrangeiros diretos cresce de um total de 887 milhões de dólares em 1974 para 1,07 bilhões em 1978; já pelo lado da dívida externa brasileira, esta salta de US\$ 10 bilhões em 1972 para US\$ 46,5 bilhões em 1978 (MARINI, 1990).

¹⁹⁵ A participação dos produtos industriais na pauta de exportação, que já havia crescido e atingido 24% em 1973, salta novamente, alcançando 41% em 1978 (Ibid.).

¹⁹⁶ Destaca-se a o convênio com o Paraguai em 1974, criando a Companhia Binacional de Itaipu; a firmação do Tratado de Cooperação Nuclear com a Alemanha em 1975, com investimento na ordem de 10 bilhões de dólares para a construção de oito usinas nucleares no Brasil; no mesmo ano, o reconhecimento político do governo revolucionário de Angola, contrariando os Estados Unidos; em 1977, após denúncias feitas pelo governo de James Carter de que o governo brasileiro feria os direitos humanos, o avanço para a criação de um poder militar próprio através da formação da empresa estatal Indústria Militar de Material Bélico (IMBEL), com incentivos para a fabricação de tanques, aviões, mísseis, helicópteros, submarinos, radares e similares, buscando apoio tecnológico em licenças vindas da Itália, França, Alemanha e Inglaterra; no ano seguinte, 1978, a firmação do Tratado de Cooperação da Amazônia, que reunia todos os países da região, sob a liderança do Brasil; e, por fim, o estreitamento das relações políticas e econômicas com o Irã e o Iraque (Ibid.).

Em paralelo a isso, o crescimento econômico baseado em aumento dos custos por conta do choque externo dos preços puxados pelo petróleo fizeram disparar a inflação no país a partir de 1974¹⁹⁷. Logo, com toda essa confluência de fatores, já em 1975 ficava nítido que o país adentraria no ciclo crítico de profunda desorganização da economia provocado pela “estagflação”, algo que apareceria em toda a sua extensão após o segundo choque do petróleo em 1979, prolongando-se durante toda a década seguinte e o início dos anos 1990 (MELLO; BELLUZZO, 1998).

A dinâmica dos preços internos, por sua vez, só não se acelerava ainda mais em função da manutenção da política do arrocho salarial, que continha com mãos de ferro a elevação dos salários. Em um contexto de crescimento econômico com reforço da dependência dos preços internacionais – taxa de câmbio, juro dos bancos estrangeiros e preços dos insumos crescentemente utilizados, tal como o petróleo –, praticamente a única variável significativa em sua dimensão de incidência e de administração interna era o salário.

Assim, enquanto houve liquidez financeira internacional e contenção salarial por meio do arrocho, as contradições da economia sob a égide da ditadura militar puderam ser escondidas e represadas. Entretanto, dois fatos marcariam a mudança brusca das condições gerais de estabilidade da dominação burguesa no Brasil, ambos concentrados, justamente, ao final da década de 1970. Em primeiro lugar, o segundo choque do petróleo em 1979 e, principalmente, a forte política de elevação dos juros internacionais que lhe sucedeu. Com isso, ao mesmo tempo que desapareceu a liquidez internacional que favorecia o crescimento econômico brasileiro, encareceu-se de forma insustentável tanto o preço dos insumos internacionais quanto o pagamento dos juros da imensa dívida anteriormente contratada¹⁹⁸ – combinação que levaria o país à bancarrota em 1982, dando início à política de submissão ao Fundo Monetário Internacional (FMI) (Ibid.).

Em segundo lugar, mas não menos importante, a retomada da rearticulação e das movimentações do movimento operário que ocorria desde 1973 passou a atingir seu ponto

¹⁹⁷ Se a média da inflação anual entre 1965 e 1970 já era elevada, ficando em torno de 27% ao ano, entre 1969 e 1973 ela atingiu patamares um pouco menores, com uma média de 17,9% ao ano. A partir de 1974, estendendo-se até 1978, no entanto, a média anual da inflação foi de 36,4%, fechando o ano de 1978 com inflação elevadíssima de 40,7% (GARCIA MUNHOZ, 1997).

¹⁹⁸ O custo da amortização de juros e encargos da dívida externa brasileira em 1979 foi de cerca de 11 bilhões de dólares. Já o preço pago na importação de petróleo, foi de algo em torno de US\$ 5,5 bilhões, adicionado de US\$ 5 bilhões na compra de máquinas e equipamentos no exterior, 2 bilhões com produtos químicos e farmacêuticos e mais 2 bilhões com importação de alimentos. Por sua vez, como contrapartida de toda essa conta, a exportação total do país, no mesmo período, foi de aproximadamente 14 bilhões de dólares, o que mostra, nitidamente, o tamanho do rombo inaugurado ao final da década de 1970 (CHASIN, 1980).

culminante na transição de 1977 para 1978. Segundo Oliveira (2021), a campanha nacional de denúncia contra a manipulação dos índices inflacionários oficiais e a favor da reposição salarial, inaugurada em 1974 e mantida nos anos seguintes, ganhou um novo desdobramento em meados de 1977. A fraude da manipulação dos índices de preços pela ditadura, que desde 1973 era denunciada pelos cálculos do Dieese¹⁹⁹, ganhou novos contornos quando o jornal Folha de São Paulo, em 31 de julho de 1977, divulgou trechos de relatório do Banco Mundial sobre a economia brasileira no qual apareciam para o ano de 1973 uma taxa de inflação bastante superior à oficial. Os dados do órgão internacional corroboravam a pauta da campanha salarial nacional levada a frente pelo movimento operário, para além de demonstrar que mais um setor da classe dominante, a imprensa burguesa, descolava-se da falência do modelo econômico da ditadura²⁰⁰.

Tal divulgação da Folha de São Paulo foi o estopim para o início de forte agitação operária no segundo semestre de 1977, que culminou com a grande greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo iniciada por meio da paralização da fábrica da Scania em 12 de maio de 1978. Tendo em vista que a campanha salarial de 1977 já havia sido de alta intensidade, os operários se encontravam cientes das manobras da ditadura na manipulação dos índices inflacionários, fato que colaborou para a deflagração das greves de 1978. Mesmo assim, a princípio a greve na Scania não foi levada em consideração pela própria direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, sendo que os trabalhadores daquela empresa (considerados os melhor remunerados da região), mediante alto grau de espontaneidade²⁰¹, deram início ao movimento que se alastrou por diversas fábricas da região.

¹⁹⁹ A inflação de 1973 calculada pelo Dieese havia ficado em 26,68%, enquanto que a taxa de inflação oficial divulgada pela área econômica do governo, comandada por Delfim Netto, era de 13,7% (OLIVEIRA, 2021).

²⁰⁰ Desde 1973 começaram a haver princípios de ruptura no interior das classes dominantes. Somando-se à retomada da articulação do movimento operário e de outros setores populares, primeiramente, a pequena burguesia ao notar que o início da crise ameaçava seus privilégios começou a se colocar na oposição. Também a própria burguesia, no contexto de uma campanha inaugurada internacionalmente contra a intervenção do Estado na economia, começou a apresentar posição contrária à ditadura e favorável ao controle direto do aparelho econômico estatal – fato que ganharia força enorme nos processos de privatização das décadas seguintes (MARINI, 1985).

²⁰¹ Alto grau de espontaneidade de maneira alguma se confunde com ausência de lideranças e direção política. Depoimento de Gilson Menezes, na época membro da diretoria do Sindicato e liderança no interior da Scania, é revelador sobre essa relação. O antigo metalúrgico, que na época da greve tinha apenas 27 anos e que depois veio a ser o primeiro prefeito eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 1982, afirmava que: “Nós organizamos essa greve três dias antes. Saiu uma matéria em uma revista, não sei se *IstoÉ* ou na *Veja*, dizendo que a Scania tinha tido um lucro extraordinário no ano anterior. Eu tirei umas cópias da matéria e preguei nos banheiros da fábrica, para criar um clima junto aos funcionários. Enquanto o pessoal estava lendo a matéria, eu falava: ‘Poxa, a Scania, com esse lucro e não dá nem um pouco de aumento para a gente, não melhora o salário...’ Criava um clima. E eu falei para os líderes de cada seção, líderes ativistas: ‘Vamos fazer uma greve, eu acho que tem clima para isso. Não podemos demorar, porque senão eles descobrem e a gente está ferrado’. Com toda a modéstia, eu propus

O principal ponto de pauta da greve, por sua vez, era justamente a reposição salarial diante do custo de vida que crescia, com os trabalhadores reivindicando elevação de mais 20% no índice de reajuste de 39% já concedido pela Justiça do Trabalho (MATTOS, 2009; OLIVEIRA, 2021).

O elevado grau de espontaneidade de 1978 precisa, no entanto, ser matizado pelas condições gerais e particulares da época, evitando empenhar aqui um culto ao espontaneísmo, tal como criticado pelos autores clássicos que analisamos anteriormente. Nas palavras do próprio Lula²⁰² em 1979, quando era presidente do Sindicato e acabou por ser alçado à posição de representativa liderança política nacional:

A causa mais imediata da greve foi que o estomago do trabalhador colou. Foi a verdade que tivemos coragem de dizer ao trabalhador e que poucos haviam dito antes. A greve aconteceu pela franqueza com que essa palavra foi colocada dentro das fábricas. [...] a paralisação não se constituiu em nenhuma surpresa. Ela estava sendo plantada há alguns anos. O auge foi a luta pela reposição dos 34% no final de 1977. [...] a classe não está dormindo, como nunca esteve nestes últimos 14 anos. O arrocho salarial fez com que a classe trabalhadora brasileira após muitos anos de repressão, fizesse o que qualquer classe trabalhadora no mundo faria: negar sua força de trabalho às empresas. Era a única forma que os operários tinham de recuperar o padrão salarial, ou melhor, entrar no caminho de sua recuperação. (LULA *apud* CHASIN, 1980)

Desta maneira, o elemento espontâneo da greve não é abstrato e fruto da “vontade” dos trabalhadores. Mais uma vez a *linguagem da vida real* é a que se impõe. O fato elementar de que o “estomago do trabalhador colou” e, como resultado, os operários responderam “negando sua força de trabalho às empresas”, obrigou a sociedade brasileira a se defrontar com a antinomia incontornável da sociedade capitalista moderna, saindo da sua anestesia após mais de uma década de intensa repressão. As condições econômicas e políticas gestadas pelo próprio desenvolvimento capitalista, ao chegarem ao seu auge e preâmbulo da crise, favoreceram a retomada sempre eminente da classe operária ao centro das operações por meio das greves. A falência do modelo de crescimento do “milagre”, a tentativa da ditadura passar por cima do afloramento das contradições através do II PND, a continuidade da política de arrocho salarial e a inflação crescente, tudo isso em meio a fragmentação no interior da classe dominante no curso do processo de descompressão da ditadura em busca da sua institucionalização, criaram as condições objetivas para que o rugido das feras do abismo novamente acelerasse o tempo histórico e colocasse no centro da política a classe operária. Novamente nos termos de Lula:

a paralisação aqui da minha cabeça. Eu propus e grandes companheiros me ajudaram a organizar, porque é lógico que sozinho é impossível” (OLIVEIRA; NORONHA, 2015, p. 256).

²⁰² Na época de líder sindical, o futuro presidente Luís Inácio Lula da Silva era conhecido exatamente pelo apelido de Lula. Assim, sempre que tratarmos do líder sindical, preferiremos utilizar seu apelido, ou seja, a forma como efetivamente era conhecido entre seus pares. Já como presidente, utilizaremos seu nome completo, em que o apelido de operário foi subsumido e incorporado à alcunha do “responsável” presidente, comprometido com o capitalismo de Estado nos moldes da dependência brasileira.

Eu acho que o econômico e o político são dois fatores que a gente não pode desvincular um do outro. São duas coisas muito interligadas. Em consequência, acredito que o resultado da greve foi político. Seria mentiroso da minha parte dizer que o movimento foi de cunho econômico, da mesma forma que seria enganoso da minha parte dizer que a classe trabalhadora vai fazer uma greve eminentemente política, sem nenhuma reivindicação. A luta que aconteceu no ABC foi por salário, mas a classe operária, ao brigar por salário, teve um resultado político na sua movimentação. Por isso, afirmo que a primeira lição da greve é que não pode subestimar a capacidade de luta do trabalhador brasileiro. (LULA *apud* CHASIN, 1980)

Portanto, ao deflagrarem a greve de 1978, levada à frente em total contrariedade à lei de greves vigente e reivindicando a questão salarial, os operários metalúrgicos anunciaram os termos do embate econômico e político do período de greves de massas que ali se inaugurava. A greve pela reposição salarial, em si mesma, já era o questionamento da política do arrocho dos salários, pilar central da dominação burguesa no Brasil. Por ser vitoriosa, conquistando a reivindicação imediata, impunha uma derrota não apenas às empresas monopolistas afetadas, mas sim à totalidade do modelo econômico. De outra parte, a própria realização da greve, as famosas assembleias reunindo milhares de operários no Estádio da Vila Euclides e o crescimento significativo da sindicalização²⁰³, limitavam a capacidade de a ditadura punir violentamente seus dirigentes – tal como ocorrido em 1968. Assim, apontava-se nitidamente para a impotência da dominação burguesa por meio da pura e simples *apoteose da espada*, apontando para a necessidade de algum tipo de cooptação.

Ainda em 1978, inflamados pela condição geral do país e pelo fato ocorrido em São Bernardo do Campo no início do ano, 137 greves foram deflagradas, sendo $\frac{3}{4}$ delas realizadas por operários industriais. No ano seguinte, por sua vez, as greves praticamente duplicaram em número e se espalharam pelo país, mobilizando, para além dos metalúrgicos, motoristas e cobradores de ônibus, médicos, professores, garis, operários da construção civil, canavieiros, entre tantas outras categorias profissionais, abarcando um total de 3 milhões de trabalhadores tanto em greves por empresa quanto por categorias. Assim, diante da força de ruptura que vinha da vanguarda operária, as demais camadas insatisfeitas com a ditadura reforçaram sua movimentação, sendo um período de clara intensificação do movimento pela anistia e pela democracia. (MARINI, 1985; MATTOS, 2009).

Desta forma, no ano de 1979, a ditadura, agora sob comando do general João Batista Figueiredo, foi obrigada a aprovar tanto uma lei de anistia, que abria as portas do país para o

²⁰³ O crescimento do número de sindicalizados em 1978 foi de 20% na Chrysler, mais de 25% na Ford, 16% na Mercedes e mais de 10% na Volkswagen (MARINI, 1985).

regresso dos militantes políticos exilados, quanto uma revisão na política salarial do arrocho. No interior dessa nova política salarial, o governo criou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), estabelecido mensalmente e servindo como indexador dos reajustes. Estes, por sua vez, deixaram de ser anuais e passaram a ser semestrais, garantindo uma expansão salarial de 10% acima do INPC naquele ano. Por conta disso, na mesma medida que a ditadura era obrigada a ceder em termos salariais, sentia-se mais segura para retomar medidas repressivas. Foi justamente isso que ocorreu na nova greve metalúrgica realizada no ABC paulista em 1980, contando com forte oposição do governo, que debelou mediante a força as manifestações e os piquetes, interveio nos sindicatos e prendeu os dirigentes sindicais – entre eles Lula –, enquadrando-os na Lei de Segurança Nacional (MARINI, 1985).

Diante de tamanha agressão, a greve de 1980 foi encerrada, colhendo poucos resultados econômicos para além da nova política salarial já vigente. Entretanto, mediante o fato de que, pela primeira vez desde 1964, uma direção sindical deposta e presa retomava seu posto dirigente no Sindicato em meio a ato realizado em praça pública e após campanha nacional pela sua liberdade, demonstrava que a síntese do período era a de uma grande vitória política da classe operária. Além de demonstrar os limites mais estreitos à repressão, oferecia-se o espaço para, no desenvolvimento da luta sindical e das greves, o desabrochar de um movimento democrático de massas. Nos termos de José Chasin:

As greves são declaradas, explicitamente assumidas, e, em certa medida, preparadas; o sindicato reassume seu papel, os piquetes voltam à existência, o enraizamento do movimento no interior das empresas se aprofunda, e as assembleias sindicais, à luz do dia e das praças, transformam-se como nunca dantes, em caudais de massas. A luta dos trabalhadores vai para as ruas, domina os jornais e ocupa todas as consciências; faz renascer a esperança de milhões, intimida e exaspera minorias raivosas, intranquiliza e leva à perplexidade os acomodados de todos os tipos. E, numa coincidência sintomática, é a única “saudação” de massas ao novo presidente. [...] [...] efetiva-se um processo alargador e de espessamento, e preciso destacar, como determinação fundamental, que, tomado no seu conjunto, este período de cerca de um ano, em contraste com toda fase anterior, consubstancia um salto qualitativo: o da passagem da fase de resistência democrática, que caracteriza todo o período anterior a maio de 78, para a do movimento DEMOCRÁTICO de massas propriamente dito. (CHASIN, 1980)

Tanto foi assim que, mesmo com a queda das greves entre 1980 e 1983²⁰⁴ a classe não perdeu sua energia de combate. A ditadura militar em nenhum momento conseguiu recolocar-se como alternativa de futuro, buscando, de forma ardil, reforçar o caráter da transição “lenta, gradual e segura”. A luta eminentemente operária, por sua vez, foi momentaneamente

²⁰⁴ Processo fruto tanto das conquistas econômicas anteriores quanto da “contida” intensificação da repressão, para além de, principalmente, dos efeitos desarticuladores da enorme depressão econômica inaugurada em 1979 e do aumento expressivo do desemprego provocado por ela no início da nova década (MATTOS, 2009).

direcionada para a organização das bases que dariam o enquadramento da nova ofensiva do proletariado que viria na sequência. O trabalho e energia militante, se encontrou dificuldade de se desenvolver diretamente nas greves, não se fragmentou ou caiu em desânimo. Pelo contrário, centralizou-se em torno das largas movimentações de caráter nacional pela criação tanto do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 quanto da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983.

Assim, o conteúdo expansivo e espontâneo de 1978 e 1979, dialeticamente, justamente em meio ao seu breve refluxo, ganhava nova qualidade. Por um lado, centralizava-se uma pauta econômica unitária, que organizativamente se expressava na CUT e, por outro lado, a classe se organizava enquanto partido político, sendo o crescimento exponencial do PT, tanto em número de filiados quanto em influência nos rumos do país, expressão dessa nova realidade²⁰⁵.

Seriam sobre essas novas bases, portanto, que as greves retomariam trajetória expansiva a partir de 1984. Entre o pouco mais de uma centena de greves em 1978, ano do ressurgimento da vanguarda operária metalúrgica, a década de 1980 registraria um crescimento permanente das greves, atingindo um expressivo pico de, segundo o Dieese, quase 2 mil greves em 1989²⁰⁶.

²⁰⁵ O processo de criação do PT e da CUT, em seu caráter eminentemente contraditório para o desenvolvimento das lutas de classes no Brasil a partir da década de 1980, serão analisados mais detalhadamente na subseção seguinte.

²⁰⁶ Até o atual momento deste trabalho, utilizamos bases de dados esparsas sobre as greves no Brasil, coletadas em várias fontes bibliográficas distintas. Tal limitação é expressão justamente da ausência de levantamentos sistemáticos de dados sobre o tema, especialmente em relação ao período anterior a década de 1980. O próprio número de 118 greves em 1978 foi coletado em série histórica apresentada no trabalho de Noronha, utilizado por Mattos (2009) quando da discussão do tema. Nesta série histórica de Noronha, a estatística apresenta que no ano de 1989 as greves foram de 3.943, pouco mais de mil greves que as registradas pela série histórica do Dieese – 1.962 greves em 1989. A despeito da significativa diferença dos números, ambas as séries expressam o mesmo movimento de crescimento exponencial das greves a partir de 1983 e seu auge em 1989. A partir daqui, no entanto, passaremos a utilizar exclusivamente a série de dados do Sistema de Acompanhamento de Greves do Dieese (SAG-Dieese). Desde seu início, em 1983, tal série se tornou a principal fonte de informação sobre o tema, não apresentando quebras anuais e dispondo continuamente de dados até o período recente. Para além disso, como veremos na análise posterior do ciclo de greves entre 2008 e 2018, a série apresenta outras informações, para além apenas do número, que nos ajudarão a compreender com maior nível de detalhes a particularidade do período mais recente de ascensão das greves.

Tabela 4 – Greves no Brasil entre 1983 e 1989

Ano	Empresas Estatais	Funcionalismo Público	Esfera Privada	Total
1983	7	41	202	250
1984	22	49	337	408
1985	49	129	439	621
1986	93	133	783	1.014
1987	146	280	567	996
1988	134	323	417	877
1989	171	429	1.358	1.962

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) – Dieese

Não apenas na quantidade, mas também na abrangência, as greves desse período foram marcantes. Ocorreram tanto greves por categorias quanto, de forma mais preponderante, greves por empresas. Greves de todos os tipos, desde processos mais brandos até processos de elevada radicalidade, como as greves com ocupação de fábrica, que tanto pavor causaram à burguesia. Também surgiram, pela primeira vez no Brasil, greves nacionais unificadas, tal qual a greve dos bancários de 1985 e as greves de servidores públicos e dos professores universitários. Por fim, nesse curto período de tempo, foram convocadas e organizadas quatro greves gerais, sendo a maior e mais expressiva delas, justamente, a greve geral de 1989, que contou com a participação de 20 milhões de trabalhadores durante dois dias (MATTOS, 2009).

No centro dessa enorme abrangência das greves, que passavam a envolver, para além dos operários, até mesmo setores das camadas médias assalariadas, estava o tema fundamental do custo de vida. A forma particular para essa retomada da ação grevista, por sua vez, foi justamente o estrangulamento da economia nacional por conta da transferência de mais-valia para os países imperialistas, fruto da posição dependente do Brasil, que levava o país à bancarrota em 1982, recorrendo, tal como vimos anteriormente, pela primeira vez à empréstimo junto ao FMI. Como condição imposta pelo Fundo para a entrada dos recursos externos, por seu turno, era exigida a retomada a política do arrocho salarial, como um pilar de “reorganização” da economia. Com isso, já a partir de janeiro de 1983 o arrocho era retomado, isso através da promulgação de sucessivos decretos-leis que limitavam os reajustes salariais a 80% do INPC (OLIVEIRA, 2021).

Diante desse cenário, as greves passaram a ganhar pauta política mais bem definida. Especialmente nas greves gerais do período era reivindicado o fim da política de arrocho salarial, a reforma agrária – pauta do pré-64 que retomava diante da necessidade de resolução

da rígida oferta de alimentos – e a suspensão do pagamento da dívida externa, colocando o FMI como um dos principais inimigos dos trabalhadores brasileiros. A transformação da alta inflação brasileira em hiperinflação²⁰⁷, por sua vez, funcionou tanto como o motor para a explosão das greves quanto de elemento que pautava a disputa política em torno dos rumos da economia nacional. (MATTOS, 2009).

Por isso mesmo, tendo em vista a confluência do pico inflacionário e o auge da mobilização e organização da classe operária nas greves de massas, 1988 e 1989 seriam anos decisivos. De um lado, a nova Constituição Federal, aprovada em outubro de 1988, representou a necessidade da classe dominante começar a absorver elementos da reivindicação operária através de um processo de *execução testamentária*. Diante disso, mesmo que tanto a elaboração quanto o conteúdo geral do texto constitucional fossem mais um passo fundamental no processo de institucionalização do Estado de Contra-Insurgência²⁰⁸, o fato dela ter sido realizada em meio ao calor do ciclo de greves de massas fez com que algumas marcas progressivas para a classe operária fossem registradas em seu texto.

Para além do famoso Artigo 7º, que ampliou o rol de direitos trabalhistas e alçou-os ao patamar de “direitos fundamentais”²⁰⁹, naquilo que nos interessa diretamente para o debate sobre o período de greve de massas, foi essencial a revisão da lei sindical e da lei de greves. De um lado, vedava-se a intervenção direta do Estado na atividade sindical, além de acabar com o “estatuto-padrão” e permitir a sindicalização dos servidores públicos. Entretanto, mesmo assim, mantinham-se diversos mecanismos de atrelamento da estrutura sindical ao Estado, fatores que, logo nos anos seguintes e na esteira do refluxo das lutas de classes, custariam a perda da

²⁰⁷ Como visto anteriormente, os elementos da “estagflação” já apareciam desde 1975 – basicamente por conta da elevação do preço do crédito e do preço dos insumos industriais importados. Entretanto, mediante o rígido controle governamental sobre os salários, mesmo que elevada, a inflação permaneceu sob certo nível de contenção até 1978 (SINGER, 1982). Todavia, diante da flexibilização da política de arrocho salarial, conquistada pela luta da vanguarda operária nas greves de 1978 e 1979, a indexação do preço dos salários promovia o encarecimento do capital variável e a compressão da taxa de mais-valia, levando à espiral de reajuste permanente dos preços como forma do capital monopolista reverter essa compressão. Com isso, a inflação brasileira, que já era estruturalmente alta, entra em dinâmica de crescimento exponencial, fenômeno conhecido comumente como hiperinflação. Já em 1979, a elevação dos preços atinge o patamar de 77,3%, praticamente o dobro dos anos anteriores. Em 1980, 1981 e 1982, fica na casa dos 100% ao ano. Já entre 1983 e 1985, ultrapassa percentual superior a 210% ao ano. Recua apenas em 1986 e 1987, beneficiada pelo engodo dos congelamentos de preços do Plano Cruzado, lançado pelo governo de José Sarney. Entretanto, como produto dessas medidas artificiais, orientadas apenas para influenciar a eleição dos deputados e senadores da Assembleia Constituinte em 1986, nos anos seguintes a explosão inflacionária seria ainda maior: 1.037% em 1988 e 1.782% em 1989 (GARCIA MUNHOZ, 1997).

²⁰⁸ Permaneceu intocado até mesmo o papel interventor das Forças Armadas sobre as instituições ditas democráticas, para além de serem assegurados todos os interesses estratégicos do capital monopolista.

²⁰⁹ Algo similar ao cinismo, já que, tal como veremos na sequência, todos os governantes posteriores a 1988, cada um à sua maneira e seguindo ritmo e intensidade distintos, alteraram significativamente o Artigo 7º, sempre em prejuízo dos trabalhadores.

embrionária independência dos sindicatos²¹⁰. De outro lado, no que concerne à legislação sobre as greves, a Constituição de 1988 assegurou, de forma ampla e bastante abstrata, o direito de greve, tanto no setor privado quanto no público. A definição mais concreta da abrangência e dos limites legais das greves, no entanto, era empurrada para frente, através de futura regulamentação infraconstitucional que definisse em termos mais precisos no que consistia o novo direito (MATTOS, 2009; OLIVEIRA, 2021; BABOIN, 2013).

Tal dubiedade em relação ao tema das greves, em meio ao auge das lutas de classes no Brasil, levariam aos emblemáticos acontecimentos de 1988 e 1989. Se as ilusões liberais constitucionalistas já haviam tomado conta de vários setores de oposição à ditadura militar, especialmente aqueles alinhados às camadas médias, no seio do movimento operário a situação não era tão simples. Pressionados pela hiperinflação e pela continuidade do período de greves de massas, os operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), situada em Volta Redonda-RJ, concentrariam a atenção da *Nova República* inaugurada pela Constituição. Decididos a levar as conquistas constitucionais a termo – centradas na garantia do direito de greve, no turno de trabalho de seis horas e na readmissão de grevistas demitidos em outras greves anteriores –, apenas um mês após a promulgação da Carta Magna, os trabalhadores da CSN protagonizaram uma massiva e simbólica greve que revelaria o caráter farsesco da dita democratização brasileira. Organizada por meio de comissões de fábrica e utilizando da tática da ocupação de fábrica, o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, liderado pelo dirigente Juarez Antunes, envolveu praticamente a totalidade da cidade em torno da pauta dos grevistas. Contando com um forte e radicalizado movimento popular²¹¹, a “Cidade do Aço”, símbolo do processo de industrialização brasileiro e considerada Área de Segurança Nacional pela ditadura, foi posta sob completa direção operária, tendo seus rumos definidos, enquanto durou a greve, através de permanentes assembleias multitudinárias que envolviam toda a população da cidade. (GANDRA, 2009; GRACIOLLI, 2009).

Em nossa avaliação, compartilhada por alguns estudiosos, a greve da CSN de 1988 expressou a potencialidade que aquele período de greve de massas atingiu, aproximando-se, pelo menos em algumas de suas expressões mais radicalizadas, de ganhar forma efetivamente

²¹⁰ Os principais pontos mantidos foram o monopólio da representação sindical dos sindicatos oficiais, o imposto sindical e o poder normativo da Justiça do Trabalho (MATTOS, 2009).

²¹¹ Para além do próprio sindicato, peça central e de vanguarda na movimentação política da cidade de forte composição operária, atuaram decididamente na greve os Conselhos Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, as mais de quarenta associações de moradores dos bairros populares da cidade, os professores organizados pelo Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE), o movimento estudantil, para além de outras formas de organização popular que iam além do sindicato (GANDRA, 2009).

revolucionária. A cidade, de importância estratégica para a produção capitalista no país, ao ser colocada sob poder operário, repetia em seus elementos gerais, ainda que em um breve período de tempo, a experiência histórica da Comuna de Paris e dos soviets na Rússia. Era demonstrado, por meio da progressiva dualidade de poderes criada nas greves de massas, a que nível as contradições capitalistas haviam chegado no Brasil.

Como resposta, por sua vez, o Estado de Contra-Insurgência não tardou em despir-se da sua máscara democrática, inaugurando aquilo que ficou cunhado pela imprensa da época como “Era Urutu”²¹². As Forças Armadas, apenas um mês depois da foto de Ulysses Guimarães erguendo em suas mãos o novo texto constitucional, após serem referendadas por uma decisão judicial, reprimiram com a sordidez de uma serpente a greve dos operários da CSN. Assim, a greve que lutava para que as garantias constitucionais recém aprovadas fossem asseguradas na prática, era fortemente reprimida pelo poder supostamente defensor da Constituição Federal e da Nova República. Em meio a uma batalha campal que tomou conta da cidade durante a madrugada, três operários foram mortos. Mesmo assim, logo na sequência, a comoção popular por conta das mortes acabou por mobilizar quase que a totalidade da população de Volta Redonda em defesa da greve. Isso lhe deu sobrevida, sendo o Estado, proprietário da CSN, obrigado a conceder às pautas dos operários, algo que estenderia as conquistas do turno de seis horas, por exemplo, para todo o Brasil (GANDRA, 2009; GRACIOLLI, 2009).

Seis meses depois do ocorrido, no entanto, a resposta em nível institucional viria. O Congresso Nacional, pressionado por um forte debate promovido pela grande mídia burguesa²¹³, regulamentou o direito de greve já na metade de 1989, revendo a flexibilidade da

²¹² O termo se referia ao carro blindado (ou “tanque de guerra”) que transportava as tropas Urutu do Exército, fabricado no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980. Pouco adequado para o uso nas guerras modernas, o tanque foi largamente utilizado na repressão ao movimento operário na década de 1980 e 1990. Para além disso, de forma bastante reveladora do sentido da Nova República, no início do século XXI e durante os governos do PT, o modelo Urutu foi reativado para uso na ocupação das tropas brasileiras no Haiti, sob comando do imperialismo, e, mais recentemente, utilizado nas operações militares em favelas, inauguradas durante o governo de Michel Temer na intervenção no Rio de Janeiro em 2018 (KAWAGUTI, 2018).

²¹³ O editorial do Jornal O Globo de 12 de dezembro de 1988 é revelador do nível de temor e intransigência a que o capital monopolista chegava naquele momento. Segundo o jornal:

“O cerne da questão não é a greve, mas a ocupação – ilegal e violenta, sem sombra de dúvida – de uma propriedade da União.

Cabia às autoridades impedir, com todo o rigor... Mais relevante ainda, cabia-lhes manter o primado da ordem. Assim determina a Constituição.

Isto está longe de significar que o conflito e as mortes eram inevitáveis [...]

A falta de agilidade e de capacidade política por parte da direção da CSN e de noção do dever por parte do Governo do Estado foram certamente fatores que contribuíram para o desenlace.

Não foram, no entanto, o mais importante desses fatores.

Este reside em que o conflito foi desejado e provocado a partir da decisão de ocupar a usina e ameaçam sua desativação [...]

legislação de 1988 e endurecendo novamente a repressão contra as greves no Brasil. No centro dessa nova regulamentação, por seu turno, estava a extrema judicialização do conflito grevista, em que o “novo” aparato jurídico da Nova República passou a dar guarida ao “velho” aparato repressivo da ditadura²¹⁴. Com isso, como resultado, a farsa da democratização, levada a frente sob o comando das forças que conduziram a tragédia do golpe de 1964, foi posta a nu, restando apenas ao mais abjeto oportunismo a crença de que ingressávamos em uma nova era democrática.

Entretanto, em um primeiro momento, longe de esvaziar o ímpeto de luta operária, os acontecimentos de Volta Redonda do final de 1988, turbinados pela manutenção da hiperinflação, levariam a mais um impulso de ascensão das lutas de classes. O largo apoio popular aos operários apareceria já nas eleições municipais realizadas poucos dias depois das mortes na “Cidade do Aço”, registrando-se as significativas vitórias eleitorais de Luíza Erundina em São Paulo, Jacó Bitar em Campinas, Olívio Dutra em Porto Alegre, para além da eleição do principal dirigente da greve, Juarez Antunes – membro do Partido Democrático Trabalhista (PDT) –, como prefeito de Volta Redonda. Para além desses fatos, os quais buscaremos analisar em seu aspecto contraditório logo na sequência do trabalho, também se preparou o terreno para a gigantesca greve geral de 1989, aquela do envolvimento de mais de 20 milhões de trabalhadores, justamente no ano de auge do número de greves no país.

Não há qualquer equivalência entre a defesa de reivindicações trabalhistas [...] e a estratégia de guerrilha. Esta se liga a outro tipo de objetivo: a conquista do poder através do enfraquecimento da estrutura do Estado. É este o plano básico traçado pela CUT [...] sob as ordens de um comando de intenção revolucionária. [...] Dessa culpa [das mortes] os donos da CUT e seus ideólogos não escapam” (O GLOBO *apud* GANDRA, 2009, p. 103).

²¹⁴ Em 1988, quando aprovado no novo texto constitucional, o debate sobre o direito de greve foi objeto de ampla polêmica entre os deputados constituintes. Enquanto que os deputados alinhados ao movimento operário defendiam um texto sem quaisquer limitações ao direito de greve, os deputados burgueses reivindicavam um texto restritivo. Por falta de acordo e seguindo o espírito daquela constituição, ficou-se no meio termo, um texto genérico, que garantia o direito de greve e repassava à regulação posterior os seus condicionantes – a lei futura deveria definir os serviços e atividades essenciais, aqueles que não poderiam ser paralisados por “interesse da comunidade”, e também as penalidades aos trabalhadores quando do descumprimento da lei. Assim, depois dos acontecimentos de Volta Redonda, a regulamentação do direito de greve ganhou o centro do debate público, o que levou a aprovação de lei infraconstitucional sobre o tema em 28 de junho de 1989. Nela, segundo os limites estabelecidos pela lei, as greves só poderiam ocorrer após frustrada a negociação entre as partes; com comunicação oficial de 48 horas de antecedência; mediante realização de assembleia chamada exclusivamente pela entidade sindical oficial; garantindo a inviolabilidade do direito de outrem; não sendo permitidos piquetes; com a Justiça do Trabalho decretando a legalidade ou ilegalidade da greve, passível de punição; com 15 setores definidos como atividade essencial; e mediante responsabilidade trabalhista, civil e penal dos dirigentes sindicais sobre o protesto (BOBOIN, 2013). Desta forma, a lei de greves aprovada pelo parlamento democraticamente eleito em 1989, e que nos anos seguintes só ganhou em novos instrumentos restritivos – como a ampliação das atividades consideradas essenciais, por exemplo –, vigorando até os dias de hoje, só não é pior que a Lei 4.330/64 aprovada no início da ditadura militar, sendo mais antidemocrática que a lei de greves de 1946, promulgada através do Decreto-Lei 9.070/64 logo após o golpe que levou o General Dutra à presidência da república.

O quadro para o proletariado brasileiro, desta forma, parecia perfeito para a realização das famosas eleições presidenciais do final de 1989. Certamente que, diante de tamanha agitação política, poucos acreditariam que um político praticamente desconhecido, representante das velhas aristocracias do estado do Alagoas, acabaria por ser eleito. Entretanto, foi justamente isso que ocorreu, sendo Fernando Collor de Mello o primeiro presidente eleito da Nova República, derrotando Luís Inácio Lula da Silva no segundo turno da eleição²¹⁵. Aqui, no entanto, já não se tratava mais do antigo líder metalúrgico de nome Lula, que, idos mais de uma década de greves de massas no Brasil, demonstrou-se incapaz de incorporar a poesia do futuro que se apresentava cotidianamente nas greves. Se a história é dialética e o espírito das gerações mortas oprime o cérebro dos vivos, Luís Inácio terminou por abraçar os fantasmas do passado, tendo no economicismo reformista o seu limite político e teórico.

Assim, já ao final da década de 1980, todos os elementos para a derrota das greves de massas estavam montados, fato que ocorreria logo na sequência no desenrolar da década seguinte. Se, de um lado, a “Era Urutu” demonstrava que a repressão não deixaria de se fazer valer, a pura e simples *apoteose da espada* já não era mais possível. Pela primeira vez, após quase um século, o excedente populacional do mundo agrário já não era suficiente para substituir uma desejada aniquilação da vanguarda operária brasileira (MARINI, 1985). Assim, outros mecanismos para exercer a dominação burguesa, esvaziando o ímpeto grevista se tornavam necessários. Era dada a hora de transformar a aristocracia operária que já existia enquanto potência desde a década de 1970 em realidade efetiva. As sementes que haviam sido plantadas, portanto, precisavam ser desenvolvidas. Para isso, esta aristocracia precisou contar tanto com a consolidação do seu aspecto subjetivo: a rápida capitulação do PT à ordem burguesa; quanto com seu aspecto objetivo: a chamada reestruturação produtiva inaugurada na década de 1990, que teve como resultado a desarticulação da vanguarda operária grevista e a completude da instauração da exploração da força de trabalho baseada na mais-valia relativa. Assim, antes de finalmente caracterizarmos a consolidação da aristocracia operária brasileira na década de 1990, iniciemos pela exposição de suas duas dimensões fundamentais: a democracia burguesa na forma e a ditadura do capital no conteúdo.

²¹⁵ É importante lembrar que a soma dos votos de Luís Inácio Lula da Silva (PT) e Leonel Brizola (PDT) – o único candidato a realmente atacar o modelo econômico dependente – no primeiro turno de 1989 superava largamente a votação de Fernando Collor. O primeiro, naquele momento ainda estava associado ao radicalismo advindo das greves, e o segundo, era o principal representante das reformas de base do pré-64 e da campanha da legalidade de 1961, fatos que demonstravam a vitalidade política daquele período.

5.2 DEMOCRACIA BURGUESA NA FORMA

Como vimos anteriormente, em meio a vigorosa iniciativa operária do período de greves de massas inaugurado em 1978, um intenso trabalho político e organizativo também se colocou na ordem do dia. Na esteira da crise da ditadura militar e em meio ao processo de institucionalização do Estado de Contra-Insurgência, as greves de massas expressavam o conteúdo revolucionário do período, dificultando e colocando em xeque a “transição lenta, gradual e segura”. Assim, elas foram o que de realmente novo emergiu a partir da sempre presente antinomia do modo de produção capitalista, iniciando-se o trabalho paralelo e incontornável de formulação e disputa em torno das palavras que dariam forma a este conteúdo. De um lado, os persistentes e sedutores fantasmas do passado, de outro, o caminho tortuoso e luminoso da busca pela poesia do futuro.

A disputa destas palavras, por sua vez, deu-se justamente em torno do sentido político – tanto imediato quanto estratégico – que as novas organizações que surgiram do âmago do movimento operário adotariam. Portanto, o debate em torno da natureza e do devir histórico do PT (1980) e da CUT (1983), seja o travado em seu interior ou aquele feito exteriormente, foram fundamentais para definir o desenvolvimento futuro do ciclo de greves de massas inaugurado pelos metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Também como já discutido anteriormente, o devir revolucionário do proletariado, justamente quando é expresso de forma prática nas greves de massas, necessita realizar a fusão orgânica com sua formulação teórica e política organizada que indique as mediações para o desenvolvimento do processo revolucionário. Por sua vez, caso tal exigência do movimento histórico não seja realizada, o risco é de que, diante da capacidade de repressão e cooptação detida pela ordem burguesa, ele seja reabsorvido como força de manutenção da exploração capitalista, isso através do processo de aristocratização de parcela do proletariado. Assim, o tema da mediação política, ou seja, a união entre a cotidianidade e o devir histórico, seja no âmbito dos partidos quanto, em menor medida, no âmbito da organização sindical, ganha elevado significado.

Tendo em vista tal processo, iniciemos avaliando – de maneira breve e sem exaurir a profundidade do debate em torno do tema – os desdobramentos históricos que decorrem da gênese e da dinâmica do PT. Fundado em 1980, foi resultado da síntese do movimento democrático de massas deflagrado inicialmente em oposição ao arrocho salarial e, posteriormente, em torno do próprio sentido da democracia a ser conquistada. O partido, desde

seu início, foi a expressão da fusão entre os grupos representantes da vanguarda operária, dos setores progressistas da Igreja Católica, dos movimentos de trabalhadores rurais e das camadas médias urbanas, essas compostas também pelos intelectuais de perfil universitário. Para além disso, diversos agrupamentos políticos revolucionários, oriundos ou não da luta armada, também compuseram o partido em sua fase inicial.

Desta maneira, se o partido surgiu do enfrentamento de massas contra o arrocho, o inimigo imediato que mobilizou multidões, não é apenas esse elemento que definirá sua dinâmica. Nenhum partido surge apenas das condições objetivas da vida cotidiana, sendo, isso sim, um mediador das lutas imediatas com o seu sentido estratégico. Portanto, o partido é sempre elemento dirigente de parcela da população que, organizada, busca apresentar seus interesses particulares como interesses universais da sociedade. Assim sendo, o partido não pode surgir apenas da *linguagem da vida real*, mesmo que lidar com essa determinação objetiva lhe seja intransponível. O partido surge, também, é do confronto com a história, com as perspectivas teórico-políticas (ou ideológicas) que lhe antecederam, com os diferentes caminhos que se apresentam como passíveis de serem construídos na mediação entre o momento imediato e o devir histórico.

E neste confronto com a história, se é verdade que o Partido dos Trabalhadores, pela própria origem orgânica ao impulso das greves de massas, incorporou um caráter inicial “anti-capitalista”, classista, socialista e de massas (IASI, 2012), seu socialismo, ao menos para suas correntes internas majoritárias, sempre repudiou o tema da dualidade de poderes, da revolução e da ditadura do proletariado. Asseveravam, em sua substituição, uma democracia formal e abstrata que, ao ter como horizonte a cidadania, muito adequadamente se amoldava aos anseios de uma transição “lenta, gradual e segura”, tal qual reivindicada pela institucionalização do Estado de Contra-Insurgência. Rapidamente, aliás, o tema da democracia ganhou caráter cada vez mais restrito, voltado exclusivamente para a questão eleitoral, bastante adequado aos princípios defendidos pela “nova esquerda”, tal como tratados ao final da seção anterior. Assim, desde muito cedo, o PT passou a ser importante alternativa para a manutenção do verniz democrático da Nova República, escondendo com uma camada de flexibilização política institucional as reiteradas intervenções militares nas greves operárias – a verdadeira alma social da “Era Urutu”.

Com isso, o amadurecimento político do proletariado nas greves, na organização operária e nos movimentos populares foi sendo substituído por um “acúmulo de forças” no próprio interior da institucionalidade do Estado burguês. A eleição de parlamentares, prefeitos

e governadores, elevadas a tarefa prioritária do partido sob a justificativa de “democratizar o Estado” por meio das “gestões participativas”, transformou tal jornada de cretinismo parlamentar em objetivo último e definitivo a ser conquistado. Necessitando, por sua vez, guardar o vínculo com sua origem, tais objetivos precisaram ser travestidos de movimentos táticos em busca de uma caricatura de transição socialista, cada vez mais distante e esterilizada (IASI, 2012).

Contribuiu decisivamente para esse processo a forte influência dos significativos contingentes das camadas médias, dos intelectuais e dos religiosos que compuseram junto aos operários e as demais frações do proletariado as fileiras do PT. Assim, aclimatados que estavam ao papel que já haviam cumprido durante a ditadura, de uma *oposição legal* constituída como “*nova esquerda*”, no desenrolar da década de 1980 contribuíram decisivamente para a definição política do partido. De uma posição que começa com uma repulsa quase que instintiva a qualquer aliança com os exploradores, já na metade da década a pequena-burguesia é incorporada ao leque de alianças. Na sequência, a independência política do partido vai se diluindo até chegar ao ponto do completo desaparecimento dos poucos aspectos que apontavam para o fim da propriedade privada em seus textos fundacionais. Assim, nesse caminho em que o “uso do cachimbo entorta a boca”, já na década de 1990, aparvalhado diante da derrota eleitoral de 1989, do desmonte do bloco socialista em torno da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e do recuo dos movimentos populares e sindicais, o apego ao espaço institucional e à democracia, sem adjetivação, passaria a ser o único horizonte a ser conquistado (Ibid.). Logo, o caminho foi definitivamente pavimentado, sendo a malfadada “Carta ao Povo Brasileiro”, que antecedeu a vitória de Luís Inácio Lula da Silva em 2002, a expressão mais que evidente de que o partido estava envolto na defesa absoluta e irrecuperável do capital monopolista (ANTUNES, 2011).

Ano demarcatório desse processo foi 1987, no momento de realização do 5º Encontro Nacional do PT e no qual é formulada, em seus aspectos essenciais, a *Estratégia Democrática Popular*. A estratégia, que condicionaria definitivamente os rumos do partido, consistia em um confronto ao que tratava internamente como “vanguardismo” das tendências políticas de perspectiva revolucionária, assim como uma diferenciação rígida e anti-dialética entre os “momentos” de acúmulo de força e os “momentos” de ruptura. Para além disso, foi aprovada a tática de aliança com os setores da pequena burguesia, priorizando-se a ilusão de uma disputa de forças no interior do Estado. Este que, por sua vez, deixa de ser compreendido como órgão de dominação de classe e passa a ser tratado como uma conquista da “civilização”. Por fim, a

estratégia apresentava o desenvolvimento capitalista brasileiro como inconcluso, remetendo, mesmo que em palavras quisesse negar, a um etapismo político. Assim, mais uma vez, ressurgiam os fantasmas do passado, insistentes em recuperar as ilusões reformistas em torno da necessária existência de uma etapa institucional democrática prévia à revolução (IASI, 2012).

Diante deste caminho agora racionalmente e firmemente definido, o PT era conduzido a uma política deliberadamente caudatária da transição burguesa. Ao adotar uma estratégia afeita a um socialismo de perfil legalista e democrático, deixava de disputar com a burguesia a hegemonia perante as massas trabalhadoras, contribuindo, assim, para reforçar a hegemonia liberal-burguesa que ganhava força. Auxiliava neste processo, por sua vez, a necessidade que as correntes majoritárias do partido tinham de combater firmemente a oposição revolucionária interna, que tinha como tese a necessidade de “desestabilização da Nova República”, impedindo a solidificação do domínio burguês. Nesta oposição, portanto, reforçou-se a estratégia “democrática e popular”, sendo também beneficiada pelas crescentes possibilidades eleitorais que se abriam e aceleravam o passo do oportunismo. Transformava-se, assim, em patrimônio interno do PT uma política de ataque deliberado às correntes revolucionárias que ainda sobreviviam na política brasileira, transformando o partido, já em 1987, em mais um partido da ordem, ainda que de massas e com composição operária (GENRO FILHO, 1987). Em suma, muito precocemente, o PT reeditava o debate da social-democracia alemã, adotando, por óbvio, não a posição de Rosa Luxemburgo, mas sim a de Bernstein²¹⁶ (IASI, 2012).

Nos termos de José Chasin (1985), o movimento da vanguarda operária, constituindo-se em sua necessidade histórica como partido, ao emprestar seus termos do universo epistêmico liberal, rapidamente se desviava da luta operária inaugurada em 1978 e era conduzido para o pântano do politicismo eleitoralista. Ao reproduzir o ideário do conservantismo civilizado nacional, parametrizado pelo neoliberalismo que já aparecia no horizonte internacional, passou a colocar a conquista da democracia como passo anterior para, apenas depois, conquistar as exigências da vida cotidiana. Desta forma, até mesmo a luta imediata de caráter econômico,

²¹⁶ Nas resoluções do I Congresso Nacional do PT, realizado em 1991, seria definido que “Para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia”, assim como, que, “Democracia, para nós [PT], é simultaneamente meio e fim” (Resoluções do I Congresso *apud* IASI, 2012, p. 468). Assim, literalmente, recuperava-se o clássico texto de Bernstein, que, por sua vez, asseverava: “A democracia é, ao mesmo tempo, meio e fim. É o meio da luta pelo socialismo e é a forma da realização do socialismo. É verdade que não pode fazer milagres. Não pode, num país como a Suíça, onde o proletariado industrial representa a minoria da população [...], atribuir a este proletariado o poder político. Tampouco pode num país como a Inglaterra, onde o proletariado é de longe a classe mais numerosa da população, fazer desse proletariado o dono da indústria se o próprio proletariado, em parte, não se sente ainda maduro para tarefas que se ligam a essa condição” (BERNSTEIN, 1899 *apud* IASI, 2012, p. 468).

que foi parte constitutiva da origem do PT, passava a ser minimizada até o limite de tornar-se um incômodo a ser combatido.

Entretanto, atribuir tal rumo do partido apenas aos duelos ideológicos travados no interior das camadas médias e exaltar acriticamente a “heroica” fase original da deflagração das greves operárias não exaure a real compreensão do processo. Elementos embrionários de transformação da nova vanguarda operária em aristocracia também já faziam parte do cenário daquele período desde antes da deflagração das greves em 1978. Reveladora nesse sentido é a posição de Lula, principal liderança e representante dos operários de São Bernardo, que desde antes das greves de massas não era nem um pouco afeita à uma perspectiva revolucionária. Ao assumir a direção do Sindicato em 1975, já no seu discurso de posse, o futuro Presidente da República apresentaria suas referências básicas:

O momento da história que estamos vivendo apresenta-se, apesar dos desmentidos em contrário, como dos mais negros para os destinos individuais e coletivos do ser humano. De um lado vemos o homem esmagado pelo Estado, escravizado pela ideologia marxista, tolhido nos seus mais mezinhos ideais de liberdade, limitado em sua capacidade de pensar e se manifestar. E, no reverso da situação, encontramos o homem escravizado pelo poder econômico explorado por outros homens, privados da dignidade que o trabalho proporciona, tângidos pela febre do lucro, jungidos ao ritmo louco da produção, condicionados por leis bonitas, mas inaplicáveis, equiparados às máquinas e ferramentas. (LULA *apud* IASI, 2012, p. 363)

Assim, apesar de Lula expressar, de forma ainda balbuciante, uma necessária crítica ao estalinismo, fenômeno que “uniu o sangue à burocracia” (GENRO FILHO, 1987), a associação do tema ao termo genérico de “escravização pela ideologia marxista”, o caráter essencialmente moral da sua crítica à “febre do lucro” e o culto aos valores liberais como a “dignidade do trabalho”, desde cedo expressavam os limites do seu horizonte político. Não é de admirar que, muito rapidamente, a vanguarda operária de São Bernardo, representada por Lula, se aproximaria da intelectualidade das camadas médias divorciadas do marxismo, estas que se apegavam ao liberalismo como perspectiva e faziam com que, quando “[...] mal começou a nascer no nosso país um marxismo antidogmático, uma postura leninista anti-sectária, já nasceram o reformismo e o legalismo entre os setores da esquerda que, bem ou mal, foram revolucionários” (GENRO FILHO, 1987, p. 11).

Já em outra importante entrevista dada por Lula, essa posterior as greves de 1978, 1979 e 1980, o operário, agora convicto da necessidade de criar um partido, afirmaria que:

Eu penso que o papel de um partido político é assumir a postura dada pelo próprio movimento sindical e não o partido definir uma regra para o movimento sindical. Quando nós discutimos o manifesto, o programa e outros documentos do partido sempre tivemos o cuidado de não definir uma linha sindical. Porque, veja, eu e o Olívio Dutra temos pontos divergentes a nível sindical. Nós não podemos querer que

um sindicato se adapte à linha sindical de um partido, é o partido que precisa se adaptar às várias linhas políticas e sindicais que, mesmo divergentes, têm pessoas que desenvolvem um trabalho honesto, decente, voltado à classe trabalhadora. [...] eu acho que o PT não tem que ter uma linha sindical definida, este não é o papel do partido. O partido tem que se adaptar às várias realidades sindicais existentes, inverter o quadro, senão a gente vai transformar o partido numa correia de transmissão. (LULA, 1982, p. 48)

Mais uma vez, se a crítica implícita ao dogmatismo e ao stalinismo eram corretas – estes que realmente aparelhavam e esvaziavam a luta operária²¹⁷ –, seu elevado grau de generalidade e a inversão da ordem da correia de transmissão – do sindicato ao partido ao invés do partido ao sindicato – indicavam claramente o sentido eminentemente economicista e reformista da atuação e concepção de Lula. Com isso, o socialismo, concretamente, nunca existiu entre as forças majoritárias que de fato deram forma ao conteúdo das greves de massas que confluíram na formação do PT.

Por fim, na continuidade da mesma entrevista, perguntado sobre qual o socialismo o PT defendia:

Então, a que se propõe o PT? Por que muita gente questiona o PT por não ter uma definição socialista muito objetiva? Porque para mim não está claro ainda, e mesmo a nível da experiência de outros países, qual o tipo de socialismo perfeito que atende aos nossos interesses. Eu não ousaria dizer que seria o cubano, o polonês, o soviético, o chinês ou albanês. Eu tenderia a dizer que o PT se propõe a reunir a classe trabalhadora para ela decidir que tipo de socialismo ela quer.

[...]

Quando nos propomos a discussão de um modelo econômico alternativo ao que está aí, nós não levamos em conta o que seria ideal num regime socialista. Temos é que ter o pé no chão para saber o seguinte: a quanto nós andamos para chegar lá. [...] O objetivo é o socialismo, entretanto por uma questão até de sobrevivência não posso ficar sonhando com o perfeito, sem fazer nada para melhorar hoje. Não adianta ficar apenas criticando o regime capitalista e esperar que o socialismo se implante, sem dar nenhum passo para isso. A minha proposta é plenamente possível dentro do quadro da realidade brasileira. O que eu quero é dar melhores condições de vida para o povo brasileiro e acabar com essa baboseira de que a crise é do petróleo, que é internacional, que é disso ou daquilo. O que nós precisamos é de muita coisa concreta para fazer o povo se mobilizar, porque não se faz a mobilização em cima de sonhos, mas em cima de coisas objetivas, que ele sente na carne. [...] A minha proposta é chamar a classe trabalhadora a fazer essa discussão. [...] É preciso trazer o povo às ruas, para, depois que ele estiver discutindo, dizer o que tem de ser feito no país.

[...] o regime capitalista sueco demonstrou que o capitalismo pode ser mais ou menos filho da puta, dependendo do tipo de governo que ele tenha. E eu elogiava a Suécia, dentro de um regime social-democrata, que é o mais perfeito, o mais democrático, e

²¹⁷ A posição do Partido Comunista Brasileiro (PCB) naquele momento também contribuía para que a crítica rasteira ao comunismo expressada por Lula e pelo setor majoritário do PT prosperasse. Profundamente abalado pelo baque do golpe de 1964 e pelos continuados rompimentos políticos de setores revolucionários que abandonavam as fileiras do “partidão” desde o início da década de 1960, a linha reformista nacional-popular do partido continuava em vigor. Diante dela, o PCB, com grande parte de seus militantes infiltrados no MDB, minimizava o papel das greves do final da década de 1970, passando a criticá-las abertamente nos anos 1980 e priorizando uma ação marcadamente institucional. Assim, o partido deixava de ser identificado com a classe trabalhadora, encontrando enorme dificuldade de se aproximar dos núcleos da vanguarda operária brasileira, cada vez mais envolvidos pelo PT (ANTUNES, 2011).

onde há maior participação da classe trabalhadora. Dizia ainda mais, que só é possível existir a social-democracia em função da exploração dos países da América Latina, da África e da Ásia. É em função dessa escravidão, dessa exploração, que esses países garantem um bom padrão de vida, atendendo às necessidades materiais do seu povo, muito mais que vários países socialistas. [...] Não quero com isso dizer que sou adepto desse regime, que significa escravidão de outros povos.

[...]

Como eu não quero que o Brasil escravize ninguém, não sou social-democrata. Na verdade eu nem sei o que eu sou ideologicamente, eu sei que sou um trabalhador que quer igualdade para a classe trabalhadora, uma sociedade justa onde não existam o rico e o pobre, onde todo o mundo viva como beneficiário daquilo que produz, que a terra seja para todo o mundo, que a educação seja para todos. [...] Eu quero propriedade privada para todos. [...] Que todos tenham direito à propriedade privada. Hoje, o cara tem uma fazenda onde ele não deixa ninguém entrar. Com que direito ele tem essa propriedade privada? Por que todo o mundo que mora com ele não é dono daquela propriedade? Para mim isso é mais fácil de entender do que ficar discutindo essa propriedade coletiva. (LULA, 1982, p. 49-52)

Assim, diante da falta de palavras do metalúrgico, acabava por enclausurar-se no léxico estalinista dos socialismos nacionais e seus “modelos”. Reiterava também a sua perspectiva economicista, operando um culto ao movimentismo sem nenhum objetivo estratégico. Em suma, mal disfarçava uma admiração pelo padrão de vida da social-democracia europeia, envolvendo-a em um biombo de dissimulação ao esconder a exploração interna levada a cabo nos países centrais e repassá-la unilateralmente para as relações internacionais em um arremedo de (in)compreensão sobre o imperialismo. Por fim, revelava um prematuro constrangimento em criticar o capitalismo, quando não uma defesa apaixonada da propriedade privada.

Nesse diapasão das contradições reveladoras das posições de Lula, que apenas viriam a se desenvolver, amadurecer e confirmar no desdobramento do devir histórico, Chasin (1982) associou-as a um vácuo absoluto gerado pelo aborto completo de todos os ramos da herança do estalinismo, sendo Lula, mesmo com todas suas contradições, a expressão possível do historicamente novo. Se o metalúrgico expressava a perspicácia da espontaneidade da classe operária que se revelava nas greves, rapidamente, pela adoção da linguagem emprestada dos fantasmas do passado, também era contaminado pelas influências ideológicas que desestruturavam, confundiam e embaraçavam o movimento operário. Em síntese, nos termos de Chasin:

[...] ele compreende e desfralda as bandeiras das necessidades operárias de independência sindical e política, mas desconhece por completo a terceira necessidade fundamental: a independência ideológica da classe operária. (CHASIN, 1982, p. 7)

Portanto, sem independência ideológica, algo que só poderia ser garantida pelo marxismo que nesse caso estava ausente, é justamente no terreno da ideologia que a vanguarda operária começará a sucumbir, algo que se expressa, nitidamente, na trajetória política da CUT.

Segundo Tumolo (2002), a Central Única dos Trabalhadores surge, basicamente, de duas novas forças que emergiram ao final da década de 1970 e durante o início dos anos 1980 no combate aos “pelegos”, aqueles que ocupavam as cadeiras de dirigentes do aparato sindical assistencialista da ditadura. De um lado, o que ficou conhecido como *novo sindicalismo*, fenômeno das novas direções sindicais que passaram a adotar postura combativa ao arrocho salarial e que teve no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema seu nascedouro. De outro lado, as *oposições sindicais* que, tendo a oposição metalúrgica de São Paulo como sua principal representante, eram grupos de trabalhadores radicalizados, desalojados das direções e que causavam terror aos velhos “pelegos” ao lutarem para conquistá-las. Por fim, somado a essas duas forças principais de oposição ao sindicalismo oficial, a central também teve algumas parcelas mais avançadas do *sindicalismo rural* participando da sua fundação.

Antes da sua confluência e criação em 1983, no entanto, a classe trabalhadora passou pela fase preliminar da realização da Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) em meados de 1981. Contando com a presença de 1.091 entidades sindicais, abrangendo mais de 12 milhões de trabalhadores que foram representados por 5.036 delegados, a conferência teve preponderância das entidades de base, sendo 43% de sua composição formada por sindicatos urbanos, 33% por sindicatos rurais, 16% por associações pré-sindicais e, em menor número, associações de servidores públicos e as federações e confederações oficiais.

Segundo Marini (1985), a conferência representou a deflagração da oposição entre duas tendências do movimento operário do período. De um lado, a tendência representada pelo que viria a formar a CUT – organizada inicialmente na Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical (Anampos) –, liderada por Lula, encabeçando um bloco classista, combativo, majoritariamente urbano, contrário à estrutura sindical oficial e formado principalmente pelas entidades de base já organizadas no interior do PT – criado um ano antes. De outro lado, organizou-se a tendência conhecida como Unidade Sindical, com liderança de Joaquim Santos de Andrade – conhecido como “Joaquinzão” –, símbolo do “peleguismo” da estrutura sindical da ditadura e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Aglutinava-se em seu entorno a cúpula da estrutura sindical, organizada especialmente nas federações e confederações, para além de grande parte do sindicalismo rural e das classes médias urbanas.

A CONCLAT acabou por não encaminhar nada de concreto, servindo apenas para consolidar as duas tendências antagônicas em blocos políticos divergentes. No centro da divergência concreta que levaria à constituição de duas centrais sindicais distintas estava a defesa por parte do sindicalismo combativo da incorporação das oposições sindicais no interior da conferência, da organização por comissões de fábrica e da negação da estrutura sindical oficial, tendo foco central no fim do Imposto Sindical. Tais posições, por sua vez, atacavam diretamente o poder constituído dos antigos “pelegos”, tornando completamente inviável a criação de uma nova organização sindical unitária dos trabalhadores. Assim, já em 1983, de um lado surgiria a CUT, de forte hegemonia petista e, de outro, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), composto principalmente pelo sindicalismo oriundo da estrutura oficial como também pelos quadros do PCB (ANTUNES, 2011; TUMOLO, 2002).

Tal qual o PT em suas origens, por necessidade de negar as posições das forças políticas alinhadas com o caráter de classe da ditadura, afirmava-se originalmente uma central de concepção classista e “anti-capitalista”. Entretanto, também espelhando a disputa sobre o sentido futuro desse impulso inicial, já em 1985 se formaram no interior da CUT dois blocos oposicionistas: a “Articulação Sindical”, força majoritária alinhada às concepções reformistas de sindicalismo, e a “CUT pela base”, um amálgama de diversas concepções políticas opositoras a este projeto hegemônico, mesmo que nem todas elas abertamente revolucionárias. A disputa, no entanto, rapidamente foi decidida em favor da mesma tendência que dirigia o PT, sendo que, já em 1988, a central definiria sua adesão definitiva ao projeto político internacional representado pela CIOSL (Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres) – a grande Central dos sindicatos europeus e estadunidense vinculados à social-democracia, representante justamente da aristocracia operária dos países imperialistas. Em resumo, mesmo que continuassem a haver tensões permanentes em seu interior:

Trata-se, portanto, de uma mudança política substancial, de um sindicalismo combativo e de confronto, de cunho classista e com uma perspectiva socialista, para uma ação sindical pautada pelo trinômio proposição/negociação/participação dentro da ordem capitalista que, gradativamente, perde o caráter classista em troca do horizonte da cidadania. (TUMOLO, 2002, p. 129)

Essa vinculação à CIOSL, por sua vez, pode parecer pouco relevante quando olhada de maneira superficial, superestimando os embates cotidianos da economia e da política e desprezando a questão central da independência ideológica de um projeto da classe trabalhadora. Tal como colocado por Chasin (1985), posição da qual compartilhamos, não é pela ausência de independência sindical e política que o projeto representado pelo PT e pela

CUT sucumbe à posição de ativismo caudatário da transição burguesa. O ponto central da questão é o tema da completa ausência de independência ideológica revelada pelas forças hegemônicas do movimento operário no ciclo de greve de massas iniciado em 1978. A resolução de tal carência, por sua vez, teve nas relações internacionais com o poder do imperialismo um dos elementos do seu termo final.

Como visto, na origem, o movimento operário lutava com sua resposta espontânea ao descalabro do arrocho salarial e da hiperinflação. Cada força que unia seus esforços na fundação da CUT atuava com base nas suas palavras advindas da situação política pretérita, buscando dar forma ao devir do conteúdo que se expressava nas greves de massas – sejam elas oriundas das pastorais operárias e sua teologia da libertação, do economicismo sindical ou do marxismo das organizações revolucionárias. Entretanto, já em 1987, com as bases da central estabelecidas, era hora da própria entidade apresentar seu processo formativo para os novos dirigentes sindicais. Estes ingressavam em levas no interior da organização sindical cutista, sendo que, da quantidade de operários reunida na ação direta das greves de massas, surgia a qualidade dos novos quadros dirigentes, demandantes por orientação programática e teórica.

Neste sentido, desde 1984 já existia um processo de formação de dirigentes na CUT, ainda que restrito, fragmentado, baseado em iniciativas não institucionalizadas e, atendendo aos condicionantes da fase inicial, classista e “anti-capitalista”, que buscava na utilização do marxismo, ainda que bastante rudimentar, a sua base teórica. No entanto, já a partir de 1986, na esteira da resolução dos conflitos internos, a formação sindical passará a ter expressão institucional, definindo-se, pela primeira vez, uma Política Nacional de Formação da CUT. Esta, contando com recursos e com um programa unitário, buscados em grande medida em parcerias com a CIOSL, passaria progressivamente a eliminar o marxismo como base da formação cutista. Em substituição ao debate “de fundo”, que colocava sob escrutínio a própria base da exploração capitalista, passaram a ser reforçados cursos voltados para a negociação, a “participação cidadã” e a gestão – mirando tanto a administração burocrática dos sindicatos quanto a preparação de candidatos e quadros para as eleições. Ao final, o processo formativo degeneraria de tal maneira que até mesmo cursos de formação profissional, voltados para a qualificação da força de trabalho e utilizando recursos do Estado, seriam promovidos pela central sindical (TUMOLO, 2002).

Assim, ao colapsar definitivamente qualquer possibilidade de independência ideológica, representada pela esterilização do processo de formação de novos dirigentes da CUT, até mesmo a independência sindical e política, vitórias do movimento operário na fase inicial do

período de greves de massas, regrediram à plena subordinação à ordem. De um lado, a Central foi paulatinamente abandonando o tema da independência em relação ao Estado. Diminuiu em importância sua estrutura interna baseada nos ramos de produção, organizados nos departamentos setoriais nacionais e estaduais, e se caminhava para a reincorporação à estrutura sindical oficial por meio das Federações e Confederações cutistas. De outro lado, fechavam-se as próprias instâncias democráticas da CUT, em um continuado processo de burocratização da entidade, retirando da sua vida política a própria base de trabalhadores que dizia representar²¹⁸ (MATTOS, 2009).

Assim, já ao final da década de 1980, ainda em meio a ascensão do ciclo de greves de massas, os elementos subjetivos que condicionavam a luta operária ao horizonte reformista estavam amplamente consolidados. Concluía-se, no interior das instâncias dirigentes do movimento operário – partido e central sindical – a posição caudatária da transição burguesa. Ao lado da repressão da “Era Urutu”, forjava-se a potencial cooptação política da vanguarda operária aos limites do economicismo, do reformismo, da cidadania e do eleitoralismo. Entretanto, diante da crise capitalista e da hiperinflação, o “incomodo” das greves não retrocedia, afetando diretamente a esfera central da produção da riqueza e impossibilitando, mais uma vez, a completude da transformação da vanguarda operária em aristocracia. Diante disso, a redução e estabilidade dos preços era o segundo pilar decisivo a ser conquistado pelo capital monopolista. Para isso, chegava a hora de avançar deliberadamente para o terreno direto da exploração da força de trabalho.

5.3 DITADURA DO CAPITAL NO CONTEÚDO

Como visto, o final dos anos 1980, após mais de uma década de greves de massas, era caracterizado por dois processos aparentemente opostos no interior do movimento operário brasileiro. Por um lado, o auge do período de greves, expresso tanto nos acontecimentos de Volta Redonda em 1988 como no elevadíssimo número de greves e na greve geral de 1989. Fatos estes que, por sua radicalidade, levariam a Nova República a desembainhar a espada da “Era Urutu”, a repressão agora institucionalizada do Estado de Contra-Insurgência em sua fase

²¹⁸ Exemplo paradigmático desse esvaziamento político da CUT foi o fato de que enquanto o Congresso de 1988 contou com 50,8% de delegados de base e 49,2% de dirigentes, o congresso seguinte, em 1991, contou com 83% de dirigentes e 17% de representantes diretos da base. Esta proporção, por sua vez, continuou a se alterar de forma sempre favorável à burocracia já instituída nos cargos dirigentes, estas cada vez mais preparadas para reduzir a política sindical ao tema meramente eleitoral (MATTOS, 2009).

supostamente democrática. De outra parte, no processo paralelo de construção da consciência da classe trabalhadora, envolvendo sua dinâmica política e organizativa, já ao final da década se solidificava a direção reformista tanto no interior do Partido dos Trabalhadores quanto na CUT.

Analisando o elemento mais representativo da ascensão do movimento operário da época, a liderança sindical e política de Lula, compreendemos que a importante independência sindical e política inicialmente conquistada nas greves, aquilo que de mais avançado o momento histórico produziu, não foi capaz de superar a ausência de independência ideológica. A classe entrava em seus combates, desde muito cedo, subordinada às concepções burguesas. No ajuste de contas com a história, o que se consolidou foram as palavras que nasceram dos cadáveres e da esterilização intelectual promovida pela ditadura do capital monopolista, assim como da influência dos ideais social-democratas importados dos países imperialistas. Por isso mesmo, a despeito dos conflitos e contradições no interior e exterior do PT e da CUT, desde muito cedo tanto a central sindical como o partido passaram a contribuir para a solidificação da hegemonia das ideias burguesas no Brasil.

Nesta toada, ao contrário da “revolução política de alma social”, tal qual elaborado por Marx, todo o movimento democrático de massas acabou por ser enclausurado aos valores abstratos em torno das liberdades individuais e da democracia formal, sintetizados na questão da “conquista da cidadania” no interior do Estado. Com isso, constituída uma vanguarda política que abdicou da democracia operária em nome das impotentes “palavras, palavras e palavras” típicas do teatro parlamentar burguês, o tema do fim da propriedade privada dos meios de produção, do Estado e do mercado, pilares da concepção marxista, quando mal entravam em cena, rapidamente eram abortados. Assim feito, o núcleo essencial da exploração da força de trabalho, o domínio autocrático sobre o processo de produção e verdadeiro conteúdo da sociedade burguesa, ao final da década, estava finalmente resguardado diante das ameaças das greves de massas. O capital monopolista, que já desde 1982, ainda que de forma oscilante, ensaiava a adesão ao receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI), percebeu que finalmente era chegada a hora de avançar deliberadamente contra os operários. Tinha início, de forma acentuada, a era do chamado neoliberalismo e da reestruturação produtiva.

Como visto anteriormente, o esfacelamento do padrão do desenvolvimento capitalista dependente brasileiro que sustentou o “milagre econômico”, baseado no financiamento externo, na entrada de capitais estrangeiros e no arrocho salarial, deu origem a praticamente todas as contradições fundamentais do período de greves de massas iniciado em 1978. A principal dessas

contradições, que passou a ocupar o centro do debate sobre os rumos da nação, por sua vez, era a hiperinflação. Essa, ao alcançar a casa dos quatro dígitos anuais ao final da década de 1980, dali não caiu no início dos anos 1990, impondo a permanência das greves.

Assim, se no ano de 1989, o auge das greves de massas, registraram-se 1.962 greves no Brasil, no ano seguinte, 1990, o patamar foi apenas um pouco inferior: 1.773 greves. Dali por diante, excetuado os anos de 1992 e 1993, a agitação grevista continuou elevada (Tabela 5), demonstrando que, a permanecer o problema dos preços, a hegemonia das tendências reformistas que operavam no interior do movimento operário poderia ser superada no calor gerado pelo acirramento das lutas de classes.

Tabela 5 – Greves no Brasil entre 1990 e 1996

Ano	Empresas Estatais	Funcionalismo Público	Esfera Privada	Total
1990	154	357	1.259	1.773
1991	125	289	621	1.041
1992	75	220	260	556
1993	47	230	364	644
1994	66	189	780	1.035
1995	88	152	815	1.056
1996	67	307	850	1.228

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) - Dieese

Já do ponto de vista da chamada liquidez internacional, ou seja, a disponibilidade de capital-dinheiro e capital-produtivo para aplicação na economia brasileira, a situação começava a se alterar favoravelmente à retomada de algum nível de crescimento da economia dependente no início da década de 1990. Após a crise dos anos 1970, seguida da década seguinte de reorganização econômica mundial e tímida retomada do crescimento, os anos 1990 seriam de retomada do dinamismo do processo de acumulação capitalista em escala mundial, ainda que sob bases completamente distintas das anteriores.

Esta nova fase da economia mundial, conhecida como a “era da globalização”, teria como principal elemento a progressiva superação das bases nacionais de organização da produção, circulação e consumo de mercadorias. Como resultado das próprias leis expansivas do desenvolvimento capitalista e do novo padrão tecnológico que amadureceu no período, pela primeira vez na história os sistemas econômicos nacionais da totalidade do globo eram integrados ao ciclo do capital total. Junto a isso, completando o novo panorama mundial da

integração capitalista, a nova fase também foi caracterizada por um enorme encurtamento do tempo de rotação do capital – acelerando o tempo histórico das transformações e generalizando a oposição entre proletariado e capitalistas por todo o mundo; por uma grande ampliação da capacidade de produção, fortemente influenciada pelos ganhos de produtividade trazidos pelos processos de automação, robótica e microeletrônica; e pela profundidade e rapidez com que todas essas transformações se espalharam, beneficiadas que estavam pela enorme concentração urbana e pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, que tiveram na hipertrofia do mercado financeiro mundial uma de suas expressões mais significativas (MARINI, 1996).

Por outro lado, diante do intenso avanço tecnológico e do vigoroso processo de elevação da composição orgânica do capital dessa nova fase, o crescimento econômico deixou de corresponder a ampliação do emprego²¹⁹. A característica central do período, aliás, foi a conjunção dos ganhos de produtividade com redução da massa salarial e a elevação e intensificação da jornada de trabalho, fatores que, por decorrência, fizeram surgir o fenômeno do desemprego estrutural (ANTUNES, 2015). O enorme exército industrial de reserva, elemento central da superexploração que historicamente vigorou nas economias dependentes, dessa forma, também foi globalizado. Fato que, por sua vez, levou Marini (1996) a concluir que a superexploração da força de trabalho avançava também para os países imperialistas, deixando de ser fenômeno quase que exclusivo dos países periféricos²²⁰. Em resumo, ao contrário do

²¹⁹ O principal elemento dessa forte expansão da composição orgânica do capital foi a integração da ciência com o saber laborativo dos trabalhadores, aquilo que Antunes (2015, p. 143) definiu como “objetivação das atividades cerebrais junto à máquina”. O fato foi que o desenvolvimento dos microprocessadores, em processo progressivo de miniaturização, acoplados aos sistemas operacionais dos computadores, foram integrados às máquinas e aos sistemas fabris produtores de valores de uso. De outro lado, a padronização dos insumos industriais em escala mundial, associada a maior capacidade de alocação dos recursos produtivos, também favorecida pelas novas tecnologias, permitiram enormes saltos de produtividade (BREDA, 2020). Com isso, esses novos elementos do capital constante – seja na esfera da produção ou da circulação –, capazes de armazenar e processar volume crescente de dados, permitiu um avanço expressivo da automação dos processos de produção, distribuição e consumo das mercadorias, abdicando de um grande contingente de operários tradicionais do panorama tecnológico anterior e favorecendo o avanço decisivo do desemprego estrutural (ANTUNES, 2015).

²²⁰ “[...] a introdução de novas tecnologias está implicando a extensão do desemprego, de maneira aberta ou disfarçada, enquanto se pressiona a força de trabalho que permanece em atividade. Na verdade, é próprio do capitalismo privilegiar a massa do trabalho não pago, independentemente de seus portadores reais, quer dizer, os trabalhadores que a proporcionam; sua tendência natural, pois, é a de buscar a maximização desta massa ao menor custo que pode alcançar. Para isso se vale tanto do aumento da jornada de trabalho e da intensificação do trabalho como, de maneira mais grosseira, do rebaixamento dos salários, sem respeitar o valor real da força de trabalho. Deste modo se generaliza a todo o sistema, inclusive aos centros avançados, o que era um traço distintivo – ainda que não privativo – da economia dependente: a superexploração generalizada da força de trabalho. Sua consequência – que era sua causa – é a de fazer crescer a massa de trabalhadores excedentes e agudizar a pauperização, isso no mesmo momento em que o desenvolvimento das forças produtivas abre perspectivas ilimitadas de bem-estar material e espiritual aos povos” (MARINI, 1996, tradução nossa).

período de forte controle dos Estados nacionais sobre as dinâmicas dos fluxos do capital, que se prolongou desde o final da 2ª Guerra Mundial até a crise da década de 1970, retomava-se a plena vigência da lei do valor em escala internacional, sendo o desenvolvimento do mercado dos euro-dólares, ainda nos anos 1960, o prenúncio da transformação de tudo que era sólido em poeira que se desmancha no ar.

Naquilo que nos interessa para caracterizar a aristocracia operária, o fator central aqui a ser compreendido não é a ilusão em torno de um suposto fim do imperialismo e da acumulação de superlucros pelas economias centrais, em nome de uma era de globalização entendida como um “mundo sem fronteiras”. A globalização, pelo contrário, manteve a hierarquia internacional entre as nações, expandindo, inclusive, o fosso que divide os países imperialistas dos países subordinados. Logo, ampliou-se significativamente a magnitude da drenagem da mais-valia produzida na periferia para os países centrais, reforçando a dependência de países como o Brasil, por exemplo.

Tendo em vista os condicionantes do imperialismo, o processo não poderia ser diferente. A elevação da composição orgânica do capital, sem precedentes diante da nova fase produtiva, concentrou-se justamente nos países imperialistas, ampliando os mecanismos de transferência de mais-valia via mercado mundial. Para além disso, o investimento em inovação tecnológica e os resultados do avanço científico – produzidos e apropriados privadamente em uma sociedade em que o desenvolvimento das forças produtivas está enclausurado pela propriedade privada – nunca deixaram de ficar concentrados nesses mesmos países. Fato marcante desse período, inclusive, foi o reforço das legislações e medidas comerciais de proteção de patentes e propriedade intelectual, sendo essas uma expressão bastante presente na nova fase do imperialismo. Assim, mesmo quando estas tecnologias são exportadas para a periferia, mais uma vez o processo se dá sob a forma imperialista, em que se mantém a desigualdade entre as

“[...] la introducción de nuevas tecnologías está implicando la extensión del desempleo, de manera abierta o disfrazada, mientras se estruja la fuerza de trabajo que permanece en actividad. En efecto, es propio del capitalismo privilegiar la masa de trabajo impago, independientemente de sus portadores reales, es decir, de los trabajadores que la proporcionan; su tendencia natural, pues, es la de buscar la maximización de dicha masa al menor costo que pueda representar. Para ello se vale tanto del aumento de la jornada laboral y de la intensificación del trabajo como, de manera más burda, de la rebaja de salarios, sin respetar el valor real de la fuerza de trabajo. De este modo se generaliza a todo el sistema, incluso los centros avanzados, lo que era un rasgo distintivo — aunque no privativo— de la economía dependiente: la superexplotación generalizada del trabajo. Su consecuencia —que era su causa— es la de hacer crecer la masa de trabajadores excedentes y agudizar su pauperización, en el momento mismo en que el desarrollo de las fuerzas productivas abre perspectivas ilimitadas de bienestar material y espiritual a los pueblos”.

composições orgânicas do capital e a separação entre a propriedade do capital financeiro e o capital em função.

Entretanto, mesmo sendo preservados os elementos centrais da hierarquia imperialista, é inegável que algumas mudanças significativas ocorreram em sua forma. Entre essas alterações, podemos destacar a perda relativa da hegemonia dos Estados Unidos no mercado mundial e a transformação do modelo de relação entre o capitalismo de Estado e a aristocracia operária. No primeiro caso, a própria necessidade de reconstrução das nações imperialistas arrasados pela 2ª Guerra Mundial, especialmente Alemanha e Japão, fez com que o imperialismo estadunidense empenhasse enormes montantes de recursos nestes países – isso sob o risco de que a desorganização de suas economias os conduzisse a processos revolucionários. Contribuía para tal quadro a manutenção do bloco socialista mundial articulado, algo que, ao manter o regime de planificação econômica, mesmo que já em degeneração e com um avançado processo de reconversão capitalista, continuava a impor certo grau de organização e controle por parte do imperialismo.

Nesse quadro, já ao final da década de 1960, diante da recuperação da economia desses países imperialistas, da construção de potências intermediárias – tal qual o Brasil – e, ao mesmo tempo, perante o fracasso intervencionista dos Estados Unidos no Vietnã, remonta-se uma ordem imperialista mundial menos centralizada, ainda que mantendo todos os seus pressupostos inalterados. Longe de um mundo pacífico, sem guerras e de plena afirmação da soberania das nações, professadas nas “palavras, palavras e palavras” das assembleias da Organização das Nações Unidas (ONU), permanece uma crescente tensão mundial. As crises periódicas e permanentes do capital, diante da aceleração do tempo histórico, se intensificaram e ganharam escala global. Na esteira delas, por sua vez, verificou-se uma profusão de guerras localizadas, que só não se transformaram em rupturas revolucionárias de grande envergadura por conta da ressaca e desorganização produzidas pelo desmoronamento do dito socialismo real, ocorrido em paralelo a essas transformações.

Justamente aí, portanto, entra a segunda modificação na forma do imperialismo que aqui nos interessa: a mudança da relação entre o capitalismo de Estado e a aristocracia operária. Seguindo importante trabalho de Ricardo Antunes (2015), que avançou na identificação daquilo que nominou como “nova morfologia do trabalho”, o processo de elevação da composição orgânica do capital inaugurado na década de 1980 promoveu uma significativa diminuição relativa da classe operária industrial, especialmente nos países centrais e, em maior ou menor

medida, nas áreas industrializadas do chamado “Terceiro Mundo”²²¹ – onde se encontra a economia brasileira. Em paralelo a essa diminuição do operariado industrial, por sua vez, ocorreu uma grande ampliação do trabalho assalariado tanto entre as classes médias quanto entre os setores sociais mais empobrecidos, muito concentrado, por sua vez, no setor de serviços²²². Junto a isso, neste amplo setor assalariado, verificou-se uma expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado e “terceirizado”, tratado resumidamente pelo termo “trabalho precário”²²³. Por fim, no âmbito da relação do proletariado com o Estado, ocorreu uma sistemática destruição das políticas de matriz keynesiana e do famoso “Estado de bem-estar social”, substituindo-as pelo Estado regido pelo que convencionou ser tratado como uma política neoliberal.

Desta forma, o progressivo fim das políticas econômicas de caráter keynesiano e do Estado de Bem-Estar Social expressa a derrocada do patamar mais elevado de *execução testamentária* atingido como contrapartida ao avanço revolucionário do proletariado no século XX. Em nossa abordagem, caracterizamos este patamar como uma fase avançada da *era de reformas*, justamente quando esta necessitava dar uma resposta à vitória da Revolução Russa

²²¹ Há que se ter em vista, no entanto, que tal processo de diminuição da classe operária industrial remete fortemente ao mundo capitalista quando deste estão excluídos os países do leste asiático. Quando temos em vista o tamanho do crescimento do número de operários nestes países, alguns deles entre os mais populosos do mundo, certamente a ideia da diminuição da classe operária em termos absolutos cai por terra.

²²² Antunes (2015, p. 61) caracteriza tais processos como de “*desproletarização do trabalho industrial, fabril*” e de “*subproletarização*” nos setores assalariados. De nossa parte, consideramos que, apesar de captar e elaborar sobre fenômenos realmente existentes, tal conceituação é confusa e incorreta teoricamente. Tais termos, buscando recursos estilísticos que certamente ajudam no enriquecimento da atratividade textual, ignoram que o aspecto central da categoria proletariado é sua posição de classe – definida pela relação dos indivíduos componentes da classe social em relação à propriedade exclusiva da própria força de trabalho, sem nenhuma propriedade dos meios de produção. Ao utilizar termos como “*desproletarização*” e “*subproletarização*”, perde-se de vista que o essencial aqui não está na desarticulação da categoria proletariado – algo que fica evidente quando Antunes utiliza o termo “*classe-que-vive-do-trabalho*” (Ibid., p. 33) em sua substituição – mas sim, em nossa avaliação, justamente no oposto: a afirmação histórica do proletariado enquanto realidade constitutiva e intransponível da modernidade capitalista. Se os operários fabris – aqueles vinculados diretamente ao processo de criação de valores de uso – diminuem em tamanho, isso não lhes “*desproletariza*”, mas apenas reforça seu caráter proletário, subordinados que estão aos mecanismos de elevação da composição orgânica do capital e subordinação real do trabalho ao capital. Se outros setores antes não assalariados passam a se assalariar, isso não os “*subproletariza*”, mas apenas lhes envolve em um largo processo de proletarização, rompendo o vínculo que tinham com outras formas de propriedade e de subsistência e submetendo-as, da mesma forma que os operários, à submissão real do trabalho ao capital. Desta forma, não há “*desproletarização*” ou “*subproletarização*”, mas apenas a afirmação da dinâmica da acumulação capitalista, que separa, de um lado, os capitalistas proprietários privados dos meios de produção e, de outro, o proletariado – mesmo que, de fato, possam ser encontradas diversas particularidades no interior deste proletariado, sempre definidas na forma de subordinação concreta e abstrata do trabalho ao ciclo do capital, como, por exemplo, a diferença entre trabalhadores produtivos e improdutivos de capital.

²²³ Apesar de adotarmos a partir daqui a categoria “trabalho precário”, é preciso ter em mente o que consideramos ser uma debilidade no interior deste debate. Se ela é correta do ponto de vista histórico, expressando um fenômeno real quando comparada as formas anteriores de trabalho, não deixa de ser equivocada quando avaliamos que toda forma de trabalho alienado, seja ele remunerado da forma que for, é uma forma de trabalho precário.

de 1917 e sua planificação econômica – processo que deflagrou outras diversas revoluções socialistas vitoriosas na sequência. Assim, o fim desse nível avançado da *era de reformas* expressa tanto a derrocada da experiência histórica do Leste Europeu quanto a capitulação da esquerda tradicional, seja em suas expressões estalinistas ou na aristocratização e institucionalização da classe operária dos países capitalistas de desenvolvimento industrial avançado.

Já no nível mais elementar da *execução testamentária*, que vigorava antes mesmo das revoluções vitoriosas do século XX através da constituição de reformas que instituíram o direito trabalhista e social focado na tentativa de cooptação dos setores mais avançados do operariado, também ocorreram modificações. Novamente seguindo a análise de Antunes (2015), o processo que levou a diminuição do contingente de operários fabris necessitou de alterações profundas em duas ordens de relações sociais: a dimensão concreta do trabalho e a maneira como isso impactou na forma de representação dos trabalhadores, especialmente nos sindicatos.

Assim, iniciando pelo primeiro aspecto, o do trabalho concreto, a diminuição do número de operários no novo panorama tecnológico da produção teve como contrapartida uma maior qualificação e integração desses trabalhadores ao processo produtivo. Estes passaram a operar sistemas fabris compostos por várias máquinas automatizadas, aproximando-se mais daquilo que Marx tratou como “trabalho de supervisores e reguladores do processo de produção”²²⁴. Portanto, foi reduzida sua função de operadores parcializados das máquinas, típica do modelo de produção taylorista-fordista, passando a assumir uma característica de multifuncionalidade,

²²⁴ “O intercâmbio do trabalho vivo por trabalho objetivado [...] é o último desenvolvimento da *relação de valor* e da produção fundada no valor. O suposto desta produção é, e segue sendo, a magnitude de tempo imediato de trabalho, a quantidade de trabalho empregado como fator decisivo na produção da riqueza. À medida, entretanto, que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva torna-se menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregados, do que frente aos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, que por sua vez – *us powefull effectiveness* – não guarda relação alguma com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende mais do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação desta ciência à produção. [...] A riqueza efetiva se manifesta melhor – e isto revela a grande indústria – na enorme desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto, assim como na desproporção qualitativa entre trabalho, reduzido a uma pura abstração, e o poderio do progresso de produção vigiado por aquele. O trabalho já não aparece tanto como encerrado no processo de produção, senão que, melhor, o homem se comporta como supervisor e regulador em relação ao processo de produção mesmo. [...] Nessa transformação, o que aparece como pilar fundamental da produção da riqueza não é nem o trabalho imediato executado pelo homem nem o tempo que este trabalha, senão a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão da natureza e seu domínio da mesma graças à sua existência como corpo social. O *roubo do tempo de trabalho alheio, sobre o qual se funda a riqueza atual*, aparece como uma base miserável comparado com este fundamento, recém-desenvolvido, criado pela grande indústria. Logo que o trabalho, em sua forma imediata, tiver deixado de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser sua medida e, portanto, o valor de troca (deixa de ser a medida) do valor de uso (MARX, 1972, p. 227-229 *apud* ANTUNES, 2015, p. 67-69, grifo do autor).

aproximando-os mais do trabalho intelectual do que do mero dispêndio repetitivo de força física. Entretanto, que fique claro, este processo não é de generalização absoluta, sendo que a nova forma de produção – tratada como toyotismo ou acumulação flexível²²⁵ – passou a conviver com a manutenção do modelo anterior e, também, com formas pretéritas ao próprio fordismo, como o trabalho terceirizado no domicílio do trabalhador. Nas palavras de Antunes, referenciado no trabalho de Lojikne:

Há, portanto, mutações no universo da classe trabalhadora, que varia de ramo para ramo, de setor para setor etc. Desqualificou-se em vários ramos, diminuiu em outros, como no mineiro, metalúrgico e construção naval, praticamente desapareceu em setores que foram inteiramente informatizados, como nos gráficos, e requalificou-se em outros, como na siderurgia, onde se pode presenciar “a formação de um segmento particular de ‘operários-técnicos’ de alta responsabilidade, portadores de características profissionais e referências culturais sensivelmente diversas do restante do pessoal operário. Eles se encontram, por exemplo, nos postos de coordenação nas cabines de operação a nível dos altos-fornos, aciaria, vaza contínua... Observa-se fenômeno similar na indústria automobilística, com a criação dos ‘coordenadores-técnicos’ encarregados de assegurar os reparos e a manutenção de instalações altamente automatizadas, assistidos por profissionais de nível inferior e de especialidades diferentes” (LOJIKNE, 1990, p. 32 *apud* ANTUNES, 2015, p. 73)

Já no que concerne à segunda dimensão que se relaciona com a redução do número de operários fabris, a da representação dos trabalhadores, também foi registrada uma grande alteração. Como o novo padrão produtivo exigia extrema flexibilidade da organização do trabalho, com os decorrentes direitos trabalhistas flexíveis e a ampliação do tempo e da intensificação da jornada de trabalho através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratações, foi necessário ao capital monopolista, coadunado com o Estado, enfrentar o sindicalismo construído no século XX. Mesmo que de perfil majoritariamente reformista e aristocrático, os sindicatos construídos nos países imperialistas do pós-Guerra, baseados no modelo corporativista, tinham grande influência sobre a vida nacional e, pela sua própria posição privilegiada no interior do processo produtivo, apresentavam forte capacidade de realização de greves e de regulação da relação entre capital e força de trabalho, resistindo às mudanças impostas pelo desenvolvimento capitalista.

²²⁵ Ricardo Antunes (2015) apresenta uma importante síntese das mudanças promovidas pelo toyotismo ou modelo de acumulação flexível no – denominado por ele – “mundo do trabalho”. Entre as características centrais, podemos citar: o confronto à rigidez produtiva do fordismo através da flexibilização dos mercados de força de trabalho; o processo de desregulamentação trabalhista e de terceirização e subcontratação de mão de obra; o aumento da informalidade; a descentralização da produção por meio da redução do tamanho das grandes plantas industriais; a rápida e significativa transferência geográfica da produção para regiões do globo sem tradição de organização da classe trabalhadora; a ampliação da intensidade das jornadas de trabalho através de métodos como o kanban e o just-in-time, para além da introdução dos novos sistemas de “gestão participativa” com os “Círculos de Controle de Qualidade” (CCQ) e; a substituição do operário parcial da linha de montagem fordista pelo operário de alta qualificação, polivalente e multifuncional.

Assim, no Japão de 1950 ocorreu o primeiro enfrentamento pela criação do novo modelo de organização sindical dos trabalhadores. Diante da reestruturação produtiva na fábrica da Toyota – não por acaso, a primeira experiência histórica daquilo que ficou conhecido como *toyotismo* – foi necessário ao capital derrotar o poderoso movimento grevista no interior da empresa contrário às demissões em massa. Após isso, já em 1952 e 1953, perante nova e ampla luta grevista de duração de 55 dias pautada nos aumentos salariais e em contrariedade à expansão do novo modelo de racionalização do trabalho para os demais setores industriais, o movimento operário foi novamente derrotado. Com grande repressão sobre os líderes sindicais combativos as empresas desestruturaram o modelo sindical anterior, substituindo-o por um novo perfil sindical típico da era toyotista. Surgia então o *sindicalismo de empresa*, fortemente atado ao ideário e ao universo patronal e focado de forma completamente acrítica em um modelo de atuação baseado no *sindicalismo de participação e negociação*, isso em substituição ao sindicalismo que propunha o *controle social da produção* (ANTUNES, 2015).

Como não poderia deixar de ser, para consolidação da nova forma de controle e organização do trabalho, também foram atribuídos ganhos concretos aos operários que permaneceram nas fábricas após o enxugamento através das demissões em massa. Em mais um processo de *execução testamentária*, agora muito mais reduzido e restrito ao núcleo operário das fábricas estratégicas do capital monopolista, transitava-se para a implantação de um *sindicalismo de envolvimento*, com participação direta dos sindicatos na gestão dos negócios capitalistas. Tal como expresso por Antunes:

Combinando repressão com cooptação, o *sindicalismo de empresa* teve, como contrapartida à sua subordinação patronal, a obtenção do emprego vitalício para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas (cerca de 30% da população trabalhadora) e também ganhos salariais decorrentes da produtividade. Os sindicatos têm, como é o caso da Nissan, papel relevante na “meritocracia” da empresa, na medida em que opinam (com possibilidade de veto) sobre a ascensão funcional dos trabalhadores. [...] em várias situações a passagem pelo sindicato é uma condição para ascender a funções de responsabilidade, sobretudo em matéria de administração de pessoal [...], o que vincula mais o sindicato à hierarquia das empresas. (Ibid., p. 44)

Tal estabilidade vitalícia e aumentos salariais, aquilo que Gramsci tratou como *salários de transição* ao elaborar sobre o fordismo, no novo padrão flexível são ainda mais efêmeros e de curta duração. Com o passar de pouco tempo, não mais que uma geração de operários, grande parte dos “benefícios” de caráter mais perene foram perdidos, restando o convívio destes operários com o desemprego estrutural, os sofisticados métodos de extensão e intensificação da jornada de trabalho – tal qual o uso generalizado dos Programas de Participação nos Resultados (PPR) e de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) –, para além da expansão da

superexploração da força de trabalho para o centro capitalista imperialista. Tal novo modelo, chegada a crise dos anos 1970, foi expandido tanto para a Europa quanto para os Estados Unidos, principalmente após o início da década de 1980. Especialmente nos governos modulares de Margaret Thatcher na Inglaterra (1979-1990) e Ronald Reagan nos EUA (1981-1989), repetia-se, de maneira mais ou menos similar, o roteiro japonês, “toyotizando”, de forma descaracterizadora e desorganizadora, a social-democracia ocidental (ANTUNES, 2015).

Com tudo isso, do ponto de vista da consciência da aristocracia operária, ao mesmo tempo em que se reduziram significativamente as taxas de sindicalização dos trabalhadores nos países imperialistas, aderiu-se em grande medida ao novo ideal do *sindicalismo de empresa*, de *participação e negociação*. Longe de um sindicalismo de tipo combativo, mesmo que reformista, desenvolveu-se uma forte e entranhada ilusão *neocorporativista* de que os trabalhadores fazem parte da relação capitalista não mais como polo explorado, mas sim como *parceiros* ou *colaboradores*. Tal como colocado por Antunes:

A crise atinge também intensamente, como se evidencia, o universo da consciência, da subjetividade do trabalho, das suas formas de representação. Os sindicatos estão aturdidos e exercitando uma prática que raramente foi tão defensiva. Distanciam-se crescentemente do *sindicalismo e dos movimentos sociais classistas* dos anos 1960/70, que propugnavam pelo *controle social* da produção, aderindo ao acrítico *sindicalismo de participação e negociação*, que em geral aceita a ordem do capital e do mercado, só questionando aspectos fenomênicos desta mesma ordem. Abandonam as perspectivas que se inseriam em ações mais globais que visavam a emancipação do trabalho, a luta pelo socialismo e pela emancipação do gênero humano, operando uma aceitação também acrítica da social-democratização, ou o que é ainda mais perverso, debatendo no universo da agenda e do ideário neoliberal. (Ibid., p. 54-55, grifo do autor)

Assim, se estas alterações foram profundamente deletérias para as condições de realização do trabalho, de outra parte, no polo oposto da antinomia do capital, ao ampliarem a taxa e a massa de mais-valia, foram fundamentais para retomar o dinamismo do processo de acumulação capitalista. Nesta toada, retomando o debate sobre o Brasil, já ao final dos anos 1980 e, principalmente, nos anos 1990, a expansão das economias imperialistas fazia crescer a disponibilidade de capital financeiro exportável para os países periféricos²²⁶. Com isso, um dos pilares da crise brasileira, o enxugamento da liquidez internacional, apresentava condições de ser superado.

²²⁶ Um exemplo dessa ampliação da disponibilidade de capitais dos países imperialistas para o restante do mundo foi que a LIBOR (taxa de juros interbancária de Londres) para operações em dólares com prazo de seis meses caiu de uma média de 8,8% ao ano em 1989-90 para 6,1% em 1991, 3,9% em 1992 e apenas 3,4% em 1993 (BATISTA JR., 1996).

Entretanto, como visto anteriormente, a exportação de capitais é a exportação, aos saltos, das próprias relações sociais de produção do centro imperialista para os países atrasados. Diante disso, não se tratava da mera retomada do processo de industrialização brasileiro por meio da substituição de importações – modelo que vigorava, em diferentes etapas, desde início do século XX. A vinculação orgânica ao imperialismo, construída definitivamente desde 1964, impunha a entrada do Brasil na nova divisão internacional do trabalho, de forma a reforçar ainda mais a dependência e, não menos importante, incorporar um padrão ainda mais degradante de controle, organização e exploração da força de trabalho.

Neste sentido é possível entender a racionalidade burguesa que era imposta por meio das condicionalidades que acompanhavam os empréstimos que o governo brasileiro começou a assumir com o FMI. Em um primeiro momento de bancarrota da economia nacional, em 1982, o Brasil recorreu ao Fundo em uma fase em que a lógica dos países centrais era meramente predatória, interessados apenas em drenar o máximo de recursos da periferia para ajudar a financiar a reestruturação produtiva em seu território²²⁷. Mesmo nesse momento, ficava nítida na exigência de retomada da política de arrocho salarial o sentido do novo formato de integração da economia dependente ao mercado mundial. Por isso mesmo, desde meados da década de 1980 já se pressionava pela entrada do novo padrão flexível de acumulação de capital no país, registrando-se, ainda que de forma restrita, usos do sistema *just-in-time*, dos programas de qualidade total e da difusão da microeletrônica (ANTUNES, 2011).

Entretanto, em meio a vitalidade do ciclo de greves de massas, favorecido pelo radicalismo da organização dos trabalhadores na segunda metade da década de 1980, as mudanças ainda seriam pouco expressivas. Somente a partir do início dos anos 1990, diante da nova fase de exportação de capitais para a América Latina, organizada em seus fundamentos pelo Consenso de Washington em 1989²²⁸, é que a reestruturação produtiva ganhou

²²⁷ Diante da brutalidade do saque promovido pelos países imperialistas contra a periferia nesse primeiro período de relação com o FMI, os países latino-americanos remeteram, entre 1982 e 1991, US\$ 195 bilhões ao exterior. Tal cifra, para se ter ideia da dimensão, representa o dobro do que os Estados Unidos aplicaram na Europa Ocidental entre 1948 e 1952 com o Plano Marshal, orientado para reconstrução econômica daqueles países (BATISTA, 1994). Obviamente que, sob esse quadro de drenagem da mais-valia internamente produzida, as economias latino-americanas adentrariam a década de 1990 sucateadas e completamente dependentes do capital financeiro dos países imperialistas para realizar novo ciclo de acumulação de capital.

²²⁸ Em novembro de 1989 se reuniram na capital dos Estados Unidos um conjunto de funcionários do governo estadunidense e dos organismos internacionais – tais como o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – especializados em assuntos latino-americanos. O centro da reunião foi a avaliação das reformas econômicas empreendidas na América Latina e a definição de um receituário a ser seguido para “modernização” desses países. Em suma, diagnóstico e prognóstico que sintetizava o que se convencionou chamar de política neoliberal para a região e acabou por ser assumido como condicionalidade para os empréstimos futuros a esses países, isso por meio do Plano Brady (1988). No diagnóstico se apresentava a mera ideologia vulgar de

disponibilidade de recursos externos para financiamento de sua implementação de forma ampla e intensa. No centro do processo, três movimentos estavam articulados: a implantação dos novos padrões organizacionais e tecnológicos; a necessidade de derrotar o movimento operário da época e, por fim; a exigência de o capital em função no Brasil se preparar para a nova fase de ampliação da “competitividade internacional” (ANTUNES, 2011).

Deste modo, se o primeiro e o segundo movimentos guardam similaridade quase que total ao ocorrido no centro imperialista, o terceiro pressupunha uma nova etapa de centralização do capital e de ainda maior grau de monopolização da economia, o que, desdobrado sob os condicionantes da vitória das forças pró-imperialistas em 1964, ocorreria fundamentalmente sob a forma de privatizações e desnacionalização da economia. Por isso mesmo, novamente a CSN, palco da greve que mais avançou no sentido do devir revolucionário do proletariado em 1988 e 1989, assumiria o centro do combate que definiu o futuro do ciclo de expansão das greves de massas.

Já sob o governo Collor (1990-1992), passava-se a assumir deliberadamente a agenda do Consenso de Washington, tendo como ponto central o tema das privatizações. Em linha completamente oposta ao II PND, a tentativa de desenvolvimento industrial relativamente autônomo do subimperialismo brasileiro, foi montado, ironicamente, outro PND: o Plano Nacional de Desestatização. Este contava com uma Comissão Diretora diretamente vinculada ao Presidente da República, tendo como primeira e emblemática empresa a ser colocada na mira

que a crise latino-americana era fruto de uma falência do Estado interventor e do excessivo grau de restrição ao comércio internacional de suas economias, desconsiderando o fator central do processo: a dinâmica capitalista em países subordinados ao imperialismo. Como prognóstico, apontavam para medidas que, absolutamente todas, eram direcionadas para reforçar e ampliar o grau de dependência dessas economias, como: a exigência de rígida disciplina fiscal, com corte de gastos públicos; nova rodada de reforma tributária regressiva, desonerando a propriedade do capital; ampliação da liberalização financeira; adoção de regime cambial flutuante, alinhado completamente a dinâmica do dólar por meio da criação de âncoras cambiais (reservas em moeda estrangeira); abertura comercial unilateral para a entrada de mercadorias advindas dos países imperialistas; facilitação à entrada do investimento direto estrangeiro por meio de benesses fiscais e outros mecanismos; estímulo às privatizações como forma de fazer caixa para quitar as dívidas internacionais; desregulamentação dos mercados, especialmente nos setores em que os países latino-americanos tinham vantagens competitivas e, por óbvio, do mercado de força de trabalho; e, por fim, adoção de medidas que protegessem a propriedade intelectual das tecnologias estrangeiras. Já para a chamada “área social”, seriamente afetada diante do avanço da pobreza, o Consenso de Washington seria omissivo, algo que rapidamente seria suprido pelo Banco Mundial em 1990, dedicando uma versão inteira do seu relatório anual para tratar do tema da miséria no “Terceiro Mundo”. Apontava assim que o atendimento à questão social passava a constar como condicionalidade dos empréstimos, devendo ser realizado por meio de políticas focalizadas de combate à pobreza, preferencialmente através da descentralização do setor público – repassando o maior ônus aos estados e, majoritariamente, aos municípios – e mediante repasse dos recursos oficiais para organizações não-governamentais (ONG), grande parte delas com vínculos internacionais. Portanto, ao incorporar a dimensão social, completava-se a submissão das economias latino-americanas ao novo formato do imperialismo, fato que impactaria profundamente a economia brasileira, aquela de maior nível de desenvolvimento industrial dentre os países dependentes da época (BATISTA, 1994).

do capital privado justamente a CSN. Opondo-se ao plano do Ministério da Infraestrutura, que propunha a demissão de 4 mil operários e, no caso da não privatização, o fechamento da fábrica de Volta Redonda, novamente o movimento operário da região, articulado aos demais movimentos populares, faria forte campanha que marcou toda a gestão do sindicato dos metalúrgicos da cidade de 1989 até 1992. Para além de enorme greve de 31 dias em 1990, foi notória a mobilização permanente dos trabalhadores e a construção, por parte do movimento operário, de uma proposta alternativa à privatização, apontando de forma concreta a viabilidade do controle operário da empresa (GANDRA, 2009; GRACIOLLI, 2009).

Entretanto, de outro lado, as tendências que apontavam para a aristocratização da classe operária, que se desenvolviam acentuadamente durante os anos 1980, atingiam enorme maturidade no início da década de 1990. Primeiramente, a capitulação ideológica da CUT ao horizonte aristocrático do sindicalismo dos países imperialistas faria com que ela rapidamente incorporasse o ideário do *sindicalismo de empresa*, orientado para a *participação e a negociação*. Era a forma *neocorporativista*, recuada e aburguesada, de preservar o núcleo operário restante após os processos de demissões em massa e da ameaça permanente representada pelo desemprego estrutural. Com o processo de reestruturação produtiva em pleno desenvolvimento, a Central chegou ao auge de defender ativamente as “oportunidades” trazidas por ele para uma atuação sindical propositiva, sempre através do processo de pactuação e negociação com o capital monopolista (MATTOS, 2009).

Este perfil de sindicato, voltado para a negociação direta com o capital monopolista, por sua vez, teve como pioneiro e principal defensor o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Fortemente dirigido pela tendência majoritária da CUT, o sindicato deixou de ser a casa das greves e, por substituição, já em 1992, passou a ser definitivamente a casa do “sindicato cidadão e participativo”, voltado para a realização dos “responsáveis” acordos diretos com as montadoras multinacionais, aceitando a ampliação do controle da jornada de trabalho pelos capitalistas (via ampliação de horas extras não remuneradas, o “banco de horas”); a redução de salários; e os planos de demissões voluntárias. Para além disso, buscava-se a constituição das câmaras setoriais do setor automotivo, que envolviam representantes do sindicato, das empresas e do governo e, através da proposição de desonerações fiscais e creditícias – típicas da relação moderna entre Estado e capital monopolista – buscavam contrapartidas na preservação dos empregos (Ibid.).

Em segundo lugar e de forma paralela a capitulação da CUT, surgiu em 1991 a Força Sindical. Voltada unicamente para o sindicalismo de resultados, contrária ao que nominava

como “radicalismo estéril” e negando taxativamente qualquer vínculo com o socialismo, a nova e importante central sindical afirmava lutar pela construção de um “capitalismo avançado, competitivo e moderno”. Com forte e orgânico vínculo com a burguesia paulista, o setor empresarial nativo que mais avançou no processo de monopolização e de elevação da composição orgânica do capital, a Força Sindical surge já em apoio ativo ao processo de privatizações (ANTUNES, 2018).

Neste sentido, no interior da própria direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, em meio à campanha contra a privatização da CSN, surgiu um grupo de dirigentes sindicais alinhados à Força Sindical e defensores da privatização da empresa. Como contrapartida, apresentavam aos trabalhadores a ilusão de que a privatização abriria espaço para que os próprios operários recebessem, à título de indenização pelas perdas de direitos trabalhistas, ações da companhia, tornando-se, individualmente, “proprietários da empresa”. De outro lado, a direção do Sindicato, filiada à CUT mas não alinhada ao campo majoritário da Central, acabou não recebendo apoio nacional significativo, permanecendo isolada em uma luta tanto contra a privatização quanto contra o avanço do desemprego. O resultado foi que nas eleições da direção do sindicato de 1992, contando com fortíssimo apoio da empresa, o grupo vinculado à Força Sindical tomaria o comando do sindicato, facilitando a privatização da CSN já no ano seguinte (GANDRA, 2009; GRACIOLLI, 2009)

Seria essa a primeira vitória expressiva da nova fase de condução neoliberal da política econômica no Brasil. Da ofensiva inaugurada em 1978, o movimento operário, mesmo ainda bastante ativo por conta do alto número de greves, passou a defensiva na década de 1990. Várias greves foram feitas para tentar barrar o avanço da reestruturação produtiva, entretanto, praticamente todas foram derrotadas pela avalanche da importação dos novos métodos de produção, do medo diante do desemprego e da capitulação das direções sindicais. A ditadura do capital no conteúdo da relação de exploração, portanto, impunha-se. A propriedade privada dos meios de produção (máquinas e sistemas fabris automatizados) substituíam a propriedade privada da força de trabalho no processo de produção, o trabalho morto preteritamente acumulado, assim, crescia em relação ao trabalho vivo. Com isso, o resultado aparecia na criação de excedente de força de trabalho, o exército industrial de reserva disponível para depreciar o preço da força de trabalho. O conteúdo da exploração se somava à farsa da forma democrática, que já não abdicava da repressão do Estado institucionalizada com sua “Era Urutu”.

Entretanto, se nas experiências contrarrevolucionárias brasileiras anteriores (1935-1942 e 1964-1975) a *apoteose da espada* se fez necessária, em meados da década de 1990, mesmo que a exportação das bananas voltasse com todo o vigor, não houve tal soma alarmante de cadáveres. Algo de novo emergia na forma da dominação burguesa no Brasil, que embrionariamente esteve presente durante todo o período histórico anterior e que somente encontrou sua maturidade durante a chamada “Nova República”. Era surgida a aurora da aristocracia operária brasileira, a que devemos dedicar o estudo de seu desenvolvimento e auge nas próximas subseções para assim compreendermos como ela condicionou os limites da retomada das greves de massas no período recente inaugurado em 2008.

5.4 MAIS-VALIA RELATIVA E ARISTOCRACIA OPERÁRIA BRASILEIRA

O tema dos preços esteve presente de forma central em todos os ciclos de greves de massas no Brasil. No período de 1917 a 1935, ele apareceu no encarecimento das mercadorias importadas provocado pelas guerras, fato que influenciava diretamente o parque produtivo do imperialismo e a circulação do capital no mercado mundial. Isso foi um dos motores daquele período revolucionário brasileiro, influenciando tanto a ascensão das greves quanto o avanço do processo de substituição de importações, confluindo para a ruptura político-institucional iniciada em 1930 e concluída desfavoravelmente aos trabalhadores em 1937. Já no período de 1947 até 1968, novamente os preços ascenderiam, profundamente influenciados por um significativo desenvolvimento urbano-industrial que não encontrava na estrutura agrícola do país a capacidade de atender de forma eficiente tal aumento da demanda. Assim, o encarecimento do custo de vida lançou novamente a classe operária ao movimento grevista, expressão de um período revolucionário que teve como ponto auge o confronto entre as ilusões de um projeto nacionalista de desenvolvimento baseado em reformas estruturais contra outro projeto de desenvolvimento por meio do reforço da associação ao imperialismo. Venceu o segundo, que por meio da contrarrevolução, novamente fez as lutas de classes terem como denominador de final de período a violência e o arrocho salarial contra os trabalhadores.

Já no terceiro ciclo de greves de massas, inaugurado em 1978, o tema dos preços atingiu o seu auge histórico com a hiperinflação. No centro desse processo de elevação do custo de vida, por sua vez, esteve o crescimento dos custos internacionais de uma economia cada vez mais integrada de forma dependente ao imperialismo, para além da histórica rigidez da oferta de bens salário produzidos internamente e do fim do arrocho salarial que elevou o preço da

força de trabalho – fato que somente ocorreu pela pressão do movimento operário que retomou a ofensiva por meio das greves. Como resposta, o capital jogou contra os operários a repressão estatal institucionalizada da “Era Urutu” e a ditadura da propriedade privada com a reestruturação produtiva, elementos que foram acompanhados pela consolidação de um novo modelo sindical, pautado na negociação e de perfil neocorporativista, ou seja, de plena capitulação organizacional, política e ideológica perante o inimigo de classe. Com isso, um dos pilares desse avanço das lutas de classes do período foi quebrado, sendo que ainda era preciso controlar os preços da economia como exigência incontornável para completar a nova fase de estabilidade da acumulação capitalista.

Por isso mesmo que toda a década de 1990 foi pautada pelo debate e pelas ações em torno do controle dos preços, fato consumado com relativo sucesso e que rendeu dois mandados presidenciais a Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Reforçando a adesão ao Consenso de Washington, foi com FHC que o pacote de ampliação da dependência por meio da submissão ao imperialismo seria efetuado de forma completa. No que tange aos preços, vimos como a reestruturação produtiva, ao incorporar os enormes ganhos de produtividade por meio da importação de capitais, rebaixava o preço individual das mercadorias. Entretanto, até o início dos anos 1990, poucos setores haviam adotado timidamente as novas formas de produção – basicamente os setores dominados pelo capital financeiro e produtores de bens suntuários, em especial o automobilístico.

Diante deste fato, as duas principais medidas utilizadas pelo governo FHC para derrubar os preços foram a ampla abertura da economia nacional à importação de mercadorias e a sobrevalorização cambial, que fez a nova moeda brasileira criada em 1994, o Real, alcançar uma artificial superioridade em relação ao Dólar que perdurou até o início de 1999²²⁹. Ainda

²²⁹ Para além disso, segundo Nilson Araújo de Souza (2007), o Plano Real contou com oito fases de implementação, que começaram ainda quando Fernando Henrique Cardoso era Ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco (1992-94). A primeira etapa foi marcada pelo processo de renegociação da dívida externa com o FMI e suspensão da moratória eminente da economia brasileira, tendo como contrapartida, obviamente, a adesão ainda mais firme ao Consenso de Washington. A segunda foi a criação da “âncora monetária”, basicamente estruturada sobre a base da elevação dos juros internos e atração de capitais especulativos para formação de reservas cambiais em moeda estrangeira, tendo como contrapartida necessária a elevação dos encargos sobre a dívida pública. Já a terceira foi a constituição do Fundo Social de Emergência (FSE), formado basicamente por meio do aumento de impostos e da desvinculação das receitas do Estado, liberando-os para cobrir o custo financeiro da elevação da taxa de juros interna e representando um ajuste fiscal recessivo permanente voltado para a contenção da demanda doméstica. A quarta medida, já no ano de 1994, seria a criação da Unidade Real de Valor (URV), que cumpriu a função monetária de unidade de conta e serviu como forma de achatar os salários dos trabalhadores. Entretanto, todas essas primeiras medidas, que unificavam juros internos elevados para atrair capitais, ajuste fiscal para sustentar o gasto financeiro do Estado e arrocho salarial por meio da URV, não foram capazes de reduzir a inflação, que iniciava 1994 no mesmo patamar anterior. Assim, a inflação só passou a ser combatida, de fato, na quinta etapa do plano, realizada em 1º de julho de 1994 através da conversão da URV na

enquanto Ministro da Fazenda, em 1993, o futuro presidente deixava claro em entrevistas que seu grande objetivo com essas medidas era “encerrar um período de nossa história marcada pelo controle do Estado”, representando em sentido ainda mais preciso, “acabar com a Era Vargas” (SOUZA, 2007, p. 221-222). Na prática, tais expressões revelavam que o combate aos preços viria acompanhado do fim do próprio processo de industrialização por substituição de importações, baseado no encadeamento interno das cadeias de produção de mercadorias, que teve em Getúlio Vargas seu principal representante²³⁰.

A ampla abertura econômica e a sobrevalorização cambial, se de um lado teve como resultado imediato a inundação da economia nacional com produtos estrangeiros baratos e a queda abrupta dos preços internos²³¹, de outro lado contribuiu para o sucateamento e até mesmo a destruição de vários setores fabris do país, incapazes de competir com as mercadorias produzidas no exterior. Ao mesmo tempo, a sobrevalorização da moeda encarecia as exportações brasileiras, fazendo com que o país perdesse posições como potência exportadora no mercado mundial (Ibid.).

Diante desse quadro de ampla exposição das indústrias locais à competitividade internacional, somada que estava aos juros internos enormemente elevados como necessidade da atração de capitais estrangeiros que mantivessem o Real sobrevalorizado – a chamada “âncora cambial” – ocorreu um largo processo de centralização e desnacionalização de capital na economia brasileira. Centralização pelo fato de que, mesmo considerando as empresas de propriedade local, apenas aquelas de perfil monopolista capacitadas para acessar o mercado

nova moeda, o Real, valorizando-o de forma completamente artificial em relação ao Dólar. Na sequência, já sob comando de Ciro Gomes no Ministério da Fazenda, viria a profunda abertura comercial, levada a frente por meio da redução drástica das alíquotas de importação, resultando na inundação do mercado nacional com mercadorias baratas vindas dos países imperialistas. Por fim, a sétima etapa, em meio a uma inflação em forte queda que retirava o ímpeto de luta da classe operária, seria o avanço sistemático do processo de privatizações, que, em conjunto com a oitava etapa, a eleição de FHC como presidente, seria a tônica dos seus mandatos presidenciais que findariam apenas em 2002.

²³⁰ A política tarifária em relação à importação é a expressão de que estava decretado o fim da era da industrialização por substituição de importações. O processo teve início ainda no governo Collor, no qual a alíquota média para os produtos importados caiu de 37,4% para 20,8%. Entretanto, a política ali adotada pode até mesmo ser considerada “leve” quando comparamos ao ocorrido no Plano Real. Em 1994, com FHC como Ministro da Fazenda, a taxa de importação caiu para 14%, reduzindo-se novamente no ano seguinte para 13,1%, agora já sob o comando do Ministro Ciro Gomes. Na prática, no entanto, a tarifa efetivamente praticada estava em torno de 7%, isso porque os principais itens importados eram justamente aqueles de interesse imediato da indústria monopolista (insumos industriais e, principalmente, máquinas e equipamentos). Nessas mercadorias, a alíquota caiu para próxima de zero, mostrando que efetivamente não se tinha mais qualquer interesse em preservar as cadeias produtivas internas do país, típicas do antigo modelo de substituição de importações (SOUZA, 2007).

²³¹ De uma inflação próxima dos 50% ao mês em junho de 1994, os meses seguintes registrariam inflação próxima de zero, totalmente ancorada na abertura comercial e na sobrevalorização cambial, com sua contrapartida na elevação das taxas de juros internas e na atração de capitais estrangeiros (BELLUZZO; ALMEIDA, 2002).

estrangeiro de crédito e insumos industriais baratos puderam utilizar do cenário posto para importar máquinas e equipamentos, “modernizando” seu processo de produção. Com isso, elevaram sua composição orgânica do capital e se capacitaram para enfrentar a concorrência internacional. Já as empresas sem capacidade de acesso ao mercado mundial, geralmente as pequenas e médias, acabaram por entrar em processos de falência, facilitando sua incorporação ao capital monopolista (SOUZA, 2007).

De outro lado, o processo de centralização de capital em uma economia dependente que visava “acabar com a Era Vargas” ganhou significativos contornos de desnacionalização do parque produtivo. Tanto no programa de privatizações, que ganhou enorme força a partir de 1996, quanto na invasão das multinacionais diante da falência das empresas de propriedade local, o imperialismo aumentou enormemente sua participação direta na produção e circulação das mercadorias produzidas no Brasil²³². Outro dado importante foi que a tendência do capital estrangeiro que entrou na economia brasileira nessa década foi a de ocupar setores que produziam essencialmente para o mercado interno (Ibid.). Por conta disso, essa expressiva entrada de capital financeiro do exterior em direção ao Brasil registrada na década de 1990 em significativa medida foi orientada para a reestruturação produtiva do setor produtor de bens salário. Com isso, mais uma vez pelas mãos do imperialismo outro setor de produção local registrou uma considerável elevação de sua composição orgânica do capital. Se, como vimos anteriormente, desde a década de 1950 tal processo já ocorria restrito aos setores de produção suntuária que direcionavam sua produção ao exterior, agora finalmente era completada e generalizada um perfil de produção plenamente capitalista para absolutamente todos os setores da economia nacional, incluindo o decisivo setor produtor de bens salário.

Dois casos são emblemáticos no que tange a elevação da composição orgânica do capital nos setores produtores de bens salários. O primeiro foi o avanço das novas tecnologias de organização da exploração do trabalho no setor têxtil e calçadista. Precedido de um enorme

²³² Se as privatizações já tinham se iniciado desde o início da década de 1990, tendo a venda da CSN para o grupo empresarial nacional capitaneado por Benjamin Steinbruch como marco inicial deste processo, foi preciso a aprovação de emendas constitucionais que quebravam o domínio público sobre os setores estratégicos da economia para que o processo ganhasse nova qualidade. Com essa medida aprovada em 1996 pelo governo FHC, o novo momento internacional de disponibilidade de capitais externos para exportação foi direcionado para a aquisição em larga escala de empresas nacionais pelo imperialismo. Especialmente os setores ferroviário, elétrico, de minérios, de comunicação, de petróleo e gás e bancário foram expressivamente privatizados, vendendo-se justamente as empresas públicas com maior expectativa de lucros. No período de 1995 a 2000, segundo o Banco Central, 5.082 empresas nacionais, tanto públicas quanto privadas, passaram para o controle estrangeiro. Como contrapartida, cresceu enormemente a evasão da mais-valia produzida internamente, reforçando o problema estrutural da economia dependente em torno das remessas de lucros e dividendos para o exterior (SOUZA, 2007).

ciclo de falências de empresas por conta da abertura comercial e da sobrevalorização cambial, o setor tanto se centralizou criando monopólios locais quanto se desnacionalizou por meio da expressiva entrada de mercadorias importadas baratas que permanece até hoje. Do ponto de vista da produção interna, para competir com essa enxurrada estrangeira, foram adotadas largamente a externalização e a terceirização da produção, em que os monopólios passaram a centralizar uma rede imensa de micro e pequenas empresas e de trabalho doméstico exteriores às fábricas²³³, sendo que nesse modelo até mesmo o trabalho infantil é utilizado como forma de rebaixar custos de produção²³⁴ (ANTUNES, 2011).

O segundo caso, por sua vez, foi o da agroindústria alimentícia. Se em um primeiro momento – anos 1970 – a introdução do pleno desenvolvimento de uma agricultura capitalista ficou concentrado nos setores exportadores ou naqueles vinculados à produção de insumos industriais, a década de 1990 foi de avanço da industrialização e de elevação da composição orgânica do capital para os setores produtores de alimentos destinados ao consumo do proletariado. O modelo de integração de pequenos produtores rurais aos complexos agroindustriais (CAIs), centralizados em grandes indústrias processadoras de elevada composição orgânica, ganhou novo salto nos anos 1990 através da forte entrada do capital financeiro estrangeiro²³⁵. Também contribuiu para isso os fortes incentivos fiscais para as indústrias processadoras e a elaboração de políticas de crédito para modernização das unidades agrícolas integradas aos CAIs, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que, ao contrário do seu nome, acabou por beneficiar prioritariamente os agricultores que assumiram um caráter eminentemente empresarial em sua inserção produtiva. Com isso, houve uma grande adoção de novas tecnologias que, ao mesmo tempo em que eliminaram pequenos produtores “ineficientes” para as novas exigências técnicas

²³³ A gigante do setor têxtil Hering, por exemplo, terceirizou mais de 50% da sua produção na década de 1990, gerando o desemprego de cerca de 70% da sua força de trabalho até então diretamente contratada (ANTUNES, 2011).

²³⁴ Nada diferente, entretanto, daquilo que Marx caracterizou como as repercussões do sistema fabril sobre a manufatura e o trabalho a domicílio. Nos termos do autor: “A indústria a domicílio se converteu hoje na seção externa da fábrica, da manufatura ou do estabelecimento comercial. Além dos trabalhadores fabris, de manufatura e dos artesãos, que concentra em grande número num mesmo local e comanda diretamente, o capital põe em movimento, por meio de fios invisíveis, um grande exército de trabalhadores a domicílio, espalhados nas grandes cidades e pelo interior do país” (MARX, 2006, p. 525).

²³⁵ Exemplo dessa invasão do capital estrangeiro no setor agroalimentar é a entrada e consolidação no Brasil de multinacionais como a Nestlé, a Bunge, a Nabisco, a Quaker, a Philip Morris, a Fleishman Royal, a Parmalat, a Ajinomoto e outras várias grandes empresas do setor, que tanto compraram unidades produtivas locais quanto atuaram em associação com grupos nacionais. Para além destas, destaca-se a ampliação dos monopólios nacionais no setor de carnes, tal qual a Sadia e a Perdigão, que, por sua vez, também receberam aportes de capital estrangeiro, mesmo que sem perder a propriedade majoritária de residentes no país (BELIK, 1994).

da produção e centralizaram ainda mais a terra no Brasil, aumentaram a produtividade daqueles agricultores que permaneceram integrados²³⁶.

Por consequência de tal processo de reestruturação, o preço dos alimentos, agora majoritariamente processados e não mais *in natura*, caiu significativamente. Introduziu-se um modo especificamente capitalista de produção no setor agroalimentar, industrializando-o do início ao fim da cadeia de produção, reduzindo o tempo de produção e ampliando a durabilidade dos produtos perecíveis, podendo estes alcançar mercados mais distantes dos centros produtores. Não por acaso, para além da centralização, modernização e expansão do setor supermercadista como ponto final da cadeia de fornecimento à população urbana²³⁷, a agroindústria alimentar passou a apresentar caráter crescentemente exportador, ampliando a sua participação nos mercados externos para além da mera exportação de grãos – que também permaneceu em crescimento, agora com predomínio da soja e não mais do café (BELIK, 1994).

Diante da redução do preço dos bens salário expressos nestes dois casos emblemáticos, isso em associação com a ampla abertura da economia brasileira para a invasão de mercadorias importadas baratas, foi possível ao Brasil adentrar firmemente já a partir da segunda metade da década de 1990 na etapa histórica do processo de exploração baseado prioritariamente na mais-valia relativa. Era rebaixado consideravelmente o valor da força de trabalho, ampliando-se a taxa de mais-valia sem necessariamente o recurso à superexploração do trabalho, fato que influenciou de forma determinante para a formação de uma aristocracia operária.

Isso não significa, em uma conclusão apressada, que o país abandonou a superexploração enquanto categoria presente na economia dependente. Como visto, todo esse processo de reestruturação produtiva ocorreu por meio da entrada de capital estrangeiro, fator que reforçou a transferência da mais-valia produzida internamente para os países imperialistas. Além do mais, a característica fundamental das mudanças no setor produtivo foi justamente a ampliação do desemprego estrutural e o achatamento ainda maior dos salários de grande parte do proletariado, especialmente por meio dos processos de terceirização, algo que fica bastante evidente justamente nesses dois casos emblemáticos de que tratamos.

²³⁶ Para um debate mais aprofundado sobre um exemplo concreto de tal processo, recomendamos a leitura do artigo sobre o “Avanço do grande capital sobre a pequena propriedade rural: análise das mudanças estruturais na agricultura catarinense” (MULINARI, 2019).

²³⁷ Mesmo com um enorme processo de fusões e aquisições no ramo supermercadista, o que aumentou a monopolização do setor, o número de supermercados saltou de 41.839 em 1995 para 61.259 em 2000. Ao lado disso, o faturamento dos supermercados cresceu, na mesma comparação, de R\$ 40,6 bilhões anuais para R\$ 67,6 bilhões (SESSO FILHO, 2003).

De qualquer maneira, a queda brusca e permanente da inflação²³⁸ aumentou o poder de compra dos assalariados como um todo. Dado um nível anterior de baixíssimo endividamento, tanto das famílias quanto das empresas, tal estabilidade de preços abriu as condições para um amplo desenvolvimento do sistema de crédito para consumo, provocando uma expansão na demanda agregada da sociedade brasileira (BELLUZZO; ALMEIDA, 2002). Dentro deste quadro, ao analisarmos o núcleo operário que permaneceu diretamente empregado nas atividades produtivas de ponta vinculadas ao capital monopolista, foi possível uma ainda maior diferenciação de suas condições de remuneração e vida em relação ao restante do proletariado brasileiro²³⁹. Aos superlucros dos monopólios correspondem os salários de transição da aristocracia operária e, diante da nova fase industrial toyotista, o novo perfil do trabalho operário – altamente qualificado – continuou a exigir a existência e até mesmo a expansão da diferença entre os salários mais elevados da vanguarda operária em comparação com o do restante do proletariado brasileiro – este último cada vez mais ocupado em formato precário de contratação.

Estes salários mais elevados da vanguarda operária, agora não mais dilapidados pela hiperinflação, finalmente puderam ser liberados da mera reprodução física da força de trabalho. Barateados os bens salário, apartava-se estes operários qualificados das agruras provocadas pelo elevado custo de vida, elemento que condicionou toda a fase anterior de desenvolvimento industrial do país. Assim, liberava-se parte de sua renda salarial para a expansão do mercado de consumo de bens industrializados suntuários e, também, para aquisição de serviços urbanos. Não por acaso, a partir daí se desenvolve um enorme mercado para a expansão de monopólios privados voltados para as áreas da saúde, da educação, do lazer e de todos os demais setores que antes, mesmo restritos em uma economia dependente, tinham caráter público.

Também a questão previdenciária foi diretamente afetada por essa liberação de parcela do salário dos operários e pelo conseqüente avanço do capital financeiro sobre o setor de serviços. Se a Constituição de 1988 em seu aspecto progressivo de *execução testamentária* havia estabelecido uma previdência pública, obrigatória e universal, em paralelo a isso ela nunca deixou de autorizar a existência da previdência privada complementar. Tal formato de

²³⁸ Considerando o Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI), a inflação brasileira que até 1993 alcançava os quatro dígitos, foi de 38,3% em 1994, 14,8% em 1995, 9,3% em 1996, 7,5% em 1997 e apenas 1,7% em 1998 (BELLUZZO; ALMEIDA, 2002).

²³⁹ Os salários dos trabalhadores industriais brasileiros, quando medidos em Dólar, verificaram uma expansão de 45% entre junho de 1994 e junho de 1996, justamente o período de maior incidência da política de valorização cambial e abertura comercial (BATISTA JR., 1996).

previdência privada, regida pelo critério da capitalização, por sua vez, já existia desde 1977. Criada pela ditadura militar (FAZIO, 2016), seu objetivo flagrante era adotar o modelo já vigente nos países imperialistas: a destinação de parcela do fundo de salários da aristocracia operária para dar garantia de sobrevivência à propriedade do capital por meio da constituição de grandes fundos de pensão e previdência. No entanto, diante da hiperinflação que abocanhava quase que a totalidade do fundo salarial, até a década de 1990 o modelo teve pouquíssima vigência, apenas se desenvolvendo após a prevalência da mais-valia relativa no país. Desta forma, já ao final da década, mais esse elemento típico da aristocracia operária se desenvolveu ao ponto da maturidade, transformando os operários em sócios minoritários do capital monopolista (NETO; SANTOS, 2016).

Tal reforço da previdência privada, por seu turno, foi ampliado pela própria maneira que o controle de preços foi realizado no Brasil: a ampliação da dependência. Ao “estrangular” a economia nacional diante da ampliação da transferência de mais-valia, a política econômica de um Estado que precisava “fazer caixa” para financiar o crescente déficit do balanço de pagamentos e para manter a moeda sobrevalorizada foi orientada não apenas para as privatizações, mas também para os reiterados ataques aos poucos direitos sociais conquistados na Constituição de 1988, especialmente os relacionados com a previdência. Assim, o governo FHC, já desde 1993, iniciava a longa trajetória compartilhada por todos os governos “democraticamente” eleitos: sob a desculpa da economia de recursos, promover o desmonte do sistema previdenciário público e fortalecer a previdência complementar privada (SOUZA, 2007).

Tendo em vista o papel dos fundos de previdência complementar, não por acaso o desmonte do sistema previdenciário público e o processo de privatizações estiveram umbilicalmente articulados. Isso porque os fundos de pensões exerceram um papel fundamental na liquidação do patrimônio público quando destinaram a parte do fundo salarial concentrado em suas carteiras de investimento para a compra de ações das empresas antes estatais em meio aos processos de privatização²⁴⁰. Diante disso, seguindo os moldes do sindicalismo de empresa neocorporativo, muitos dirigentes sindicais, ao ascenderem ao papel de diretores dos fundos de

²⁴⁰ Para se ter uma ideia do tamanho da participação dos fundos de pensão no processo de privatização brasileiro, a venda da Vale do Rio Doce, uma das maiores mineradoras do mundo e caso emblemático daquele período, contou com os fundos da aristocracia operária adquirindo 39,29% da propriedade da companhia no leilão realizado em junho de 1996 (SOUZA, 2007).

pensão, passaram a ocupar destacados papéis na administração destas grandes empresas em um modelo de coparticipação entre sindicatos, empresários e Estado²⁴¹ (NETO; SANTOS, 2016).

Desta forma, se até o início dos anos 1990 a ainda embrionária aristocracia operária brasileira recebia salários apenas um pouco maiores que o dos demais setores do proletariado e, via de regra, também tinha condições de vida similares, a partir da metade da década a situação se alterou significativamente. Corroborando a ideia defendida tanto por Sergio Lessa no livro *Cadê os operários?* (2014)²⁴² quanto por Darcy Ribeiro na obra *O povo brasileiro* (2006)²⁴³, defendemos a tese de que, justamente na segunda metade da década de 1990, a

²⁴¹ Em 2001 uma nova legislação para os fundos de pensão seria aprovada no Brasil, criando, entre outras medidas, a figura jurídica do “instituidor” (sindicatos, associações profissionais, cooperativas, etc.) e a garantia da participação dos trabalhadores nos órgãos deliberativos e diretivos dos fundos. Em suma, com forte e ativa atuação política e institucional de dirigentes do alto escalão cutista, os sindicatos passavam decisivamente a fazer parte da cogestão da propriedade do capital (NETO; SANTOS, 2016).

²⁴² Apesar de concordarmos e incorporarmos em nossa elaboração o núcleo fundamental e as principais considerações da tese exposta por Lessa – envolvendo a relação entre a vigência da mais-valia relativa com a formação da aristocracia operária –, acreditamos ser necessário diferenciar o processo de elevação da produtividade entre os setores produtores de mercadorias que compõem os bens salário e os bens suntuários, tal qual está muito bem desenvolvido em Marini (2016) com base na discussão elaborada por Marx sobre os setores da produção social no Livro 2 de *O Capital* (2005). Desta forma, ao contrário de Lessa que afirma a existência da aristocracia operária no Brasil já nos anos 1970, acreditamos que só é possível afirmar esta existência nos anos 1990, já que apenas ali os ganhos de produtividade atingem o setor produtor de bens salário e, ao mesmo tempo, ocorre a ampla liberalização das importações que permite a introdução de bens salário baratos dos países avançados. Assim, em nossa leitura, será em meados dos anos 1990 o período em que de fato se torna possível falar em mais-valia relativa no Brasil.

²⁴³ Darcy Ribeiro (2006, p.191-193), ao elaborar sua tipologia das classes sociais no Brasil no ano de 1995, também foi outro que tratou da aristocracia operária, ainda que muito brevemente e superficialmente. Por meio de uma tipologia sobre as classes sociais no Brasil, baseada em uma perspectiva materialista – ainda que não marxista –, Darcy inseriu o “bolsão da aristocracia operária” como parte das classes subalternas, sendo caracterizada por trabalhadores especializados de empregos estáveis. Essas classes subalternas – que também contava com a participação dos pequenos proprietários para além da aristocracia operária – seriam definidas pela integração regular na vida social, no sistema produtivo e no corpo de consumidores, sendo geralmente sindicalizadas e se comportando como o setor mais combativo dentro da estrutura de classes que comporia o povo brasileiro. De outro lado, sua combatividade teria um caráter voltado para a manutenção daquilo que já tinham e não para a transformação da sociedade. Assim, em meio ao processo de retração dos preços, Darcy seria o primeiro autor a compreender de forma límpida o papel que a aristocracia operária viria a cumprir naquele momento. Entretanto, como não poderia deixar de ser em uma tipologia de caráter weberiano – mesmo que competente –, ao desconsiderar do início ao fim de seu trabalho as determinações e o movimento da acumulação capitalista, o autor não compreende a dialética entre vanguarda operária e aristocracia operária. Ao afirmar um caráter essencialmente combativo e defensivista a este setor de operários, tratou de retirá-lo de uma função central no processo revolucionário, atribuindo a um outro estrato das classes sociais, localizado abaixo das classes subalternas, o papel de classe “renovadora da nação”. Assim, caberia às classes oprimidas, chamadas de marginais, a função de levar a frente a “causa de todos os outros explorados e oprimidos”. Por estarem excluídos da vida social, a sua luta pela inclusão no sistema de produção e consumo seria a base da revolução, algo que consideramos um equívoco teórico e que a própria realidade atual trata de desmistificar. Justamente os governos petistas, combatidos por Darcy Ribeiro, foram responsáveis pela incorporação dos ditos marginais ao sistema, seja através da construção dos microempreendedorismo social ou da ampliação do crédito popular para consumo, algo que em nenhuma medida representou uma “renovação da nação”. Ao que tudo indica, a formulação do autor não difere radicalmente da estratégia democrática e popular que caracterizou a hegemonia reformista no interior do PT, tendo como central a ideia de que o capitalismo dependente seria incapaz de incorporar as demandas das camadas mais empobrecidas, o que levaria um programa de reformas, quase que por inércia, às transformações revolucionárias. De nossa parte, utilizando as categorias de Marx (2006), caracterizamos este setor como parte da superpopulação excedente, sendo

aristocracia operária brasileira deixou de existir como embrião, desenvolveu-se e, assim, apresentou-se em sua integralidade.

Consolidou-se, entretanto, em momento histórico tardio, não gozando mais da fase de pleno vigor da aristocracia operária do século XX, anterior às modificações vividas nos países imperialistas na década de 1980. Surge definitivamente, portanto, em uma fase histórica de degradação das condições de existência da aristocracia operária pensada em escala mundial, momento no qual mesmo nos países imperialistas houve grande queda da taxa de sindicalização dos trabalhadores²⁴⁴ e a liquidação do chamado Estado de Bem-Estar Social – este último que, tal qual colocado acertadamente por Lessa (2014), nem ao menos foi vivido pela aristocracia operária brasileira. De outra parte, sendo apenas uma parcela do proletariado brasileiro, concentrou-se basicamente nas regiões Sudeste e Sul, justamente nas localidades de maior vigor do processo de industrialização por substituição de importações vivido desde o início do século XX e, portanto, de maior concentração e tradição operária no momento de sua consolidação na década de 1990. Por fim, uma aristocracia operária raquítica e empobrecida quando comparada aos seus irmãos dos países imperialistas, isso tendo em vista a magnitude imensamente inferior da apropriação de superlucros no mercado mundial realizada pela economia dependente brasileira.

que sempre, desde a origem da transição da colônia para a dependência, esteve integrado ao sistema ao cumprir a função de elemento garantidor da superexploração da força de trabalho, sendo obviamente fundamental em um processo revolucionário, desde que dirigido pela vanguarda operária organizada em partido político.

²⁴⁴ Curiosamente, apesar da taxa de sindicalização no Brasil ter caído entre 1992 e 1999 de 16,7% para 16,1%, o movimento foi bastante inexpressivo quando comparado às quedas verificadas nos países de desenvolvimento industrial – com exceção do Reino Unido, país que também apresentou queda pouco significativa da taxa de sindicalização. Já a partir do início dos anos 2000, a taxa de sindicalização voltou a crescer, atingindo o patamar dos 18% em 2004 (PICHLER, 2011) e aí permanecendo até cair novamente e de maneira expressiva apenas após a crise inaugurada no país em 2012 e o seu subproduto consolidado na Reforma Sindical de 2017. Acreditamos que quatro movimentos são importantes para entender essa resiliência da sindicalização no Brasil na década de 1990 e na primeira década do século XXI. Em primeiro lugar, o fato de que as greves permaneceram presentes até praticamente o último terço da década de 1990, fato que manteve as direções sindicais próximas dos trabalhadores sindicalizados por um período considerável, mesmo com a hegemonia da tendência reformista e após os impactos da reestruturação produtiva. Em segundo lugar, a elevação da taxa de sindicalização tanto da força de trabalho feminina quanto dos trabalhadores rurais, fatos que compensaram a queda da sindicalização dos operários homens ocupados nas atividades urbanas – justamente o foco central de redução do núcleo operário. Um terceiro ponto foi a própria retomada da dinâmica da acumulação de capital, principalmente a partir de 2005, que se reverteu em ampliação da demanda por força de trabalho e em melhorias, mesmo que tímidas, na remuneração dos trabalhadores formalizados e representados por sindicatos. Por fim, algo que consideramos mais relevante do que os fatos anteriores, foi a manutenção do Imposto Sindical como pilar de sustentação financeira do sindicalismo oficial, fator que, favorecido pela expansão do número de empregos no Brasil no início do século XXI, permitiu que os sindicatos expandissem sua capacidade financeira e, por meio dela, a rede de assistência e prestação de serviços aos trabalhadores sindicalizados, reforçando o caráter de um sindicalismo compensatório ao desmonte dos serviços públicos, tal qual já havia ocorrido durante a ditadura militar – reforça essa tese o desmoronamento dos índices de sindicalização após o fim do Imposto Sindical em 2017, que aproximaram a taxa para patamares próximos de 11% nos dias de hoje (IBGE, 2019).

Em síntese, a introdução da mais-valia relativa nos anos 1990 se integrou como o amálgama decisivo para o amadurecimento das condições objetivas e subjetivas que já estavam presentes desde o final da década de 1970 e que apontavam para a transformação da vanguarda operária em aristocracia operária. Por consequência, teve fim o terceiro ciclo de greves de massas na sociedade brasileira, sem, no entanto, a necessidade de recorrer à *apoteose da espada* – o enfileiramento de cadáveres, tal como vimos na seção anterior. Pelo lado da objetividade das leis do desenvolvimento capitalista, operou o processo de substituição de trabalhadores por máquinas (reestruturação produtiva); a elevação do desemprego estrutural e a concorrência gerada entre os próprios trabalhadores; e a violência repressiva do Estado de Contra-Insurgência, agora sob sua faceta de legalidade jurídica e democrática. Já da parte da subjetividade da disputa política, consolidou-se e reproduziu-se em escala ampliada a degeneração ideológica, política e sindical que desde muito cedo se apresentou no interior do PT e da CUT.

Esta degeneração, por sua vez, teve finalmente espaço profícuo para prosperar, isso diante da redução dos preços dos bens salário e do surgimento da mais-valia relativa. Com isso, ao mesmo tempo que se encurtou o fôlego do movimento grevista, ampliou-se o espaço objetivo para a aristocratização da classe. Assim, ganhou ainda mais força tanto a estratégia democrática e popular em seu reforço unilateral à luta parlamentar e eleitoral quanto o sindicalismo negociador, com crescente participação minoritária na propriedade do capital. Enfim, criou-se definitivamente mais um setor social a defender o capitalismo dependente brasileiro: a aristocracia operária.

Diante disso, a última grande greve do ciclo de greves de massas já era travada em quadro de derrota eminente. Os petroleiros, setor importante da vanguarda operária, levaram a frente uma grande e importante greve de 30 dias em 1995, que combatia todos os efeitos deste novo cenário da economia, em especial as privatizações e os impactos da reestruturação produtiva sobre os trabalhadores. Juntamente a eles, também paralisaram suas atividades os trabalhadores previdenciários, aeroportuários, telefônicos, eletricitários, servidores das universidades federais, ferroviários e metroviários. Mesmo com alguns recuos e fraquezas, mais de 350 mil trabalhadores entraram em greve, fato significativo se consideramos que a inflação já estava em forte movimento de recuo. Como resposta, o governo de Fernando Henrique Cardoso negou qualquer tipo de negociação aos grevistas e o Tribunal Superior do Trabalho (TST) – beneficiado pela nova lei de greves aprovada em 1989 – rapidamente declarou a greve como sendo abusiva, decretando em atitude inédita uma multa de R\$ 100 mil diários para cada

sindicato que mantivesse as paralizações. Diante disso, diversos sindicatos recuaram, restando praticamente que isolados os petroleiros. Por fim, as tropas das Forças Armadas foram utilizadas para reprimir os grevistas e ocupar militarmente as refinarias de Paulínia, São José dos Campos e Mauá, em São Paulo, e Araucária, no Paraná, saindo derrotada a última das grandes greves de massas deste ciclo (BIANCHI, 1996).

Com a derrota, o ano seguinte (1996) representou a última jornada de lutas do movimento operário brasileiro em seu terceiro ciclo de greves de massas. A partir dali o legado deixado foi de uma década de baixa atividade grevista (Tabela 6), fato que favoreceu o fortalecimento da aristocracia operária e a hegemonia da ideologia da conciliação entre as classes sociais.

Tabela 6 – Greves no Brasil entre 1997 e 2007

Ano	Empresas Estatais	Funcionalismo Público	Esfera Privada	Total
1997	43	120	466	631
1998	47	131	352	531
1999	50	136	317	506
2000	49	206	269	525
2001	37	141	238	416
2002	25	125	147	298
2003	20	156	160	340
2004	27	158	114	302
2005	25	137	135	299
2006	20	145	151	320
2007	21	140	149	316

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) - Dieese

Ao restante dos setores proletários e assalariados, deslocados da relação direta com o capital monopolista ou em posições secundárias no seu interior, continuou a comandar a dinâmica do permanente arrocho das condições salariais e de vida. Uma mínima melhora de sua situação só seria sentida quase que uma década depois – a partir de 2005 –, ainda que de forma efêmera e fugaz em meio a nova expansão do subimperialismo brasileiro. Esta expansão, por sua vez, puxada pela elevação cíclica dos preços das matérias-primas exportadas pelo país, tratou de levar ao auge a participação da aristocracia operária no núcleo da dominação burguesa, isso sempre em sua fusão com o capital financeiro local e estrangeiro.

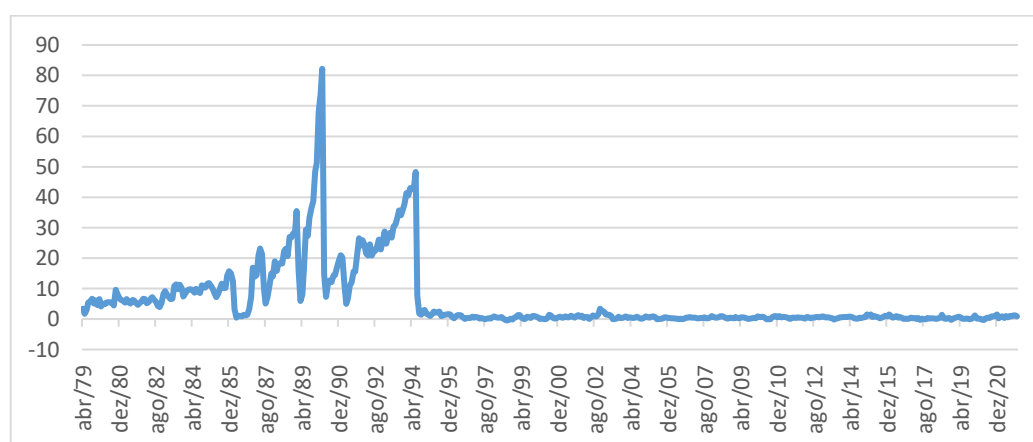
Antes disso, no entanto, o “sucesso” do Plano Real vivido entre 1994 e 1999 precisou apresentar suas contradições. Como contrapartida ao combate dos preços, ampliou-se

sobremaneira o desequilíbrio externo da economia brasileira, fato por demais óbvio para um programa baseado na forte importação de capital financeiro e mercadorias e que colheu como fruto a ampliação da transferência de mais-valia para os países imperialistas. Ao final da década de 1990 o modelo entrou em crise, colocando na lona a até então alta popularidade de Fernando Henrique Cardoso. Abatido o “príncipe da moeda” e abalada a dominação burguesa em meio a nova crise capitalista internacional, foi decisivo à burguesia poder contar com seu novo aliado estratégico: a aristocracia operária. Assim, alvoreceu o dia em que um braço do próprio proletariado passou a ocupar o centro do jogo político nacional a serviço do capital, vivendo o auge do seu prestígio na expansão subimperialista brasileira.

5.5 ESPECIALIZAÇÃO EXPORTADORA E SUBIMPERIALISMO: AUGES DA ARISTOCRACIA OPERÁRIA

O resultado inequívoco do Plano Real foi o combate à inflação, especialmente aquela que atingia diretamente os trabalhadores brasileiros. A soma de ampla abertura comercial via redução das tarifas de importação, sobrevalorização cambial e reestruturação produtiva nos setores produtores dos bens salário reduziu a inflação brasileira para um patamar relativamente reduzido até os dias de hoje. Dali em diante, mesmo nos anos de alta inflacionária²⁴⁵, os preços nunca mais chegaram próximos às elevações registradas tanto no período da hiperinflação quanto nas décadas anteriores.

Gráfico 2 – Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – variação mensal (%)



Fonte: IBGE; Elaboração própria

²⁴⁵ Após o final da década de 1990, segundo dados do IBGE, apenas os anos de 2002 (14,74%), 2003 (12,75%), 2015 (11,27%) e 2021 (10,96% até o momento de conclusão deste texto) foram de inflação superior aos dois dígitos. No restante dos anos, por sua vez, a inflação permaneceu sempre em patamar relativamente reduzido.

Entretanto, tais medidas de choque levadas à frente pelo Plano Real, ao reforçarem decisivamente a dependência, tiveram como contrapartida um crescimento vertiginoso da transferência de mais-valia internamente produzida, o que cobrou seu preço desde o início do plano. Os elevados déficits na balança comercial provocados pela enxurrada de importações e pela retração dos ganhos das exportações, a ampla dependência do capital especulativo de curto prazo para manter as reservas cambiais, a necessidade de sustentar os juros internos elevados para atrair esses capitais e o crescente rombo na balança de serviços promovido pela expansão do pagamento de juros externos, remessas de lucros e viagens internacionais já em 1995 apareciam de forma bastante marcante (BATISTA JR., 1996).

Tais problemas, todos orgânicos ao novo formato da economia dependente e tratados pela literatura econômica como “desequilíbrios externos”, foram piorados pela crise mexicana deflagrada no final de 1994. Como resposta ao agravamento da instabilidade internacional e diante da fuga de capitais por ela provocada, o Brasil queimaria parte significativa de suas reservas cambiais e elevaria em nível ainda maior a taxa de juros interna²⁴⁶, ampliando, por sua vez, o montante da sua dívida pública emitida como forma de autofinanciamento (Ibid.). Em suma, o desequilíbrio externo, custo necessário de um país dependente para realizar a transição para uma economia baseada na extração de mais-valia relativa, foi “compensado” pelo mecanismo do crescente endividamento público do Estado brasileiro, que viu sua dívida mobiliária crescer vertiginosamente desde então²⁴⁷. O resultado foi a enorme deterioração das contas públicas – reforçando reformas no sentido de reduzir e precarizar as áreas sociais do serviço público – e a necessidade de elevação da carga tributária – especialmente sobre as camadas assalariadas médias –, tudo isso em benefício dos detentores privados da dívida

²⁴⁶ Em termos nominais, somente Rússia e Turquia – ambos países similares ao Brasil do ponto de vista de um desenvolvimento capitalista intermediário – apresentavam taxas de juros superiores às brasileiras. Já quando considerada a taxa de juros real, aquela descontada da inflação, o Brasil detinha as maiores taxas do mundo: 35% ao ano. Com isso, a taxa real brasileira era 15 vezes superior à média dos juros nos sete principais países desenvolvidos (BATISTA, JR., 1996).

²⁴⁷ A dívida pública interna como proporção do PIB brasileiro cresceu vertiginosamente de 16,2% ao final de 1994 para 21,7% em junho de 1996 (Ibid.). Para além do lançamento de dívida nova com juros elevados para atrair capitais estrangeiros, tal salto foi propiciado pela compra da dívida dos estados pela União, isso em meio à crise financeira que os entes federativos viviam (Ibid.) e também pelo Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), entregando R\$ 43,4 bilhões aos bancos privados (SOUZA, 2007). Portanto, de maneira alguma a expansão do endividamento público foi orientado para o financiamento de políticas sociais, mas apenas como forma de compensar os desequilíbrios externos gerados pela ampliação da dependência, essa que garantia a “modernização” da economia nacional. Da década de 1990 em diante, a dívida mobiliária federal permaneceu em crescimento, alcançando o patamar altamente significativo para uma economia dependente de 76,23% do PIB em 2020 (ANUÁRIO, 2021).

pública: justamente o capital financeiro – local e imperialista – e seu sócio menor, a aristocracia operária e seus fundos de pensão (SOUZA, 2007).

Logo, tais desequilíbrios demonstravam ser permanentes, ampliando consideravelmente a vulnerabilidade do Brasil a crises externas. Por isso mesmo passaram a ocorrer correções superficiais no Plano Real já desde 1995, tal qual a elevação da tarifa de importação para cerca de 100 produtos – sobretudo veículos e bens de consumo durável, protegendo o capital monopolista exportador instalado no país – e a realização de minidesvalorizações cambiais. Para além disso, já em 1998 o governo FHC recorreu a um empréstimo ao FMI no montante de US\$ 41 bilhões, mais uma vez se submetendo às condicionalidades elaboradas desde o Consenso de Washington. Mesmo assim, a situação não poderia ser “superada” enquanto vigorassem os pilares do Plano, especialmente a sobrevalorização cambial. Algo que só foi modificado ao final da década, dando completude àquilo que Gustavo Franco – Presidente do Banco Central entre 1997 e 1999 – afirmava ser o fim das dores do parto e o nascimento do novo “modelo de desenvolvimento” brasileiro, não mais baseado na substituição de importações, mas sim na profunda sujeição ao resultado das exportações (Ibid.).

A questão central é que se tornava cada vez mais difícil para uma economia dependente manter uma paridade artificial com o Dólar. As sucessivas crises vividas pelos países de desenvolvimento industrial intermediário (iniciando com o México em 1994, passando pelos Tigres Asiáticos e pela Rússia em 1998 e terminando com a Argentina em 2001), tratavam de encarecer sobremaneira o custo de evitar a fuga em massa dos capitais especulativos que cobriam o desequilíbrio externo da economia brasileira. Mesmo com os pacotes do FMI, com a reincidência dos ajustes fiscais e monetários recessivos e com a continuidade das privatizações, prosseguia a evasão de divisas típica da economia dependente, consumindo em sucessivos ataques especulativos as reservas internacionais (SOUZA, 2007; BELLUZZO; ALMEIDA, 2002).

Assim, vencida a reeleição de 1998, não sobrou outro caminho a FHC do que uma efetiva desvalorização do Real através da adoção do modelo de câmbio flutuante. Era o fim da política da “moeda forte” e do próprio Plano Real, que dois mandatos presidenciais haviam rendido ao então presidente. Em sua substituição, buscando preservar a essência do modelo anterior, já em 1999 foi adotado o Sistema de Metas de Inflação, consistindo na utilização das elevadas taxas de juros internas, sob desculpa de conter os preços, para garantir a atração do capital estrangeiro. De outro lado, para além do câmbio flutuante e das metas de inflação, o terceiro pilar do novo formato da política econômica foi a necessidade de conquista de

superávits fiscais permanentes, exigência para o pagamento do crescente serviço da dívida pública. Os chamados superávits primários – economia de recursos antes do pagamento do serviço da dívida pública –, por sua vez, dependiam fundamentalmente da manutenção do arrocho fiscal, da elevação da carga tributária e do reforço das exportações, estas que seriam beneficiadas sobremaneira pelo fim da sobrevalorização cambial (SOUZA, 2007; BELLUZZO; ALMEIDA, 2002).

Tal novo frágil equilíbrio que emergiu do fim da paridade da moeda brasileira com o Dólar, entretanto, não durou muito tempo. Apesar do primeiro superávit comercial do governo FHC em 2001 (US\$ 2,65 bilhões), o ano seria de significativo abalo na economia internacional. Novamente o mundo capitalista entrava em uma crise, gerando retração da dinâmica da acumulação de capital nos países imperialistas e, conseqüentemente, redução do fluxo de capital financeiro para a periferia. Para completar o quadro, o maior protecionismo das economias centrais e a eclosão da crise da Argentina, um dos principais destinos das exportações brasileiras, levariam o Brasil a mais um colapso das contas externas, buscando novamente, de joelhos, a firmação de novos dois acordos com o FMI – o primeiro ainda em 2001 e o segundo na metade de 2002, justamente na véspera da eleição presidencial.

Assim, neste quadro de profunda instabilidade internacional, a desvalorização ainda mais forte do Real não foi suficiente para evitar a estagnação da economia brasileira, fato que foi acompanhado da elevação da inflação para o patamar superior aos dois dígitos em 2002. Tal conjunção de fatores, somados às persistentes taxas de juros elevadas – que inclusive cresceram após março de 2001 –, levaram a uma significativa retração das condições de vida do proletariado brasileiro entre 1998 e 2002. O país registrou uma queda de 15% no rendimento do trabalho neste período, para além de uma retração do volume de crédito concedido de 37% do PIB em 1995 para 24% em 2002 (SOUZA, 2007)

No entanto, mesmo diante dessa situação precária, as greves não se fizeram sentir de forma significativa neste período. Em sentido oposto, no ano de 2002, pico da inflação, o número de greves foi o menor de toda a série histórica de baixa atividade grevista, que se estendeu de 1997 até 2007. Não poderia deixar de ser diferente, já que toda a energia do movimento operário brasileiro, agora já plenamente subordinado ao reformismo com seus sindicatos neocorporativistas – ou seja, ao movimento operário em sua faceta aristocrática –, estava concentrada para as eleições daquele ano. Assim, perante do ocaso final dos governos de FHC, Luiz Inácio Lula da Silva e o PT venceriam as eleições, recebendo 61,3% dos votos válidos no segundo turno e derrotando José Serra, candidato à sucessão de Fernando Henrique.

O novo presidente, no entanto, não venceria sozinho, sendo acompanhado de uma aliança direta com o capital monopolista local, representada por seu vice, José Alencar, e também com o forte apoio de setores do PMDB, partido completamente fisiológico que à época melhor expressava os interesses das distintas frações do capital financeiro no interior da democracia parlamentar burguesa. De outro lado, lançou ainda nas eleições a famosa “Carta ao Povo Brasileiro”, na qual não falava ao povo, mas sim ao capital financeiro imperialista, comprometendo-se a honrar com as condicionalidades exigidas pelos empréstimos com o FMI, assumidos ao final do governo do FHC (ANTUNES, 2011). Por fim, já na virada do primeiro para o segundo turno, Luiz Inácio criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que seria efetivado como órgão permanente de consulta e elaboração de política de governo já no início de 2003 (SOUZA, 2007). Composto por sindicalistas, empresários representantes do capital monopolista, burocratas do Estado e membros de outras entidades do chamado “terceiro setor”, o chamado “Conselhão” levou a concepção negociadora de conciliação entre as classes da aristocracia operária brasileira, solidificada desde 1992 no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, ao centro da política nacional. Sua premissa, expressa em seus documentos, era a de utilizar o “diálogo social” como instrumento para promoção da retomada do crescimento econômico, tendo em vista a construção de um “pacto social para a concertação nacional” (HILLESHEIM, 2016, p. 120).

Entretanto, longe de estar baseado em qualquer ilusão cândida em torno das benesses imanentes da conciliação e do diálogo, o famoso “pacto social para a concertação nacional” só pôde vigorar por conta de uma conjuntura econômica internacional específica que finalmente consolidou e fez prosperar o *padrão exportador de especialização produtiva* da economia brasileira. Tal como definido por Jaime Osorio (2012b), este é o padrão de reprodução do capital²⁴⁸ que se instituiu nos países latino-americanos que viveram processos de industrialização significativos em sua história, mas que acabaram por ser subsumidos à dinâmica da

²⁴⁸ Jaime Osorio (2012a), com base na obra de Marini, apresenta uma importante contribuição teórica no sentido de caracterizar um *padrão de reprodução do capital*, que “[...] surge para dar conta das *formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados*, [...] considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), *integrando o processo de valorização* (incremento do valor e do dinheiro investido) *e sua encarnação em valores de uso específicos* (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as *contradições* que esses processos geram”. Com base nesta proposta teórica do autor, passa a ser possível “*historicizar a reprodução do capital*”, compreendendo “[...] as condições que tornam possível o ascenso e o auge de um padrão, assim como seu declínio e crise, ao mesmo tempo que se consideram os momentos de transição, nos quais um antigo padrão não termina de desaparecer ou constituir-se em padrão subordinado e outro novo não termina de amadurecer ou converter-se em padrão dominante” (OSORIO, 2012a, p. 41, grifo do autor).

mundialização do capital sob comando dos países imperialistas a partir dos anos 1980 – como exemplo destes países, o autor utiliza Brasil, México, Argentina, Colômbia e Chile. Essencialmente, “[...] o que temos na América Latina são novas formas de organização reprodutiva que reeditam, sob novas condições, os velhos signos da dependência e do subdesenvolvimento” (OSORIO, 2012b, p. 104), sendo que nessa nova fase “[...] é a própria dependência que se reproduz, como modalidade particular do capitalismo e de inserção na acumulação mundial” (Ibid., p. 105).

Mais concretamente, este novo padrão exportador de especialização produtiva é pautado pela eliminação do encadeamento interno da reprodução do capital que era produto do processo de industrialização anterior, substituindo-o pela destruição de parte das indústrias locais e, principalmente, pelo seu reposicionamento subordinado ao novo projeto exportador. Este projeto, por sua vez, constitui um segmento dentro das grandes cadeias produtivas globais sob direção das empresas transnacionais – os velhos trustes imperialistas agora sob nova roupagem. Assim, o grande capital, seja local ou estrangeiro, em aliança com a atuação do Estado em algumas áreas estratégicas – especialmente a infraestrutura logística –, permanecem como articuladores do processo. Entretanto, sua energia passa a estar voltada para a especialização produtiva destes países em restritos eixos competitivos internacionalmente – tais como soja, petróleo e derivados, extração e beneficiamento de minerais, montagem de automóveis com diversos graus de complexidade, *maquila* eletrônica, etc. (Ibid.).

Se os insumos e a tecnologia necessários para o desenvolvimento desses setores voltados majoritariamente à exportação passam a ser, via de regra, importados, isso não significa, no entanto, uma regressão para formas anteriores de produção, como se o Brasil estivesse deixando de ser um país industrial. De forma contrária, a especialização exportadora se dá sobre as bases de um país em que absolutamente todos os setores de sua economia, especialmente após a década de 1990, passaram a ser industriais, sendo regidos, nos termos de Marx, pelos critérios sociais de produção dos sistemas fabris – incluindo aqui grande parte do que a contabilidade social burguesa classifica como agricultura e serviços. Entretanto, estes setores são reorganizados em função do direcionamento exportador da economia, que busca na importação de insumos industriais estrangeiros baratos um fator de ampliação da competitividade internacional, com consequente perda de soberania nacional (Ibid.).

De outra parte, tendo em vista que a transição do padrão de substituição de exportações para o de especialização exportadora ocorre em conjunto com o processo de barateamento dos preços das mercadorias produzidas para consumo da classe trabalhadora, o sentido exportador

da economia também não é oposto à ampliação do mercado interno baseado no consumo da população e, com ele, na expansão dos próprios setores industriais que produzem internamente tais mercadorias – algo que de fato ocorre com bastante força a partir de 2005 até 2014 no Brasil (MORCEIRO, 2018). Nesse quadro, considerando as frações do capital, o real perdedor é o setor industrial que produz bens intermediários, sobretudo insumos industriais mais elaborados – tais como autopeças e componentes eletrônicos – e o setor produtor de máquinas e equipamentos. Diante da perda de encadeamento interno das cadeias produtivas, que são integradas às cadeias globais, este ramo da indústria, ano após ano e em todas as conjunturas posteriores à década de 1980, foi perdendo relevância no interior destes países, incluindo o Brasil²⁴⁹ (SARTI; HIRATUKA, 2017).

Assim, neste novo quadro consolidado no início do século XXI, todas as condicionalidades dos sucessivos pacotes de empréstimos do FMI ganham seu real sentido: conduzir os países periféricos por meio de uma enorme racionalidade técnica para o reposicionamento subordinado no interior do novo formato do ciclo do capital global. Mais uma vez, reforça-se seu caráter dependente: importador de capitais e exportador de matérias-primas, alimentos e, agora, alguns outros produtos manufaturados para os quais se especializaram de forma subordinada ao imperialismo no século XX. Para a completude deste processo, no entanto, restava apenas uma nova conjuntura expansiva da acumulação de capital, que superasse a crise vivida pelo mundo capitalista ao final do século XX.

Tal fato ocorreu justamente a partir de 2003, como resultado da entrada decisiva da Índia e, principalmente, da China como novos chãos de fábrica da economia mundial. Ambos os países, concentrando uma população que somada chega a quase 3 bilhões de habitantes, disponibilizaram uma nova massa de proletários de baixíssima remuneração e parca organização sindical ao processo de acumulação de capital em escala global. Através de um largo processo de expropriação dos meios de produção, uma massa de pessoas, antes majoritariamente subsumidas ao mundo rural, foram proletarizadas, colocadas assim à disposição das transnacionais imperialistas em seu processo de terceirização, precarização e descentralização do trabalho²⁵⁰ (MATTOS, 2019).

²⁴⁹ Importante ressaltar que o Brasil, dentre os países latino-americanos que transitaram para o padrão de reprodução do capital de especialização exportadora, foi aquele que mais preservou elementos do padrão anterior, incluindo um significativo mercado interno e também um setor industrial de elevada complexidade (OSORIO, 2012b).

²⁵⁰ Segundo Mattos (2019) a Índia, com população atual próxima dos 1,4 bilhões de habitantes, tinha 59,9% dos postos de trabalho no mundo rural em 2000, sendo que apenas 16% eram da indústria e 24,1% no setor de serviços. Em 2016, menos de duas décadas depois, a população agrícola se reduziu para 45,1% do total de ocupações,

Diante deste processo, foram retomadas as taxas de acumulação de capital em nível mundial, tendo principalmente o chão de fábrica chinês como o motor que tracionou a economia internacional com base em um crescimento econômico de cerca de 16% ao ano – as famosas “taxas chinesas” que disponibilizaram uma enorme nova massa de mais-valia para o processo de acumulação de capital global (Ibid.). Diante disso, o padrão exportador de especialização produtiva brasileiro, puxado por essas taxas de crescimento da acumulação do capital em escala global, passou a se defrontar com um êxito sem precedentes. Tanto em relação ao volume de mercadorias exportadas quanto ao preço dessas mercadorias, o Brasil foi enormemente beneficiado (OSORIO, 2012b). Também em relação aos produtos importados, a contenção global dos preços industriais favoreceu a continuidade da invasão de manufaturas intermediárias estrangeiras (SARTI; HIRATUKA, 2017). Com isso, diante de forte incremento do volume do comércio exterior, o Brasil passou a registrar sucessivos e significativos saldos positivos na balança comercial, uma grande novidade quando comparada com a década anterior²⁵¹.

Tal conjuntura permitiu que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva mantivesse inalterada a essência da política econômica anterior, sem, no entanto, colher os mesmos resultados recessivos – algo que apareceu na plenitude principalmente a partir de 2005. Manteve-se assim o total alinhamento ao imperialismo representado pela submissão aos ditames do Consenso de Washington, caracterizado pela política econômica do tripé entre

enquanto que a industrial subiu para 24,3% e a de serviços para 30,6%. Já na China, com população atualmente um pouco superior a indiana, a transformação foi ainda mais impressionante. Na mesma periodização, o trabalho agrícola foi reduzido de 50,3% para 27,8%, sendo que na indústria cresceram de 18,8% para 23,9% e nos serviços de 30,9% para 48,3%. Com isso, o país disponibiliza hoje um exército proletário de 764,2 milhões de pessoas ao capital – 359 milhões nas grandes cidades e 405 milhões nas cidades do interior do país, tratadas equivocadamente como “área rural”. Ou seja, quase *um quarto dos trabalhadores mundiais hoje são chineses*. Destes, 252 milhões são trabalhadores migrantes, que, na esteira do relaxamento do sistema *hukou* – que estabelecia um controle rígido à migração até a década de 1990 – saíram da sua região natal e engrossaram as fileiras das cidades chinesas, passando a ser submetidos a um processo de exploração pautado em longas jornadas de trabalho e baixos salários, na maior parte das vezes em sistemas de fábricas-dormitórios. Vale ressaltar, entretanto, que os níveis salariais chineses triplicaram entre 2005 e 2016, sendo hoje superiores aos dos trabalhadores latino-americanos (MATTOS, 2019). Tal situação, provocada pelo avanço do processo de organização e luta dos operários chineses, incluindo aí as greves, abre um importante debate sobre o papel da China nos dias de hoje, fato que foge ao escopo desta dissertação, mas que, sem sombra de dúvidas, é questão chave para entender a situação do modo de produção capitalista contemporâneo.

²⁵¹ Segundo dados do Banco Central do Brasil, o índice de preço dos produtos exportados pelo país aumentou em 2,5 vezes entre 2002 e 2012, enquanto que o índice do quantum exportado, na mesma série temporal, aumentou 1,6 vezes. Já as mercadorias importadas tiveram crescimento do índice de preços em 1,9 vezes e do volume em 2,4 vezes no mesmo período histórico. Com isso, o saldo comercial brasileiro, que já havia sido positivo em 2001 e 2002 (US\$ 1,5 bilhão e US\$ 12 bilhões, respectivamente), passou a verificar saldos ainda mais consideráveis na sequência, acumulando um resultado positivo de US\$ 295,5 bilhões entre 2003 e 2012, com anos de resultados altamente positivos, como 2005 (US\$ 43,4 bilhões) e 2006 (US\$ 45,1 bilhões).

Sistema de Metas de Inflação – com seus juros elevados –, superávit primário e câmbio flutuante. Tanto foi assim que nos primeiros anos de governo, quando ainda não se tinha a consolidação do ciclo de expansão das exportações, foi realizada uma nova quebra dos direitos previdenciários – maior em dimensão e significado do que as reformas anteriores e avançando em vários elementos desfavoráveis aos trabalhadores que o governo FHC não tinha apresentado força para concretizar. Também houve continuidade das chamadas “reformas microeconômicas”, que faziam parte do acordo com o FMI e estavam orientadas pela retirada de amarras jurídicas para permitir o aumento da exploração da força de trabalho (SOUZA, 2007).

De qualquer maneira, mesmo sem alterar o essencial da inserção dependente do Brasil no sistema imperialista, o ciclo expansivo da economia mundial – tendo como característica uma significativa melhora nos preços de exportação quando comparados aos de importação –, ao levar ao amplo desenvolvimento do padrão de especialização exportadora, carregou consigo a aristocracia operária brasileira ao seu auge. Isso se deu pelo fato de que, para além dos condicionantes anteriores de que tratamos, outro pilar decisivo em relação a amplitude da aristocracia operária atingiu uma de suas melhores fases históricas na economia brasileira: os superlucros conquistados no mercado mundial. Perante uma conjuntura internacional amplamente favorável, diminuíram consideravelmente as perdas de mais-valia promovidas pela dependência, sendo que parte do excedente internamente produzido ficou retido na economia nacional.

Dois foram os processos que deram sustentação a esse cenário. Primeiramente, os impactos concretos da relação dos preços de exportação e importação na dinâmica setorial da economia brasileira. Estudo empírico realizado por Breda (2020) demonstra que a dinâmica da transferência de mais-valia pela equalização das taxas de lucro, ou seja, via preços, deixou de ser profundamente desfavorável ao Brasil tal qual nas décadas de 1980 e 1990. Isso pelo fato de que, nos dois carros-chefes da exportação: o setor de produção animal e vegetal, caça e serviços relacionados e o setor de mineração, a situação passou a ser significativamente favorável ao país a partir de 2003 até 2012. No caso do primeiro, de baixa composição orgânica do capital, continuou-se a perder mais-valia internacionalmente, porém de forma menos expressiva²⁵². Já no segundo, de elevada composição orgânica, o resultado deixou de ser

²⁵² No setor alimentício, mesmo sob o comando do capital monopolista e mediante o desenvolvimento das forças produtivas que elevou sua composição orgânica do capital nos anos 1980 e 1990, esta última continua sendo bastante inferior ao dos demais setores produtivos. Por conta disso, segundo o estudo de Breda, em torno de 90%

ligeiramente negativo e alcançou resultado amplamente favorável, sendo positivo desde 2004 e atingindo o ponto auge de apropriação anual de mais-valia próxima de US\$ 30 bilhões ao ano em 2011.

Considerando que para além do setor mineral e alimentar o ramo exportador de grãos – capitaneado pela soja – cresceu vertiginosamente, também favoreceu o Brasil a relação de tal dinâmica econômica com a renda da terra, tal como tratada por Marx no Livro 3 de *O Capital* (2008). Diante do aumento da demanda internacional pelos produtos agrominerais, foi possível ao Brasil se apropriar de superlucros por meio da propriedade da terra que se transforma em renda, principalmente quando consideramos a vantajosa posição geográfica do país e os enormes ganhos de produtividade que ocorreram nas últimas décadas nestes setores²⁵³ (ARUTO, 2019).

Mesmo em outros setores exportadores com menor participação relativa no volume exportado total – madeira, papel e celulose, metais de base e produtos metálicos e automóveis e outros materiais de transporte – o resultado da transferência de mais-valia internacional também se inverteu favoravelmente ao Brasil. Fato este que, de maneira oposta, não foi registrado nos setores de maior densidade tecnológica – coque e produtos refinados de petróleo, produtos químicos e farmacêuticos e máquinas e equipamentos –, em que a perda de mais-valia foi ainda mais aguda (BREDA, 2020), evidenciando a deterioração da posição do Brasil na divisão internacional do trabalho. Completando o quadro dos principais setores envolvidos na dinâmica dos superlucros no mercado mundial, no ramo têxtil, um setor de forte participação das importações, a queda dos preços internacionais dos produtos manufaturados também tratou de favorecer o Brasil (Ibid.).

Em segundo lugar, para além da dinâmica das transferências via preço somada ao efeito da renda da terra, as oportunidades de lucro que a conjuntura expansiva gerou e, ao mesmo tempo, a maior retenção da mais-valia no interior do aparelho produtivo interno, permitiram um novo ciclo de expansão tanto interna quanto externa do capital financeiro local. Especialmente os conglomerados empresariais monopolistas que mantiveram sua propriedade

da perda de mais-valia deste setor se dá de forma inter-setorial no caso brasileiro, ou seja, outros setores produtivos se apropriam da mais-valia nele gerada. Com isso, a transferência de mais-valia não deixou de ser negativa entre 2003 e 2010, mesmo que tenha caído significativamente de em torno de US\$ 45 bilhões anuais para US\$ 32 bilhões.

²⁵³ O quadro tornou-se ainda mais favorável a partir de 2006, com o anúncio da descoberta e exploração dos poços de petróleo na camada pré-sal, constantes na costa marítima brasileira. Uma década após esse anúncio, o Brasil passou a apresentar produção de competitividade equiparável aos países produtores de petróleo do Oriente Médio (ARUTO, 2019).

privada majoritariamente ou ao menos em parte nacional – justamente os setores da indústria alimentícia, de mineração, de extração de petróleo e gás, siderúrgico, de construção das grandes obras de infraestrutura e logística e o bancário – puderam registrar um processo significativo de acumulação ampliada do capital. Com suporte e liderança decisiva do Estado através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), realizou-se parceria direta com as empresas monopolistas com participação de capital local, operando em formato de *truste capitalista nacional* uma forte expansão tanto pelo interior do Brasil²⁵⁴ quanto pela América Latina e pela África²⁵⁵ (LUCE, 2007). Diante disso, mesmo do ponto de vista da transferência de mais-valia ocorrida em função da separação entre propriedade do capital e capital em função, o Brasil para além de fortalecer a extração de mais-valia da classe trabalhadora interna, também se apropriou de superlucros na sua relação com os países vizinhos, sendo aqui beneficiado duplamente pela valorização dos preços internacionais dos produtos de exportação.

Tal fato, no entanto, não alterou o status do Brasil de país subimperialista para imperialista. A expansão para o exterior em nenhum momento foi orientada para o domínio de fontes de matérias-primas e alimentos para utilização no interior do processo de acumulação de capital dos *trustes capitalistas nacionais*, tal qual fazem as potências imperialistas. O que se passou foi apenas a sustentação da expansão e internacionalização de empresas brasileiras, que contam com significativa participação acionária de capital financeiro estrangeiro, visando a

²⁵⁴ Destaca-se nessa política de forte expansão do padrão de reprodução do capital de especialização exportadora pelo interior do Brasil a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007, do qual trataremos em maiores detalhes na sequência.

²⁵⁵ Se a década de 1980 e 1990 representou uma retração das posições internacionais do subimperialismo brasileiro, isso não significa que as empresas monopolistas mais competitivas que restaram deixaram de avançar em sua projeção externa sobre a zona de influência brasileira. Especialmente nos ramos beneficiados pela especialização exportadora e agora contando com forte participação acionária de capital estrangeiro, já desde a década de 1990 algumas empresas “brasileiras” foram protagonistas na desnacionalização das economias dos países vizinhos do Brasil. A própria experiência do Mercosul e dos vários tratados internacionais firmados tanto pelo governo FHC, mas especialmente pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, tiveram forte caráter de garantir a posição de domínio relativo do Brasil no interior da América do Sul. Decisiva foi a alteração dos estatutos do BNDES ao final do governo de Cardoso, permitindo ao banco financiar operações internacionais do capital local no exterior. Com isso, operações significativas foram realizadas ao final da década de 1990 e principalmente no período a partir de 2003, como, por exemplo, a compra da empresa argentina Swift Armour – maior frigorífico do país – pela empresa brasileira Marfrig, fazendo a multinacional brasileira – futura JBS – controlar metade do mercado global de carne bovina industrializada; a compra da cervejaria argentina Quilmes pela AmBev; a aquisição de vários frigoríficos uruguaios por empresas brasileiras, fazendo-as controlar as maiores empresas do setor no país; a compra de refinarias de metal peruanas pelo Grupo Votorantim; a aquisição de direitos de exploração de minerais pela Vale do Rio Doce no Peru; a privatização da companhia siderúrgica estatal peruana, comprada pelo Grupo Gerdau; a Petrobras adquirindo direitos de exploração de petróleo e gás e empresas petrolíferas no Equador e na Bolívia; a presença marcante dos latifundiários brasileiros comprando terras tanto no Paraguai quanto na Bolívia para a produção de soja; a enorme participação de empresas brasileiras de engenharia como a Odebrecht e a Camargo Correa em obras de infraestrutura e logística em praticamente toda a América Latina e também na África (LUCE, 2007).

conquista de mais-valia extraordinária por meio de plataformas de exportação. Na prática, o forte ciclo de internacionalização, motivo de orgulho do governo Luiz Inácio Lula da Silva e tratado como “política externa independente” (LUCE, 2007), ao elevar a produtividade da produção destas mercadorias nos países latino-americanos e africanos, auxiliou foi no barateamento destes produtos e, por encadeamento do mercado mundial, no maior dinamismo da acumulação de capital nos países imperialistas tradicionais e na China, principais destinos destas exportações.

De outro lado, nem ao menos reverteu a perda de mais-valia diante da presença enorme do capital de propriedade imperialista no território nacional²⁵⁶ (BREDA, 2020) e, também, nunca se colocou em choque aberto com os Estados Unidos. O que realmente ocorreu foi, mais uma vez, um momento de forte vigor do subimperialismo brasileiro, em grande medida autorizado e incentivado pelo imperialismo estadunidense, sempre por meio de uma relação de cooperação-antagônica para que fizesse frente ao avanço de governos latino-americanos de caráter mais abertamente anti-imperialista, tal qual o de Hugo Chávez na Venezuela (LUCE, 2007).

Com todo esse quadro conjuntural, a aristocracia operária foi significativamente beneficiada e fortalecida. Esteve diretamente presente nesse processo, seja através de cargos em ministérios ou em bancos públicos²⁵⁷, na direção dos fundos de pensão²⁵⁸ ou como membros do “Conselhão”. Amoldaram-se de forma ainda mais vigorosa ao capital financeiro

²⁵⁶ Também segundo o estudo de Breda (2020), quando tratamos das transferências de mais-valia por conta da propriedade do capital, que se deram sob a forma de remessas de lucros e dividendos, aluguel de equipamentos, pagamento de royalties, fretes e juros e outras formas de renda, nem ao menos a melhoria da transferência de mais-valia por meio dos preços internacionais e da renda da terra foi capaz de compensar a continuada evasão de divisas da economia brasileira. Reforça-se assim o equívoco de análises que consideraram os governos do PT como um momento de consolidação de um imperialismo brasileiro ou de conquista da independência do país nas relações internacionais, algo que ficou ainda mais farsesco quando da queda dos preços internacionais a partir de 2012.

²⁵⁷ Quadros dirigentes oriundos da aristocracia operária ocuparam a cabeça de 11 dos 33 ministérios do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, para além de participarem da direção da Petrobras, do Banco do Brasil, da Caixa, dos Correios e de outras tantas funções no aparato burocrático do Estado (NETO; SANTOS. 2016). Estima-se que, no total, 1.300 cargos da administração federal foram ocupados por sindicalistas nesse período (MARCELINO, 2017).

²⁵⁸ Em 2010, os fundos de pensão brasileiros movimentaram R\$ 450 bilhões, equivalente a 17,5% do PIB em um mercado formado por 369 entidades, sendo 64,7% delas com patrocínio público – formada por trabalhadores de empresas estatais ou do restante do serviço público – e 35,3% de procedência privada – composta por trabalhadores do setor privado. Para além disso, os representantes da aristocracia operária ocuparam cargos de direção nos conselhos administrativos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), sendo parte ativa das decisões de destinação destes fundos públicos para o processo de acumulação de capital privado (NETO; SANTOS. 2016).

monopolista²⁵⁹, jogando seu futuro nas mãos da inserção dependente do Brasil no mercado mundial. De outro lado, obtiveram ganhos materiais por meio da participação como sócios minoritários dessa expansão da acumulação de capital por meio dos rendimentos financeiros dos fundos de pensão²⁶⁰, do efeito promovido na elevação salarial diante do menor patamar da taxa de desemprego da história recente brasileira²⁶¹, da forte expansão do crédito para pessoas físicas²⁶² e da valorização cambial do Real, que elevou o poder de compra dos brasileiros quando medido em Dólar²⁶³. Com isso, considerando a integralidade da população trabalhadora brasileira, entre 2002 e 2011, acabou por cair o próprio nível da superexploração da força de trabalho, mesmo que com aumento paralelo da taxa de exploração²⁶⁴ (ARUTO, 2019), beneficiada agora, em nossa leitura, pela preponderância da mais-valia relativa no Brasil do início do século XXI.

De outro lado, a menor perda de mais-valia nas relações internacionais e o forte crescimento econômico do padrão de especialização exportadora permitiram uma ampliação dos programas sociais focalizados de combate à pobreza nos moldes ditados pelo Banco Mundial (OSORIO, 2012b), para além da forte industrialização e urbanização do interior brasileiro, através da expansão do capital monopolista e seus chamados “arranjos produtivos locais” (LESSA, 2014) – via de regra vinculados ao modelo exportador de matérias-primas e

²⁵⁹ Tanto foi assim que mais uma vez, em 2012, o governo petista, agora já sob comando de Dilma Rousseff, promoveu mais uma quebra dos direitos previdenciários, criando a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) (Ibid.).

²⁶⁰ Na próxima subseção, analisaremos em maiores detalhes a função dos fundos de pensão tanto na constituição do auge quanto da crise enfrentada pela aristocracia operária a partir de 2010.

²⁶¹ A taxa de desemprego no Brasil, calculada pelo IBGE, caiu de 10,5% em 2002 para apenas 4,7% em 2011. Com um nível tratado por alguns analistas como de pleno emprego, os próprios salários cresceram, representados por uma valorização real de 82% no mesmo período – segundo o IPEADATA. Com isso, se comparamos com os preços internos que cresceram pouco, a relação entre o valor da cesta básica quando comparada ao salário mínimo calculada pelo Banco Central do Brasil, que já havia caído de 91,5% em 1995 para 68,7% em 2003, caiu ainda mais, atingindo o patamar de 48,9% em 2014.

²⁶² Segundo dados do Banco Central do Brasil, o crédito para pessoa física analisado enquanto relação com o PIB cresceu de apenas 5,1% em 2002 para expressivos 25,3% em 2015.

²⁶³ A taxa de câmbio nominal caiu ano após ano desde 2003 até 2010. Segundo o Banco Central do Brasil, ela saiu de 2,9 R\$/US\$ e alcançou 1,7 R\$/US\$, voltando a subir consistentemente a partir daí em decorrência da crise internacional inaugurada em 2008.

²⁶⁴ O trabalho de Aruto (2019) demonstra empiricamente esta constatação de caráter teórico. O autor apresenta elementos importantes do ciclo da acumulação de capital iniciado com a expansão dos preços de exportação, que não suprime a superexploração da força de trabalho como categoria constitutiva da economia dependente, mas, de fato, tratou de diminuir de maneira conjuntural sua extensão. Em especial, considerando os trabalhadores produtivos no período iniciado em 2002 e terminado em 2015, é fundamental perceber a queda de 6,5% da jornada de trabalho média, a crescente evolução do custo do salário por hora e o aumento do salário real, isso acompanhado pela expansão da taxa de mais-valia até 2010. A partir daí, no entanto, a taxa de mais-valia começou a cair, anunciando justamente que um novo ciclo de ajuste desfavorável aos trabalhadores não tardaria a se impor, algo que veremos na sequência.

alimentos (ARUTO, 2019) – e da explosão do novo proletariado de serviços da era digital²⁶⁵ (ANTUNES, 2018).

Basicamente, durante este período de expansão da economia brasileira criou-se e ampliou-se um novo proletariado jovem, composto tanto por operários industriais de baixa remuneração e sem acesso às formas compensatórias da aristocracia operária quanto por proletários e assalariados dos novos serviços industrializados, com salários ainda mais deprimidos. Em suma, novos proletários precarizados pela forma recente de organização do processo de trabalho²⁶⁶, sem representação sindical para além de uma estrutura burocrática fornecedora de parques serviços assistenciais e recém aglutinados em novos núcleos urbanos e nas periferias das grandes cidades, onde preponderam grandes distâncias em relação aos locais de trabalho e o convívio com todos os dramáticos efeitos do caos urbano irracionalmente produzido pela anarquia da produção capitalista – transporte, aluguel, violência urbana, ausência de equipamentos públicos, etc.

De outra parte, a aristocracia operária brasileira ficou ainda menor e mais isolada quando comparada a esse novo proletariado do século XXI. Acreditando ser a fiadora de um novo pacto *social-desenvolvimentista*²⁶⁷ (CASTELO, 2012; LESSA, 2014), bem aos moldes do antigo

²⁶⁵ Este novo proletariado, segundo Antunes (2018), é fruto justamente das últimas décadas de precarização do trabalho em escala global, que passa a se unificar com um conjunto de novas tecnologias para exploração em larga dimensão dos trabalhos antes isolados através da sua unificação em modelo de plataformas digitais comandadas pelo capital financeiro – tal qual o caso emblemático da Uber. Neste formato de trabalho prepondera a remuneração variável, beneficiada pela nova organização do trabalho que mascara os vínculos contratuais formais e implementa modelos de jornadas de trabalho intermitentes sob naturezas jurídicas que incentivam a ideologia do empreendedorismo, como se os trabalhadores fossem proprietários do próprio negócio e não estivessem subsumidos ao capital monopolista internacional.

²⁶⁶ Dado revelador do perfil dessa expansão econômica vinculada ao novo padrão de reprodução do capital – de especialização exportadora – foi que durante o período auge dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, de acordo com o “Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho” do Ministério da Previdência Social, o número de acidentes de trabalho no Brasil quase dobrou entre 2003 e 2008, saltando de 399.000 para 747.000. Considerando que no Brasil os acidentes de trabalho são notoriamente subnotificados, algo em torno de 2 milhões de brasileiros se acidentaram no ano de 2008. Mesmo levando em conta o aumento do número total de ocupados (tanto vínculos formais quanto informais) para esse mesmo período, de 80 milhões para 92 milhões, o ritmo de crescimento do número de acidentes de trabalho continua sendo muito superior ao crescimento dos ocupados (BRAGA, 2011). Tendo em vista que os principais setores responsáveis pelos acidentes são justamente os de construção civil, serviços, agroindústria e mineração, não é de causar espanto que o ritmo de expansão dos acidentes de trabalho tenha sido superior ao ritmo de geração de novas vagas de emprego.

²⁶⁷ A ideologia *nacional-desenvolvimentista* surgiu no Brasil na década de 1930, emergindo com base no processo de industrialização por substituição de importações de que tratamos anteriormente. Após viver seu ocaso na década de 1990 com a ascensão do neoliberalismo, economistas e sociólogos ligados ao PT defenderam entre os anos de 2007 e 2010 que, por conta das maiores taxas de crescimento econômico e da melhora de alguns indicadores sociais, o país estaria vivendo uma fase tratada como *social-desenvolvimentista*. Com isso, demonstrando o tamanho da decadência ideológica a que se chegou naquele período, defendeu-se de forma bastante extensa que o Brasil havia abandonado o neoliberalismo, promovendo uma “transição progressiva e pactuada” para a dita nova fase de “crescimento econômico com distribuição de renda”. Ocultava-se, no entanto, que este pacto era realizado entre as distintas frações do capital monopolista e da aristocracia operária, mantendo intocado todos os pilares da

chauvinismo repaginado, tratou de propagandear aos quatro ventos a ilusão em torno do fim das lutas de classes e do início de uma era de pequenas e continuadas conquistas por meio dos pactos sociais. Era beneficiada em sua manobra, por óbvio, pela baixa intensidade da atividade grevista, que durante uma longa década perdeu seu caráter de massas – mesmo que mantivesse sua incômoda e persistente presença, a despeito dos números menores.

Assim, com o germinal das greves se mantendo presente, não por falta de aviso, mas por deformação de uma consciência em nada afeita à dialética, novamente os burocratas seriam surpreendidos por novo sobressalto das contradições capitalistas. No auge da dominação burguesa com auxílio da aristocracia operária, novamente emergiu a antinomia entre capital e trabalho. Com ela, o país retomou mais um ciclo de greves de massas: a expressão do conteúdo revolucionário que se adianta enquanto este não assume de fato uma forma revolucionária. Já a aristocracia operária, no auge de suas forças, foi confrontada com a imensa tarefa de novamente, agora desde o início do ciclo de greves de massas, jogar água fria na fervura das lutas de classes.

5.6 RESSURGIMENTO DAS GREVES DE MASSAS (2008-2018) E PAPEL DA ARISTOCRACIA OPERÁRIA

Do ponto de vista objetivo, o auge da aristocracia operária brasileira (2005-2012) foi marcado por reajustes salariais anuais acima da evolução inflacionária, por maior acesso ao consumo de bens suntuários e de serviços por meio da expansão do crédito²⁶⁸, pelo aumento do

fase neoliberal e não recompondo nenhuma das pautas caras ao processo *nacional-desenvolvimentista* que foi encerrado com o golpe de 1964 (CASTELO, 2012).

²⁶⁸ O Sistema de Acompanhamento Salarial do Dieese (SAS-Dieese), que acompanha o resultado de todas as Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) e dos Acordos Coletivos de Trabalhos (ACT) registradas no Sistema Mediador do antigo Ministério do Trabalho e Previdência é um importante indicador da variação salarial dos setores do proletariado brasileiro empregados nas principais categorias profissionais, aquelas formalizadas e com representação sindical constituída. Assim, considerando o SAS-Dieese, que tem série histórica desde 1997 até os dias de hoje, é notória a mudança do quadro salarial destes setores ocorrida a partir de 2005. Antes disso, entre 1997 e 2004, apenas em torno de 40% dos reajustes salariais eram superiores à inflação, sendo a média de todos os reajustes em termos reais de -0,16% ao ano – incluindo aqueles com perda real ou apenas com equiparação ao índice de inflação. Já a partir de 2005 até 2014, por volta de 85% dos reajustes salariais apresentaram ganho real, com média total dos reajustes reais de 1,27% ao ano. O próprio número de acordos registrados foi significativamente maior no segundo período do que no primeiro, sendo a média anual destes, respectivamente, de 762 contra 432 acordos por ano. Desta maneira, apesar dos percentuais de reajuste acima da inflação parecerem baixos – o que de fato são quando consideramos o grau da riqueza produzida pela sociedade capitalista –, a amplitude das categorias abrangidas com ganhos reais – mais que o dobro do período anterior – e a regularidade destes ganhos trouxeram impactos fundamentais na flexibilização do crédito às famílias de trabalhadores, que foi ainda mais hipertrofiado por meio da aprovação da lei do crédito consignado (Lei nº 10.820) em 2003, logo no primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que praticamente transformou os ganhos reais dos salários da classe trabalhadora em um seguro a ser empenhado no endividamento perante os bancos e os grandes comerciantes.

poder de compra medido em Dólar mediante a valorização cambial e, por fim, pela participação minoritária como sócios do capital monopolista através dos fundos de pensão. Tal ascensão das condições materiais de vida deste relativamente reduzido núcleo operário, que nas suas franjas acabou por alcançar os setores proletários mais empobrecidos mediante o dinamismo do setor de serviços, somado a significativa queda da taxa de desemprego e a adoção de políticas sociais compensatórias, foi o conteúdo deste período de auge. Por meio do reforço da dependência, a conjuntura capitalista internacional acabou por favorecer a expansão do padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva, o que, por sua vez, traduziu-se em uma grande força para o projeto político alicerçado na aristocracia operária brasileira.

Como peça fundamental deste processo de expansão capitalista da especialização exportadora esteve o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007 e que se estendeu até 2010. Aproveitando-se da conjuntura internacional favorável ao reinvestimento produtivo da mais-valia no interior do país, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva direcionou amplos recursos públicos para o desenvolvimento de grandes obras nas áreas de infraestrutura e logística, geração e distribuição de energia, saneamento e habitação. Em modelo de Parceria Pública-Privada (PPP), forma indireta e mascarada de privatização criada e fortalecida justamente nos governos do PT, acabaram-se investindo R\$ 503,9 bilhões no período de vigência do programa, sendo 57% desse montante constituído de dinheiro público e o restante privado – aqui constando o investimento direto de empresas, sempre com suporte público através de renúncias fiscais e creditícias, e a aplicação de recursos dos fundos de investimento privados e também dos fundos de pensão da aristocracia operária (JARDIM; SILVA, 2015).

No que tange especialmente à importante participação dos fundos de pensão da aristocracia operária, se estes já haviam tido um papel destacado quando das privatizações da década de 1990, entre 2003 e 2008 os fundos ajudaram a sustentar a nova fase expansiva da dinâmica capitalista dependente, subordinada aos parâmetros do Consenso de Washington, por meio da aplicação de grande parte de seus recursos na compra de títulos públicos emitidos pelo Estado. Assim, os fundos ajudavam a financiar o Tesouro Nacional, sendo que este repassava o valor concentrado nos cofres públicos ao capital monopolista – seja por meio das Parcerias Público-Privadas, do crédito subsidiado ou de renúncias fiscais. Como contrapartida, os fundos se beneficiaram das elevadas taxas de juros praticadas no Brasil, sendo remunerados indiretamente com uma parcela da mais-valia produzida, fato que entregava promessas de polpudas aposentadorias complementares para os trabalhadores a eles vinculados.

Tal cenário de expansão capitalista, apesar da rósea propaganda oficial, não deixou de trazer contradições. Em primeiro lugar, a própria ampliação da procura por força de trabalho e a retração do desemprego – bastante sentidas a partir de 2006 e tendo continuidade nos anos posteriores – fez com que já em 2008 fosse possível registrar uma ampliação do número de greves no país (Tabela 7). Os conflitos grevistas saltam de uma média de 316 greves ao ano entre 2002 e 2007 para a média de 482 greves ao ano entre 2008 e 2011, apresentando, inclusive, uma trajetória de evidente crescimento ano após ano.

Grande parte dessas greves por melhores salários foram puxadas justamente pelos setores mais tradicionais e de vanguarda da classe trabalhadora, tais quais os metalúrgicos, os bancários e os petroleiros, por exemplo (MARCELINO, 2017). Segundo as informações disponíveis no SAG-Dieese, até 2010, em torno de 55% destas greves tiveram como reivindicação central o reajuste salarial acima da inflação, demonstrando que grande parte do resultado salarial positivo do período não foi fruto unívoco da situação econômica mais favorável, mas também da *ofensiva da classe trabalhadora através de uma retomada inicial de suas greves de massas*, reivindicando melhores condições de remuneração em um cenário menos desfavorável do ponto de vista do desemprego.

Já a segunda contradição emergiu justamente da posição dependente da economia brasileira em meio ao cenário de crise capitalista global deflagrado em 2008, atuando em conjunto com os efeitos internos da própria elevação do patamar salarial de que estamos tratando. Da parte do cenário internacional, como resultado inexorável da forte expansão das taxas de acumulação de capital do início do novo século, engendrou-se uma nova crise de superacumulação de capital – valor em excesso que não consegue se valorizar no mesmo ritmo anterior e que, como desdobramento dialético e solução dessa contradição, passa a se desvalorizar na forma da redução tendencial da taxa de lucro²⁶⁹. Na esteira do capitalismo contemporâneo, este que em decorrência das transformações engendradas durante as décadas de 1970 e 1980 acabou por reduzir significativamente o tempo de rotação do capital e hipertrofiar a esfera financeira de atuação do capital fictício, eclodiu a grande crise capitalista de 2008 que, aparentemente, assumiu a forma de uma crise financeira²⁷⁰ (CARCANHOLO, 2021).

²⁶⁹ Tal como vimos na seção 3 ao tratarmos da relação entre o ciclo do capital (e suas crises) e as greves de massas.

²⁷⁰ Em capítulo de livro recentemente publicado, Marcelo Carcanholo (2021) apresenta de forma bastante acertada a diferença entre o capital financeiro (ou capital produtor de juros) e o capital fictício, tal como tratado no Livro 3 de *O Capital* de Karl Marx (2008b). Focando sua análise na importância da segunda categoria para as crises capitalistas contemporâneas, segundo Carcanholo o capital fictício é o “[...] desdobramento dialético do processo

Como resposta à crise, em um primeiro momento, os Estados imperialistas injetaram montanhas de dinheiro público para salvar os capitais da brusca desvalorização do valor. Diante disso, trilhões de Dólares, Euros e Ienes foram injetados na economia mundial²⁷¹, representando um esforço estatal de proporções nunca antes visto de compra do excesso de oferta de títulos apodrecidos. Com isso, para financiar tal atuação no mercado de títulos, os Estados envolvidos na operação foram obrigados a reduzir gastos não-financeiros através de um profundo reforço global das políticas de austeridade, que impactaram grande parte dos países do planeta. De outro lado, também como necessidade de financiamento da compra dos títulos e da adoção de medidas anticíclicas, as dívidas públicas de diversos países apresentaram crescimento acelerado, levando, com isso, diversas nações à uma profunda crise de suas dívidas soberanas já em 2010, o que ampliou de maneira ainda mais significativa a política de austeridade (CARCANHOLO, 2021)

Desta maneira, a segunda etapa de enfrentamento da crise de superacumulação, a etapa da austeridade, tratou de promover a retração das taxas de crescimento da acumulação de capital global, fato adequado para a necessária desvalorização do capital. As repercussões mais severas desta segunda etapa foram, por sua vez, uma recessão da economia europeia, especialmente de suas economias periféricas, e uma redução quase que pela metade do dinamismo da expansão da economia chinesa, com imediata repercussão na queda dos preços das matérias-primas exportadas pelo Brasil (GENTIL, 2017). Assim, tal processo de depreciação do valor do capital constante, uma das contratendências à lei de queda da taxa de lucro apontadas por Marx

de substantivação das formas do capital, desde o capital de comércio de dinheiro, passando pelo capital a juros, e culminando (*aufhebung*) no capital fictício” (CARCANHOLO, 2021, p. 140). Assim, o capital fictício de forma alguma é uma oposição ao capital produtivo, uma espécie de hipertrofia das finanças em contrariedade ao investimento produtivo – tal qual elaborado pelas teorias da “financeirização”. Muito mais do que isso, o capital fictício, mesmo que se apresente como uma hipertrofia das finanças, é apenas a expressão mais pura e nítida do real objetivo do processo de acumulação de capital: a auto expansão do valor (D-D’). Nas palavras do autor, nessa forma de capital ele “[...] não pré-existe (por isso fictício); o que existe antes é a expectativa de que, no futuro, exista uma magnitude de valor da qual pode-se apropriar” (Ibid., p. 141). Assim, diante da dominação da racionalidade dessa forma de capital, que se expressa no gigantesco tamanho assumido pelas bolsas de valores, todas as demais etapas e mercados do processo global de reprodução do capital passam a estar submetidos de antemão ao critério da valorização do valor, ampliando ao máximo a “racionalidade irracional” do sistema capitalista e rompendo com qualquer véu ideológico de uma suposta utilidade deste modo de produção para a humanidade na atual quadra histórica. Com isso, se de um lado o capital fictício é funcional à acumulação de capital, de outro lado, ao não produzir mais-valia e apenas se apropriar da mais-valia produzida mediante títulos de apropriação antecipada da riqueza ainda não produzida, ele potencializa, acelera e torna-se a forma de manifestação da eclosão das crises capitalistas de superacumulação. Por isso mesmo, a primeira fase da crise capitalista de 2008 foi justamente a que apareceu como a não correspondência de um conjunto de títulos de propriedade comercializados nas bolsas de valores com a massa de mais-valia produzida: os chamados “títulos podres” que se manifestaram nos *sub prime* do mercado financeiro dos Estados Unidos.

²⁷¹ Apenas o governo dos Estados Unidos injetou US\$ 7,4 trilhões de Dólares até o final de 2009 para salvaguardar a propriedade privada do capital financeiro local (JARDIM; SILVA, 2015)

(2008b), exportava para a periferia produtora de matérias-primas a crise que inicialmente impactou o centro imperialista. Por isso mesmo, o Brasil e seu padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva, que não havia sido diretamente afetado pela crise no seu primeiro momento (2008-2010), entrou em profunda turbulência interna a partir da sua segunda etapa, principalmente a partir de 2011²⁷² (MULINARI, 2020). Tanto foi assim que os indicadores econômicos do período 2011-2014 foram consideravelmente inferiores ao do período 2007-2010²⁷³.

Isso ocorria pelo fato de que, diante da ausência de efeitos mais drásticos da primeira etapa da crise no Brasil, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva embarcou com ainda mais ímpeto na ilusão social-desenvolvimentista entre os anos de 2009 e 2010. Do ponto de vista externo, foi beneficiado pela momentânea conjuntura internacional de pleno vigor dos programas trilionários de salvamento das economias imperialistas, fato que garantia liquidez financeira internacional e mantinha em patamares elevados os preços das matérias-primas de exportação cotados nas bolsas de valores. Já na dinâmica interna, percebendo a retração do investimento privado por conta das turbulências mundiais, o governo atuou diretamente por meio do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), expandindo o uso dos fundos públicos para a concessão de crédito subsidiado para os capitalistas e também para investimento direto, principalmente por meio do BNDES²⁷⁴; para além de conquistar o direito de trazer os grandes eventos esportivos internacionais como a Copa do Mundo e as Olimpíadas para o Brasil – a serem realizados em 2014 e 2016, respectivamente; promover rodada de redução de impostos sobre o capital monopolista; e reduzir os juros básicos da economia visando estimular o crédito. Também se adotaram medidas de estímulo ao consumo, ampliando significativamente o grau de endividamento dos trabalhadores do país (OLIVEIRA, 2019). Por fim, mas não menos importante, a relação umbilical do governo com os fundos de pensão da aristocracia operária

²⁷² A queda dos preços dos produtos brasileiros de exportação, após uma década de trajetória expansiva, foi de 35,8% entre 2011 e 2016 segundo dados da Funcex (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior), sendo especialmente vertiginosa a diminuição do preço dos produtos agrominerais – 72% no petróleo, 78% no minério de ferro e 46% na soja (MULINARI, 2020).

²⁷³ Podemos destacar a queda do crescimento real do PIB de 4,6% ao ano no período 2007-2010 para 2,1% a.a. no período 2011-2014, uma desaceleração do investimento médio de 9,9% anuais para 1,8% e uma queda do consumo das famílias de um crescimento médio anual de 5,8% para 3,1% (GENTIL, 2017)

²⁷⁴ O destaque ficaria por conta da utilização ostensiva do BNDES como financiador e investidor direto das fusões e aquisições realizadas entre grandes empresas de propriedade majoritariamente local, criando as empresas transnacionais chamadas de “campeãs nacionais” – entre elas empresas que fracassaram logo na sequência em decorrência do aprofundamento da crise, como as de propriedade do bilionário Eike Batista, o grupo agroindustrial JBS-Friboi, o laticínio IBR e a telefônica Oi, que receberam juntas em torno de R\$ 40 bilhões do BNDES e causaram enorme prejuízo aos fundos públicos utilizados na operação (em especial o Fundo de Amparo ao Trabalhador) (OLIVEIRA, 2019).

foi utilizada para promover uma guinada do perfil de aplicação dos recursos ali concentrados, que abandonaram a renda fixa dos títulos públicos e migraram fortemente para a aplicação em renda variável na compra de ações visando ampliar a disponibilidade de capital-dinheiro para estimular o dinamismo da acumulação de capital através das obras do PAC²⁷⁵ (JARDIM; SILVA, 2015²⁷⁶).

Assim, o presidente Luiz Inácio, reforçando a ideia de um governo sustentado sobre as bases da aristocracia operária, não se furtou em apontar que os fundos de pensão eram os “guardiões da economia” e a “menina dos olhos” do seu governo (Ibid.). Deliberadamente ocultava, no entanto, que a economia de que estava tratando era uma economia capitalista dependente, em que a vida da classe operária, mesmo dos seus setores aristocráticos, pouco ou nada vale quando comparada ao dinamismo do processo de acumulação de capital²⁷⁷.

Em suma, como resultado da adoção deste conjunto de medidas econômicas anticíclicas em um contexto econômico mundial ainda favorável à economia dependente de especialização exportadora, o PIB brasileiro, que havia caído 0,1% em 2009, recuperou-se para um crescimento de 7,5% em 2010, sendo acompanhado de uma significativa entrada de capitais no país – crescentemente de perfil especulativo –, uma sobrevalorização cambial com a relação Dólar/Real alcançando o patamar de 1,7 e uma taxa de desemprego próxima dos 5%.

Diante deste quadro, Luiz Inácio Lula da Silva, reunindo uma taxa de aprovação popular de 80%, facilmente pôde indicar sua sucessora na eleição de 2010. A antes desconhecida Dilma Rousseff seria abençoada pelo então presidente como “gestora e mãe do PAC”, vencendo o pleito para a Presidência da República e garantindo mais um mandato ao PT (OLIVEIRA, 2019). Era o momento do auge da aristocracia operária no Brasil, restando aos passos seguintes seu teste de fogo: enfrentar as greves de massas que já despontavam no horizonte.

²⁷⁵ Se no ano de 2008 o portfólio de investimento dos fundos de pensão tinha 64,8% de seu montante alocado em renda fixa e apenas 28% em renda variável, em 2009 a presença da renda variável cresceu para 59,3% do total investido, enquanto que a fixa caiu para 32,5% (JARDIM, SILVA; 2015).

²⁷⁶ Apesar de utilizarmos os dados e as informações do estudo de Jardim e Silva (2015) sobre a participação dos fundos de pensão na dinâmica capitalista brasileira vinculada ao PAC, discordamos em absoluto das análises dos autores que, em nossa avaliação, são legatárias das concepções apologéticas da economia vulgar. No limite, chegam ao cúmulo do irracionalismo ao apontar que a participação dos fundos de pensão no mercado acionário representaria a substituição “[...] de uma expropriação do capital [...] [por] uma socialização do capital, no sentido de termos cada vez mais investidores institucionais de caráter público” (Ibid., p. 103).

²⁷⁷ Tanto foi assim que, no mesmo momento que os fundos de pensão abandonavam a estabilidade da renda fixa em nome da volatilidade da renda variável, eram promovidas mudanças estruturais na forma de pagamento dos benefícios previdenciários aos trabalhadores cotistas, abandonando o formato de benefício definido para o de contribuição definida – modelo que substituiu totalmente o regime de solidariedade intergeracional pelo regime de capitalização (Ibid.).

Ao não romper em nenhum momento com os pontos essenciais do receituário neoliberal, ou seja, com o formato de organização e inserção da economia capitalista dependente após as transformações da década de 1980 e 1990 – baseado na “santíssima Trindade” câmbio flutuante, metas de inflação e superávits primários –, o governo de Luiz Inácio entregava à Dilma um nível de dependência ainda maior, que só não reeditava a famosa “vulnerabilidade externa” das décadas anteriores em função da ampla liquidez internacional e da alta dos preços de exportação, pilares fundamentais para a atração de capitais externos que sustentem a acumulação internamente e para a geração dos superávits comerciais necessários para compensar a perda de mais-valia no mercado mundial.

Entretanto, com os efeitos da segunda etapa da crise capitalista global na queda dos preços internacionais já a partir da metade de 2011, a situação começaria a ser revertida desfavoravelmente à economia dependente brasileira. Diante da queda do resultado das exportações, o governo adotou uma política que tentava compensar tal desaceleração por meio de uma desvalorização cambial e de uma nova rodada de expansão dos incentivos internos à economia, nos mesmos moldes do esforço realizado em 2009-2010. Entretanto, nada disso funcionou, fazendo a equipe econômica de Dilma dobrar a dose dos estímulos ao capital, dessa vez através de montanhas bilionárias de renúncias fiscais para os capitalistas, especialmente sob a forma da desoneração da folha salarial de alguns setores – valores que, na prática, deixavam de ser destinado para o financiamento da previdência pública²⁷⁸.

Papel destacado nesse processo de direcionamento dos fundos públicos para a acumulação de capital, promovendo rombos nas áreas associadas a Seguridade Social, cumpriram as centrais sindicais. Dominadas pelas concepções da aristocracia operária, que já na direção dos fundos de pensão mostravam sua vocação para sócios minoritários do capital, foram organizados a partir de 2011 manifestações e eventos públicos em que as centrais sindicais – com destaque para a irmandade de posições entre CUT e Força Sindical – compartilhavam o palanque e o programa para o Brasil com as entidades empresariais – estas últimas quase sempre capitaneadas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Reforçando as ilusões do pacto social-desenvolvimentista, os documentos divulgados

²⁷⁸ Lançada em agosto de 2011 sob alegação de ser uma medida pontual e datada de proteção ao emprego, a desoneração da folha salarial que inicialmente abarcava apenas o setor de tecnologia e informação, em 2012 foi ampliada para 21 setores e, em 2014, para um total de 56 ramos empresariais. Depois disso, poucos foram os setores que foram retirados do rol de desonerados, sendo que de pontual e datada a medida passou a ser permanente quase que na integralidade até os dias de hoje, com forte impacto na queda das receitas previdenciárias (OLIVEIRA, 2019).

por esta aliança estiveram orientados a “proteger empregos” através de estímulos à “indústria nacional”, em um reforço significativo do pacto entre capital monopolista e aristocracia operária²⁷⁹.

Diante desse quadro de direcionamento da mais-valia concentrada no Estado para tentar sustentar a acumulação capitalista em uma conjuntura em que o motor exportador perdia forças, a contrapartida da perda de recursos veio através da enorme ampliação do endividamento público, que viu crescer em 43% o montante da dívida mobiliária federal entre 2010 e 2014. Com isso, ampliou-se ainda mais o custo do serviço da dívida pública paga pelo Estado, fato que explodiria definitivamente após 2013, quando o governo Dilma retomaria uma trajetória de alta dos juros. Assim, mesmo assumindo tal custo financeiro e um enorme rombo fiscal²⁸⁰, nada foi capaz de retomar as taxas de expansão da acumulação de capital. Os recursos foram utilizados, isso sim, para recompor as taxas de lucro do capital monopolista, sendo grande parte do valor remetido aos países centrais em operações contábeis e financeiras entre as filiais das empresas instaladas no Brasil e suas matrizes alojadas nos países imperialistas (OLIVEIRA, 2019). Em suma, um repasse direto de parcela do fundo salarial e da mais-valia concentrados

²⁷⁹ Em outubro de 2011 foi forjada, em meio à crise, a primeira aliança explícita entre a aristocracia operária, as entidades empresariais representantes da indústria e os acadêmicos vinculados às Universidades. Capitaneada pelos sindicatos dos metalúrgicos da CUT e da Força Sindical, trazendo consigo as duas centrais sindicais a reboque, lançou-se o “Movimento por um Brasil com Juros Baixos”. Anunciada pela FIESP como um momento de “empresários e trabalhadores unidos por um mesmo ideal” (FIESP, 2011), foi realizado ato público e evento reunindo lideranças sindicais como Sergio Nobre, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, e Paulinho Pereira, presidente da Força, dividindo espaço em marcha pelas ruas de São Paulo com o presidente da FIESP, Paulo Skaff, e com prestigiados economistas como Márcio Pochmann e Yoshiaki Nakano.

Alimentando-se a ilusão baseada nas teses da *financeirização* e da *desindustrialização* de que o combate à chamada especulação dos juros altos poderia retomar o crescimento econômico com geração de emprego no Brasil (MOVIMENTO..., 2011), tal aliança foi fundamental para sustentar a iniciativa posterior do governo Dilma de rebaixar os juros, fato que, no entanto, ao não combater os pilares da dependência e da dominação burguesa, foi completamente efêmero, durando apenas de setembro de 2011 até meados de 2013. De outro lado, a aliança abriu as portas para todas as demais medidas de estímulo ao capital monopolista, sendo que as negociações salariais subsequentes dos sindicalistas vinculados ao capital monopolista foram pautadas pelo repasse de parcela dos estímulos conquistados pelo capital monopolista para o salário dos operários (CUT..., 2013).

Tal posição, típica do sindicalismo dominado pela aristocracia operária, não deixou de render críticas no interior da própria CUT, quando em março de 2012 um dos dirigentes da entidade, Julio Turra, assinou artigo intitulado “Chega de concessões e de parceria com os patrões!” (TURRA, 2012). No texto, denunciava a ironia de os sindicatos de metalúrgicos da CUT defenderem a “indústria nacional” quando a totalidade do setor automobilístico era formado por multinacionais de capital estrangeiro. Para além disso, também apontava que essa aliança com “patrões e pelegos” transformava a central em massa de manobra dos interesses dos capitalistas, apontando, por fim, para o reflexo das desonerações da folha salarial no rombo da previdência e no arrocho contra os servidores públicos, também em parte representados pela CUT.

²⁸⁰ A política de renúncias e desonerações fiscais, que representava um buraco de R\$ 184 bilhões em 2010, saltou para R\$ 263 bilhões em 2014. Já os gastos federais com os principais programas do governo – Ciências sem Fronteiras, FIES, Mais Médicos, Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família e Pronatec – cresceram de R\$ 17,7 bilhões em 2011 para R\$ 58,8 bilhões em 2014 (OLIVEIRA, 2019).

no Estado para os setores do capital financeiro, sejam eles de propriedade local ou, majoritariamente, de propriedade estrangeira.

De outro lado, os programas de intervenção direta do Estado na sociedade assumiram um caráter cada vez mais privatizante. Reforçaram-se as PPP, focadas especialmente nas concessões do setor de petróleo e infraestrutura (aeroportos, portos e rodovias) para o capital financeiro internacional, o uso do dinheiro público para alimentar programas de repasse da oferta de serviços públicos (saúde, educação e assistência social) para os novos monopólios do setor de serviços dominados pelo capital financeiro e o desmonte do sistema de Seguridade Social – principal forma encontrada de garantir o superávit primário (GENTIL, 2017).

Envoltas nesse cenário, não é por acaso que as greves, que já estavam em crescimento desde 2008, continuaram a se expandir, sendo que a partir de 2012 reforçaram sobremaneira, em nossa perspectiva, o seu perfil de greves de massas ao envolverem milhões de trabalhadores em todo o Brasil. Os números são elucidativos (Tabela 7), demonstrando que de um total de 555 greves em 2011, salta-se para 879 conflitos em 2012 e, logo na sequência, avança-se para quatro anos consecutivos com em torno de 2 mil greves ao ano – quatro anos de números superiores ao pico do terceiro ciclo de greves de massas do Brasil (1.962 greves em 1989). Concluindo o ciclo, os anos seguintes, 2017 e 2018, permanecem com patamar elevado de greves mesmo que em volume menor que os anos imediatamente anteriores, registrando algo próximo de 1,5 mil greves em cada um dos anos.

Tabela 7 – Greves no Brasil entre 2008 e 2018

Ano	Empresas Estatais	Funcionalismo Público	Esfera Privada	Total
2008	29	155	224	411
2009	38	215	264	518
2010	35	233	176	445
2011	29	296	228	555
2012	29	382	465	879
2013	138	796	1.112	2.057
2014	147	925	1.020	2.095
2015	135	857	980	1.980
2016	127	987	1.006	2.127
2017	86	728	754	1.574
2018	70	723	661	1.461

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) – Dieese

No que se refere ao caráter destas greves de massas²⁸¹ (Tabela 8), notamos que o perfil majoritariamente ofensivo da primeira etapa de retomada (2008-2011) – em grande medida greves que aproveitaram a menor taxa de desemprego para conquistar ganhos salariais acima da inflação e outras melhorias na situação de venda da força de trabalho – foi substituído por um caráter majoritariamente defensivo já a partir de 2011. Destacam-se nesse perfil defensivo tanto a luta pela manutenção das condições de trabalho vigentes quanto a reação ao descumprimento de direitos trabalhistas. Assim, tais informações disponibilizadas pelo SAG-Dieese reforçam a tese de que a queda do dinamismo dos preços das matérias-primas exportadas pelo Brasil teve impacto direto na retração da taxa de lucro dos capitais vinculados ao padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva, revertendo-se, para além de outras medidas de rebaixamento dos custos de produção, em uma ofensiva por parte destes capitalistas para rebaixar o preço do capital variável e ampliar a taxa de mais-valia nos locais de trabalho desde 2011 (MULINARI, 2020).

Tabela 8 – Caráter das Greves no Brasil entre 2008 e 2018²⁸²

Ano	Defensivas		Propositivas		Total
	Nº	%	Nº	%	
2008	171	42%	284	69%	411
2009	253	49%	348	67%	518
2010	202	45%	352	79%	445
2011	344	62%	425	77%	555
2012	591	67%	566	64%	879
2013	1.544	75%	1.180	57%	2.057
2014	1.556	74%	1.031	49%	2.095
2015	1.542	78%	788	40%	1.980
2016	1.720	81%	730	34%	2.127
2017	1.277	81%	509	32%	1.574
2018	1.204	82%	573	39%	1.461

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) – Dieese; Elaboração própria.

²⁸¹ Segundo a metodologia do Dieese, o caráter das greves refere-se ao perfil das pautas que são estabelecidas quando da deflagração de uma greve. Diante disso, pautas propositivas (ou ofensivas) são aquelas que reivindicam melhorias na situação dos trabalhadores, tal qual valorização salarial, redução de jornada de trabalho, melhores condições de trabalho, etc. Por outro lado, pautas defensivas são aquelas que lutam para evitar perda de condições de trabalho já constituídas, que passam a ser objeto de ataque do capital, como, por exemplo, atraso de salários, não pagamento de 13º salário, retirada de vale-alimentação, demissões, privatização da empresa, etc. Desta maneira, uma mesma greve pode ter tanto caráter ofensivo quanto defensivo, já que pode contar com mais de uma pauta quando da sua deflagração.

²⁸² A soma das linhas pode não equivaler ao Total do número de greves, isso porque uma mesma greve pode ter diferentes motivações (tanto ofensivas quanto defensivas).

Outro dado importante revelado neste novo ciclo de greves de massas foi que, ao contrário da ideia comumente divulgada de que apenas servidores públicos fazem greves, demonstra-se que as greves na esfera privada foram, em número, quase que idênticas às do setor público (Tabela 7). Entretanto, quando consideramos as horas paradas (Tabela 9), o funcionalismo público foi responsável por mais de 70% das horas não trabalhadas – majoritariamente concentradas no serviço público municipal, a última fronteira de imposição da lógica da austeridade, precarização e privatização contra os servidores. De qualquer forma, o montante de horas paradas foi expressivo para todos os setores, sendo inclusive superior ao registrado pelo SAG-Dieese entre os anos de 1983 e 1996.

Tabela 9 – Total de horas paradas nas Greves no Brasil entre 2008 e 2018

Ano	Empresas Estatais	Funcionalismo Público	Esfera Privada	Total
2008	728	16.737	6.984	24.449
2009	2.876	22.456	9.278	34.610
2010	1.611	36.466	6.641	44.718
2011	2.044	50.691	10.285	63.020
2012	1.466	63.975	21.262	86.703
2013	4.176	73.166	34.204	111.546
2014	7.039	80.399	32.210	119.648
2015	6.680	104.101	27.896	138.677
2016	7.620	97.114	36.603	141.337
2017	2.855	59.908	33.203	95.966
2018	2.220	47.094	19.749	69.063

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) - Dieese

Já em relação às greves por setor no interior da iniciativa privada (Tabela 10), se as categorias de operários industriais foram o principal motor do período de retomada das greves de massas (2008-2011) e nos primeiros anos de seu auge (2012-2013), a partir de 2014 se registram quedas sucessivas da presença do conflito grevista no setor industrial. Em nossa avaliação, quando percebemos o perfil das campanhas salariais levadas em frente por metalúrgicos, químicos, bancários e petroleiros depois de 2011, fica nítido o efeito desmobilizador das alianças realizadas pelas cúpulas sindicais com o capital monopolista e o governo federal em meados de 2011 (MOVIMENTO, 2011). Ao invés do recurso ao conflito grevista, as campanhas salariais começaram a ser voltadas para a “cobrança” de que os estímulos fiscais e financeiros repassados pelo Estado ao capital monopolista fossem em parte direcionados também para os operários destes setores (CUT..., 2013). Em suma, a típica postura

do sindicalismo da aristocracia operária, que não deixa de fazer greves em um primeiro momento, mas apenas e somente para conquistar uma posição mais vantajosa na negociação tripartite envolvendo capital monopolista e Estado, reivindicando uma quota-parte dos superlucros de monopólio para seus bolsos e rompendo com qualquer unidade do proletariado.

Já as greves no setor de serviços se fizeram sentir de forma bastante significativa, justamente a partir do momento que os operários industriais refluem em seu movimento ascendente. O setor, inclusive, será aquele que sustentará o patamar elevado de greves no Brasil nos anos seguintes (2013-2018), fato inédito quando comparado ao período de greves de massas anterior – fortemente industrial e de pouca participação do setor de serviços. Tal informação corrobora a mudança do caráter das greves (Tabela 8), demonstrando que, na mesma medida em que os operários industriais diminuem a sua atividade grevista, reduz-se também o caráter ofensivo das greves, justamente por ser este o setor majoritariamente de vanguarda operária, melhor posicionado para avançar contra o capital e não apenas reagir aos efeitos de uma ofensiva capitalista, tal qual ocorre em grande parte do proletariado de serviços.

Tabela 10 – Greves por setor da iniciativa privada no Brasil entre 2008 e 2018

Ano	Comércio	Indústria	Rural	Serviços	Total
2008	0	132	11	80	224
2009	0	147	3	113	264
2010	1	96	1	78	176
2011	3	132	1	91	228
2012	5	334	3	123	465
2013	16	558	7	528	1.112
2014	9	398	1	611	1.020
2015	6	304	1	668	980
2016	3	284	2	717	1.006
2017	7	171	0	575	754
2018	6	156	4	495	661

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) - Dieese

Tendo em vista a importância numérica que estas greves do setor de serviços adquiriram a partir de 2013, identificamos que os principais ramos no interior dos serviços privados a fazer greve foram os de transporte, turismo e hospitalidade, saúde e segurança e vigilância (Tabela 11). Analisando sob a perspectiva marxista e não pela contabilidade nacional burguesa, apenas o setor de segurança e vigilância, por estar associado apenas as atividades de proteção da propriedade privada e não de sua ampliação, é integralmente um setor improdutivo de capital.

Já os demais setores listados têm parte de suas atividades localizadas na esfera da produção, o que lhes confere um caráter produtivo. Para além disso, a criação de empresas especializadas em prestação de serviços terceirizados aglomerou um contingente bastante significativo de trabalhadores que antes estavam pulverizados, criando assim as condições materiais para que estes pudessem se articular e realizar greves. Por fim, dentre todos estes ramos, destaca-se o grande número de greves no setor de transportes, especialmente nos transportes urbanos de força de trabalho, algo que está diretamente relacionado ao significativo crescimento das cidades do país nas últimas décadas. Pensando o ramo como um todo, incluindo o transporte de mercadorias, esta é uma área com capacidade bastante significativa de paralisar o processo de acumulação de capital no país, algo que ficou bastante claro tanto na paralisação do transporte de força de trabalho em metrô, trens urbanos e ônibus durante a greve geral de abril de 2017 – que veremos na sequência – quanto na greve dos caminhoneiros de 2018²⁸³.

Tabela 11 – Greves por ramos no interior do setor de serviços privados entre 2008 e 2018²⁸⁴

Ano	Transporte	Turismo e Hospitalidade	Saúde	Segurança e Vigilância	Total
2008	40	9	13	5	80
2009	55	14	11	12	113
2010	38	15	7	3	78
2011	40	14	8	10	91
2012	53	19	7	12	123
2013	195	92	66	44	528
2014	245	112	59	31	611
2015	227	167	88	64	668
2016	236	148	160	50	717
2017	206	143	136	28	575
2018	170	129	97	28	495

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) - Dieese

Já do ponto de vista regional (Tabela 12), as greves do período recente se pulverizaram por outras regiões do Brasil que não apenas a região Sudeste, o principal polo da antiga industrialização por substituição de importações. Se entre 1983 e 1996, praticamente 70% das

²⁸³ Greve que, apesar de ter contado com características de lockout empresarial, também teve participação de caminhoneiros autônomos e caminhoneiros assalariados, durando 10 dias e levando o país à beira de um colapso produtivo (GREVE..., 2018).

²⁸⁴ Como aqui estamos listando apenas os ramos com maior número de greves no interior do setor de serviços (transporte, turismo e hospitalidade, saúde e segurança e vigilância) e não a totalidade dos ramos, o Total de greves não corresponde a soma das colunas.

greves ocorreram nessa região (9.213 greves), a partir da retomada das greves no século XXI a participação do Sudeste caiu para 37% (5.255 greves). Em contrapartida, cresceu a participação de todas as demais regiões do país no movimento grevista, com especial destaque para a expansão na região Nordeste (de 11% para 31%) e Norte (de 2% para 8%).

Tabela 12 – Número e Participação das Greves por Regiões do Brasil

Período	Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Greves Nacionais	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1983-1996	776	6%	1.561	11%	268	2%	9.213	69%	1.227	9%	358	3%
2008-2018	1.184	8%	4.284	31%	1.258	9%	5.255	37%	1.707	11%	368	4%

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) - Dieese

Em suma, levando em consideração todos estes dados das greves no Brasil no período recente, reforça-se o pleno vigor das teses que apontam para a ampla consolidação da nova faceta da dependência por meio da substituição do padrão de reprodução do capital de substituição de importações pelo de especialização exportadora (OSORIO, 2012b); para a completa maturidade do novo modelo de produção flexível – ou toyotista – baseado na descentralização da produção em busca de força de trabalho barata em outras regiões do país e na ampliação do proletariado de serviços (ANTUNES, 2015; 2018); e, por fim e fundamental naquilo que nos interessa diretamente neste trabalho, o papel desmobilizador da aristocracia operária brasileira, concentrada na região Sudeste e nos setores industriais de perfil tradicional (LESSA, 2014).

Do lado do padrão de reprodução do capital, registra-se a industrialização capitalista das regiões detentoras da maior parte das fontes de recursos naturais a serem transformados em matérias-primas para exportação (Norte e Nordeste), carregando consigo o desenvolvimento da contradição fundamental entre capital e trabalho para regiões antes marcadas quase que exclusivamente pelo conflito pela posse da terra²⁸⁵. Da parte da nova morfologia das relações de trabalho, demonstra-se a constituição de um amplo proletariado urbano e precário em regiões e setores antes não totalmente incorporadas ao ciclo da acumulação de capital em escala global,

²⁸⁵ Com isso não afirmamos que os conflitos pela terra desapareçam nessas regiões, mas justamente o contrário. A introdução de critérios racionais de produção capitalista nessas áreas amplia a natureza expropriadora do capital em relação a outras formas de propriedade da terra que não a capitalista, refletindo-se em um acirramento de movimentos de pequenos proprietários de terra atingidos por barragens, indígenas que veem suas terras serem invadidas pelas mineradoras e pela criação de gado, além de tantos outros conflitos pela terra que historicamente surgiram e continuam a surgir na esteira da expansão capitalista pelo imenso interior brasileiro.

que começa seu germinal processo de organização através das greves. E, finalmente, destacamos a contradição que o período de greves de massas evidenciou entre os interesses da totalidade do proletariado brasileiro e o perfil negociador e neocorporativista da aristocracia operária.

Fica também destacado nestes dados, em nossa avaliação, uma menor eficiência da aristocracia operária em sua tarefa desmobilizadora. Chegamos a tal conclusão ao compreender que diante do recuo dos setores de sua influência a partir de 2011, as demais parcelas da classe não acompanharam o movimento. Se comparado ao terceiro ciclo de greves de massas (1978-1996), o contraste é ainda mais evidente. Naquele momento, quando da consolidação da aristocracia operária em meados da década de 1990 e do seu abandono da luta em nome da negociação, toda a classe se desmobilizou em conjunto, “respeitando” a direção aristocrática. Entretanto, mesmo assim, continuou presente a capacidade de a aristocracia operária manter sua influência nos setores da vanguarda operária industrial, sendo que ela inclusive se ampliou para regiões distantes do núcleo Sudeste-Sul, como veremos na sequência em algumas greves emblemáticas desse período.

Em nossa avaliação, a explicação dessa continuidade do conflito grevista mesmo sem a participação dos principais setores da vanguarda operária – subsumida que estava pelas suas tendências aristocráticas – dá-se por conta de dois processos, um de caráter objetivo e outro subjetivo. Primeiramente o objetivo, em que a gravidade da crise capitalista e a agressividade do capital no avanço contra as condições de venda da força de trabalho – algo que se intensifica a partir de 2011 quando vemos o avanço das greves defensivas – alcançou a *linguagem da vida real* da classe e impôs a espontaneidade das greves como uma necessidade de sobrevivência para milhões de trabalhadores, passando por cima da direção da aristocracia operária. Trabalhadores que, sendo estes industriais ou do setor de serviços, já tinham condição precária de inserção no aparelho produtivo, mesmo antes da ofensiva capitalista. Por fim, mas não menos importante, auxiliou decisivamente nessas greves os baixos índices de desemprego do período, para além do efeito da desvalorização cambial no encarecimento de algumas mercadorias – fator que levaria o governo Dilma a estabelecer o controle dos preços administrados (energia elétrica, combustíveis e tarifas públicas de vários tipos) nos anos seguintes (OLIVEIRA, 2019).

Tal gravidade da crise, por sua vez, engendrou uma ampliação da distância objetiva que separa a aristocracia operária brasileira das feras do abismo do restante do proletariado do país, provocando uma separação ainda maior no âmbito da consciência destes dois setores do proletariado. Justamente no auge da aristocracia operária, durante os governos petistas, foi

quando mais esse setor embarcou no completo desarmamento ideológico promovido pela crença no social-desenvolvimentismo. Diante disso, a ausência de independência ideológica da classe trabalhadora em relação ao capital – que já se manifestava no terceiro ciclo de greves de massas – apareceu com ainda mais força perante a ausência completa de independência política e sindical, com reflexo imediato no descrédito que a aristocracia operária colheu diante da classe e, até mesmo, perante suas bases mais imediatas²⁸⁶.

Todos estes elementos se fizeram sentir concretamente nos conflitos grevistas do período, dos quais destacamos três. Em primeiro lugar, as grandes greves que eclodiram nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil no interior das obras de infraestrutura do PAC. Obras que, para serem realizadas, recrutaram milhares de operários com baixa qualificação profissional nas periferias das grandes cidades destas regiões e os deslocaram para a realização de obras gigantescas de construção de hidrelétricas, especialmente na bacia do Rio Amazonas. Lá foram submetidos a condições de trabalho marcadas pela baixa remuneração, elevada rotatividade da força de trabalho, alto grau de informalidade e subcontratações sucessivas, agenciamento ilegal de mão de obra através dos chamados “gatos”²⁸⁷, uso excessivo do salário por produtividade e de horas extras, altos índices de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais e, até mesmo, modelos de trabalho similares a escravidão por meio de dívidas contraídas pelos operários com os armazéns de propriedade do consórcio de empresas que tocava as obras. Por fim, este número elevado de operários (apenas a obra de Jirau contava com 40 mil trabalhadores) se concentrou em regiões sem nenhum tipo de estrutura de serviços, sejam públicos ou privados, tal qual saúde, saneamento básico, habitação, segurança, etc., o que tornava os canteiros de obras um barril de pólvora prestes a explodir (VÉRAS, 2014; SAKAMOTO, 2011).

Diante disso, em março de 2011, como resultado da intensificação do trabalho decorrente da pressa pela conclusão das obras e de problemas nas taxas de lucro das empresas que comandavam a empreitada (SOUZA; PAULA, 2011), explode uma greve com caráter de rebelião na construção da usina hidrelétrica de Jirau em Rondônia, comandada por consórcio de empresas dirigido pela construtora Camargo Corrêa. Após uma briga no interior da obra, em torno de 22 mil operários se revoltaram contra as condições precárias e queimaram 40 ônibus,

²⁸⁶ O que fica mais flagrante a partir de 2015, como veremos na sequência.

²⁸⁷ Por essa atividade de “agenciamento” o intermediador entre a empresa e o trabalhador acaba recebendo uma parcela do salário do operário pela atividade de intermediação, algo que se mostrou comum nessas obras em regiões longínquas e contanto com força de trabalho vinda de áreas distantes.

os armazéns e os alojamentos da empresa, deflagrando a greve de forma espontânea. A notícia se alastrou por outras obras do PAC e, em pouquíssimo tempo, também estavam paralisadas as obras da hidrelétrica de Santo Antônio (16 mil operários também em Rondônia), da hidrelétrica de São Domingos (alguns milhares no Mato Grosso do Sul), distintas frentes de trabalho na Bahia e no Ceará (em torno de 80 mil operários) e as obras de construção do complexo petroquímico de Suape em Pernambuco (algumas dezenas de milhares de operários). Assim, no total, por volta de 170 mil operários cruzaram os braços segundo cálculos do Dieese (BRAGA, 2011).

Pego de surpresa, o governo federal capitaneado por Dilma, que tinha o BNDES como principal investidor dos empreendimentos²⁸⁸, realizou a típica manobra estatal de repressão e cooptação. Do lado da repressão, a Justiça do Trabalho imediatamente decretou as greves como ilegais, sem, no entanto, conseguir punir financeiramente os sindicatos – estes, dirigidos principalmente pela Força Sindical, não comandavam as greves que eram feitas em contrariedade a eles (CAMPOS, 2013; VÉRAS, 2014). Logo na sequência, o Ministério da Justiça enviou a Força Nacional de Segurança Pública para reprimir os grevistas (BRAGA, 2011), sendo que em Suape até mesmo um operário foi morto em conflito (SOUZA; PAULA, 2011).

Paralelamente a isso, agora no âmbito da cooptação, o então Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, em conjunto com o então Tesoureiro e futuro Presidente da CUT, Vagner Freitas, foram enviados para a região dos conflitos para negociar em modelo tripartite (governo, empresas e sindicatos) uma saída para o impasse. Para além disso, por força de decisão judicial, a CUT passou a representar os principais setores em greve, desalojando a Força Sindical do processo (SOUZA; PAULA, 2011; VÉRAS, 2014). Já em meio às negociações, o representante da CUT, obviamente também representando os fundos de pensão, acionistas das obras, declarou que “[os trabalhadores] têm de voltar a trabalhar. Eu sou brasileiro, quero ver essa usina funcionando. [...] O Brasil precisa de energia limpa. A obra da usina precisa voltar a funcionar, porque a sociedade está sendo prejudicada” (SOUZA; PAULA, 2011). Ou seja, uma confissão da forma como a aristocracia operária, acionista minoritária do capital, concebe os seus interesses particulares como os interesses gerais da sociedade.

²⁸⁸ Nas obras de Jirau e Santo Antônio, as maiores paralisadas, o BNDES era responsável por, respectivamente, 63% e 64% do investimento (VÉRAS, 2014).

Por fim, após 26 dias de greve o conflito se encerrou, com os operários garantindo um reajuste salarial de 11%, o compromisso das empresas de melhorar as condições de trabalho e o financiamento de transporte para que os operários pudessem de tempos em tempos visitar suas famílias nas suas cidades de origem (CAMPOS, 2013; VÉRAS, 2014). Entretanto, a despeito das poucas conquistas, a CUT silenciou totalmente para o fato de que, como resultado do conflito, a Camargo Corrêa tenha demitido 4 mil operários que trabalhavam nas obras (BRAGA, 2011), o que demonstra o papel esterilizador e oportunista da aristocracia operária no conflito, beneficiando-se da *execução testamentária* da luta dos operários que colocaram seu pescoço a prêmio para levar a greve em frente.

O segundo processo grevista que destacamos foi a greve dos operários da Sadia-BRF na cidade de Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, ocorrida em setembro de 2013. Cidade localizada ao norte de Cuiabá, na fronteira com a Floresta Amazônica, foi fundada na década de 1980, fruto da expansão dos latifúndios agrícolas de alta produtividade inaugurada pela ditadura militar a partir de 1966, tendo na construção da BR-163 (Cuiabá-Santarém) em 1970 o fato determinante para seu surgimento. Ampliou seu núcleo populacional nos anos 1990, através de assentamentos da reforma agrária de pequenos agricultores gaúchos que haviam perdido suas terras por conta da dinâmica agroindustrial de integração de pequenos produtores no Sul do país, chegando assim aos 19 mil habitantes. Já no século XXI, viu a chegada das agroindústrias alimentares, que se generalizavam pelo país, o que fez a cidade passar por um processo de desenvolvimento urbano-industrial e sua população atingir os 45 mil habitantes. Por fim, em 2009 se instala o capital monopolista da Sadia²⁸⁹ na cidade, fazendo a população crescer rapidamente para 65 mil habitantes em 2019 (SANTANA, 2019).

O recrutamento dessa força de trabalho, mais uma vez tal qual nas obras do PAC, foi realizado nas periferias urbanas das grandes cidades da região Norte e Nordeste. Especialmente paraenses, maranhenses, pernambucanos e piauienses foram atraídos para Lucas do Rio Verde mediante a promessa de ter a sua carteira de trabalho assinada pela primeira vez e, principalmente, pelo compromisso assumido pela empresa de tornar os trabalhadores proprietários das próprias casas, localizadas no bairro operário construído exclusivamente para a Sadia. Promessas que acabavam por compensar os baixos salários pagos no setor agroindustrial, até mesmo menores que os recebidos nas atividades informais das grandes

²⁸⁹ A unidade de Lucas do Rio Verde é uma das maiores do país, responsável pelo abate de 500 mil aves e 5 mil suínos diariamente (SANTANA, 2019)

idades. Por conta disso, a maioria dos 1.526 lotes de casas, distantes mais de 5 km do centro da cidade e construídas pela empresa em parceria com a prefeitura com financiamento da Caixa Econômica Federal, foram ocupadas por famílias de nortistas e nordestinos (SANTANA, 2019).

Chegadas na cidade, no entanto, a desilusão foi tremenda. Diante do regime de trabalho altamente repetitivo na linha de produção, de característica praticamente fordista, em pouco tempo os operários já se defrontavam com doenças associadas ao esforço repetitivo. Para além disso, o aluguel das casas do bairro operário era descontado da folha de salário, R\$ 125,00 por trabalhador, sendo que a violência e a completa ausência de assistência médica caracterizavam o local de moradia. Adoecidos e rapidamente incapacitados para o trabalho, fato notório no setor agroindustrial e que explica a sua enorme taxa de rotatividade, os trabalhadores eram demitidos da empresa, tendo como resultado o despejo das casas (Ibid.).

O estopim para a greve deflagrada ao final de 2013 ocorreu em decorrência da fusão entre Sadia e Perdigão, concluída na metade do mesmo ano e que deu origem à “campeã nacional” BRF. Em meio a reestruturação produtiva que acompanhou a fusão, os operários foram afetados pela compressão dos salários e dos vale-alimentação, para além do aumento dos despejos, que acompanhavam o crescimento das demissões (Ibid.). Assim, mais de 500 operários pararam de trabalhar, realizando piquetes na MT-449 e impedindo a saída dos caminhões carregados de mercadorias da empresa. Como pauta, a reivindicação de 17% de reajuste salarial, aumento do vale-alimentação e o cumprimento da promessa de repasse das casas para os trabalhadores, encerrando os despejos. Mais uma vez, a greve foi feita contra o sindicato dos trabalhadores – vinculado à Força Sindical –, que negociava com a empresa e não reconhecia a greve como legítima. Por fim, até mesmo o prefeito da cidade se envolveu nas negociações e os trabalhadores conquistaram parte da pauta. No entanto, nada avançou no tema das casas, com as conquistas se resumindo à parte das reivindicações salariais. Em relação aos operários grevistas, foram demitidos, contando com o aval do sindicato (FUNCIONÁRIOS..., 2013).

Já a terceira greve foi aquela que envolveu os garis do Rio de Janeiro em fevereiro de 2014, às vésperas da realização da Copa do Mundo no Brasil. Novamente deflagrada em oposição ao sindicato – dirigido pela União Geral dos Trabalhadores (UGT) – um grupo de 300 garis se negou a aceitar o salário-base de R\$ 803,00 e o vale-alimentação de R\$ 12,00 diário oferecido pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB). Na sequência, mais de 70% da categoria aderiu à greve, naquilo que ficou conhecido, em função da cor do uniforme

dos famosos garis do Rio de Janeiro, como a “revolução laranja”. Foram 8 dias de greve, que contaram com a realização de grandes atos no centro da cidade e que acumulou uma montanha de 20 mil toneladas de lixo não recolhido. Por fim, a greve foi judicializada, com o Tribunal Regional do Trabalho trazendo para si a negociação e apresentando uma proposta de um salário-base de R\$ 1.100,00 e um vale-alimentação de R\$ 20,00, que acabaram sendo aceitos pela COMLURB e também pela assembleia dos trabalhadores. Mais uma vez, no entanto, os líderes da greve foram demitidos, mantendo-se o sindicato intocado como representante legal da categoria (EUZÉBIOS FILHO, 2019).

Como visto, em todas essas greves os conflitos avançaram à revelia da aristocracia operária, encastelada nas estruturas sindicais – geralmente na base das centrais sindicais criadas da costela da burguesia brasileira, tal qual a Força Sindical. Entretanto, o caráter espontâneo das greves desse longo período não conseguiu alcançar um patamar organizativo superior, capaz de criar mediações políticas adequadas para elevar as lutas de classes para um novo patamar, diferente do ocorrido em todos os ciclos de greves anteriores da história brasileira, em que, na esteira da ascensão das greves, foram construídos comandos de greves e centrais sindicais nacionais por fora da estrutura oficial dos sindicatos, para além de partidos comunistas ou trabalhistas. Assim, mesmo com os limites ideológicos destas mediações políticas dos períodos anteriores, ao menos o patamar da independência sindical e política foi possível à classe operária conquistar.

Já neste quarto ciclo, o primeiro que se confrontou diretamente com a aristocracia operária consolidada, um número significativo de greves contou com a intervenção direta das centrais sindicais já constituídas, em especial da CUT. Após um primeiro momento de espontaneidade das greves, rapidamente a aristocracia operária, contando com suporte do Estado, assumiu a direção dos processos, auxiliando o capital na eliminação dos elementos politicamente mais avançados da classe operária – vide os reiterados processos de demissões de grevistas. Com isso, as próprias conquistas materiais garantidas pelas greves trataram de ser apropriadas como se fossem resultado da “melhor capacidade negociadora” dos aristocratas, manobra retórica beneficiada pela inexistência de sólidas instâncias de mediação política da vanguarda operária grevista.

Entretanto, mesmo que essa manobra garantisse a contenção das greves de massas nos limites das concepções políticas e sindicais da aristocracia operária, ela não era capaz de eliminar os fatores de origem das greves, que continuavam a se desenvolver, tal como demonstram os dados do SAG-Dieese. Com isso, a permanência das greves se tornou um

empecilho cada vez mais pesado ao capital, que não conseguia rebaixar significativamente o preço da força de trabalho e, no limite, também reforçar a superexploração. Como já visto, em virtude da queda do preço das mercadorias de exportação e da redução das taxas de lucro, desde 2011 se tornava uma necessidade para o capital o rebaixamento do custo do capital variável – como mostram os dados referentes à explosão das greves de caráter defensivo. Além disso, do ponto de vista subjetivo, tendo continuidade as greves, a própria vanguarda grevista tendia a encontrar mediações políticas e sindicais necessárias para superar a aristocracia operária, abrindo espaço para dar ao conteúdo revolucionário das greves de massas uma forma adequada.

Assim, diante desta incapacidade do ilusório pacto social-desenvolvimentista garantir a retomada do dinamismo do processo de reprodução ampliada do capital em uma economia dependente, era chegado o momento de avançar mais agressivamente em contrariedade ao quarto ciclo de greves de massas do país. Tarefa que, para além do papel cumprido pelos aristocratas operários, precisou contar decididamente com a ação intensa do Estado em ações orientadas para a ampliação da superpopulação relativa – ou exército industrial de reserva –, a forma por excelência de ampliar a oferta de mão de obra e, por decorrência, reduzir o preço pago pela força de trabalho.

Neste sentido, após vencer as eleições de 2014 por margem estreita de votos, a presidenta Dilma Rousseff, descumprindo completamente suas promessas de campanha, implementou um profundo ajuste fiscal na economia brasileira. Sob justificativa de conter o déficit das contas públicas e preservar o pagamento do serviço da dívida pública²⁹⁰, gerados tanto pela persistente desaceleração econômica quanto pelas renúncias tributárias, o governo enviou ao parlamento uma proposta de redução dos gastos através de medidas restritivas na concessão de benefícios trabalhistas e previdenciários (seguro-desemprego, abono salarial, pensão por morte e auxílio-doença); do aumento das alíquotas do imposto sobre o faturamento cobrado de 56 setores da economia que haviam sido beneficiados com a política de desoneração da folha salarial; e do retorno da cobrança de vários impostos que haviam sido diminuídos para estímulo ao consumo. Para além disso, promoveu-se um “tarifaço”, elevando os preços administrados da economia, enquanto que, de outro lado, o Banco Central passou a elevar continuamente a taxa de juros e, até mesmo o BNDES elevou a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) cobrada nas suas linhas de crédito subsidiado (OLIVEIRA, 2019).

²⁹⁰ O ano de 2014 registrou um déficit primário de 0,57% do PIB, o que colocava em xeque um dos pilares do modelo econômico vigente desde a década de 1990 (OLIVEIRA, 2019).

O resultado foi pífio, tanto pelo início de uma retração da economia brasileira, que vinha na esteira do fim das políticas de estímulo monetário dos Estados Unidos ao final de 2014 e da compressão da liquidez internacional provocada por isso, quanto por conta de que o parlamento, já amplamente contrário ao governo, tratou de desidratar as medidas de elevação da tributação sobre os setores beneficiados pela desoneração da folha de salários e de elevar gastos de outras naturezas em contrariedade à política de ajuste. Por conta disso, sob risco de um novo déficit primário, o governo federal promoveu um contingenciamento de gastos no montante de R\$ 69,9 bilhões para o orçamento de 2015, esvaziando os recursos tanto para as obras do PAC quanto para os programas das áreas ditas sociais – que como vimos, eram crescentemente privatizadas por meio das PPP (OLIVEIRA, 2019).

De uma retração de 1,1% no PIB do primeiro trimestre, a queda dobrou para 2,2% no segundo, retração de magnitude praticamente equivalente à do primeiro semestre de 2009, quando do auge da crise capitalista mundial. A queda se concentrou, por sua vez, justamente nos setores industriais tradicionais, aqueles que, voltados ao mercado interno, sentiram o efeito da ampliação do custo do seu endividamento em moeda estrangeira e, em paralelo, a redução de 5% no rendimento dos trabalhadores, processos estes que vinham na esteira da queda acentuada do emprego e da desvalorização do Real. Com isso, se ao final de 2014 a taxa de desemprego aberto, calculada pelo IBGE, era de 6,5%, ao final de 2015 já atingia os 8,9% e, muito rapidamente, antes mesmo do impeachment de 2016, já estava no patamar de 12% (Ibid.) – se analisamos sob o ponto de vista da superpopulação relativa, esta salta de 43,5% da população trabalhadora em 2014 para 48,7% em 2016, representando um incremento de 7,5 milhões ao contingente no exército industrial de reserva (HEINEN, 2021).

Já da parte das contas públicas, nada foi conquistado de significativo, sendo que, mesmo com corte de gastos primários, a elevação dos juros e as reiteradas operações no mercado cambial para evitar a disparada ainda maior do Dólar atingiram, só no primeiro semestre de 2015, um custo financeiro de R\$ 225,9 bilhões (7,92% do PIB) contra R\$ 120,2 bilhões no mesmo período de 2014. Já no acumulado de 12 meses encerrados em junho de 2015, o valor pago em juros chegou ao elevado nível de R\$ 417 bilhões (7,32% do PIB) (OLIVEIRA, 2019)

Por fim, em relação aos preços, o câmbio desvalorizado e o “tarifaço” fizeram a inflação ultrapassar os 10% ao final de 2015, fato que comprimia ainda mais os salários, inclusive os mais elevados pagos aos setores da vanguarda operária. Segundo o SAS-Dieese, se em 2014, do total das categorias profissionais que fecharam CCT e ACT, 90,3% tiveram reajustes salariais acima da inflação, em 2015 o percentual de ganhos reais caiu para 50,3% e, em 2016,

para apenas 18,5%. Em suma, a inflação em crescimento em conjunto com a queda da produção industrial e o aumento do desemprego obtinham evidente sucesso na questão essencial para o capital: depreciar o valor da força de trabalho. Agravava ainda mais o quadro os prejuízos que os fundos de pensão passaram a registrar sucessivamente desde 2013, e que começaram até mesmo a custar descontos dos salários dos trabalhadores para cobrir o prejuízo da aplicação dos recursos nas obras do PAC (APÓS..., 2021).

Diante disso, até mesmo a base da aristocracia operária foi fortemente afetada pela dinâmica de depreciação dos salários e de prejuízos nos fundos de pensão. Não por acaso, para além dos reduzidos índices de popularidade do governo Dilma, incapazes de gerar comoção popular contra o impeachment de 2016²⁹¹, as próprias eleições municipais do mesmo ano evidenciaram um divórcio significativo entre os operários e o PT, algo que ficou evidente na ampla derrota do partido em diversas cidades de perfil operário, em especial no seu berço: o ABC paulista (EM 4 ANOS..., 2016; PT PERDE..., 2016).

Após o impeachment, por sua vez, o vice-presidente Michel Temer deu continuidade à política de rebaixamento do preço da força de trabalho. Para além de um reforço ainda maior da austeridade, tentou aprovar em 2017 uma nova quebra dos direitos previdenciários, uma

²⁹¹ Com o governo Dilma profundamente abalado, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), legenda do vice-presidente Michel Temer, lançou em outubro de 2015 o documento *Uma Ponte para o Futuro*, assumindo publicamente o compromisso com um reforço ainda maior da política da austeridade, com uma nova rodada de privatizações, com o fortalecimento da dependência através do reforço da posição subordinada no mercado mundial e com uma revisão dos direitos trabalhistas (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2015). Com isso, ganhava corpo o processo de impeachment que seria concluído na metade de 2016, tendo em seu programa algo não muito diferente daquilo que o próprio governo de Dilma vinha implementando, porém mais ostensivo e embalado pela ilusão de que a crise brasileira poderia ser resolvida com a mudança do mandatário do país.

Já por parte da aristocracia operária, pressionada de um lado pelas próprias bases, descontentes com o desemprego, as perdas salariais e os prejuízos dos fundos de pensão, e, de outro, pela ameaça de perder suas posições no interior do Estado, apostaram sua ação política em torno de uma nova aliança com o capital monopolista, porém agora em situação largamente desvantajosa. Primeiramente, ainda em maio de 2015, as centrais sindicais, mais uma vez capitaneadas pelo ramo metalúrgico, enviaram carta ao governo reivindicando um Programa de Proteção ao Emprego (PPE), seguindo os moldes realizados na Alemanha, onde o capital monopolista – principalmente o do setor automotivo –, sob justificativa de garantir empregos, conta com a possibilidade de reduzir jornada de trabalho e, ao mesmo tempo, rebaixar salários. Já da parte do Estado, este utilizaria recursos do FAT para, em parte, compensar a perda salarial (PROGRAMA..., 2015). Como resposta, o governo aceitou a proposta e, em julho, lançou o programa, com efeitos futuros muito reduzidos diante da magnitude da crise (OLIVEIRA, 2019).

Em segundo lugar, a aristocracia operária, em iniciativa assinada por 70 entidades, lançou ainda em dezembro o documento “Compromisso para o Desenvolvimento”. O documento reeditava propostas ilusórias de estímulo ao “setor produtivo”, todas aos moldes do que já havia sido aplicado e fracassado entre 2011 e 2014. Desesperados com a adesão do capital monopolista ao programa “Ponte para o Futuro” – incluindo aí a FIESP –, as centrais sindicais contaram apenas com a adesão de entidades empresariais menores, entregando este documento em mãos para a presidenta em dezembro de 2015 (A PAUTA..., 2015).

Desta forma, se a aliança com o capital monopolista em 2011 já havia sido uma tragédia, a nova rodada de reforço das ilusões em 2015 não passaria de uma farsa. O grande capital já havia decidido pelo impeachment, que de fato ocorreu ao final de agosto de 2016.

ampla contrarreforma trabalhista e a facilitação da ampliação do processo de terceirização (OLIVEIRA, 2019), que acabou por contar com forte oposição do movimento operário. Seria esta luta, inclusive, um momento revelador do papel que, caso não dominada pela aristocracia operária, a vanguarda da classe poderia ter cumprido em todo o ciclo de greves de massas que se iniciou em 2008 e se agravou em 2012. Agora na oposição, rechaçados por seus antigos aliados representantes do capital monopolista, o movimento sindical oficial deixava de estar comprometido com o governo, podendo dirigir a luta contra os ataques do governo Temer.

Assim, as centrais sindicais se reuniram no dia 27 de março de 2016, convocando para 28 de abril uma greve geral contra as medidas do governo, especialmente focados no tema previdenciário (CENTRAIS..., 2017a). De forma completamente tardia, depois de quase uma década de greves de massas, pela primeira vez uma greve geral era convocada, fato que reforça o papel da aristocracia operária como elemento inviabilizador de que as greves de massas ganhem mediações organizativas e possam saltar em qualidade. De qualquer maneira, 2017 continuava sendo um ano de alta agitação grevista (1.574 greves no ano), o que repercutiu na dimensão que a greve geral de abril ganhou. Cerca de 40 milhões de trabalhadores de todo o Brasil aderiram ao dia de greve, beneficiados pela paralisação de grande parte do transporte público (GREVE..., 2017) – um dos setores da vanguarda operária que mais fez greves nos anos anteriores (Tabela 11).

Os prejuízos à classe dominante foram significativos, sendo que apenas o comércio varejista do país perdeu R\$ 5 bilhões naquele dia (GREVE..., 2017b). Do ponto de vista da adesão popular, as pesquisas de opinião divulgadas no início de maio, imediatamente após a greve geral, indicaram que os trabalhadores haviam vencido os monopólios da comunicação e a mídia oficial do governo que defendiam a reforma previdenciária: mais de 70% da população brasileira era totalmente contrária à reforma da previdência (REFORMA..., 2017). Desta forma, em reunião após a vitória de 28 de abril, as centrais sindicais convocaram uma marcha à Brasília para o dia 24 de maio de 2017, que acabou por se configurar no maior ato na capital desde as manifestações pelo impeachment de Fernando Collor em 1992. Com dezenas de milhares de pessoas chegando em caravanas de todas as regiões do Brasil, a cidade se transformou em uma praça de guerra entre manifestantes e policiais, com prédios ministeriais incendiados e manifestantes gravemente feridos, sendo que, após mais de três horas de conflito aberto, o governo convocou o uso das Forças Nacionais de Segurança na capital, fato que não ocorria desde o período ditatorial (BENITES; BEDINELLI, 2017).

Entretanto, ao invés de apostar no conteúdo revolucionário de todo o ciclo de greves de massas inaugurado em 2008, este que começava rapidamente a ganhar forma organizada nacionalmente por meio da mediação política nacional das centrais sindicais, a aristocracia operária tratou de, mais uma vez, jogar água fria na fervura das lutas de classes no Brasil. Tal como no terceiro ciclo de greves de massas (1978-1996), alçou o ideário democrático à frente de todo o processo de confronto de classes, colhendo como resultado a desmobilização da ascensão das lutas de classes do ano de 2017. Logo na sequência do grande ato de Brasília, foi realizado em São Paulo um show no dia 4 de junho de 2017, que reuniu em torno de 100 mil pessoas no Largo da Batata (MAIS..., 2017). Com apoio da CUT e do PT, contando com a presença de dezenas de artistas e parlamentares e intitulado “SP pelas Diretas Já”, a tônica do evento foi a composição social de classe média, com pauta e temática típica da *nova esquerda* surgida por intermédio da ação da ditadura militar na década de 1970 no “mundo da cultura” (NETTO, 2015).

A partir disso, os protestos operários nacionalmente articulados reduziram em ímpeto, chegando ao nível da inanição. Para além do efeito da mudança da pauta que já começava a ocorrer – da luta dos trabalhadores contra as reformas de Temer para a luta das camadas médias pela abstração democrática sintetizada nos clamados por “Diretas Já” –, pesou a negociação direta do governo com parte das centrais sindicais (Força Sindical, UGT, Nova Central e Central dos Sindicatos Brasileiros). A sinalização era de que, no interior da reforma trabalhista apresentada ao parlamento, o governo retiraria a proposta de fim do Imposto Sindical, exigindo em troca a desmobilização da nova greve geral marcada para junho. Fato que de fato ocorreu, sendo que a CUT – disparadamente a maior central sindical –, mesmo não envolvida diretamente na negociação em torno do financiamento sindical, aderiria passivamente ao acordo ao não sustentar a manutenção da greve nacional (CENTRAIS..., 2017b).

Desmobilizada a greve geral de junho, no entanto, o governo não manteve sua palavra perante as centrais, aprovando a nova lei trabalhista em agosto e, para além de um conjunto de direitos retirados dos trabalhadores, extinguindo o Imposto Sindical²⁹². Sem ele, a capacidade de fornecimento de serviços pelos sindicatos caiu enormemente, fato que, em conjunto com o

²⁹² Ao eliminar o financiamento estatal dos sindicatos, o estrangulamento financeiro das entidades foi imediato. O valor repassado pelo Estado caiu 96% entre 2017 e 2019, de expressivos R\$ 3,64 bilhões ao ano para R\$ 128,3 milhões. Só a CUT, por exemplo, viu sua receita cair de R\$ 66,2 milhões em 2017 para R\$ 442 mil em 2019 (FERRARI, 2020).

crescimento do desemprego, derrubou as próprias taxas de sindicalização no país²⁹³. Já derrotados que estavam na frente política de batalha após o impeachment, os aristocratas operários agora também eram derrotados na frente sindical. Sendo a principal faceta e pilar da dominação burguesa desde 2003, a sua sina diante das greves de massas foi que, a cada avanço do período revolucionário, uma nova derrota lhes era imposta. Por fim, na frente de batalha “cultural e democrática”, aquela que reivindica a *cidadania* em contraposição aos “valores autoritários”, bem aos moldes da *nova esquerda* como expressão das camadas médias alinhadas à aristocracia operária, também foram derrotados nas eleições de 2018. Sobre os escombros da medíocre popularidade de Michel Temer, foi eleito Jair Messias Bolsonaro como presidente, um notório defensor das torturas realizadas nos porões da ditadura apoiado pelo alto escalão das Forças Armadas – aqueles que nunca abandonaram o centro do poder do Estado de Contra-Insurgência em meio a sua “Era Urutu”.

Desta forma, tal acúmulo de derrotas da aristocracia operária não conduziu, ao menos até o momento presente (2021/2022), a um movimento ascendente das palavras e formas da revolução. De maneira oposta, a cada queda sofrida pelos aristocratas, uma força mais retrógrada lhes substituiu, sendo que esta força retrograda, por sua vez, foi substituída por outra ainda mais regressiva, e assim sucessivamente. Nesse sentido, tivemos no Brasil um movimento político similar àquele expresso por Marx quando da análise sobre a Revolução de 1848 na França. No mesmo *18 Brumário de Luís Bonaparte* (1978b) que abriu esta seção, o autor apontava que, ao contrário da Primeira Revolução Francesa de 1795, em que:

[...] o domínio dos *constitucionalistas* é seguido do domínio dos *girondinos* pelo dos *jacobinos*. Cada um desses partidos se apoia no mais avançado. Assim que impulsiona a revolução o suficiente para se tornar incapaz de levá-la mais além, e muito menos de marchar a sua frente, é posto de lado pelo aliado mais audaz que vem atrás e mandado à guilhotina. A Revolução move-se, assim, ao longo de uma linha ascensional. (MARX, 1978b, p. 345)

A Revolução de 1848 apresentou movimento inverso, sendo que:

²⁹³ A taxa média de sindicalização no Brasil, que era de 15,9% em 2014, auge do pleno emprego, caiu para 14,4% em 2017, isso na esteira do avanço do desemprego. Já após o fim do Imposto Sindical, continuou caindo, atingindo um percentual de 11,2% em 2019. Entretanto, a média geral, ao incorporar grandes setores com baixa sindicalização – como o de comerciários e os prestadores de serviços domésticos –, não expressa a taxa de sindicalização no interior dos setores da vanguarda operária, sendo aí as taxas mais resistentes à queda. Ao pegarmos os setores com maior índice de sindicalização, aliás, notamos a presença das principais categorias operárias, para além de alguns setores assalariados das camadas médias – taxa de 31,9% no setor de captação, distribuição e tratamento de água, 30,2% no setor metalúrgico, 29,1% nos serviços financeiros, 27,7% no setor elétrico, 26,8% na produção de máquinas e equipamentos, 25,4% na educação, 25,3% na mineração, 25,1% na indústria farmacêutica, 22,6% no setor de papel e celulose, 22,1% na indústria de materiais plásticos, 22% nos serviços de correios, 21,9% na indústria automobilística, 20,6% na administração pública e no setor previdenciário, 20,3% na indústria química e 19,3% na indústria de materiais elétricos (IBGE, 2019).

O partido proletário aparece como um apêndice do partido pequeno-burguês democrático. É traído e abandonado por este a 16 de abril, a 15 de maio e nas jornadas de julho. O partido democrata, por sua vez, se apoia no partido republicano burguês. Assim que consideram firmada a sua posição, os republicanos burgueses desvencilham-se do companheiro inoportuno e apoiam-se sobre os ombros do partido da ordem. O partido da ordem ergue os ombros fazendo cair aos trambolhões os republicanos burgueses e atira-se, por sua vez, nos ombros das Forças Armadas. Imagina manter-se ainda sobre estes ombros militares quando, um belo dia, percebe que se transformaram em baionetas. Cada partido ataca por trás aquele que procura empurrá-lo para a frente e apoia-se pela frente naquele que o empurra para trás. Não é de se admirar que nessa postura ridícula perca o equilíbrio e, feitas as inevitáveis caretas, caia por terra em estranhas cabriolas. A Revolução move-se, assim, em linha descendente. Encontra-se nesse estado de movimento regressivo antes mesmo de ser derrubada a última barricada de fevereiro e constituído o primeiro órgão revolucionário. (MARX, 1978b, p. 345-346)

Não procurando encontrar as mesmas conclusões de Marx e identificar em Bolsonaro um Luís Bonaparte “tupiniquim”, algo que tendemos a não concordar, o importante a destacar é o movimento descendente da revolução brasileira de 2008-2018, que expressou um período de conteúdo revolucionário que na mesma medida do seu avanço ainda não encontrou suas frases revolucionárias. Em suma, pelo fato das mediações políticas da vanguarda operária permanecerem subjugadas às concepções e formas político-organizativas da aristocracia operária, a revolução brasileira, até aqui, só pôde apresentar movimento descendente.

A partir de 2019, no entanto, as greves caíram significativamente em número no país: 1.118 greves em 2019, 651 em 2020 e apenas 178 entre janeiro e setembro de 2021 (últimos dados disponíveis no SAG-Dieese). Isso aparece no próprio esfriamento das lutas de classes nos anos recentes, também afetados, obviamente, pela crise sanitária que o mundo passou a viver desde 2020. Tal retração, em nossa análise, abre três cenários possíveis para a continuidade deste movimento até aqui descendente do período revolucionário.

O primeiro, um definitivo refluxo das greves por um longo período, o que encerraria este ciclo revolucionário e reergueria a estabilidade da dominação burguesa no mesmo formato inaugurado pela Constituição de 1988. Seria possibilitada, inclusive, a depender da conjuntura capitalista internacional, uma repactuação entre a aristocracia operária e o capital monopolista – o grande beneficiado por todo e qualquer perfil de dominação. Assim, ficaria em suspenso o movimento descendente da revolução brasileira, no aguardo do inexorável ressurgimento das greves de massas como fruto da antinomia que emerge das contradições da acumulação capitalista. Em segundo lugar, uma retomada das greves de massas nos próximos anos poderia tornar o período 2019-2021 apenas um interregno preparatório para um novo impulso das lutas de classes no Brasil. Alguns dados da *linguagem da vida real* apontam para este quadro, tal qual a elevação da inflação (novamente atingindo mais de 10% ao final de 2021) e a

continuidade do arrocho salarial contra os setores da vanguarda operária²⁹⁴. Neste segundo cenário, por sua vez, o movimento descendente da revolução brasileira pode tanto se intensificar, engendrando formas ainda mais regressivas de dominação ou, a depender da capacidade da vanguarda política revolucionária encontrar as formas políticas e organizativas adequadas para o conteúdo revolucionário em curso, reverter a trajetória descendente e atribuir um caráter finalmente ascendente para a revolução brasileira.

²⁹⁴ Segundo o SAS-Dieese, apenas 16,7% das categorias com CCT e ACT registrado no Ministério do Trabalho e Previdência conseguiram reajuste salarial acima da inflação.

6 CONCLUSÃO

Acreditamos que, ao final de toda esta trajetória de investigação e exposição da matéria de que nos apropriamos, foi possível comprovar as três hipóteses iniciais que deram abertura a este trabalho de pesquisa: a de que o Brasil atravessou um ciclo de *greves de massas* entre 2008 e 2018, que estas greves foram a forma de expressão de um processo com *conteúdo revolucionário* e que, por fim, esse conteúdo se defrontou com a existência e ação de uma *aristocracia operária* consolidada nacionalmente. A fim de conclusão, apresentamos agora resumidamente as sínteses que se fizeram necessárias para atingir o objetivo de comprovar tais hipóteses que elaboramos.

De início, partimos da importância das greves para os autores germinais da compreensão materialista da história, Marx e Engels, tendo como objetivo elucidar seu sentido dentro da análise das lutas de classes, considerando a particularidade destas lutas na realidade brasileira. Diante disso, iniciamos pela própria compreensão do trabalho como elemento fundante da realidade sensível vivida pela humanidade, para, a partir dele, elucidar o sentido preciso da famosa frase contida no *Manifesto do Partido Comunista* de que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2010b, p. 40). Com isso, apreendemos que é na forma social do processo de trabalho nas sociedades de classes, baseada no trabalho alienado, que emerge a propriedade privada dos elementos que compõem o próprio processo de trabalho: a capacidade de trabalho, os meios de trabalho e os objetos de trabalho.

Assim feito, a sociedade capitalista, a forma moderna da sociedade de classes, é definida pela oposição entre os proprietários dos meios de produção (meios e objetos de trabalho) e os proprietários da força de trabalho. Diante disso, a própria reprodução ampliada da sociedade capitalista é a reprodução em espiral crescente desta relação fundamental que, por sua vez, avança progressivamente enquanto totalidade histórica que subordina todo o globo terrestre. De um lado, a concentração da riqueza social produzida pela força de trabalho nas mãos de poucos capitalistas, de outro, a ampliação da pobreza de bilhões de proletários, cada vez mais alienados em relação ao produto que produzem, ao seu próprio processo de trabalho e à sua condição de gênero humano, em suma, um avanço profundo da desumanização dos seres humanos.

Não é de estranhar, portanto, que o conflito que emerge desta situação degradante do proletariado ganhe a forma primária de revolta. De início, essa revolta pode assumir caráter individual, em que cada trabalhador, proprietário individual da sua própria força de trabalho,

busca melhorar apenas a sua própria condição individual. Entretanto, considerando que o desenvolvimento do processo capitalista de produção tende a reunir milhares ou até milhões de proletários nas cidades, equalizar as condições de vida destes e, por fim, unificar seus interesses comuns de valorização da sua propriedade individual, a revolta do proletariado, especialmente de sua vanguarda operária, ganha a forma de greves e, através delas, desenvolve-se a associação ampla e permanente dos trabalhadores em contrariedade direta aos capitalistas.

Tal salto de qualidade, da revolta do indivíduo à revolta da classe, entretanto, só ocorre pelo fato de que, de antemão, os indivíduos já estão subsumidos à sua classe social. Independentemente daquilo que possam pensar sobre a realidade, ou seja, de sua consciência de si, os trabalhadores já são uma *classe em si*, em que todos os indivíduos apenas são proprietários da própria força de trabalho, subsumida ao capital enquanto força social. Diante disso, apartados dos meios de subsistência, os quais só podem acessar se tiverem dinheiro para os comprarem no mercado, e separados dos meios de produção, os quais só entram em contato quando vendem sua força de trabalho ao capitalista em troca de um salário, a dicotomia que se impõe entre salário e custo de vida faz que todos os operários tenham um objetivo imediato comum: receber maiores salários ou, ao menos, manter os salários que garantem determinado padrão de vida. Desta maneira, “instintivamente”, ou, melhor, de uma forma espontânea que emerge da *necessidade* de reproduzir a própria existência, empreendem a luta de classes através das greves.

Portanto, o que define esse movimento espontâneo da classe é a antinomia constitutiva da sociedade capitalista. A oposição entre proprietários dos meios de produção e proprietários da força de trabalho, que se corporifica no processo de extração da mais-valia no interior da produção, faz com que cada forma de propriedade tenha o direito de buscar o máximo da sua valorização. Assim, em determinadas conjunturas históricas, a necessidade do lucro opõe-se frontalmente a necessidade do salário, transformando a greve em um conflito de “vida e morte” entre as classes sociais, sendo que, a depender do grau que os conflitos grevistas assumem no interior de uma determinada nação, tornam-se a principal expressão da radicalidade assumida pelas lutas de classes. Em resumo, segundo a expressão de Engels, é na “escola de guerra” das greves que os operários se preparam mais vigorosamente para a própria guerra social, ou seja, a revolução.

Nesta escola, por seu turno, é que os operários compreendem em meio ao seu movimento a necessidade da *associação permanente dos trabalhadores* em uma *união cada vez mais ampla*. Mediante a experiência da vida real, torna-se racional aos trabalhadores que

estes só podem garantir ao menos a manutenção das suas condições de vida mediante a sua articulação enquanto força social organizada. Por isso mesmo, prescindindo completamente das mistificações em torno de uma suposta *vontade política*, mas sim baseados na *necessidade*, o proletariado cria as suas mediações políticas e organizativas (tais como os sindicatos e os partidos). Estas que, por sua parte, condensam a possibilidade da classe tomar consciência de si mesma, transitando da situação imediata de *classe em si* para a condição mediada de *classe para si*.

A vantagem nessa luta, entretanto, a princípio está ao lado dos capitalistas. Em uma forma social na qual são dominantes, têm à sua disposição a possibilidade de demitir os grevistas e submetê-los às leis da concorrência condicionadas pelo desemprego, substituí-los por máquinas e, quando o conflito atinge níveis intoleráveis, utilizar do aparato jurídico e repressivo do Estado para desmobilizar pela força os operários. Com isso, a propriedade privada dos meios de produção, a concorrência no interior do mercado e o Estado se apresentam, também de antemão, como mecanismos para assegurar que as greves permaneçam dentro dos limites toleráveis à manutenção do processo incessante de acumulação de capital.

Portanto, se as greves e as associações entre os trabalhadores adquirem esse caráter espontâneo por serem imanentes à *classe em si*, ao permanecerem nos limites da mera luta econômica pela valorização do preço da força de trabalho tendem a ser, inexoravelmente, derrotadas. A situação muda de figura quando compreendemos, novamente com base nos autores germinais que fundamentam este trabalho de pesquisa, que o trabalho humano não é apenas dispêndio de energia física e mental, mas também prévia ideação, desdobrado sobre as bases de um plano que preexiste na consciência dos homens. Assim, tanto a definição dos objetivos da greve quanto o seu sentido futuro – seu devir histórico – passam também pelo processo de formulação no interior da consciência organizada, conduzido pela vanguarda política que ocupa as posições dirigentes no interior das mediações políticas e organizativas criadas pela classe em seu movimento de luta.

Por isso mesmo, combater as ideias da classe dominante no interior das instâncias associativas do proletariado é uma tarefa imprescindível para dar as lutas de classes que ganham forma nas greves a capacidade de avançarem no sentido da “revolução política de alma social”. Nesse sentido, procuramos demonstrar como Marx e Engels atuaram decididamente como vanguarda política quando instados ao posicionamento diante do conflito que se desdobrava a partir das necessidades da *classe em si*. Primeiro, na polêmica de Marx contra Ruge diante da revolta dos operários da Silésia, compreendemos a própria essência da “revolução política de

alma social”, que se contrapõe frontalmente aos limites da conquista da *cidadania* política no interior do Estado – a ilusória comunidade que não abole a propriedade privada como fundamento da produção e reprodução social. Na sequência, no combate contra Proudhon no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores, Marx procurou atacar as concepções vulgares da economia burguesa que acreditavam ser a greve inútil, já que, supostamente, os capitalistas repassavam a elevação do preço dos salários para o preço das mercadorias. Em substituição a tais vulgaridades, o autor caracterizou neste embate o caráter de oposição entre o salário e o lucro, demonstrando que uma elevação geral dos salários acarretaria em uma redução dos lucros, sem necessariamente gerar impacto no preço das mercadorias. Assim, defendeu as greves como principal método de luta do proletariado, em contrariedade ao mutualismo associativista, fazendo da Internacional um instrumento prático de fortalecimento desse método prioritário que se desdobra no interior do processo de produção e não fora dele.

Por fim, ao defenderem a greve como principal método das lutas de classes na sociedade moderna, Marx e Engels também não alimentaram ilusões em relação aos limites que este método apresenta – colocados sempre pela capacidade dos capitalistas se utilizarem dos mecanismos sociais ao seu dispor para desmobilizar os conflitos operários. Diante disso, e também do fato incontornável de que, no desenvolvimento continuado das greves e das associações de trabalhadores, o movimento operário deixava apenas de ser um fato econômico e passava a assumir um caráter legal, fundamental também era utilizar de tal momento para alavancar as lutas de classes no sentido do seu devir revolucionário, não limitando-as à parcialidade das pequenas conquistas a que parcela da vanguarda operária tinha acesso sob a forma de direitos trabalhistas e sociais – a *execução testamentária* amplificada pela redução do preço da própria força de trabalho através da mais-valia relativa. Assim, combateram as tendências reformistas que se desenvolviam no interior do próprio movimento dos trabalhadores, este que passava a assumir a forma crescente de uma *aristocracia operária* nos países capitalistas desenvolvidos, em especial, naquele momento, na Inglaterra.

Com base neste conjunto de compreensões dos autores germinais sobre as greves, seu potencial e seus limites, investigamos a origem e a extensão que o fenômeno da aristocracia operária adquiriu na sociedade capitalista a partir do final do século XIX. Nesta tarefa, buscamos na continuidade da tradição marxista, especialmente em Lenin, a compreensão sobre o *imperialismo*, fase superior do capitalismo em que os *superlucros* conquistados pelas potências imperialistas no mercado mundial permitiam a criação de uma “era de egoísmo” entre parcela do proletariado. Assim, da espiral crescente da acumulação de capital, formaram-se os

monopólios industriais em fusão com os monopólios financeiros: o *capital financeiro*. Com base nele, tinha origem os superlucros conquistados no mercado mundial, base objetiva que tornava possível aos Estados poderosos cooptarem parte significativa do seu proletariado, ampliando a capacidade de oferta de salários maiores e melhores condições de vida para a aristocracia operária. Fortalecia-se, deste modo, as tendências reformistas do movimento operário, que se elevaram ao máximo através de sua faceta *social-chauvinista*, demonstrando que o fenômeno da aristocracia operária não se limitava ao âmbito objetivo, mas também em sua dimensão subjetiva através da luta travada no interior da vanguarda política do proletariado.

Assim, diante desse caráter não apenas objetivo, mas também subjetivo do fenômeno da aristocracia operária, era necessário à dominação burguesa derrotar as tendências revolucionárias do movimento operário, estas que se apresentavam nas revoluções vitoriosas dos séculos XIX – em especial a Comuna de Paris de 1871 – e XX – principalmente a Revolução Russa de 1917. Para isso, não apenas a inauguração de uma *era de reformas* foi necessária, mas também a ostensiva violência do *tacão de ferro* estatal, que somente após o momento largamente repressivo – a *apoteose da espada* – conquistaria o espaço necessário para executar o testamento de parte das reivindicações imediatas da vanguarda operária sob a forma dos direitos, a dita *cidadania*. Notamos desta forma que o próprio movimento de ampliação do controle social através dos direitos consolidados no Estado não se deu historicamente como fruto de benesses, mas sim como produto das contradições geradas pelas ondas sucessivas de ascensão das lutas de classes que se expressavam pelas *greves de massas*, estas que exigiam dos países imperialistas uma crescente amplitude do processo de cooptação do proletariado através da formação e ampliação da aristocracia operária.

Assim, pudemos compreender que mesmo em meio à fase imperialista, que tem como um de seus pilares a aliança entre a oligarquia financeira e a aristocracia operária, de maneira nenhuma se aboliram as contradições da sociedade de classes, essas tais como apreendidas por Marx e Engels. Ao contrário disso, de tempos em tempos emergem as *feras do abismo*, a parcela do proletariado ainda não subsumida à forma aristocrática e, até mesmo, as bases dos setores da aristocracia operária quando o próprio desenvolvimento das contradições capitalistas, em meio ao seu ciclo de desenvolvimento, auge e crise da acumulação, passa a afetar negativamente seus salários e condições de vida.

Assim, as *greves de massas* surgem do momento em que a acumulação de capital está às vésperas de seu auge e posterior crise de superacumulação de capital. Neste momento, a contradição entre salário e custo de vida começa a impulsionar o proletariado como um todo

para as greves. De um lado, amplia-se a procura de força de trabalho, diminuindo os índices de desemprego e ampliando a força da *classe em si* em sua reivindicação imediata. De outro, a própria farra que antecede a crise eleva os preços das mercadorias, o que pressiona o custo de vida do proletariado. Assim, dessa contradição imanente ao processo cíclico da acumulação de capital, o movimento operário assume um caráter multitudinário, colocando o problema da manutenção ou elevação dos salários para milhares – ou até milhões – de operários inseridos no centro do processo de extração de mais-valia. Chegada a crise, por sua vez, impõe-se ao capital a desvalorização do valor, expressão da razão mesquinha e irracional da sociedade capitalista, que não permite que a potência social da produção abandone sua forma baseada na propriedade privada. Diante disso, desvalorizar o valor implica também em desvalorizar o próprio capital variável, impondo um salto qualitativo às greves de massas: ou avançam em qualidade para se transformar em revolução social – abandonam a “escola de guerra” para travar a própria guerra – ou serão desarticuladas pelos mecanismos de domínio dos capitalistas.

Apropriando-nos dessa dialética dos ciclos da acumulação capitalista que determina o movimento das lutas de classes nas sociedades modernas – em seus aspectos objetivos e subjetivos –, passamos a discutir a maneira como tal totalidade histórica foi se efetivando na realidade brasileira. Assim, primeiramente discutimos o processo de transição da situação colonial latino-americana para a posição de economias dependentes, já inseridas no interior da divisão internacional do trabalho em meio à fase imperialista. Desta maneira, compreendemos no interior da teoria do imperialismo elaborada por Lenin as bases para o desenvolvimento de aspectos centrais da teoria marxista da dependência, tendo em Ruy Mauro Marini um de seus principais formuladores.

Nesse sentido, o subdesenvolvimento das forças produtivas, quando comparado aos países de elevado desenvolvimento capitalista, e a transferência de parte significativa da mais-valia criada no território dos países dependentes para o centro imperialista, foram compreendidos como pilares da organização do mercado mundial que condiciona a forma de efetivação do capitalismo em países como o Brasil. Com isso, os países dependentes acabam por apresentar um desenvolvimento capitalista truncado, em que o processo de reinvestimento produtivo da mais-valia encontra profundos limites, não avançando rapidamente para as formas de exploração da força de trabalho por meio da mais-valia relativa e, em sua substituição, engendrando a superexploração da força de trabalho como maneira de compensar essas debilidades. Para além disso, este processo de acumulação de capital na periferia *depende*

fortemente do ingresso do capital financeiro, o que reproduz em escala ampliada a própria dependência.

Tal situação, que tem como determinações internas a estrutura latifundiária da terra com produção voltada à exportação e o imenso exército industrial de reserva, nos impôs o questionamento da existência ou não de uma aristocracia operária no Brasil. Baseados na compreensão de que a situação de dependência permite diferenciados graus de dependência – tanto ao nível geográfico quanto histórico – nos aprofundamos sobre o desenvolvimento das contradições capitalistas em meio aos ciclos de greves de massas no interior da sociedade brasileira. Diante disso, analisamos o que definimos como os dois primeiros ciclos de greves de massas no Brasil, sendo o primeiro de 1917 a 1937, atravessado pelas contradições originais do processo de industrialização por substituição de importações; e o segundo de 1947 até 1968, representando o momento de exaustão desse modelo de industrialização sem o rompimento com a dependência – e, portanto, com a própria fase superior do capitalismo, o imperialismo. Com isso, demonstrou-se a incapacidade de a economia brasileira avançar, em meio a estes dois primeiros ciclos de greves de massas, para o processo de exploração por meio da mais-valia relativa, o que impôs à dominação burguesa, nos momentos de auge das lutas de classes, o recurso à *apoteose da espada* como síntese de final de período. Em resumo, o enfileirar de *bananas e cadáveres* foi a tônica da efetivação do capitalismo no Brasil, não permitindo nem ao menos o fortalecimento de tendências reformistas no interior do movimento operário de então.

Entretanto, após o final do segundo ciclo de greves de massas, profundas transformações passaram a ocorrer na economia brasileira. Sob a batuta do Estado de Contra-Insurgência criado pelo golpe militar de 1964 e ancorado na dependência do capital financeiro dos países imperialistas – em especial os Estados Unidos – o Brasil ampliou as bases para o desenvolvimento plenamente capitalista de sua sociedade. De um lado, por meio do fortalecimento da indústria automobilística de propriedade estrangeira, consolidou-se um setor industrial de elevada composição orgânica do capital, fazendo o país finalmente alcançar a fase dos monopólios e atingir uma posição subimperialista. De outro lado, mantendo o latifúndio intocado, promoveu-se a industrialização do campo, criando uma agricultura de elevada produtividade regida pelos critérios sociais de produção. Por fim, ao promover ambas estas mudanças na forma de produção, somadas à uma política financeira amplamente favorável ao capital financeiro e uma política educacional e cultural que acabou por criar uma *nova esquerda* divorciada do marxismo no interior das camadas médias, a ditadura deu início a um embrionário

processo de diferenciação no interior do proletariado brasileiro, plantando as sementes que futuramente se desenvolveriam para se transformarem em aristocracia operária.

Entretanto, antes que tal tarefa pudesse ser concluída pelas mãos sujas de sangue da aliança entre militares e tecnocratas da racionalização burguesa, novamente a dialética que emerge das crises capitalistas se impôs já ao final da década de 1970. Assim, teve início o terceiro ciclo de greves de massas no país (1978-1996), engendrando por meio dele um significativo movimento democrático de massas e colocando em xeque a dominação do Estado de Contra-Insurgência já em sua fase de institucionalização. Neste combate, a ascensão do movimento operário por meio das greves acabou por se consolidar na criação das suas mediações políticas e organizativas (PT e CUT), espaços que acabaram por centralizar a disputa da vanguarda política sobre o devir histórico deste terceiro ciclo de greves de massas. Entretanto, sobre as bases criadas pela ditadura, por mais que o movimento operário em suas greves de massas conseguisse alcançar a sua independência sindical e política em relação à burguesia, não teve a capacidade de conquistar sua independência ideológica, muito cedo sendo capturado pelas tendências reformistas que trataram de solidificar na consciência do proletariado o limite da dita conquista da *cidadania* que matizava o Programa Democrático e Popular.

Desta maneira, se no primeiro e no segundo ciclo de greves de massas, marcados pela ausência da mais-valia relativa, não houve espaço nem ao menos para o desenvolvimento e enraizamento de tendências reformistas entre os operários brasileiros, as transformações do capitalismo em escala global modificaram tal cenário justamente em meio aos desdobramentos do terceiro ciclo de greves de massas. Desde os anos 1970 que uma nova forma de produção capitalista – definida como toyotismo ou acumulação flexível – ganhou terreno no mundo, permitindo um largo processo de descentralização da produção mundial, modificando o padrão de relação entre os Estados imperialistas e suas aristocracias operárias e elevando sobremaneira as taxas de exploração da força de trabalho através da dita “precarização”. Assim, pelas mãos do capital estrangeiro, de forma desigual e aos saltos, a chamada reestruturação produtiva entrou com força no Brasil durante a década de 1990, sendo favorecida por uma larga política econômica de abertura comercial às importações.

Como resultado contraditório, tais profundas transformações permitiram a convivência da ampliação das formas precárias de trabalho com a definitiva instauração do processo de exploração da força de trabalho por meio da mais-valia relativa – baseada no rebaixamento dos preços dos bens salário. Contida a hiperinflação, por sua vez, derrotava-se o último motor que

ainda sustentava o terceiro ciclo de greves de massas no Brasil, permitindo finalmente a institucionalização supostamente democrática do Estado do Contra-Insurgência, preservando, por óbvio, sua fundamental função repressiva através da “Era Urutu”.

Diante disso, a diferenciação embrionária das condições de vida e de remuneração entre os diferentes setores do proletariado brasileiro, que já ocorria timidamente desde o início da década de 1970, mas que fora drasticamente interrompida pela hiperinflação dos anos 1980, pôde enfim se completar aos moldes de uma aristocracia operária durante o decênio seguinte. Rebaixando os preços das mercadorias básicas – alimentos, roupas, etc. – foi possível aos operários inseridos nos setores estratégicos do aparelho produtivo – monopólios que conquistam superlucros e podem pagar maiores salários – destinar a parcela sobrando de seus rendimentos para a ampliação do consumo de bens suntuários e serviços, para o reforço do endividamento como amplificador desse consumo e, até mesmo, para aplicar parcela do fundo salarial em investimentos na propriedade privada capitalista, participando desde ali como acionistas minoritários do capital monopolista por meio dos fundos de pensão.

Sócios minoritários, no entanto, não mais do processo de industrialização por substituição de importações, inaugurado pela chamada “Era Vargas”, mas sim do novo padrão de reprodução do capital de especialização exportadora, este que leva ao máximo o bordão “exportar ou morrer” e condiciona os pilares da política econômica chamada neoliberal: metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário. Assim, é para administrar essas bases econômicas que a aristocracia operária, com seu partido e sua central sindical, são convocados a serem a peça central da condução dos negócios da burguesia no interior de seu Estado a partir de 2002. A nova força social que surgiu do barro criado pelo desenvolvimento capitalista dos tempos da ditadura militar, passou pela forja da redução dos preços via precarização do trabalho e abertura comercial da era do neoliberalismo, constituindo-se no principal tijolo de sustentação da nova fase de expansão subimperialista brasileira a partir de 2005.

Nesta nova fase, impulsionada por preços internacionais amplamente favoráveis à reprodução interna do capital por meio da especialização exportadora, ampliaram-se conjuntamente os salários, reduziu-se o desemprego, fortaleceu-se os fundos de pensão e foi permitido a um Estado periférico hipertrofiar a *cidadania* através das políticas privatizantes de assalto ao fundo público e de alguns programas sociais focalizados, aos moldes defendidos pelo Banco Mundial. Assim, as ilusões em torno do chamado social-desenvolvimentismo, que parametrizaram as palavras que deram forma ao novo conteúdo da dominação burguesa através da aristocracia operária no Brasil, chegaram ao auge. Mais uma vez, na esteira das contradições

que emergem da objetividade capitalista em seu movimento cíclico, vivia-se o período de farra que antecede a crise mundial de superacumulação de capital, que seria deflagrada logo na sequência em 2008 e dali seguindo com seus desdobramentos.

Nessa dialética contraditória, portanto, se em um primeiro momento a economia dependente brasileira foi pouco afetada pela crise, sentindo seus efeitos apenas como “marolinha”, na sequência a tormenta chegou. Novamente as greves se fizeram valer, dando início ao que caracterizamos como o quarto ciclo das greves de massas no Brasil (2008-2018). Assim, um novo conteúdo revolucionário se apresentou, ansiosamente em busca de novas palavras a serem vocalizadas por meio das mediações políticas e organizativas do proletariado, adequadas para lhe dar forma efetivamente revolucionária. Entretanto, tal conteúdo expresso nas greves de massas se defrontou pela primeira vez com a aristocracia operária completamente postada, atuando diretamente e de forma organizada em busca de conduzir o avanço das lutas de classes aos limites estreitos das ilusões social-desenvolvimentistas.

A “marolinha”, entretanto, transformava-se em tormenta. Já a partir de 2012 caíram as taxas de lucro do capital monopolista local em função da enorme queda do preço das mercadorias produzidas no Brasil e orientadas para exportação. Nesse momento o capital deflagrou a ofensiva contra o proletariado, buscando rebaixar o preço da força de trabalho como necessidade que emerge da antinomia de que já havia tratado Marx. As greves de massas se ampliam em envergadura, atingindo tanto o setor da indústria tradicional como o novo setor da indústria de serviços e as regiões distantes do Sudeste brasileiro, aquelas que foram industrializadas pelo novo padrão capitalista que descentralizou o processo de produção e também foi em busca das regiões detentoras das fontes de matérias-primas para exportação.

Como resposta a esse ataque generalizado do capital ao proletariado, a aristocracia operária tratou de preservar apenas sua própria condição de vida. Favorecida por suas posições na direção do Estado e dos fundos de pensão, abundaram desde 2011 programas de salvamento ao capital monopolista, direcionando montanhas de recursos do fundo salarial dos trabalhadores para a proteção da propriedade privada capitalista. O raciocínio foi por óbvio evidente: se aos superlucros de monopólio cabem os salários dos aristocratas operários, aos repasses de recursos ao capital monopolista restaria a preservação das condições diferenciadas de remuneração e vida desta parcela dos trabalhadores. Entretanto, o raciocínio supostamente correto também tratou de ser triturado pelo avanço da crise da economia dependente, em que o capital monopolista priorizou a preservação de suas posições nos países centrais, ampliando a transferência de mais-valia para as potências imperialistas.

Na esteira de tal espetáculo de ilusões perdidas, restou aos representantes políticos da aristocracia operária atacar a origem da instabilidade de suas antes confortáveis existências: as greves de massas. Na cadeira da presidência da república, o PT implementou a brutalidade da austeridade fiscal contra os trabalhadores em 2015, fazendo crescer sobremaneira o desemprego e criando as bases econômicas para a retração do movimento grevista da *classe em si* e permitindo o rebaixamento do preço da força de trabalho. Entretanto, fracassando inicialmente em sua tarefa de retomar o dinamismo da acumulação de capital, os aristocratas operários foram descartados pelo capital monopolista, rompendo-se a aliança solidamente conquistada nas décadas anteriores.

Nesta sequência de atos, por sua vez, a revolução brasileira não pôde encontrar suas palavras revolucionárias adequadas, não restando espaço para as propostas e ações que sinalizassem um caminho para o seu amadurecimento. Sem a capacidade de criar as mediações políticas e organizativas que garantissem a independência do proletariado em relação à burguesia, restou seguir a direção da aristocracia operária, que conduziu o conteúdo revolucionário do período para os rochedos da conciliação entre as classes sociais. Diante do naufrágio, sobraram apenas as fantasmagorias dos espíritos do passado, aparecendo e reaparecendo em cena a cada ato dessa tragédia que já conta com traços de comédia. Assim, em movimento descendente, a revolução brasileira tratou de cumprir sua tarefa destrutiva do velho mundo, derrubando várias expressões da dominação burguesa. Entretanto, na ausência de uma organização prévia do proletariado que pudesse substituir o velho, as formas políticas que substituíram este avanço destrutivo da tormenta foram ainda mais regressivas, sempre orientadas a dar sustentação ao capital monopolista.

No momento que finda esse trabalho de pesquisa, estamos diante de mais um embate deste processo da revolução brasileira, já em meio a um grande refluxo das lutas de classes inaugurado em 2018. Sem mais espaço para ilusões em relação ao papel cumprido pela aristocracia operária nesse grande teatro, resta-nos continuar com os olhos abertos em busca da poesia do futuro. Que nossa atividade intelectual, portanto, sirva não para responder especulativamente contra que espécie de fantasma lutaremos logo a frente, mas sim, o que nos parece muito mais importante, para retirar a busca pelas palavras revolucionárias do pântano da inútil utopia romântica, conduzindo-a para o movimento real das greves de massas e para a organização cada vez mais ampla do proletariado: as expressões mais precisas de até que ponto chegaram e podem chegar as lutas de classes em determinado país.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vania Malheiros Barbosa. **Vanguarda operária: elite da classe?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora.** São Paulo: Cortez e Editora Ensaio, 1982.

_____. **O continente do labor.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.

ANUÁRIO Estatístico do ILAESE: trabalho & exploração. São Paulo: ILAESE, v. 1, nº 3, outubro 2021.

APÓS sete anos de prejuízos, fundos de pensão fecham 2020 com saldo positivo. **Agência O Globo.** 2021. Disponível em: < <https://economia.ig.com.br/2021-06-05/fundos-de-pensao-saldo-positivo.html>>. Acesso em: 05 de jan. de 2022.

AREND, Marcelo. **50 anos de industrialização do Brasil (1955-2005): uma análise evolucionária.** Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2009.

ARUTO, Pietro Caldeirini. **Padrão de reprodução do capital e superexploração da força de trabalho no Brasil (2003-2016): uma análise em múltiplas dimensões espaciais.** Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2019.

BABOIN, José Carlos de Carvalho. **A greve como limite do direito e o direito como limite da greve: a historicidade da positivação.** Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, São Paulo, 2020.

_____. **O tratamento jurisprudencial da greve política no Brasil.** Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, São Paulo, 2013.

BAGÚ, Sergio. **Economía de la sociedad colonial;** ensayo de historia comparada de América Latina. Buenos Ayres: Librería “El Ateneo” Editorial, 1949.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano.** Florianópolis: Insular, 2013.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: LIMA SOBRINHO, Barbosa, *et al.* (org.). **Em Defesa do Interesse**

Nacional: Desinformação e Alienação do Patrimônio Público. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BATISTA JR., P. N. O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 10, n. 28, p. 127-197, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8958>. Acesso em: 7 nov. 2021.

BELIK, Walter. Agroindústria e reestruturação industrial no Brasil: elementos para uma avaliação. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 11, n. 1/3, p. 58-75, 1994.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; ALMEIDA, Júlio Gomes de. **Depois da queda: A economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BENITES, Afonso; BEDINELLI, Talita. Protesto convulsiona Brasília e Temer é criticado por convocar Forças Armadas. **El País**, Brasília, 25 de mai. de 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/25/politica/1495668945_158715.html>. Acesso em: 22 de dez. de 2021.

BIANCHI, Alvaro. O que estava em jogo na greve dos petroleiros? Neoliberalismo e resistência operária no governo Fernando Henrique Cardoso. **Plural**, São Paulo, v. 3, , p. 82-101, 1.sem. 1996.

BRAGA, Ruy. Jirau: o avesso do milagre. **Blog da Boitempo**, 2011. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2011/05/09/jirau-o-avesso-do-milagre-coluna-do-ruy-braga/>. Acesso em: 17 de dezembro de 2020.

BREDA, Diógenes Moura. **A transferência de valor no capitalismo dependente contemporâneo. O caso do Brasil entre 2000 e 2015.** Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2020.

BUKHARIN, Nicolai. **A Economia Mundial e o Imperialismo.** São Paulo: Nova Cultural, 1988.

CAMPOS, Cauê Vieira. As rebeliões trabalhistas nas obras do PAC: o caso das usinas hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte. In: V SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA: “REVOLUÇÕES NAS AMÉRICAS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO, 2013, Londrina. **Anais eletrônicos.** Londrina, Gepal, 2013. Disponível em: < http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v16_cau_e_GIII.pdf>. Acesso em: 17 de jun. de 2021.

CARCANHOLO, Marcelo. Crise Capitalista: financeirização ou queda da taxa de lucro?. In: ALVEZ, Giovanni; CORSI, Francisco Luiz (org.). **A Crise Capitalista no Século XXI: Um debate marxista.** Marília, SP: Projeto Editorial Praxis, 2021.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quartel do século XX.** São Paulo: Editora Unesp/Unicamp, 2002.

CARRANÇA, Thais. Crise e sindicato mais pobre derrubam número de greves. **Valor**, São Paulo, 16 de set. de 2019. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/09/16/crise-e-sindicato-mais-pobre-derrubam-numero-de-greves.ghtml>>. Acesso em: 13 out. 2019.

CASTELO, Rodrigo. A “questão social” nas obras de Marx e Engels. **Praia Vermelha**. Rio de Janeiro, v. 20, nº 1, p. 85-94, jan-jun, 2010.

_____. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

CENTRAIS sindicais convocam greve geral para 28 de abril. **Congresso em Foco**. 2017a. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/centrais-sindicais-convocam-greve-geral-para-28-de-abril/>>. Acesso em: 22 de dez. de 2021.

CENTRAIS sindicais divergem sobre greve geral nessa sexta-feira. **G1**, 2017b. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/centrais-sindicais-divergem-sobre-greve-geral-nesta-sexta-feira-21537729>>. Acesso em: 22 de dez. 2021.

CHASIN, José. **A esquerda e a nova república**. São Paulo: Revista Ensaio, nº 14, 1985. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/chasin/1985/mes/esquerda.pdf>

_____. **As máquinas param, germina a democracia**. São Paulo: Escrita/Ensaio, nº 7, 1980. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/chasin/1979/mes/maquinas.htm>>

_____. **Lula versus Luís Inácio da Silva**. São Paulo: Nova Escrita Ensaio, nº 9, 1982. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/chasin/1982/mes/lula.pdf>>

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

COGGIOLA, Osvaldo. Os inícios das organizações dos trabalhadores. **Aurora**. Marília-SP, v. 3, nº 2 p. 11-20, ago. 2010.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Militares na política ou política entre os militares: uma falsa questão. *In*: BARBOSA, Jefferson Rodrigues *et al.* (orgs.). **Militares e política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CUT vai cobrar benefícios fiscais durante campanha. **Valor**. 2013. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2013/06/03/cut-vai-cobrar-beneficios-fiscais-durante-campanha.ghtml>>. Acesso em: 14 de dez. de 2021.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Sistema de Acompanhamento de Greves – SAG**. São Paulo: DIEESE, 2021.

_____. **Sistema de Acompanhamento de Salários – SAS**. São Paulo: DIEESE, 2021.

EM 4 ANOS, PT perde mais da metade das prefeituras. **G1**. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2016/blog/eleicao-2016-em-numeros/post/em-4-anos-pt-perde-mais-da-metade-das-prefeituras.html>>. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

ENGELS, Friedrich. Friedrich Engels a August Bebel. *In*: MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. São Paulo: Boitempo, 2012.

ERA uma vez na América. Direção de Sergio Leone. The Ladd Company. Estados Unidos: Warner Bros. Pictures, 1984.

EUZÉBIOS FILHO, Antonio. A crise de representatividade em dois tempos no Brasil atual: um olhar sobre a greve dos garis e dos caminhoneiros. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 19, n. 45, p. 186-201, mai-ago 2019.

FAZIO, Luciano. **O que é previdência social**. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.
NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. A sociedade escravista no Brasil. *In*: IANNI, Octavio (org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERRARI, Hamilton. Imposto sindical cai 96% em dois anos, de R\$ 3,64 bilhões para R\$ 128,3 milhões. **Poder 360**, São Paulo, 22 de jan. de 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/imposto-sindical-cai-96-em-2-anos-de-r-364-bilhoes-para-r-128-milhoes/>>. Acesso em: 23 dez. 2019.

FIESP e Centrais Sindicais se unem em manifestação por juros menores. [S. l.: s. n.], 2011. 1 vídeo (1min51s). Publicado pelo canal Fiesp online. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LnBZIFZV12w>>. Acesso em: 13 de dez. de 2021.

FONTES, José Raimundo. **Manifestações operárias na Bahia: o movimento grevista, 1888-1930**. Salvador: Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 1988.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

FRANK, Andre Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

FUNCIONÁRIOS em greve BRF – Sadia. [S. l.: s. n.], 2013. 1 vídeo (6min26s). Publicado pelo canal Andre Felipe. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Hvg_jhn25cw&t=15s>. Acesso em: 03 de nov. de 2021.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

GANDRA, Marcos Aurélio Ramalho. **Cidade “vermelha” do Aço: greves, controle operário e poder popular em Volta Redonda (1988-1989)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Rio de Janeiro, 2009.

GARCIA MUNHOZ, Dercio. Inflação brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 1930. **Revista Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, volume 1, número 1, p. 1-29, jan/jun 1997.

GENRO FILHO, Adelmo. **Contra o socialismo legalista**. Santa Maria: Tchê! Editora Ltda., 1987.

GENTIL, Denise Lobato. Ajuste fiscal, privatização e desmantelamento da proteção social no Brasil: a opção conservadora do governo Dilma Rousseff (2011-2015). **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, n. 46, p. 10-33, jan./abr. 2017.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

GRACIOLLI, Edilson José. **Um caldeirão chamado CSN: Resistência operária e violência militar na greve de 1988**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995a.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995b.

_____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GREVE dos caminhoneiros: a cronologia dos 10 dias que paralisaram o Brasil. **BBC News**. 2018. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2018/05/30/greve-dos-caminhoneiros-a-cronologia-dos-10-dias-que-pararam-o-brasil.htm>>. Acesso em: 16 de jan. de 2022.

GREVE geral provocou rombo de R\$ 5 bi no comércio brasileiro, diz FecomércioSP. **Correio Brasiliense**. 2017b. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/04/29/internas_economia,866028/greve-provocou-rombo-de-r-5-bi-no-comercio-brasileiro-diz-fecomercio.shtml>. Acesso em: 22 de dez. de 2021.

GREVE geral reúne 40 milhões de trabalhadores, dizem sindicatos. **Exame**. 2017a. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/greve-geral-reune-40-milhoes-de-trabalhadores-dizem-sindicatos/>>. Acesso em: 22 de dez. de 2021.

HEINEN, Vicente Loeblein. **Superpopulação relativa no Brasil: tamanho e composição entre 2012 e 2020**. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis, 2021.

HILLESHEIM, Jaime. **Conciliação Trabalhista**: Ofensiva sobre os direitos dos trabalhadores na periferia do capitalismo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

HOBBSBAWN, Eric J. **A era do capital, 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

JAMES, C. R. L. **Os jacobinos negros**: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2010.

JARDIM, Maria Chaves; SILVA, Márcio Rogério. **Programa de aceleração do crescimento (PAC): neodesenvolvimentismo?** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

KAWAGUTI, Luis. "Tanque" dos anos 1970 pode ser usado em intervenção na segurança do Rio de Janeiro. UOL, Brasília, 16/02/2018. Disponível em: <<https://www.bol.uol.com.br/noticias/2018/02/16/blindado-dos-anos-70-pode-ser-usado-em-intervencao-no-rio.htm>>. Acesso em: 24/11/2021.

LENIN, Vladimir Ilich. A comemoração do Primeiro de Maio pelo proletariado revolucionário. In: MOISÉS, José Álvaro *et al.* (org.). **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Polis LTDA, 1979f.

_____. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**: O processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. Das Resoluções da VI Conferência de Toda a Rússia (Conferência de Praga) do POSDR. In: MOISÉS, José Álvaro *et al.* (org.). **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Polis LTDA, 1979i.

_____. Do informe *Sobre a Revolução de 1905*. In: MOISÉS, José Álvaro *et al.* (org.). **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Polis LTDA, 1979h.

_____. Dos materiais sobre a luta dentro da minoria social-democrata da Duma. In: MOISÉS, José Álvaro *et al.* (org.). **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Polis LTDA, 1979g.

_____. A era das reformas. In: MOISÉS, José Álvaro *et al.* (org.). **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Polis LTDA, 1979d.

_____. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**. Rio de Janeiro: Global Editora, 1989.

_____. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1985.

_____. Karl Marx. In: MOISÉS, José Álvaro *et al.* (org.). **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Polis LTDA, 1979a.

_____. O movimento sindical, os comitês de fábrica e de usinas. In: AGUENA, Paulo (org.). **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

_____. Um novo massacre. In: MOISÉS, José Álvaro *et al.* (org.). **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Polis LTDA, 1979c.

_____. À população. In: NETTO, José Paulo (org.). **Lenin e a revolução de outubro: textos no calor da hora (1917-1923)**. São Paulo: Expressão Popular, 2017b.

_____. **O programa agrário** da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

_____. **Que fazer?** Problemas candentes do nosso movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. Relatório sobre a situação internacional e as tarefas fundamentais da Internacional Comunista. In: NETTO, José Paulo (org.). **Lenin e a revolução de outubro: textos no calor da hora (1917-1923)**. São Paulo: Expressão Popular, 2017c.

_____. Sobre as greves. In: MOISÉS, José Álvaro *et al.* (org.). **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Polis LTDA, 1979b.

_____. As tarefas do proletariado na nossa revolução (projeto de plataforma do partido proletário). In: NETTO, José Paulo (org.). **Lenin e a revolução de outubro: textos no calor da hora (1917-1923)**. São Paulo: Expressão Popular, 2017a.

_____. A vida ensina. In: MOISÉS, José Álvaro *et al.* (org.). **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Polis LTDA, 1979e.

LESSA, Sergio. **Cadê os operários?** São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

_____. Resenha de: LUKÁCS, György. Prolegômenos para uma ontologia do ser social. São Paulo: Boitempo, 2010, 414p. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Unesp, n. 32, 2011, p. 175-177.

LONDON, Jack. **O tacão de ferro**. São Paulo: Boitempo, 2011.

LOVATTO, Angélica. A corrente autonomista no Brasil e a classe operária: apontamentos críticos sobre a revisão do marxismo nos anos 1980. **Lutas Sociais**. São Paulo, v. 20, n. 37, p. 10-22, 2016.

LÖWY, Michael. Prefácio à edição brasileira. In: MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012b.

_____. Prefácio. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

LUCE, Mathias Seibel. **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2007.

_____. **A Teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A História de uma categoria**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2011.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe: Estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

LULA, Luiz Inácio. **Lula: retrato de corpo inteiro**. [Entrevista concedida a] Ricardo Antunes, Antônio Rago Filho, Maria Dolores Prades e Paulo Douglas Barsotti. Nova Escrita Ensaio, São Paulo, ano IV, n. 9, p 13-54, jan. 1982.

LUXEMBURGO, Rosa. **Greve de massas, partidos e sindicatos**. Coimbra: Centelha, 1974.

_____. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MAIAKOVSKY. Meu 1º de maio. In: MONIZ, Edmundo. **Poemas da liberdade: uma antologia poética de Dante a Brecht**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

MAIS de 100 mil em São Paulo pedem Diretas Já. **CUT**, 2017. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/mais-de-100-mil-em-sao-paulo-pedem-diretas-ja-e-enaltecem-a-importancia-das-ruas-4332>>. Acesso em: 22 de dez. de 2021.

MARINI, Ruy Mauro. **Brasil: da ditadura à democracia**. 1990. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/071_brasil_dictadura_democracia.html>. Acesso em 28 de agosto de 2021.

_____. O ciclo do capital na economia dependente. *In*: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Dialética da dependência. *In*: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **El experimento neoliberal en Brasil**. 1992. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/072_experimento_neoliberal_brasil.html>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

_____. O Estado de Contra-Insurgência na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. Brasília, volume 12, número 3, p. 1-15, 2018.

_____. Os movimentos estudantis na América Latina. **Les temps modernes**. Paris, n°219, pp. 718-731, 1970.

_____. El movimiento obrero brasileño. **Cuadernos políticos**. México, número 46, p. 5-23, abril-junio, 1986.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2014.

_____. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. 1996. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/089_globalizacion_capitalista.html>. Acesso em 11 de novembro de 2021.

MARCELINO, Paula. Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil. **Tempo social**, revista de sociologia da USP, v. 29, n. 3, p. 201-227, dez. 2017.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Cem anos de solidão**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

MARX, Karl. O 18 brumário de Luís Bonaparte. *In*: GIANOTTI, José Arthur (org.). **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978b.

_____. Ajuda da Internacional ao movimento sindical. *In*: AGUENA, Paulo (org.). **O marxismo e os sindicatos: Marx, Engels, Lenin e Trotsky**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008a.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1: o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro 2: o processo de circulação do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **O capital:** crítica da economia política. Livro 3: o processo global de produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008c.

_____. **Crítica do Programa de Gotha.** São Paulo: Boitempo, 2012b.

_____. Glosas críticas ao artigo “o rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano”. *In:* MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Alemanha.** São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. **A guerra civil na França.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **As lutas de classes na França.** São Paulo: Boitempo, 2012a.

_____. Introdução à Crítica da Economia Política. *In:* GIANOTTI, José Arthur (org.). **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.** São Paulo: Abril Cultural, 1978a.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2010b.

_____. Mensagem inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores. *In:* MUSTO, Marcello (org.). **Trabalhadores, uni-vos!:** antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014a.

_____. **Miséria da filosofia:** Resposta à Filosofia da miséria, do sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Resoluções do Congresso de Genebra (1866). *In:* MUSTO, Marcello (org.). **Trabalhadores, uni-vos!:** antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Economia nacional e economia política.** [S.l.: s.n.], [198-?].

_____. **Manifesto comunista.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora:** de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MORAES, João Quartim de. A guerra, a FEB e o golpe liberal. *In:* BARBOSA, Jefferson Rodrigues *et al.* (orgs.). **Militares e política no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MORCEIRO, Paulo César. **A indústria brasileira no limiar do século XXI: uma análise da sua evolução estrutural, comercial e tecnológica.** Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2018.

MOREIRA, Aluizio Franco. A greve de 1917 em Recife. **CLIO – Revista de Pesquisa Histórica**, Recife/PE, n.º1, v. 23, p. 45- 70, 2005.

MOVIMENTO pela derrubada de juros contou com várias entidades. **CNM-CUT**. 2011. Disponível em: <<https://cnm-cut.cut.org.br/noticias/movimento-pela-derrubada-de-juros-contou-com-varias-entidades-8060>>. Acesso em: 12 de dez. de 2021.

MULINARI, Mauricio. Avanço do grande capital sobre a pequena propriedade rural: análise das mudanças estruturais na agricultura catarinense. **Revista NECAT**. Ano 8, nº 16, p. 62-78, jul-dez 2019.

_____. Greve de massas ou apassivamento da classe trabalhadora. **Argumentum**. [S. l.], v. 12, n. 1, p. 162–173, 2020.

MUSTO, Marcello. Introdução. *In*: MUSTO, Marcello (org.). **Trabalhadores, uni-vos!:** antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014.

NETO, Artur Bispo dos Santos; SANTOS, Glaucya Núbia Barros dos. A aristocracia operária e a previdência complementar. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís-MA, v. 20, n. 2, p. 447-472, jul/dez 2016.

NETTO, José Paulo. Introdução. *In*: **Miséria da filosofia:** Resposta à Filosofia da miséria, do sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Karl Marx:** uma biografia. São Paulo: Boitempo, 2020.

NOVAIS, Fernando. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

OLIVEIRA, Carlindo Rodrigues de; NORONHA, Eduardo Garutti. **Greves no Brasil (de 1968 aos dias atuais):** depoimentos de lideranças. São Paulo: Cortez, 2015.

OLIVEIRA, Carlindo Paulo Rodrigues de. **Greves e negociação coletiva: dimensões da luta sindical.** Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2021.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **Governos Lula, Dilma e Temer: do espetáculo do crescimento ao inferno da recessão e da estagnação (2003-2018).** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização exportadora – estudo de cinco economias da região. *In*: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital.** São Paulo: Boitempo, 2012b.

_____. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. *In*: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012a.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Uma ponte para o futuro. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: <<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

A PAUTA para o Brasil não é a crise e sim desenvolvimento. **CUT**. 2015. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/a-pauta-para-o-brasil-nao-e-crise-e-sim-desenvolvimento-5587>>. Acesso em: 21 de dez. de 2021.

PICHLER, Walter Arno. Tendências da sindicalização no Brasil: 1992-2009. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 38, n. 3, p. 37-46, 2011.

PINTO, Alvaro Vieira. **Por que os ricos não fazem greve?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

_____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PROGRAMA de proteção ao emprego poderá ser realidade. **CUT**. 2015. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/programa-de-protecao-ao-emprego-ppe-podera-ser-realidade-no-brasil-da8a>>. Acesso em: 21 de dez. de 2021.

PT perde ‘cinturão vermelho’ e PSDB conquista 11 prefeituras da grande SP. **G1**. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2016/noticia/2016/10/pt-perde-cinturao-vermelho-e-psdb-conquista-11-prefeituras-da-grande-sp.html>>. Acesso em: 17 de jan. de 2022.

REFORMA da previdência é rejeitada por 71% dos brasileiros. **Datafolha**. 2017. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/05/1880384-reforma-da-previdencia-e-rejeitada-por-71-dos-brasileiros.shtml>>. Acesso em: 22 de dez. de 2021.

REZENDE, Antonio Paulo. **História do movimento operário no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: LeBooks, 2018.

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, nov. 2009.

SAKAMOTO, Leonardo. Jirau: um país que vai pra frente, mas passando por cima. **UOL**, São Paulo, 18 de mar. de 2011. Disponível em: <<https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2011/03/18/jirau-um-pais-que-vai-pra-frente-mas-passando-por-cima/>>. Acesso em: 08 de dez. de 2021.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Jornadas de Junho e Revolução Brasileira. **Interesse Nacional**, São Paulo, ano 6, n. 26, p. 57-68, out-dez 2013.

SANTANA, Emerson Marques de. **Precarização do trabalho e as contradições da produção do espaço – o caso da BRF em Lucas do Rio Verde – MT**. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2019.

SARTI, Fernando; HIRATUKA, Célio. Desempenho recente da indústria brasileira no contexto das mudanças estruturais domésticas e globais. **Texto para discussão**. Unicamp. IE, Campinas, n. 290, abr. 2017.

SESSO FILHO, **O setor supermercadista no Brasil nos anos 1990**. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, São Paulo, 2003.

SHAKESPEARE, William. **Hamlet**. São Paulo: Universo dos Livros, 2007.

SILVA, Alessandro da. Politização do sistema de justiça brasileiro. **A Terra é redonda**, S. l., 11 de nov. de 2021. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/politizacao-do-sistema-de-justica-brasileiro/>>. Acesso em: 13 de nov. de 2021.

SILVA, Ligia Osório. Projeto nacional e politização das forças armadas, 1944-1964. In: BARBOSA, Jefferson Rodrigues *et al.* (orgs.). **Militares e política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço da. A greve geral de 1917 em Porto Alegre. **Revista Anos 90**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre/RS, v.4 n.º 5, p. 183-205, 1996.

SIMÃO, Vilma Margarete. As greves dos trabalhadores blumenauenses: expressão da consciência econômico-corporativa e um caminho à individualização da classe. **Revista Katálysis**, Florianópolis, n.º 1, p. 128-139, 1996.

SINGER, Paul. **A crise do “milagre”**: interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Hugo R. C.; PAULA, Mário Lúcio de. 80 mil operários se rebelam contra escravidão nas obras do PAC. **A Nova Democracia**, Rio de Janeiro, abr. de 2011. Disponível em: <<https://anovademocracia.com.br/no-76/3395-greves-operarias-nos-canteiros-das-usinas->

do-pac-no-rio-madeira-pecem-suape-e-sao-domingos-80-mil-operarios-se-rebelam-contras-escravidao-nas-obras-do-pac>. Acesso em: 22 de nov. de 2021.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. São Paulo: Atlas, 2007.

TAVARES, Maria Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. *In*: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata (orgs.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. Campinas: Instituto de Economia UNICAMP, 1998.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa: a queda do tzarismo**. Rio de Janeiro: Saga, 1967a.

_____. **A história da Revolução Russa: a tentativa de contra-revolução**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **A história da Revolução Russa: o triunfo dos soviets**. Rio de Janeiro: Saga, 1967b.

_____. Os sindicatos na época da decadência imperialista. *In*: AGUENA, Paulo (org.). **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

TUMOLO, Paulo Sergio. **Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

TURRA, Julio. Chega de concessões e de parceria com os patrões! **CUT**, São Paulo, 30 de mar. de 2012. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/artigos/chega-de-concessoes-e-de-parceria-com-os-145f>>. Acesso em: 14 de dez. de 2021.

VARGAS, Getúlio. Carta Testamento. **Câmara Legislativa**, 1954. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/carta-testamento-de-getulio-vargas>>. Acesso em: 05/11/2021.

VÉRAS, Roberto. Brasil em obras, peões em luta, sindicatos surpreendidos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 103, p. 111-133, mai. 2014.

ZOLA, Émile. **Germinal**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.